

ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Volumes publicados

1. Pedro Pentead – *Peregrinos da Memória: O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré*. Lisboa, 1998. ISBN: 978-972-8361-12-9
2. Maria Adelina Amorim – *Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos*. Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-20-4
3. *Colóquio Internacional A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu – The Church and the Portuguese Clergy in the European Context*. Lisboa, 2005. ISBN: 978-972-8361-21-1
4. António Matos Ferreira – *Um Católico Militante Diante da Crise Nacional: Manuel Isaiás Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-25-9
5. *Encontro Internacional Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV) – Ecclesiastical Careers in Western Christianity (12th-14th c.)*. Lisboa, 2007. ISBN: 978-972-8361-26-6
6. Rita Mendonça Leite – *Representações do Protestantismo na Sociedade Portuguesa Contemporânea: Da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-28-0
7. Jorge Revez – *Os «Vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*. Lisboa, 2009. ISBN: 978-972-8361-29-7
8. Maria Lúcia de Brito Moura – *A «Guerra Religiosa» na I República*. Lisboa, 2010. ISBN: 978-972-8361-32-7
9. Sérgio Ribeiro Pinto – *Separação Religiosa como Modernidade: Decreto-lei de 20 de Abril de 1911 e modelos alternativos*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-35-8
10. António Matos Ferreira e João Miguel Almeida (coord.) – *Religião e Cidadania: Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-36-5
11. Ana Isabel López-Salazar Codes – *Inquisición y política: El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. Lisboa, 2011. ISBN: 978-972-8361-39-6
12. Daniel Ribeiro Alves – *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*. Lisboa, 2012. ISBN: 978-972-8361-42-6
13. Hugo Ribeiro da Silva – *O Clero Catedralício Português e os Equilíbrios Sociais do Poder (1564-1670)*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-49-5
14. Anísio Miguel de Sousa Saraiva – *Espaço, Poder e Memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-57-0
15. Maria João Oliveira e Silva – *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa, 2013. ISBN: 978-972-8361-54-9
16. Anísio Miguel de Sousa Saraiva e Maria do Rosário Barbosa Morujão (coord.) – *O clero secular medieval e as suas catedrais: novas perspectivas e abordagens*. Lisboa, 2014. ISBN: 978-972-8361-59-4
17. António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (coord.) – *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares Novos*. Lisboa, 2014. ISBN: 978-972-8361-60-0
18. João Furtado Martins – *Corrupção e incúria no Santo Ofício: ministros e oficiais sob suspeita e julgamento*. Lisboa, 2015. ISBN: 978-972-8361-65-5
19. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.) – *Vozes da vida religiosa feminina: experiências, textualidades e silêncios (séculos XV-XXI)*. Lisboa, 2015. ISBN: 978-972-8361-61-7
20. Luís Leal – *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX*. Lisboa, 2016. ISBN: 978-972-8361-76-1
21. Luís Carlos Amaral (coord.) – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto, 2017. ISBN: 978-972-8361-72-3
22. Paulo F. de Oliveira Fontes e Carla Santos (coord.) – *Apostolado de Adolescentes e Crianças em Portugal: história de um movimento*. Lisboa, 2017. ISBN: 978-972-8361-79-2
23. João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.) – *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*. Lisboa, 2017. ISBN: 978-972-8361-77-8
24. António Camões Gouveia, José Nunes, Paulo F. de Oliveira Fontes (coord.) – *Os Dominicanos em Portugal (1216-2016)*. Lisboa, 2018. ISBN: 978-972-8361-81-5
25. Adélio Fernando Abreu e Luís Carlos Amaral (coord.) – *Dos Homens e da Memória: Contributos para a história da Diocese do Porto*. Porto, 2018. ISBN: 978-972-8361-84-6
26. Luís Leal – *Padre Américo Monteiro de Aguiar: um “teólogo da ação” no Portugal Contemporâneo*. Lisboa, 2019. ISBN: 978-972-8361-89-1

**PADRE AMÉRICO
MONTEIRO DE ÁGUIAR:
UM “TEÓLOGO DA AÇÃO”
NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO**

Título: Padre Américo Monteiro de Aguiar: um “teólogo da ação” no Portugal Contemporâneo

Autor: Luís Manuel da Cruz Leal

Edição:

Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)
Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima, 1649-023 Lisboa
secretariado.cehr@ft.lisboa.ucp.pt | www.cehr.ft.lisboa.ucp.pt



Conceção gráfica e Execução:

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

ISBN: 978-972-8361-89-1

Depósito legal: 464730/19

Tiragem: 400 exemplares

Edição patrocinada por:



**Misericórdia
de Penafiel**
Primeiro e último



Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00647/2019.

Luís LEAL

**PADRE AMÉRICO
MONTEIRO DE AGUIAR:
UM “TEÓLOGO DA AÇÃO”
NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO**

UNIVERSIDADE | CENTRO DE ESTUDOS
CATÓLICA | DE HISTÓRIA RELIGIOSA
PORTUGUESA

LISBOA 2019

PREFÁCIO

Sabemos bem que são múltiplas as faces de que se reveste a singularidade de qualquer ser humano. No entanto, a diversidade que anima e caracteriza o viver de cada pessoa, nem sempre encontra as circunstâncias mais apropriadas para um florescimento pleno. A sucessão dos tempos em que vivemos e dos espaços em que habitamos e as incontornáveis relações, complexas as mais das vezes, que estabelecemos com os que nos rodeiam, promovem a nossa específica configuração, não deixando de nos condicionar e limitar e também de potenciar aquilo que podemos ser; aquilo que os nossos “talentos” possibilitam desenvolver e concretizar. Por isso mesmo alguns, nas condições adequadas, transformam as suas vidas em dinâmicos “sistemas de vasos comunicantes”, em que todas as virtudes e competências, em permanente interação e sempre animadas por uma vontade do tamanho do mundo, se traduzem numa invulgar capacidade de intervir e alterar a sociedade.

Neste brevíssimo cenário enquadra-se a personalidade incomum do Padre Américo Monteiro de Aguiar (1887-1956), o inspirado visionário fundador da Obra da Rua, em 1940. O exemplo da sua vida, da sua entrega total enquanto homem ao serviço dos seus contemporâneos, não vale simplesmente como um testemunho, ainda que excepcional, do seu tempo. A permanência viva da sua memória e do conhecimento da sua ação, apenas se torna inteligível e justifica-se quando observada à luz de uma vida que refletiu, no seu desenrolar, uma absoluta compreensão e paixão pelo mundo em que se inscreveu. Neste sentido, Padre Américo integra um grupo relativamente reduzido de personagens que parecem sintetizar em si todo um tempo, todas as vicissitudes da natureza e da condição humana de um determinado período histórico, neste caso concreto o do Portugal da primeira metade do século XX, que demorava a libertar-se de velhos constrangimentos, alguns mais próprios de uma sociedade de Antigo Regime.

Consequentemente, e numa certa perspetiva, toda a obra do Padre Américo afigura-se também como um extraordinário esforço no sentido de “acelerar” a História, de proporcionar aos socialmente mais frágeis as condições e os meios

indispensáveis à sua promoção, assumindo em pleno os benefícios que a contemporaneidade da industrialização e da lenta mas progressiva democratização política prometia. Ao fazê-lo, demonstrava igualmente, porventura de forma inconsciente, toda a perversão que envolveu, ao longo dos séculos, o conformismo e a resignação perante a pobreza material, entendida como humanamente inevitável, quando não mesmo desejável. O Padre da Rua em que se transfigurou converteu-o em agente empenhado na reforma de uma sociedade onde, como sempre acontece, velhas e ultrapassadas mentalidades e instituições, plenas de vícios e inação, teimavam em resistir.

O que acabámos de dizer adquire maior nitidez com o livro que agora se publica e que resultou de uma longa e detalhada investigação conduzida por Luís Leal, no âmbito da preparação da sua Tese de Doutoramento, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 6 de julho de 2017. Já em trabalho anterior, que tivemos o grato prazer de apresentar e que se assemelha agora a uma espécie de estudo preparatório¹, o autor definira claramente o objetivo central da sua análise, a saber, a compreensão do pensamento teológico e religioso de Padre Américo à luz do seu tempo, dos seus contextos particulares e da estrutura eclesiológica em que se inseriu. Encetava uma difícil tarefa que buscava individualizar, no todo muito complexo que foi a personalidade do fundador da Obra da Rua, a configuração teológica da sua reflexão e, como rapidamente concluiu, do seu modo particular de agir. Os resultados alcançados não deixaram grandes dúvidas quanto à relação umbilical que, desde cedo, Padre Américo estabeleceu entre um pensamento teológico amadurecido e uma enérgica e convicta intervenção social e cívica. Em suma, um verdadeiro “Teólogo da ação” como não se cansou de lhe chamar Luís Leal.

A estes auspiciosos prolegómenos sucede agora um estudo em torno da mesma problemática, mas muito mais vasto, não apenas do ponto de vista da amplitude da pesquisa, como também da profundidade da análise. Aos olhos dos leitores emerge, assim, um Padre Américo mais “denso”, alicerçado em sólidos esteios teológicos, resultantes tanto da sua formação e da sua experiência de vida, como, sobremaneira, da permanente imersão no Evangelho. Se dúvidas poderiam existir ainda sobre esta matéria, Luís Leal demonstra, convincentemente, quanto o Evangelho representou sempre, e em simultâneo, a fonte primordial e derradeira que alimentou o homem e o sacerdote; a fonte em que se inspirou e para onde convergiu todo o seu crescimento pessoal e a sua ação. Mas se esta fonte sempre o iluminou e guiou, nem por isso deixou de ser também a “origem” de todos os

¹ Luís LEAL, *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a Renovação do Clero Português na Primeira Metade do Séc. XX*, (Porto: Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 2016). A nossa “Apresentação” encontra-se entre as p. 7-9.

seus tormentos e angústias, incontornáveis para alguém que vivia obcecado pelo cumprimento do seu papel de discípulo de Jesus.

Através de abordagens sucessivas e de uma metodologia científica adequada, a escrita de Luís Leal permite-nos reconstruir os círculos diversificados que enformaram o pensamento de Padre Américo e que desembocaram tanto em iniciativas concretas, quanto em textos inspirados e inspiradores dos seus contemporâneos. Estes mesmos textos, para os quais o autor propõe igualmente um verdadeiro guia de leitura, transformam-se, depois de explicados e interpretados, em traços que autorizam desenhar com crescente rigor os contornos da personalidade de Padre Américo. Compreendemos melhor o homem da Igreja e o cidadão da República, a sua evolução, os permanentes sobressaltos que o interpelaram, a revolta, o protesto, a reivindicação, mas também a suprema alegria que abundantemente sentiu por lhe ter sido concedida a oportunidade de amar.

E através dele e nele vislumbramos, outrossim, a sociedade em que se movimentou, melhor dizendo, os Pobres, a Pobreza, a Caridade e a Assistência do Portugal da primeira metade do século passado a que já nos referimos. Esta é, em nosso entendimento, uma das dimensões mais relevantes do presente livro, ou seja, a capacidade de nos transportar permanentemente entre o indivíduo particular e o mundo em que lhe foi dado viver. Neste sentido, o trabalho de Luís Leal, ao debruçar-se sobre um tema escassamente tratado, o pensamento teológico de Padre Américo, não contribui apenas para um melhor conhecimento de tão singularíssima personagem e da instituição que criou; na realidade, amplia a nossa compreensão da sociedade portuguesa contemporânea. Estou seguro de quão proveitosa será a leitura deste livro, quer por investigadores encartados, quer por simples, mas interessados, leitores.

Luís Carlos Amaral

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
CITCEM-UP; Vogal da Direção do CEHR-UCP)

INTRODUÇÃO

A investigação que aqui se enceta e que agora se inicia pretende, sumariamente, apresentar a articulação que intuímos existir entre aquele que é o Pensamento (Teológico) de Padre Américo Monteiro de Aguiar, e as concretizações pragmáticas (Histórico-Sociais) do mesmo, mormente as que se enquadram no seu projeto social denominado *Obra da Rua – Casa do Gaiato*. Com efeito, tendo como principal objeto de análise os respetivos escritos, esperamos conseguir apresentar e justificar a correlação entre estes dois âmbitos (*grosso modo*: “Teologia” e “História”) em torno dos quais o seu “Pensamento (Teológico)” e a sua “Ação (Social)” gravitam e se desenrolam dinamicamente. Analisando um e outro, e evidenciando a correlação existente entre ambos, julgamos poder contribuir, assim, para uma melhor compreensão quer do pensamento e obra em questão, quer do contexto histórico, político, cultural e social do Portugal da primeira metade do séc. XX em que ambos se inscrevem.

1. Entre a “Teologia” e a “teo-lógica” de Padre Américo: um “primeiro salto” interpretativo

Em ordem à prossecução do objetivo assumido na presente investigação, e atendendo à especificidade da perspetiva aqui adotada, urge antes de mais assinalar um passo primordial da análise encetada ao “objeto” aqui em análise: a identificação e sistematização dos seus conteúdos, tendo como intuito estabelecermos a melhor relação entre os mesmos e aquele que é o *corpus* fundamental da fé e doutrina cristãs e das suas respetivas dimensões e “disciplinas”. Feita tal análise, haverá que referir, *ab initio*, que, no que aos escritos de Padre Américo Monteiro de Aguiar diz respeito, se está diante de um pensamento que abarca – embora com diferentes registos de relevância – todos os principais núcleos concetuais dessa fé e doutrina. Com efeito, com maior ou menor profundidade e sob diversos níveis de relevância atribuída pelo próprio autor, e, *a fortiori*, com maior ou menor facilidade de identificação-sistematização, cremos ser perfeitamente possível

encontrar neste pensamento elementos bastantes à apresentação das “grandes linhas” com que um verdadeiro *logos* (discurso e pensamento) teológico se vai nele “entretecendo”. Por isso, e não obstante o facto de não ser esse nem o “obje-tivo” principal nem o mais imediato contexto dos seus escritos, Teologia Bíblica, Teologia Dogmática, Teologia Fundamental e Teologia Pastoral são aqui quer os universos de compreensão-sistematização da mensagem cristã deles decorrentes quer, igualmente, os horizontes-alvo da sua reflexão.

Por outro lado, tal exercício de identificação-sistematização é, por conse-guinte, não apenas metodologicamente necessário como teologicamente válido (senão mesmo urgente, particularmente para quem se interessar por tais análises e encontre na reflexão teológica o seu “habitat” hermenêutico de eleição). Não obstante, julgamos que só aquando da formulação das conclusões desta análise seria possível afirmar algo que se nos impõe referir desde já, quer por necessidade imperiosa de fidelidade às fontes nas quais esta investigação se baseia – e ao seu “contexto gestativo” –, quer por respeito ao sentido e alcance mais profundo do “ideário” que nelas e através delas nos é possível entrever. Concretizando: mais do que um “pensamento teológico” (em sentido sistemático e sistematizado, à semelhança de tantos outros esforços e propostas de outros tantos teólogos, também seus contemporâneos¹), quando nos abeiramos da obra escrita de Padre Américo, apercebemo-nos estar diante de um pensamento/pensar estritamente “*teo-lógico*”, ou seja, em que é sob a “lógica de Deus” (*sub specie divinitatis*) e do Evangelho que toda a realidade antropológica, social, cultural, religiosa e política é analisada, interpretada e “transformada”. Esta afirmação obriga, por-tanto, esclarecer que quem procurar, nos escritos de Padre Américo, uma análise “sistemático-conceptual” de temas ou conceitos relacionados com a fé, doutrina ou vivência cristã/social, não só não encontra(rá) tal “sistematicidade” nem “con-ceptualização” teórica como, em vez delas, encontra(r-se-á diante de) uma forma de pensamento, um método de análise e um estilo reflexivo em que toda a leitura da realidade e das suas pluriformes dimensões é realizada no horizonte da fé e do Evangelho, ou seja, em total e permanente perspectiva crente e, conseqüentemente – agora sim e necessariamente – “*teo-lógica*”. Por outras palavras: a referência ao carácter “*teo-lógico*” do discurso-pensamento aqui em análise não advém nem se justifica apenas ao nível dos conteúdos ou conceitos nele empregados e abordados (o que permite que tais conceitos possam ser isolados/abstraídos, sobretudo em ordem à sua sistematização conceptual) mas igualmente e fundamentalmente na perspetiva – essa sim, estrita e profundamente “*teo-lógica*” – do seu devir e

¹ Como dois exemplos desses manuais que, naquela época (finais do séc. XIX – inícios do séc. XX), eram utilizados nos cursos de Filosofia e Teologia do Seminário de Coimbra, refiram-se: Thiago SINIBALDI, *Elementos de philosophia*, 2.ª ed., 2 vols. (Coimbra: Typographia do Seminario, 1894) e Cardeal MERCIER, *Curso de Philosophia – Ontologia ou Metaphisica Geral*, ed. Pedro Maria Dantas PEREIRA, 6 vols., 1904.

acontecer, ou seja, do seu “fazer-se”. Assim, quer a “*teo-logia*” (o pensamento, os conceitos), quer a “*teo-lógica*” (o modo de pensar) de Padre Américo enformam uma “*teo-práxis*” (prática, ação concreta e assim justificada/compreendida) que nos competirá aqui apresentar.

Consequentemente a esta constatação (que, referida neste momento inicial da presente análise, adquire e assume igualmente uma função clarificadora), impõe-se-nos outrossim relevar que, embora aqui se manifeste a intenção de apresentar e concretizar, na medida do possível, os elementos e conceitos teológicos atrás referidos, se vise igualmente mostrar a sua “(não-) inscrição” (parafraçando uma expressão de José Gil² a que damos novo sentido) no seu tempo e lugar, ou seja, no tempo histórico concreto. Por conseguinte, sendo esta uma investigação e tese em História Contemporânea, é este um trabalho que adota como objeto de estudo o pensamento de um homem da igreja e sociedade portuguesa da primeira metade do século XX, e que, ao fazer uma leitura, análise, interpretação e transformação (por via da sua ação) “*teo-lógica*” da realidade sua contemporânea, permitirá aferir da importância, (não-) enquadramento e significatividade social de tal discurso-pensamento.

2. Do texto ao seu contexto ou a (necessária) inversão de perspetiva

Também por isso, e ao contrário do que seria expectável (senão mesmo desejável e metodologicamente mais lógico) neste momento preambular, o melhor ponto de partida para esta análise não será o da caracterização, mais ou menos sumária ou aprofundada, dos diferentes contextos (social, histórico, religioso, político, económico...) em que esses conceitos são abordados; será, por outro lado, a partir do “núcleo duro” do que nos parece constituir o “pensar teológico” de Padre Américo que toda a análise do seu pensamento se desenrolará para depois (e só depois) se evidenciar a sua correlação com os referidos contextos. Assim, e atentando quer quantitativa quer qualitativamente na ocorrência de certos “conceitos-chave” ao longo dos seus escritos, parece-nos ser necessário apontar desde já os **quatro grandes horizontes de leitura/compreensão** deste seu pensamento, correspondentes, por sua vez, aos quatro principais blocos nocionais em torno dos quais a presente investigação se desenrolará: no centro e com inegável preponderância, as questões em torno do(s) “**pobre(s)**” e (de forma mais abstrata mas sempre “personalizada”) da “**pobreza**” (Capítulo 1); e, do lado das (propostas de) soluções, as questões relativas à “**caridade**” e à “**assistência**” (Capítulo 2). Estes conceitos, em virtude da pluridimensionalidade da sua compreensão, exigirão, desde logo, a respetiva contextualização histórica em ordem à sua mais correta compreensão, algo que será feito no decorrer na exposição;

² José GIL, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*, 5.ª ed. (Lisboa: Relógio D'Água, 2005), 15-23.

posteriormente, serão concretizados os respetivos contornos com que os mesmos se revestem no quadro do pensamento em questão, consolidando-se, assim quer o citado *leitomtiv* que impera (e subjaz à compreensão) nos escritos de Américo Monteiro de Aguiar, quer a percepção mais clara da interconexão entre os dois âmbitos de análise (“Pensamento” e “Ação”, “Teologia e “História”).

Resumindo: os “pobres” e a questão da “pobreza” são, enquanto “problemas”, como que os eixos/polos centrípetos da atenção e preocupação (reflexiva) de Américo Monteiro de Aguiar; “caridade” e “assistência” constituem, por sua vez e enquanto propostas-hipóteses de solução a tais problemas, os lugares centrífugos da sua ação. E também por aqui se percebe melhor a superlativa historicidade deste pensamento (justificativa da pertinência da análise aqui encetada) e a preponderância da análise historiográfica sobre a análise estritamente teológica que sobre ele simultaneamente se fará incidir: se fosse estrita e unicamente “teológica” a perspectiva aqui adotada, seria muito difícil (além de provavelmente demasiado “forçada”) uma qualquer sistematização conceptual assente (unicamente) nestes eixos. No entanto, como adiante melhor se verá, será partindo do “substrato histórico” a eles inerente e do confronto deste com a respetiva compreensão destilada por Padre Américo que se perceberá qual o enquadramento deste seu pensamento e proposta de ação no lugar histórico, isto é, no(s) espaço(s) e no(s) tempo(s) em que se encontram imersos.

Posto isto, julgamos ser possível resumir e formular, do seguinte modo, as questões fundamentais a que esta investigação se propõe dar resposta: em primeiro lugar, quais são os principais temas/conceitos teológico-sociais em torno dos quais gravitam os escritos de Padre Américo Monteiro de Aguiar e que permitem estabelecer um nexos entre “Pensamento (Teológico)” e “Ação (Social)”? Que tipo de conceptualização o Autor em questão nos apresenta dos mesmos? Constitui esta uma “total novidade” no quadro teórico-doutrinal do seu tempo, ou antes se enquadra nos “movimentos” de discussão teórica (e de aplicação prática) seus coetâneos? Depois, e como consequência das questões (e das respetivas respostas) anteriores: de que forma é que, no quadro do “pensar-agir” de Padre Américo, “Teologia” e “História” aparecem articulados? Qual o tipo de relação existente entre a sua proposta (de reflexão-ação) social e outras propostas suas coevas? Até que ponto e em que sentido se poderá falar de “inovação” no quadro da proposta social de que Padre Américo é protagonista?

Conjugando estas vertentes de análise, e da tentativa de resposta a estas questões (e a outras limítrofes, formuladas e respondidas ao longo da exposição que se segue) julgamos tornar possível uma melhor compreensão do legado (conceptual e programático-social) de Américo Monteiro de Aguiar e da consequente significatividade e relevância desta figura para a compreensão do tecido sócio-religioso português na época contemporânea.

3. Do “estado da arte”

Tal como afirmámos anteriormente, presta-se a presente investigação a considerar (e a concretizar) a relação existente entre “Pensamento (Teológico)” e “Ação (Social)”, ou seja, entre “Teologia” e “História” a partir dos escritos de Américo Monteiro de Aguiar. Ora, da análise da bibliografia existente relativa a estudos que lhe foram dedicados³, nota-se uma preponderância de atenção dada pelos seus estudiosos à dimensão pedagógico-educativa da sua obra e legado⁴. No entanto, e paralelamente, os estudos de José da Rocha Ramos⁵ e Manuel Mendes⁶, bem como as mais recentes publicações de (autoria ou organizadas por) Henrique Manuel Pereira⁷ ajudam, por sua vez, à reconstrução do seu plurifacetado perfil, complementando e atualizando, assim, o já traçado, de forma muito “pessoal”, por Padre Elias⁸. Não obstante, e excetuando algumas intuições de José da Rocha Ramos (e algumas breves referências presentes nos estudos de João Evangelista

³ Ver o excelente e fundamental elenco apresentado por Henrique Manuel Pereira, aqui citado, a que se acrescentarão outros estudos, mais recentes, também referidos na Bibliografia. – Henrique Manuel PEREIRA, «Américo Monteiro de Aguiar: para uma bibliografia», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 8-9 (1996-1997): 652-680.

⁴ A atestar esta afirmação temos os estudos (por ordem cronológica): João Evangelista LOUREIRO, *Subsídios para o estudo do pensamento pedagógico do Padre Américo* (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1963); Maria Palmira de Morais DUARTE, «Somos a porta aberta». *Pedagogia do Padre Américo: métodos e vida*, 2.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1985); Manuel Durães BARBOSA, *Padre Américo – Educação e Sentido da Responsabilidade* (Porto: Edições Salesianas, 1988); João Evangelista LOUREIRO, *Um grande educador português do século XX: o Padre Américo e a sua obra pedagógica* (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1996); Ernesto Candeias MARTINS, *O Projecto Educativo do Padre Américo – O Ambiente na Educação do Rapaz* (Lisboa: Temas e Debates, 2004); Ernesto Candeias MARTINS, «Intervenção e acção social em prol dos necessitados. A experiência do Padre Américo e da Obra da Rua», *Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras*, n. 7 (2005): 111-41; José da Cruz SANTOS, *O Padre Américo e a Obra da Rua* (Alêtheia Editores, 2006); Paulo Jorge Neves MOREIRA, «Padre Américo: uma proposta de educação moral» (Dissertação de Mestrado em Ciências Religiosas, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 2007); Gil Moreira dos SANTOS, *Padre Américo e a Obra de Rua* (Porto: Modo de Ler, 2008); Ernesto Candeias MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 1.ª ed. (Coimbra: Palimage, 2009); Luís Carlos AMARAL, «O Padre Américo e a Obra da Rua: a santidade como atitude social pedagógica», *Semanário Ecclesia*, n. 1447 (25 de setembro de 2014): 62-68; António MARUJO, «Padre Américo, o homem que acolhia os rapazes “lixo das ruas”», *Jornal Público* [em linha: <<https://www.publico.pt/sociedade/jornal/padre-americ-o-homem-que-acolhia-os-rapazes-lixo-das-ruas-89233>>].

⁵ José da Rocha RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo* (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1997).

⁶ Manuel MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional* (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2014).

⁷ Henrique Manuel PEREIRA (Org.), *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo* (Coimbra: Tenacitas-Alforria, 2015); Henrique Manuel PEREIRA, *Raízes do Tempo. À volta de Padre Américo* (Coimbra: Tenacitas-Alforria, 2015); António Baltasar MARCELINO, *PADRE AMÉRICO. Precursor do II Concílio do Vaticano. A sua leitura dos sinais dos tempos* (Coimbra: Alforria-Tenacitas, 2016); Henrique Manuel PEREIRA, *Padre Américo. Notas sobre o Artista da Palavra. Das mortes e da Vida*, 1.ª ed. (Coimbra: Alforria-Tenacitas, 2016).

⁸ Padre ELIAS, *O pai Américo era assim*, 1.ª ed. (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1958).

Loureiro e Ernesto Candeias Martins), Padre Américo «*Não tem, até hoje, uma obra que o estude no seu conjunto e em particular como escritor*»⁹ nem, em bom rigor, um estudo em que, partindo do centro nevrálgico do seu pensamento (teológico) (e da correlativa análise sincrónica dos seus escritos), identifique as conexões entre este e as múltiplas propostas (de resposta social) por ele protagonizadas. Eis, portanto, justificada, também no que à historiografia sobre a obra e o autor em questão diz respeito, a justificação da pertinência do presente trabalho.

4. Das fontes e da sua utilização

Importa ainda uma palavra na presente Introdução, referente à “fonte primária” para esta investigação, a saber, o *corpus* literário de Padre Américo Monteiro de Aguiar. Este *corpus* é constituído fundamentalmente pelos seus artigos/reflexões, publicados primeiramente nos jornais *O Correio de Coimbra*, *A Ordem* e *O Gaiato* (por si fundado em 1944), e que foram posteriormente recolhidos e compilados em livro, dando origem a um conjunto de 18 obras/volumes, assim distribuídos: *O Barredo*, *Cantinho dos Rapazes*, *Correspondência dos Leitores*, *De como eu fui...*, *Doutrina* (4 volumes), *Isto é a Casa do Gaiato* (dois volumes), *Notas da Quinzena*, *Obra da Rua*, *O Ovo de Colombo*, *Pão dos Pobres* (quatro volumes) e *Viagens* (ver Bibliografia). Tomar-se-ão, por regra, primeiramente as versões dos textos publicados nestes volumes; esporadicamente (nomeadamente quando se impuser uma particular focalização história do texto citado), utilizaremos a versão original publicada n’*O Gaiato*.

A par destas fontes, utilizar-se-ão outros estudos que obedecerão a um primordial critério de seleção e análise: o de servirem expressamente à contextualização histórica e compreensão mais aprofundada dos temas, conceitos, problemas, dinamismos e estruturas sociais referidos/focados nos escritos de Padre Américo aos quais se dedica particular atenção ao longo do presente trabalho. Quer isto dizer que o elenco bibliográfico apresentado (quer em nota de rodapé, quer no final da presente exposição) não tem qualquer pretensão de exaustividade: constitui antes e somente aquele que nos pareceu essencial na elaboração dos quadros noético-conceptuais e socio-assistenciais subjacentes à investigação e aos temas nela abordados.

5. (Padre) Américo Monteiro de Aguiar: breve resumo biográfico e memória testemunhal

Nascido a 23 de outubro de 1887, no lugar do Bairro, da freguesia de S. Salvador de Galegos, concelho de Penafiel, o oitavo e derradeiro filho do casal de

⁹ PEREIRA, «Américo Monteiro de Aguiar: para uma bibliografia», 649.

lavradores Ramiro Monteiro de Aguiar e Teresa Ferreira Rodrigues, recebeu, a 4 de novembro do mesmo ano, por vontade de seu tio e padrinho, o nome de Américo, em homenagem ao Cardeal D. Américo Ferreira dos Santos Silva, Bispo da Diocese do Porto entre 1871 e 1899¹⁰. Em 1894, entra para a Escola Primária Oficial (Escola Régia) de Galegos, onde é companheiro d(o futuro padr)e Avelino Sousa Soares. Frequenta, depois, o Colégio do Carmo, em Penafiel, onde por sua vez foi colega de Leonardo Coimbra, partilhando com ele a disciplina austera ali aplicada. Em outubro do ano seguinte, transita para o Colégio de Santa Quitéria, em Felgueiras, onde fora professor o Padre (José Joaquim) Sena Freitas.

A Catequese, recebeu-a de Rosa do Bento, ensinamentos que depois eram consolidados pelo exemplo cristão de sua mãe, a quem confia, após celebrar a sua Primeira Comunhão, a sua vontade de ser padre (porventura imitando a opção de seu irmão mais velho, José Monteiro de Aguiar, que viria a ser ordenado presbítero em 18 de novembro de 1900).

Não obstante, concluído o liceu, e apesar desse seu desejo, seguiu, por ordem expressa de seu pai Ramiro (que o considerava “*demasiado alegre*”¹¹ para seguir tal vocação) para a cidade do Porto, onde, em 1902, com 15 anos de idade, trabalhava já numa loja de ferragens no n.º 110-112 da Rua Mouzinho da Silveira. É por essa altura que o jovem Américo «*conheceu e contactou com o então cônego Dr. Manuel Luís Coelho da Silva [à altura Vigário Geral da Diocese do Porto¹²], que viria a ser designado anos depois bispo de Coimbra (1915-1936), sendo ele o prelado responsável pela admissão de Américo no Seminário Maior daquela diocese, em 1925*»¹³ e quem, posteriormente, o ordenou Presbítero¹⁴. Américo Monteiro de Aguiar haveria de recordar do seguinte modo esse “encontro” com esta figura central do seu percurso vital:

«Numa casa de ferragens ao fundo do Mouzinho, em certos dias da semana, das bandas da Bainharia, entrava a esperar o carro da Praça do Infante, um homem alto, grave e pontual. Logo de dentro saía um petiz a oferecer-lhe um banco. Já lá vão vinte e quatro anos. Éramos nós»¹⁵.

Em setembro de 1906 matricula-se no Instituto Industrial e Comercial do Porto, acumulando a sua vida de estudante com o seu trabalho na loja de

¹⁰ Adélio Fernando ABREU, «O Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899): igreja e sociedade no Porto no fim do século XIX», *Igreja Portuguesa - Boletim da Diocese do Porto*, n. 17 (2008): 127-47.

¹¹ MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 67.

¹² RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 24.

¹³ AMARAL, «O Padre Américo e a Obra da Rua: a santidade como atitude social pedagógica», 63.

¹⁴ Ernesto Candeias MARTINS, *Padre Américo. O destino de uma vida (Biografia, obra e ação social)*, 2.ª ed. (Coimbra: Alma Azul, 2012), 94.

¹⁵ Apud RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 25.

ferragens. Mas é em novembro desse ano que se dá o primeiro “grande salto” da sua biografia: sentindo-se contrariado por seu pai no seguimento da sua vocação, aposta definitivamente numa carreira comercial, embarcando, a 19 desse mês, em Lisboa, rumo a Moçambique e ao encontro de seu irmão Jaime (que para ali partira em trabalho, em 1898).

Seguem-se dezasseis anos de grande sucesso profissional em África, trabalhando em várias companhias inglesas de transporte e comércio (no Chinde, na *The British Central Africa, C. L.*, e depois na *African Lakes*) e granjeando fama de homem trabalhador, honesto e diligente. Mas este é um período em que emerge igualmente, a partir de 1914, uma amizade com outra figura eclesial que o haveria de “marcar” profundamente. Foi na cidade da Beira que então conheceu o «missionário franciscano Padre Rafael Maria da Assunção»¹⁶, futuro Bispo de Lourenço Marques (entre 1920 e 1935), figura com quem mantém uma relação de profunda amizade, tendo sido este Bispo o responsável por lhe «abrir o caminho da Luz», revelando-se assim como outra «personagem fundamental nos passos decisivos de Américo rumo ao sacerdócio»¹⁷.

Assim, e considerando «perdidos os anos passados em África: em negócios e boémias que lhe dispersavam o espírito e deixavam o coração vazio»¹⁸, leva a primeira «martelada»¹⁹: decide ingressar (certamente por influência do testemunho de D. Rafael da Assunção) no Mosteiro Franciscano de Santo António, em Vilariño de la Ramallosa, em Tui (Galiza), onde fica como postulante. A 14 de agosto de 1924, com 36 anos de idade, toma o hábito franciscano; no entanto, sensivelmente um ano depois, é aconselhado a deixar a Ordem, ao ser considerado pelos seus irmãos, reunidos em Capítulo, como «demasiado impressionista»²⁰. Começa, então, o seu “calvário”, na busca de um Seminário que o acolha e, desse modo, lhe permita prosseguir o seu sonho. Em julho de 1925, solicita admissão ao Seminário Maior do Porto, sendo esta recusada por excesso de idade e pelos maus

¹⁶ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 40-41; ELIAS, *O pai Américo era assim*, 30.

¹⁷ AMARAL, «O Padre Américo e a Obra da Rua: a santidade como atitude social pedagógica», 63. De acordo com Moreira das NEVES, *O Padre Américo* (Lisboa: Edições Paulistas, 1987), 28-29: «Um dia, havia de revelar D. Rafael: ‘O gabinete das nossas conversas depois de jantar era a varanda da minha residência. Foi na intimidade destes colóquios que penetrei na alma do Américo e nos seus anseios. Andava esquecido da prática dos deveres religiosos, sem, contudo, ser descrente; era vítima do ambiente em que vivia. Não frequentava a igreja, nem a procurava. No seu espírito amontoavam-se dúvidas, que era incapaz de resolver, mas propunha para eu dar qualquer solução. Desejava saber da razão última do que aprendera no regaço da mãe, no catecismo e no colégio, e pedia explicações com ares por vezes infantis. (...) Se havia sido folgazão, nunca fora estúrdio; tinha sempre honrado as tradições da família».

¹⁸ NEVES, *O Padre Américo*, 30.

¹⁹ Termo utilizado por Padre Américo para descrever os “momentos-chave” do seu processo de discernimento vocacional em direção ao presbitério.

²⁰ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 83.

resultados ali registados com «*outras experiências*» semelhantes²¹. Em outubro, e com uma recomendação do Pe. Fr. Inocêncio do Nascimento, consegue autorização do Bispo de Coimbra, seu velho amigo D. Manuel Luís Coelho da Silva, para ingressar no Seminário desta Diocese, aos 38 anos de idade.

Assim, em outubro de 1926 dá início ao seu percurso académico no curso quadrienal de Teologia, começando igualmente a escrever, logo em dezembro seguinte, na Revista dos alunos daquele Seminário, a Revista *Lume Novo*, e logo no seu primeiro número (colaboração que manterá até ao seu n.º 13). Como afirmação da sua “veia franciscana”, usa o pseudónimo de Frei Junípero, revelando-se igualmente como «*um talentoso jornalista e um perspicaz escritor*»²². Estes foram anos de aprofundamento (e resposta) às interrogações da juventude, partilhadas com o seu amigo D. Rafael da Assunção; mas também de confronto (e de alguma desilusão) em relação ao “ambiente” e aos “maus hábitos” assimilados pelos seus colegas (muito mais jovens) seminaristas de Coimbra, manifestações do “atraso português” face a certos aspetos da realidade europeia por ele bem conhecida²³.

Consequindo ultrapassar as vicissitudes próprias de alguém que, após tantos anos de vida ativa, regressa aos bancos do estudo, é em 28 de julho de 1929 que, após a conclusão do 3º ano de Teologia (ou seja, um ano antes de concluir o Curso), e considerando «*a idade e as habilitações literárias que já possuía, o prelado de Coimbra [...] julga-o digno de receber o presbíterado*»²⁴. Américo Monteiro de Aguiar, à data com 41 anos de idade, é finalmente ordenado Presbítero por D. Manuel Luís Coelho da Silva, na capela de Nossa Senhora da Anunciação no Seminário de Coimbra. Desde esse momento passa a assinar «*P. Américo!*» (acrescentando um “ponto de exclamação” no final da assinatura²⁵).

Em outubro desse ano, é nomeado Prefeito e Professor de Português no Seminário de Coimbra, cargos que, por motivos de saúde, acaba por desempenhar por muito pouco tempo. Será, contudo, como responsável da “Sopa dos Pobres” de Coimbra (inaugurada pelo bispo diocesano a 19 de março de 1932, na Rua da Matemática) que começa a despontar a sua verdadeira e profunda vocação, tendo aí início a sua (nova) vida de entrega (total) à questão dos pobres-pobreza e, em particular, das crianças abandonadas.

²¹ Nunes ROLLO, *Padre Américo, o altruísta*. Coimbra: Coimbra Editora, 1958, 45.

²² Ramos, José da Rocha. *Padre Américo: místico do nosso tempo*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1997, 29.

²³ Ver, a este respeito, e a título de exemplo, os textos onde Padre Américo aborda os temas da «*piolhice nacional*» (sobre a falta de higiene em Portugal) e, em concreto, dos colegas seminaristas, transcritos em PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 125ss.

²⁴ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 94.

²⁵ Ver, a respeito deste “pormenor”, o testemunho que o próprio Padre Américo faz em Aguiar, *O Barredo*, 106-109.

Dando novamente largas e uso às suas já reconhecidas capacidades de escrita, orientando-as agora em consonância com as suas novas responsabilidades pastorais, começa a escrever no semanário diocesano *Correio de Coimbra*, assinando uma secção que intitula “*Sopa dos Pobres*”, depois “*Obra da Rua*”²⁶.

Depois da “*Sopa dos Pobres*”, e da experiência vivida nas “*Colónias*” de campo no verão (para as crianças pobres da cidade), começa a ganhar forma a sua *Obra da Rua*, um projeto-instituição social que, sem «*pautas nem estatutos – nem orçamento!*» e de pendor organizativo «*eminentemente social e familiar*»²⁷, constitui, ainda hoje, um marco incontornável da História da Igreja contemporânea e alvo de admiração e de estudo por quem se debruça sobre as questões da Assistência e Pedagogia Infantil. Assim, e apontando os eventos fundamentais da evolução desta “*Obra*” (a cuja análise mais pormenorizada dedicaremos especial atenção ao longo deste trabalho), registamos, em 1940, a fundação da primeira “*Casa do Gaiato*” em Miranda do Corvo. Ainda em Coimbra, e paralelo ao projeto das “*Casas*”, abre, em 1941, o “*Lar do Ex-Pupilo das Tutorias e dos Reformatórios*”. A “*Aldeia dos Rapazes – Casa do Gaiato*” de Paço de Sousa vê a luz do dia em 1943, sendo depois tida como “*Casa-mãe*” e “*modelo*” das demais Casas. Em 1948 foi inaugurada a “*Casa do Gaiato*” de S. Julião do Tojal (Loures) e a de Setúbal abriu as suas portas no ano seguinte. Ainda em 1954, surge o “*Calvário*” em Beire, Paredes, casa e quinta destinadas a acolher doentes incuráveis, físicos e/ou mentais, especialmente os abandonados ou não desejados pelas respetivas famílias.

Paralelamente, e dando mostras do carácter “*orgânico*” com que esta *Obra* se foi revestindo ao longo da sua evolução (que mais do que obedecer a um “*plano prévio*”, como veremos adiante, foi antes resultado da resposta integrada e integradora às solicitações e circunstâncias de cada tempo e espaço geográfico onde se foi implementando) foram sendo criados os “*Lares*” (para apoio dos rapazes trabalhadores) nas cidades do Porto (1945), Coimbra (1946), Lisboa e Setúbal²⁸.

De permeio, Padre Américo desdobrou-se em viagens por todo o país (de que apresenta relato nas páginas do seu volume *De como eu fui...: «crónicas das viagens (...) a revelar a Obra da Rua às populações de cidades e vilas ou a tratar de assuntos que à Obra importavam*»²⁹), bem como ao estrangeiro (Brasil, em

²⁶ É neste espaço que começará a fazer eco das suas preocupações e necessidades na resposta e assistência aos problemas da miséria, desemprego, doença e fome vividos pelas camadas mais pobres (e mais esquecidas) da região coimbrã de então. Manterá esta coluna até 26 de outubro de 1940, data em que inaugurará uma outra, intitulada “*Obra da Rua*” ou “*Casa do Gaiato*”, mantendo-se esta até 4 de março de 1944. – MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 112.

²⁷ Américo Monteiro de AGUIAR, *Obra da Rua*, 5.ª edição actualizada (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2012), 43.

²⁸ PEREIRA, «Américo Monteiro de Aguiar: para uma bibliografia», 651.

²⁹ Américo Monteiro de AGUIAR, *De como eu fui... Crónicas de viagem*, 4.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1987), VII.

junho-agosto de 1949³⁰; África, em julho-outubro de 1952³¹, onde dá “palestras” aos microfones de várias rádios locais e ocasião em que anuncia a obra autobiográfica *De como eu subi ao Altar*, que nunca chegaria a escrever). No Brasil como em África, a mesma “missão”: «Pregar Cristo. Cristo é o assunto que mais inquieta»³², quer dizer, falar do Cristo-sofredor, que ele vê “incarnado” na história e vida de cada (criança) pobre com que se cruza, e apelar às consciências para que o “problema” não medre. Fez ainda, no intervalo destas duas últimas, uma viagem aos Açores (outubro de 1951³³), para dar a opinião, solicitada pelas autoridades de Ponta Delgada, «acerca de uma possível fundação semelhante à Casa do Gaiato»³⁴. Ali haveria de regressar, em março de 1956, mas já para inaugurar a “Casa do Gaiato” de S. Miguel.

Finalmente, e dando cumprimento a uma intuição que desde cedo (dos tempos de Coimbra) se foi definindo, promove, em fevereiro de 1951, em Paço de Sousa, a construção das primeiras casas do “Património dos Pobres”, aquela que era a sua resposta concreta ao problema (cada vez mais premente) da habitação para as camadas mais desfavorecidas da sociedade (sobretudo rural) de então.

Protagonista de uma vida e obra em permanente “vai e vem” entre a Fé e a História, entre os “corredores” dos Ministérios e os «becos e tugúrios» dos «Barredos» do Portugal das décadas de 30, 40 e 50 do século passado, foi também a meio de uma viagem que a morte marcou encontro com Padre Américo: depois de uma viagem ao sul do país, e indo a caminho de Paço de Sousa no seu «*Morris*», ao passar por São Martinho de Campo (Valongo), sofre um violento acidente, embatendo o seu automóvel numa parede, após o seu motorista ter tido que se desviar de um carro de bois e de uma camioneta que, inesperadamente, surgiram «*numa curva descoberta*»³⁵. Era o dia 14 de julho de 1956, e Padre Américo tinha então 68 anos de idade. Transportado de imediato para o Hospital Geral de Santo António, no Porto, aí fica em observação. O prognóstico é reservado: tem as pernas partidas e várias outras fraturas. No dia seguinte, foram-lhe administrados os últimos Sacramentos. A sua “Páscoa” chegou na manhã do terceiro dia de internamento, às 6 horas da manhã de 16 de julho. De batina vestida e pés nus, foi sepultado no cemitério paroquial de Paço de Sousa. O cortejo fúnebre, desde a igreja da Trindade foi, se não o maior, um dos maiores a que a cidade e região do Porto

³⁰ Américo Monteiro de AGUIAR, *Viagens*, 2.^a ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1973), 11-152.

³¹ AGUIAR, 171-348.

³² AGUIAR, 11.

³³ AGUIAR, 153-70.

³⁴ AGUIAR, 169.

³⁵ NEVES, *O Padre Américo*, 112. Ainda hoje o mesmo local (um cruzamento na atual Estrada Nacional n.º 15) está devidamente identificado, também pela homenagem que ali perenemente se presta ao ilustre acidentado.

alguma vez assistiu. Depois de, em vida, o ter visto a calcorrear os «*Barredos*» por esse Portugal fora, é agora todo o Portugal (como atestam os jornais da época e o Padre Elias, seu primeiro biógrafo³⁶) que se quis fazer presente a acompanhá-lo, nesta sua “última viagem”. Os seus restos mortais estão atualmente depositados na “Casa do Gaiato” de Paço de Sousa, em campa rasa, conforme seu desejo.

Em 1986, no primeiro centenário do seu nascimento, a Obra da Rua solicita a D. Júlio Tavares Rebimbas, então Bispo do Porto, a introdução do Processo com vista à Canonização de Padre Américo. Após os trâmites processuais necessários, encerra-se a 1ª fase do mesmo, conforme atesta a sessão pública que teve lugar na Sé Catedral do Porto, a 16 de julho de 1995³⁷. Apesar de morto o seu Fundador, a Obra da Rua continuou a florescer: dando continuidade aos seus anseios e inspirações, os “Padres da Rua”, a quem foram confiados os destinos da “Obra”, inauguraram as “Casas do Gaiato” de Angola (Malange e Benguela, em 1963) e Moçambique (em Lourenço Marques, 1967) e continuam, ainda hoje, e apesar de todas as vicissitudes, a tentar manter vivo o sonho e o propósito de Américo Monteiro de Aguiar: erguer e manter de pé uma obra «*de Rapazes, para Rapazes, pelos Rapazes*», uma «*família dos sem família*», um «*tecto para os que nem tecto possuem*», a «*realização do Dogma*» da Encarnação.

Feito este breve resumo biográfico da personagem cujo pensamento e obra aqui analisaremos, não será, certamente, surpreendente podermos registar os múltiplos epítetos que lhe foram sendo postumamente atribuídos, sempre com o intuito de neles condensar o essencial da sua vida e legado: «*”Apóstolo dos tugúrios”*³⁸, «*Revolucionário do amor*»³⁹, «*recoveiro dos pobres, revolucionário pacífico, pedagogo e modelo de caridade, educador da liberdade*⁴⁰, «*místico na ação, empreendedor social, mestre [artista*⁴¹] da palavra, renovador de mentalidades,

³⁶ ELIAS, *O pai Américo era assim*. Deve-se precisar que esta obra não consiste numa biografia *stricto sensu* mas antes numa compilação de textos e referências anteriormente publicadas nos jornais *Correio de Coimbra* e *O Gaiato*, visto que, nas palavras do autor, «não fui eu o seu companheiro desde as primeiras horas, nem tão-pouco o seu confidente mais íntimo (...). Não fui testemunha ocular dos muitos factos que este livro narra. Fui apenas o respigador da doutrina largamente semeada (...). De maneira que o presente livro, pode chamar-se e é de facto uma auto-biografia. É o próprio Pai Américo que descreve a sua vida» (ELIAS, 8.).

³⁷ Ver toda a edição n.º 1341 do jornal *O Gaiato*, em particular: D. Júlio Tavares REBIMBAS, «Acto final do Processo em ordem à glorificação canónica de Pai Américo – Alocução», *O Gaiato*, Ano XIV, n. 1341 (8 de maio de 1995): 1.3.

³⁸ Assim se lhe referiu D. António Ferreira Gomes, nas Exéquias que assinalaram o 30.º dia do seu falecimento, na Igreja Trindade (Porto). Cfr. «Por alma do Pe Américo. Foram, ontem, celebradas exéquias no Porto (...).» in *Jornal Novidades*, Ano LXXI, n.º 19955 (18 de agosto 1956), 5 apud Ernesto Candeias MARTINS, «Padre Américo. Uma vida cheia de espiritualidade», *Estudos N. S.*, n. 6 (2006): 280.

³⁹ PEREIRA, «Américo Monteiro de Aguiar: para uma bibliografia», 649.

⁴⁰ LOUREIRO, *Um grande educador português do século XX: o Padre Américo e a sua obra pedagógica*, VIII.

⁴¹ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 216-29.

precursor do Vaticano II...»⁴². O citado Padre Elias acrescenta ainda os de «*Apóstolo da Caridade*»⁴³, «*”Homem de Deus” à moda de Vicente de Paulo*»⁴⁴, «*Homem das Dores*», «*Missionário do Padre Eterno*»⁴⁵, enquanto Manuel Simões o apelida, singela mas certamente, de «*evangelista dos pobres*»⁴⁶.

Enumeram-se aqui apenas alguns desses “apodos”, a que corresponderão outros tantos olhares sobre a sua personalidade, mas que dificilmente esgotarão – cada um por si ou mesmo todos em conjunto – o que haverá a dizer deste homem da Igreja Portuguesa do século passado. Contrastando com esta pluralidade de encómios, de si mesmo apenas se atrevia dizer ser «[Um] *Homem rico que a meia idade se fez pobre, por amor da Santa Pobreza de Jesus Cristo*»⁴⁷. Aqui se entrevê como a sua humildade arrebatadora, aliada a uma personalidade fortíssima, o levava a resistir forte e intransigentemente a qualquer tipo de vaidade (particularmente as de título pessoal). Por isso, olhando-se ao espelho, via uma espécie de «*revoltado pacífico*»⁴⁸, um «*D. Bosco Lusitano*»⁴⁹, um homem de/da ação e não tanto “de letras” – apesar de portador de uma inegável cultura⁵⁰ e de um inconfundível estilo de escrita⁵¹ – dizia, também em consequência disso, que

⁴² Henrique Manuel PEREIRA, «Como se da estátua brotasse flores», *Jornal Público*, 9 de março de 2014, [em linha: <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/como-se-da-estatu-a-brotasse-flores-1668558>>].

⁴³ ELIAS, *O pai Américo era assim*, 7.

⁴⁴ Epíteto/comparação esta de que Padre Américo era alvo já em vida, como o próprio relata: Américo Monteiro de AGUIAR, *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*, vol. 2, 5.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1990), 262.

⁴⁵ ELIAS, *O pai Américo era assim*, 8.

⁴⁶ Manuel SIMÕES, «O Padre Américo, evangelista dos pobres», *Brotéria*, 126, n. 2 (1988): 201.

⁴⁷ ELIAS, *O pai Américo era assim*, 7.

⁴⁸ Américo Monteiro de AGUIAR, *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*, vol. 3, 4.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1999), 97.

⁴⁹ AGUIAR, *Viagens*, 135.

⁵⁰ «Há, contudo, indicadores – colhidos, na generalidade, das cartas [de Padre Américo] trocadas com Simão Neves, tornadas públicas em O Gaiato, na rubrica “Facetas de uma vida” – de que Américo de Aguiar era homem atento aos dinamismos da cultura». Em nota, são referidos alguns títulos de revistas e estudos lidos por Padre Américo, dos mais variados quadrantes do saber. São enumerados igualmente romances (“Deserto” e “Cathedral” de Manuel Ribeiro) e biografias “de Garrett, Dickens, Antero, João de Deus e tantos outros”, bem como outros autores e livros que Padre Américo terá lido (como Rousseau, ou as “Prosas dispersas” de Junqueiro e “muito Eça”), elementos que atestam igualmente o espírito culto e eclético do nosso autor. Cfr. PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 57-60.

⁵¹ Que, de acordo com o mesmo Henrique Manuel Pereira, «lembra Eça de Queirós (...) e também Guerra Junqueiro». – PEREIRA, 59. Na mesma linha, leia-se o que o Padre Moreira das Neves a este respeito comenta: «Aos microfones da Emissora Nacional dedicou-lhe uma palestra inteira o Professor Doutor Agostinho de Campos, considerando-o um dos mais originais escritores portugueses contemporâneos. Admirava-lhe a linguagem vernácula, de sabor a terra e a sangue, desartificiosa, clara e iluminadora, essencialmente dinâmica e directa. O que tinha a dizer, dizia-o, sem que a pena se lhe embaraçasse entre os dedos». – NEVES, *O Padre Américo*, 39.

nunca haveria de ser escritor⁵², mesmo que para alguns ele fosse «*um dos maiores prosadores do seu tempo entre nós*»⁵³:

«Costumo ser muito gabado pelos meus dotes (dizem) de escritor. (...) Ora a verdade é que eu nunca dei fé de tal. As coisas saem-me da pena como o leite do peito das mães que amamentam. Os filhos é que o puxam. Assim estes meus. São eles, a bem dizer, que fazem o jornal»⁵⁴.

Contudo, e não obstante tal desencontro de opiniões sobre a sua figura e capacidades “intelectuais”, era alguém que sabia muito bem qual a sua “missão” (no mundo) e “lugar” (na História). É ele quem afirma, bem ao seu estilo: «*O Padre Américo tem de morrer e o nome dele ficar nos alicerces da Casa do Gaiato, escondido: se o grão de trigo ficar à vista não dá pão. Não é modéstia: é amor à Criança abandonada. É política...do Pai Nosso*»⁵⁵.

Permitindo-nos sublinhar o alcance antropológico, biográfico e teológico desta citação, sugerimos que se atente igualmente no título do texto-artigo de onde a mesma é retirada: «*A batina negra é bênção e maldição*». Com efeito, como sucede com tantos outros títulos, textos e afirmações suas, quem não vislumbra neste enunciado, não apenas uma “tese” – que a vida da figura em questão tantas vezes confirmou – mas igualmente uma expressão cabal de um “modo de ser” e de “estar no mundo” deveras peculiares, dificilmente compreenderá o alcance da “nota” de Padre Avelino Soares que preside à primeira página da edição nº 340 do jornal *O Gaiato* (16 de março de 1957), publicado quase um ano depois da morte de Padre Américo:

«(...) o Padre Américo era Padre cem por cento. Não vale, porque é falsa e mal intencionada, a insinuação que aflorou aqui ou além de que era, simplesmente e por índole natural, uma pessoa extremamente bondosa, atormentada pelo sofrimento dos pobres como ninguém no seu tempo; aconteceu de envergar uma batina que lhe permitia dizer impunemente coisas duras aos grandes deste mundo; mas os problemas da Igreja e do Reino de Deus não eram contas do seu rosário. Contra tal tentativa de laicização do P.e Américo grita todas as palavras que saíram da sua boca ou escorreram da sua pena»⁵⁶.

⁵² Ver, sobre esta sua “faceta”, MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 213-44.

⁵³ Zacarias de OLIVEIRA, «O Cantador», *Penafiel (Boletim de Cultura da Câmara Municipal)*, n. 1 (1972): 32. Apud PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 61.

⁵⁴ Américo Monteiro de AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, vol. 2, 3.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2004), 73. Cfr. Américo Monteiro de AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 1.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1986), 152.

⁵⁵ Américo Monteiro de AGUIAR, *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*, vol. 4, 1.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1984), 34.

⁵⁶ Pe. Avelino SOARES, «Facetas de uma vida», *O Gaiato*, n. 340 (16 de março de 1957): 1.

Embora concordando com o que Henrique Manuel Pereira defende – «*Sendo tudo isso [revolucionário, pedagogo, educador, místico, empreendedor, mestre..., Padre Américo] não cabe em nenhum espartilho. Padre Américo torna impossível qualquer definição*»⁵⁷ – consideramos que tal “reserva” não nos deve impedir de tentar uma diferente “aproximação” à sua figura e legado, ainda menos se esta nossa for uma “releitura/reinterpretação” que tente ser integradora de toda a sua Obra. Eis (também) o que nos propomos fazer, tarefa que nos exige, desde já, um primeiro e sintético esforço de contextualização histórico-geográfica, que passamos a concretizar.

6. Do contexto histórico do presente estudo

«O Padre Américo, pelo que foi, pelo que fez e pela obra que realizou e que perdura, em favor dos mais desprotegidos da nossa sociedade, foi um homem que deixou mais rico Portugal. E foi um Padre que, encarnando com generosidade e realismo o espírito do Evangelho, se tornou sinal do amor infinito e eficaz de Deus. A história da Igreja entre nós neste século não se poderá fazer sem lhe reconhecer lugar de primeiro plano»⁵⁸.

Foi nestes termos que a Conferência Episcopal Portuguesa se referiu, em 1987, ao autor aqui eleito para a presente investigação, assinalando nesse ano o centenário do seu nascimento. Ao justíssimo encómio celebrativo da memória de alguém cujo testemunho e legado urge recordar a revivificar, acrescentamos reconhecer aqui uma síntese acertada e realista do que foi, do que fez e do que significa esta figura (e o seu legado) para a História da Igreja e da sociedade portuguesa da primeira metade do século XX.

De facto, quando hoje referimos o nome de Américo Monteiro de Aguiar (1887-1956) ou, mais simplesmente, “Padre Américo”, aludimos a uma figura ímpar e incontornável da Igreja, da Cultura, da Pedagogia e da Assistência (Infantil⁵⁹) da primeira metade do século XX português. A História Religiosa contemporânea

⁵⁷ PEREIRA, «Como se da estátua brotassem flores».

⁵⁸ Cfr. NEVES, *O Padre Américo*, 8. Esta Nota foi publicada originalmente em IGREJA CATÓLICA – Conferência Episcopal Portuguesa, «Nota do Episcopado sobre o Centenário do Padre Américo», *Lumen*, n. 48 (1987): 4-6.

⁵⁹ Não obstante, ainda recentemente, numa obra que se propunha fazer a “história da criança em Portugal”, não se registe qualquer menção à Obra da Rua / Casa do Gaiato nem ao Padre Américo, sob nenhuma perspetiva. É, pois, de registar com alguma surpresa que um tal legado (quer teórico quer institucional), surgido precisamente da necessidade de dar resposta ao problema que a respetiva autora repetidas vezes aponta como um dos mais graves do século (a pobreza juvenil) não tenha sido alvo de qualquer menção nesse seu estudo. Referimo-nos aqui, mais concretamente, ao estudo: Maria João MARTINS, *História da criança em Portugal. Desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias, um olhar inédito sobre a infância*, 1ª ed. (Lisboa: Parsifal, 2014).

inclui o seu nome e testemunho no quadro da receção da “Doutrina Social da Igreja” em Portugal, inserindo-o na muito numerosa lista de padres que «*com variados perfis e formas de acção (...) influíram na evolução do catolicismo social português*»⁶⁰. Neste contexto, a sua proposta social é vista como sintomática da vitalidade e “criatividade” manifestada por alguns setores da Igreja Católica em Portugal no período situado entre a realização do “Congresso de Escritores e Oradores Católicos do Porto” (1871-1872) (e a fundação, nessa mesma cidade, da “Associação Católica do Porto”⁶¹ e, pouco depois, o lançamento do seu jornal *A Palavra*⁶², para a qual também concorreu o Congresso atrás referido) e, grosso modo, o ano de 1934, ano da criação da “Acção Católica Portuguesa” para a «*re Cristianização da sociedade*»⁶³. Com efeito, “catolicismo social” quer exprimir, sinteticamente, o “movimento” (de debate teórico e de envolvimento político, social e cultural) mediante o qual se torna evidente o paulatino crescimento da atenção e visibilidade da ação católica (quer de indivíduos quer de estruturas) sobre as questões sociais – pobreza, dignidade e condições laborais, educação, etc...). Esta era uma ação de forte pendor cívico-político imbuído de um certo “clima de combate”, quer teórico-ideológico quer institucional, com as “forças” contrárias àquela que era a proposta cristã plasmada nos textos do Magistério oficial sobre tais questões e que começavam a enformar o que haveria, posteriormente, de constituir um dos pilares fundamentais do *corpus* da “Doutrina Social da Igreja”⁶⁴. Como haveremos de verificar de forma mais concreta, Padre

⁶⁰ Paulo F. de Oliveira FONTES, «Catolicismo Social», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 317.

⁶¹ «A Associação Católica do Porto constituía então no meio portuense uma referência do dinamismo católico, como pioneira de um associativismo inovador no meio eclesial, através do qual se corporizavam ideias e acções em ordem à afirmação da religião católica na sociedade». – António Matos FERREIRA, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaiás Abúndio da Silva: 1874-1914*, Col. “Estudos de História Religiosa” 4 (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2007), 145.

⁶² «Para os redactores d’A Palavra, a questão social deveria ser entendida “essencialmente como uma crise moral”, donde decorria ser a religião a “única solução verdadeira”...». – José Miguel SARDICA, «A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal», *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n. 16 (2004): 375.

⁶³ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 73.

⁶⁴ «A intervenção sistemática, e sistematizada, da Igreja católica nos problemas da sociedade, da economia e das relações laborais tem pouco mais de um século de história, pese embora os seus muitos e variados antecedentes. Remonta, por junto, ao pontificado de Leão XIII (1878-1903) e, muito especificamente, à sua encíclica *Rerum Novarum*, unanimemente considerada, por teólogos e historiadores, a “magna carta” fundadora da Doutrina Social da Igreja. (...) Por Doutrina Social da Igreja pode entender-se, comumente, o discurso ou conjunto de ideias e ensinamentos com que a hierarquia eclesial se pronuncia acerca dos desafios e problemas a cada momento levantados pelas sociedades humanas. Nesse sentido, e desde a sua origem, ela nunca foi um corpo ideológico estático e imutável, revelando, bem ao invés, um carácter dinâmico, evolutivo e adaptável a novas realidades, na medida em que os problemas suscitados pela democracia, pela modernidade, pelo capitalismo ou pelo socialismo de hoje são naturalmente diferentes daqueles de há cem anos atrás». – SARDICA, «A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal», 367-68.

Américo foi, efetivamente, nas suas palavras e ações (e nas relações pessoais que estabeleceu com algumas figuras particulares deste “movimento”), um protagonista destacado desde mesmo esforço de consolidação de uma nova forma de “ser” e de “estar” da/em Igreja, num período que era de “recomposição” eclesial diante das “coisas novas” que o advento do século XX (e os novos contextos e novas “relações das forças”, quer político-institucionais quer pessoais/individuais) instaurou. É, portanto, e mais concretamente, no quadro social, político, cultural, legislativo e assistencial comumente identificado com o “Estado Novo” (entre finais da década de 20 e inícios da década de 50 do século passado, balizas temporais correspondentes ao período da vida/ação pública de Padre Américo, no qual se concretiza historicamente a sua proposta social) que nos moveremos no contexto da presente investigação⁶⁵.

No entanto, e atendendo a que nos estamos a referir a um pensamento cuja compreensão há de ser necessariamente situada no âmbito cristão-eclesial e doutrinal característico deste mesmo período, cremos ser igualmente necessário referir, ainda que brevemente, os elementos fundamentais relativos ao plano teórico-académico a ele subjacente. Com efeito, o atrás referido “catolicismo social” é acompanhado (e, em certa perspetiva, suportado teoricamente) pelo emergir do processo de receção-debate-implementação da Filosofia Tomista em Portugal⁶⁶, cujo impulso fundamental foi dado precisamente nos finais do séc. XIX, evoluindo ao longo de toda a primeira metade do séc. XX⁶⁷. Remonta a 4 de agosto de 1879, data da publicação da Encíclica de Leão XIII, *Aeterni Patris*⁶⁸, o arranque desta proposta de recuperação da filosofia cristã em conformidade com a Doutrina de S. Tomás de Aquino, comumente denominada como “Movimento Neotomista / Neoescolástico”⁶⁹, e que, em contexto português, teve como grande protagonista o Bispo-Conde Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913)⁷⁰. Foi no período da sua titularidade episcopal da Diocese Coimbrã (entre 1872 e 1913) e naquela

⁶⁵ Tal horizonte poderá, não obstante, ser momentaneamente alargado (para períodos/contextos históricos anteriores ou posteriores), sempre que a contextualização mais particular das temáticas aqui abordadas o justifique.

⁶⁶ J. Pinharanda GOMES, «Neotomismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), 304-6; J. Pinharanda GOMES, «Aspectos da filosofia católica em Portugal na segunda metade do século XX», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 12 (2000): 315-54.

⁶⁷ Bernard SESBOÛÉ e Christoph THEOBALD, *A Palavra da Salvação (séculos XVIII-XX)*, «História dos Dogmas» 4 (São Paulo: Edições Loyola, 2006), 346ss.

⁶⁸ IGREJA CATÓLICA: Leão XIII, Papa (1878-1903), *Carta Encíclica «Aeterni Patris – Sobre a restauração da filosofia cristã conforme à doutrina de S. Tomás de Aquino»*, 1879, [em linha: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html>].

⁶⁹ Evangelista VILANOVA, *Historia de la Teología Cristiana*, vol. 3 (Barcelona: Editorial Herder, 1992), 585-605.

⁷⁰ António de Jesus RAMOS, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995).

Universidade que se verificou o epicentro de todo o seu projeto de transformação do panorama filosófico-teológico português⁷¹, quer na vertente da dita reflexão teórico-acadêmica, quer no sentido e aplicabilidade pedagógicos de tal reforma. E, a atestar a dimensão de tal estratégia transformadora, convirá registar que esta se operacionalizou, como bem nota Nuno Estevão, em quatro grandes eixos de ação académica e divulgação editorial:

«(...) a criação de uma cadeira específica no Seminário da diocese (Filosofia Tomista), (...) uma instituição que desenvolvia actividades regulares (Academia de S. Tomás de Aquino), (...) um periódico (Instituições Christãs), (...) uma infra-estrutura apropriada (um salão no Seminário) e (...) uma tipografia destinada à impressão de obras e discursos produzidos pelos intervenientes neste amplo movimento (Typographia das Instituições Christãs, a que sucederia a Typographia do Seminario)»⁷².

Para dar seguimento a esse seu projeto, o referido bispo coimbrão encarregou, primeiramente, Luís Maria da Silva Ramos (Decano da Faculdade de Teologia)⁷³ e depois Monsenhor Tiago Sinibaldi (1856-1928)⁷⁴, «para o efeito contratado em Itália»⁷⁵, como primeiros regentes da referida Cátedra de Filosofia Tomista, tendo contado ainda com a colaboração do filósofo M. Ferreira-Deusdado (1860-1918)⁷⁶,

⁷¹ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 55-56. Sobre a recepção do Neotomismo em Portugal, ver: Maria Manuela Brito MARTINS, «A recepção do neotomismo em Portugal na segunda metade de Oitocentos: em torno do Bispo Bastos Pina, Tiago Sinibaldi, Martins Capela e Silva Ramos», em *Actas do Congresso Internacional «O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro entre 1850 e 2000»* (Porto: Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto; INCM, 2007), 161-90, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.14/14000>>]; Nuno ESTEVÃO, «As Instituições Christãs e a Academia de S. Tomás de Aquino em Coimbra (1880-1893)», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 16 (2004): 43-86; Amaro Carvalho da SILVA, «Martins Capela, um divulgador do Neotomismo», *Revista Portuguesa de Filosofia*, 48, n. 2 (1992): 321-347; Manuel António Ferreira DEUSDADO, *A Filosofia tomista em Portugal: documento estabelecido sobre um ensaio de M. A. Ferreira Deusdado* (Porto: Lello & Irmão, 1978), [em linha: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/006754515>>]; RAMOS, *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*; Carlos A. Moreira AZEVEDO, «L'insegnamento nella facultà di teologia di Coimbra nel contesto europeo del secolo XIX», em *Coloquio Internacional A Igreja e o Clero Portugues no Contexto Europeu – The Church and the Portuguese Clergy in the European Context* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2005), 295-306.

⁷² ESTEVÃO, «A restauração do tomismo em Portugal no século XIX: as Instituições Christãs e a Academia de S. Tomás de Aquino em Coimbra (1880-1893)», 43.

⁷³ MARTINS, «A recepção do neo-tomismo em Portugal na segunda metade de Oitocentos...», 188-90; Eduardo Cordeiro GONÇALVES, «Luís Maria da Silva Ramos e a Crítica dum Socialista. A Propósito da Rerum Novarum», em *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos* (Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2004), 561-68.

⁷⁴ MARTINS, «A recepção do neo-tomismo em Portugal na segunda metade de Oitocentos», 174-82.

⁷⁵ GOMES, «Neotomismo», 304.

⁷⁶ Manuel António Ferreira DEUSDADO, «La philosophie thomiste en Portugal . Notes pour servir à l'histoire de la philosophie en Portugal», *Revue néo-scolastique*, n. 20 (1898): 429-50; DEUSDADO,

amigo pessoal do Cardeal Mercier (1851-1926)⁷⁷. Ora, foi precisamente neste período de especial efervescência do Neotomismo coimbrão que Padre Américo se encontrava naquela cidade, a completar os seus estudos teológicos no Seminário daquela diocese. É, por conseguinte, durante a frequência do seu curso de Teologia que se lançam as raízes para uma especial proximidade por ele nutrida em relação a esta doutrina, por sua vez também clarificadora e definidora de algum do ideário político de então⁷⁸.

A par deste “envolvimento/proximidade teórico-conceitual” (patente em muitas das suas reflexões de pendor e conteúdo marcadamente mais doutrinário), nota-se igualmente (e de forma mais “manifesta”) uma proximidade relacional (diríamos quase afetiva) com alguns protagonistas deste “movimento”. Neste sentido, cremos poder dizer que o nome de Padre Américo ombréia mesmo com os nomes de outras figuras eclesiais de então, como são os casos dos padres Luís Lopes de Melo (1885-1951), Joaquim Alves Correia (1886-1951), Joaquim Alves Brás (1899-1966) ou Abel Varzim (1902-1964), nomes e figuras que, não obstante a disparidade de percursos vitais e de projetos/legados desenvolvidos, são expressão desse esforço de maior e mais dinâmica conjugação entre aqueles que são os *princípios* e *pressupostos* doutrinários essenciais da Fé Cristã e a vertente/dimensão/concretização prática/social dos mesmos.

Finalmente, e numa outra linha interpretativa da Obra de Padre Américo (aqui entendida também na duplicidade da sua concretização: assistencial e literária) poderá igualmente ser a da “voz crítica” do Regime do “Estado Novo”: analisando, precisamente, os legados e contributos dos Padres Abel Varzim e Joaquim Alves Correia, apresentados como «*profetas*» e protagonistas «*de uma espécie de proto-oposição católica ao Estado Novo e de um aparecimento claro do*

A Filosofia tomista em Portugal; Artur MANSO, «Manuel António Ferreira-Deusdado (1858-1918). Ensaio biobibliográfico», em *A Terra de Duas Línguas. Antologia de Autores Transmontanos*, por Ernesto RODRIGUES e Amadeu FERREIRA, vol. 2 (Valongo: Lema d'Origem, 2013), 317-26.

⁷⁷ Désiré Joseph Mercier (1851-1926), fundador do Instituto Superior de Filosofia na Universidade de Lovaina e autor do *Curso de Philosophia – Ontologia ou Metaphisica Geral* (editado em Portugal por Pedro Maria Dantas Pereira, em 6 volumes, em 1904), é uma das figuras de maior destaque do movimento neotomista europeu, tendo influenciado autores como Joseph Maréchal (1878-1944) ou Pierre Rousselot (1878-1915). Cfr. Hubert JEDIN, ed., *Manual de Historia de la Iglesia*, vol. 8 (Barcelona: Editorial Herder, 1978), 186; Hubert JEDIN, ed., *Manual de Historia de la Iglesia*, vol. 9 (Barcelona: Editorial Herder, 1984), 579; José Luis ILLANES e Josep Ignasi SARANYANA, *Historia de la Teología*, (Madrid: BAC, 1995), 325-26.

⁷⁸ Sobre a influência do Neotomismo em Salazar (patente, nomeadamente, na doutrina do Estado Novo sobre o “bem comum” e na forma como este entende a relação entre “espiritual” e “temporal”), ver Duncan SIMPSON, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista* (Lisboa: Edições 70, 2014), 89-90; Pedro Aires OLIVEIRA, «[Recensão a] Valentim ALEXANDRE, *O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, Dom Quixote, 2006», *Análise Social*, XLII (4.º), n. 185 (2007): 1135-40.

confronto decisivo entre as práticas de Salazar e Caetano e a consciência cristã»⁷⁹, Jorge Revez defende que o nome de Padre Américo, cujos «*artigos denunciam desde a década de 30 as contradições de um regime que se dizia cristão*»⁸⁰, faz igualmente parte deste elenco, salientando assim uma dimensão não desprezível da sua personalidade e legado.

Não obstante, será outra a “linha hermenêutica” aqui adotada (e que mais adiante concretizaremos); embora não colida nem se identifique totalmente com nenhuma destas, achámos conveniente ter presentes estas hipóteses de leitura deste mesmo pensamento (a par de outras que, exposto o “estado da arte” se clarificarão), pois, em bom rigor, o pensamento de Américo Monteiro de Aguiar nos aparece precisamente *atravessado* por todas elas, sem nunca, contudo, se circunscrever e reduzir a apenas uma. E é também aqui, em nossa opinião, que reside grande parte da sua riqueza e interesse.

⁷⁹ Jorge REVEZ, *Os «Vencidos do Catolicismo». Militância e atitudes críticas (1958-1974)* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2009), 34.

⁸⁰ REVEZ, 34. Ver igualmente, sobre o mesmo tema (e registando igualmente o nome de Padre Américo entre os “protagonistas” desta “resistência”): José Geraudes FREIRE, *Resistência Católica ao Salazarismo-Marcelismo* (Porto: Telos, 1976).

CAPÍTULO 1

O(S) POBRE(S) E A POBREZA: “RAIZ, NERVO E CUME” DO “PENSAR ATUANTE” DE PADRE AMÉRICO

Se fosse necessário identificar, entre os quatro eixos-pilares do pensamento de Padre Américo assinalados anteriormente (pobres/pobreza, caridade/assistência), qual o mais relevante para a compreensão de todo o seu “pensar”, julgamos não haver dúvidas de que teríamos que reconhecer que é no binómio “pobres/pobreza” que assenta, simultaneamente, a base mais profunda e o horizonte mais amplo da sua reflexão-ação. Porque foi a eles que o fundador da Obra da Rua dedicou toda a sua vida⁸¹; porque foram o contacto que com eles manteve e a vontade de denunciar as injustiças que a realidade da pobreza representava que explicam a emergência dos seus textos; e porque, em suma, foi esta a questão-problema a que, efetivamente, Padre Américo tentou dar resposta através das iniciativas de carácter pedagógico e social de que foi protagonista e inspirador.

Certamente que esta sua “eleição” da “questão dos pobres/pobreza” não constitui uma total novidade, nem no quadro da História do Cristianismo nem no mais estrito âmbito da História da Teologia⁸², tão numerosos e significativos

⁸¹ «Vai fazer dez anos, no dia dezanove do mês de Março, que eu pedi licença ao então Prelado da Diocese de Coimbra para me deixar visitar e cuidar dos Pobres, que para outra coisa não prestava em virtude de uma doença que ao tempo me consumia; e Ele disse-me que sim. Não houve requerimento nem cunha nem nomeação. Fui um operário chamado à Vinha do Senhor, pelo Senhor, em muita dor e aflição, a fim de melhor poder ajudar e compreender os aflitos. Deus escreve direito por linhas tortas. (...) Desde então até à data, tem sido um constante desfiar de contas numa cadeia interminável de cenas que a vida tem...». – “Falo; ninguém me responde!” in AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3: 88.

⁸² Em linguagem e contexto estritamente teológicos, só mais tarde, a partir de 1979, tal tipo de “eleição” foi traduzida pela expressão “opção preferencial pelos pobres”, formulação cunhada pela primeira vez no comumente denominado “Documento de Puebla” publicado naquele ano. Nesse texto-documento conclusivo dos trabalhos da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, reunido em Puebla (México), a terceira reunião magna dos Bispos que integram o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), a dita “opção fundamental pelos pobres” foi apontada como um dos três princípios orientadores da missão evangelizadora para todos os povos da América Latina no pós-II Concílio do Vaticano,

são os exemplos quer de “sujeitos-atores” de escolha semelhante, quer de textos da Tradição⁸³ e do Magistério eclesial⁸⁴ que abordam com profundidade e no transcorrer dos mais díspares espaços temporais e geográficos, quer os contornos, quer os desafios teológico-pastorais provocados por esta problemática. Com efeito, é deveras extensa a lista de homens e mulheres (clérigos e/ou leigos), bem como de grupos, associações, institutos e “movimentos” que, de uma forma ou de outra, fizeram da “questão dos pobres/pobreza” o centro do seu pensar e viver (da sua fé), “enquadramento” que merecerá uma especial atenção e análise ao longo do presente estudo. Não obstante, permitimo-nos apenas sublinhar o elemento que, neste ponto da exposição, nos parece merecer um especial realce: também aqui os pobres e a pobreza são, efetivamente, o “centro e o cume” de todo um pensar-viver a fé e não apenas um “apartado” ou perspetiva da mundividência histórico-teológica de Padre Américo. Isto significa dizer que, nesses outros autores e textos, e também assim e especialmente no pensamento-obra do fundador das “Casas do Gaiato”, aquilo que poderia constituir uma (mera) “questão de ótica” – uma visão, interpretação ou releitura da mensagem cristã sob a perspetiva dos pobres/pobreza – converte-se e consubstancia-se numa verdadeira “ética”. Dito de outro modo: é todo um *modus agendi*, uma proposta e um testemunho vital de ação concreta e precisa, que se apresenta como merecedor de análise e aprofundamento. E, a partir de tal análise, cremos que se perceberão melhor os “princípios” que justificam e alicerçam esse “método” muito próprio de Padre Américo, princípios e método concorrentes e conducentes a “objetivos” por ele devidamente declarados e plenamente assumidos. Por conseguinte, passa igualmente por aqui a compreensão da profundidade dos alicerces desta ponte

granjeando, a partir de então, uma notoriedade de carácter “fundacional” de toda a posterior reflexão e análise (teológico-pastoral) da pobreza e dos pobres no mundo. Posteriormente, seria o Papa João Paulo II, na sua Carta Encíclica *Centesimus Annus* (1991), a fazer eco da superior relevância teológica, pastoral, social, económica e cultural desta questão (vide os n.ºs 9, 11 e 58).

⁸³ Ilustração inegável desta constatação é o extraordinário trabalho realizado por José Ignacio GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo. Los pobres en la teología y la espiritualidad cristianas. Antología comentada* (Madrid: Editorial Trotta, 1991), obra em que se compilam, contextualizam e comentam textos de mais de 60 autores (de S. Basílio e S. João Crisóstomo a Sto. António de Lisboa e S. Tomás de Aquino, de Inácio de Loyola a Teresa de Jesus, de S. Vicente de Paulo e Frédéric Ozanam a Lercaro e S. João Paulo II), sem esquecer igualmente os contributos quer do Magistério Eclesial (textos conciliares) e de outros pensadores e pensadoras contemporâneos das mesmas reflexões e debates (Thomas Müntzer, Hermann Kutter, Charles Péguy, Emmanuel Mounier ou Karl Barth). Consulte-se igualmente VV. AA., *A pobreza na Igreja* (Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1964) para um elenco muito mais breve de textos da mesma origem.

⁸⁴ Nos mesmos volumes citados na nota anterior, encontramos igualmente alguns exemplos neste âmbito, nomeadamente os (também já “clássicos”) textos dos cardeais Montini (“O Cristão e o Bem-estar Temporal”) e Lercaro (“A Pobreza na Igreja”) e do Mons. Huyghe (“Igreja e Pobreza”), propulsores de grande parte da reflexão ocorrida no contexto (e no seguimento) do II Concílio do Vaticano. – VV. AA., *A pobreza na Igreja*, 41-86; 87-94; 95-102, respetivamente.

epistemológica e hermenêutica entre “Teologia” e “História” de que se parte nesta investigação e que através dela se pretende igualmente fortalecer.

O que se segue, e que nos parece, neste sentido, essencial, é uma tentativa de apresentação, tão estruturada quanto possível, do entendimento de Padre Américo quanto aos conceitos de “pobre(s)” e “pobreza”, compreensão para a qual concorrerá, necessariamente, o respetivo enquadramento no pensar seu contemporâneo.

1.1. No princípio... a (in)definição: entre a a-sistematicidade do pensar e o pragmatismo do fazer

«A theologian is in many respects a product of his time, and his speculations are tempered by the milieu in which he lives. There are few who can rise above it and see the whole theological conspectus as it is. There is the added danger that in so doing he will differ from those of his time, rendering himself suspect to many of his own confreres. The result is that he will become either a stumbling block or a landmark for later theology»⁸⁵.

Tratando-se de alguém que sempre recusou apresentar-se como “teólogo”, «filósofo»⁸⁶, e muito menos “doutrinador” através dos seus escritos, não é de esperar encontrar nestes uma qualquer sistematização filosófica, teológica, ou sociológica dos assuntos sobre os quais a sua reflexão incidiu, mesmo os de maior relevância e notória centralidade, como são o caso dos conceitos de “pobre” e “pobreza”. O que encontramos, isso sim, é uma escrita-pensamento estritamente coetâneos aos problemas, especialmente de ordem social – mas também teológica-elesial – com que o autor teve que se debater no seu dia-a-dia de “Padre da rua”. Tal significa que a escrita e reflexão de Padre Américo não resultam nem obedecem a nenhuma espécie de esquematização prévia: antes surgem direta e concomitantemente como resposta-reflexão-testemunho da sua vivência quotidiana e dos problemas por ela suscitados. Por conseguinte, todo o esforço de sistematização que se pretenda empreender do seu pensamento terá, necessariamente, que aceitar este pressuposto hermenêutico: toda a sistematização conceptual que for possível reconstruir a partir dos seus escritos, seja “nas entrelinhas” (intra-texto) dos mesmos seja na sua formulação mais evidente e declarada (texto), foi e será sempre resultado do diálogo/confronto da realidade histórica concreta que ele se viu forçado a tentar compreender e a dar resposta com aquilo que, como “homem

⁸⁵ Peter RIGA, «The ecclesiology of Johann Adam Möhler», *Theological Studies* (New York – E. U. A.), n. 22 (1961): 565.

⁸⁶ « (...) o Fundador da Obra da Rua não é um filósofo. É antes de mais um padre que, em certa ocasião, decidiu fazer do Evangelho o único livro de oração». – RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, XV.

de fé”, vislumbra ser o seu “dever” e “missão”, na concordância com o que entende serem as exigências do Evangelho. Em suma, estará assim melhor explicitado o título deste apartado: é a “pragmática” do fazer algo pelos pobres que ocupa o primeiro lugar das suas preocupações e prioridades; a reflexão, casulo da sistematização teórica, só vem, “necessariamente”, muito depois.

Não deverá, portanto, ser motivo de surpresa o facto de, inquiridos os seus escritos, não ser possível registar uma “definição acabada” do termo “pobre”/“pobreza” que tenha a sua autoria (nem muito menos a citação de um qualquer enunciado proposto por outro autor). Não obstante, importa dizer que, não o fazendo, não será justo nem correto vislumbrar aqui qualquer tipo de “incompetência teórica”, nem muito menos intuir algum *deficit* de informações e dados relevantes e suficientes para tal exercício de concretização conceptual; parece-nos, isso sim, que se não o faz (havendo podido tê-lo feito, e até com elevada dose de objetividade e rigor, assentes e sustentados por longos e intensos anos de ação “no terreno”) é porque a sua primordial preocupação esteve sempre “a montante” da própria reflexão teórica que tal exercício definitório supõe: é o problema e as circunstâncias reais – dos “sujeitos reais” – da pobreza que ele visa resolver, sempre e em primeiríssimo lugar; pelo que, mesmo quando esboça alguma definição aproximada deste ou de qualquer outro conceito, fá-lo para melhor descrever – e assim compreender – a realidade que nele quer condensar, e não tanto com o intuito de o “arrumar” em qualquer espécie de categorização conceptual.

Assim, e afunilando a perspetiva no que concerne aos conceitos aqui em análise, cumpre citar uma expressão da sua autoria que concretiza e justifica esta nossa intuição: «*Temos de atender muito mais à qualidade do Pobre do que à extensão da sua pobreza*»⁸⁷, um enunciado que, em nossa tradução, significará dizer que para Padre Américo, o problema dos pobres é essencialmente um problema “da pessoa pobre”, um problema ético, portanto; por sua vez, no que respeita à “extensão da pobreza” de que falam as estatísticas, é muito clara a sua opinião:

«Ora eu tenho aqui uma estatística de Fevereiro do ano de 1946 a falar das crianças sem abrigo e de outras abrigadas, sim, mas órfãs de pais. Contam-se por milhões, as da primeira categoria! Alemanha: oito milhões. Itália: três milhões... – e tudo assim. A estatística diz algarismos. Que diga o resto o teu coração, se és capaz de amar. Crianças que não brincam! Crianças à procura do sorriso da mãe! Eis a amargura. Crianças a pedir e a roubar. Eis a desgraça!»⁸⁸.

⁸⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:52.

⁸⁸ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 163.

Ou, num outro lugar, referindo-se concretamente ao problema da delinquência («*vadiagem*») infantil:

«Ninguém pode destruir a natureza das coisas, sim. “Há-de haver sempre escândalos no meio de nós”, rixas e invejas e crimes. Mas podia, seguramente, cada um de nós fazer tudo quanto em si coubesse para diminuir a vadiagem infantil. As estatísticas da especialidade indicam, com certeza, qual a percentagem de crimes que começa ali. Sim, devem indicar. Mas, em regra, quando os números são de meter medo e mormente os de matéria social, vem a lei do mínimo esforço dizer que está tudo muito certo, que nos outros países ainda é pior, que não convém assustar; e como o sol de Portugal é doce e quente – deixa-se correr o marfim!»⁸⁹.

Finalmente, e em jeito mais reflexivo (e taxativo): «*O problema da repressão da Miséria e seus múltiplos derivados não se resolve com estatísticas nem orçamentos; não. Há-de ser obra de todos, dirigida por devotos e apaixonados*»⁹⁰.

Por conseguinte, atendendo à forma como Padre Américo enquadra a questão, parece-nos que o método mais eficaz de aproximação àquele que poderá ser o “seu” conceito de “pobre”/“pobreza” será atentarmos nas ocorrências do termo – quer na sua formulação singular quer plural – nos seus textos e, posteriormente, considerar o contexto em que este surge e a reflexão a ele pensa.

1.2. No entretanto... os termos: da forma ao conteúdo

Seguindo tal orientação, rapidamente se nos torna evidente que estes são dois conceitos-realidades que merecem de Padre Américo a mais profunda atenção e respeito. A demonstrá-lo está, desde logo, o facto de quatro dos dezoito volumes da sua obra escrita aparecerem expressamente intitulados com a expressão *Pão dos Pobres*⁹¹. Analisando tal título em paralelo com o conteúdo dos respetivos volumes, facilmente se conclui que *Pão dos pobres* remete imediatamente não só para o universo da pobreza que os textos/artigos pretendem descrever, como para o próprio “objetivo último” da sua publicação: dar notícia e simultaneamente exortar para a necessidade do auxílio prestado/a prestar – o “pão” que será necessário “distribuir” – àqueles que são os “mais pobres entre os pobres” do seu tempo. Acrescente-se ainda a tal linha interpretativa o volume intitulado

⁸⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:208.

⁹⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:133.

⁹¹ Américo Monteiro de AGUIAR, *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*, vol. 1, 5.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1986); AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984. Correspondendo esses quatro volumes a 421 textos/artigos, de um total de 1811, isso implica concluir que 23,25% do total de textos por si escritos e compilados em livro surgem “agrupados” sob este “chapéu temático”.

O Barredo. Lugar de mártires, de heróis, de santos (100 artigos/textos), cujo título aponta, por sua vez, quer para a situação vivida pelos habitantes do bairro homónimo da baixa portuense, quer igualmente (como aliás o próprio Padre Américo sublinha⁹²) para os habitantes dos outros “Barredos” de Lisboa ou Coimbra. Assim, quer nestes “Barredos”, quer nas vidas e histórias que atravessam os volumes de *O Pão dos Pobres*, estamos diante daqueles que constituem os verdadeiros “lugares teo-lógicos” da “revelação”, aos olhos⁹³ de Padre Américo, do “habitat” da sua ação social, isto é, da sua vocação⁹⁴ mais plena.

Concomitantemente, estamos também convencidos que não é de somenos importância o facto de os próprios termos “pobre(s)” e “pobreza” aparecerem repetidas vezes escritos com maiúscula. Com efeito, se se tiver em consideração que conceitos como “Evangelho”, “Fé”, “Caridade”, “Cruz”, “Humildade”, “Miséria”, “Bem”, “Paz”, ou “Obra (da Rua)” – igual e indubitavelmente essenciais e estruturantes no seu pensamento⁹⁵ – também aparecem assim grafados, somos então levados a concluir que também as noções de “pobres” e “pobreza” se encontram num “outro nível” de atenção/compreensão por parte do Fundador da Obra da Rua. Nas palavras do próprio Padre Américo:

«Pobre com letra maiúscula, sentido absoluto que abrange a legião dos Famintos e dos Escorraçados, por amor de quem tenho feito sangue nos pés e desejaria dar todo o das veias para melhor os servir e mais perfeitamente os amar. [...] O Pobre é coisa tão santa, e tão divina a missão de o servir, que unicamente sabe o que diz quem for pobre ou servo deles; as experiências não se transmitem»⁹⁶.

«A espontaneidade dos interessados desta página prova que são mui grandes os corações que sabem esconder-se por detrás das pequeninas ofertas que mandam. São tudo migalhas de bondade, recolhidas, asseadas, pobrezinhas. Esmolas que pedem esmolas de orações. Pobreza que empresta à pobreza. Que maravilha! (...) Nem toda a gente compreende a alegria de Francisco de Assis quando comia as

⁹² «[a] semelhança dos Barredos é flagrante, tanto faz Coimbra como Porto ou Lisboa». – AGUIAR, *O Barredo*, VII.

⁹³ Em subtítulo, e como que numa primeira descrição do que ali se pode conhecer, Padre Américo refere ser o Barredo um “Lugar de mártires, de heróis, de santos”. Com efeito, martírio, heroicidade e santidade são, neste quadro, os “outros rostos – desconhecidos – da pobreza” que ele vislumbra nos rostos/vidas dos habitantes daqueles tugúrios. Simultaneamente, com este subtítulo “teologicamente” muito marcado, o Autor indica, como que sub-repticiamente, ao leitor a lente hermenêutica mais adequada aos textos constantes da obra em questão.

⁹⁴ Ver, a respeito da sua “segunda vocação”, “Memorare” in AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, VII-VIII.; MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 247-58.; MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 99-122.

⁹⁵ Abstemo-nos de apresentar citações/referências que sustentem esta afirmação, de tão recorrentes que são ao longo dos escritos do Padre Américo Monteiro de Aguiar.

⁹⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1: XIII.

côdeas mendigadas de porta em porta, sentado nos verdes prados, á beira das águas correntes, na companhia da sua sempre noiva, a Santa Pobreza»⁹⁷.

«Muita reverência para com os Pobres – essa Pobreza alta e verdadeira, homens grandes no sacrifício, na resignação, no sofrer»⁹⁸.

«Quem dera que todos os sacerdotes trouxessem consigo o sinal de Jesus, a Pobreza, título sagrado de receber esmolas»⁹⁹.

«Quem dera que todos os leitores desta coluna de amor pudessem saborear nela, muito baixinho, dentro de seus corações, o mesmo que os do átrio do Pontífice encontravam no falar de Pedro: o jeito e a toada de Jesus Nazareno! O Qual, sendo infinitamente rico, deu ao mundo a grande lição da Pobreza; e fez-Se Pobre para ser a parte escolhida de uma grande multidão»¹⁰⁰.

Por outro lado, e como que querendo demonstrar a multiplicidade das concretizações humanas e sociais dos termos em questão – e, com ela, o seu “valor”/ importância no contexto do seu pensar-agir teológico –, talvez convenha igualmente referir a utilização de outras palavras/expressões que se manifestam, simultaneamente, como sinónimas e adjetivas/descriptivas destes conceitos. Neste particular, e para o caso de “pobre(s)”, os termos «*enfraquecidos*»¹⁰¹, «*Estropiados*»¹⁰², «*miseráveis*»¹⁰³, «*Oprimidos*»¹⁰⁴, «*pedintes*»¹⁰⁵, «*Abandonado[s]*»¹⁰⁶, «*Os Doentes. Os Envergonhados. Os Paralíticos. Os Revoltados*»¹⁰⁷, mas também «*vítimas inocentes*»¹⁰⁸, «*Raros*»¹⁰⁹, «*Irmãos caídos*»¹¹⁰, «*Irmãos indigentes*»¹¹¹, «*Lixo das Ruas*»¹¹² e «*”Lixo”*»

⁹⁷ AGUIAR, 1:23.

⁹⁸ AGUIAR, 1:81.

⁹⁹ AGUIAR, 1:200.

¹⁰⁰ AGUIAR, 1:206.

¹⁰¹ AGUIAR, *Viagens*, 183-86.

¹⁰² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:86. 119. 125. 202.

¹⁰³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:133-35.

¹⁰⁴ AGUIAR, 2:40.

¹⁰⁵ Américo Monteiro de AGUIAR, *Doutrina*, vol. 1, 2.^a ed. aumentada (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1974), 98.

¹⁰⁶ AGUIAR, 1:175; Américo Monteiro de AGUIAR, *Normas de Vida dos Padres da Rua* (Paço de Sousa: Casa do Gaiato/Obra da Rua, 2006), 18. 22. 41.

¹⁰⁷ AGUIAR, *O Barredo*, 304.

¹⁰⁸ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 17.

¹⁰⁹ Américo Monteiro de AGUIAR, *Doutrina*, vol. 2, 1.^a ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1977), 201.

¹¹⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:98; Américo Monteiro de AGUIAR, *Doutrina*, (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1980), 166.

¹¹¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:99.

¹¹² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:316. 330; AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 173. 248.

social»¹¹³ são expressões por si utilizadas para se referir a esta mesma realidade. Já no que concerne à “Pobreza” (adjetivada de «*espantosa*»¹¹⁴, «*heroica e dolorosa*»¹¹⁵, «*santa*»¹¹⁶ e «*imaculada*»¹¹⁷, e que, quando vivida e assumida em favor dos pobres, é «*gloriosa*»¹¹⁸ e «*altíssima*»¹¹⁹ mas que, quando é «*envergonhada*»¹²⁰, é a «*Pobreza que mais faz doer*»¹²¹), serão os termos “miséria” (por vezes, também usada com maiúscula¹²² e adjetivada como «*negra*»¹²³, «*social*»¹²⁴, «*moral*»¹²⁵, «*humana*»¹²⁶) e “penúria”¹²⁷ (de que os pobres são os «*legionários*»¹²⁸) aqueles que mais vezes aparecem em sua substituição/equivalência¹²⁹.

¹¹³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:317.

¹¹⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:92.

¹¹⁵ Américo Monteiro de AGUIAR, *Do fundamento da Obra da Rua e do teor dos seus obreiros* [Opúsculo] (Paço de Sousa: Imp. Oficinas e Gráficas da Casa do Gaiato, 1950), 3.

¹¹⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:13.

¹¹⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:13.

¹¹⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:116.

¹¹⁹ AGUIAR, *De como eu fui*, 39. 63. 170 (nestas duas últimas ocorrências, o termo aparece inclusive grafado com maiúscula...).

¹²⁰ AGUIAR, *O Barredo*, 97; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:88; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:48.

¹²¹ AGUIAR, *O Barredo*, 57.

¹²² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:51. 56; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:265; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:12.

¹²³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2: 145. 293.

¹²⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:41; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:28; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:295.

¹²⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2: 131.

¹²⁶ AGUIAR, 2:223.

¹²⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:43; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:130.142; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:81; AGUIAR, *O Barredo*, 43. 113. 157. 159; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:30.

¹²⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2: 37.

¹²⁹ Não obstante, nem sempre o termo “miséria” se confunde/identifica com “pobreza”, antes descrevendo igualmente uma situação injusta e condenável, sim, mas porque causada não pela condição dos nela envolvidos, mas antes pela resposta profilática que as “entidades competentes” optaram nela aplicar. Nas palavras de Padre Américo: «Só o dom da Fortaleza é capaz de nos dar coragem para dizer que não a todos quantos racionalmente nos vêm procurar (...). Todos os dias. Dos concelhos de Valongo, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Marco de Canaveses. Sexos. Idades. Doenças. Tudo. Trazem cartas de recomendação, atestados das Juntas; mas muito mais do que isso, dizem as suas lágrimas, seus queixumes, dolorosas situações. A pobreza transformada em miséria! É preciso muita coragem para os despedir sem nada. E nós fazemo-lo. Temos assim feito. Havemos de continuar, tomando por remédio esta dura actuação. Remédio social». – AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:121. Um outro caso em que tal distinção é sublinhada ocorre aquando da clarificação do que ele entende por “espírito de pobreza”, num texto assim mesmo intitulado. Leia-se: «Para irmos já direitinhos às coisas, convém elucidar que por «pobres em espírito» devemos compreender os homens que, não tendo fortuna, também a não desejam; ou que possuindo, não são possuídos dela; ou ainda os que, sendo de facto pobres, não se queixam do seu estado. Daqui se conclui, desde já, que pobreza e miséria não são do mesmo sangue. Nunca o amor à pobreza gerou miséria em ninguém – nunca. O amor das riquezas – sim». – AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 75. Assim se comprova a necessidade, atrás referida, de atender ao contexto próximo (“intra-texto”) da aplicação dos conceitos aqui em análise para uma correta interpretação dos mesmos.

Concluindo, e registando a multiplicidade lexical aqui evidenciada, diríamos que este exercício de tentativa de definição dos termos “pobre(s)” e “pobreza” no pensamento (teológico) de Padre Américo só será possível mediante o reconhecimento e aceitação desta “indefinição original”, não tanto como “limitação” ao rigor conceptual aqui exigido, mas antes como espaço e condição de possibilidade de análise e aprofundamento das múltiplas orientações e contextos nos quais os termos são por ele abordados e utilizados. De facto, porque não é sua preocupação fixar num conceito estrito nenhuma das realidades (e) problemáticas com as quais teve que lidar, a sua leitura é mais própria de quem analisa os problemas por um outro prisma: o prisma de alguém para quem, antes de tudo,

«Os pobres são um sinal de que alguma coisa não funciona bem nas estruturas sociais; são sinal de que o bem comum não está a ser possível de alcançar. A presença dos pobres é uma interrogação inquietante para todos os sistemas económicos e políticos. Os pobres demonstram que há estruturas que geram a injustiça. O pobre é um sinal da própria presença interrogativa na sociedade¹³⁰»...

...pois o seu clamor por justiça¹³¹ é eco daquela dilacerante pergunta feita por Deus a Caim: «*Onde está o teu irmão Abel? (...) Que [lhe] fizeste?*» (Gn 3, 9).

Deste modo se vê como, aqui como noutros aspetos (como adiante se verificará), aquilo que parecia ser, à primeira vista, uma espécie de “debilidade” da sua obra/pensamento, acaba por ser (se transformar) numa manifestação da sua maior força, vitalidade e intemporalidade. Por conseguinte, o que a seguir se apresenta são algumas tentativas-possibilidades de sistematização do pensamento de Padre Américo sobre o que e como entende ele (a questão d) “o(s) pobre(s)” e (d)a “Pobreza”.

1.3. Uma primeira tentativa: breve hipótese de definição “histórico-sociológica”

«Se analisarmos as fontes documentais e a imprensa em geral, nos finais do século XIX e começos de XX, ficamos com a ideia que, publicamente, os pobres eram considerados imorais e indignos, vivendo uma subcultura que o Estado controlava em nome da defesa social»¹³².

¹³⁰ José Martins MAIA, «Caridade e solidariedade social», *Communio – Revista Internacional Católica* XI, n. 5 (1995 de 1994): 432.

¹³¹ Parafrazeamos aqui o título de um muito interessante estudo sobre a mesma temática (relativa à compreensão teológico-cristã da pobreza e da riqueza): Luís González-Carvajal SANTABÁRBARA, *El clamor de los excluidos. Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres* (Santander: Editorial Sal Terrae, 2009).

¹³² MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 81-82.

«Não há no mundo fauna mais actual nem mais ignorada do que o Pobre. A curiosidade e a ousadia de todos os séculos têm levado homens a procurar saber a vida dos pólos e a massa das estrelas; raríssimos, porém, são aqueles que procuram estudar e conhecer a Pobreza na sua origem, nas suas casas, nos seus vícios e nas suas virtudes. E porque tão ignorados, os Pobres são os maiores desconhecidos»¹³³.

Não obstante o facto, já aqui referido, de não ser essa a “principal prioridade/preocupação” de Padre Américo, será justo, ainda assim, reconhecer que ele intenta, por vezes, uma (espécie de) definição mais completa do léxico fundamental – porque estruturante – por si utilizado. No que respeita ao que entende por “pobre(s)”, um dos casos de tal tentativa – senão mesmo o mais próximo de um “conceito” *stricto sensu* – encontra-se, precisamente, num dos volumes da sua obra já citada *Pão dos Pobres*. Como sempre acontece em relação a qualquer esforço de “conceptualização mínima” por ele encetada, a expressão não aparece num quadro de mera especulação teórica sobre o problema em questão mas antes numa sorte de exercício de reflexão pessoal sobre o seu trabalho/acção sócio-pastoral. No caso presente, parece ser (até) num contexto de uma espécie de “prestação de contas” (nomeadamente no que respeita à recolha de ofertas monetárias para auxílio das situações mais gravosas e como que fazendo notar a profunda injustiça daqueles que criticam a sua ação e métodos) que Padre Américo acaba a descrever (o que entende serem) os (seus) pobres. Eis, para melhor compreensão do aqui dito, o trecho completo:

«Antes nunca o tinha feito; mas, por amor de boas contas e saber a quantas ando, comecei a dar ao rol os maiseis quotidianos, desde o décimo mês do ano que findou. Já registei, até à data, dezanove mil seiscentos e sessenta e quatro escudos, batidos no Banco da Nação; e hoje, mais pobre do que nunca, encontro-me sem vintém; não certamente arrependido de haver gasto tanto dinheiro, mas sim desolado por não ter mais que gastar. Estes algarismos são uma demonstração viva e eloquente da grande penúria dos Oprimidos, massa anónima e desorganizada pela miséria, à margem do sindicato, da associação, do seguro, sem direitos nem privilégios – estrangeiros na sua Pátria. Qual rodopiar de areia nos desertos, assim andam as classes pobres, ao sabor das rendas de casa, do preço das coisas, da vontade dos homens. Vinte contos semeados no tugúrio, a alimentar esperanças e abafar desesperos. Se tu soubesses como é triste a casa do Pobre! Eu tenho visto mães a fugir delas, com os filhos pela mão, «que a fome nas ruas custa menos a manter» – dizem elas!»¹³⁴.

¹³³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:247-48.

¹³⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:40.

«(...) *massa anónima e desorganizada pela miséria, à margem do sindicato, da associação, do seguro, sem direitos nem privilégios – estrangeiros na sua Pátria*». Porque nos parece ser esta uma aproximação de definição que sintetiza muito do essencial do seu pensamento no que respeita ao seu entendimento do “conceito”/ identidade do(s) pobre(s) – quer no sentido da sua “definição conceptual”¹³⁵ quer no que respeita à compreensão da sua problemática no contexto mais amplo de toda a sua análise e ação –, permitimo-nos tecer algumas considerações sobre a mesma, em jeito de esclarecimentos suplementares.

1.3.1. Os pobres como «*massa anónima*»...

Em primeiro lugar, é deveras interessante a utilização da expressão «*massa anónima*» que, registe-se, surge em perfeita sintonia com a historiografia dedicada ao problema da identificação-conceptualização dos “pobres”¹³⁶, mas que parece igualmente fazer referência (sub-reptícia?) quer à visão soteriológica de Santo Agostinho¹³⁷, posteriormente seguida por Jansénio¹³⁸, quer, por sua vez, a

¹³⁵ Sobre esta questão, nem sempre consensual entre os estudiosos do tema, ver as sínteses de Eduardo Vitor RODRIGUES et al., «A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal», *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 9 (1999): 63-111; A. Bruto da COSTA, «Quem são os pobres hoje?», *Communio – Revista Internacional Católica* XXVI, n. 2 (2009): 136-42; Pedro PERISTA e Isabel BAPTISTA, «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção», *Forum Sociológico*, n. 201 (2010): 39-46.

¹³⁶ Isabel dos Guimarães SÁ, *Quando o rico de faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997), 7; Eric HOBBSAWM, *Naciones y Nacionalismo desde 1780*, trad. Jordi Beltran, 2ª ed. (Barcelona: Crítica, 1998), 20; Susana Serpa SILVA, «Dar de comer aos famintos – subsídios para a história da cozinha económica de Ponta Delgada (S. Miguel – Açores)», em *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)* (Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011), 217; Ernesto Candeias MARTINS, «A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)», *Série-Estudos*, n. 27 (2009): 155.

¹³⁷ Note-se que este é um dos autores da Tradição Cristã que Padre Américo cita expressamente nos seus escritos. Veja-se o seu texto “Espírito de Pobreza” publicado em AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 75-77. (publicado originalmente no seu jornal “O Gaíato”, n.º 60 – 15 de junho de 1946, 1. 3).

¹³⁸ Este autor, querendo justificar a sua doutrina sobre o “Pecado Original”, acaba por definir toda a Humanidade como uma «*massa damnata*». Da vasta bibliografia existente sobre esta problemática (teológica) do jansenismo [ver Zília Osório de CASTRO, «Jansenismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), 51-58.], remeto apenas, e circunscrevendo-me a investigação feita sobre o nosso contexto português, para os mais recentes estudos de Cândido dos SANTOS, *O Jansenismo em Portugal* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007); Cândido dos SANTOS, *Jansenismo e Antijansenismo nos Finais do Antigo Regime* (Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011); Cândido dos SANTOS, *Jansenismo e antijansenismo em Portugal* (Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2014). Sobre as incidências sociológicas (também no que à “Psicologia social” diz respeito) deste conceito de “massa” e das diferentes visões a ele associadas ao longo da História, ver: Theodor W. ADORNO e Max HORKHEIMER, *La sociedad. Lecciones de sociología*, Col. «Biblioteca Persona y Sociedad» 14 (Buenos Aires: Editorial Proteo S. C. A., 1969), 76-90.

uma certa visão histórico-sociológica acerca da noção de “povo”¹³⁹. E, aqui, julgamos haver necessidade de uma atenção particular a esta questão, pelos possíveis equívocos que ela poderá encerrar.

Com efeito, não nos parece descabido intuir, nesta remota referência agostiniana e jansenista¹⁴⁰, uma espécie de transposição de um conceito estritamente teológico (“salvação”) para o plano da compreensão histórico-política do conceito e da realidade social dos pobres. Assim, e atendendo quer ao modo de pensar muito próprio do fundador da Obra da Rua quer à forma como o tema é abordado nos seus escritos, parece-nos ser possível concluir que, efetivamente, os pobres são, no contexto do seu pensar-agir, os (novos) “condenados” da sociedade do seu tempo, aqueles que estão “perdidos” precisamente porque não encontram a “salvação” por eles desejada e que por justiça lhes é devida, quer dizer, a assistência-resposta adequada por parte de quem tem a “autoridade” para os “salvar”: «*Se não for nesta hora que se vá em socorro desta gente, haverá a necessidade de «um mais largo policiamento» só para que os então homens perdidos aprendam novas artes de defesa – e roubem com mais arte. Tenho dito*»¹⁴¹.

Já no que concerne à quase imediata associação/identificação do termo “povo” com aquele enunciado segundo a qual sob este conceito se entendia aquela “classe mais baixa” da população, cremos não haver dúvidas não só de que é precisamente este o horizonte de compreensão aqui adotado por Padre Américo, como esta perspetiva conceptual se encontra suficientemente sustentada e validada.

¹³⁹ Na Idade Média, «Povo definia-se, assim, em teoria de em prática pelo trabalho. Em prática, definia-se ainda mais pela ausência de privilégios (...) a massa indiscriminada de tudo o que não é esse quarto estado [burguesia], ao qual os epítetos de “cidadãos”, “homens-bons”, “oficiais”, “letrados” e outros tantos procuram individualizar e valorizar». – A. H. de Oliveira MARQUES, «Povo (Na Idade Média)», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V [Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, (1979)], 155. Por sua vez, se «No início do período moderno a expressão povo designava o conjunto da população, “assim ricos como proves” (Cortes de Évora, 1481)», mais tarde «(...) parece que a palavra povo se vai isolando no sentido de se tornar sinónima de povo miúdo, arraia-miúda (...). O significado social que a palavra tem do século XVI ao século XVIII abrange os pequenos lavradores, a gente mecânica, os pescadores, a gente dos transportes e os pequenos comerciantes, tratantes, ambulantes, sempre com modo de vida próprio, modesto, embora não necessariamente dependente. Neste aspecto, a sua situação social emparelha com a sua reduzida influência política regular e escassa estrutura orgânica (...). A massa do povo era constituída pelos pequenos proprietários, trabalhando directamente a terra, própria ou arrendada; caracterizava-se pela falta de recursos monetários, pela deficiente capitalização e pelo predomínio para uso local». – Jorge Borges de MACEDO, «Povo (Na época moderna)», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V [Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, (1979)], 156-57. Do mesmo modo, e no que respeita à Época Contemporânea: «(...) o povo (...) é constituído por jornaleros e pequenos proprietários agrícolas, operários e pequenos industriais de carácter oficial, pequenos funcionários públicos, baixo clero (especialmente curas de aldeia)». – Joel SERRÃO, «Povo (Na época contemporânea)», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V [Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, (1979)], 157.

¹⁴⁰ Sobre os “pontos fundamentais” desta doutrina, ver CASTRO, «Jansenismo», vols. 3, 7-8; SANTOS, *O Jansenismo em Portugal*, 7-8.

¹⁴¹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 80.

Veja-se, neste contexto, a breve síntese de Eric Hobsbawm sobre esta evolução (apoiando-se e referindo-se, por sua vez, a Marx e a Lukács, bem como à questão da necessidade de uma “autoconsciência de classe” como ponto de partida histórico para o seu reconhecimento enquanto tal):

«Enquanto se pode dizer que as classes em sua acepção objetiva existem desde a desagregação da sociedade baseada essencialmente e em relações de parentesco, a consciência de classe é um fenómeno da era industrial moderna. Este fato é familiar aos historiadores, que com frequência acompanharam a transição do conceito pré-industrial de “ordem” ou “estado” ao conceito moderno de “classe”, a partir de termos tais como “o populacho” ou “os trabalhadores pobres” até os termos “o proletariado” ou “a classe operária” (via o termo intermediário “as classes trabalhadoras”). Da mesma forma acompanharam, um pouco mais cedo historicamente, a formação de termos tais como “classe média” ou “burguesia”, a partir do antigo termo “ordem(s) média(s) da sociedade”. Na Europa Ocidental esta mudança ocorreu aproximadamente na primeira metade do século XIX, provavelmente antes da década de 1830 a 1840»¹⁴².

Não é, portanto, muito distantes deste quadro interpretativo que nos devemos situar à hora de compreender quem são, para Padre Américo, os “pobres”: também para ele são essa mole anódina, desprovida de qualquer “poder” (de influência ou outro) e de quem, segundo o adágio popular, “não reza a História” e a quem os próprios historiadores reconhecem uma particular dificuldade de análise e sistematização: «*Não podemos falar, como dissemos, de estudos da pobreza em Portugal nos séculos XIX e XX, mas sim de trabalhos sobre certas categorias de gente pobre ou passível de o ser*»¹⁴³. Recorrendo novamente a Eric Hobsbawm:

¹⁴² Eric HOBBSAWM, *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*, trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran, 4ª ed. revista (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005), 36.

¹⁴³ Maria Antónia LOPES, «Pobreza, assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas», em *Separata de: A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos* (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000), 7., [em linha: <<http://hdl.handle.net/10316/25049>>]. A mesma autora, logo no início deste mesmo estudo, tinha alertado: «Como não existe entre nós propriamente uma “história da pobreza”, optámos por salientar algumas obras e autores que nos seus trabalhos incluem investigação que ilumina essa área ainda tão desconhecida, ou desfocada, da nossa história como são “os pobres” e a política social que os enquadra ou pretende enquadrar». – LOPES, 1. Esta é, de facto, uma opinião partilhada por outros investigadores, mesmo quando o seu universo de estudo se situa em tempos mais remotos: «As dificuldades de conhecer uma subpopulação sem voz, que não deixa testemunhos escritos excepto pelo punho de outros grupos sociais, levantam forçosamente problemas aos historiadores». – Isabel dos Guimarães SÁ, «Pobreza», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3 (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), 457, [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/12115>>]. A melhor exceção a este “silêncio historiográfico” será, de acordo novamente com Maria Antónia Lopes, o trabalho desenvolvido pelos sociólogos, muito embora os seus (compreensivos) limites: «A sociologia portuguesa, essa sim, tem estado muito atenta à problemática da pobreza e da exclusão social actuais, mas aí não encontramos, geralmente, perspectivas históricas». – LOPES, «Pobreza, assistência e política social...», 9.

«Essas camadas podem ser politicamente importantíssimas, por sua força numérica ou por outras razões, mas historicamente elas são vítimas inevitáveis mesmo quando asseguram a vitória de quaisquer causas que assumam»¹⁴⁴.

Focalizando esta aproximação terminológica também na descrição socioeconômica da época em questão (décadas de 30-40 do século passado), implicará dizer que o conceito "pobres" aqui utilizado, e que, por volta dos mesmos anos 30, dizia respeito a cerca de 70% da população portuguesa¹⁴⁵, contempla igualmente essa

«(...) massa imensa de assalariados e de camponeses semiproletários, sem terra ou sem terra suficiente para subsistir autonomamente, sazonalmente desempregada ou subempregada, impedida de emigrar, fugindo para as cidades ao ritmo de uma lenta industrialização, deslocando-se em grandes ranchos migratórios pelo País (...) em busca de trabalho por um qualquer salário, mendigando quando ele faltava, levando uma vida de miséria e abjeção hoje difícil de imaginar»¹⁴⁶.

«(...) o grosso dos trabalhadores fabris era constituído por uma massa analfabeta de operários não qualificados, recém-chegados do campo ou a ele ainda ligados. O operário português seria, em geral, segundo Paul Deschamps, "um bom trabalhador manual indiferenciado, mas tem dificuldade em ser promovido por falta de formação profissional suficiente"»¹⁴⁷.

E, imitando igualmente o "modo de pensar-atoar" de Padre Américo, devemos ainda registrar, como realisticamente também faz Fernando Rosas, que, mesmo no contexto a que esta descrição se refere, «*havia quem vivesse pior: Desde logo, (...) a multidão dos pequenos agricultores semiproletarizados, que aqui designaremos como "campesinato pobre"*»¹⁴⁸. Votados a uma «*vida sem esperança*»¹⁴⁹, os "pobres" a que Padre Américo faz referência eram, com efeito, e em termos histórica e sociologicamente mais precisos, os

«(...) "cabaneiros" do Norte e do Centro, os "fazendeiros" e "fangeiros" da Estremadura e do Ribatejo, ou a maioria dos "seareiros" alentejanos (...) povo respeitador, humilde e submisso para com as autoridades sociais e as classes superiores. (...) Sem terra, sem dinheiro para dar de comer aos seus e ainda

¹⁴⁴ HOBBSBAMM, *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*, 42.

¹⁴⁵ SERRÃO, «Povo (Na época contemporânea)», 160.

¹⁴⁶ Fernando ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, vol. 7 (Lisboa: Editorial Estampa, 1998), 26.

¹⁴⁷ ROSAS, 7:85.

¹⁴⁸ ROSAS, 7:50.

¹⁴⁹ ROSAS, 7:50.

menos para pensar em aluga-la, eram os pobres dos pobres. Quando não aparecia trabalho e a fome apertava (ou seja, durante cerca de metade do ano), restava a penhora dos parques trastes que havia em casa ou a mendicidade»¹⁵⁰.

Por sua vez, quando o mesmo Fernando Rosas se refere aos baixos salários dos operários fabris, é nestes termos que caracteriza a sua situação:

«Os resultados deste nível de salários claramente abaixo dos mínimos de subsistência, especialmente naquelas zonas operárias onde o trabalhador não tinha a terra ou a pesca como recurso compensatório, são fáceis de calcular: por um lado, a subalimentação crónica, quando não a fome, com o seu cortejo de doenças típicas; por outro, a mobilização para o trabalho de todo o agregado familiar. O “chefe de família”, quando sai da fábrica, pega os “biscates” que pode durante o resto do dia, noite dentro ou aos domingos (...); a mulher, se não é também operária, ou para além de o ser, “lava a roupa para fora”, descarrega carvão e desmultiplica-se em serviços similares; os miúdos vão, desde os 8 anos, ou menos, dar serventia nas obras, numa oficina, onde calha. E mesmo assim estava-se muito longe de se chegar sequer ao essencial (...). E Deus quisesse que não viesse nenhuma doença nem faltasse amparo na velhice...»¹⁵¹.

No mesmo sentido, e agora para as décadas subsequentes (entre 1950 e 1974¹⁵²), Manuela Silva foi quem

«(...) procedeu igualmente a uma tentativa de identificação de quem são os sujeitos pobres. Nas zonas rurais, os pobres são fundamentalmente os assalariados agrícolas, os pequenos agricultores e os indivíduos não activos sem rendimento próprio. Nas áreas urbanas os pobres encontram-se entre os desempregados, os inactivos e ainda entre os indivíduos de profissões e ramos de actividade de baixos salários, quando têm família a cargo»¹⁵³.

Em jeito de conclusão, e no dizer sintético de Hobsbawm, estes pobres são aquele «grupo heterogêneo cujos fatores não têm nada em comum a não ser a pobreza relativa e o fato da insatisfação»¹⁵⁴. São, em termos sociológicos, os “excluídos”, aqueles que se encontram numa situação em que se verifica

¹⁵⁰ ROSAS, 7:50-51.

¹⁵¹ ROSAS, 7:87.

¹⁵² Manuela SILVA, «Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)», *Análise Social*, XVII, n. 72-73-74 (1982): 1077-86.

¹⁵³ Carlos Farinha RODRIGUES, «Pobreza», em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 743.

¹⁵⁴ HOBBSBAMM, *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*, 106.

«(...) uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando “para fora ou para a periferia da sociedade” todos aqueles que “não participam dos valores e das representações sociais dominantes” (...). O excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a acção de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de auto-exclusão»¹⁵⁵.

Por isso, para Padre Américo, falar de “pobres” é falar dos verdadeiros “miseráveis”,

«Não os de Vitor Hugo¹⁵⁶, de romance e de fastígio, que o conduziram nas asas da fama à glória dos Imortais, mas sim de carne e osso, nus e crus, como Jesus de Nazaré os topava no Seu peregrinar. Os feitos à pena, são imagens; miseráveis verdadeiros somente se encontram no palmilhar de um autêntico e real sacerdote»¹⁵⁷.

Com efeito, logo nas primeiras páginas do volume em que é precisamente o “rosto” e as “vidas” dos seus pobres que nos pretende apresentar, Padre Américo clarifica: «*Não vais ler um romance social, nem ver feira de pantominas; mas, sim, a realidade do Evangelho do Pobre, a curar as feridas da pobre Humanidade, que este é o melhor testemunho de Cristo*»¹⁵⁸. Por isso, e citando uma de entre muitas das suas descrições da Pobreza (neste caso, em Miragaia, Porto), é verdadeiro e “cru” o retrato por ele feito:

«Estando hoje em Miragaia a ver como estão subindo as casas do Património dos Pobres, chegou-me a curiosidade e entro numa quinta ali ao pé. Esta, aonde as casas são e aquela com muitas barracas, olham-se. São fronteiras. O proprietário vive ausente. O procurador administra. Como não podia deixar de ser, temos também a locatária. Tudo nos moldes do costume. Tudo “perfeito”. Começo a subir degraus, muitos degraus, até dar com a porta da referida quinta. Ranchos de crianças espreitam e seguem o estranho visitante. Alguns dos moradores vêm ao meu encontro e quando entro, já era multidão. Tudo barracas. A barraca feita de ‘pontas’ e cacos. Tinha chovido ontem; não precisei que mo dissessem. O telhado não abriga! “De inverno aqui é só lama.” Também era desnecessária esta informação. Vi cães e gatos lazentos. Galinhas desfiguradas. Perus nojentos. Um

¹⁵⁵ RODRIGUES et al., «A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal», 65.

¹⁵⁶ ...nem de Dostoiévski, que também a eles dedicou o primeiro dos seus romances: Fiódor DOSTOIÉVSKI, *Gente Pobre*, trad. Nina Guerra e Filipe Guerra, 1.ª ed. (Lisboa: Editorial Presença, 2006).

¹⁵⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:134.

¹⁵⁸ AGUIAR, 2:IX-X.

chiqueiro com muitos porcos no meio das barracas, dava a nota desumana. Não há esgotos. Não há luz. Não há água. Se os inquilinos querem lavar, existe, um tanque; mas a sublocatária pede aos inquilinos dez tostões por dia! As rendas são iguais às do Barredo; ali também o é. De onde estávamos, viam-se perfeitamente as casinhas do Património dos Pobres. Oh contraste! O grupo aproxima-se mais de mim. “Nós estamos aqui todos pasmados. A gente vê e ouve e não acredita.” Era um mundo de interjeições, que ali, naquele lúgubre lugar e para aquela gente, não havia sinal de outra eloquência. Eles pasmados do que viam em frente. Eu pasmado do que estava vendo. E cuidava eu que, no género barraca, já tinha visto tudo...! Os porcos! Muitos deles. Fosse uma pocilga e suportava-se, mas o chiqueiro! Ao pé, crianças! Ora a palavra de salvação está dada. Ninguém pergunta como se faz, porque a obra já está feita. Se os tostões de muitos foram capazes de erguer uma tal formosura, que rouba os olhos da cara aos miseráveis do chiqueiro – “nós estamos todos pasmados”; se assim é – porque não havemos nós de fechar a meia laranja, povoando esta quinta do Loureiro como ora se encontra a quinta do Cidral? Porque não? Se nesta 28 moradas, naquela quatro vezes mais. O terreno dá. Se ainda não chegou, há-de vir a hora de expropriar para um bem social. O direito à vida é o primeiro. Ou são os porcos?!»¹⁵⁹.

Como facilmente se conclui, para Padre Américo, os pobres são os esquecidos e abandonados da sociedade, os que, não tendo voz própria, apenas a adquirem quando outros lhes emprestam a sua para, em seu nome, denunciar o esquecimento a que são votados¹⁶⁰. E ele, Padre Américo, é, precisamente, um desses homens que, ao longo da História, fizeram seu esse “grito mudo” dos «*vencidos da História*» (de acordo com a expressão de Walter Benjamin, aprofundada filosoficamente por Reyes Mate¹⁶¹).

¹⁵⁹ AGUIAR, *O Barredo*, 312-13.

¹⁶⁰ «Só indirectamente se podem delinear as suas dimensões, percorrendo a história das obras de assistência ou de beneficência, públicas ou privadas, da Igreja Católica ou laicas (filantrópicas), visando sobretudo os sectores mais abandonados e menos protegidos da sociedade. (...) Conferências de São Vicente de Paulo, as Misericórdias, confrarias de variado tipo, alguns institutos religiosos, os Companheiros de Emaús e a Casa do Gaiato, esta visando um pouco mais longe que o simples assistencialismo ao abalar-se a «fazer de cada rapaz um homem». – Arlindo de MAGALHÃES, «Pobreza (Século XX)», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 6 (Lisboa: Circulo de Leitores, 2001), 461-62. Não obstante, uma “terceira via” possível (e sempre complementar) de aproximação a tal realidade será a da análise dos seus reflexos literário-artísticos. Neste quadro interpretativo, e referindo-nos em particular ao Portugal contemporâneo, haveria que referir os nomes de Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Teixeira de Queirós, Abel Botelho, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro (na literatura/romance); Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal ou António Nobre (na poesia); José Malhoa e Rafael Bordalo Pinheiro (na pintura) como possíveis (necessárias!) “fontes” para a análise compreensiva profunda desta realidade. – SERRÃO, «Povo (Na época contemporânea)», 164-66.

¹⁶¹ Reyes MATE, *La razón de los vencidos*, 2.ª, Pensamiento crítico / Pensamiento utópico 61 (Barcelona: Anthropos Editorial, 2008).

Finalmente, e no que respeita ao termo “massa” aqui utilizado, pode entrever-se alguma breve referência ao pensamento de Ortega y Gasset, quando define, por oposição, o conceito de “multidão”. Recorde-se essa passagem plena de significado para a análise presente:

«El concepto de muchedumbre es cuantitativo y visual. Traduzcámoslo, sin alterarlo, a la terminología sociológica. Entonces hallamos la idea de masa social. La sociedad es siempre una unidad dinámica de dos factores: minorías y masas. Las minorías son individuos o grupos de individuos especialmente cualificados. La masa es el conjunto de personas no especialmente cualificadas. No se entienda, pues, por masas sólo ni principalmente “las masas obreras”. Masa es “el hombre medio”. De este modo se convierte lo que era meramente cantidad – la muchedumbre – en una determinación cualitativa: es la cualidad común, es lo mostrenco social, es el hombre en cuanto no se diferencia de otros hombres, sino que repite en sí un tipo genérico. ¿Qué hemos ganado con esta conversión de la cantidad a la cualidad? Muy sencillo: por medio de ésta comprendemos la génesis de aquélla»¹⁶².

Por outro lado, e recordando que foi aos “rapazes da rua” que Padre Américo dedicou maior e mais especial atenção, parece-nos muito significativa a linguagem e os termos por ele utilizados quando trata de fazer a denúncia da situação dessa «legião imensa de rapazes perdidos de quem me fiz o procurador geral [sic], eu acuso aqui solenemente os Responsáveis que não querem ver»¹⁶³:

«(...) cada um que chega ao limiar da nossa porta traz na história da vida o marco que o distingue – são pobres cem por cento. Muitos não sabem a terra onde nasceram, outros nunca ouviram falar do Natal e todos dão com a Pátria no lume que ora os aquece – perdidos nos montes, errantes nos caminhos, mordidos dos cães»¹⁶⁴.

«Chegou o tempo de abrir novo caminho, dos muitos e variados que uma Obra social oferece quando está posta entre os homens para os servir totalmente: garantir uma casa de habitação ao Rapaz que a merecer. Muitos dos que nos procuram, não atingem o seu fim. Temos exemplos de casos perdidos, casos avariados, casos de pouco rendimento. O nosso quinzenal está farto de dar notícias desta natureza»¹⁶⁵.

¹⁶² José ORTEGA Y GASSET, *Obras Completas. Tomo IV. (1929-1933)* vol. IV, 6.ª ed. (Madrid: Revista de Occidente, 1966), 145.

¹⁶³ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:235.

¹⁶⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:131.

¹⁶⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:191.

«Eu quero pedir a todos, sobretudo à Igreja, que, por intermédio dos seus sacerdotes, levante da lama dos caminhos os inocentes perdidos e que dê a cada um aquilo que lhe pertence. É tão fácil!»¹⁶⁶.

1.3.2. «...desorganizada pela miséria...»

Depois de termos analisado com maior detalhe o que significa, para Padre Américo, a definição de “pobres” como «*massa anónima*», parece-nos que esta é outra expressão que merece algum cuidado de análise. Com efeito, este enunciado aparenta não só indicar aquela que é a “fonte e origem de todos os males” sociais (a miséria/pobreza), como deixa subentender que, não fosse tal miséria (ou seja: houvesse no tecido social o “justo equilíbrio de forças e relações”), e esta “massa”, apesar de “anónima”, não deixaria de estar e viver devidamente “organizada”.

Certamente que as origens “medianamente abastadas” de Padre Américo¹⁶⁷, o seu percurso vital enquanto “homem de negócios e de sucesso” (por terras de África, sobretudo), e a “opção radical” por ele tomada e assumida em prol dos pobres explicarão, em larga medida, esta sua visão (muito própria mas sobremaneira objetiva) sobre a realidade social sua contemporânea. Prova disto mesmo é o facto de situar a origem e justificação do fenómeno da pobreza (e dos problemas sociais correlativos) no âmbito (dos desequilíbrios) do próprio tecido social. Com efeito, como repetidamente e de diversas formas não se cansa de dizer nem se coíbe de denunciar, «*A opressão de todo o Pobre é um pecado contra a Justiça*»¹⁶⁸; ora, tal afirmação leva-nos a concluir que, para Padre Américo, o quadro (histórico-sociológico e político) da compreensão/conceptualização do(s) “pobre(s)” e da “pobreza” não pode deixar de ser o das relações estruturantes da própria sociedade¹⁶⁹. Assim, parece merecedor de realce esta focalização do tema dos “pobres” não apenas como um “epifenómeno” de outros problemas sociais mas como algo que se encontra e compreende a partir do próprio núcleo central do tecido social.

¹⁶⁶ AGUIAR, *De como eu fui*, 45.

¹⁶⁷ «O Amor de Deus aos Homens tocou o jovem Américo, em cuja casa havia alguma abundância sem riqueza e gosto pelo trabalho. (...) Testemunhando esta faceta, Joaquim Aguiar, seu segundo irmão e que o acompanhou mais de perto na Casa do Bairro, escreveu: “Desde pequeno praticou em larga escala a caridade, ele que vivia numa casa farta, onde nada faltava”. – MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 52-53.

¹⁶⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:231.

¹⁶⁹ Sobre esta questão da “pobreza estrutural” na sociedade portuguesa, ver os já citados: RODRIGUES, «Pobreza», 744; PERISTA e BAPTISTA, «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social...».

1.3.3. «(...) à margem do sindicato, da associação, do seguro...»

Prosseguindo na precisão do citado enunciado de Padre Américo, diríamos que esta expressão «(...) à margem do sindicato, da associação, do seguro...» torna evidente a radical e absoluta situação de “desamparo/abandono” em que se encontram estes (seus) “pobres”. Com efeito, a expressão aqui usada aponta – uma vez mais de forma sincrética – para um clima de não-resposta ao problema específico dos pobres, uma não-resposta que Padre Américo verifica (e denuncia) existir no âmbito das diferentes estruturas e atores sociopolíticos. Tal constatação parece evidenciar sérias lacunas na resposta ao problema da pobreza e dos pobres, em três esferas de ação bem delimitadas (embora confluentes). Numa primeira, situada no quadro da ação política, e de modo particular nas respetivas estruturas de defesa dos “mais desprotegidos” em questões laborais (leia-se: o «sindicato»); numa outra esfera, a denominada “sociedade civil”, com os seus “movimentos/grémios”, ora de inspiração e (ou) génese cívico-política, ora de carácter militantemente “religioso” («associação»); finalmente, Padre Américo foca-se ainda noutras iniciativas, nomeadamente de carácter privado e até mesmo movidas por alguma estratégia de rentabilidade financeira («seguro»), denunciando serem estas igualmente incapazes de estabelecer a “malha de relações” de segurança, de pertença e de estabilidade necessários à resolução da problemática da pobreza.

Estamos, portanto, diante de uma perceção (e crítica) da realidade social que visa, em última análise, o envolvimento de todos os agentes nela envolvidos, com vista ao reconhecimento daqueles “direitos e privilégios” básicos da condição humana, tarefa e responsabilidade que são, no dizer do próprio Padre Américo, «obrigação do Estado, da Igreja e do Povo, de todo o Povo. E até o próprio Mendigo tem obrigação de se libertar do seu estado, sinceramente e honestamente»¹⁷⁰.

Convém referir, contudo, que a tal perceção não poderá corresponder à conclusão de que em Portugal não havia, naquele tempo, qualquer estrutura estatal ou privada de resposta ao problema da pobreza. Com efeito, precisamente no período em questão (como oportunamente se analisará com mais pormenor), quer o “setor Estado” (ao nível programático-legislativo mas também institucional) quer o “setor privado/corporativo” (v. g. Misericórdias, Irmandades...) eram, a seu modo, autores e promotores de grandes avanços no que à resposta às várias dimensões da pobreza diz respeito. O que se pode/deve inferir, isso sim, é a insuficiência, ineptidão e ineficácia das respostas existentes. De facto, na perspetiva e no dizer pluriformes de Padre Américo, a ocorrência de casos – demasiados – de pobres cuja situação não encontrava a devida resposta por parte de tais estruturas de ação sócio-caritativa/assistencial era algo inaceitável.

¹⁷⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:169.

Por isso, também por aqui se entende que ele tenha eleito este sub-estrato social como “âmbito”/universo da sua ação.

1.3.4. O pobre, «*estrangeiro na sua pátria...*»

Finalmente, não nos parece abusivo considerar (pelo menos em registo de hipótese) que a expressão «*estrangeiros na sua pátria*» seja uma forma de crítica (só aparentemente) subliminar a todo um discurso filosófico e político em torno da questão da “pátria”, dos seus “valores” e da “heroicidade” portugueses. Assim, e contrariando uma visão messiânico-redentora (muito *à la mode*, naquele tempo), Américo Monteiro de Aguiar (e tal como já antes Guerra Junqueiro também tinha feito¹⁷¹) parece aqui utilizar os mesmos termos da retórica ideológico-política (salazarista) de então, influenciada sobretudo pela *Mensagem*¹⁷² de Fernando Pessoa e assente numa mitologização do “ser português” e da nossa História (imperial-colonialista¹⁷³), mas atribuindo-lhes um novo (e, em seu entender, muito mais “radical”) horizonte de compreensão. Por conseguinte, parece-nos que o que Padre Américo pretende, no fundo, é a recuperação do sentido original

¹⁷¹ Depois de justificar o corte de «várias passagens, umas inúteis, outras injustas, outras de mau gosto», Guerra Junqueiro declara que «A ideia fundamental do poema, do primeiro ao último verso, está ílesa: é o ressurgimento orgânico da Nação no espírito de Nunalvares e de Camões» o que ali está em causa. – Guerra JUNQUEIRO, «Nota à 4ª edição da “Pátria”», em *Pátria*, Edição especial (Porto: Livraria Chardron, 1925), 172-73, [em linha: <<http://purl.pt/229>>].

¹⁷² Fernando PESSOA, *Mensagem* (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934).

¹⁷³ «While the creation of this modern national identity enjoyed widespread political and ideological patronage under the regimes of the Constitutional Monarchy and the First Republic, it was the first decade of the Estado Novo (New State) that witnessed a renewed, more comprehensive, and deliberate reformulation of a master national narrative grounded in the Age of the Discoveries, and, by extension, in the idea of a historical and indissoluble Portuguese overseas colonial empire. (...) the relationship of the Portugal of the 1930s to the Discoveries was strongly tied to a set of interrelated preoccupations, not only with the regime’s survival and consolidation, but also with Portugal’s (and specifically the regime’s) recommitment to the dreams of empire—which represents the main concern of these notes. By the end of the 1930s, Portugal’s focus on the Discoveries had become an extensive ideological investment in the nation’s historical memory, a response in part to the recognition that the continuation of Portugal’s colonial “stewardship” depended on a vigorous and reputable national image, both domestically and throughout Europe». – Paulo S. POLANAH, «“The Zenith of our National History!”: National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s», *e-JPH* 9, n. 1 (2011): 40. «(...) o nacionalismo dominante nas elites culturais portuguesas desde os finais do século XIX. Era o nacionalismo conservador e exclusivista que acabou por se impor duradouramente durante o Estado Novo. Este quadrante ideológico cultivou a ideia de uma origem e identidade étnica claramente diferenciada dos Portugueses relativamente a outros povos – a sua identificação com os Lusitanos e de Portugal com a Lusitânia foi retomada, inclusivamente nos livros escolares adoptados –, bem como a de uma missão histórica desde sempre assumida pela nação e pelos seus dirigentes: uma missão missionária, evangelizadora, civilizadora, por vezes considerada em sintonia com um alegado sentido universalista e de solidariedade humana». – Sérgio Campos MATOS, «História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea», em *Lusotopie*, 2002, 134, [em linha: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>].

do termo “estrangeiro”¹⁷⁴: aquele ser humano que, apesar de partilhar da nossa nacionalidade, não comunga dos mesmos direitos de cidadania¹⁷⁵ de que podem usufruir os demais nascidos dentro de uma mesma pátria/nação¹⁷⁶. Sobre este assunto, permitimo-nos citar aqui um excerto de um interessantíssimo estudo de Julia Kristeva onde, conjugando “condição humana” com “cidadania”, sintetiza, a nosso ver, o essencial do que Padre Américo aqui parece pretender defender:

«(...) somos mais ou menos homens à medida que somos mais ou menos cidadãos e, (...) aquele que não é um cidadão não é inteiramente um homem. Entre o homem e o cidadão, uma cicatriz: o estrangeiro. Será ele inteiramente homem se não é cidadão? Não gozando dos direitos de cidadania, possui os seus direitos de homem?»¹⁷⁷.

Posto isto, parece-nos possível concluir que nesta formulação de Padre Américo sobre a identidade/conceito de “pobre(s)” não dispomos apenas de um retrato sintético e muito “expressivo” da realidade sua contemporânea, como entrevemos também, num segundo nível de leitura, o alcance último da sua “denúncia”: uma vez mais, diríamos, é a crítica (mordaz) à ausência de uma resposta concertada entre todos os agentes da sociedade (e em particular entre aqueles sujeitos e estruturas que a ela dedicam especial atenção) à “questão dos pobres” que aqui se nos apresenta “em questão”. É, portanto, à denúncia da

¹⁷⁴ O *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* refere provir do latim *extranĕus* – estranho, de fora –, e da sua coincidente versão grega ξένος, *xénos*, *ksénos*, termo que está na raiz de “xenofobia”, que comumente se traduz por “medo de estrangeiros”.

¹⁷⁵ «(...) os pobres (...) são cidadãos não reconhecidos (...) [de tal modo que] a luta contra a pobreza significa reconhecer a cidadania nos e dos mais pobres». – Delfim Jorge Esteves GOMES, *Pobreza e Relações Humanas. Contributos para superar a pobreza, a partir da mudança de relações* (Lisboa: Editorial Cáritas, 2015), 15, [em linha: <<http://www.caritas.pt/livraria/index.php/livros/90-pobreza-e-relacoes-humanas?showall=&limitstart=>>].

¹⁷⁶ Adoto aqui, na senda do Autor, uma similitude básica entre estes termos, apesar de dever reconhecer que não são totalmente coincidentes. A este respeito, ver: Fernando CATROGA, «Pátria, Nação, Nacionalismo», em *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*, por Luis Reis TORRALBA, Fernando TAVARES PIMENTA, e Julião Soares SOUSA (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008). No que respeita a uma compreensão mais estrita destes termos no quadro do pensamento de Padre Américo, julgo que esta estará mais próxima da conceção apresentada por António SARDINHA. Cfr.: Victor EMANUEL, «Cristianismo, Patriotismo e Nacionalismo: António SARDINHA [e o Integralismo Lusitano]», [em linha: <<http://cristianismopatriotismoenacionalismo.blogspot.pt/2006/05/antnio-sardinha-e-o-integralismo.html>>]; Manuel Braga da CRUZ, «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo», *Análise Social* XVIII, n. 70 (1982): 137-82; Leão Ramos ASCENSÃO, *O Integralismo Lusitano* (Versão Digital da Edição de 1943 das «Edições Gama») [em linha: <<http://www.causanacional.net/INTEGRALISMO.pdf>>]; José Manuel CORDEIRO, «Nação Portuguesa (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?», *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 26 (1 de junho de 2009): 139-54.

¹⁷⁷ Julia KRISTEVA, *Estrangeiros para nós mesmos*, trad. Maria Carlota Carvalho Gomes (Rio de Janeiro: Rocco, 1994), 102-3.

situação vivida por aqueles que escapam às diversas “malhas”/“redes” de combate, auxílio e/ou assistência e, simultaneamente, à não-perceção de que tal situação já se encontra de tal forma “enxertada” nas próprias estruturas sociais que Padre Américo quer apontar. Citando as suas próprias (e duras) palavras: «*Estamos no tempo de bradar aos Céus a opressão dos Pobres e das Viúvas. O mal já chegou à espinha da sociedade. Venho aqui denunciá-lo em nome da Humanidade por quem há muito me sacrifiquei*»¹⁷⁸.

1.4. Uma segunda tentativa: hipótese de definição bíblico-teológica

«A Sagrada Escritura afirma claramente, em não poucas passagens, que os Pobres são os primeiros a acolher a Palavra de Deus. Mas quem são os Pobres? Na perspectiva bíblica, que ele [Padre Américo] segue de muito perto, o pobre é aquele que possui uma consciência muito profunda da sua pequenez e miséria frente à gratuidade de Deus. É aquele que, mais do que nenhum outro, está em condições de acolher e escutar activamente a Palavra»¹⁷⁹.

«(...) na sociedade cristã, os pobres eram “escatologicamente entes necessários à salvação”»¹⁸⁰.

Toda a reflexão sistemática sobre um qualquer pensamento, obra ou autor exige a respetiva contextualização histórica. E, como atrás ficou demonstrado, tal exigência metodológica é sobremaneira fundamental quando o objeto em análise revela, em si mesmo, uma forte correlação dinâmica entre os seus conteúdos e os tempos, os lugares e os “modos” (de pensar/agir) – em suma, e em termos de hermenêutica bíblica, o *Sitz im Leben*, o “espaço/contexto vital” – em que estes se inscrevem. Por conseguinte, e porque é sobretudo “teologicamente” que todo o pensar-agir de Padre Américo se compreende, é chegado o momento de darmos um passo em frente na abordagem da questão da definição dos termos “pobre(s)” e “pobreza” no contexto do seu pensamento, um passo, diríamos, no sentido “mais profundo” de tal conceção/enquadramento: o da hermenêutica bíblico-teológica de tal conceito. Por este sentido “mais profundo” pretende-se aqui chamar a atenção para o facto de que é no quadro de uma “teo-lógica” muito particular que, como já foi referido, se situa o “paradigma interpretativo” de toda a realidade (histórica, social, política, económica...) adotado pelo fundador da Obra da Rua. Neste sentido, tudo o que a análise histórica, sociológica, económica e política do

¹⁷⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:52.

¹⁷⁹ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 87-88.

¹⁸⁰ Alexandra ESTEVES, «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos», *Interconexões – Revista de Ciências Sociais I*, n. 1 (2013): 427.

seu *campus* lexical nos permita fazer terá que ser necessariamente compaginado e enquadrado num discurso de ordem e fundamentação bíblico-teológica, sob pena de, (1) apesar da “objetividade” dessas conclusões, não nos ser possível vislumbrar aí o alcance mais radical de toda a proposta do pensar-agir de Padre Américo e de (2) não se respeitar, com a exatidão devida, o próprio *leitmotiv* de tal pensar-agir.

Assim, se a um primeiro nível nos foi possível reconhecer no seu pensar a presença de elementos próximos de uma análise “histórico-sociológica” no que aos “pobres” e à “pobreza” (conceito e realidade) diz respeito, devemos agora sublinhar que é necessário termos em atenção quer os contextos externos (v. g. o “habitat teológico”) quer as circunstâncias internas à sua reflexão e à articulação destes com cada um dos temas em si. Só assim se atenderá quer ao radical ponto de partida de análise já referido quer à “forma” como as ditas questões são abordadas nos seus escritos. Por conseguinte, consideramos ser aqui necessária uma abordagem prévia à “questão teológica” em torno do problema-realidade dos pobres-pobreza e à forma como este pensamento nela se enquadra.

Na opinião de Padre Manuel Mendes:

«(...) uma das chaves teológicas de leitura em que se pode encontrar o Padre Américo Monteiro de Aguiar é o tema dos Pobres e da Pobreza, como preconizava o Papa João XXIII e a constituição dogmática *Lumen Gentium* proclamou: a Igreja reconhece nos Pobres e nos que sofrem a imagem do seu Fundador pobre e sofredor»¹⁸¹.

Permita-se-nos acrescentar: esta não será somente “uma das” mas será antes e porventura a primeira e radical linha hermenêutica a ter em conta para analisarmos e enquadrarmos no tempo e no espaço – também teológico – o pensar-agir de Padre Américo. Como suporte argumentativo desta “tese”, haverá que recordar o facto de que é em torno da questão (da resposta ao problema) da pobreza que todo o período compreendido entre os finais do séc. XVIII e todo o séc. XIX está submerso. Ou seja, e simplificando, a “questão social” (da pobreza) é o “grande e verdadeiro” problema, a “grande questão” que atravessa, filosófica, política e socialmente, todo o século XIX (o século em que nasce Padre Américo), originada, em grande medida, pelos efeitos nefastos da Revolução Industrial. Ora, sendo necessário perscrutar e descrever, ainda que sumariamente, o “habitat teológico” donde o pensamento-obra em análise brota e se situa, haverá que registar desde já que é precisamente nesta linha das tentativas de resposta ao problema da pobreza que encontramos o filão mais consentâneo com o essencial da proposta de Padre Américo.

¹⁸¹ MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 33.

Por conseguinte, percorrendo diacronicamente tal filão, somos levados a concluir que é no campo extra-ecclesial, aqui entendido em perspectiva institucional, que este problema da pobreza começou a ser seriamente debatido e enfrentado. Data de 1845 a publicação, da autoria de Friedrich Engels, de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, relato profundamente impressionista e altamente detalhado da vida nas diversas regiões e cidades da Inglaterra de então, verdadeiro “motor” e “tubo de ensaio” da Revolução Industrial. Três anos mais tarde, o mesmo Engels publica, juntamente com o seu igualmente jovem e amigo Karl Marx, o *Manifesto do Partido Comunista*, onde a luta de classes (proletários contra patrões/burgueses) foi declarada o motor da História e do progresso da humanidade. O problema da pobreza estava, portanto, a suscitar a atenção de pensadores e filósofos, inspirando igualmente as respetivas respostas prático-políticas: em 1889 tem lugar em Paris o primeiro “Congresso Internacional da Assistência Pública”, onde se defende que cabe ao Estado a tarefa de prover a assistência social e a ajuda aos que não podem trabalhar... uma ideia que só em 1910, e já com a República, seria recuperada/assumida em contexto português, embora tenha demorado e sido difícil a sua concretização/efetivação, quer em matéria legal, quer em ações/iniciativas de implementação efetiva.

No entanto, e no que concerne à reflexão da Igreja acerca deste problema – à data, compreendida esta sobretudo sob um paradigma fortemente institucional e hierárquico –, sublinhe-se que foi quase trinta anos depois do registo dos efeitos nefastos da Revolução Industrial, ou seja, entre 8 de dezembro de 1869 e 18 de dezembro de 1870, que se celebrou o I Concílio do Vaticano, um Concílio que, a julgar pelos principais textos-documentos dele emanados – as Constituições Dogmáticas *Dei Filius* e *Pastor Aeternus* – parece ignorar a questão em causa: o primeiro documento (*Dei Filius*) versa fundamentalmente sobre a Fé católica; o segundo (*Pastor Aeternus*), reafirma o primado e consagra o dogma da infalibilidade papal. Como bem sintetiza Reis Ribeiro:

«Numa Europa fortemente abalada no seu esquema tradicional de mentalidade e vivência tradicionalmente cristã pelas sementes lançadas pelos movimentos do Liberalismo e do Socialismo Marxista e gravemente atingida por legislação e princípios de raiz maçónica e face a uma América promissora de esperanças eclesiais aconteceu o Concílio Vaticano I, que, interrompido, não levou até ao fim os seus projectos e trabalhos. Não contribuiu, por isso, grandemente para o diálogo que a Igreja era desafiada a travar com o novo mundo anunciado e já presente»¹⁸².

¹⁸² Jorge Martins Reis RIBEIRO, «A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento histórico», *Communio – Revista Internacional Católica*, IV, n. 3 (1987): 198.

Portanto, é (só) em 1891 que o Papa Leão XIII publica a Encíclica *Rerum Novarum*¹⁸³ (cujo título remete para as “coisas/realidades novas” então emergentes, mas cujo subtítulo não deixa dúvidas quanto ao seu conteúdo e alcance: «*Sobre a condição dos operários*»), pondo fim a um “ensurdecido silêncio” do Magistério oficial sobre a questão, agora pela primeira sistematicamente abordada¹⁸⁴. E é com voz firme e clara que, para espanto de muitos, tal silêncio é rompido: «(...) é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida» (n.º 2). Qual pedra pesada num charco de água estagnada, este seu documento não mais parou de fazer estremecer as consciências dos católicos (a nível pessoal e coletivo), de tal modo que não nos parece excessivo concluir que toda a obra e pensamento do fundador da Obra da Rua é reverberação desse mesmo grito de denúncia¹⁸⁵.

Mas é fundamentalmente no plano dos indivíduos que constituem o *corpus* (da Tradição) eclesial que se vai concretizando a melhor resposta ao problema dos pobres/pobreza, conforme nos sublinham os escritos de Padre Américo. Procurando neles o seu verdadeiro *leitmotiv*, torna-se evidente a sua admiração (e a sua tentativa de imitação/adesão) por uma longa tradição de homens e mulheres, de diferentes quadrantes (inclusive de fora do universo cristão-católico) que, a seu modo, reconheceram ser a pobreza (e, mais concretamente, os que por causa dela padeciam) o mais grave problema da sociedade do seu tempo e tomaram medidas (geográfica e historicamente situadas) para o tentar resolver/menorizar.

Entre eles, e em primeiro lugar, estaria sem dúvida S. Francisco de Assis¹⁸⁶, cujo exemplo e atitude revolucionária para com os mais pobres é insistentemente citado e imitado: «*Sinto desejos de ser Francisco de Assis para abraçar este espaço*

¹⁸³ IGREJA CATÓLICA: Leão XIII, Papa (1878-1903), *Carta Encíclica «Rerum Novarum – Sobre a condição dos operários»*, 1891, [em linha: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>].

¹⁸⁴ «A primeira resposta da Igreja à grande questão social dos finais do século XIX foi a carta encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum* de 1891 – sobre a condição dos operários». – Jorge Botelho MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», *PLURA – Revista de Estudos de Religião (Brasil)* 6, n. 1 (2015): 49.

¹⁸⁵ «De uma vez, houve uma sessão solene em certo Seminário onde eu estudava Teologia, tendo, então, à beira dos 40 anos de idade. Um dos oradores da festa pronunciou a palavra *Rerum Novarum*. Nunca tinha ouvido tal nome e um discípulo meu a quem perguntei, também não! Agora já assim não é. A doutrina social da Igreja saiu dos arquivos e anda, na verdade, muito agitada nos discursos do dia. Não perdeu nada, nadinha, da sua virtude. Talvez, porém, da sua oportunidade, por não ter sido praticada quando devia ser». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:15-16.

¹⁸⁶ Júlio MENDES, «Facetas de uma vida», *O Gaiato* Ano XLV, n. 1055 (18 de agosto de 1984): 3.4. Como exemplos dessas “ocorrências”: AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:230; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:93. 325; AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 21. 25; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:93. Sobre a questão do “franciscanismo” de Padre Américo, ver: MARTINS, «Padre Américo. Uma vida cheia de espiritualidade», 269-71; RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 63; MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 175-90; PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 42. 91. 137.

imenso de luz e de vida, desprendido, como o Pobrezinho, de tudo quanto possa ligar a gente às ninharias do mundo»¹⁸⁷. Como raízes remotas desta afinidade de Padre Américo pela figura e exemplo do “Povorello” de Assis certamente que poderemos registrar a sua longa e profunda amizade com o franciscano D. Rafael Maria da Assunção e a sua curta mas igualmente marcante passagem pelo Convento Franciscano de Vilariño de la Ramallosa (Tui). Depois, já Seminarista em Coimbra, é na qualidade de colaborador (bastante pró-ativo, como nos mostra Henrique Manuel Pereira¹⁸⁸) da Revista dos alunos daquele Seminário – de seu título *Lume Novo* – que assina vários artigos onde a figura do “Pobre de Assis” é referida, particularmente no belíssimo texto «*Mansões de Paz*»¹⁸⁹. Para Américo, S. Francisco era o «*Pobrezinho Glorioso*»¹⁹⁰, um exemplo literalmente radical do que significou – e deveria significar – o seguimento total da mensagem de Jesus Cristo diante dos Pobres. Também por isso quer a imagem deste Santo quer o seu culto estiveram sempre no “coração” da sua Obra¹⁹¹, tal como ainda hoje se pode verificar e contemplar na Capela de Paço de Sousa.

“A par” da figura de S. Francisco de Assis, e ainda no quadro da Tradição cristã (e circunscrevendo este nosso elenco às figuras expressamente referidas por Padre Américo nos seus escritos¹⁹²), encontramos igualmente referências (reveladoras, a seu modo e em diferente grau de “proximidade afetiva-espiritual”) a S. João Bosco¹⁹³, S. João de Deus¹⁹⁴, S. Francisco Xavier e S. Vicente de Paulo¹⁹⁵. Depois, e muito embora não propriamente “abaixo” (nem sob qualquer

¹⁸⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:62. Sobre a relação de Padre Américo e S. Francisco de Assis, ver: RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 48. 63; PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 23. 42.

¹⁸⁸ PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 38ss.

¹⁸⁹ Américo Monteiro de AGUIAR, «*Mansões de Paz*», *Lume Novo*, n. 2 (fevereiro de 1927); PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 89-94.

¹⁹⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:102.

¹⁹¹ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 166-74.

¹⁹² Seria, porventura, de esperar que o nosso Autor nos apresentasse melhores coordenadas que nos permitissem uma mais profunda compreensão diacrónica desta temática; não obstante, o seu “ecletismo” (patente aqui e noutros âmbitos, conforme veremos) força-nos a dar estes longos “saltos cronológicos” (entre o século XII de S. Francisco de Assis e o século XIX de Ozanam, por exemplo). Não significa isto, porém, que Padre Américo ignorasse os dinamismos e as personagens histórico-eclésiásticas que, de permeio, protagonizaram semelhante reflexão e acção; na nossa opinião, é este, apenas e só, mais um caso revelador da sua peculiar forma de pensar.

¹⁹³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4: 93. 94. 155. 156. 167; AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1: 138; AGUIAR, *De como eu fui*, 9. 12. 59. É, no mínimo, curiosa uma das suas referências ao “exemplo” deste santo: «Um biógrafo de João Bosco disse da sua vida, sintetizando, que ela tinha sido uma permanente corrida ó dinheiro. Se este predicado fosse matéria bastante de canonizações, também eu haveria de ser canonizado». – AGUIAR, 69.

¹⁹⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:46. 200; AGUIAR, 74. 234; Américo Monteiro de AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 1.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1988), 92-93.

¹⁹⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:259; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:91.109.127.

espécie de categorização valorativa), estão presentes alusões a Antoine-Frédéric Ozanam¹⁹⁶ (Milão, 1813 – Marselha, 1853) fundador, com outros estudantes da Sorbonne, da “Conferência da Caridade”, antecessora das “Conferências Vicentinas”/“Conferências de S. Vicente de Paulo”, S. João da Cruz, Sta. Teresa d’Ávila¹⁹⁷ e Margarida Maria de Alacoque, monja e vidente do Sagrado Coração de Jesus¹⁹⁸.

Concomitantemente a esta devoção em relação a estas figuras da Tradição Eclesial, devoção que, não em pequena escala, permite um mais profundo entendimento do que significam, para Padre Américo, os pobres e a pobreza, encontramos igualmente nos seus escritos provas de que este se deixou embeber pelo exemplo e legado de outros “loucos e loucas”¹⁹⁹, «*enamorado que se ocupam da vida dos Pobres e do bem da pobreza (...) apaixonados, enamorados da Altíssima Pobreza do Pobre de Nazaré*»²⁰⁰, que igualmente abraçaram inteiramente o Evangelho, nas mais variadas formas e concretizações. É este o caso das “Irmãzinhas dos Pobres” (com especial enfoque na sua fundadora, Joana Jugan, a quem Padre Américo dedica algumas das suas reflexões²⁰¹), instituição da cidade do Porto que visita regularmente²⁰²; Florence Nightingale²⁰³ (Florença, 1820 – Londres, 1910), enfermeira britânica, considerada “mãe” da Enfermagem moderna, mulher que ficou famosa por ser pioneira no tratamento a feridos de guerra, durante a Guerra

¹⁹⁶ Carlos A. Moreira AZEVEDO, «Antoine-Frédéric Ozanam (1813-1853): o leigo cristão», *Humanística e Teologia* 19, n. 1-2 (1998): 117-30. Para conhecer melhor algumas das afirmações sobre a pobreza, pode consultar-se GONZÁLEZ FAUS, *Vicários de Cristo*, 279-85.

¹⁹⁷ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 43.

¹⁹⁸ De acordo com PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 63ss.

¹⁹⁹ «Tem de “enlouquecer” quem entrar pela porta das Obras onde se vive e pratica o Evangelho. É preciso que esses especialistas se gloriem no Senhor e jamais nos seus conhecimentos. Se assim não acontecer, eles incham, incham, incham... e adeus Obra. Esta doutrina é certa. A história da Igreja está cheia de casos. Que preparação tinha Francisco de Assis? Nenhuma. «Enlouqueceu!» E João Bosco? Morreu ontem; e contam-se pelas estrelas as crianças salvas na Obra que ele deixou! Eu já vi no Pinheiro Manso, velhinhos e velhinhas deitados em leitos imaculados, com travesseiras de penas. São centenas em todo o mundo, as casas iguais àquela. As Irmãzinhas dos Pobres são as servas dos Pobres. Não há criados. São elas e mais ninguém. Perdem a pátria. Perdem a família. Perdem a vida. Quem é que fundou esta Obra tão sublime? Qual a técnica? Nada. Ninguém. Uma Criada de servir! «Enlouqueceu» e andou prá frente!». – AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:230.

²⁰⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990.

²⁰¹ Vejam-se alguns exemplos em: AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:239-45; AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:218-20; AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 304-6; AGUIAR, *De como eu fui*, 385.

²⁰² Américo Monteiro de AGUIAR, «Crianças e Hospitais», *O Gaiato*, Ano XIV, n. 360 (28 de dezembro de 1957): 3; MARTINS, «Padre Américo. Uma vida cheia de espiritualidade», 258, nota.

²⁰³ Lúcia Marlene Macário LOPES e Sandra Maria Pereira dos SANTOS, «Florence Nightingale – Apontamentos sobre a fundadora da Enfermagem Moderna», *Revista de Enfermagem Referência (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra)*, 3.ª série, n. 2 (Dezembro de 2010): 181-89; Roberta COSTA et al., «O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo», *Texto & Contexto – Enfermagem (Florianópolis – Brasil)* 18, n. 4 (2009): 661-69.

da Crimeia (1853-1856); o Padre Damião de Veuster ou Damião de Molokai²⁰⁴ (Bélgica, 1840 – Havai, 1889), missionário católico da Congregação dos Sagrados Corações, venerado especialmente pelos habitantes do arquipélago do Havai e pela cristandade em geral por ter dedicado a sua vida ao cuidado dos leprosos de Molokai, de quem Padre Américo diz ter lido a sua biografia e, nessa leitura, ter encontrado verdadeiros «tônicos» e «palavras consoladoras» para a sua missão²⁰⁵; o Padre Anizan (6 de janeiro de 1853 – 1 de maio de 1928), que funda, a 25 de dezembro de 1918, a Congregação dos “Filhos da Caridade”²⁰⁶, vocacionada para a evangelização das classes operárias; o Beato Charles de Foucault (Estrasburgo, 1858 – Argélia Francesa, 1916), conhecido pela sua forte vivência espiritual e caritativa na Argélia, isolado do resto do mundo, vivendo numa zona controlada pelos Tuaregues, cuja língua estudou e conheceu profundamente, bem como os cânticos e tradições dos povos do Deserto do Saara, igualmente citado entre os admirados por Padre Américo²⁰⁷. Outra figura cujo nome convém registar é a do Padre Edward Joseph Flannagan (Irlanda, 1886 – Berlim, 1948), criador da “Boys Town”, um abrigo para «rapazes da rua»²⁰⁸, nome muito considerado por Padre Américo, a quem vai beber uma das “máximas” fundamentais do seu pensamento («não há rapazes maus»²⁰⁹), embora não deixe de reclamar para si a “originalidade da intuição” (dos métodos e programa do tipo de obra em questão²¹⁰). Finalmente, é igualmente necessário fixar o nome de Thomas John Barnardo (Dublin, 1845 – Londres, 1905), que Padre Américo cita como «Doutor Bernardo»²¹¹, igualmente fundador, em 1867, das “Casas/Lares do Doutor Barnardo” para acolhimento de crianças pobres²¹² e em quem reconhece não poucas similitudes, quer nas preocupações sociais diante de tal problema, quer nalgumas

²⁰⁴ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 66-67.

²⁰⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:202. Outras referências a esta personagem podem encontrar-se em AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:219; AGUIAR, *De como eu fui*, 166; AGUIAR, *O Barredo*, 242.

²⁰⁶ Pierre LE CLERC, *Uma Introdução à história dos Filhos da Caridade* (Paris: Filhos da Caridade, 1994).

²⁰⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:182.

²⁰⁸ Ver o filme homónimo realizado por Norman TAUROG, *Boys Town*, 1938, [em linha: <<http://www.imdb.com/title/tt0029942/fullcredits/>>].

²⁰⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:167.

²¹⁰ «Dizem que eu aprendi do Padre Flannagan aquilo que faço a bem dos garotos. Quando ouvi o nome dele pela primeira vez, já a Obra da Rua tinha os dentes do ciso! A intuição brota. Se hoje nos correspondemos, é por simpatia e mais nada». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:196. Mais referências e sinais desta “correspondência” (fundamentalmente “de ideias”) em AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:172; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:161.

²¹¹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 293; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:137.

²¹² Esta instituição está ainda hoje em atividade, como se pode comprovar pelo respetivo site: [em linha: <<http://www.barnardos.org.uk/>>].

“estratégias pedagógicas” também por Padre Américo assumidas, como é o caso do regime da “porta aberta”²¹³.

Homem viajado que foi, não foi, contudo, apenas além-fronteiras que encontrou inspiração: também entre portugueses encontrou Padre Américo exemplos a imitar. Cite-se, neste contexto, o Padre Francisco Rodrigues da Cruz (Alcochete, 1859-Lisboa, 1948), considerado um “apóstolo da caridade” junto dos presos, dos mais pobres e dos infelizes de Lisboa. Demonstração da admiração que muitos lhe votavam é a conversão do grande filósofo Leonardo Coimbra (que frequentou o mesmo Colégio de Felgueiras que Padre Américo²¹⁴), que a ele se deve. De Padre Cruz, Padre Américo hauriu a necessidade imperiosa de uma nova perspectiva, mentalidade e ação no trabalho de reintegração social dos marginalizados (presos). Por isso, quando questionado sobre a sua “opinião” acerca de tal figura, resume-a assim: «*Calei-me religiosamente. A verdade não sofre opiniões. O médico vai aos doentes e o sacerdote aos malvados. Aqui está*»²¹⁵. Assim também do Padre António d’Oliveira (Lamego, 1867 – Lisboa, 1923), grande figura da História da Educação e do Direito de Menores em Portugal no começo do século XX²¹⁶, embora nem sempre tenha recebido a atenção e o reconhecimento por parte de historiadores da educação na devida proporção da sua obra e influência. Tendo-se tornado responsável por uma instituição pública de detenção e correção de menores em Lisboa, desenvolveu novos métodos de assistência educativa neste tipo de instituição, promovendo a alteração de uma lógica de “prisão” para uma lógica de “escola”, outra ideia muito cara ao pensamento de Padre Américo²¹⁷. Do mesmo modo, também o do Padre Manuel Francisco Grilo (Ílhavo, 1888 – Matosinhos, 1968), fundador da “Obra do Padre Grilo” (1942) e, depois, da “Sopa dos Pobres” em Matosinhos, outro “companheiro de preocupações” de Padre

²¹³ É precisamente com esta expressão (“Porta aberta”) que Padre Américo intitula a sua mais completa e aprofundada reflexão sobre a obra deste filantropo irlandês, como se pode ler em: AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:221-24. Sobre o “conteúdo” e “implicações pedagógico-formativas” desta “estratégia”, poderá ser interessante a leitura de DUARTE, «*Somos a porta aberta*». *Pedagogia do Padre Américo: métodos e vida*.

²¹⁴ MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 61.

²¹⁵ AGUIAR, *De como eu fui*, 82.

²¹⁶ Joaquim Ferreira GOMES, «O Padre António de Oliveira (1867-1923), Grande Educador», *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades (Instituto Superior Miguel Torga – Coimbra)*, n. 1 (2001): 108-23.

²¹⁷ Ver, a este respeito: AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:53.83.106; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:235; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:106; Américo Monteiro de AGUIAR, *Cantinho dos Rapazes*, 2.^a ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1997), 99. 104. Colaborou ainda na elaboração de projetos legislativos inspirados pela necessidade de reconhecer a especificidade jurídica da infância e da juventude, na transição da monarquia para a época republicana. Particularmente relevante é a elaboração pelo Padre António de Oliveira do projeto que estaria na base da “Lei da Protecção à Infância” de 27 de maio de 1911, que criou os Tribunais de Menores em Portugal. Além disso, é autor de vários livros que documentam os princípios do seu pensamento e ação pedagógica e que terão sido fruto da atenção (e admiração) de Padre Américo: «Eu já li alguma coisa sobre a vida e Obra do padre António d’Oliveira e, muito embora ele o não diga nos seus escritos, nota-se quanto não teve de sofrer para chegar aonde chegou!». – AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:223.

Américo²¹⁸. Merecem ainda destaque, também pela mesma afinidade geográfica, as figuras do Padre Joaquim Alves Correia (Paredes, 1886 – E.U.A., 1951), um dos maiores nomes da oposição católica ao Estado Novo em Portugal²¹⁹; o Padre Abel Varzim (Barcelos, 1902 – Porto, 1964)²²⁰, autor, juntamente com o Padre Manuel Rocha, dos Estatutos da “Acção Católica Portuguesa” (ACP), e que é visto, por Padre Américo, como «*um mártir dos nossos tempos, ignorado*»²²¹, e a quem louva a sua ação pastoral, primeiramente na Paróquia da Encarnação²²², «*que abrange o Bairro Alto – açougue de Lisboa*» e, depois, na construção das «*Casas de Repouso para Pobres*» nos arredores daquela cidade. Finalmente, cumpre ainda citar o nome de Maria Carolina Sousa Gomes (fundadora das “Criaditas dos Pobres” de Coimbra)²²³, com quem Padre Américo tantas vezes se cruzou²²⁴, tendo também ele ficado surpreendido com a sua abnegação e dedicação à causa dos pobres de Coimbra.

Não sendo nem pretendendo ser este um elenco completo e exaustivo de todas as figuras que partilha(ra)m de uma visão dos pobres/pobreza muito particular, identificando-a com o próprio Cristo, vendo neles e na sua pobreza – que é muito mais profunda que meramente a material – o Cristo Pobre e Sofredor, parece-nos ser válido concluir que, querendo aqui apresentar a compreensão e significado teológico dos “pobres” e da “pobreza” no quadro do pensar-agir de Padre Américo, ter-se-á sempre que remeter para este horizonte mais vasto onde tal intuição teórico-pragmática se inscreve. E estamos certos de que, se questionado fosse o nosso Autor sobre este mesmo enquadramento, seria precisamente este o “habitat” teológico-testemunhal a que de forma mais plena e assumida haveria de responder pertencer.

²¹⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:256-57; Américo Monteiro de AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, vol. 1, 3.ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1985), 65.

²¹⁹ Maria Inácia REZOLA, «Correia, Joaquim Alves (1886-1951)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, 1996, 224.

²²⁰ Maria Inácia REZOLA, «Abel Varzim: um testemunho para hoje», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 7 (1995): 457-58; António CEREJO, «O padre Abel Varzim e o seu tempo», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 12 (2000): 461-91; Paulo F. de Oliveira FONTES, «A propósito de um testemunho sobre o Padre Abel Varzim (1902-1964)», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 12 (2000): 457-60; FÓRUM ABEL VARZIM, *Abel Varzim: entre o ideal e o possível* (Lisboa: Multinova, 2000).

²²¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:201.

²²² Abel VARZIM, *Procissão dos Passos: uma vivência no Bairro Alto* (Editorial Cáritas, 2014).

²²³ Manuel da Silva TRINDADE e Gabriel de SOUSA, *Figuras notáveis da Igreja de Coimbra: Dr. Francisco José de Sousa Gomes, Pe. Luís Lopes de Melo, Pe. Américo, Ir. M. a Carolina de Sousa Gomes, Fr. Bernardo de Vasconcelos*. (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1991).

²²⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:218-20.

1.5. Concretizando: a Encarnação como programa...

«Era ali perto. Num mesmo lanço de casas e sem nada que a distinga, vê-se uma porta com um janelo de vidro como a palma da mão. Por cima é uma cruz tosca e por baixo pontaram Jesus-Amor. O sítio. A hora. O amontoado de tábuas e a vida que ali se leva. A história do Homem. Os mistérios da Encarnação e da Redenção. O Mundo actual como nós o conhecemos e sentimos e tememos. Tudo isto invadiu o meu ser, quando dei com os olhos no sinal e nome daquela espantosa pobreza!»²²⁵.

Se, como temos estado a tentar demonstrar, a questão em torno do(s) Pobres e da Pobreza é a primeira linha de análise do pensamento-ação de Padre Américo, o horizonte estritamente teológico em que esta deve ser compreendida há de ser a da chamada “Teologia da Encarnação”. Esta expressão condensa uma proposta de conceção do essencial do “mistério” cristão²²⁶ (na relação Jesus Cristo – Igreja) que tem a sua origem no pensamento e obra do professor de Direito, História e Dogmática da Faculdade de Tubinga, Johann Adam Möhler (1796-1838)²²⁷. Na sua *Simbólica* (1832)²²⁸, obra de maturidade²²⁹, Möhler apresenta uma “*analogia*” entre (o “Mistério” de) Jesus Cristo e (o d)a Igreja. Estabelecer esta analogia – também ela uma das “coisas novas” a que igualmente Leão XIII haveria de dedicar especial atenção²³⁰ – é algo que, só por si, já mereceu uma ampla discussão e justificaria uma aclaração que aqui não haverá espaço para fazer²³¹. Não obstante, o que se revela necessário registar é que, com esta analogia, Möhler haveria de inaugurar uma compreensão de tal mistério que seria posteriormente protagonista de uma “profunda influência” na reflexão teológica (particularmente na

²²⁵ AGUIAR, 3:32.

²²⁶ «A encarnação de Jesus Cristo, o Verbo feito carne, o Filho de Deus feito homem, é a afirmação fundamental da doutrina cristã, que caracteriza a especificidade do cristianismo como religião que professa a vinda de Deus na história, precisamente na pessoa de Jesus de Nazaré, confessado na fé como o Filho Unigénito de Deus». – Franco Giulio BRAMBILLA, «Encarnação», em *Christus – Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2004), 315.

²²⁷ ILLANES e SARANYANA, *Historia de la Teología*, 456-58.

²²⁸ Johann Adam MÖHLER, *Simbólica o exposición de las diferencias dogmáticas de católicos y protestantes según sus públicas profesiones de fe*, ed. Pedro RODRIGUEZ e José R. VILLAR (Madrid: Ediciones Cristiandad, 2000).

²²⁹ José Jacinto Ferreira de FARIAS, «O kairos sacramental: o lugar do cruzamento do tempo e a eternidade, da justiça e da misericórdia», *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia-Lisboa* XLI (2011): 173-89.

²³⁰ Ver, por exemplo, o nº 4 da sua *Encíclica Satis Cognitum* (29 de junho de 1896) – IGREJA CATÓLICA – Leão XIII, Papa (1878-1903), *Carta Encíclica «Satis Cognitum – Sobre a unidade da Igreja»*, 1896. [em linha: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html>].

²³¹ Para melhor compreender o contexto e alcance da aplicação deste conceito de “analogia” no debate teológico ver G. SÖHNGEN, «Analogía», em *Conceptos Fundamentales de la Teología*, por Heinrich FRÍES, vol. 1 (Barcelona: Ediciones Cristiandad, 1966), 76-88.

de realce eclesiológico)²³². A atestá-lo estão, e sumamente, quer a Eclesiologia patente (e já “sedimentada”) da Encíclica *Mistici Corporis* de Pio XII²³³, quer o núcleo essencial da concepção eclesiológica vertida pelo II Concílio do Vaticano:

«Cristo, mediador único, estabelece e continuamente sustenta sobre a terra, como um todo visível, a Sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e amor, por meio da qual difunde em todos a verdade e a graça. Porém, a sociedade organizada hierarquicamente, e o Corpo místico de Cristo, o agrupamento visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja ornada com os dons celestes não se devem considerar como duas entidades, mas como uma única realidade complexa, formada pelo duplo elemento humano e divino. Apresenta por esta razão uma grande analogia²³⁴ com o mistério do Verbo encarnado. Pois, assim como a natureza assumida serve ao Verbo divino de instrumento vivo de

²³² RIGA, «The ecclesiology of Johann Adam Möhler». Por outro lado, também a sua obra sobre a unidade da Igreja [Johann Adam MÖHLER, *La unidad en la Iglesia* (Pamplona: Eunote, 1996). suscitou amplo debate e reconhecimento: nela, o autor «toma o Espírito Santo como ponto de partida da sua obra sobre a unidade da Igreja, o que representou uma novidade nos estudos em eclesiologia no séc. XIX, que partiam normalmente de Cristo. J. A. Möhler, ao tomar o Espírito Santo como ponto de partida da sua investigação eclesiológica, situa-se no que, no séc. XX, será proposto por K. Rahner no seu axioma trinitário: a Trindade económica é a imanente, e vice-versa, ou seja, a Trindade económica como caminho para o conhecimento da Trindade. E em Möhler já está presente também o que se chamará a inversão trinitária, ou seja: se na ordem das missões trinitárias, o Espírito Santo vem no fim, porque enviado pelo Pai e pelo Filho, no plano do conhecimento da Trindade, no que ao homem diz respeito, o processo é inverso: pelo Espírito, acede-se ao conhecimento do Filho que revela o Pai. (...) J. A. Möhler descobre uma outra compreensão da Igreja, que ia muito além e mais profundamente do que a compreensão da Igreja na apologética moderna que se detinha nos aspectos mais jurídicos e institucionais, ou na mentalidade iluminista, marcadamente individualista; mas ao mesmo tempo distanciava-se de uma visão meramente espiritualista da Reforma ou da subjectividade do sentimento religioso em alguns movimentos românticos, tanto no interior do catolicismo como no interior da tradição protestante, sendo este o caso especial de F. Schleiermacher, pelo menos na fase dos Discursos sobre a religião, para o qual a religião consistia numa relação panteísta com o todo, tomado quase como divino, e que, por isso, a religião, como sentimento quase estético, não teria directa ou imediatamente nada ou pelo menos não necessariamente a ver com Deus». – FARIAS, «O kairós sacramental: o lugar do cruzamento do tempo e a eternidade, da justiça e da misericórdia», 174-75. Para a história da influência deste autor na reflexão eclesiológica pode também ver-se: Gustav VOSS, S. J., «Johann Adam Möhler and the development of dogma», *Theological Studies*, n. 4 (1943): 420-44; Bernard (Dir.) SESBOÛÉ, *Os sinais da Salvação (séculos XIX-XX)*, «História dos Dogmas» 3 (São Paulo: Edições Loyola, 2005), 410-13.

²³³ « (...) without Möhler it would be hard indeed to imagine the fruits of this revived ecclesiology which we enjoy today. It is he, above all, who was at the beginning of the long line of theologians of the last century who prepared this way which has culminated in the great Encyclical *Mistici corporis* of Pius XII». – RIGA, «The ecclesiology of Johann Adam Möhler», 564.

²³⁴ Este é um dos casos em que a tradução – deveras imprecisa – do texto original «*non mediocrem analogiam*» acaba por distorcer o sentido original da afirmação e, em consequência, malsinar as respetivas aplicações/deduções prático-programáticas (eclesiológicas e/ou pastorais) dela decorrentes. Sobre algumas destas aplicações (estritamente em terreno teológico) ver Emilio SAURAS, «El misterio de la Iglesia y la figura del cuerpo místico», em *Concilio Vaticano II. Comentarios a la Constitución sobre la Iglesia*, dir. Casimiro Morcillo González (Madrid: BAC, 1966), 220ss.

salvação, a Ele indissolúvelmente unido, de modo semelhante a estrutura social da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, para o crescimento do corpo (cfr. Ef. 4,16)»²³⁵.

Como facilmente se pode constatar, o texto conciliar retoma aqui a mesma formulação möhleriana, entretanto sobremodo desenvolvida na obra de outro grande teólogo do séc. XX, o Padre Marie-Dominique Chenu (1895-1990)²³⁶, responsável pela “cidadania teológica” da categoria «*sinais dos tempos*»²³⁷, e que, não sendo um «(...) *teólogo sistemático (...) atesta abertamente que esse mistério [da Incarnação] constitui o princípio arquitectónico do seu edifício teológico*»²³⁸. E, no apartado eclesiológico de tal edifício, a Igreja é aí descrita como «*continuação do mistério da Incarnação*», enunciado que, como vimos anteriormente, haveria de ser assumido e integrado no cerne da doutrina eclesiológica conciliar posterior.

De modo a explicitar melhor este – assim denominado – “princípio da Incarnação”, citamos aqui a descrição de Rovira Beloso:

«Así como la Palabra invisible de Dios se ha expresado adecuadamente y totalmente en la imagen y figura visible de Jesús de Nazaret, de manera parecida, lo que es invisible de Dios tiende a manifestarse y a darse a los hombres a través de mediaciones sensibles y humanas, que son objeto de experiencia... y de narración. Entonces es cuando lo propiamente divino llega a manifestarse en las coordenadas espacio-temporales del mundo (...)»²³⁹.

Ora, regressando ao nosso tema, tal visão-conceção de Igreja despoletou uma nova compreensão da sua missão no mundo, recentrada, por um lado, numa perspectiva de “seguimento” da exemplaridade da ação salvífico-redentora de Jesus Cristo diante dos pobres/pobreza tal como nos aparece relatada no Evangelho e, por outro, no reconhecimento do lugar e significado destes na compreensão (da eficácia/verdade) da própria ação eclesial. Como bem sintetiza o Cardeal Suhard (de Paris), um dos grandes teorizadores desta “Teologia da Incarnação”:

«A lei essencial do apostolado é a incarnação. Mas esta incarnação, que não é apenas uma adaptação fictícia e superficial, deve entender-se como um grão de sal. Quando o Verbo se fez carne, fez-se plenamente homem como nós, não se

²³⁵ IGREJA CATÓLICA, «Constituição Dogmática “Lumen gentium”», em *Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações e Documentos Pontifícios*, 9ª ed. (Braga: Editorial A. O., 1983), n.º 8.

²³⁶ Battista MONDIN, *Os grandes teólogos do século vinte*, trad. José Fernandes (São Paulo: Editora Teológica, 2003), 547-551. Particularmente, sobre o nosso tema, ver: 567-570.

²³⁷ MONDIN, 547.

²³⁸ MONDIN, 567.

²³⁹ Jose Maria ROVIRA BELLOSO, *Introducción a la Teología* (Madrid: BAC, 1996), 301.

limitou a um movimento descendente. Tomou a nossa natureza e assumiu-a, tal qual é, sem pecado, para a introduzir na glória do Pai, na Ascensão. Este movimento ascendente coroa e motiva ao mesmo tempo a sua vinda entre nós. Deus fez-se homem para que o homem se faça Deus. Tal é, segundo os Santos Padres, o circuito total da Encarnação redentora. A encarnação do cristão deve seguir o seu modelo. Ser apóstolo é tudo adoptar, penetrar tudo – na medida em que legitimamente possa ser adoptado – do homem e do mundo que ele moldou. Tudo, isto é – salvo o pecado – todos os valores até aí estranhos ao cristianismo...»²⁴⁰.

Diríamos, portanto, e para concluir, que o elemento essencial (e inovador) desta visão da Igreja (Eclesiologia) reside no facto de que, ao contrário de outras conceções eclesiológicas – fundadas ora numa visão demasiadamente jurídico-institucional ora demasiado subjetivista-espiritualizante, ambas profundamente criticadas por Padre Américo²⁴¹ –, esta que aqui se nos depara está estrita e completamente fundada na Escritura, mais propriamente no Novo Testamento²⁴², texto este aqui entendido quer como “texto fundador-inspirador” quer como “relato experiencial” de uma *ecclesia* (comunidade, povo) concreta. Ora, colocando Jesus Cristo e a sua “exemplaridade” no centro da auto-compreensão do ser e agir eclesiais, esta perspetiva (eclesiológica), quando comparada com os enunciados de Padre Américo sobre este mesmo tema, encontra não poucos pontos de contacto.

²⁴⁰ Cardeal SUHARD, «Triunfo ou declínio da Igreja», em *Deus, igreja, sacerdócio*, por Cardeal SUHARD (Lisboa: Editorial Aster, 1956), 87-90.

²⁴¹ Apenas a título de exemplo “paradigmático” dos termos em que tais críticas ocorrem, citamos, para o primeiro caso: «Hoje, sobretudo, a Igreja Católica é simplesmente um precioso ornamento, um ponto de cerimónias, um depósito de respeitáveis tradições; e não é mais nada. E os padres católicos são os mais tristes propagandistas daquela língua morta e não são mais coisa nenhuma». – AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:88. Ou mesmo, num tom mais jocoso: «Eu estava, de uma vez, à espera do eléctrico para a Alta, em Coimbra, e passa um sacerdote de moto. Do lado dizem: “Ali vai o retrocesso a cavalo no progresso!”». – AGUIAR, 1:88. Para o segundo caso, atente-se nestas palavras: «Cuida-se que Jesus Cristo ficou na sepultura e que os cristãos são herdeiros de um epitáfio. Gosta-se, em regra, desta fezinha de meias tintas e de panos quentes. É mais cómoda. Não obriga. Outros erros!». – AGUIAR, *De como eu fui*, 65. «Na pequenina capela do Forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz – onde tenho púlpito armado dos mais anos – preguei o Deus desconhecido ao novo paganismo que invade hoje as nossas igrejas e chega até junto dos nossos altares a proclamar amor e dizer que tem fé..., mas Deus não acredita: a careta não diz com a letra!». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:86. «Jesus Crucificado é outra vez escândalo para uns, vergonha para outros; e para muito poucos, Vida. Há uma apostasia geral da Igreja, mesmo daqueles que a frequentam, que é justamente a pior de todas. Fez-se nova doutrina de um suave amorzinho a Deus e nada de procurar saber a sério do bem do nosso Semelhante. Renunciou-se ao Evangelho». – AGUIAR, 4:99. «A Pobreza é coisa tão santa, que ninguém lhe mexe!». – AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:13. Como bem conclui José da Rocha Ramos: «[Padre Américo] Não foi nunca um homem de devoções sentimentalistas e desencarnadas». – RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 62.

²⁴² Ver uma boa síntese a este respeito em: Paul BOURGY, *Teologia e Espiritualidade do Mistério da Encarnação*, trad. José Correia da Cunha (Lisboa: Tip. União Gráfica, 1963), 15-25.

1.6. ...e a Pobreza (de Cristo) como paradigma (hermenêutico-existencial)

Por outras palavras e concretizando: percorrendo os textos do fundador da Obra da Rua e analisando-os na sua intra-textualidade, deparámo-nos com uma quase constante articulação da leitura dos problemas e da realidade dos sujeitos pobres com aquela que é a mensagem central do Evangelho e, *a fortiori*, com o exemplo do seu protagonista: Jesus Cristo. Como se dirá muito mais tarde, num plano teológico-fundamental mas assumindo igualmente as consequências prático-políticas desta identificação (no quadro da "Teologia da Libertação"):

«La revelación plena de Dios en la historia se dio en Jesucristo. Se manifestó en los pobres. Ese contexto, desde entonces, se hace el lugar privilegiado para conocer y recoger la experiencia del Dios de Jesús. Por ello, el lugar teológico privilegiado es el pobre y su causa de liberación. La pregunta sobre cuál es la perspectiva y compromisos fundamentales para hacer teología recibe, en la teología de la liberación y su método, esta clara respuesta: los pobres y su causa»²⁴³.

Regressando às palavras do próprio Padre Américo:

«Aqui me tens hoje à porta, o mesmo dos mais anos, a pedir o Natal dos Pobres nesta Sopa de muito espero, para dar bom paladar a todos quantos a lerem. Não venho na emboscada do "bolsa ou vida"; muito menos no desfraldar a bandeira revolucionária do "temos fome". Não, que a minha revolução é ramo de oliveira, toda de Paz e de Bem. Antes, porém, de te decidires a abrir a mão, uma vez que eu peço para Pobres e é para eles que tu vais dar, desejo que consideres bem qual e quanta a Altíssima Pobreza de Jesus, porquanto a altura deste pensamento fará a dimensão da tua esmola. Vê e medita, através do Evangelho, o Pobre Divino mai-la bendita Pobreza, comendo, com simplicidade, espigas no campo e peixe na praia; vestindo a túnica que a glória de Deus transfigura no Tabor e os soldados disputam no Gólgota; aceitando abrigo em muitas casas, hóspede em todas elas, porque peregrino no mundo. Pobre no comer, pobre no vestir, pobre no viver. Assim convinha que fosse Aquele que o Pai Celeste mandou evangelizar os Pobres. Assim foi e assim é»²⁴⁴.

«Faz hoje precisamente um ano que eu estive neste mesmo sítio a dar notícias da Aldeia dos Rapazes, sita na freguesia de Paço de Sousa, a uns trinta quilómetros da cidade do Porto. Hoje não é necessário falar. De conhecida que é, a Obra da Rua fala por si. Uns pelo que têm lido. Outros pelo que têm observado. Muitos

²⁴³ Roberto OLIVEROS, «Historia de la teología de la liberación», em *MYSTERIUM LIBERATIONIS. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*, vol. 1 (Madrid: Editorial Trotta, 1990), 28.

²⁴⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:19-20.

pelo que ouvem. Todos pelo que sentem. E assim, de tal forma se tornou conhecida a aldeia dos Rapazes que já não cabe dentro dos estreitos muros de Portugal; no estrangeiro também se sabe que chegou a hora de redenção para o garoto das ruas. É uma palavra nova. É o “ovo de Colombo” do século presente. É uma demonstração do valor espiritual desses inocentes farrapos a que os nossos olhos se afizeram e aonde o coração de quem os sabe amar, pode descobrir, e na realidade descobre infinitas possibilidades divinas. Como descobrir essas riquezas nos farrapões da rua? Olhando para cada um deles com o olhar de Jesus. Mais nada. Não é preciso mais nada. Essa visão dá-nos a compreensão total da criança. Vê-se nela imediatamente o homem; o cristão; um mundo»²⁴⁵.

É, portanto, com base nesta ótica/hermenêutica do real, capaz de reconhecer em cada pobre o próprio Jesus Cristo, que se funda a “teo-lógica” (e, *a fortiori*, a “teo-práxis”) de Padre Américo.

«[Jesus Cristo,] sendo infinitamente rico, deu ao mundo a grande lição da Pobreza; e fez-Se Pobre para ser a parte escolhida de uma grande multidão. A notícia e o sinal que na terra O indicam, é a penúria do Seu nascer e no fim da vida não foi mais feliz, porquanto a sepultura foi esmola de José de Arimateia. Bem-aventurados são todos aqueles que neste mundo escolhem a sorte e seguem as pisadas do Mestre, não querendo nada para si e topando tudo quanto querem... para dar aos mais!»²⁴⁶.

Por conseguinte, talvez não seja abusivo considerarmos que, para ele, os pobres constituem o mais importante “lugar teológico” do seu pensamento. Como prova de tal afirmação, recorremos aqui às expressões que o mesmo utiliza para os definir teologicamente. Neste contexto, eles são-nos descritos como uma “manifestação”, um “sacramento” do próprio Jesus²⁴⁷. Recordem-se alguns enunciados textuais a este respeito:

– «A Pobreza é um sacramento fundado e vivido no mundo, por Quem nele quis trocar o Nome sem jamais trocar a Pessoa; e os Pobres são o sujeito deste sacramento!»²⁴⁸;

²⁴⁵ AGUIAR, *De como eu fui*, 44-45.

²⁴⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:206.

²⁴⁷ Ver o texto “A leitura que se funda no Evangelho, nunca foi estéril” – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:41-43.

²⁴⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:65.

– «A casa dos Pobres é verdadeiramente a Casa de Deus e a Porta do Céu. Ali tudo é maravilhoso. Os de fora não atingem a grandeza dos que lá moram nem o trato familiar de Deus. É um sacramento»²⁴⁹.

E, no seguimento da identificação que Padre Américo faz entre “Pobres” e “Doentes”, tal-qualmente vê nestes últimos igual manifestação desta mesma “presença”:

«Como tivesse umas horas à minha disposição, fui à Parede ver um doente. Ia mais gente no comboio, muita gente. Quem é que não gosta daquela cercadura de Lisboa? Eu, porém, ia com intuitos mais alevantados. Eu era o romeiro silencioso do turbilhão: Ia visitar um doente. Doente que se pode adorar sem cair em pecado de idolatria. Como? Adorando nas suas chagas as Chagas de Jesus, o Homem das Dores. “Estou assim há mais de sete anos!” Aquele assim é o estado do doente que eu visitei. Hei-de lá tornar. As forças vão-se buscar à fraqueza: à própria e à dos mais. O Reino de Deus é às avessas dos reinozinhos do mundo»²⁵⁰.

Como consequência prático-pastoral desta sua visão, é perfeitamente compreensível que seja nestes termos que o fundador da Obra da Rua reflita sobre a missão dos demais “Padres da Rua”, seus «sucessores»:

«Eu não me canso de recomendar aos meus Padres que, se ainda não têm, peçam a Deus o jeito, a queda, o dom de visitar os Pobres. Que tenham dor; que sejam por eles. Que jamais os troquem por outras riquezas, que eles, os Pobres, são a verdadeira riqueza da nossa Obra. Muitos profetas quiseram ver Jesus e morreram sem o ter visto. Nós somos mais do que esses profetas. Nós podemos ver Jesus. Nós podemos curar as feridas; podemos dar pão; podemos vestir; podemos consolar; podemos ouvir a história dos trabalhos de Jesus e sofrer com Ele. Podemos, sim senhor. Temos os Pobres no mundo!...»²⁵¹.

«Que os meus sucessores ponham aqui os seus olhos e saibam que só enriquecem as almas naquela medida em que amarem a Pobreza»²⁵².

«Devem ser firmes e resistir com toda a confiança à tentação do Pecúlio, quer ela venha de dentro, quer de fora. (...) Pobreza heróica e dolorosa, amada por amor da pobreza de Nosso Senhor Jesus Cristo, de cuja fidelidade depende a

²⁴⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:101.

²⁵⁰ AGUIAR, *De como eu fui*, 155.

²⁵¹ AGUIAR, *O Barredo*, 41.

²⁵² AGUIAR, *De como eu fui*, 185.

suficiência perene das coisas necessárias à vida, quer na doença, quer na velhice. Duvidar é recuar»²⁵³.

Contudo, não é apenas aos colegas-continuadores da sua missão que Padre Américo exorta a uma nova visão-compreensão da realidade (e sentido teológico) da pobreza: é a todos os que se deixam sensibilizar pelos problemas a ela associados e que pretendem contribuir – através da sua esmola – para a sua resolução que se dirige e faz recordar as consequências práticas desta forma diferente de para ela olhar e de por ela algo fazer:

«(...) se quisermos respeitar o sentimento da esmola, mai-la vontade de quem na dá, somos obrigados a fazer muito mais do que deixar a moeda e virar costas; temos de aliviar penas, consolar vidas, suavizar os membros doridos do Corpo Místico de Jesus que são precisamente aqueles mesmos doentes que visitamos»²⁵⁴.

Aprofundando ainda mais esta (cosmo)visão, atente-se na peculiar distinção que Padre Américo estabelece entre os conceitos de “pobre” e “mendigo”, e assinalem-se os termos em que é apresentado um novo e fundamental elemento teológico deste conceito: o pobre como «a riqueza espiritual e material do mundo». Na própria explicitação feita por Padre Américo:

«Riqueza espiritual, digo. É nesta classe de Irmãos que nós podemos exercer com eficácia as mais altas virtudes do Cristianismo, pela necessária desigualdade dos Dons da Graça e da Natureza. Nem todos recebem o mesmo. A muitos parece-lhes que a sociedade seria uma coisa perfeita, no dia em que os Pobres não fossem, mas tal não se encontra na Doutrina. “Sede misericordiosos”, diz o Mestre. Ora como poderíamos nós sê-lo, sem Pobres à nossa beira – como? Nós temos esta ânsia escrita no coração. O homem tem necessidade de dar-se. Uma das suas grandes inquietações é não atinar como nem a quem. Sim. Nós precisamos de quem precise de nós; de quem nos peça, com legítima necessidade. (...) O Pobre é a riqueza espiritual das almas. A nossa verdadeira riqueza. Aonde iríamos nós por testemunhas de defesa no Tribunal de Contas, se não fosse o Pobre – aonde?»²⁵⁵.

Poder-se-á dizer, portanto, que Padre Américo não se limita a apresentar e a justificar este “lugar teológico” dos pobres/pobreza unicamente mediante uma espécie de “mimetismo” face ao Mistério da Pessoa e exemplo de Jesus Cristo:

²⁵³ AGUIAR, *Do fundamento*, 3.

²⁵⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:46.

²⁵⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:258-59.

foi igual e fundamentalmente do contínuo convívio nutrido ao longo de muitos anos ao seu serviço e da sua particular sensibilidade e disponibilidade para uma constante (re)aprendizagem e releitura daquela que era a percepção da realidade da pobreza que, analisada esta, e uma vez mais, com o seu “olhar crente”, lhe foi igualmente possível intuir e descobrir, no próprio *modus vivendi* dos pobres, verdadeiras “máximas” e testemunhos de radical exemplaridade. É neste quadro que devemos, precisamente, ler e interpretar a afirmação segundo a qual «*Os Pobres têm a intuição do Divino. A fé desta classe de Pobres não tem sombras nem conhece dúvida*»²⁵⁶.

Dignas de registo são, ainda, as suas afirmações sobre o papel do(s) pobre(s) no próprio exercício em prol da pobreza (própria... e/ou da dos seus semelhantes)²⁵⁷: «*Um Pobre nunca diz não a um Pobre*»²⁵⁸; «*para ajudar o Pobre ainda não apareceu*

²⁵⁶ AGUIAR, *O Barredo*, 157.

²⁵⁷ Uma dimensão comumente esquecida pela historiografia sobre este assunto mas que Laurinda Abreu sublinha nestes termos: «(...) a investigação em curso para Évora demonstra (para os séculos XVI-XVIII), [que] os pobres, independentemente das acepções em que se tomar o vocábulo, eram, de facto, capazes de construir suas próprias redes de auxílio mútuo, ainda que sua densidade dependesse do capital social que possuíam, e de utilizar diferentes expedientes para aceder aos recursos que a assistência formal disponibilizava, várias vezes interferindo nos processos e mesmo manipulando-os». E, concretizando algumas dessas “estratégias”, a mesma autora refere: «(...) omitindo rendimentos quando solicitavam apoio à Misericórdia ou ao Cabido (...), sonhando a uma entidade a informação de que estavam a ser apoiados pela outra, circulando entre as diferentes instituições assistenciais conforme as circunstâncias da vida. Igualmente bem documentado, em Évora como em muitas outras cidades, europeias e não só, era o abandono de crianças por mães que, logo após a exposição, se ofereciam como amas na esperança de criarem seus filhos a expensas das entidades que tinham semelhante encargo, recebendo ainda um salário por seu trabalho». Entrando em pleno século XVIII, refere ainda o caso do «ofício que Pina Manique (...) dirigiu ao juiz de fora de Belmonte, em 17 de abril de 1791, autorizando a entrega dos expostos da vila de Sortelha às respectivas mães, desde que confirmada a filiação: a situação de pobreza levava as mulheres casadas a abandonar seus filhos na Roda, mas, como nem a vila nem os lugares vizinhos conseguiam pagar o imposto extraordinário (fintas) destinado aos enjeitados, as mães tinham quebrado o sigilo do abandono e procuravam recuperar os filhos, resgatando-os da morte». – Laurinda ABREU, «Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades», *VARIA HISTÓRIA (Belo Horizonte)* 26, n. 44 (2010): 353. Aqui se vê, igualmente, não apenas a “contemporaneidade” mas principalmente o “realismo” das afirmações de Padre Américo sobre estas questões. Um outro elemento ressaltado nos estudos desta mesma autora é a análise e discussão em torno do conceito de «pobre merecedor», um conceito «De raízes medievais (...) [e que] à entrada do período moderno (...) se clarificou e fixou acabando por ter influências directas nas reformas em curso». Tal é a importância dada a este conceito que, na sua opinião, é «pela avaliação do processo de definição do conceito de “pobre merecedor” que os estudos sobre a história da assistência (em particular a praticada pelas Misericórdias) deve começar, «já que ele foi de extrema importância na delimitação do acesso aos recursos assistenciais que as instituições poderiam oferecer». – Laurinda ABREU, «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime», em *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património* (Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008), 26. Sobre uma proposta de conceptualização do termo em questão ver: Laurinda ABREU, *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)* (Lisboa: Gradiva Edições, 2014), 22-38.

²⁵⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:189.

ninguém mais capaz do que os Pobres»²⁵⁹, «*O amor do Pobre pela sorte dos Pobres toca as raízes da santidade*»²⁶⁰ e «*Ai de mim se não fossem os Pobres; a Caridade dos Pobres!*»²⁶¹ são enunciados que evidenciam, por um lado, a importância que o fundador da Obra da Rua atribui à imperiosa necessidade de uma certa “identificação existencial” entre aquele que ajuda e aquele que é ajudado²⁶² (algo de que a própria biografia de Padre Américo é permanente e marcante testemunho²⁶³) e, por outro, e novamente, a dimensão profundamente espiritual (“sagrada”) em que a missão em prol dos pobres está, para ele, imersa:

«Não há ninguém no mundo que seja capaz de compreender e amar os Pobres se não for ou quiser ser tão pobre como eles são. Voto de pobreza é paixão de seguir o Mestre e certeza de dar com Ele. É absolutamente impossível que alguém se engane por haver tomado para si um conselho do maior e do melhor Amigo que a gente tem; o estado de pobreza voluntária é conselho de Jesus. Este meu voto é o único título com que venho hoje à tua presença, neste mirante de amor, pedir-te que ames os Pobres»²⁶⁴.

Para terminar, considere-se o seguinte texto, porventura um dos mais extensos e mais “sistemáticos” de Padre Américo sobre esta questão, onde encontramos não apenas uma reflexão sobre a identidade do pobre como igualmente uma espécie de “desmistificação” deste conceito, apresentando aquela que lhe parece ser a melhor solução (e os respetivos motivos teológicos) à sua situação:

«Era uma quinta-feira. Talvez por ser este o dia em que os Pobres ali pedem, é que eu topei um ror deles caminho em fora. Todos traziam no semblante o “atestado de pobreza”. Ninguém se enganava dando-lhes esmola, mesmo que o seu intento fosse enganar. É um espectáculo de todos os tempos, a bicha do pedinte. Feiras, romarias, estradas – “Olha, tão aleijadinho!” Fátima, em dias de grande movimento, redobra. A gente senta-se para comer o farnel e eles também! Isto é o que nós observamos. Mas serão, de facto, caminhos e arraiais os lugares

²⁵⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:38.

²⁶⁰ AGUIAR, 3:40.

²⁶¹ AGUIAR, *O Barredo*, 31.

²⁶² «Oh, tu não sabes quanto pesa na balança da tua vida a sorte dos Irmãos que sofrem, sem primeiro saberes quanto e como a suportam! Por isso mesmo, agora que o sabes, caminhas vergado e arrependido». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:43. «Ai que se tu soubesses a força que a miséria tem, antes de dar a esmola davas-lhe primeiro o braço e depois... o coração! Sim, dar o coração aos amigos de Jesus é fazer violência aos corações de quem nos lê; levar toda a gente a dar muito, a dar sempre e a querer dar muito mais». – AGUIAR, 3:54.

²⁶³ Tal como o próprio reconhece: cfr. AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:85-88.

²⁶⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:129.

adequados para socorrer pedintes? Por muito se facilitar este estado de coisas é que tantos se entregam à vida fácil do pedinchar, a pontos de deixarem grandes pecúlios escondidos nos farrapos. E assim é que pela nossa incúria fomentamos estes males, com a agravante de os tomar à conta de um bem: – “Tome lá, coitadinho!” Se me fosse permitido dar uma opinião a este respeito, eu diria que não. Nunca dei nada nos caminhos sem saber a quem; e da mesma sorte à porta das nossas Casas (...)»²⁶⁵.

Parafrazeando as palavras acertadas de José da Rocha Ramos, também (e particularmente) nesse ponto...

«O Padre Américo, sendo embora filho da sua época, vai muito mais além. E aqui, como em muitos outros campos, foi um autêntico precursor do Vaticano II, libertando-se de uma espiritualidade centrada no devocionismo e vivendo de forma extraordinária a sua inserção no mundo e na sociedade, atendendo como ninguém mais aos sinais dos tempos de que mais tarde o bom Papa João tanto falará»²⁶⁶.

²⁶⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:98-102. Ver a transcrição integral do texto em anexo (n.º 1).

²⁶⁶ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 58-59.

CAPÍTULO 2.

DA (FALTA DE) CARIDADE COMO ORIGEM DO PROBLEMA À (CRÍTICA DA) ASSISTÊNCIA COMO GÉRMEN DA SOLUÇÃO: PILARES “HISTÓRICO-SOCIAIS” DE UM PENSAMENTO “TEOLOGICAMENTE FUNDAMENTADO”

«A Caridade não (...) forja sistemas nem prega doutrinas; ela vai, contra os seus próprios interesses, cuidar dos interesses dos mais»²⁶⁷.

«As Obras de Caridade são por natureza um assunto teológico. Não se pode fazer assistência sem este conceito. A base delas consta da existência e da presença de Deus na terra. O Mistério da Encarnação é a sua luz. A doutrina do Corpo Místico de Cristo fornece as normas. A Comunicação dos Santos, a cúpula. Tudo isto vem para dizer que só a Igreja. Só a Ela cabe a verdadeira assistência de irmão para irmão. A Mãe. A eterna enfermeira. Só Ela cura. O mais é mentira»²⁶⁸.

Chegado o momento de focar a nossa atenção sobre aquele binómio conceptual (“caridade-assistência”) que, como atrás se referiu, constitui e descreve os dois “lugares centrífugos” da ação sócio-pastoral de Padre Américo Monteiro de Aguiar, é imperioso clarificar, antes de mais, o seu contexto próximo no quadro do respetivo pensamento. Quer isto dizer que, neste capítulo, se tratará de verificar e apontar, com a objetividade e sistematicidade possíveis, aquelas que são as bases bíblico-teológicas e histórico-sociais com as quais o pensamento e ação de Padre Américo entra em diálogo. Neste sentido, e replicando a metodologia anteriormente usada na análise do binómio “pobres-pobreza”, também aqui se fará uma apreciação do horizonte terminológico-lexical relacionado com cada um destes conceitos (“caridade” e “assistência”), de modo a perceber o grau de

²⁶⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:48.

²⁶⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:175.

(não-)enquadramento de tais enunciados no quadro conceptual seu coetâneo; e, posteriormente, aprofundar-se-ão aqueles elementos que se nos apresentam como característicos do pensamento do fundador da Obra da Rua no que concerne às problemáticas que cada um destes conceitos encerra. Deste modo, será possível não só perceber melhor o “conteúdo” de tal pensamento e as motivações da proposta social por ele enformadas e inspiradas, como fundamentalmente se tornarão mais evidentes as múltiplas conexões entre tal pensamento-ação e aquele que era o universo do debate e das respostas sociais em que a sua proposta social se inscreve.

2.1. A Caridade: da extensão do conceito à radicalidade da prática

2.1.1. «A Caridade não acaba. Deus é Caridade. Não acaba»²⁶⁹.

A 16 de julho de 1995, o então Bispo do Porto, D. Júlio Tavares Rebimbas, na alocução que proferiu no “Acto final do Processo em ordem à glorificação canónica de Pai Américo”, afirmou que o seu carisma «(...) foi a vivência da Caridade evangélica»²⁷⁰. E, com efeito, se Padre Elias, o primeiro dos seus biógrafos, o apresentava já como «Apóstolo da Caridade»²⁷¹, também assim João Evangelista Loureiro, pioneiro das Ciências da Educação em Portugal e um dos primeiros teóricos a debruçar-se, em perspetiva académica, sobre a sua obra e pensamento (pedagógico), o haveria também de definir como «modelo de caridade»²⁷². Por conseguinte, tentar descrever o que entendia Padre Américo por “caridade” parece-nos ser exercício hermenêutico altamente revelador não só do entendimento e enquadramento (histórico e fundamentalmente teológico) que o Autor dá ao dito conceito e às problemáticas a ele apensas, mas também e sobretudo uma oportunidade para melhor compreendermos o “dinamismo” que preside ao seu pensar e agir, um pensar e agir consubstanciados quer nos seus escritos aqui em análise quer nas suas propostas pedagógico-sociais.

Como se tem vindo a sublinhar e as citadas referências assim mesmo indicam, também neste particular é novamente a condição de “homem crente” da pessoa de Padre Américo que comanda, inspira e justifica, em não pequeno grau, todo o espectro semântico e conceptual utilizado à hora de Padre Américo descrever o que entende por “caridade” (e “assistência”). Em suma, esta é uma das “consequências naturais” da radicalidade desta sua condição e opção: a de ter

²⁶⁹ AGUIAR, *De como eu fui*, 306.

²⁷⁰ REBIMBAS, «Acto final do Processo em ordem à glorificação canónica de Pai Américo – Alocução», 3.

²⁷¹ ELIAS, *O pai Américo era assim*, 7.

²⁷² LOUREIRO, *Um grande educador português do século XX: o Padre Américo e a sua obra pedagógica*, VIII.

sido, «antes de mais um padre»²⁷³, um «padre a cem por cento», na muito feliz expressão do Padre Avelino Soares²⁷⁴, cuja mundividência se nos revela profunda e constantemente inspirada nos grandes *leitmotivs* bíblico-teológicos da fé e tradição cristãs.

Consequentemente, considera-se oportuno começar esta análise por elencar brevemente aquelas que poderão ser designadas como as “linhas essenciais” da tradução-tradição cristã do termo “caridade”, de modo a que se possa estabelecer e reconhecer o quadro basilar à compreensão da construção noética e concretização pragmático-existencial proposto pelo autor em estudo. Não se tem, contudo, aqui como propósito apresentar, com o nível de pormenor que seria então exigível, uma “história da caridade cristã”: manifesta-se antes o intuito de fornecer aqueles dados essenciais (na medida em que são “fundadores” e “inspiradores”) à compreensão do termo no horizonte do pensamento, obra e ação aqui em análise. Tais elementos, como adiante veremos, estão sobretudo circunscritos aos textos bíblicos neotestamentários, uma vez que é esse o “habitat conceptual” do Autor em questão, para quem os textos do Novo Testamento são o principal ponto de partida da sua mundividência.

Tal pressuposto interpretativo exige, portanto, que se comece por observar que a conceção de “caridade” emergente dos escritos de Padre Américo é devedora, como já se disse, da tradição bíblico-teológica cristã²⁷⁵. Neste contexto, o vocábulo “caridade” apresenta raízes etimológicas bifurcadas²⁷⁶: por um lado, estas fundam-se nos termos latinos *carus* (particípio do verbo *carere*, que significa: “ser coisa rara e/ou valiosa, ter muito valor”) e *caritas* (que é sinónimo de *benevolentia*, *pietas*, *dilectio*, *amicitia*, *amor*); por outro, vai igualmente buscar ao termo grego *ágape* (amor), «utilizado na tradução grega dos Setenta para corresponder a um vasto complexo de termos hebraicos»²⁷⁷, a sua mais próxima origem. Tal implica registar que logo na génese da sua formulação e compreensão, o termo aqui em análise não é unívoco: de acordo com Luciano Manicardi,

²⁷³ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, XV.

²⁷⁴ SOARES, «Facetas de uma vida», 1.

²⁷⁵ Ver Gianni COLZANI, «Caridade», em *CHRISTOS – Enciclopédia do Cristianismo* (Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2004), 157-60; Frédéric TRAUTMANN, *La notion de charité au Concilie Vatican II* (Perpignan: Éditions Artège, 2012), 25-148.

²⁷⁶ «Segundo Luigi Padovese e James Brodman, a etimologia do vocábulo caridade encontra-se nas expressões latinas *carus* (Padovese, 2003: 94) e *caritas* (Brodman, 2009: 3) que pretenderiam demonstrar o sentimento de um indivíduo com um objeto que lhe era altamente querido, estimado ou amado por causa do seu valor. Todavia, para os primeiros cristãos, a caridade possuía uma aceção mais complexa. Para eles, significava a afeção não física direcionada primeiramente a Deus e ulteriormente, através desse amor, aos outros seres humanos – familiares, amigos, estranhos ou mesmo inimigos. Esse é o mandamento que Jesus Cristo deixa aos seus discípulos e que podemos analisar ao longo de todo o Novo Testamento». – MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», 42.

²⁷⁷ COLZANI, «Caridade», 2004, 157.

«Não nos podemos esquecer de que o que chamamos “caridade”, em hebraico, a língua da Torah, é expresso pela palavra *tsedaqah*, frequentemente traduzida com a palavra “justiça”. O vocábulo hebraico, na verdade, indica também a “esmola”, a “caridade”, a “retidão”, a “virtude”, a “equidade”»²⁷⁸.

Não obstante, a mesma palavra “caridade” foi sendo utilizada, no mesmo contexto bíblico, para exprimir conteúdos de particular densidade teológica que, a seu modo, haveriam de aprofundar e complexificar a sua compreensão. Assim, constatamos que quer no quadro do profetismo vetero-testamentário (*Oseias*, *Jeremias*, Deutero-*Isaiás*) quer nos livros Sapienciais (como no caso do *Cântico dos Cânticos*), o termo caridade-amor é usado para descrever não só uma “ação humana” mas igualmente algo que remete para o próprio Deus: ora para descrever a sua “identidade”, ora para explicitar o tipo de relação (paterna, materna ou mesmo esposal) existente entre Ele e o Seu Povo (Israel)²⁷⁹. Por conseguinte, pode concluir-se que este desafio ao amor (entre os homens e destes para com Deus) está no cerne da fé e da vida dos filhos de Israel: o mandamento do amor a Deus (Dt 6, 4-7²⁸⁰) é completado com o da caridade fraterna (Lv 19, 15-19a²⁸¹). Deste modo, já «*Antes de la venida de Cristo, el judaísmo profundiza la naturaleza del amor fraterno*»²⁸².

E é precisamente esta conceção que vai ser posteriormente confirmada e aprofundada pela revelação feita por Jesus Cristo: quando identifica a caridade como «*a própria realidade de Deus* (1 Jo 4, 8. 16)»²⁸³ e quando, por meio dos seus milagres²⁸⁴ e parábolas²⁸⁵, vai dando paulatinamente a conhecer esse “novo

²⁷⁸ Luciano MANICARDI, «A Caridade, essência do ser Igreja» [em linha: <http://www.caritas.pt/site/coimbra/index.php?option=com_content&view=article&id=3851:acaridadeessenciadoserigreja&catid=40:materiais&Itemid=48>].

²⁷⁹ «(...) tanto el Nuevo como el Antiguo Testamento son los custódios de la manifestación del amor de Dios por los seres humanos». – Juan María LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia* (Madrid: San Pablo, 2011), 11.

²⁸⁰ «Escuta, Israel! O Senhor é nosso Deus; o Senhor é único! Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Estes mandamentos que hoje te imponho estarão no teu coração. Repeti-los-ás aos teus filhos e reflectirás sobre eles, tanto sentado em tua casa, como ao caminhar, ao deitar ou ao levantar».

²⁸¹ «Não cometerás injustiças nos julgamentos. Não prejudicarás o pobre, nem serás complacente para com o poderoso. Julgarás o teu compatriota com imparcialidade. Não semearás o mal no meio do teu povo. Não peças o sangue do teu próximo. Eu sou o Senhor. Não odiarás o teu próximo no teu coração; mas repreende o teu compatriota para não caíres em pecado por causa dele. Não te vingará nem guardarás rancor aos filhos do teu povo, mas amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou o Senhor. Guardarás os meus decretos».

²⁸² Xavier LÉON-DUFOUR, ed., *Vocabulario de Teología Bíblica* (Barcelona: Editorial Herder, 1965), 74.

²⁸³ «El amor constituye el corazón del misterio trinitario y la Trinidad se encuentra en el origen de la encarnación de Cristo, de la creación de la materia, del hombre, de toda vida, de todo cuanto existe y es». – LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 11.

²⁸⁴ LABOA, 23-28.

²⁸⁵ LABOA, 17-22.

Reino de Deus” que está próximo (cf. Mt 4, 17. 23-25; 13, 1-52), Jesus está a concretizar, por gestos e por palavras, o “conteúdo teológico essencial” da “caridade”²⁸⁶. No que respeita aos gestos (milagres), é justo sublinhar o facto de, entre os 32 relatos miraculosos existentes nos Evangelhos²⁸⁷, a maioria deles (15) dizerem respeito a curas de enfermidades físicas sofridas por gente que, à data, era socialmente pouco considerada (os criados²⁸⁸ e as mulheres²⁸⁹) ou mesmo socialmente ostracizada (um surdo-mudo, dois paralíticos, vários cegos, 11 leprosos), facto demonstrativo da muitas vezes citada “opção preferencial” de Deus-Jesus pelos “pobres e esquecidos”²⁹⁰. No que concerne às parábolas, permita-se realçar a do “Bom Samaritano” (Lc 10, 29-37), pois concretiza os contornos com que se reveste este mesmo «*amor sín límites*»²⁹¹

²⁸⁶ Com efeito, também no que concerne à compreensão do significado e sentido profundos de “Caridade” no pensamento de Padre Américo, não é desprovida de sentido (antropológico e teológico) esta associação entre “palavra” e “gesto” em que Jesus é verdadeiro “mestre”: «Los signos acompañan a la palabra. Este es el sentido de la respuesta que [Jesus] dio a los enviados por Juan bautista, desanimado al comprobar que Jesús no llevaba a cabo su tarea de depuración (Mt 3, 12); Jesús les invita a leer “los signos de los tiempos”; “los ciegos ven y los cojos andan, los leprosos quedan limpios y los sordos oyen, los muertos resucitan y se anuncia a los pobres la buena nueva” (Mt 11, 5-6). La gradación es significativa: en su lugar, cada término tiene que mantener la atención. El que los enfermos se vean curados no basta para constituir un signo del reino; el que se anuncie el evangelio, tampoco significa todavía la llegada del reino de Dios. Pero el que aquellos a los que la enfermedad prohibía el acceso al santuario se pongan en movimiento, se reintegren al pueblo de Dios y que el mensaje sea proclamado con fuerza, eso sí que es la manifestación de la gran renovación que tiene que transformar los corazones». – VV. AA., *Los milagros del evangelio* (Estella: Editorial Verbo Divino, 1982), 54. Como veremos adiante, é esta “radical coerência” entre “fé professada” e “ação adotada” que vai justificar e concretizar muitas das opções e propostas de Padre Américo, quer no âmbito da sua conceção (e crítica) da “Assistência Social” quer nas propostas sociais que de foi protagonista.

²⁸⁷ Sete relatos dizem respeito a intervenções nalgum elemento da Natureza, 15 reportam-se a situações de cura, três são ditos “de ressurreição” e outros sete são referenciados como “exorcismos”. Ver as referências bíblicas de todos eles no esquema sinóptico apresentado em VV. AA., 18.

²⁸⁸ Mt 8, 5-13.

²⁸⁹ Mt 8, 14-17.

²⁹⁰ No Evangelho de Mateus, é precisamente a cura e o anúncio da Boa Nova feito a estes “esquecidos” o “sinal” que atesta quer a veracidade do ministério de Jesus quer a sua própria identidade messiânica: «Ora João, que estava no cárcere, tendo ouvido falar das obras de Cristo, enviou-lhe os seus discípulos com esta pergunta: “És Tu aquele que há-de vir, ou devemos esperar outro?” Jesus respondeu-lhes: “Ide contar a João o que vedes e ouvis: Os cegos vêem e os coxos andam, os leprosos ficam limpos e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a Boa-Nova é anunciada aos pobres. E bem-aventurado aquele que não encontra em mim ocasião de escândalo» (Mt 11, 2-6).

²⁹¹ Joachim JEREMIAS, *Las parábolas de Jesús*, 3.ª ed. (Estella: Editorial Verbo Divino, 1974), 244. Num outro estudo, este exegeta insiste na mesma interpretação nestes termos: «Otra característica de este amor es su falta de límites. No sólo tiene por objeto a los que ocupan el mismo rango social que nosotros, sino que se orienta predominantemente hacia los pobres (Lc 14, 12-14), con quienes Jesús se identifica como hermano (Mt 25,40 véase 45) 43. Este amor no se dirige sólo hacia los que tienen nuestra misma manera de pensar, sino también hacia los enemigos (Mt 5, 44 par. Lc 6, 27 s). La parábola del samaritano compasivo visualiza de manera muy impresionante lo ilimitado del amor (Lc 10, 30-37). A los oyentes debió de sorprenderles el que Jesús, en tercer lugar, en vez del “israelita” esperado (según la tríada corriente: sacerdote, levita, israelita), hablara de un “samaritano”, mestizo y aborrecido enemigo del pueblo, y lo presentara

com o qual a "essência" de Deus se identifica. Esta é «(...) *una de las parábolas de misericordia*»²⁹² onde

«El sentimiento de lástima y las atenciones que presta un cismático samaritano a un pobre hombre, víctima de salteadores de caminos, contrasta vivamente con la insensibilidad y la absoluta despreocupación, tal vez inspirada por la propia ley, de dos representantes cualificados del culto judío; precisamente aquellos que por su función y por su pertenencia a una determinada tribu, tenían por oficio "purificar" a los afectados por alguna contaminación de orden físico (véanse las funciones del "sacerdote" en Lv 12.13.15). El mensaje de la narración queda sintetizado en la respuesta que da el jurista. "Prójimo" es todo necesitado que encontremos en nuestro camino, todo aquel que pueda ser objeto de nuestra compasión y de nuestros desvelos, por encima incluso de nuestros vínculos étnicos o de nuestras convicciones religiosas»²⁹³.

Por isso,

«Para la exégesis corriente, que considera esta pieza como una historia ejemplar, la configuración tiene el sentido de una llamada a la solidaridad. La conducta del samaritano ofrece un caso modélico que indica la orientación que sigue una práctica de la fe comprometida con las necesidades del prójimo. (...) El acto caritativo del samaritano revela el amor, no en la dimensión de la exigencia, sino en la de un evento. Lo que el relato afirma y propone no es otra cosa, dicho en fórmula provisional, que la sorprendente e irresistible experiencia del amor recibido de un enemigo»²⁹⁴.

Em suma, «*En este gesto del samaritano la Iglesia de todos los tempos reconhece un aspecto fundamental de su misión: la de levantar a todos los hombres y mujeres caídos en los caminos de la historia*»²⁹⁵.

como modelo en el ejercicio del amor: algo impresionante de veras para todo judío que se preciara de serlo. Jesús pretende decir: el auxilio desinteresado que el mestizo ofrece al desvalido, muestra que el mandamiento del amor no tiene fronteras Esta amplitud del mandamiento del amor no tiene paralelo en la historia contemporánea». – Joachim JEREMIAS, *Teología del Nuevo Testamento. I: La predicación de Jesús* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974), 247-48.

²⁹² Joseph A. FITZMYER, *El Evangelio según Lucas. III – Traducción y comentario: Capítulos 8,22-18,14*, 1.ª ed. (Madrid: Ediciones Cristiandad, 1987), 277.

²⁹³ FITZMYER, 279.

²⁹⁴ Wolfgang HARNISCH, *Las parábolas de Jesús. Una introducción hermenéutica* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 1989), 244.245.

²⁹⁵ VV. AA., *Comentario al Nuevo Testamento* (Estella: La Casa de La Biblia, 1995), 222.

Dando concretização ao essencial das palavras, gestos e testemunho vital de Jesus Cristo, tal como no-lo relata o Evangelho de Mateus²⁹⁶, desde muito cedo que o vocábulo “caridade” foi traduzido pelos primeiros cristãos como sinónimo de uma

«(...) afeção não física direcionada primeiramente a Deus e ulteriormente, através desse amor, aos outros seres humanos – familiares, amigos, estranhos ou mesmo inimigos. Esse é o mandamento que Jesus Cristo deixa aos seus discípulos e que podemos analisar ao longo de todo o Novo Testamento»²⁹⁷.

É ainda neste contexto que o termo passa a constituir a mais importante das virtudes “teológicas”²⁹⁸ (fé, esperança e caridade), iniciando, deste modo, uma reflexão, conceptualização e concretização teológico-pastoral que haveria de constantemente inspirar não só a vida de cada cristão mas igualmente de relevantes estruturas sociais por eles fundadas ao longo dos séculos (nomeadamente no que à assistência e beneficência²⁹⁹ diz respeito). De facto, olhando para a evolução (histórico-semântica e teológica) do conceito, poder-se-á dizer que «A contribuição peculiar de Jesus reside na conexão indissolúvel entre o amor a Deus e ao próximo. É vontade de Jesus que o amor a Deus se exteriorize e prove no amor ao próximo, igualmente obrigatório e necessário (Mt 22, 39)»³⁰⁰. Por isso, o “seguimento de Cristo”³⁰¹ é algo que «no admite condiciones, ni aun siquiera las más sagradas que puede haber en esta vida»³⁰²: é incorporação, participação e

²⁹⁶ «Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?» Jesus disse-lhe: Amarás ao Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas.» (Mt 22, 36-40).

²⁹⁷ MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», 42.

²⁹⁸ É o Apóstolo Paulo quem o afirma. Na sua 1ª Carta aos Coríntios (1 Cor 13, 13) refere: «Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor; mas a maior de todas é o amor», enquanto que, na Carta aos Colossenses, igualmente sublinha: «Como eleitos de Deus, santos e amados, revesti-vos, pois, de sentimentos de misericórdia, de bondade, de humildade, de mansidão, de paciência, suportando-vos uns aos outros e perdoando-vos mutuamente, se alguém tiver razão de queixa contra outro. Tal como o Senhor vos perdoou, fazei-o vós também. E, acima de tudo isto, revesti-vos do amor, que é o laço da perfeição» (Col 3, 12.14).

²⁹⁹ Hubert JEDIN, ed., *Manual de Historia de la Iglesia*, vol. I (Barcelona: Editorial Herder, 1966), 448-54.

³⁰⁰ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 430.

³⁰¹ Este é um conceito/expressão que, embora seja muitas vezes com ela confundido, distingue-se radicalmente da “imitação”. – Cf. José María CASTILLO, *El seguimiento de Jesús*, 8.ª ed. (Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005), 35. 49-51. Quanto a esta última, não obstante o facto de que «no aparece en los evangelios referida a Jesús y a los discípulos», não deve, ainda assim, ser desconsiderada, visto que constitui «una parte integrante, nada despreciable, por cierto, del seguimiento». Luís Ángel MONTES PERAL, *Trás las huellas de Jesús. Seguimiento y discipulado en Jesús, los Evangelios y el Evangelio de Dichos Q* (Madrid: BAC, 2006), XXXVII–XXXVIII.

³⁰² CASTILLO, *El seguimiento de Jesús*, 55-56.

comunhão com a Sua própria vida, exemplo e testemunho; no dizer do próprio Jesus Cristo, este seguimento exige que «o amor que me tiveste esteja neles e Eu esteja neles também» (Jo 17, 26). No fundo, e para concluir, o desafio-exigência que o conceito-virtude da caridade significa para todo o cristão extravasa largamente quer a mera filantropia³⁰³ quer o “humanitarismo” para com o (sofrimento do) seu semelhante, e até mesmo «o amor de amizade, uma vez que, prescindindo de toda a inclinação natural (simpatia) e só por amor a Deus e a Cristo, se aproxima do outro com benevolência, generosidade, compreensão e perdão»³⁰⁴. Esta caridade, mais do que um “sentimento” é, assim, a “imagem de marca” de todo o cristão³⁰⁵, a condição de verificabilidade, “chave de leitura” e “essência” da sua própria experiência e vivência de fé, «signo de credibilidad eclesial y ámbito de evangelización»³⁰⁶. Recorde-se, para tal, a forma como o citado “Mandamento Novo” de Jesus termina: «Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros» (Jo 13, 35). Daqui se compreende que «Desde as comunidades cristãs primitivas até hoje, a consciência dos cristãos polarizou-se à volta da caridade para nela encontrar critério da sua identidade»³⁰⁷:

«El ejercicio práctico de la caridad con el hermano en la fe que sufre necesidad o con el gentil enfermo o infortunado, es, en vivo contraste con la correspondiente actitud pagana, un innegable título de gloria de la primitiva Iglesia universal»³⁰⁸.

Tal afirmação implica, por sua vez, registar que, quando o Catecismo Cristão apresenta a Caridade como uma das três “virtudes teológicas” (a par da “Esperança” e da “Fé”)³⁰⁹, parte precisamente desta mesma fonte (e inspiração) bíblica:

³⁰³ LÉON-DUFOUR, *Vocabulario de Teología Bíblica*, 74.

³⁰⁴ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 430.

³⁰⁵ «É pois pela caridade para com Deus e o próximo que se caracteriza o verdadeiro discípulo de Cristo». – IGREJA CATÓLICA, «Lumen Gentium», n.º 42. «Probablemente, la única identidad de los cristianos es la de la caridad». – LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 7. «L'amour (agapè, eròsy) constitue l'essence de la vie chrétienne, et cela d'autant plus que, comme l'Esprit Saint l'a révélé à l'apôtre saint Jean, "Dieu est amour" (1 Jn 4, 8.16)». – Jean-Claude LARCHET, *Variations sur la charité* (Paris: Les Éditions du Cerf, 2007), 13.

³⁰⁶ Armando CESTER MARTINEZ, «Cáritas, testimonio del amor de Dios, signo de credibilidad eclesial y ámbito de evangelización» (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Teologia de Catalunya – Institut de Teologia Fonamental, 2014).

³⁰⁷ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 430.

³⁰⁸ JEDIN, *Manual...*, 1966, I:448-49.

³⁰⁹ «(...) a caridade é a virtude teologal pela qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos por amor de Deus. Jesus faz dela o mandamento novo, a plenitude da lei. A caridade é o vínculo da perfeição' (Col 3,14) e o fundamento das outras virtudes, que ela anima, inspira e ordena: sem ela 'não sou nada' e nada me aproveita" (1 Cor 13,1-3)». – Cfr. IGREJA CATÓLICA: Bento XVI, Papa (2005-2013), *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, 2005, n.ºs 1822-1826, [em linha: <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>].

ela é expressão do amor primordial do Homem em relação a Deus e aos seus semelhantes como a si mesmo, em virtude do e pelo amor de Deus que, em Cristo, nos foi revelado³¹⁰.

Dito de outro modo, a caridade, para o cristão, é sinónimo de amor, um amor que «(...) comporte trois dimensions qui sont étroitement liées et qui s'impliquent l'une l'autre: l'amour de Dieu, l'amour du prochain et l'amour de soi-même»³¹¹. Por isso, esta é uma virtude radicada naqueles que são os elementos basilares da Lei (Mandamentos) de Deus e que, em consequência, exprime uma parte nuclear da própria moral cristã (Jo 15, 9-10; Mt 22, 40; Rm 13, 8-10)³¹². O cristão, reconhecendo, no mistério da Cruz de Jesus, que só Deus pode ser sujeito de um amor-caridade pleno, ao ponto de Se entregar à morte por quem n'Ele não acredita (Rm 5, 10) e até O vê como inimigo (Mt 5, 44), não deixa, contudo, de apontar o horizonte mediante o qual esse amor-caridade se torna possível. Isto exprimiu muito bem o apóstolo Paulo, naquele célebre e matricial³¹³ trecho da sua Primeira Carta aos Coríntios (1Cor 13, 4-7), «uno de los textos más sublimes de toda la Biblia», em que se faz a «Descripción y elogio de la caridad»³¹⁴, um texto a que Padre Américo se refere (direta e indiretamente) em diversas ocasiões³¹⁵:

«O amor é paciente, o amor é prestável, não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita nem guarda ressentimento. Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. O amor jamais passará. As profecias terão o seu fim, o dom das línguas terminará e a ciência vai ser inútil. Pois o nosso conhecimento é imperfeito e também imperfeita é a nossa profecia. Mas, quando vier o que é perfeito, o que é imperfeito desaparecerá».

E, a atestar o lugar preponderante desta virtude face às demais, atente-se no que diz o mesmo S. Paulo, um pouco mais adiante do excerto citado: «Agora permanecem estas três coisas: a fé, a esperança e o amor; mas a maior de todas é o

³¹⁰ IGREJA CATÓLICA: João Paulo II, Papa (1978-2005), *Catecismo da Igreja Católica*, 1992, n° 1829, [em linha: <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>].

³¹¹ LARCHET, *Variations sur la charité*, 14-31.

³¹² «(...) a Caridade aparece como uma categoria bíblico-teológica que exprime de um modo adequado a identidade e especificidade do "ethos cristão"». – MAIA, «Caridade e solidariedade social», 431.

³¹³ MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», 43.

³¹⁴ Raymond E. BROWN, Joseph A. FITZMYER, e Roland E. MURPHY, eds., *Comentario Bíblico «San Jerónimo»*. *Nuevo Testamento II*, vol. IV, 1ª ed. (Madrid: Ediciones Cristiandad, 1972), 53.

³¹⁵ Citando apenas dois exemplos de ambas as formas de referência (explícita e implícita): «A caridade não discute. Não se irrita. É solícita. Não julga mal (...)». – AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 330. «(...) o Apóstolo S. Paulo tinha toda a razão quando disse a todo o mundo que a Caridade nunca há-de terminar. Nem pode porque Deus é Caridade». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:41.

amor» (1 Cor 13, 13). Joachim Gnilka, comentando este mesmo trecho, salienta que

«La vida cristiana no es fe sola ni solo amor. La fe constituye su fundamento; el amor, su realización. En el llamado himno a la caridad Pablo subordina la fe a la caridad de tal modo que llega a considerar desprovista de todo valor una fe que moviera montañas pero falta de amor (1Cor 13,2)»³¹⁶.

Concluindo, e alargando o espectro a todo o texto neotestamentário, veja-se como o biblista Xavier León-Dufour sintetiza a sua análise ao conceito de “Caridade (fraterna)”:

«De un extremo a otro del NT el amor del prójimo aparece indisociable del amor de Dios: los dos mandamientos son el ápice y la clave de la ley (Mc 12,28-33 p); es el compendio de toda exigencia moral (Gál³¹⁷ 5,22; 6,2; Rom³¹⁸ 13, 8s; Col³¹⁹ 3,14), el mandamiento único (1 Jn³²⁰ 15,12; 2 Jn³²¹ 5); la caridad es la única y multiforme de toda viva (Gál 5,6.22): “el que no ama a su hermano, al que ve, ¿cómo amaré a Dios, al que no ve” (1 Jn 4,20s)? Este amor es esencialmente religioso, de un espíritu completamente distinto de la mera filantropía. En primer lugar por su modelo: imitar el amor mismo de Dios (Mt 5,44s; Ef 5,1s.25; 1 Jn 4,11s). Luego por su fuente, y sobre todo porque es la obra de Dios en nosotros: ¿cómo seríamos nosotros misericordiosos como el Padre celestial (Lc 6,36) si no nos lo enseña el Señor (1 Tes³²² 4,9), si no lo derramara el Espíritu en nuestros corazones (Rom 5,5; 15,30)? Este amor viene de Dios y existe en nosotros por el hecho mismo de que Dios nos toma por hijos (1 Jn 4,7). Y, venido de Dios, vuelve a Dios: amando a nuestros hermanos amamos al Señor mismo (Mt 25,40), puesto que todos juntos formamos el cuerpo de Cristo (Rom 12,5-10; 1 Cor 12,12-27). Tal es la manera como podemos responder al amor con que Dios nos amó el primero (Jn³²³ 3,16; 4,19s)»³²⁴.

³¹⁶ Joachim GNILKA, *Teología del Nuevo Testamento*, trad. Juan M. Díaz Rodelas, 1ª ed., (Madrid: Editorial Trotta, 1998), 92.

³¹⁷ = Gl.

³¹⁸ = Rm.

³¹⁹ = Cl.

³²⁰ = 1Jo.

³²¹ = 2Jo.

³²² = 1Ts.

³²³ = Jo.

³²⁴ LÉON-DUFOUR, *Vocabulario de Teología Bíblica*, 74.

E seria este mesmo testemunho de “caridade (amor) fraterna”, transposto de forma mais completa na operacionalização das “obras de Misericórdia”, que levava a que o mundo pagão circundante exclamasse, admirado: «*vede como eles se amam*», de acordo com o testemunho de Tertuliano (155?-222?) no seu *Apológico* (197 d. C.), quando compara a atitude dos cristãos com a dos pagãos seus contemporâneos precisamente no que respeita ao funcionamento interno da comunidade e do destino dado às respetivas colectas:

«Quem preside são certos anciãos de comprovada virtude, que alcançaram esta honra não por um determinado preço mas pelo testemunho favorável de todos. Com efeito, nas coisas de Deus nada custa dinheiro. Além disso, apesar de haver uma espécie de arca comum, não é a partir dos ‘donativos honorários’ desses anciãos que ela se recolhe, como se as coisas da religião fossem de comprar. Cada um lá coloca uma módica contribuição, num dado dia de cada mês ou quando cada um quiser, e só se quiser e puder. Porque ninguém é a isso obrigado, mas é de sua espontânea vontade que o faz. São como depósitos de piedade. De facto, não se lhes recorre para os malbaratar em comezainas e bebedeiras, nem em tascas de mau gosto; mas sim para dar sustento e sepultura aos necessitados, para valer a órfãos sem meios de fortuna, aos servidores domésticos na sua velhice, como também aos náufragos... E aqueles que sofrem perseguição nas minas... (...) É sobretudo esta diligência da caridade que nos marca entre certa gente com o ferrete da ignomínia. “Olha”, dizem eles, “como eles se amam uns aos outros!”; (é que eles odeiam-se uns aos outros...), “e como estão preparados a morrer uns pelos outros!” (eles, evidentemente, acham-se mais preparados para se matarem uns aos outros...)»³²⁵.

A novi-Igreja, assembleia dos crentes em Jesus Cristo e seguidores da Sua mensagem, assumiria, a partir de então, este espírito-ação de caridade fraterna³²⁶, concretizada nas referidas obras “de misericórdia”, como o centro gravitacional em redor do qual girará toda a sua atividade assistencial ao longo da História: «*El*

³²⁵ Quinto Septímio Florente TERTULIANO, *Apológico*, Edição Bilingue (Lisboa: Livraria Alcala, 2002), n.º XXXIX, 5-7.

³²⁶ «(...)a caridade, mais do que se constituir de forma associativa (embora tal também ocorra), parte da iniciativa de cada um e está dependente de uma dinâmica pessoal de constante esforço que é lida como conversão. Ademais, ao constituir-se como uma leitura transgressiva de uma tradição institucional (os judaísmos centrados no templo), o Cristianismo nascente assume como interna uma componente de auxílio e assistência que é independente das fronteiras de grupo (embora comece pela própria comunidade), como forma de diferenciação dos restantes judaísmos e demais propostas religiosas existentes à época. Neste sentido, o conceito de irmão é fundamental, uma vez que, numa sociedade altamente estratificada e desigual como a de então, uma mesma designação para todos os membros da comunidade visa secundarizar (senão na prática pelo menos como aspiração) as diferenças de estatuto social». – Paulo Alexandre ALVES, «Caridade como experiência na Patrística», *Semanário Ecclesia*, n. 1447 (25 de setembro de 2014): 21.

*cuidado de los que sufren es una señal espléndida de que el reino de Dios, anunciado por Jesús, sigue actuando en el mundo por medio de la acción de la Iglesia*³²⁷. Por isso, é em consequência deste amor-oblação de Deus revelado por Jesus Cristo, um amor d’«*O Deus cristão [que] é o Deus pobre, despojado, sem poder...*»³²⁸, que a fé (entendida aqui como resposta do Homem a este “chamamento ao amor” consubstanciado no “Mandamento novo” – Jo 13, 34-35) não poderá ter outra concretização que não seja o amor a Deus (Dt 6, 4-5)³²⁹ e ao próximo (Lv 19, 18). Por isso, na Bíblia e na vida de cada crente, «*a caridade não é uma atividade de assistência social que se pode deixar aos outros*»³³⁰: ela é antes algo que «*pertence à natureza [da Igreja] e é expressão irrenunciável da sua própria essência*»³³¹. E é tão forte esta correlação entre Fé, Comunidade Eclesial e Caridade que o Papa Emérito Bento XVI não se coibiu de afirmar taxativamente, na primeira das suas Encíclicas: «*A Igreja não pode descurar o serviço da caridade, tal como não pode negligenciar os Sacramentos nem a Palavra*»³³².

Como se pode verificar, desde muito cedo que o conceito de “caridade” (cris- tãmente traduzido) começa a trilhar um caminho distinto de conceptualização face a outros que, não raras vezes, são apresentados como seus sinónimos. É este, por exemplo, o caso dos conceitos de “solidariedade”, “filantropia”, “misericórdia” ou “beneficência”, conceitos que «*(...) se fundam numa identificação não sobrenatural pelo sofrimento alheio que, não tomando como ponto cardeal o amor de Deus*

³²⁷ Jesús Álvarez GÓMEZ, *Historia de la Iglesia I. Edad Antigua* (Madrid: BAC, 2001), 170.

³²⁸ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 435.

³²⁹ «A caridade é, antes de tudo, uma “boa notícia”: a notícia de que Deus amou e continua a amar o mundo. A melhor maneira de se entender a caridade cristã é compreendê-la como Amor de Deus». – MAIA, 431.

³³⁰ Jorge Botelho MONIZ, «A crise em Portugal e a indispensabilidade social da Igreja Católica», em *Anais do XIV Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, vol. 14 (Juiz de Fora – Minas Gerais (Brasil), 2015), 1836, [em linha: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/889>>].

³³¹ IGREJA CATÓLICA: Bento XVI, Papa (2005-2013), *Carta Encíclica «Deus Caritas Est – Sobre o Amor Cristão»*, 2005, 25, [em linha: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html>]. «São três os princípios que informam a natureza íntima da Igreja católica (doravante, Igreja): o anúncio da palavra de Deus (kerygma-martyria), a celebração dos sacramentos (leiturgia) e o serviço da caridade (diakonia)». – Jorge Botelho MONIZ, «Igreja Católica e Caridade em Portugal. Do múnus bíblico de ajudar o outro à sua indispensabilidade no século XXI», *Revista Brasileira de História das Religiões* 7, n. 19: 223 [em linha: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>>]. Para uma análise mais aprofundada das consequências eclesiológicas desta afirmação ver Santiago MADRIGAL, S. J., *Iglesia es Caritas. La eclesiología teológica de Joseph Ratzinger-Benedicto XVI*, Presencia Teológica 169 (Santander: Editorial Sal Terrae, 2008), 459ss. Sobre os «aspectos más concretos de lo que podemos considerar teología y espiritualidad de la caridad de la Iglesia» passíveis de ser enunciados a partir do mesmo documento papal, ver Gonzalo Tejerina ARIAS, «Dinamismo de la caridad. Teología y espiritualidad de la caridad eclesial», *Corintios XIII: Revista de teología y pastoral de la caridad*, n. 123 (2007): 247-72.

³³² IGREJA CATÓLICA: Bento XVI, Papa (2005-2013), *Deus Caritas Est*, 22.

aos Homens, não logra desenvolver um genuíno sentimento de amor ao próximo»³³³. Mais adiante teremos oportunidade de analisar com maior detalhe a forma como são articulados no contexto do pensamento de Padre Américo (ver ponto 2.1.3).

2.1.2. «A Caridade é viva; ela é a Vida»³³⁴

Esclarecido o húmus interpretativo de onde brota a conceção de “caridade” preconizada pelo fundador d’ *O Gaiato*, entremos agora com maior profundidade no pensamento por si vertido, de modo a recolher o que de essencial ele nos aponta sobre este tema. Para tal, impõe-se-nos começar por sublinhar um outro horizonte em que tal pensamento se desenvolve, e que diz respeito à própria “postura” ou “atitude existencial” do homem e padre Américo de Aguiar face à realidade. Recorrendo, uma vez mais, a José da Rocha Ramos, é necessário aqui recordar que Padre Américo foi:

«(...) o contemplativo do quotidiano, o místico da árdua, dura e fatigante monotonia do dia-a-dia. Em cada acontecimento, em cada situação, em cada homem (por mais desprezível que seja) descobre o rosto de Deus. E no Coração de Jesus descobre o coração do mundo. A sua mística não é, pois, uma recusa do mundo, mas uma plena incorporação no seio do mundo para daí contemplar mais plenamente a Beleza Incriada»³³⁵.

Assim, poder-se-á dizer que o olhar de Padre Américo é o olhar de alguém profundamente convencido, como S. Paulo, de que «*onde aumentou o pecado, superabundou a graça*» (Rm 5, 20): é um “olhar divinamente inspirado” que analisa a realidade na sua mais profunda densidade antropológica e social, a julga de acordo com os princípios evangélicos que vocacionalmente assume, e logo nela decide intervir, em ordem à sua transformação, sempre em prol do bem comum que a todos e a cada um é de justiça proporcionar. Este é um modo de olhar o mundo que, sendo profundamente realista, deslumbrantemente lúcido e desassombradamente perspícaz, não se permite aventurar em nenhuma espécie de “idealismo inconsequente”. A crueza do realismo e a (por vezes atroz) plasticidade com que Padre Américo nos descreve as inúmeras situações e histórias concretas de pessoas assoladas pela pobreza, quer material quer espiritual – atente-se nas páginas do “seu” *Barredo* – faz transparecer no seu pensamento uma espécie de revolta interior, própria de quem transformou toda a sua vida, mais do que num

³³³ MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», 42.

³³⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:150.

³³⁵ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 78.

exercício de reflexão em torno deste problema: antes num exemplo-testemunho de resposta ao mesmo.

Por conseguinte, e não obstante a possibilidade veiculada pelos seus escritos em utilizarmos algumas das suas afirmações como prolegómenos a uma “conceptualização” de “Caridade”, as ocorrências deste vocábulo que neles verificámos parecem-nos mais orientadas para a compreensão e justificação da sua proposta de ação concreta do que propriamente para corresponder a um esforço de definição teórico-conceptual. Neste sentido, a Caridade, como já atrás se referiu, constitui o verdadeiro e profundo *leitmotiv* de todo o seu pensar e agir: mais do que um “conceito” é, diríamos, no quadro dos seus textos e pensamento, a “consequência natural” deste seu “olhar pró-ativo” de fé³³⁶, de esperança, de confiança (na Providência divina³³⁷) e de amor sobre o seu mundo, *apesar* de todos os sinais da ausência ou negação desse amor e dessa esperança que a crueza da realidade (das mais pluriformes manifestações da pobreza) lhe significa. A sua própria biografia pode igualmente ser assim resumida: uma “concretização” desta mesma Caridade (cristã), aqui sinónimo de um total e radical amor («*Caridade cristã. Amor do nosso semelhante*»³³⁸), resultado da assunção permanente das consequências de uma «*Caridade* [que, no seu dizer,] *não conhece leis*. [Porque] *É lei de si mesma. Rebenta todos os moldes (...)*»³³⁹.

Assim, e se atrás se apontaram os “Pobres”, a “Pobreza” e a “Teologia da Encarnação” como os horizontes da compreensão teológica do pensar-agir de

³³⁶ Nas palavras do próprio, e como que em registo de confissão/oração (e desafio): «Eu quero que tu faças um acto de fé; mas fé divina que levanta obstáculos, que faz girar mundos, que acredita no impossível. A fé que ganha tudo quando tudo está perdido. Sim, “eu acredito que Tu és o Cristo e tens palavras de Vida Eterna”. Este mais nada é forma de bem manifestar e de bem pedir que o tempo não tem desgastado nem tu aborrecido. – Senhor de Infinita Bondade, eu não acredito na minha arte nem no meu jeito nem no meu saber; tampouco nos meus sucessos. Não acredito nem escuto o que a meu respeito se diz, seja bem, seja mal. Não acredito, Senhor, porque acredito em Vós. E assim, este mais nada que a Obra da Rua consagrou desde remotos tempos, será espanto para os profanos e louvor para quem Vos merece, meu Deus!». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:148.

³³⁷ De entre muitos textos de Padre Américo onde tal ideia nos descreve e justifica, tome-se atenção neste extracto da sua descrição d’ «O que foi a comemoração do Natal de 1944 nas Casas de Coimbra»: «Após o levantar da mesa e enquanto os gaiatos de Paço de Sousa discutiam os derradeiros pinhões, virei costas à Comunidade a caminho de Coimbra (...) O rápido estava à minha espera em S. Bento. Não havia lugares na bilheteira, mas houve um para mim na carruagem. Tudo facilidades. O vento apanha a lenha dos que servem o Senhor! Quer dizer, Deus jamais falta às promessas. Não pode faltar. Seria o desmoronamento universal. São, até, as Suas promessas que dão coesão, finalidade, sentido verdadeiro à vida. Gosto de me encher a mim mesmo destas verdades, para encher delas os leitores do endiabrado O Gaiato». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:301-2.”

³³⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:261.

³³⁹ Padre Carlos GALAMBA, «Facetas de uma vida», *O Gaiato* Ano XIII, n. 357 (16 de novembro de 1957): 1.

Padre Américo³⁴⁰, parece-nos ser igualmente válido definir esta sua “Caridade total” como a moldura mais consentânea com aquela que foi a sua vida e ação. Nas suas próprias palavras: «A Caridade não vem do céu. Ela não é de maneira nenhuma o fruto do nosso amor a Deus; é antes o Amor de Quem primeiro nos amou (*prius dilexit*) difundido nos corações da gente»³⁴¹. Deus, sempre Ele no centro da História, inspirando o Pensamento, traduzindo princípios em ações, incarnando na História e na vida. Sentindo-se e assumindo-se inteiramente cristão e padre, membro de uma Igreja que «*Sendo, como é, Obra de Deus, (...) está fora e acima das qualidades e dos defeitos dos seus obreiros*»³⁴², Padre Américo chama à responsabilidade de cada cristão a capacidade e missão de transformar o mundo: «*Um cristão é, por natureza, facho de luz. Não é dele. É luz que provém da Luz*»³⁴³. E a luz, quando “arde” verdadeiramente, acaba por “queimar” quem por ela se deixa iluminar:

«Convidaram-me para almoçar e eu disse logo que sim. Nos salões do hotel havia pequeninos grupos a ferver do que tinham escutado. — Mas que palavra é a sua, padre? Uma senhora ainda nova, de turbante verde, cresce à frente e explica: — Es la Caridad. Eu também cresci um nadinha à frente a significar desgosto por ver que só aquela estrangeira me tinha compreendido. Sim; es la Caridad! Não era eu; é a Caridade. O enigma não está no pregador; está mas é dentro dos ouvintes, de cada um dos ouvintes. É dentro de si que cada um há-de ver, compreender e saborear a Caridade, que outra coisa não é senão o amor de Deus para conosco!»³⁴⁴.

Padre Américo situa precisamente no testemunho da Caridade a missão de todo aquele que, como ele, pretenda servir o Evangelho e a Igreja. Por isso, é fazendo inteiramente suas as palavras do então Cardeal Cerejeira, num discurso ao clero de Lisboa intitulado *O padre e a hora actual*:

³⁴⁰ Esta mesma linha hermenêutica haveria de ser claramente assumida pelos textos do II Concílio do Vaticano: «O amor (agápê) trinitário ou autoadoação recíproca das três pessoas divinas de que a Igreja é reflexo fundamental radicalmente toda a realidade da Igreja e, por conseguinte, o seu serviço à sociedade, sobretudo aos pobres (...). Se “Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres...”, a Igreja, Corpo de Cristo, actua em serviço dos mesmos, “seguindo os passos de Cristo, que, sendo de condição divina, se despojou de si próprio, assumindo a condição de servo”, para amar, servir e libertar. É o processo da encarnação». – D. Antonino DIAS, «Acção social nas comunidades cristãs», *Theologica*, 2.ª série, 39, n. 1 (2004): 107.

³⁴¹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:140.

³⁴² AGUIAR, *Cantinho dos Rapazes*, 161.

³⁴³ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 101.

³⁴⁴ AGUIAR, *De como eu fui*, 18.

«Em tempos de fé tranquila, demos que bastaria ao padre contentar-se com ser honesto e digno no exercício da sua missão. Hoje, porém, ele necessita de viver o Evangelho todo na sua vida toda. A vida sacerdotal deve ser uma manifestação mística de Cristo: vida que todos vejam e seja “escândalo para os judeus e loucura para os pagãos”, como dizia S. Paulo: essa crucificante revelação da divina caridade»³⁴⁵.

Palavras densas e proféticas: Padre Américo experimentou no seu próprio percurso vital uma realização plena desta «*crucificante revelação da divina caridade*». A verdade de tal afirmação encontramos-na na consciência nitidamente manifestada pelo próprio quando afirma que «*A Caridade faz sangue*» mas que igualmente «*cura feridas*»³⁴⁶: «*Chorar com os que choram é caridade*»³⁴⁷. Em jeito autobiográfico, o próprio Padre Américo exprime nestes termos como entende a sua missão:

«Vai fazer dez anos, no dia dezanove do mês de Março, que eu pedi licença ao então Prelado da Diocese de Coimbra para me deixar visitar e cuidar dos Pobres, que para outra coisa não prestava em virtude de uma doença que ao tempo me consumia; e Ele disse-me que sim. Não houve requerimento nem cunha nem nomeação. Fui um operário chamado à Vinha do Senhor, pelo Senhor, em muita dor e aflição, a fim de melhor poder ajudar e compreender os aflitos. Deus escreve direito por linhas tortas»³⁴⁸.

«Dez anos de trabalho na cidade de Coimbra, a pisar rigores do tempo, das críticas, das humilhações, dos perigos de toda a sorte; a subir aos púlpitos, a entrar nas moradas, a falar nas ruas, a levantar por toda a parte o pregão do Pobre! Não estou cansado nem arrependido. Não me queixo de ninguém, que ninguém me deve nada, sim. (...) Os verdadeiros servos dos Pobres devem-se a todos totalmente e agradecem, por amor de Deus, tudo quanto lhes queiram dar»³⁴⁹.

³⁴⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:107. Em jeito de “comentário” ao trecho citado, Padre Américo anota: «O que aí se transcreve, é uma porção de um discurso do Senhor Cardeal Patriarca, feito ao Clero de Lisboa. O texto é muito extenso. (...) Lembrou-me, e cuido que faço bem à Igreja, dando à estampa aquele bocadinho. Um grande número dos que lêem “O Gaiato”, são homens inteligentes e de boa vontade, sim, mas não sabem o que é a alma da Igreja. Conhecem-na através dos erros e das fraquezas dos seus sacerdotes. Ela anda-lhes desfigurada. Por isso, mui admirados hão-de ficar ao lerem esta doutrina de um Bispo da Igreja. E mais admirados ficariam, se lessem todo o discurso. E mais ainda, se lessem outros. E começariam a duvidar, se todos». – AGUIAR, 2:107.

³⁴⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:194; Américo Monteiro de AGUIAR, «Pão dos Pobres», *O Gaiato*, Ano I, n. 4 (16 de abril de 1944): 1.

³⁴⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:41.

³⁴⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:85.

³⁴⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:141.

Num outro lugar, são ainda mais vivos e expressivos os termos que utiliza: «*Nós somos sinais luminosos; o facho da Caridade incendeia-nos*»³⁵⁰, afirmação que nos mostra como, para Padre Américo, a Caridade é um conceito “vivo” («*A Caridade é viva, solícita; irradia amor!*»³⁵¹; é «*sempre nova*»³⁵²), e por consequência potenciadora de uma verdadeira «*revolução*»³⁵³:

«Na última semana tive de ir ao Porto em serviço dos Pobres. Na Estação Velha quando olhava qual carruagem devia tomar, um senhor berra de cima: “Suba para aqui”. Assim fiz. Soube, da boca daquele cavalheiro, que o livro *Pão dos Pobres* tem feito em Lisboa tremenda revolução. “É preciso que se fale assim”, disse. E fomos conversando até às portas da Invicta onde a girândola final cons-tou de uma nota de quinhentos – “distribua, Padre”, e da seguinte proposição: “É necessário que os ricos sejam menos ricos para que os Pobres sejam menos pobres”. Pois é, meu senhor. A verdadeira Revolução é levantar os Prostrados e não deitar abaixo os que caminham. O mundo está cansado de partos dolorosos que dão em aborto. Os alicerces continuam a ranger. Ainda não chegou a hora alegre de repor na sociedade o Evangelho, viver-se o Cristianismo à moda dos Apóstolos, lançar por terra as mesas dos agiotas»³⁵⁴.

«O Evangelho! A fórmula divina da Caridade! Para quê falar da Obra da Rua e das Casas do Gaiato e dos padres que as conduzem – de que vale tudo isto?! O Evangelho, sim. Ele há tantos padres, tantas obras, tantas casas de beneficência, que fazem sombra e nada mais. Só o Evangelho é Luz. Regressemos ao Evangelho, que nunca perdeu da sua eficácia»³⁵⁵.

Por isso, e também aqui antecedendo interpretações enviesadas da sua leitura e proposta, o mesmo Padre Américo clarifica:

³⁵⁰ AGUIAR, *De como eu fui*, 19.

³⁵¹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:135.

³⁵² AGUIAR, 3:59.

³⁵³ Ainda num estudo recente, Maria Isabel Rodrigues dos Santos intuiu e analisou com profundidade «diversas redes de sociabilidade em Portugal e no contexto internacional, [surgidas] com o intuito de organizar estratégias para atenuar as consequências nefastas da pobreza e da miséria, ao nível material, mental e moral (...) estratégias [que] assentavam em ações de natureza caritativa, ou seja, fundamentavam-se no amor (cristão) ao próximo e traduziam-se em ações concretas, no seio das relações inter-individuais mais próximas, e junto dos problemas existentes nas estruturas mais globais da sociedade». – Maria Isabel Rodrigues dos SANTOS, «Caridade enquanto geradora de sociabilidades: o caso da Associação de Serviço Social», em *Religião e Cidadania Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2011), 661ss.

³⁵⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:110.

³⁵⁵ Américo Monteiro de AGUIAR, «Do que nós necessitamos», *O Gaiato*, Ano VII, n. 167 (22 de julho de 1950): 2.

«Eu não sou revolucionário, mas sei de onde chove a Revolução. Por isso mesmo nunca leio jornais. E, se às vezes os quero, é mais para dar cinco tostões aos arduos do que para saber notícias; nem se me dá do que tu dizes ou pensas acerca de guerras. O que eu procuro é saber mais e melhor o que Deus pensa delas e trabalhar consoante»³⁵⁶.

A caridade é aqui sinónimo, portanto, de uma esperança inabalável: à pergunta «*Que beleza salvará o mundo?*»³⁵⁷ do ateu Ipolit ao príncipe Myski no célebre romance *O Idiota* de Dostoiévski, certamente que Padre Américo responderia ser a beleza da caridade, pois, para ele, «*Sem dúvida que o mundo sem Caridade é horrível*»³⁵⁸: «*Mudam os tempos, mas algo permanece — a Caridade*»³⁵⁹; só ela «*recupera o que a chamada civilização perde. É a revelação de Cristo!*»³⁶⁰; ela é «*A Ciência das ciências. A Ciência inenarrável do Coração de Jesus, contra a qual tudo se esbarra e confunde a tal ponto que todo o sábio do mundo, sem esta Ciência, nada é e nada vale*»³⁶¹.

Para este Homem para quem pensamento e ação estão mutuamente relacionados, não deve surpreender que afirme que «*A Caridade é uma força; e que força!*»³⁶²: «*(...) é a única força do mundo capaz de realizar obras humanas. Quando tudo parece estar ameaçado, ela surge do seio do Pai Celeste, viva, dominante, eficaz*»³⁶³. A atestar a “validade” (e contemporaneidade) destas afirmações, sejam elas comparadas com as do Papa Emérito Bento XVI na sua derradeira Encíclica:

«O amor – caritas – é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um

³⁵⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:72.

³⁵⁷ Fiódor DOSTOIÉVSKI, *O Idiota*, trad. Nina Guerra e Filipe Guerra, 1.ª ed. (Lisboa: Editorial Presença, 2001), 396.

³⁵⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:89. “Tirem do mundo a caridade e nele só ficará o mundo... Ora este é feito de soberba”. – AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 308.

³⁵⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:245.

³⁶⁰ Américo Monteiro de AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 1ª ed. (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1954), 78.

³⁶¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:245. [texto datado de 01.05.1948] Esta é uma das ideias já presentes no pensamento (atrás referido) de José de Saldanha. Também para este autor «A caridade constitui, simultaneamente, uma arte e uma ciência. Uma arte que carece de sensibilidade, uma ciência feita de sabedoria humana, de discernimento, de reflexão a partir da experiência, para que a ação realizada não perpetue as situações de fragilidade mas, antes, contribua para que aquele que é auxiliado possa desenvolver condições de autonomia e, mesmo, de utilidade social». – Helena Ribeiro de CASTRO, «Caridade e filantropia: duas visões de justiça», *Semanário Ecclesia*, 25 de setembro de 2014, 28.

³⁶² AGUIAR, *O Barredo*, 292.

³⁶³ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:206.

encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente»³⁶⁴.

Assim também para Padre Américo a Caridade é uma “força” que transforma, revoluciona³⁶⁵, mas que é também (e acima de tudo, como o seu testemunho vital no-lo demonstra frequentemente) resultado de uma “conversão do olhar” que nos impele a uma maior e mais eficaz sensibilidade para com os sofrimentos do nosso semelhante:

«A Caridade é que vê tugúrios; a Caridade é que enxuga lágrimas; a Caridade é que mata a fome; a Caridade é que causa no coração do Pobre visitado o doce murmúrio do “ai que parece que também já foi Pobre, pelo bem que nos compreende e pelo muito que nos ama!”»³⁶⁶.

Por isso «A Caridade faz milagres»³⁶⁷: é ela «que valoriza; que transforma as almas e diminui a invasão da Rua — e a Caridade nasce e brota da Igreja»³⁶⁸.

Tendo como horizonte esta última afirmação (a par da fundamentação bíblica atrás descrita), torna-se-nos possível compreender melhor aqueles enunciados em que Padre Américo foca a questão das “Obras de Caridade/Assistência” (pública/estatal e ou privada/eclesial), problemática com que o seu percurso vital e proposta social permanentemente se cruzam. Recordemos uma passagem já aqui citada:

«As Obras de Caridade são por natureza um assunto teológico. Não se pode fazer assistência sem este conceito. A base delas consta da existência e da presença de Deus na terra. O Mistério da Encarnação é a sua luz. A doutrina do Corpo Místico de Cristo fornece as normas. A Comunicação dos Santos, a cúpula. Tudo isto vem para dizer que só a Igreja. Só a Ela cabe a verdadeira assistência de irmão para irmão. A Mãe. A eterna enfermeira. Só Ela cura. O mais é mentira»³⁶⁹.

Fica claro que, para Padre Américo, a caridade é o “rosto mais luminoso” da Igreja, chamada a ser testemunha desta luz, «(...) [n] *um mundo gozador, feito de*

³⁶⁴ IGREJA CATÓLICA: Bento XVI, Papa (2005-2013), *Carta Encíclica «Caritas in Veritate – Sobre o Desenvolvimento Humano Integral»*, 2009, nº 1, [em linha: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html>].

³⁶⁵ MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional».

³⁶⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:310.

³⁶⁷ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:129.

³⁶⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:137.

³⁶⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:175.

inimigos da Cruz!»³⁷⁰. Nunca “condenando” o mundo (em virtude da “luz” do “Mistério da Encarnação” que sobre ele incide), Padre Américo não deixa de reconhecer e sublinhar o caráter transitório, contingente e frágil da realidade humana, apontando simultaneamente o horizonte para o qual esta se deve orientar: «*Eu acredito na Justiça de Deus. Eu sou um pregador das verdades eternas*»³⁷¹. E deixa igualmente um alerta aos que pretendam interpretar erradamente a sua proposta (social): «*Vamos, porventura, divinizar a poeira dos caminhos? Não senhor. Tudo no mundo é poeira. Tu solus sanctus. Tu solus dominum. Tu solus altissimus. Não vamos divinizar; vamos mas é dignificar*»³⁷².

A operacionalização da caridade, tal como ele a compreende, implica, portanto, a denúncia, pois «*se é perigoso quem denuncia o mal, que dizer de quem o comete?*»³⁷³. E esta é uma “categoria” (permita-se-nos dizer assim) sobremaneira importante para compreender os *leitmotifs* do seu pensamento e ação. Em primeiro lugar, porque, à semelhança, por exemplo, de que já fizera Rodrigues de Freitas nas páginas d’ *O Comércio do Porto*³⁷⁴, prática que atravessou (pelo menos) todo o primeiro quartel do séc. XX³⁷⁵), também Américo Monteiro de Aguiar haveria de consubstanciar esta denúncia das situações de pobreza repetida e incansavelmente nas mais pluriformes e multitemáticas “reflexões”, primeiramente no *Correio de Coimbra* e depois (e fundamentalmente, na qualidade quer de autor quer de fundador, diretor e editor) no seu jornal *O Gaiato*. Por isso, nas

³⁷⁰ AGUIAR, *De como eu fui*, 19.

³⁷¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:82.

³⁷² AGUIAR, *Cantinho dos Rapazes*, 43.

³⁷³ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:29.

³⁷⁴ José Joaquim Rodrigues de FREITAS, *Novas páginas avulsas* (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996). Invocamos aqui o exemplo deste renomado aluno da Universidade do Porto em virtude da sua contribuição à reflexão em torno dos problemas (jurídico-legais e assistenciais) em que estavam envolvidos os menores do Porto, sendo voz ativa numa imprensa que «tocava a rebete numa tentativa de responsabilizar o Estado e os cidadãos na solução dos problemas», atitude e propósito em tudo semelhantes aos assumidos por Américo Monteiro de Aguiar. Cf. Maria José Moutinho SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES ([Braga]: CITCEM, 2010), 41, [em linha: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22934/1/pobreza%20e%20assistencia.pdf>>].

³⁷⁵ «Muitas pessoas queixavam-se destas situações, dirigindo cartas às redacções dos jornais (...). Luís Óscar, na coluna “As Crianças” no jornal “O Elmano” (Setúbal), de 1907 (p. 1): “É vulgaríssimo encontrarmos pelas ruas crianças, vestidas de farrapos sujos e asquerosos, d’olhar triste, nostálgico e rosto macilento, pedindo-nos: – uma esmola, por amor de Deus. Na maior parte dos casos, filhos da rua, do acaso, sem terem conhecido nem pai nem mãe, faltando-lhes o arrimo da família que lhe dê o pão do corpo e do espírito, vêem-se na necessidade de esmolar para provarem a sua assistência, dormindo pelos bancos das praças, nos limiares das portarias, de sociedade com os cães vadios, párias e famintos...”. – Ernesto Candeias MARTINS, «A outra educação da infância sem voz expressa na literatura (Séc. XIX-XX)», *Educare Educere* Ano XIV (2010): 113. Este autor apresenta ainda outros «Extractos de narrativas da imprensa (...) ilustrativas do estado das crianças». Como fontes, utilizou as seguintes publicações: *O Novidades* (1911), *O Século* (1922), *Diário do Senado* (1924), *A Batalha* (1925).

palavras do próprio, «*As colunas deste [seu] jornal são silenciosas; por isso mesmo é que o mundo tanto fala delas!*»³⁷⁶. Ou, de forma mais completa:

«O Gaiato, porém, portuguêsíssimo como é, não diz mal. Repara, denuncia, deseja, trabalha; sobretudo trabalha por uma pátria melhor. Este periódico é cabeça de casal; defensor activo dos Direitos da Criança. Não dizemos mal; choramos, sim, o mal dos portugueses, neste caso particular. A sociedade deve pão e instrução aos filhos de ninguém que, por isso mesmo, são os nossos filhos. Que todos se venham aqui desobrigar, a começar pelos mais afortunados»³⁷⁷.

Depois, esta é uma denúncia que se consubstancia numa premente e permanente chamada de consciência aos que, segundo ele, têm especiais responsabilidades, a começar pel' «*Os cristãos do nosso tempo [que] têm medo da Pobreza e arrastam o mundo para a miséria!*»³⁷⁸, e a terminar nos «*(...) grandes da terra aonde temos esta formosa Casa, [que] ao falar com outros da minha ilustre pessoa, disse: “Ou ele tem o diabo no corpo ou há ali um grande mistério”*»³⁷⁹, às portas de cujas casas nunca se cansou de bater, «*suplicando um olhar de compaixão por cima dos muros da Quinta da Misericórdia*»³⁸⁰. Mas atenção: não se confunda esta denúncia com mero “protesto”, pois entre um e outro, a opção de Padre Américo é clara: para ele, «*A Caridade tudo suporta. A nossa missão é acautelar e defender os membros doridos do Corpo Místico de Jesus. Não é protestar. Que outros o façam*»³⁸¹.

Como elemento demonstrativo desta atitude crítica, julgamos ser válido referir todo o seu discurso face às constantes “adulterações” da Caridade (cristãmente entendida), traduzidas numa “banalização” não só do conceito mas principalmente do *modus operandi* que a prática eclesial multiseccular que nele se expressa. Para Padre Américo, «*(...) a Caridade tem seu pudor e resiste à banalidade*»³⁸². Por isso dizia: «*Podemos falar tão alto da verdadeira Caridade, que me não atrevo a dizer nada das suas caricaturas, da caridade dos salões — rabos de papel!*»³⁸³.

E é precisamente aqui que nos surge um outro elemento essencial à compreensão deste conceito de “caridade viva”: quando a visão de Padre Américo se confronta com aquela que era, no seu tempo e de acordo com a sua perspectiva, a “outra caridade”, por ele considerada “falsa”, porque fruto de uma “banalização” que em nada contribui nem para a compreensão profunda do seu significado

³⁷⁶ AGUIAR, *De como eu fui*, 26.

³⁷⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:186. [texto datado de 1944].

³⁷⁸ AGUIAR, *De como eu fui*, 32.33.

³⁷⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:228.

³⁸⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:57.

³⁸¹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 225.

³⁸² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:34.

³⁸³ AGUIAR, *De como eu fui*, 19.

nem para a correta operacionalização das exigências que nela se encerram. Comentando precisamente a questão do mau uso da palavra caridade entre os seus contemporâneos, é o próprio quem afirma:

«Todo o mundo se julga apto a mexer nesta palavra e assim se tornou vulgar o que há de mais precioso. A Caridade anda por aí de braço-dado com as coisas e as pessoas mais requintadas. Pretende-se que seja uma palavra da moda; um rótulo chique. Entra nos salões. Come e bebe do melhor, para em seguida morrer nos lábios de quem a profere, porquanto palavras... são palavras. O que não teria em si grande mal, se não fora os estragos causados nas almas, por estas fórmulas grosseiras de arremedar o Amor. Sim, digo bem. Arremedar o Amor. Pretende-se amar os que gemem e sofrem por meio de bodos³⁸⁴ e de festas chamadas de caridade. Assim se profana o divino»³⁸⁵.

«Risquem o nome das listas de esmola que se destina à publicação. Tirem o nome das festas, do cartaz do mundo. Não profanem as coisas santas»³⁸⁶.

Com efeito, parece-nos deveras relevante registar a ocorrência de um evidente distanciamento no pensar-dizer-fazer de Padre Américo diante de grande parte do campo lexical relativo à "caridade" em voga no seu tempo. E, como texto ilustrativo de toda esta nova situação, parece-nos magistral (e por isso digno de citação, apesar da extensão da mesma) o seguinte texto da autoria de Antero de Quental, inspiradamente intitulado «*Uma Palavra Nova para um Sentimento Novo*»:

«No meio dos muitos sintomas de enfraquecimento e desordem moral que a sociedade contemporânea apresenta, e que, no pensar de muitos, parecem indicar uma degeneração dos elementos mais íntimos da civilização, há um facto consolador e que contrasta singularmente com aquelas tendências mórbidas: é o desenvolvimento extraordinário que a caridade tem tomado por toda a parte, se não como sentimento individual, o que é quase impossível verificar, pelo menos como feito social e colectivo, como caridade, digamos assim, cívica e secular. Esta espécie, pode dizer-se nova, de caridade é característica do nosso tempo, se não vem aureolada, como a outra, a das sociedades profundamente piedosas, por

³⁸⁴ «(...) como o jantar que os Terc[íarios]. Franciscanos de Lx [Lisboa], por legado do Dr. Francisco Gomes de Araújo, em Domingo de Páscoa davam aos presos do Aljube e do Limoeiro...». – Fernando Jasmíns PEREIRA, «Assistência social caritativa (III. Na Idade Contemporânea)», em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, vol. 1 (Lisboa: Editorial Resistência, 1980), 702.

³⁸⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:240-41.

³⁸⁶ AGUIAR, 1:53.

aquela poesia com que só a comoção íntima e o sentir religioso têm o condão de revestir quanto eles inspiram e quanto deles sai, tem ao menos por si o vulto e grandeza material, se assim se pode dizer, dos resultados que consegue» [o texto continua em nota]³⁸⁷.

2.1.3. A Caridade não se confunde com as suas “*caricaturas*”

Tendo presente este “pano de fundo” e comparando-o com o pensar-fazer de Padre Américo, impõe-se-nos realçar aqui alguns elementos característicos do seu modo de pensar acerca quer da conceptualização quer da “pragmática” da caridade tal como estas eram entendidas e praticadas no seu tempo. Demarcando-se radicalmente quer da linguagem quer dos métodos adotados pelos seus contemporâneos, também aqui se nos torna patente a especificidade da sua visão e proposta social.

2.1.3.1. *Beneficência, filantropia, solidariedade, fraternidade*

«Com o tempo, novos vocábulos vieram substituir a palavra “caridade”, justamente porque o ato de ajudar os outros passou a ser enquadrado por novas ideologias: beneficência e filantropia por todo o século XIX com o liberalismo, as lojas maçónicas e depois o republicanismo; novamente caridade ou assistência com o salazarismo, às mais recentes “solidariedade”, “responsabilidade social” ou até “desenvolvimento humano”»³⁸⁸.

³⁸⁷ [continuação] «Subscrições abertas para acudir a alguma grande calamidade que assola regiões inteiras e faz vítimas aos milhares – inundações, terremotos, crises industriais – juntam em poucas semanas somas tão consideráveis, que só por centenas de contos se podem calcular. (...) Dir-se-á (e tem-se dito) que esta caridade secular é uma falsa caridade: que, se abstrairmos dos resultados e considerarmos só o sentimento, acharemos nele muita impureza, que o deturpa: que, finalmente, o bem que se faz ou à custa do orçamento do Estado, ou por meio de subscrições espectaculosas, de concertos, bazares e bailes, onde impera mais que tudo a vaidade, pode ser cousa útil, cousa recomendada até pela boa política, mas não merece o nome de Caridade. Há certa verdade nisto, e reconhecemos que não é esta rigorosamente a Caridade do Evangelho. É filantropia; – e o facto de ter surgido nas línguas modernas esta palavra nova só por si bastaria a mostrar (...) que o sentimento que produz este grande fenómeno social é distinto da Caridade propriamente dita. O sentir geral teve disto uma noção obscura, e adoptou a palavra nova para exprimir uma cousa, que, apesar de não poder definir claramente, percebia ser nova também. Mas o que é então esse sentimento novo? O que é e o que vale essa apregoada filantropia?». – Joel SERRÃO, *Antero de Quental. Prosas Sócio-Políticas* (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982), 437-38. Apud Maria da Conceição Meireles PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», em *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. 3, 2014, 831, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10216/8966>>].

³⁸⁸ Isabel dos Guimarães SÁ, «As idades da Misericórdia de Lisboa: velhos e novos pobres», em *Visitação. O arquivo: memória e promessa* (Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014), 149, [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/38075>>]. Para uma análise sintética sobre o conteúdo e significado destes mesmos conceitos (e outros afins) no século imediatamente anterior, e «*utilizando-se pequenos textos da época*», ver

Ora, um dos elementos que salta à vista da análise dos escritos de Padre Américo prende-se com a constatação de que os termos “beneficência”, “filantropia”, “solidariedade”, “fraternidade” ou “misericórdia” nunca são por ele apresentados como sinónimos de “caridade”³⁸⁹. Pelo contrário, são antes alvos de uma profunda diferenciação (quer no seu conteúdo, quer sobretudo nos métodos/estratégias/práticas respetivas) em relação ao que Padre Américo entende significar e exigir este conceito³⁹⁰, também na confluência com o mesmo “movimento crítico” a que o texto de Quental anteriormente citado faz referência e que Maria Antónia Lopes igualmente descreve, apelidando-o mesmo de «*Nova filosofia política*»³⁹¹.

Vejam, brevemente, algumas concretizações desta não-conformidade, que é tão conceptual quanto programática.

No que concerne à “beneficência”, este é um termo utilizado por Padre Américo como sinónimo das obras que o mesmo conceito inspira e encerra³⁹², obras

Maria Antónia LOPES, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação* (Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra, 2010), 30-33.

³⁸⁹ «São agora manejados os conceitos de beneficência, benemerência e filantropia que procedem do amor aos homens e não do amor a Deus». – Isabel dos Guimarães SÁ; Maria Antónia ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 84.

³⁹⁰ No que respeita ao termo “compaixão”, igualmente «uma noção chave da civilização republicana, cuja natureza política exigirá e alimentará as reivindicações de igualdade e de solidariedade» e que «poderá historicamente ser entendida como uma capacidade instrumental legitimadora das acções públicas, traduzindo virtudes republicanas como essência das virtudes políticas» (Pedro DUARTE, «Da caridade à solidariedade. As controvérsias públicas na construção do espaço comum – Configurações da mobilização política.», em *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Minho – Braga, 2011), 2-3, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.19/972>>].), a “conceptualização” de Padre Américo insiste numa visão “bíblico-teológica” do termo, nunca o esvaziando nem retirando desse horizonte interpretativo, como o faz a mentalidade republicana, de forte pendor secularizante. Como exemplos de formulação desta ideia, atente-se nas suas palavras: «Sempre que topo nas ruas de Coimbra Mães com filhos à minha guarda, passo por elas em continência — de respeito, se laboriosas; de compaixão, se prostituídas. A minha missão não é apedrejar; que o faça quem não tiver culpas». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:90. «A Caridade não se queixa e tudo sofre. Se algumas vezes sucede sairmos do tugúrio a murmurar baixinho um “ai que és tão pobre!”, quantas vezes não sucede sairmos do palácio a dizer: “ai que és tão miserável!” - indo igualmente para uns e para outros, por motivos diferentes, a nossa compaixão». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:33. «A viuvez mai-la orfanidade são os mais belos títulos de compaixão com que mulheres e crianças se podem apresentar no mundo, diante dos nossos corações . A Igreja ensina ser um pecado que brada aos Céus a opressão dos órfãos e das viúvas pobres; os Apóstolos que ouviram, em primeira mão, as palavras do Mestre, diziam a toda a gente que não é religioso quem não cuida daqueles e destas; e o maior de todos, Paulo de Tarso, declara ser mais feliz a viúva que assim permanecer, talo respeito e a dignidade que nós lhe devemos». – AGUIAR, 1:286.

³⁹¹ Isabel dos Guimarães SÁ e Maria Antónia ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008), 84.

³⁹² A única exceção é a referência que Américo Monteiro de Aguiar faz à «Beneficência Portuguesa», instituição assistencial existente em território brasileiro (que ele visitou e onde teve oportunidade de participar, entre 25 e 30 de julho de 1949, na “II Semana de Estudos do Problema de Menores” – cf. Américo Monteiro de AGUIAR, «Carta do Brasil», *O Gaiato*, Ano VI, n. 143 (20 de agosto de 1949): 2.) e que ele chega a considerar «(...) uma doença no coração dos portugueses», alegrando-se com a sua proliferação em várias cidades brasileiras: «Rio, S. Paulo, Campinas, Santos; lá estão elas queridas e distinguidas e governadas com

que são alvo de uma forte crítica, principalmente no que respeita à questão do seu financiamento:

«A maior parte das obras de beneficência costuma viver da desmarcada solicitude do que se há-de comer e do que se há-de vestir amanhã, medindo o limite da sua acção benfazeja pelos rendimentos em cofre. Erro. O capital tem sua missão determinada; dentro das obras pias, ele é uma absoluta anomalia. As obras que vivem dos seus rendimentos, à maneira de qualquer burguês, estão naturalmente sujeitas às mesmas vicissitudes que eles passam: ‘vem a traça, vêm os ladrões!’»³⁹³.

«Porque ruíram tantas sociedades de beneficência, tantas obras sociais e até algumas ordens religiosas? Porque lhes faltou a seiva divina que mantém a pujança da árvore da caridade e lhe permite dar frutos de vida eterna»³⁹⁴.

Ainda relacionadas com o termo “beneficência”, são igualmente dignas de registo as referências (em tom profundamente crítico) às «festas do suposto bem-fazer»³⁹⁵, uma das marcas distintivas da “caridade” da época³⁹⁶:

«Mais mil escudos deixados no Depósito, produto de uma quete silenciosa, feita entre professores e alunos de um liceu do Porto, a favor dos que precisam. Assim está certo. Assim gosto. Festas de beneficência, não. Os jornais deram a notícia de uma, a marcar o início da temporada em uma das nossas praias, aonde se reuniu, segundo os mesmos jornais, o que de melhor tem a sociedade. Era manhã fora,

muito carinho». – Américo Monteiro de AGUIAR, «Mais notícias do Brasil», *O Gaiato*, Ano VI, n. 143 (20 de agosto de 1949): 3. Vide também, sobre o mesmo tema: Américo Monteiro de AGUIAR, «Carta do Brasil», *O Gaiato*, Ano VI, n. 150 (20 de novembro de 1949): 1-2.

³⁹³ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:14.

³⁹⁴ Américo Monteiro de AGUIAR, «Aqui Lisboa», *O Gaiato*, Ano IX, n. 216 (6 de julho de 1952): 2. Esta será, porventura, uma referência às Misericórdias e à difícil situação económico-financeira vivido por estas instituições, particularmente a partir de meados do séc. XIX e que, «depois de 1914-16 (...) se tornou aflitiva» (SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 99.) que as levou a serem «inventivas na angariação de receitas», imaginação que dá lugar a «novas formas de financiamento, como as subscrições logo em meados do século e, mais tarde, bailes, espectáculos, quermesses, saraus, exposições, etc». – SÁ e ARAÚJO, 92.

³⁹⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4: 316-317.

³⁹⁶ «Face a situações de catástrofe, nomeadamente natural, a sociedade oitocentista europeia adquiriu o hábito de criar bolsas de auxílio financeiro às vítimas, fossem elas nacionais ou estrangeiras. Esta nova forma de assistência consistiu, quase invariavelmente, na realização de iniciativas suficientemente atractivas para gerar receitas. Quental refere alguns dos eventos mais frequentes: subscrições, concertos, bailes, bazares e quermesses, mas também representações teatrais, saraus, festivais e publicações especiais. Com afinidades sociais, profissionais, etárias, entre outras, os grupos formavam-se, com ou sem comissão promotora, e o roteiro das actividades, dos convidados, das atracções ia-se traçando. A publicidade na imprensa fazia o resto e as populações acorriam». – PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 832.

e ainda ali se divertiam a bem dos que precisam. Que a *do feixe da lenha* jamais venha a saber de tais divertimentos!»³⁹⁷.

Querendo igualmente comentar alguma “tentação economicista” de certas iniciativas assistenciais eclesiais, as suas palavras são igualmente duras:

«Vinha a dizer nos jornais que, algures, falecera um homenzinho que deixou cem mil contos a obras chamadas de beneficência. Que desgraça! Diziam os jornais que ele fora um grande industrial. Outra desgraça! Mas há pior. O mal que fazem estas bateladas a Obras que têm de viver da Pobreza. Fazem mal e dão mau nome. O dinheiro é peste. A Igreja não precisa destes dinheiros. Não são d’Ela. Deviam ter sido repartidos por aqueles a quem eram devidos. Assim é que está certo»³⁹⁸.

Já no que concerne ao termo “solidariedade”, julgamos ser sintomáticos quer a ausência de qualquer espécie de correlação conceptual com aquele que era o entendimento coetâneo do termo (marcado por uma visão unicamente “horizontal” e igualmente “laica”, rejeitando qualquer referência sobrenatural, muito à imagem do ideal fraternal emanado da Revolução Francesa³⁹⁹) quer o facto de ser este termo aqui utilizado para descrever uma atitude que, tendo como sujeitos os próprios pobres, parece adquirir e revelar o seu pleroma: «*Fiadores da riqueza das nações, esta gente nobre dá o sangue sem discutir; e do seu pouquinho, procura remediar quem nada tem*»⁴⁰⁰. Eis como o “Pai dos Pobres” nos descreve o que ele intui ser a “Solidariedade dos Pobres”:

«Há dias, assomei à Estação Nova, casualmente em maré de grande angústia: Certa mulher do povo, com dois gémeos ao colo, queria ir para Lisboa ao encontro do marido e não tinha o dinheiro da passagem. Os carregadores rodearam-me: – Acuda à Pobre. Deixei a importância do bilhete nas mãos do porteiro (o comboio partia de madrugada) e retirei-me, à vista de olhos húmidos de

³⁹⁷ Américo Monteiro de AGUIAR, «Do que nós necessitamos», *O Gaiato*, Ano V, n. 118 (17 de setembro de 1948): 3.

³⁹⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:213-14. A título de curiosidade, tome-se atenção na forma como um padre da Obra da Rua (Padre Adriano), se refere à dita Obra e ao seu “não enquadramento/reconhecimento” nas “obras de beneficência da Igreja”: «Ao terminar a via dolorosa dos peditórios pelas termas e praias, aqui fica o meu “muito obrigado” a quantos nos receberam. Hotéis de graça, portas abertas, igrejas francas, e muita atenção às vozes das ruas. Esta voz não chega ainda a toda a parte. Ainda assim João Bosco mais infeliz. “O Gaiato” não consta ainda da lista dos jornais católicos, nem a Obra da Rua está incluída nas obras de beneficência da Igreja. Quem ler o Anuário Católico é o que verifica. Assim é melhor: a Obra é de todos». – Padre ADRIANO, «Mirante de Coimbra», *O Gaiato*, Ano IV, n. 94 (10 de abril de 1947): 3.

³⁹⁹ Avelino de Freitas de MENESES, «Sobre História da Solidariedade», *Arquipélago – História*, 2.ª série, VII (2003): 307-11.

⁴⁰⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:248.

compaixão. Homens que por nada espancam suas mulheres, choram com pena doutras! De manhã cedo, no dia seguinte, calhou-me passar ali. Os mesmos homens de ontem, muito gratos e muito alegres, comunicam que passara um carro para Lisboa onde a mulher foi por esmola: “Tome o dinheiro”, disseram. “Guarde para outra necessidade”. “Guarde” – honestidade. Podiam ter ficado com ele. “Para outra necessidade” – amor do próximo. Bem podiam eles ter pensado em si mesmos: os outros que se governem; mas não. Ai!, fôssemos nós bons, que o Mundo sê-lo-ia também! (...) Guarde, senhor padre, para outra necessidade. A solidariedade do Pobre!»⁴⁰¹.

Convirá aqui salientar que esta é uma distinção que, não sendo de modo nenhum exclusiva nem original de Américo Monteiro de Aguiar, antes se insere num exercício hermenêutico-conceptual partilhado por outros autores-agentes implicados no debate sobre as mesmas questões (e no combate da mesma realidade da pobreza):

«Ao longo de Oitocentos, e como herança da transformação do quadro de pensamento e mentalidades operada pelas Luzes, o sentimento ancestral da caridade assume novas formas que se afastam da piedade tradicional e da comoção religiosa profunda. Esta nova caridade assume-se “cívica e secular”, nas palavras de Antero, isto é, reivindica preceitos distintos dos evangélicos, assenta em novos valores e deveres – a Humanidade e a Fraternidade – cujo cumprimento induz à prática da Solidariedade e da Filantropia. Como explica Geremeck, o humanitarismo e o movimento filantrópico apoiam a beneficência em princípios laicos, operando uma certa laicização do mandamento do amor ao próximo, assistindo-se a uma espécie de interpenetração e adaptação recíproca dos dois modelos, o antigo e o novo»⁴⁰².

No mesmo sentido, poderemos afirmar que

«O surgimento da solidariedade como um discurso ritual ou ainda entrepondo-se na verificação e julgamento de valor, ciência e ideologia, práticas sociais e políticas públicas, consciência subjectiva e determinações objectivas, cujo domínio nos séculos XVIII e XIX no discurso político, se contrapõe com o termo caridade, interpretado como uma fraqueza do estado de um retorno do plano religioso»⁴⁰³.

⁴⁰¹ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 23.

⁴⁰² PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 831-32.

⁴⁰³ DUARTE, «Da caridade à solidariedade. As controvérsias públicas na construção do espaço comum – Configurações da mobilização política.», 3.

Para o caso aqui em apreço, e na linha dos resultados da investigação levada a cabo por Helena Ribeiro de Castro⁴⁰⁴, sublinhem-se aqui as palavras de Teresa de Saldanha, demonstrativas do mal-estar que à época se sentia entre alguns membros da Igreja católica diante desse «*espírito diferente*» da verdadeira caridade cristã por eles defendida – o espírito da «*quermesse*», das «*barracas*» e do «*bazar*», uma reação em tudo semelhante àquela de que também é protagonista Américo Monteiro de Aguiar⁴⁰⁵. Numa Carta de Teresa de Saldanha a sua mãe, datada de 18 de maio de 1884, a autora da dita confessa: «*Estou como a mamã sem pachorra para a quermesse. (...) um espírito diferente do nosso, os nomes das barracas, tudo acho filantropia pura*»⁴⁰⁶. E, do mesmo modo, numa outra carta datada do dia seguinte à anterior:

«Vê-se agora tanta coisa que ataca os nervos. O tal bazar nos jardins do Conde de Burnay, presidindo a Princesa, a favor do hospital das crianças, também acho uma coisa que encanita. Li um artigo no *Ilustrado*, escrito pela [Guiomar] Torresão, elogiando a C[ondessa] de Ficalho, a sua caridade, faz a descrição do hospital, etc. Filantropia e não caridade»⁴⁰⁷.

E, se entre (estas) mulheres⁴⁰⁸ católicas a questão se colocava, sobretudo, ao nível das práticas, entre os homens era o debate de ideias igualmente “aceso”.

⁴⁰⁴ Helena Ribeiro de CASTRO, «Teresa de Saldanha: um projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI» (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências, 2007), [em linha: <<http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1/342059.PDF>>]; Helena Ribeiro de CASTRO, *Teresa de Saldanha – A obra sócio-educativa* (Editorial Cáritas, 2012). Também sobre a mesma figura, e mais concentrada na dimensão religiosa do seu testemunho, ver Rita Maria do nascimento L. NICOLAU, *Teresa de Saldanha. Uma vivência cristã no feminino* ([s.l.]: Universidade Católica Portuguesa, 1996).

⁴⁰⁵ Sendo possível citar vários exemplos disto mesmo (como demonstram alguns dos textos de Padre Américo presentes neste estudo), atente-se neste, cuja clareza descritiva e particular assertividade cremos justificar o que designaríamos como “exemplares” do que aqui se pretende ilustrar: «No Natal deste ano, eu tinha ido ao Porto. Na Praça da Liberdade havia alguns automóveis em exposição e com largos dizeres. Eram prémios de rifas e estas vendidas por homens e rapazes dos jornais. Um deles planta-se à minha frente e, sem me pedir que lhe compre, declara: “Se V. também fizesse uma rifa, isso é que a gente vendia bilhetes!” E depois de me ter dado grande e apertado abraço, o rapaz das rifas retira-se para me repetir lá de longe: “Isso é que a gente havia de vender!” O rapaz da rua ligou bem as ideias. Ele é do Porto. No Porto sabe-se da minha vida. Eu sou o cartaz: “Isso é que a gente vendia bem!” Mas o que ele não sabe, nem pode saber pela sua idade e formação, o que a grande massa ignora é esta verdade escondida: se usássemos meios profanos, era pouco e era tirado. Assim, é muito o que recebemos e é tudo dado. Na verdade, nós não fazemos rifas. Não jogamos na lotaria. Não promovemos nem aceitamos o produto de caldos verdes, de ceias à americana, de arraiais minhotos, de tómbolas e verbenas, de chás e reuniões distintas. Não usamos leilões. Não queremos cortejos. Nós somos do Sermão da Montanha e está tudo dito». – AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:207.

⁴⁰⁶ Carta citada em CASTRO, «Caridade e filantropia: duas visões de justiça», 26.

⁴⁰⁷ Também citada em CASTRO, 26.

⁴⁰⁸ Alargando o espectro (cronológico e tipológico) do “rosto feminino” da caridade em Portugal, veja-se Isabel dos Guimarães SÁ, «Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em

Como exemplo ilustrativo, a autora do estudo cita o nome do «irmão mais novo de Teresa, José de Saldanha», para quem, questionado fosse sobre a distinção entre caridade e filantropia, era clara e única a resposta possível: «a caridade tem sobre a filantropia uma superioridade incontestável»⁴⁰⁹. Demonstrando o relevante papel que esta figura desempenhou no debate aqui em causa, Helena Ribeiro de Castro refere:

«No texto que escreveu em 1891, a pedido da Comissão Central do 2.º Congresso Católico da Província Eclesiástica de Braga, em defesa da liberdade de associação religiosa em Portugal (Saldanha 1891), D. José de Saldanha discute amplamente esta questão. Explanando o seu pensamento sobre a ineficácia dos meios pensados fora de uma conceção cristã para melhorar a sorte dos mais pobres, o autor alega que foi o Cristianismo que veio transformar o dever abstrato da assistência, palavra que associa a filantropia, num ato essencial da primeira das virtudes cristãs, a caridade. Por outras palavras, ao acrescentar à filantropia, movida por considerações morais e humanas, a motivação cristã, o amor de Deus, o homem caritativo dispõe-se a uma dedicação que não recusa sacrifícios em prol do bem do outro, amado por Deus»⁴¹⁰.

Clarificando e aprofundando, a mesma autora defende que

«A caridade é, nas palavras deste autor, fruto “de um amor terno e compadecido para com todos os que sofrem; de uma necessidade imperiosa de consolar todos aqueles que choram” (...) numa alusão a Rm 12, 15. (...) [Por isso,] Aquele que pratica a caridade tem de ser humilde, enquanto emprega todos os seus recursos na luta pela justiça, “atacando a miséria na sua origem”»⁴¹¹.

Digno ainda do nosso destaque é o inciso feito por José de Saldanha, igualmente sublinhado pela autora do estudo aqui em presença, referente à sua insistência na

«(...) necessidade de diminuir a distância entre as classes sociais, reclamando que era urgente “aproximar o pobre do rico, e este daquele” (Saldanha 1891, p. 67). É opinião de D. José de Saldanha que o exercício da caridade requer uma constante criatividade: ela tem de ser, em cada dia, “mais inventiva, mais ativa,

Portugal e nas Colónias (séculos XVI-XVIII)», em *Congresso Internacional: «O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa»* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994), 329-37, [em linha: «<http://hdl.handle.net/1822/38898>»].

⁴⁰⁹ Apud CASTRO, «Caridade e filantropia: duas visões de justiça», 26.

⁴¹⁰ CASTRO, 27.

⁴¹¹ CASTRO, 28.

mais inteligente, para prevenir a miséria [...] e para enxugar lágrimas, para dar esmola, em toda a extensão da palavra” (Saldanha 1891, p. 59). Praticava-se à luz do dia mas, muitas vezes, de forma escondida, para melhor trabalhar, entrando discretamente na casa do necessitado sem expor publicamente o seu estado de debilidade»⁴¹².

Por isso mesmo é que, para José de Saldanha (como para todos os que partilham desta visão por ele descrita, como é o caso de «*Um outro membro desta família, D. António da Costa, diria que a filantropia ou beneficência provinha de um “instinto natural”, enquanto a caridade constituía “uma virtude”*»⁴¹³),

«(...)”a beneficência praticada à distância, fora das vistas de quem a pratica, não pode deixar de ser superficial”; “quem visita o indigente [...] fica conhecendo o indigente, e as mais pessoas da família, quando as há. Toma interesse pela gente com quem fala, toma-lhe amizade, e assim conseguirá também ser considerado como amigo” (...). Relação de amizade, mais do que de benfeitor-beneficiado»⁴¹⁴.

Um derradeiro elemento do pensamento de José de Saldanha merece ser aqui sublinhado, precisamente porque demonstrativo do seu “realismo” (tantas vezes erradamente considerado impeditivo à prossecução de ideais tidos como “utópicos”, particularmente no que à luta contra a pobreza diz respeito). Fazendo eco de um debate (teórico e prático) já longo, respeitante à questão dos “falsos e verdadeiros pobres”⁴¹⁵ e, à (não) oportunidade e (in) validade da esmola que lhes seria *por caridade* (e de justiça) conceder, José de Saldanha não deixa de alertar:

⁴¹² CASTRO, 28.

⁴¹³ Apud CASTRO, 27.

⁴¹⁴ CASTRO, 29.

⁴¹⁵ Laurinda Abreu identifica a “Lei das Sesmarias” (da autoria de D. Fernando I, promulgada a 28 de maio de 1375) como «o primeiro diploma que sistematiza e organiza as medidas contra a mendicidade não autorizada(...)». – ABREU, «Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades», 27. Assim, «Em Portugal, as disposições legislativas tendentes à eliminação da falsa mendicidade e da vadiagem, tiveram início ainda na Idade Média e prosseguiram ao longo da Idade Moderna. Sofreram no entanto um maior impulso com a política pombalina de reforço do poder estatal, cuja medida mais significativa nesta matéria consistiu na criação da Intendência Geral da Polícia, por alvará de 25 de Junho de 1760. Esta instituição seguia o exemplo das “cortes mais polidas da Europa” e inspirava-se particularmente no modelo francês. Tinha como objectivo prioritário a garantia da “paz pública”, da qual fazia parte o combate à ociosidade e ao banditismo». – Teresa FONSECA, «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833). A resposta dos poderes periféricos», em *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)* (Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011), 129. Por sua vez, resumindo o essencial do que se debatia ao longo do século XIX, Alexandra Esteves conclui: «A distinção entre os verdadeiros e os falsos pobres passava pela averiguação da existência, ou não, de circunstâncias que impossibilitassem o indivíduo de trabalhar. (...) As pessoas que fossem consideradas capazes de garantir a sua subsistência, sem recorrer à esmola, deviam ser competidas ao trabalho e, conseqüentemente, desviadas da ociosidade e do vício. Este procedimento estava, aliás,

«A caridade na prática também exige precauções [...] e entre estas uma das principais é a seguinte: a esmola dada ao homem sadio, e robusto, que pode trabalhar e que encontra trabalho, e que não trabalha porque não quer, não é caridade, ou é caridade mal entendida. [...] Um socorro dado imprudentemente pode, por efeito da fraca vantagem de um alívio passageiro, aumentar para o futuro a miséria e multiplicar os males, que deseja curar»⁴¹⁶.

Regressando à questão da distinção entre caridade e filantropia que aqui nos ocupa, note-se que também já entre o clero coetâneo se erguiam algumas vozes contra este modo de dizer, estar e de proceder da caridade. Exemplo igualmente relatado por Helena Ribeiro de Castro é o do Padre António Cordeiro, que «*No elogio fúnebre da mãe de Teresa de Saldanha, a Condessa de Rio Maior*», foi nestes termos que explicou e sublinhou devidamente a diferença que existe entre “filantropia” e “caridade”:

«Quando me ouvís, senhores, falar da caridade da ilustre finada, não julgueis que entendo falar desse afecto puramente natural, a que [se] chama filantropia (...) que nascendo da terra e na terra, aí enraíza e rasteja quase sempre sem viço nem louçania. Não, senhores, a caridade de que vou falar-vos é planta do céu, onde lançou as primeiras raízes, donde aspira a seiva, a formosura e todo o mimo que tem, e para onde eleva sua dourada e verdejante copa» (Cordeiro 1890)⁴¹⁷.

Para concluir, a autora do estudo aqui seguido aponta algo de essencial a reter, quer no plano conceptual, quer no da vertente prática a que o conceito aponta. Assim, e quanto ao primeiro, «*Reforça-se, aqui, o carácter “puramente natural” da filantropia, versus o entendimento de “caridade” como “planta do céu”*»⁴¹⁸, que mais não é do que uma outra forma de dizer que, para estes autores (como para Américo Monteiro de Aguiar) as raízes do conceito de caridade são necessariamente bíblicas e teológicas, como anteriormente tivemos já oportunidade de sublinhar.

em consonância com o modo de vida preconizado pela burguesia oitocentista, assente na valorização do trabalho, da ordem e do mérito». – ESTEVES, «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos», 118-19. Já no contexto do séc. XX, e num horizonte cronológico que nos é mais relevante para o presente estudo, de acordo com Irene Flunser Pimentel: «Ao definir os que deveriam beneficiar da assistência pública, o Estado Novo estabeleceu uma autêntica tabela classificativa de “maus” – ou “parasitas sociais” – e de “bons” pobres, a única categoria passível de ser apoiada e na qual se incluíam muitas mulheres, nomeadamente as mães solteiras, as esposas e as crianças abandonadas, “quando os chefes se deixam arrastar por paixões ou quando houve divórcio”». – Irene Flunser PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», *Análise Social*, XXXIV, n. 151-152 n. 151-152 (1999): 482.

⁴¹⁶ CASTRO, «Caridade e filantropia: duas visões de justiça», 28.

⁴¹⁷ CASTRO, 26.

⁴¹⁸ CASTRO, 26.

Já no que alude à dimensão e vivência prática da caridade (cristã), são dignas de registo as seguintes palavras:

«(...) no entendimento dos autores destas afirmações, a *caridade* supunha uma atitude de prática pessoal, sem intenção de reconhecimento, ou mesmo, evitando-o; a filantropia, sendo igualmente motivada pelo desejo de fazer o bem, era praticada por pessoas que se mantinham afastadas do lugar onde se viviam as necessidades que socorriam, deixando o seu nome associado às obras praticadas»⁴¹⁹.

Por outro lado, e adotando um horizonte de análise muito diferente dos anteriores, cremos também que importa referir aqui, ainda que brevemente, o debate levado a cabo no seio dos jornais⁴²⁰ e correlativas publicações – nomeadamente os «*números-únicos*»⁴²¹ – espaços também eles de afirmação e divulgação doutrinal, e simultaneamente objetos que, na sua materialidade, eram em si mesmos exemplo estratégico da benemerência então praticada⁴²² (como é o caso particular dos citados opúsculos).

Assim, é interessante sublinhar que, da análise de três exemplos dessas publicações «*produzidas por grupos profissionais distintos, assim como de diversa proveniência geográfica: Entre Irmãos (Évora), Portugal-Hespanha (Porto) e*

⁴¹⁹ CASTRO, 27.

⁴²⁰ Merecem aqui destaque os estudos: João Francisco de Almeida POLICARPO, *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*, vol. 1 (Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977); João Francisco de Almeida POLICARPO, «O “bom operário”. Estudo de uma mentalidade», *Revista História das Ideias*, 2 (1978-1979): 53-117; Paulo SAMUEL, «Pensamento Social Católico. A Vanguarda Portuense e O Grito do Povo», em *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, vol. II, (Porto/Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão – Universidade Católica Portuguesa; Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras do Porto, 2002), 301-44.

⁴²¹ «Um dos expedientes mais frequentes na segunda metade de Oitocentos para reunir fundos de beneficência era a publicação de opúsculos, designados “números-únicos”, cujas receitas de venda revertiam para a causa eleita; por vezes, publicitavam espectáculos e outras acções com o mesmo fim, contribuindo para aumentar o montante do óbolo». – PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 833.

⁴²² Merece aqui referência o estudo de Maria do Rosário MACHADO, «Bento Carqueja e o movimento de beneficência e filantropia de finais do século XIX», em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES ([Braga]: CITCEM, 2010), 223-56, [em linha: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22934/1/pobreza%20e%20assistencia.pdf>>], que demonstra, precisamente, «(...) o papel de Bento Carqueja [e do seu jornal O Comércio do Porto] na dinamização do movimento associativo da cidade do Porto, em finais de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX» (p. 223), ele que foi o promotor de «expressivas (...) iniciativas assistenciais (...) no quadro do incremento do movimento de beneficência privada, ocorrido (...) em paralelo ao reforço da acção caritativa empreendida por outros organismos e entidades, nomeadamente a Igreja» (p. 227).

Península (*Lisboa*)⁴²³» foi possível a Maria da Conceição Meireles Pereira retirar interessantes conclusões:

1. Em *Entre Irmãos* (Évora, 1885)⁴²⁴, foram publicados 54 textos em prosa e 10 em verso, nos quais se faz

«a apologia da Caridade na sua asserção de virtude cristã. Esta é, aliás, a tónica dominante da publicação (...). O conceito toma, quase sempre, a acepção da suprema virtude cristã, aliada à fé e à esperança, mas superior a elas; a sua prática é um dever, um serviço a Deus, que portanto beneficia mais quem a exerce do que quem a recebe. (...) o auxílio aos desvalidos e sofredores é entendido como uma obrigação cristã, uma prática de gente temente a Deus, em certos textos o sentimento e a atitude caritativos associam-se a um ideário que se afirma moderno, afirmando-se como o cumprimento do “que hoje se reputa um dever de fraternidade humana”. Refira-se, todavia, que esta menção ao conceito de fraternidade não se repete, e os de “humanidade” e “filantropia” estão presentes em pouco mais do que meia dúzia de textos. O primeiro tende a assumir uma ressonância religiosa, ora explicitamente cristã, ora vagamente deísta, mas quase sempre aliado à ideia de caridade»⁴²⁵.

Assim, e mais concretamente no que toca ao conceito de filantropia, sublinha-se a ocorrência de dois textos «*que confirmam a sua natureza secular e cívica, necessariamente diferente da caridade entendida como virtude cristã*»⁴²⁶. Num deles, sublinha-se claramente a superioridade da caridade, que é aqui «*inequivocamente vista como uma demonstração de amor a Deus: “A caridade e a filantropia formam na moral dois polos opostos. A primeira tem os seus motivos no céu”⁴²⁷, e a segunda na terra. Praticae a caridade e servireis a Deus*»⁴²⁸.

⁴²³ PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 833. Ver igualmente, sob a mesma perspetiva e respeitante a um outro exemplo deste tipo de iniciativas/relatos: Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da SILVA, «A epidemia de febre amarela de 1857 e “O Português”», *Cultura : revista de história e teoria das ideias*, 2.ª série, XIII (2000-2001): 55-81.

⁴²⁴ « (...) opúsculo (...) publicado em Fevereiro de 1885 por uma associação teatral – a Sociedade de Amadores Dramáticos Eborense – e, como explicava na capa, era “destinado a socorrer as victimas dos terramotos em Hespanha”». – PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 833.

⁴²⁵ PEREIRA, 833-34.

⁴²⁶ PEREIRA, 834.

⁴²⁷ Curiosamente, encontramos a mesma ideia, formulada de forma exatamente igual por Américo Monteiro de Aguiar: “A caridade vem do céu”. – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:140.

⁴²⁸ PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 834.

2. Em *Portugal-Hespanha* (Porto, 1885), publicação que é fruto da «*iniciativa dos Alunos da Academia Portuense de Belas-Artes e por eles profusamente ilustrado*», a autora do artigo sublinha que

«O conceito de caridade é referido em quase um terço dos textos (...). Se em alguns casos essa virtude é vista como uma “irradiação de Deus”, noutras ela aparece como o sentimento de amor para com o próximo, a manifestação de uma amizade fraterna»⁴²⁹.

Especialmente interessante é o texto de Alves Mendes, que, no seu «*ecletismo optimista e quase enciclopédico (...) mescla a noção de caridade cristã com ciência, fraternidade, liberdade, beneficência e solidariedade humanas*». Em síntese, de acordo com Maria da Conceição Meireles Pereira:

«No mundo do telégrafo, dos rails, da electricidade e do vapor, o autor entrevê o testemunho da “vera e visível unidade do género humano sob a invisível e vera unidade de Deus”. Por isso acredita que as conquistas da civilização crescem a par com as da crença: “Augmenta a liberdade e aumenta a fraternidade. Multiplica-se a sciencia e multiplica-se a beneficência. Triunfa a solidariedade no progresso e triunfa a solidariedade na desgraça”. Em suma, o homem sai divinizado “pela mais explosiva e santa das paixões – a paixão da Caridade”»⁴³⁰.

Outro interessante exemplo deste “sincretismo” é a expressão, da pena do Visconde de Benalcanfor, para quem «*a lei da caridade e do amor é a electricidade moral que domina o nosso tempo*», como que a promover uma total simbiose linguístico-noética entre dois níveis de discurso (científico e moral) tão díspares e distantes, particularmente na época em questão. Digno igualmente de nota é ainda o recurso a frases curtas e quase “axiomáticas”, adotado por alguns autores, para descrever e ou definir os termos “caridade” e “filantropia”, como o caso de Guerra Junqueiro, que também neste mesmo opúsculo assim se exprimiu acerca deste tópico: «*A miséria é o lapso; a caridade a errata*»⁴³¹. Finalmente, uma palavra para os textos de Sampaio Bruno, conjugando «*os ensinamentos genuinamente*

⁴²⁹ PEREIRA, 834. Digno de realce é o elenco dos nomes dos respetivos colaboradores: entre os “artistas”, contam-se os de «Marques de Oliveira, J. J. e A. Teixeira Lopes, Francisco José de Resende, Tomás Costa, Rafael Bordalo Pinheiro, Sebastião Sanhudo, Molarinho», ao passo que, entre os literatos, «(...) que integrava um leque distinto de políticos, escritores, jornalistas, professores, eclesiásticos», sobressaem os nomes de (entre outros): Conde de Samodães, Alexandre Braga, António Feijó, Simões Dias, Alves Mateus, Trindade Coelho, Pereira Caídas, Emídio de Oliveira, Guerra Junqueiro, Sampaio Bruno, João Chagas, António Nobre, Queirós Veloso, Visconde de Benaicanfor, Sena Freitas”. – PEREIRA, 835.

⁴³⁰ PEREIRA, «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)», 835.

⁴³¹ Apud PEREIRA, 836.

cristãos e as máximas da filosofia moderna», exercício que redundava na afirmação da superioridade do «*sentimento filantrópico*» em relação às «*triviais “caridade ou beneficência”*»⁴³². Assim, e em comparação com a anterior,

«esta publicação portuense espelha alguma diversidade de opiniões face à questão central em análise, isto é, caridade *versus* filantropia, considerando que a conceitos diferentes correspondem motivações diferentes ou, mais complexo ainda, a distinção entre os conceitos e respectivos significados nem sempre é clara»⁴³³.

3. Nos 64 textos (em prosa e em verso) do opúsculo *Península* (Lisboa), alguns da autoria de «*Brito Aranha, Eduardo Coelho, P. J. Conceição, Silva Pereira, Teófilo Braga, Nobre França*», tendo a sua origem «(...) *por ocasião do bazar-quermesse promovido pela associação dos jornalistas e escritores portugueses (...)*»⁴³⁴, da análise da autora do estudo que aqui estamos a seguir ressalta a ideia de que

«O conceito de caridade ocorre em cerca de metade dos textos e, em parte dos casos, o seu significado identifica-se com a virtude cristã tradicional. Nos restantes, ora se tenta precisar a sua natureza e orientar a sua prática, ora é associado a atitudes novas, ora ainda, mais raramente, a sua validade é contestada e, em consequência, proposta a sua substituição por novos valores. A orientação mais frequente sobre a prática desta atitude defende uma caridade “anónima” desinteressada, feita de simplicidade austera, sem ostentação, ufanias e especulação, enfim, “sem fausto e sem petulâncias audaciosas”; por outro lado, a caridade é “cosmopolita” já que as vítimas, mesmo que não falem a nossa língua, são nossos irmãos»⁴³⁵.

De registar é igualmente a ocorrência de expressões como «*mãe filantropia*» ou «*a caridade é mãe*», havendo igualmente outros autores para quem estes termos são sinónimo ora de hipocrisia (caridade) ora de egoísmo (filantropia), como no caso de Lúcio Fazenda⁴³⁶.

Como síntese desta sua análise (e que aqui adotamos inteiramente), a autora releva que

«A contestação dos valores fundamentais da civilização ocidental operada pelas Luzes e a consequente promoção da religião, moral e direito naturais, explicam a paulatina substituição da caridade tradicional pela filantropia justificada à luz

⁴³² PEREIRA, 836-37.

⁴³³ PEREIRA, 837.

⁴³⁴ PEREIRA, 838.

⁴³⁵ PEREIRA, 838.

⁴³⁶ Cf. PEREIRA, 838.

da utilidade pública. A nova ordem demoliberal de Oitocentos enquadra estes princípios e o positivismo republicano, muito concretamente no caso português, encarregar-se-á de reforçar os seus contornos. Todavia, nem ideologias nem sentimentos operam ou sofrem rupturas»⁴³⁷.

Assim,

«os dois modelos coexistem, interpenetram-se na maioria dos casos, e a utilização cumulativa dos conceitos é frequente, buscando, quiçá, um reforço de sentimento. (...) Malgrado esta adaptação recíproca dos dois modelos, é possível assinalar opções ideológicas que privilegiam os conceitos novos – filantropia, humanidade, fraternidade – em detrimento da tradicional caridade, traduzindo uma inequívoca intenção de secularização dos sentimentos e atitudes. Por outro lado, as fontes estudadas constataam a emergência de um conceito que, entretanto, e também paulatinamente, foi substituindo os restantes: solidariedade. Nos diversos campos – ideológico, filosófico, sociológico – este ganhou terreno, colocando-se como objecto de reflexão quer a nível das práticas sociais, quer das atitudes individuais»⁴³⁸.

Mesmo sem insistirmos num aprofundamento sistemático do conteúdo (noético e pragmático) destas afirmações, facilmente se constata a vivacidade do debate para o qual aqui se pretende aludir, debate em que Padre Américo, apesar de não participar de forma deliberada (o seu fito, como já aqui se disse, é outro), está indubitavelmente imerso.

Por conseguinte, todos estes dados nos parecem sobremaneira relevantes e dignos de consideração, e também a seu modo nos permitem enquadrar e compreender melhor o facto de, nos escritos de Padre Américo, a única utilização explícita dos termos “filantropia” e “benemerência” ser de teor e sentido crítico e constituir precisamente um ponto de partida distintivo diante da “caridade”. A este respeito, foquemos agora a nossa atenção na terminologia utilizada pelo fundador d’ *O Gaiato* para descrever (quase diríamos mesmo “conceptualizar”) a figura e missão do “Vicentino”, por quem nutre um muito particular apreço, texto que se nos apresenta como paradigmático de todo o seu pensar:

«O vicentino é um sofredor. Tem de ser um sofredor! Ou então... não passa de mero recoveiro de esmolas! (...) Sofre, porque sendo cristão e vendo no Pobre um irmão diante do Pai Celeste, não encontra nele, tantas vezes, mais do que um triste animal. (...) Portanto, o vicentino, quase sempre pobre de recursos e de

⁴³⁷ PEREIRA, 839.

⁴³⁸ PEREIRA, 839.

influência, está destinado a sofrer os males que vê e não tem na sua mão curar. Mas justamente porque é cristão e crê na Comunhão dos Santos, ele sabe que esta angústia é o maior bem que entrega ao seu Pobre. (...) o confrade de S. Vicente de Paulo não é o remendo de pano novo em pano velho, como o julgam os que, negando as realidades espirituais, quedam de braços caídos. Ele é o irmão doutro irmão; é o realizador do pensamento do Divino Mestre; é o que se dá a confortar as mágoas que Deus permite e cujo porquê não nos pertence conhecer; é o soldado, não da filantropia ou da benemerência, mas da Caridade, virtude composta de virtudes, que se define com a palavra Amor»⁴³⁹.

Na mesma perspetiva, mas com diferente “destinatário”, veja-se o que o mesmo Padre Américo refere quanto à coetânea “confusão” entre “caridade” e “misericórdia”:

«Fala-se muito de Misericórdia, mas a propósito de lotaria⁴⁴⁰ ou, quando muito, dos subsídios que lá se pedem e se dão; a Caridade, desde que a levaram a chás e salões elegantes, de envergonhada, escondeu-se ainda mais; o Amor, tratam-no demasiado em romances para poderem vê-lo os homens, puro, limpo e simples como ele é ao sair do Coração de Jesus. Assim andam, lado a lado, numa trágica mistura, a vã futilidade dos que vão na onda e o santo ardor dos que lutam com ela»⁴⁴¹.

Finalmente, é igualmente profunda a separação que Padre Américo estabelece entre as conceções republicana e cristã da “fraternidade”, nunca confundindo a segunda com a “caridade”. E, neste quadro, Américo Monteiro de Aguiar vai ainda mais longe, ao ponto de acusar tal visão (porque inspiradora de outras tantas práticas) de ser a principal responsável não só do “retrocesso moral” mas igualmente dos problemas sociais sentidos na sua época. Citando as palavras de um leitor d’ *O Barredo*, e fazendo suas «*todas e cada uma destas palavras [que] para não estragar, não coment[a]*»⁴⁴²:

⁴³⁹ AGUIAR, *O Barredo*, 114-114.

⁴⁴⁰ Curiosamente, Isabel dos Guimarães Sá assinala, num muito interessante texto onde reflete sobre o abandono (legal / institucionalizado) de crianças, que «Não é certamente um acaso que seja a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a gerir as lotarias nos nossos dias. A primeira lotaria foi criada oficialmente em 1783 e destinava-se a acudir as “urgentes necessidades” dos Hospitais Reais de Expostos e dos Enfermos», apesar de, mais tarde, «os fins das lotarias diversificam-se e elas passam a reverter para um sem número de instituições e causas sociais». – Isabel dos Guimarães Sá, «Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das Fontes Jurídicas», *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n. 8 (1992): 20-21.

⁴⁴¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:100-101.

⁴⁴² AGUIAR, *O Barredo*, 72.

«Pobres sempre os houve – disse Jesus Cristo. Mas isto não é Pobreza, é muito mais que isso, é a desgraça mais pungente e mais horrível, ao nosso lado, enquanto os nossos filhos vivem bem agasalhados do frio e da chuva, sob os tectos das nossas casas. Que venham ver todos esses Filósofos e esses Pensadores da Igualdade e da Fraternidade Humana, no que deram as suas doutrinas, ou por outra, que remédio trouxeram à Miséria, através de tanto progresso, de tanta luz, tanta ciência, tanta igualdade. Ah o pobre, o malfadado orgulho humano que não quer ver que a “ vaidade nunca enxugou uma lágrima enquanto toda a dor cabe à vontade e pode desafogar-se num simples Pai-Nosso”»⁴⁴³.

Em total contraponto, é nestes termos que ele nos descreve o que entende por “fraternidade”, o tal princípio que deve, também de acordo com a sua vontade, inspirar a “realização vital” das casas da sua Obra⁴⁴⁴:

«Nós somos todos uma grande Família, membros dum só Corpo. E assim como os membros do nosso sofrem por simpatia quando algum deles adocece, assim também, por compaixão, devemos nós sofrer quando algum de nossos Irmãos vive em dificuldades. Só a filosofia cristã sabe o significado profundo, transcendente e divino, da palavra fraternidade»⁴⁴⁵.

2.1.4. «O alicerce da Caridade é a Justiça»⁴⁴⁶

Vimos atrás que uma das características específicas do “conceito” de “caridade” no quadro do pensamento de Padre Américo se exprimia na exigência-desafio de denúncia que, na sua perspectiva, esta comportava. Contudo, devemos fazer aqui uma ressalva: para Américo Monteiro de Aguiar, só denunciar, não basta; o importante é agir. E a asseverar esta afirmação encontramos toda a história da sua Obra⁴⁴⁷ social. Por isso atrás se defendeu que só no quadro desta Caridade-ativa a sua obra-pensamento é compreensível. E, se ainda fosse necessário justificar esta afirmação, permita-se-nos citá-lo então, uma vez mais, para dizer, como ele, em «Resumo: dar de comer, dar de vestir, fazer justiça. Eis como se ama! E é este amor que falta ao mundo!»⁴⁴⁸. Por conseguinte, de modo a termos um panorama mais completo da compreensão do termo “caridade” no quadro do seu pensamento, será necessário apontar um outro elemento fundamental: a relação por ele esta-

⁴⁴³ AGUIAR, 71-72.

⁴⁴⁴ Cf. AGUIAR, *Normas de Vida dos Padres da Rua*, 33.

⁴⁴⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:45.

⁴⁴⁶ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:160.

⁴⁴⁷ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012.

⁴⁴⁸ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:111.

belecida entre este conceito e o de “justiça”. Atentemos nas seguintes palavras da sua autoria: «*Se hoje faltam muitas coisas dentro das nossas moradas, mesmo das de quem pode comprar, é porque falha a Justiça. Procura acima de tudo o Reino de Deus mai-la Sua Justiça e com ela terás tudo*»⁴⁴⁹; «*A caridade ficaria esvaziada de conteúdo concreto se não aparecesse mediada pela justiça*»⁴⁵⁰. Uma vez mais, devemos procurar e identificar na Tradição cristã os fundamentos e o horizonte hermenêutico a partir do qual Padre Américo parte à hora de estabelecer este nexo (tão radical e tão profundo) entre ambos os conceitos e realidades. E, consequentemente, dar-nos-emos conta de que é aos Padres da Igreja que Américo Monteiro de Aguiar vai buscar inspiração (consciente ou inconscientemente é questão a que não nos parece fácil dar resposta). Tal como eles, «*Intérpretes excepcionales de la Sagrada Escritura, que mantienen en sus manos permanentemente*»⁴⁵¹, também Américo Monteiro de Aguiar procura sublinhar e proclamar o seu «*sentido social profundo, demostrando que este aspecto, en su radicalidad, resulta inseparable del cristianismo*»⁴⁵². Assim, para Américo Monteiro de Aguiar como para os Padres da Igreja, «*los deberes de los ricos no consisten solo en el desapego del corazón, sino, fundamentalmente, en compartir sus bienes con quienes carecían de lo necesario no solo para subsistir sino, también, para desarrollar sus dotes personales*»⁴⁵³.

Compare-se este excerto com as palavras de Américo Monteiro de Aguiar:

«Os ricos, se quisessem, podiam, pela Caridade, conquistar o Céu em batalhas de flores, sem violência nem penitência-caminho dos pobres mortais. Quão fáceis não seria peregrinar na abundância, deixando cair migalhas no seio do próprio Cristo, escondido por detrás dos verdadeiros Pobres, a pedir do que é Seu para que o mérito seja todo de quem Misericórdia!»⁴⁵⁴.

E, de forma mais explícita no que concerne à relação caridade-justiça:

«No se trataba solo de ser generosos, sino justos y, en sus escritos, no dudaron en utilizar un lenguaje atrevido y exigente. Es decir, a medida que desarrollaban estructuras de asistencia para los más desprovistos y que se convertían progresivamente en los protectores y benefactores de los individuos y de las ciudades, los obispos exhortaban a sus fieles a poner sus riquezas personales al servicio de los necesitados de la Iglesia, pero sus argumentos, partiendo del Evangelio,

⁴⁴⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:17.

⁴⁵⁰ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 431.

⁴⁵¹ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 67.

⁴⁵² LABOA, 67.

⁴⁵³ LABOA, 67. Ver alguns textos ilustrativos desta afirmação no breve já citado estudo ALVES, «Caridade como experiência na Patrística».

⁴⁵⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:129.

trascienden las recomendaciones de la beneficencia y de la asistencia, y terminan elaborando una doctrina de la igualdad sustancial del genero humano y de sus derechos, basándose en la decisión del Creador de que todos los bienes de la tierra sean comunes»⁴⁵⁵.

Assim, e mais concretamente, S. Basílio Magno (330-379)⁴⁵⁶ é citado por Juan María Laboa como «*el más moderno de los Padres griegos*» e um autor que «*puso de manifesto, con frecuencia, el carácter social y comunitario de la doctrina evangélica sobre la propiedad y las riquezas*»⁴⁵⁷. Para além de ter fundado «*una especie de ciudad de la solidaridad, compuesta por diversas instituciones asistenciales a la que, del nombre de su autor, se la llamó Basíliades*»⁴⁵⁸, são suas as seguintes palavras, certamente inspiradoras (no conteúdo e na forma) de muitas de Padre Américo, aqui já citadas, retiradas, no caso presente, da sua *Homilia contra os ricos*⁴⁵⁹:

«Qué responderás al Juez, tú que revistes las paredes y dejas desnudo al hombre, tú que adornas a los caballos y no te dignas mirar a tu hermano cubierto de harapos, tú que dejas que se pudra el trigo y no alimentas al que se muere de estrechez? (...) ¿Quién es avaro? El que no se contenta con las cosas necesarias? ¿Quién es ladrón? El que quita lo suyo a los otros (...) ¿Con que hay que llamar ladrón al que desnuda al que va vestido, y habrá que dar otro nombre al que no viste a un desnudo, si lo puede hacer? Del hambriento es el pan que tú retienes; del que va desnudo es el manto que tú guardas en tus arcas; del descalzo, el calzado que en tu casa se pudre»⁴⁶⁰.

Grande amigo de Basílio mas adotando uma atitude/perspetiva diversa do mesmo problema, S. Gregório de Nazianzo (335-394) é autor de uma *Homilia sobre o amor aos pobres*⁴⁶¹, provavelmente proclamada em Cesareia no ano 373, texto e autor que merece igualmente uma especial referência. Atente-se no seguinte trecho dessa homilia:

⁴⁵⁵ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 67-68.

⁴⁵⁶ «Sus predicaciones contienen abundantes exhortaciones y numerosos ejemplos prácticos para incitar a todos los fieles a la caridad eficaz y a la virtud. Sobre todo durante la gran hambre del año 388, predicó de forma impresionante contra los usureros y los ricos indiferentes. El mismo organizó una olla popular, de la que podían participar todos, incluidos los extranjeros inmigrados, los paganos e incluso los incrédulos hijos de Israel». – Hans von CAMPENHAUSEN, *Los Padres de La Iglesia I. Padres Griegos*, trad. Serafin Fernandez (Madrid: Ediciones Cristiandad, 1974), 116-17.

⁴⁵⁷ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 68.

⁴⁵⁸ GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo*, 16.

⁴⁵⁹ Ver a transcrição (e tradução para castelhano) do texto completo em GONZÁLEZ FAUS, 20-23.

⁴⁶⁰ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 68-69.

⁴⁶¹ GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo*, 25-27.

«Abraza al afligido como al oro. Estrecha con tus brazos al enfermo como si de ello dependiera tu salud y la de tu mujer y tus hijos, de tus criados y de toda tu familia... No desprecies a esos que yacen tendidos como si no valieran nada. Considera quiénes son y descubrirás cuál es su dignidad: ellos nos representan la persona del Salvador. Así es: porque el Señor, por su bondad, les prestó su propia persona a fin de que por ella conmuevan a los que son duros de corazón y enemigos de los pobres. (...) ¡Poned, pues, medida a vuestras necesidades vitales! No penséis que todo es vuestro. Que haya también una parte para los pobres y amigos de Dios. Pues la verdad es que todo es de Dios, Padre universal. Y nosotros somos hermanos de un mismo linaje. Y los hermanos han de entrar por partes iguales en la herencia, si queremos ser justos»⁴⁶².

O pobre apresentado como “tesouro” precioso (e não como algo/alguém sem valor)⁴⁶³; o pobre como “representação” de Jesus Cristo; a exortação à parcimônia na gestão das necessidades; o desafio à partilha, assente na ideia do destino e usufruto universal dos bens; toda a criação definida como herança a preservar e a repartir “em partes iguais, porque justas”: eis alguns enunciados que, como já atrás referimos, estão igualmente na base do pensamento de Américo Monteiro de Aguiar...

Referência ainda mais relevante para a compreensão desta relação entre caridade e justiça é o pensamento e ação de S. João Crisóstomo (344/354-407), o «*mais radical de todos os padres da Igreja*»⁴⁶⁴ na luta contra a pobreza, um autor que, para além do epíteto de “boca d’ouro” (plenamente justificado pela elevadíssima qualidade teológica dos seus sermões⁴⁶⁵; são suas as expressões «*Não há nada mais frio do que um cristão que não salve os demais*» e «*Não digais que vos é impossível cuidar dos outros, o impossível é que não cuideis*»), foi também alguém que «*se distinguiu por su ardiente caridad*»⁴⁶⁶, nomeadamente a praticada no quadro do seu múnus episcopal enquanto bispo de Constantinopla, período em que

«(...) dedicó sus grandiosos ingresos a erigir hospitales y a socorrer a los pobres. Su preocupación en favor de los necesitados y los oprimidos y su interés por una más equitativa y justa participación de todos en las riquezas era tan intensa,

⁴⁶² GONZÁLEZ FAUS, 25-26.

⁴⁶³ Nesta mesma linha, repare-se nas palavras de Santo Ambrósio, citadas por LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 73.: «No desprecies al pobre, él te hace rico. No desdeñes al indigente, pues 'el pobre clamó y Dios le escuchó. No rechaces al necesitado: Cristo se hizo pobre siendo rico, pero se hizo pobre por ti, para hacerte rico con su pobreza. No te enorgullezcas por ser rico: Cristo envío sin dinero a sus discípulos».

⁴⁶⁴ GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo*, 16.

⁴⁶⁵ Alguns excertos ilustrativos de tal qualidade podem encontrar-se em GONZÁLEZ FAUS, 28-36.

⁴⁶⁶ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 71.

que con toda justicia se le puede dar el título de abogado de los pobres, ya que encontramos en casi todas sus homilias su ardiente defensa del derecho de los necesitados a la ayuda y al socorro, recordando a los ricos su deber de comunicación de cuanto se le ha concedido, y fustigando sin paliativos su falta de conciencia social, su lujo y despilfarro y sus injusticias sociales»⁴⁶⁷.

Santo Ambrósio de Milão (339-397), o mais importante dos “Padres Latinos”, por vezes apelidado de “Crisóstomo do Ocidente”⁴⁶⁸ e possuidor de uma perspectiva muito próxima da de Basílio (nomeadamente nos temas do destino universal dos bens e do bem comum), defende mesmo que são a justiça e a beneficência os fundamentos da própria sociedade. No seu *Sermão sobre o Salmo 11*, apresenta um elemento novo que merece o nosso destaque: a misericórdia como a “outra face” da justiça:

«La misericordia es parte de la justicia. De modo que si quieres dar misericordiosamente a los pobres no haces más que justicia, según aquello de la Escritura: “Distribuyó, dio a los pobres; su justicia permanece eternamente” (cf. Sal 111,9). (...) es justo que, si reivindicas para ti como privado algo de lo que es común a todo el género humano..., al menos repartas entre los pobres algo de ello, para que no niegues el alimento a los que participan del mismo derecho que tú»⁴⁶⁹.

Finalmente, haverá que citar o nome e obra de Santo Agostinho (354-430), autor que, na mesma linha de Sto. Ambrósio, «destaca el papel preeminente que corresponde a la justicia y a la caridad en el orden social y en la paz que es el orden humano por excelencia»⁴⁷⁰. No entanto, «Pese a su importancia en la tradición teológica, San Agustín no brilla particularmente como profeta de los pobres»⁴⁷¹. Ainda assim, parecem-nos merecedoras de referência as palavras do seu *Sermão 50*:

«(...) el oro y la plata pertenecen sólo a aquel que sabe usarlos. Incluso entre los mismos hombres, se dice que uno es digno de poseer algo cuando lo usa bien. Y es que quien no usa justamente no posee legítimamente. Y si alguien que no posee legítimamente, se proclama dueño de algo, no será ésta palabra de poseedor justo, sino injusticia de usurpador sinvergüenza»⁴⁷².

⁴⁶⁷ LABOA, 71-72.

⁴⁶⁸ GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo*, 49.

⁴⁶⁹ GONZÁLEZ FAUS, 58.

⁴⁷⁰ LABOA, *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*, 73.

⁴⁷¹ GONZÁLEZ FAUS, *Vicarios de Cristo*, 60.

⁴⁷² GONZÁLEZ FAUS, 60.

Analisadas sincreticamente, as afirmações citadas parecem querer significar e apontar:

1. que a caridade cristã, antes de ser uma expressão da benevolência do autor da dádiva na qual esta se concretiza, é resposta quer ao “mandamento de amor” de Jesus⁴⁷³ quer à exigência-apelo de justiça que a este é feito por parte da vítima que o interpela⁴⁷⁴;
2. que o problema da pobreza (a que a sua proposta de caridade pró-ativa pretende dar resposta) se cruza (e muitas vezes se identifica mesmo) com o da injustiça, gerada pela deficiente distribuição dos bens, em si mesmos destinados ao “bem comum” de todos;
3. que a Caridade assume, por conseguinte, uma dimensão política, não enquanto “estratégia” de longo prazo nem muito menos como “sistema”, mas antes e sempre como resposta atual e sempre atualizada, centrada e assente na condição cívico-política de cada um. Nas palavras de Américo Monteiro de Aguiar: «A Caridade não discute formas de governo, nem administrações de dinheiro nem questões de assistência nem critérios dos homens; ela vai direita à ferida como o tiro ao alvo e trata de curar, silenciosamente»⁴⁷⁵.

E é precisamente assim que «a justiça adquire um horizonte de plenitude na caridade»⁴⁷⁶: «Não suprimindo as exigências da justiça, o amor cristão genuíno interioriza-as até ao fundo do coração humano. A caridade cristã vem a ser a alma da justiça (Gl 5,6; Ef 4, 15; 1 Jo 3, 23)»⁴⁷⁷. Por isso se pode, para concluir, afirmar que

«a primeira forma de caridade é o exercício da justiça. A solidariedade identifica-se com toda a acção de denúncia das estruturas de pecado sempre presentes no nosso mundo e com o esforço por construir novas formas de convivência que respeitem a dignidade do homem e concorram para a sua libertação»⁴⁷⁸.

⁴⁷³ «Dado que Deus foi o primeiro a amar-nos, enviando o seu filho como vítima de expiação dos nossos pecados (1Jo, 4:10), o nosso amor não é apenas um mandamento, mas a resposta ao dom do amor que Deus nos ofereceu». – MONIZ, «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional», 43.

⁴⁷⁴ «Ao praticar a caridade, os cristãos, mais do que dar daquilo que é pertença de cada um, restituem ao outro aquilo que, porque membro da humanidade, é seu por direito». – ALVES, «Caridade como experiência na Patrística», 24.

⁴⁷⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:109.

⁴⁷⁶ MAIA, «Caridade e solidariedade social», 431.

⁴⁷⁷ MAIA, 432.

⁴⁷⁸ MAIA, 436.

Clarificado o “ambiente nocional” em que Américo Monteiro de Aguiar se inscreve, será agora mais fácil a compreensão de alguns trechos do seu discurso diretamente relacionados com o tema-conceito-problema da justiça, equacionado intimamente com o da caridade: «*A caridade não supre a justiça*»⁴⁷⁹; ela «*não se irrita e folga com a Justiça*»⁴⁸⁰. E, de forma mais extensiva, «*Ele há muita gente que tem medo da palavra justiça. Gosta-se mais de ouvir falar em caridade. Mas não, aquela é que é a base do Amor. Onde reinar o espírito de justiça, há necessariamente o verdadeiro amor*»⁴⁸¹; «*(...) a caridade é bem ordenada; caminha a par, sim, mas não tira a vez à Justiça. De que vale matar a fome, se fica a imoralidade de pé?! Ora aí tens*»⁴⁸².

Como facilmente se constata, a justiça, para Padre Américo, não é um termo exclusivamente “jurídico”, circunscrito unicamente à realidade dos tribunais e seus processos; ela é antes o próprio “rostro”, social e histórico, da Caridade; é sinal e expressão do amor pelos direitos do homem; é reflexo da paixão de os afirmar e defender, na mesma medida em que a Caridade é essencialmente expressão de um amor efetivo pelo homem; por isso, como o próprio Padre Américo afirma, «*A opressão de todo o Pobre é um pecado contra a Justiça*»⁴⁸³.

Com efeito, é precisamente neste quadro conceptual que nos atrevemos a apontar a “Fé”, a “Caridade” e a “Justiça” como uma das tríades mais eficazes para sintetizar toda a Obra e pensamento de Padre Américo. Porque, se a Fé (em Jesus Cristo e em Deus Pai, de que Ele é revelação/rostro mais pleno) é o fundamento, motivação e inspiração radical de tudo o que ele disse e fez, a Caridade e a Justiça são as “consequências naturais” daquela. Por isso, atentando agora na terminologia usada por Padre Américo, tal como a Caridade, também «*A justiça tem por fundamento o amor*»⁴⁸⁴: a Caridade «*folga com a Justiça*»⁴⁸⁵, pois esta é a «*primeira arma de combate aos vícios, às quedas e más inclinações do rapaz. (...) é irmã*

⁴⁷⁹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 330.

⁴⁸⁰ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 101.

⁴⁸¹ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:99. Curiosamente, é (aparentemente) em sentido contrário que surge a seguinte afirmação de Orlando Albuquerque: «Padre Américo não fazia Caridade. Fazia Justiça – a Justiça do Evangelho, a Justiça do Crucificado». Não sendo possível dirimir aqui o sentido “mais exato” em que o autor aqui citado utiliza os termos, registre-se esta ocorrência como demonstrativa da multiplicidade de significados (nem sempre coincidentes) atribuídos a algumas expressões e conceitos utilizados por Américo Monteiro de Aguiar, multiplicidade que se nos revela diretamente proporcional à dificuldade de contextualização e interpretação sistemática dos mesmos. A citação de Orlando de Albuquerque, originalmente publicada numa rúbrica dedicada ao “Santo Padre Américo”, até agora inédita, aparece publicada em PEREIRA, *Raízes do Tempo. À volta de Padre Américo*, 160.

⁴⁸² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:190. Ver também AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:160; AGUIAR, *O Barredo*, 286.

⁴⁸³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:231.

⁴⁸⁴ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:21.

⁴⁸⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:12.

gémea do Decálogo»⁴⁸⁶. Fé, Caridade e Justiça formam, para Padre Américo, como uma espécie de “composto”, crítico e ético, capaz de subverter (convertendo) a “ordem estabelecida”: «Assim se fazem revoluções (...). Quem conquista com as armas da justiça, não cria partidos, ganha almas»⁴⁸⁷. “Vem lá um mundo novo, o qual não assenta na força das armas mas sim na da Justiça. Os Humildes são o alicerce. Por eles se vai começar»⁴⁸⁸.

2.1.5. «(...) caridade dos salões – rabos de papel!»⁴⁸⁹

«Toda a festa mundana que se faça em favor dos Pobres marca decadência de vida cristã. Qualquer que seja o rótulo, o pretexto, a cor, é sempre droga. Se são promovidas e realizadas pelo que há de melhor na nossa sociedade, oh droga! Quem ama, não faz assim. Quem ama, chora. Envergonha-se de ser rico. Ajoelha-se no chão, pergunta a Deus porquê e vai sozinho ou manda outros em seu nome repartir, já que ele o não pode fazer pelas suas obrigações. Ora aqui está! Este é o fundamento. Quem construir sobre esta rocha não tenha medo dos ventos. Oh doce engano o de brincar e saltar por amor dos Irmãos que sofrem!»⁴⁹⁰.

«É o progresso. Os velhos burgos, esses ficaram esquecidos. Ali nada se fez desde o dia em que os mais fortes galgaram as muralhas e deixaram lá dentro os mais fracos. As catedrais estão cercadas de imundície física e moral. As casas são ninhos de perversão. Todo o crime ali se aninha. Ninguém se lembra da verdade terrível de que os habitantes são nossos. São da nossa carne e do sangue. Ninguém tem o poder de cortar o laço que nos prende uns aos outros. É por isto mesmo, por desta verdade eterna, que os burgos doutrora são hoje fortalezas humanas, armadas de ideias pervertidas, tão convictas e tão perigosas que somente a Caridade as pode destruir. A Caridade que folga com a Justiça. A Caridade que se dá sem medida. Não de maneira nenhuma a caricatura que dá festas nos salões»⁴⁹¹.

Onde encontramos uma *relativa* sinonímia entre “beneficência” e “caridade” nos escritos de Américo Monteiro de Aguiar é precisa e unicamente, de resto, na crítica que o mesmo faz às “festas” que então era comum organizar-se, já desde o séc. XIX:

⁴⁸⁶ AGUIAR, *Do fundamento*, 5.

⁴⁸⁷ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:38.

⁴⁸⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:181.

⁴⁸⁹ AGUIAR, *De como eu fui*, 19.

⁴⁹⁰ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 138.

⁴⁹¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:119-20.

«A caridade cristã ou a beneficência, de carácter mais selectivo, eram práticas correntes entre a sociedade portuguesa do século XIX, traduzindo-se (...) em diversificadas manifestações e eventos, na sua maioria organizados “pelas senhoras da sociedade elegante”»⁴⁹².

Padre Américo insurge-se contra estes «BAILES de caridade», para ele sinónimos de uma «(...) linda mentira! Pintas de lama em superfícies de cristal»⁴⁹³, expressões da «Caridade do letreiro e do cartaz...»⁴⁹⁴, uma prática multiforme – «Tômbolas; verbenas; cortejos; reuniões de chá e fados – tudo rótulos e tabuletas de uma caridade fingida»⁴⁹⁵; «Praias e termas regorgitam [sic]. Nos casinos, joga-se a batota e fazem-se festas de caridade – alhos com bugalhos»⁴⁹⁶ – que, no seu entender, «(...) são a morte e espalham a morte»⁴⁹⁷.

De modo a aprofundar quer a perceção da crítica dirigida por Padre Américo a estas iniciativas quer o realismo deste verdadeiro “retrato social” que nos é possível abstrair dos seus enunciados (retrato perfeitamente compaginável com as reconstruções historiográficas mais atuais e que, a seu modo, é atestado irrefutável da validade do seu discurso e da necessidade de mais análises acerca do mesmo), permitimo-nos remeter para alguns desses textos que reportamos de paradigmáticos a este propósito, onde Padre Américo nos revela a sua visão acerca dessas «Paradas de “Caridade”»⁴⁹⁸ mas que, pela sua extensão, transcreveremos a sua versão integral em anexo ao presente trabalho. Veja-se, não obstante, o seguinte excerto:

«Era de uma vez num hotel de categoria, em certo lugar da nossa Pátria muito amada. Corria o verão. Na terra havia mais hotéis; muitos hotéis, todos povoados – muito que falar e pouco que fazer. (...) Naquele hotel e naquele dia foi assim: Um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade, como a Imprensa costume pôr, levanta-se e vai em roda colher donativos, para um almoço aos farrapõesitos da localidade. Contaram o dinheiro, hilariantes, e entregaram à Gerencia, com instruções do almoço. No dia seguinte aparece o aviso pregado no lugar dêles,

⁴⁹² SILVA, «Dar de comer aos famintos – subsídios para a história da cozinha económica de Ponta Delgada (S. Miguel – Açores)», 225-26.

⁴⁹³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:43.

⁴⁹⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:128.

⁴⁹⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:208.

⁴⁹⁶ AGUIAR, *De como eu fui*, 16.

⁴⁹⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:189.

⁴⁹⁸ Este é o título do texto que a seguir se cita, na sua versão publicada no 1º volume de *Doutrina*; contudo, na versão original, primeiramente publicada no jornal *O Gaiato* (edição n.º 3, de 2 de abril de 1944, página 1), o mesmo texto recebe a expressão “Consciência falsa” como título. O mesmo texto foi novamente publicado no mesmo jornal, na sua edição n.º 1571 (de 29 de maio de 2004), página 3, onde toma o título usado em *Doutrina*.

a comunicar que as Ex.mas Senhoras Donas Fulana, Sicrana e Beltrana, não se pouparam a trabalhos e que vão oferecer hoje, às tantas, um almoço a doze creanças pobresinhas (...)»⁴⁹⁹.

Em total e radical coerência com a proposta social por ele apresentada, não poderia ser outra a posição (pessoal e institucional) adotada diante das “seduções” do seu tempo:

«Eu poderia muito bem organizar festas ou consentir que outros as organizassem para mim. Não têm falta dos convites. Já em Coimbra, eu era solicitado por comissões para fazerem festas de caridade a favor da Casa do Gaiato. E até de Lisboa me acenaram com uma festa, no São Carlos, com artistas e a Orquestra da Emissora Nacional: “Aceite, padre”. É tão difícil resistir a estas tentações, tão lindas, tão humanas, tão ao sabor dos tempos!»⁵⁰⁰.

«Fazes festas para o Pobre, oh! Mundo infeliz! Jamais a Obra da Rua há-de ser juiz ou mordomo ou de qualquer forma participante das tuas orgias, a que costumam dar o nome de festas de caridade. Nunca! Mais respeito. Mais amor»⁵⁰¹.

«Por mercê de Deus, tenho-me sabido conduzir na vida como digno irmão dos Pobres a quem sirvo; e esta luz com que o Senhor nos favorece, apaga o esplendor das festas chamadas de caridade. Outro qualquer, nas minhas condições, teria necessariamente de as repudiar. É o instinto das coisas santas. É o amor da pessoa e da condição do Pobre. É a Caridade. O Mundo não lê assim»⁵⁰².

Contudo, a crítica de Padre Américo não se confina às festas enquanto tal e ao que nelas acontece: também e particularmente aos seus promotores (maioritariamente «*senhoras da “nossa melhor sociedade” – como os jornais vos chamam e vós gostais de o ser*»⁵⁰³) ele dirige palavras duríssimas, sempre com o fito de, clarificando os conceitos, seja possível purificar as práticas. Eis alguns exemplos ilustrativos merecedores da nossa atenção:

«Nunca é demais bater na condição do Pobre e na dos que se formam em comissões para as festas em seu favor, que vêm nas gazetas com o nome discordante de

⁴⁹⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:9-13. Uma breve referência a este mesmo episódio pode encontrar-se igualmente em AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:109.

⁵⁰⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:264.

⁵⁰¹ AGUIAR, 4:126.

⁵⁰² AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:188.

⁵⁰³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:138.

“Festas de caridade”; nunca é demais. Quem é o Pobre? Quem são os festeiros? Eis as duas terríveis e sérias interrogações...!»⁵⁰⁴.

«Que caridade é essa que precisa do chá e do jogo para acordar? Que mulheres são essas que gastam os anos em passatempos inúteis, vazios, que não conduzem a nada? Que ideia terão da Eternidade que as espera e do Senhor que as há-de julgar por tudo o que podiam fazer e não fizeram? Pensarão que Lá também se justifica a gente com os chás-canasta? E que Deus chama caridade àquilo que para elas teve esse nome? Quantas contas vão dar!»⁵⁰⁵.

«Aqui há tempos, esperava o comboio numa estação. Muita gente a fazer o mesmo. Nisto surge de um grupo alguém. Era uma senhora. Quis saber se eu a conhecia. Não conhecia. “Mas conhece-me com certeza de nome. Sou fulana.” Também não. Infelizmente não conhecia. “Então conhece o meu filho” – e disse o nome e posição social. Oh! desgraça! Eu não conhecia o filho da senhora! “Pois Olhe, desata ela: ”Eu também ando a pedir. Eu já fui condecorada pelo senhor Presidente da República. Eu sou muito conhecida. Eu arranjo muitas festas de caridade”. E disse e disse e disse. O comboio ia sair. Entrei. Sentei-me a um canto. Cerrei os olhos e pedi a Deus juízo até à hora da morte. Juizinho».⁵⁰⁶

Em substituição destas, e para demonstrar que não tinha «*fobia das festas*»⁵⁰⁷, Padre Américo propunha as que ele considerava serem «*as autênticas festas da Caridade*»:

«Caridade que promana da Cruz, espinha da Igreja, vida das almas. Caridade, força estupenda que produz cataclismos na Natureza: “O sol escureceu, o véu do templo rasgou-se, as sepulturas abriram fendas e muitos mortos ressuscitaram!” E também produz cataclismos nas almas: “Dantes era crente, mas tratava a Jesus como um patrão que mora nas alturas. Mas hoje Cristo falou-me; mandou-me sofrimentos. Encontrei-O” – como vem na carta do “Zé Refilão”. Isto, sim, é Caridade»⁵⁰⁸.

⁵⁰⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:188; AGUIAR, *O Barredo*, 201.

⁵⁰⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:255.

⁵⁰⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:38-39. Ver, igualmente, e no mesmo sentido, AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:137-139. 149-151. (textos n° 3 e 4, respetivamente, transcritos em anexo).

⁵⁰⁷ «Meus senhores e minhas senhoras; eu não tenho a fobia das festas – como alguém disse que a tenho do zarcão. Não a tenho de uma coisa nem da outra. Gosto; acho bem que o mundo se divirta e que reluza. A alegria é uma função do espírito. O que eu não gosto nada, mesmo nada, é que se pretenda dar a Deus aquilo que é de César». – AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 44.

⁵⁰⁸ AGUIAR, 44.

Uma vez mais, a radicalidade da sua proposta caritativa-social, assente por sua vez numa leitura muito pessoal e exigente do Evangelho, força-o a uma atitude de confronto aberto e deliberado face àquelas situações em que, no seu entender, a cultura, o pensamento e as práticas não só se afastaram desses valores “primordiais” por ele defendidos, como os acabaram por subverter. E que os protagonistas de tal subversão sejam, não poucas vezes, os próprios cristãos (e até os responsáveis eclesiais), é para Padre Américo razão não só de profundo desgosto mas de dilacerante revolta. Valeu-lhe, apesar de tudo e como o próprio tantas vezes confessou, a certeza de que a Providência Divina nunca o abandonou: fazendo fé nos muitos sinais que ele intuiu serem dela manifestação – pequenos gestos, breves palavras de conforto dos seus leitores e “companheiros de luta” ou dos próprios rapazes e pobres por ele ajudados –, o fundador da Obra da Rua revelou ser possuidor de uma persistência e coerência invulgares na prossecução do seu projeto e ideário.

2.1.6. A Caridade é desafio: «Multiplique o amor que se chama Caridade – e basta»⁵⁰⁹

Da clareza (e “plasticidade”) dos enunciados aqui citados e analisados, parece-nos ser, finalmente, possível compreender melhor o sentido da citação que introduz o presente apartado: quando Padre Américo declara que «*As Obras de Caridade são, por natureza, um assunto teológico*», está, em total coerência com aquela que é a sua atitude “teológica”, a re-afirmar esta ideia de que é a “Teologia” (discurso de e acerca de Deus) a “fonte”, “inspiração” e verdadeira “justificação” de toda a “práxis” por si defendida e “aplicada”. Assim, e *necessariamente*, também aqui se torna patente aquela dimensão do seu pensamento sem a qual nada nele se poderá compreender: a de que é o pensamento-ação de alguém para quem

«A comunhão com Cristo exige uma participação na sua vida, exige – para usar palavras de Jesus – que “o amor que me tiveste esteja nele e Eu esteja neles também” (Jo 17, 26). Aqui, não se trata apenas de gratidão ou de honestidade moral, mas de uma autêntica transformação da vida do crente»⁵¹⁰.

Ora, foi em virtude deste enquadramento que, no presente estudo, nos pareceu mais lógico (e mais fiel ao seu pensamento) apresentarmos primeiramente o tema da “caridade” como “problema” (conceptual) e não imediatamente como “solução” pragmática (como era, à época, por muitos entendida)⁵¹¹. Contudo,

⁵⁰⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:30.

⁵¹⁰ Gianni COLZANI, «Caridade», *Christus – Enciclopédia do Cristianismo*, 2004, 157.

⁵¹¹ Não quer isto dizer que o termo “Caridade” não tem igualmente, para Padre Américo, esse mesmo conteúdo e significado (uma ideia que tivemos, outrossim, oportunidade de registar e sublinhar) salientar: o que se pretendeu aqui foi mostrar que, antes de ser apresentada como solução (e mesmo assim, nunca

não quer isto dizer que o termo “Caridade” não tem igualmente, para Padre Américo, esse mesmo conteúdo e significado (uma ideia que tivemos, outrossim, oportunidade de registar e sublinhar): o que se pretendeu aqui foi mostrar que, antes de ser apresentada como solução (e mesmo assim, nunca em perspetiva meramente “teórica”), ela exige ser compreendida dentro daquele que é o horizonte noético-teológico em que o Padre Américo se inscreve e do qual parte, sob pena de perpetuarmos aquelas leituras que, porque exógenas a este esquema e contexto, aplicam uma sinonímia conceptual que, no nosso entendimento da sua obra e pensamento, não será válido estabelecer. Cremos, por isso, com esta análise, termos permitido não só perceber o conteúdo nocional (bíblico e teológico) e pragmático do termo em questão mas também (e, algo que nos parece igualmente importante) apresentado aquele que nos parece ser o respetivo quadro de compreensão mais consentâneo com o pensamento do autor aqui analisado.

No dizer (taxativo) do próprio Padre Américo: «*Assistência e Caridade não são palavras irmãs*»⁵¹². Por isso, será igualmente necessário ter presente esta “clarificação” se for nosso intuito compreender, com a profundidade e rigor exigíveis, a abordagem notória e profundamente crítica ao tema da “assistência”, tema a que dedicaremos, já de seguida, a nossa atenção.

2.2. A Assistência na primeira metade do séc. XX: o “olhar eclético” de Padre Américo

«A assistência pública foi sendo o reflexo das ideias políticas, religiosas e sociais ao longo dos tempos. A noção inicial cristã de dever moral de caridade (amor voluntário ao outro) foi gradualmente substituída pela noção de solidariedade, de dívida social ou de restituição parcial. A assistência facultativa e voluntária se tornou obrigatória»⁵¹³.

«Com o nascimento do Estado Novo a reforma da assistência e beneficência pública era inevitável. Classificando a assistência como “uma luxuriante vegetação de organismos públicos, burocratizados e estatizados” o salazarismo optou

em perspetiva meramente “teórica”), ela exige ser compreendida dentro daquele que é o horizonte noético-teológico em que o Américo Monteiro de Aguiar se inscreve e do qual parte, sob pena de perpetuarmos aquelas leituras que, porque exógenas a este esquema e contexto, aplicam uma sinonímia conceptual que, no nosso entendimento da sua obra e pensamento, não será válido estabelecer. Cremos, por isso, com esta análise, termos permitido não só perceber o conteúdo nocional (bíblico e teológico) e pragmático do termo em questão mas também (e, algo que nos parece igualmente importante) apresentado aquele que nos parece ser o respetivo quadro de compreensão mais consentâneo com o pensamento do autor aqui analisado.

⁵¹² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:236.

⁵¹³ MARTINS, «A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)», 159.

pelo desenvolvimento das suas formas privadas em que ao Estado incumbia “uma função de justiça e aos particulares a função essencial de misericórdia”⁵¹⁴.

Sirvam estes dois textos aqui citados para balizar a análise que de seguida se encetar, tendo como objetivo fundamental a concretização dos enunciados essenciais da visão de Padre Américo acerca dos temas relativos à problemática assistencial infantil portuguesa na primeira metade do século XX por ele aflorados nos seus escritos. Se, no primeiro dos textos supraditos, Ernesto Candéias Martins nos situa, ainda que brevemente, no *leitmotiv* da discussão conceptual transversal a todo este período (subjacente, também ele, ao pensar e agir de Padre Américo), o trecho do artigo de Maria Elvira Teixeira no *Dicionário de História Religiosa de Portugal* sintetiza, por sua vez, o “ambiente político-institucional” a partir do qual as propostas sociais (quer de teor pedagógico-educativo, quer as de carácter estritamente assistencial) de Padre Américo emergem. Atentemos, portanto, com mais pormenor, naquele que foi o contributo deste autor à compreensão da problemática que aqui se pretende analisar.

Na sua abordagem (crítica) à questão da Assistência em Portugal no período a que a sua obra e pensamento se reportam, não é de considerar inusitado que o fundador do Jornal *O Gaiato* não apresente nenhum “conceito” ou definição sistematizada do termo em questão. Em primeiro lugar, porque evidencia não ser essa a sua principal preocupação, mais centrada nas “concretizações práticas” e não tanto na discussão político-ideológica que então (ainda) estava em curso. Com efeito, recorrendo a alguma da documentação recolhida no Tomo II do volume IX da coleção *Portugaliae monumenta misericordiarum*⁵¹⁵, poderemos comprovar que o debate conceptual e ideológico (já atrás aludido) em torno das noções de caridade, assistência e filantropia atravessou (pelo menos) toda a primeira metade do século XX, sendo-nos possível continuar a registar ecos do mesmo, quer na imprensa, quer no âmbito dos diferentes “Congressos das Misericórdias”. Atente-se, a este respeito, nas palavras de José da Silva Ramos, provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, proferidas na “sessão inaugural” do “II Congresso das Misericórdias” (19 maio de 1929):

«A acção e influência das misericórdias podem ser quase decisivas para a solução em grande parte do problema; nenhuma outra instituição pode, como elas, ligar na sua obra a acção da assistência pública (...) com a acção da caridade e da

⁵¹⁴ Maria Elvira TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 1 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 151. Ver também PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 504ss.

⁵¹⁵ José Pedro PAIVA e Paulo F. de Oliveira FONTES, *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo I): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000* (União das Misericórdias Portuguesas, 2010), [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].

filantropia, das quais é, pela sua própria índole, incontestavelmente o mandatário mais idóneo e de que, como nenhuma, tem condições para lhes provocar as determinantes, quer os resultados se traduzam em auxílios materiais, quer em cooperação moral e pessoal»⁵¹⁶.

Ainda na mesma sessão, tomaria a palavra D. António de Castro Meireles, bispo coadjutor do Porto que, além de aludir ao exemplo de S. Vicente de Paulo, apelidando-o de «pai da caridade», e à sua obra, que «*A Misericórdia antevira, porém, numa organização perfeita*»⁵¹⁷, faz ainda uma interessante distinção entre a por si denominada «*caridade remédio [que] brota espontânea do coração*» e que «*é uma necessidade porque temos sempre de contar com a contingência [sic] inevitável dos que não triunfam e têm a miséria à porta*»⁵¹⁸ e a «*caridade prevenção*», assente na «*instrução*» e na «*educação*», algo que, na perspetiva do prelado, «*Muitas misericórdias já o fazem, sustentando sanatórios, escolas, institutos para surdos-mudos, etc. E a Misericórdia do Porto tem um activo glorioso nesta missão da caridade preventiva*»⁵¹⁹. Nesse mesmo Congresso, foi apresentada como segundo ponto da “ordem de trabalhos” a discussão em torno da «*Conveniência de as misericórdias manterem na sua orientação beneficente e caritativa os princípios doutrinários que inspiraram a sua fundação*»⁵²⁰, o que atesta a vivacidade e importância atribuída ao debate a que aqui aludimos. Datadas de 1932, e no contexto já do “III Congresso das Misericórdias”, eis as palavras de monsenhor Gustavo Couto, «*delegado da Misericórdia de Alegrete*», apresentando o seu conceito de caridade. No seu entender, esta é

«(...) a cadeia, que liga o homem a Deus, e os homens aos homens. Ela veio esclarecer o mistério da desigualdade [sic] das condições, e restabelecer o equilíbrio, que essa desigualdade alterara. Sem ela, a desigualdade creceria [sic] sempre; e os sentimentos naturais da humanidade seriam um fraco dique contra a sua torrente. Com ela conhece melhor o rico, que parte do que possui é propriedade do pobre; o pobre, que a providencia lhe não negou o que lhe falta, mas o depositou nas mãos liberais do rico, para mais os ligar entre si, e perpetuar essa indissolúvel ligação»⁵²¹.

⁵¹⁶ José Pedro PAIVA e Paulo F. de Oliveira FONTES, *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo II): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000* (União das Misericórdias Portuguesas, 2010), 414, [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].

⁵¹⁷ PAIVA e FONTES, 418.

⁵¹⁸ PAIVA e FONTES, 418.

⁵¹⁹ PAIVA e FONTES, 418.

⁵²⁰ SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 105.

⁵²¹ PAIVA e FONTES, *Portugaliae monumenta misericordiarum – vol. 9 (Tomo II)*, 420.

Em 1958, a «1.^a área temática a ser tratada no [IV] congresso [das Misericórdias] foi precisamente a “Inspiração espiritual e estrutura institucional”»⁵²² das mesmas, um debate surgido como tentativa de resposta destas Instituições à situação gerada pelo Decreto-lei de 7 de novembro de 1945 que, tendo alterado a sua natureza jurídica e imposto um «carácter canónico», «implicava a sua integração na esfera eclesiástica», sendo, por isso, «agora fácil à hierarquia católica reclamar a tutela»⁵²³. Como facilmente se constata (também pela leitura dos discursos atrás citados), era muito tensa esta discussão, quer no seu plano teórico-conceptual, quer no horizonte jurídico-institucional⁵²⁴. Tem, por isso, todo o cabimento e grande interesse a análise encetada por Maria Antónia Lopes sobre as relações de influência (ingerência) e de poder (controlo) do governo central em relação às Misericórdias e seus responsáveis locais⁵²⁵.

⁵²² SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 112.

⁵²³ SÁ e ARAÚJO, 108-9.

⁵²⁴ Vejam-se, neste particular, a intervenção do Dr. Manuel Medeiros, no IV Congresso das Misericórdias, justamente intitulada “A tutela administrativa nas misericórdias”, um contributo que o próprio apresenta ser de teor “técnico-jurídico” (PAIVA e FONTES, *Portugaliae monumenta misericordiarum – vol. 9 (Tomo II)*, 426-35. e a transcrição, no citado volume, do «Prólogo da tese de doutoramento em Direito Canónico intitulada “Situação Jurídica das misericórdias Portuguesas”, da autoria de J. Quelhas Bigotte”, na qual o autor intentou, de acordo com as próprias palavras, «definir a competência de poderes da Igreja e do Estado nas misericórdias, dando, na frase consabida do Evangelho, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» (PAIVA e FONTES, 462-64).

⁵²⁵ «Na Monarquia Liberal e na 1.^a República, a luta pelo controlo das Misericórdias deve ser lida como mais uma manifestação do caciquismo eleitoral, jogo intenso de conivências entre o poder central e os influentes locais. O controlo político das Misericórdias foi uma arma da luta partidária. Ao poder central não interessava diretamente o domínio das Misericórdias, mas a conquista de votos, sendo as santas casas um dos meios de pagamento aos influentes locais». – Maria Antónia LOPES e Bernardo Reis (Coord.), «As misericórdias como palcos de luta partidária e instrumentos de domínio político (1834-1945)», em *Congresso Internacional – 500 Anos de História das Misericórdias. ATAS* (Amares: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014), 245. Sobre o mesmo tema, ver igualmente LOPES, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação*, 207-18. Vão no mesmo sentido, embora sob o prisma dos poderes locais, as conclusões de Júlia Cardoso: «(...) a escassa intervenção municipal dependia, também, da própria configuração ideológico-política do Estado Novo, que ao longo de 48 anos criou e suportou – e de que se serviu para se manter – grupos de notáveis e de caciques locais que, vivendo do e à sombra do regime, mantinham as populações, sobretudo as rurais, dependentes e controladas do ponto de vista social e político. É neste meio que, tal como nos períodos anteriores, são recrutados os elementos dos corpos sociais das misericórdias e das irmandades, entidades que tinham o papel principal na ajuda social e na prestação de cuidados de saúde». – Júlia CARDOSO, «Assistência, acção social e municípios: apontamentos históricos e desafios actuais», *Lusiada. Intervenção Social*, n. 41 (2013): 128. De forma complementar a estes estudos, mas tendo igualmente um similar ponto de partida (a análise das “relações de poder” transversais às dinâmicas destas instituições), julgamos merecer referência o trabalho de Fátima Cristina Morgado: adotando como “estudo de caso” a “Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Pedro de Caneças”, propôs-se «estudar e reflectir sobre o papel das Irmandades enquanto espaço de inclusão de leigos ou em alguns casos até de discriminação social, como nas Misericórdias na constituição das Mesas, a sua relação com a comunidade local, Igreja, membros do clero e com as autoridades temporais». – Fátima Cristina MORGADO, «As irmandades: sociabilidades, redes sociais e poder», em *Religião e Cidadania*

Em segundo lugar, porque ao contrário do que sucedia com o termo “caridade” (e seus correlativos “seculares” – beneficência, solidariedade, etc.), Padre Américo não regista qualquer espécie de dificuldade de compreensão terminológica daquele que era o contexto do debate, pois quando analisados mais de perto os sentidos por si atribuídos a este termo, a sua utilização não só não nos parece ser equívoca como se revela perfeitamente enquadrada e conforme com o que a historiografia atual acerca dele afirma. Assim, quando o autor aqui em análise se refere à “Assistência” (sem a este termo acrescentar nenhum outro determinativo ou adjetivo), está a referir-se àquele complexo de atividades desenvolvidas com o objetivo de prestar o socorro aos necessitados, nas suas mais variadas manifestações de carência (principalmente: habitação/alojamento, saúde, alimentação e educação). Esta Assistência pode ser “oficial” (estatal) ou “particular” (privada), sendo evidente, no quadro da comparação e distinção que Padre Américo estabelece entre estes dois “métodos (e horizontes) do assistir”, uma preferência da segunda em relação à primeira. Permita-se-nos transcrever aqui um texto onde tal distinção é feita, onde nos são apontadas as “razões de fundo” de tal preferência, e onde igualmente se poderão intuir, como a seguir veremos, alguns elementos essenciais sobre a visão particular de Padre Américo sobre o contexto histórico, político e social em que está imerso:

«Há-de haver uns tantos meses, que recebemos da Repartição de Estatística de Lisboa um grande questionário para ser preenchido. As perguntas eram de tal sorte que não tiveram resposta; feitas, como eram, nos moldes da clássica Assistência. A “Obra da Rua” assenta noutros. Há dias, da Intendência dos Abastecimentos aparece segundo questionário, onde se deseja saber quantos criados existem no Asilo. Riscou-se a palavra “criado” e a palavra “Asilo” e ao mais deu-se resposta, pois que não era matéria de Assistência, mas sim de subsistências. Tanto no primeiro como no segundo documento, temos a voz da Nação a falar pelos seus organismos a respeito de questões de Assistência; como ela é tida e havida, oficialmente. Se é verdade que a nada se pode responder, por diferença de estruturas, facilmente se infere qual a distância que separa os dois métodos de assistir: o oficial e o particular. A opinião de muitos homens é que realmente a Assistência ao nosso semelhante tem de ser organizada e mantida totalmente pelo Estado, o que necessariamente implica muitas fórmulas, muitos regulamentos, muitos relatórios, muito pessoal, a costumada engrenagem do papel de 35 linhas. A Assistência particular é uma assistenciuzinha de apetites e de devaneio e não poderia jamais resolver o problema da falta de imponência, dizem os mesmos homens. “O Gaiato” não tem categoria para dar opiniões, mas a experiência

Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2011), 517ss.

ensina que, sempre que o Estado chama a si a administração directa de empresas, temos desastre à vista (...)» [continua em nota]⁵²⁶.

Não será, certamente, este o espaço apropriado para elaborar e apresentar uma “história da Assistência em Portugal na primeira metade do séc. XX”, exposição esta que contemplaria não só os “princípios (político-religiosos) orientadores” que, na “longa duração”, sustentam (a diversidade de) tais propostas, métodos e dinâmicas assistenciais, mas igualmente descreveria a evolução histórica, jurídica e administrativa das respetivas concretizações institucionais. Por conseguinte, e mantendo o *modus operandi* já aqui utilizado na abordagem de outros temas, parece-nos ser mais eficaz para o presente estudo que se opte por apresentar, de forma esquemática e sucinta, os principais enunciados de Padre Américo relativos às questões da Assistência afluídas nos seus escritos. À medida que tal apresentação for realizada, procederemos à inscrição/contextualização histórica, política e social de tais enunciados, valendo-nos para isso de alguma historiografia seleta (e nunca exaustiva) sobre os assuntos afluídos. Deste modo, será o pensamento de Padre Américo a guiar a nossa análise, tornando possível uma mais correta compreensão do mesmo.

Assim, e tomando como exemplo o texto atrás citado, datado de 12 de novembro de 1944, impõe-se-nos registar que o mesmo, fiel ao “ecletismo” característico de Padre Américo, alude, desde logo, ao (apertado) controlo estatal das organizações de Assistência⁵²⁷ e à burocratização que tal controlo significava⁵²⁸, muitas vezes tratando de forma igualitária realidades institucionais de configuração

⁵²⁶ «(...) Ora isto vem para dizer, não como opinião, mas tão somente como fruto de experiências, que o Estado bem faz em assistir, vigiar, orientar, prestar auxílio aos que dão provas e garantias de saberem o que querem e para onde caminham. Se isto é verdade de toda e qualquer empresa, que dizer das Obras de Assistência, fontes de riqueza espiritual e do verdadeiro bem das nações? (...) Não devemos criticar o que os outros fazem, tão pouco gabarmos-nos da descoberta que fizemos; mas dá-me muita pena ver como se deita fora justamente aquilo que há de melhor para o máximo rendimento social destas Obras – o trabalho do rapaz». – AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:44-46. (ver transcrição integral do texto em questão em anexo – n.º 5 – justificada também pelos outros temas nele abordados e que igualmente aqui são foco da nossa atenção e análise).

⁵²⁷ «A política de estreita fiscalização das atividades das Misericórdias foi também adotada na 1.ª República e no Estado Novo. Apesar do grau de ingerência do Estado ter crescido exponencialmente, sobretudo depois do golpe de 1926, a República não estabeleceu ruturas com a política anterior ao nível do enquadramento legal da vigilância». – LOPES e Reis (Coord.), «As misericórdias como palcos de luta partidária e instrumentos de domínio político (1834-1945)», 240.

⁵²⁸ Lawrence S. Graham analisa, com profundidade, não só as origens remotas desta «antiga tradição unitarista e centralista que continua a influenciar toda a política pública do país» como igualmente, centrando-se no período do Estado Novo, a apresenta e justifica no quadro de uma nova conceção de «Administração Pública», cujo «maior controlo e coordenação» obedeciam ao intuito de «assegurar continuidade à Administração do Estado». – Lawrence S. GRAHAM, «Administração Pública central e local: continuidade e mudança», *Análise Social* XXI, n. 87-88-89 (1985): 903-11. Um sinal (mero epifenómeno ou deveras sintomático?) deste “centralismo estatista” (e nacionalista) é a fórmula, adaptada do *slogan* de Mussolini,

organizativa e orientação teórico-programática muito díspares. Atente-se, em função disto mesmo, nas “correções” referidas pelo Autor aos termos «*asilo*» e «*criado*» usados nos «*Questionários*» por ele referidos, imediatamente justificada pela “diferença de estruturas” existente entre o esquema institucional a que os ditos se destinavam inquirir e a identidade e organização própria das “Casas do Gaiato”, diferença que necessariamente implicava que «*a nada se pode responder*». O texto põe, assim, em evidência a opinião (crítica) do fundador das Obras da Rua relativamente ao processo, iniciado no Liberalismo⁵²⁹ e continuado pela I República, da progressiva transferência da responsabilidade da Assistência da esfera privada (sobretudo eclesiástica/religiosa, a quem outrora estava entregue grande parte dessa missão, nomeadamente às Ordens e Congregações Religiosas, entretanto extintas⁵³⁰) para a da Administração estatal, de acordo com um ideário político e uma estratégia legislativa de forte pendor liberal⁵³¹. Este movimento laicista, em forte aceleração a partir sobretudo de 1910-11⁵³², prometera a

então convertida numa espécie de “aforismo oficial do Estado Novo”, inscrita no fim dos próprios ofícios da burocracia: «*tudo pela nação, nada contra a nação*».

⁵²⁹ «O primeiro Liberalismo português (anterior à Regeneração), ao alicerçar-se na filosofia das Luzes, antropocêntrica e otimista, pugnava por uma transformação radical e generosa da sociedade. O amparo dos indigentes assume-se, pois, como tarefa nacional que decorria das atribuições do Estado». – Maria Antónia LOPES, «As Misericórdias Portuguesas de D. José ao final do século XX», em *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 1: Fazer a história das misericórdias*, 1ª ed. (Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002), 86, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.14/8630>>].

⁵³⁰ «Nas vésperas da República contavam-se, em todo o território continental e insular, 164 casas de ambos os sexos, pertencentes a 31 congregações ou associações religiosas, situando-se à cabeça a Associação Missionária Portuguesa com 28 casas. (...) mais relevante que a sua distribuição geográfica eram as actividades destas congregações, que dirigiam muitos hospitais, orfanatos, asilos, escolas, etc., estendendo a sua acção a um número considerável de estabelecimentos educativos e assistenciais para os quais o Estado não conseguira encontrar alternativas suficientes. (...) Na mira das hostilidades situava-se a Companhia de Jesus, que possuía em 1910 um total de 20 casas em Portugal e no ultramar, 11 das quais na metrópole, com 386 membros; as suas escolas, de que se destacavam os famosos colégios de Campolide, em Lisboa, e de São Fiel, em Castelo Branco, eram frequentadas em 1909-1910 por 807 alunos. Proclamada a República, não surpreende que as ordens religiosas, com tanto peso na sociedade, fossem um dos primeiros alvos da campanha anticlerical: são extintas na totalidade, confirmando-se a plena vigência de todas as leis anteriores, os seus membros são obrigados a abandonar as respectivas comunidades e, no caso de serem estrangeiros ou pertencentes à Companhia de Jesus, eram expulsos do país, sendo os bens desta imediatamente nacionalizados». – Artur VILLARES, «As ordens religiosas em Portugal nos princípios do séc. XX», *Revista Brasileira de História*, XIII (1995): 235.

⁵³¹ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 150; Maria Lourdes Akola Meira do Carmo NETO, «Assistência Pública», em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V (Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979]), 235.

⁵³² «(...) o anticlericalismo corporizou a vanguarda de um processo de laicização que conduziu a um trânsito do regalismo constitucional para uma separação entre o Estado e as Igrejas, com particular relevância para a situação da Igreja Católica Romana. Com a revolução do 5 de Outubro a ideologia deu lugar à legislação, com expressão particular na Lei da Separação (1911). Durante a I República, o anticlericalismo foi factor de fractura interna do regime porque, se através dele os sectores mais radicais procuravam galvanizar uma opinião pública favorável à limitação da intervenção social da Igreja Católica Romana, esta encontrou na resistência a este desiderato instâncias de reelaboração que lhe permitiram intervir».

«diminuição da intervenção da administração central e de maior participação das populações na vida política e social locais», promessas que, «sobretudo por razões ligadas à instabilidade político-social, não foram concretizadas»⁵³³. Seria, portanto, no período da Ditadura Militar (pós-28 de maio de 1926) que se assistiria ao «reforço do centralismo», posteriormente

«consubstanciado no Código Administrativo de 1936-1940, definido sob a égide de Oliveira Salazar e num quadro político global marcado pela Constituição Política de 1933, pela legislação corporativa (Estatuto do Trabalho Nacional)⁵³⁴, legislação criando os Sindicatos Nacionais⁵³⁵, as Casas do Povo⁵³⁶ e as Casas dos Pescadores»⁵³⁷.

Paralelamente, emerge deste cenário em profunda mutação o papel e importância das Misericórdias, porventura a única instituição caritativa-assistencial multiseccular que «escapou à fúria iconoclasta do século XIX»⁵³⁸ (ao contrário do que sucedera com as estruturas ligadas às Associações e Congregações Religiosas) e sobre as quais agora «assentava a assistência social (...) [uma vez que] os serviços de saúde estavam quase inteiramente entregues às Santas Casas»⁵³⁹. Sobre estas, Padre Américo incidirá igualmente a sua reflexão e crítica, questionando sobretudo os métodos por elas aplicados à hora da seleção dos destinatários das suas propostas e ações sociais⁵⁴⁰ e as formas de financiamento (autosustento)

– António Matos FERREIRA, «Anticlericalismo», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. I (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 81-82. «(...) em 1910, há pela primeira vez na história portuguesa, e de forma muito marcada desde o próprio dia da revolução – que foi acompanhada de violência sobre vários padres e logo seguida da prisão de grande número de membros do clero – não só um regime político que dispensa o catolicismo como legitimação do poder, mas também um poder que, inicialmente pelo menos, se procura legitimar contra o catolicismo. Claro que este anti-clericalismo mais radical nunca foi um projecto consensual no seio do próprio republicanismo. Mas foi dominante nos anos iniciais da Primeira República, em que Afonso Costa se afirmou como a figura politicamente central». – Bruno Cardoso REIS, «O Catolicismo e o Estado na história religiosa contemporânea», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 21 (2009): 270.

⁵³³ CARDOSO, «Assistência, acção social e municípios: apontamentos históricos e desafios actuais», 127.

⁵³⁴ ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:137; Ana Cláudia Carvalho CAMPINA, «António de Oliveira Salazar. Discurso político e “retórica” dos Direitos Humanos» (Dissertação de Doutoramento, Universidad de Salamanca, 2012), 327-29; José Carlos VALENTE, «Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)», em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II (Lisboa: Círculo de Leitores, 1996), 310-20.

⁵³⁵ José Carlos VALENTE, «Sindicatos Nacionais», *Dicionário de História do Estado Novo II* (1996): 916-22.

⁵³⁶ CAMPINA, «António de Oliveira Salazar. Discurso político e “retórica” dos Direitos Humanos», 330-31.

⁵³⁷ CARDOSO, «Assistência, acção social e municípios: apontamentos históricos e desafios actuais», 127.

⁵³⁸ MARTINS, «A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)», 159.

⁵³⁹ SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 111.

⁵⁴⁰ Isabel dos Guimarães Sá apresenta-nos um estudo sobre este mesmo tema que, embora circunscrito cronologicamente ao Antigo Regime, nos pode trazer alguma luz sobre a análise da permanência (ou não)

protagonizadas pelas mesmas (temas que analisaremos de forma mais pormenorizada mais adiante neste trabalho).

Assim, podemos registar que a nota de Padre Américo à “dupla tipologia” assistencial assenta na constatação de que

«(...) nos começos do século XX, apesar da progressiva laicização da assistência, coexistiam formas privadas de beneficência a cargo da Igreja, de instituições laicas e mistas e de simples particulares. Persistia a acção das confrarias e, principalmente, das Misericórdias, que continuaram ao longo daquele século a desempenhar o seu tradicional papel no exercício da beneficência, acrescido, durante a I República, da responsabilidade da assistência aos indigentes a nível concelhio»⁵⁴¹.

Assistência (pública/estatal), “confrarias”, “misericórdias” e “Igreja” eram, portanto, e simultaneamente, os principais responsáveis por dar resposta, mais ou menos organizada, aos não poucos problemas com que grande parte da população portuguesa da primeira metade do século XX se enfrentou⁵⁴². Num texto da sua própria pena, eis o “*panorama assustador*” com que se defronta, nas suas deambulações e peditórios por todo o país:

«Se eu pudesse conduzir-te pela minha mão à evidência das coisas, nos próprios locais de delitos; se tu observasses mais eu o doente pneumónico coberto e vestido de jornais com medo do frio – tudo quanto se aproveita dos discursos publicados naqueles mesmos jornais; se entrasses mais eu na toca da família onde o comer de hoje é a sopa de ontem, fria e azeda; se ouvisses ao pé de mim o clamor da mãe instalada com os seus em curral de animais, “que a nossa barraca alagou-se”; se visitasses comigo a ceguinha no Bairro das Latas, filhos a pedir nas ruas, marido com tenda ambulante e ela a cuidar da casa, sem olhos, sem luz, sem conforto, sem pão; se ao menos me acreditasses – não serias tão cruel, despedindo-me. Ai!, quem me fora génio que pudesse, no momento de pedir,

da validade da crítica de Padre Américo aqui sublinhada. – Isabel dos Guimarães SÁ, «Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias Portuguesas ao longo do antigo regime», em *Actas do Colóquio Internacional «Saúde e Discriminação Social»* (Braga: Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 2002), 303-34, [em linha: «<http://hdl.handle.net/1822/3848>»].

⁵⁴¹ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 149.

⁵⁴² Recorrendo a Fernando Rosas, o Portugal deste período caracterizava-se por «índices impressionantes de miséria, insalubridade, promiscuidade e desconforto», a que se somava um «mundo rural de subalimentação e miséria (...) esmagadoras taxas de analfabetização e de mortalidade infantil (...) [e] causas de morte ligadas ao tipo de alimentação». – ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:25-26. 59. No que respeita às condições laborais, o «desemprego, precaridade dos postos de trabalho» e o «âmbito muito limitado da previdência social» (ROSAS, 7:96-99., são igualmente fatores fortemente condicionantes da vida dos portugueses (especialmente dos que habitavam nas cidades) que não se poderão obnubilar.

revelar tudo isto aos a quem peço, vencendo! Além e acima deste panorama assustador em que meus olhos diariamente se dilatam, outras regiões e outros climas aparece, de exploração infinitamente mais dolorosa porque mais difícil, arriscada e doentia: são os casos da miséria moral, onde a gente a cada hora tropeça. Aqueles mesmíssimos males de que muitos “grandes” enfermam, tomando por s qualidade o que no Pobre reputam defeito. E não é assim; quem se sentir sem culpas arremesse calhaus aos Pobres!»⁵⁴³.

Com efeito, e como também adiante veremos, é precisamente para colmatar algumas das dificuldades e limitações por ele verificadas nas estratégias de resposta assistencial adotadas pelos seus interlocutores deste “diálogo crítico” (Estado, Misericórdias e Igreja, sobretudo) que Padre Américo se vê impelido a apresentar uma proposta nova (nos métodos e nos princípios) de tentativa de solução ao problema da pobreza (e outros seus correlativos). Em suma, o que ele sempre quis e demonstrou fazer foi encetar os esforços que avaliou estarem ao seu alcance para minorar a situação verdadeiramente deplorável do grande número de habitantes (sobretudo crianças) das cidades de Coimbra, Lisboa e Porto no seu tempo.

2.2.1. A assistência pública: ponto de partida crítico e contexto jurídico-legal

De acordo com a historiadora Irene Flunser Pimentel, «(...) o *Estado Novo* considerou que o seu papel, relativamente à assistência, devia ser “supletivo” da iniciativa privada, não favorecer a “pedinçice” e contar com a “essência” caridosa dos Portugueses»⁵⁴⁴. Com efeito, e como demonstração de um dos “paradoxos” do regime Salazarista, «o aparelho governamental herdado por Salazar estava pobremente equipado para servir a centralização, com a qual se encontrava comprometido»⁵⁴⁵. Contudo, não se deve pensar que a situação escapava à análise crítica, nomeadamente de quem estava diretamente implicado neste tipo de questões:

«A assistência pública ou oficial, fora de Lisboa e Coimbra, é quase nula. O Estado não fundou hospitais, manicómios, asilos, creches ou sanatórios em que possa recolher a décima parte sequer daqueles que, vitimados pela adversidade e arrastados na torrente da desgraça, deviam nesses estabelecimentos obter tratamento, amparo e ensino. As futuras mães e a primeira infância – o problema máximo da actualidade – não logram ter maternidades onde os cuidados

⁵⁴³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:130-31. Consultar a transcrição integral do texto em anexo (n.º 6).

⁵⁴⁴ PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 507.

⁵⁴⁵ GRAHAM, «Administração Pública central e local: continuidade e mudança», 907.

preventivos e os conselhos da ciência aproveitem à divulgação e avigoramento da nossa espécie»⁵⁴⁶.

Ora, é no mesmo espírito crítico que Padre Américo questiona e desafia:

«(...) nós podemos aproveitar muito do trabalho e préstimo daqueles que julgamos em necessidade de Assistência. Isto dá naturalmente prazer e diminui as despesas dos contribuintes. Não é preciso dinheiro; menos ainda, que este seja o problema número um em questões de Assistência. Precisamos, sim, mas é da cooperação de todos»⁵⁴⁷.

«São males inevitáveis, sim, mas podiam ser muito atenuados. Bastava, para tanto, haver um entendimento oficial entre estas Casas de Assistência Particular e os Juizes dos Tribunais de Menores⁵⁴⁸. Sem nos tirar a acção e carácter particular, os Tribunais abrigar-nos-iam debaixo da sua alçada. Quando viesse a tia solícita pelo seu rico menino, dava-se parte ao Juiz e ele procedia. Desta sorte, ficava o rapaz livre até à idade de por si mesmo se determinar. Era tão fácil! Seria tão bom! O oficial e o particular davam-se as mãos a bem da Nação»⁵⁴⁹.

«Se não de facto, a Casa do Povo existe em potência em todas as freguesias. Existe a Comissão de Assistência. Além desta e da mesma sorte as Conferências de S. Vicente de Paulo. Sim. Está o Estado. Está a Igreja. Estão legiões a chamar. Então quê? Faltam homens para trabalhar»⁵⁵⁰.

⁵⁴⁶ “Relatório da sessão inaugural do II Congresso das Misericórdias, compilado pelo seu secretário geral, Artur de Magalhães Basto, que inclui intervenções do governador civil do Porto, dos provedores das misericórdias do Porto, Lisboa e Eivas, bem como do bispo coadjutor do Porto” Apud José Pedro PAIVA e Paulo F. de Oliveira FONTES, «Relatos coevos sobre a acção das Misericórdias», em *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo II): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000* (União das Misericórdias Portuguesas, 2010), 410, [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].

⁵⁴⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:61.

⁵⁴⁸ Criados em 1911, pelo decreto de 27 de maio desse ano, um diploma que «inaugura um novo ciclo a respeito da jurisdição particular dos menores» – Fátima Moura FERREIRA, «Representações sobre a delinquência dos menores e o universo da criança a proteger na 1.ª República: entre os campos da Justiça e da Assistência», em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES ([Braga]: CITCEM, 2010), 49. Parece ser precisamente este “novo quadro” (legal e organizativo) que Padre Américo critica: não tanto pela oportunidade e importância destas instituições na resposta, nomeadamente, aos problemas da “mendicidade” e da “vadiagem”, mas antes pela sua incapacidade de se estabelecerem as necessárias “sinergias” entre os âmbitos legal/jurídico/penal e o assistencial/caritativo, em ordem a uma solução mais benéfica para os indivíduos nela implicados e para a própria sociedade e comunidade em que se inserem.

⁵⁴⁹ AGUIAR, *Cantinho dos Rapazes*, 70.

⁵⁵⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:159.

Apelando, como é apanágio da tradição bíblico-cristã (mais concretamente, a inspirada em S. Paulo) à responsabilização individual na tarefa (a todos comum) de dar resposta a este tipo de problemas, não nos deve surpreender o juízo que emite sobre o sistema assistencial «insensível»⁵⁵¹ vigente: «*A Assistência Nacional há-de fatalmente considerar o mal que faz em trazer os seus protegidos pelos cemitérios e manda-los depois embora, precisamente na ocasião em que eles mais necessitam de amparo*»⁵⁵². Por conseguinte, tomados estes textos em bloco, eles concretizam, em nosso entender, a “tonalidade” do discurso de Padre Américo respeitante à situação da assistência em Portugal no período em que a sua ação/proposta pedagógica-social se desenvolve (que situamos entre 19 de março 1932, data em que este assume a responsabilidade de coordenar a “Sopa dos Pobres”⁵⁵³, criada naquela data pelo seu velho amigo, e então seu bispo, D. Manuel Luís Coelho da Silva⁵⁵⁴, e a data da sua morte, a 16 de julho de 1956⁵⁵⁵).

Analisar o contributo de Padre Américo para a reflexão em torno da situação da assistência em Portugal no período referido, mediante uma análise sincrónica dos seus escritos, implicará reconhecer nos mesmos uma forte crítica ao sistema assistencial português, quer no que concerne às suas estruturas, quer aos seus

⁵⁵¹ «A carta fala, ainda, de certas modalidades assistenciais, ‘verdadeira fachada, vazia de sentido e de eficácia, despida de caridade, a fazer assistência a metro ou ao quilo, aparato gelado de um funcionalismo insensível que atende doentes e pobres, velhos e crianças, como se atendem os contribuintes nas repartições públicas’. É assim, meu senhor. Parece, até, que nos comprazemos em manter o estado de miséria, dada a forma como pretendemos levantá-la. É que não sentimos com o Pobre. Não nos afligimos com a sua sorte. Antes, cada um procura por todos os meios que nada falte em sua casa». – AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 37.

⁵⁵² Américo Monteiro de AGUIAR, «A bem da Nação», *O Gaiato*, Ano I, n. 17 (15 de outubro de 1944): 1.

⁵⁵³ Será inclusive, na Páscoa desse mesmo ano, que Américo Monteiro de Aguiar iniciará a sua colaboração regular no jornal *Correio de Coimbra*, com a sua coluna intitulada, precisamente, “Sopa dos Pobres”, alusiva, claro está, a esse seu trabalho pastoral-assistencial-caritativo. Manterá esta coluna até 26 de outubro de 1940 (edição nº 947 daquele Jornal). – Cf. MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 112.

⁵⁵⁴ «A Sopa dos Pobres, criação do senhor D. Manuel Luiz Coelho da Silva, foi inaugurada por ele no dia 19 de Março de 1932. Nessa data andava eu enfermo e, como não pudesse trabalhar, roguei ao então meu Prelado que me deixasse ao menos visitar Pobres e cuidar da Sopa deles, serviço este compatível com as minhas dores de cabeça de então». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:IX. Cf. José F. Coelho FERREIRA, *Padre Américo: vida e obra*, 2.^a ed. (Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1989), 46; RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 30-31; MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 112.

⁵⁵⁵ Certamente que a sua “Obra” continuou a desenvolver-se, quer na vertente institucional (com as inaugurações/fundações, a 6 de julho de 1957, do “Calvário”, em Beire, destinada a acolher doentes incuráveis e abandonados e dirigida pelo Padre Baptista (MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 147-48.); em 1963, das Casas do Gaiato de Malanje e de Benguela, sob a direção dos “Padres da Rua” Telmo Ferraz e Manuel António, respetivamente; a 5 de janeiro de 1964, data da inauguração da Casa do Gaiato de Benguela e em que é igualmente benzida a primeira pedra da Casa do Gaiato de Malanje; e 1967, ano da Fundação da Casa do Gaiato de Lourenço Marques (Moçambique), sob orientação do Padre José Maria), quer igualmente no que concerne ao legado “teológico-espiritual” emanado dos seus escritos, de que é maior manifestação a Aprovação e bênção das “Normas de Vida dos Padres da Rua”, ocorrida a 3 de julho de 1965, em Fátima, pelos Bispos das dioceses de que são oriundos os “Padres da Rua”.

métodos e princípios, quer ainda aos agentes envolvidos. Consideramos, por isso, que essa sua visão crítica, precisamente porque *transversal* e não confinada/ orientada à defesa (ou ataque) deliberado de nenhuma estrutura (excetuando-se, logicamente, a por ele proposta e algumas com quem reconhece partilhar alguns métodos e ideais), é sinónimo de um interessante contributo para a história da assistência naquele período. Assim, e sem querermos ser exaustivos, permita-se-nos um breve traçado evolutivo do sistema assistencial português, feito a partir da legislação e das estruturas a ele relativas consideradas de maior relevo para a sua contextualização histórica.

Neste quadro, impõe-se-nos registar, em primeiro lugar, que tal sistema assistencial, em franco desenvolvimento jurídico-legal e institucional, sobretudo desde meados do séc. XIX⁵⁵⁶, foi alvo de uma particular preocupação no período da I República. Assim, e no plano legislativo, merecem destaque:

- a consagração do «*direito à assistência pública*» na Constituição Republicana de 1911 e a criação, nesse mesmo ano (25 de maio), do «*Fundo Nacional de Assistência e a Direcção-Geral de Saúde*»⁵⁵⁷. Contudo, apesar da reorganização da Assistência Pública motivada por ambos os diplomas, «*os resultados obtidos são (...) insuficientes*»⁵⁵⁸;
- a promulgação, em 1913, da Lei n.º 83, de 24 de julho, «*justamente reconhecido como «o primeiro diploma legal a estabelecer um verdadeiro regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho no ordenamento jurídico português*»⁵⁵⁹;
- a instituição, em 16 de março de 1916, do “Ministério do Trabalho e Previdência Social”, através da Lei n.º 494⁵⁶⁰.

Em 1918, já no quadro da “República Nova”, sob orientação de Sidónio Pais (que tenta igualmente dar continuidade a este mesmo esforço reformista

⁵⁵⁶ «Um importante passo na tentativa de coordenar e aumentar a eficácia da actuação das diferentes instituições particulares de apoio social dá-se nos finais do século XV com a instituição, pela rainha D. Leonor, das Misericórdias. (...) É, porém, com a criação do Conselho Geral de Beneficência em 1835 que a assistência pública se vai desenvolver, nomeadamente através da criação de vários estabelecimentos públicos de assistência social (asilos, casas de correcção, etc.).» – Carlos Farinha RODRIGUES, «Assistência Social», em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, 1996, 70-71.

⁵⁵⁷ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151.

⁵⁵⁸ RODRIGUES, «Assistência Social», 71.

⁵⁵⁹ David Teles PEREIRA, «Breve síntese histórica da tutela dos acidentes de trabalho no ordenamento jurídico português: o seguro de acidentes de trabalho em especial (1913-2000)», *FÓRUM – Revista Semestral do Instituto de Seguros de Portugal*, XVIII, n. 34 (2014): 8.

⁵⁶⁰ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151.

e organizativo⁵⁶¹), é publicado o Decreto n.º 4031, que (re)cria as “Sopas Económicas”⁵⁶². O governo sidonista concedia um subsídio mensal para o sustento das mesmas, mas, dada a insuficiência deste para suprir as necessidades, tornava-se fundamental o recurso a privados – e à sua boa vontade – para obter o resto do financiamento. A administração era da responsabilidade da comissão da “Obra de Assistência 5 de Dezembro”⁵⁶³. Entre o princípio de abril e o final de setembro de 1918, foram inauguradas 31 cozinhas económicas em Lisboa, sendo «no mesmo ano ampliada às cidades do Porto e de Viana do Castelo e, posteriormente, a outras localidades»⁵⁶⁴.

1919 foi, por sua vez, o ano da consagração da «obrigatoriedade direta do seguro de acidentes de trabalho»⁵⁶⁵, a que se juntam os seguros sociais obrigatórios – de prevenção da doença, da invalidez e da velhice⁵⁶⁶ –, assim como da criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral (ISSOPG)⁵⁶⁷,

⁵⁶¹ «O Estado sidonista intervém amplamente na economia, como regulador e quase como coordenador da actividade económica, competindo-lhe nomeadamente uma acção fundamental de resolução do problema dos abastecimentos. Mas não só: é igualmente o Estado que organiza a ajuda aos desfavorecidos e estende uma mão protectora numa sociedade que tem uma noção limitada do que é a assistência social; é ainda ele o principal responsável por responder à crise da saúde pública, organizando as medidas de combate às epidemias da pneumónica e do tifo – os grandes flagelos de 1918 (...)». – António TELO, «Sidónio Pais e os sete pilares do futuro», *Jornal Público [online]*, 9 de setembro de 2010, [em linha: <<https://www.publico.pt/temas/jornal/sidonio-pais-e-os-sete-pilares--do-futuro-20160446>>].

⁵⁶² “Sopa dos Pobres” ou “Sopa do Sidónio”, como ficou conhecida esta iniciativa na altura, é aproveitamento das “Cozinhas Económicas” criadas pela duquesa de Palmela e pela marquesa de Rio Maior durante a monarquia, no reinado de D. Carlos, «para fornecer refeições diárias ou simplesmente alguns alimentos a preços reduzidos ou gratuitamente». – TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151.

⁵⁶³ «Sendo das mais emblemáticas do sidonismo, teve um carácter essencialmente caridoso, desvirtuando a tradição de construção da assistência como direito». – Maria Rosa Ferreira Clemente de Moraes TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra» (Tese de Mestrado em História Contemporânea, Universidade de Coimbra, 2010), 149 (nota 13), [em linha: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese_RosaTom%C3%A9.pdf>]. Sobre esta Instituição, ver: Armando B. Malheiro da SILVA, *Sidónio e Sidonismo. Vol. 2: História de um caso político* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 188-92.

⁵⁶⁴ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151. Como vimos anteriormente, só em 1932 esta iniciativa assistencial chegaria à cidade de Coimbra, por iniciativa do Bispo diocesano, que logo confiou a coordenação nas mãos de Américo Monteiro de Aguiar. Sobre a figura de Sidónio Pais, homem que dizia: «(...) é principalmente no meio do povo que eu me sinto bem», talvez mereça uma especial referência o seu esforço de aproximação do poder político ao «povo português», intuito que o levou a visitar «bairros pobres, prisões e hospitais», contrariando a opinião de muitos dos seus contemporâneos, ao ponto de, «durante as epidemias de tifo e gripe, que mataram 120 000 pessoas em Portugal no ano de 1918, desafiou o contágio, entrando em enfermarias para consolar os doentes. Com Sidónio, o poder adquiriu um rosto e um coração, tornou-se uma pessoa, a quem os portugueses podiam ver e apelar». – Rui RAMOS, *História de Portugal. A segunda Fundação*, dir. José Mattoso, vol. 6 (Lisboa: Editorial Estampa, 2001), 526.

⁵⁶⁵ Estipulado na Decreto n.º 5637, de 10 de maio. Para a análise evolutiva desta legislação, ver: PEREIRA, «Breve síntese histórica da tutela dos acidentes de trabalho...», 13.

⁵⁶⁶ Regulamentados pelos Decretos n.º 5636 e n.º 5638, respetivamente.

⁵⁶⁷ Foi o Decreto n.º 5640 que estabeleceu a organização deste Instituto.

«organismo com atribuições de assistência pública (...) embora deva dizer-se que todas estas medidas não passaram do papel ou tiveram escassa aplicação»⁵⁶⁸.

Depois destas iniciativas legislativas, só mais tarde, a 25 de novembro de 1925, no governo de Domingos Leite Pereira, merece registo a extinção do Ministério do Trabalho, tendo passado a Direcção-Geral de Assistência para a alçada do Ministério do Interior, uma decisão que, na opinião de Carlos Farinha dos Santos, veio reforçar «a associação entre assistência, combate à mendicidade e manutenção da ordem»⁵⁶⁹.

Após o golpe militar de 1926, «as competências assistenciais do ISSOPG, entretanto integrado no Ministério das Finanças (Decreto n.º 11 996, de 29 de Julho de 1926)»⁵⁷⁰ foram igualmente transferidas para o mesmo Ministério (do Interior). Nesse mesmo ano, é feita ainda uma reorganização dos Serviços de Saúde Pública geridos pela Direcção-Geral de Saúde através do Decreto n.º 12477, de 12 de outubro⁵⁷¹.

Em 1930 e 1931, a legislação emanada parece visar sobretudo o controlo e a intervenção mais diretos do Estado face às iniciativas e estruturas assistenciais. Como nota Irene Flunser Pimentel,

«(...) a fiscalização de todos os estabelecimentos privados e a intervenção em tudo o que dizia respeito à assistência pública foram atribuídas à Direcção-Geral de Assistência em 1931 (Decreto n.º 20 285, de 7 de Setembro), no mesmo ano em que foi regulada a repressão à mendicidade no espaço público (Decreto n.º 19 687, de 4 de Maio de 1931), também da competência do Ministério do Interior, que tutelava ainda as polícias»⁵⁷².

Cronologicamente relacionados com o horizonte dos escritos e ação de Padre Américo que aqui se analisam, estes avanços legislativos (bem como a ação de certas figuras do regime) viriam a ter mais diretas consequências na ação de quem, à época, era já um “homem do terreno”, profundamente implicado no trabalho social em Coimbra. Assim, 1932, ano da assunção da responsabilidade pela “Sopa dos Pobres” daquela cidade, foi também o ano marcado pela emergência de um nome e ação governativa fundamentais para toda a história do Estado Novo: Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que em julho desse ano, chama ao seu Ministério a responsabilidade (e o destino) das verbas do Fundo de Desemprego⁵⁷³. Logo depois, criou igualmente

⁵⁶⁸ PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 478.

⁵⁶⁹ PIMENTEL, 478, nota 1.

⁵⁷⁰ PIMENTEL, 478.

⁵⁷¹ Cf. PIMENTEL, 478.

⁵⁷² PIMENTEL, 478-79.

⁵⁷³ Cf. António Costa PINTO, «Pacheco, Duarte (1899-1943)», *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, 1996, 710-11.

o “Comissariado do Desemprego”, organismo autónomo no seio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), que ficaria responsável, até aos anos 60, pelo auxílio aos desempregados voluntários. O desemprego ficou, assim, até então fora do grupo de riscos que deveriam ser atenuados pela previdência social⁵⁷⁴, uma situação que, como nota Irene Flunser Pimentel, contrariava o «*texto do Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23048, de 23 de Setembro de 1933)*», entretanto publicado⁵⁷⁵.

Comentando toda a evolução verificada até este momento, Carlos Farinha Rodrigues considera que

«O Estado Novo herda assim um sistema de assistência social incipiente, onde a intervenção pública se ocupava prioritariamente da coordenação das instituições privadas de ajuda e beneficência, onde o ataque à mendicidade prevalecia sobre a eliminação das suas causas, onde a concepção dominante das acções era a da assistência caritativa. Esta situação vai manter-se, e mesmo acentuar-se, durante os primeiros anos do Estado Novo»⁵⁷⁶.

Com efeito, foi a partir de 11 de abril 1933 (data da entrada em vigor daquele que foi o documento fundador do Estado Novo em Portugal – a Constituição de 1933), que começaram igualmente a surgir os diplomas que haveriam de suportar legalmente os sistemas de Assistência e de Previdência Social propostos pelo novo regime político. Assim, «*aproveitando certos elementos existentes do regime anterior, mas em ruptura ideológica com as concepções republicano-liberais de direito à assistência pública e de seguro social obrigatório, legislados mas não aplicados*»⁵⁷⁷, logo «*(...) o Estado Novo fizera aprovar o chamado “Regime Geral de Previdência” (Lei nº 1884, de 16 de Março de 1935)*»⁵⁷⁸, diploma que especificava quais as instituições reconhecidas como sendo de Previdência Social⁵⁷⁹.

⁵⁷⁴ PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 479.

⁵⁷⁵ Cf. PIMENTEL, 479.

⁵⁷⁶ RODRIGUES, «Assistência Social», 71.

⁵⁷⁷ PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 477.

⁵⁷⁸ ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:89. Analisando as consequências de tal diploma, o autor comenta: «(...) A criação das caixas indicais de previdência dependia ‘da vontade dos interessados’, ou seja, da celebração de contratos colectivos de trabalho, e o patronato opunha-se denodadamente (...) à sua assinatura. (...) Na realidade, até ao fim da guerra, a grande maioria do operariado não está abrangido por qualquer sistema público de previdência (...) Não há, como regime geral, pensões de sobrevivência, de desemprego, assistência clínica ou médica completa ou assistência materno-infantil (...) Para o geral dos trabalhadores portugueses desse tempo, o desemprego, a doença prolongada ou a velhice significavam a fome e miséria». – ROSAS, 7:89.

⁵⁷⁹ Carlos Farinha RODRIGUES, «Previdência Social», *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, 1996, 796-98.

Mais tarde, no quadro da crise (social, económica, laboral, política...) generalizada, sentida em Portugal no final da 2ª Guerra Mundial⁵⁸⁰, os sistemas de previdência social e assistência propostos pelo Estado Novo visavam, de acordo com a ideologia corporativista então assumida⁵⁸¹,

«(...) a “melhoria da situação das classes trabalhadoras”, tal como outras medidas de pendor social incidentes nas relações laborais (Patriarca, 1995) [e] enquadram-se no propósito de “pacificação social” limitando condições de vida socialmente inaceitáveis, potenciais rastilhos de contestação».

Assim, e em primeiro lugar, cabe registar neste período a promulgação do Decreto-Lei n.º 30 692, de 27 de agosto de 1940, que criava o Subsecretariado de Estado da Assistência Social. No entanto, só em 1944 é definido o Estatuto da Assistência Social⁵⁸², segundo o qual

«(...) o Estado propunha-se “valer aos males e deficiências dos indivíduos, sobretudo pela melhoria das condições morais, económicas ou sanitárias dos seus agrupamentos naturais”, cabendo-lhe “orientar, tutelar e favorecer” as iniciativas particulares ou “suscitar, promover e sustentar” ele próprio obras de assistência quando elas faltassem”»⁵⁸³.

Torna-se aqui patente, portanto, uma «*tónica preferencialmente preventiva ou recuperadora, em detrimento do carácter curativo*», dado que «*a assistência deveria ser prestada em coordenação com a previdência e com os organismos corporativos, não favorecer a “preguiça” ou a “pedinchice” e ter em vista “o aperfeiçoamento da pessoa e da família”*»⁵⁸⁴. Uma outra nota interessante a relevar é que, de acordo com este diploma, «*A assistência devia ser preferencialmente prestada no “lar” ou através da colocação dos “assistidos” em famílias rurais e só em último caso pela*

⁵⁸⁰ Fernando Rosas denomina esta crise como «a primeira crise séria do regime (1940-1949)», analisando-a a profundidade das suas concretizações políticas, económicas e sociais. – ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:267-367.

⁵⁸¹ Uma ideologia que defendia ser papel do Estado a «orientação, direcção e fiscalização das actividades económicas» (José Maria Brandão BRITO, «Corporativismo», em *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, 1996, 217) e que «reconhece a necessidade de limitar ou moderar os factores e impulsos económicos por princípios de ordem espiritual e moral» (BRITO, 218. O facto é que, como igualmente se verá, não foi só no plano económico mas igualmente no plano assistencial (tal como no associativo e sindical, entre outros) que tal “controlo orientador” se fez sentir, gerando não poucas tensões, como também os escritos de Américo Monteiro de Aguiar nos revelam.

⁵⁸² PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 480.

⁵⁸³ PIMENTEL, 480.

⁵⁸⁴ PIMENTEL, 480.

via do internamento em instituições estatais»⁵⁸⁵. O mesmo se diga, «Por maioria de razões», quanto à «assistência materno-infantil», apoio este que, defendia-se, «deveria ser prestada prioritariamente “a domicílio”»⁵⁸⁶. Fundamentando a legislação assistencial num discurso de forte pendor “patriótico” (eivado de referências à « *piedade, religiosidade e espírito de sacrifício*» característicos do povo português⁵⁸⁷), assim se depreende que, de acordo com esta visão, aqui sintetizada por Irene Flunser Pimentel,

«A assistência caberia, assim, em primeiro lugar, ao espírito caridoso dos Portugueses e à iniciativa particular e só depois ao Estado. Reconhecia-se o pioneirismo de Beveridge ao proclamar na Grã-Bretanha, em 1942, “o escândalo da miséria” e ao rever as políticas utopistas da filantropia do século XIX, mas lembrava-se que a indispensável assistência pública não podia “suprir a assistência particular” nem impossibilitar a beneficência individual»⁵⁸⁸.

Finalmente, e a par destas considerações jurídico-legais, merece relevo uma questão de ordem terminológica-conceptual, vertida e consubstanciada numa apreciação axiológica que haveria igualmente de perpassar a mentalidade daquele período. Nas palavras da mesma autora atrás citada,

«Ao definir os que deveriam beneficiar da assistência pública, o Estado Novo estabeleceu uma autêntica tabela classificativa de “maus” – ou ‘parasitas sociais’ – e de “bons” pobres, a única categoria passível de ser apoiada e na qual se incluíam muitas mulheres, nomeadamente as mães solteiras, as esposas e as crianças abandonadas, “quando os chefes se deixam arrastar por paixões ou quando houve divórcio”»⁵⁸⁹.

É, portanto, neste quadro jurídico-legal e (remetendo para a última nota aqui apontada) cultural-conceptual relativo às questões da pobreza e da assistência que a ação assistencial-caritativa e crítica de Américo Monteiro de Aguiar se movem. Por conseguinte, feita esta breve (e sempre dilatável) exposição deste “contexto”, cremos ser mais fácil a compreensão e enquadramento não só das ditas propostas como também dos termos (muitas vezes duros) com que a sua crítica à Assistência é tecida. Porque deveras multifacetada e dirigida a um grande leque de aspetos relativos às práticas e princípios orientadores da Assistência sua coeva, permitimo-nos apresentar um esquema (de entre muitos possíveis) daqueles que são, a nosso ver, os principais contornos com que esta mesma crítica se reveste.

⁵⁸⁵ PIMENTEL, 481.

⁵⁸⁶ PIMENTEL, 481.

⁵⁸⁷ PIMENTEL, 481.

⁵⁸⁸ PIMENTEL, 481.

⁵⁸⁹ PIMENTEL, 482.

Assim começaremos por abordar, em primeiro lugar a dimensão “burocrática e financeira” característica da Assistência pública; depois, analisaremos alguns enunciados relativos à assistência particular e terminaremos com uma sumária apresentação da perceção de Américo Monteiro de Aguiar relativa às estratégias assistenciais de que eram protagonistas instituições do âmbito eclesial. Parece-nos ser, deste modo, mais viável uma compreensão mais abrangente do “retrato social” apresentado pelo autor em estudo.

2.2.2. Orçamentos, tabelas, inquéritos e atestados: a burocracia, verdadeiro “fungo” da Assistência pública

O tema da burocracia (no âmbito específico dos processos, estruturas e dinâmicas assistenciais) é um daqueles aspetos que, embora nos possam parecer marginais à atual análise, acabam por se constituir em espaços profundamente reveladores dos grandes e profundos *leitmotivs* do pensar-agir de Américo Monteiro de Aguiar. De facto, analisadas mais de perto as ocorrências relativas a estas questões (identificadas textualmente nos termos enunciados em subtítulo ou simplesmente agrupadas no campo lexical relativo ao conceito de “burocracia”), logo nos apercebemos que são deveras profundas as raízes (histórico-teológicas) em que tais enunciados assentam.

Concretizando e clarificando: em primeiro lugar, diríamos que o tema da burocracia, para Padre Américo, surge quase sempre como sinónimo de obstáculo a quem, como ele, é (mais) um “homem de ação” e não “de teorias”. Nas suas próprias palavras: «O mínimo de burocracia chama pelo máximo de trabalho. A inversa também é verdadeira...»⁵⁹⁰. Esta ideia assenta precisamente na constatação, partilhada igualmente por José da Rocha Ramos, de que, naquele tempo, «(...) a maior parte das instituições de caridade enfermavam ao tempo de uma grave e crónica doença: o excesso de dinheiro... e de burocracia!»⁵⁹¹. Esta última, com seus “inquéritos” e “relatórios”, “tabelas”, “questionários” e “orçamentos”, é vista por Padre Américo como um sério impedimento em cumprir com aquela que é a sua verdadeira obrigação e missão: dar uma resposta concreta e imediata à situação a enfrentar. E di-lo de forma taxativa:

«Ora aqui temos nós uma fonte dos tais “vadios” e “ladrões”, de quem o senhor da notícia, n’O Comércio do Porto, deseja ver a cidade limpa. Ele e nós. Todos nós. Enquanto houver tabelas nos modos de fazer assistência, temos de contar com legiões de vadios nas ruas, a pedir contas à gente...! E mais nada»⁵⁹².

⁵⁹⁰ Américo Monteiro de AGUIAR, «Património dos Pobres», *O Gaiato*, Ano XI, n. 287 (27 de fevereiro de 1955): 3.

⁵⁹¹ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 48.

⁵⁹² AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 133. Ver também os textos n.ºs 7 e 10 dos anexos.

E só inscrevendo esta sua experiência na de outros que, como ele, padeceram, na sua interpretação, dos mesmos “males” (Padre Américo refere as histórias de Florence Nightingale⁵⁹³ e do Padre Damião de Veuster⁵⁹⁴, personagens da sua especial predileção, cujas vidas e projetos foram igualmente “obstaculizados” pela burocracia) é que o fundador da Obra da Rua encontra algum “consolo” e esperança. Simultaneamente, dá-nos nota (ainda que de forma indireta) das fragilidades organizativas que caracterizaram desde sempre a sua Obra – e que o próprio sempre assumiu inteiramente, apresentando-as até como um dos maiores “trunfos” do seu sucesso. Para tal, exemplifica, com casos da sua própria história e experiência, que a burocracia, no que à Assistência diz respeito, pouco mais é do que um estorvo, um estorvo diretamente proporcional à gravidade e urgência das situações a que é devido dar resposta⁵⁹⁵. Descrevendo de forma “plástica” (e muito conforme com o seu “estilo”) a sua reação a este tipo de situações:

«Também eu quero falar. Também eu tenho muito que dizer. Trago os ouvidos cheios de “eu já meti os papéis; ele já meteu os papéis”, consoante a informação é directa ou indirecta. E, ainda, “ele tinha metido os papéis, mas não vieram e morreu”! Quero falar, sim, porquanto há grandes homens em Portugal que defendem a Assistência dos Papéis e que a Particular deve deixar de ser. É por ignorância que assim falam. Impossível a sua tese. Seria o arrefecimento do mundo. Desaparecia a vida das almas. Ia-se embora a vida das almas. Ia-se embora a Beleza. Ficava o reino das trevas... e dos papéis. A quem havíamos de amar?! Como praticar o Bem?! Ruíam os Fundamentos do Evangelho. O Eterno era mentira»⁵⁹⁶.

«Chorei aqui, ao ler a sentença no processo de um Abandonado de cinco anos, vinda de uma Comarca, dada por um Magistrado: – “Não temos abrigo nem verba”. A burocracia a condenar a trabalhos forçados um português inocente! Mas temos nós uma coisa e outra»⁵⁹⁷.

Concomitantemente, e não poucas vezes em tom de “desabafo”, não deixa igualmente de referir os problemas causados pela mesma no quadro da sua

⁵⁹³ AGUIAR, *O Barredo*, 213; AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:19.

⁵⁹⁴ AGUIAR, *O Barredo*, 214; AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:20.

⁵⁹⁵ Como o caso do menino do Barredo que não tinha lugar no sanatório do Porto, para o qual deu Américo Monteiro de Aguiar alerta nas páginas d’ *O Gaiato*, e que logo motivou a que um seu leitor se tenha prontificado a resolver a situação, encaminhando-o para o sanatório da Parede (Cf. AGUIAR, *O Barredo*, 86. ou no caso do seu projeto de construção de casas para os pobres em Lisboa, em que as taxas e demais burocracias exigidas em nada ajudam – só “estorvam” – à prossecução do mesmo e à resolução do respetivo – e premente – problema da habitação – (Américo Monteiro de AGUIAR, «Aqui, Lisboa!», *O Gaiato*, Ano VIII, n. 202 (24 de novembro de 1951): 1.

⁵⁹⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:88-89.

⁵⁹⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:175.

própria Obra. Assim sucede, por exemplo, no caso da construção da "Aldeia dos Rapazes" de Paço de Sousa:

«Levei seis meses a limar arestas da burocracia. O Código diz que se deve prestar contas, eu dizia que não, e nisto se gastaram tempo e solas até à hora do triunfo. Ele há-de vir tempo, e já cá anda, em que as leis darão lugar a outras leis, como logicamente exige o sangue que se tem feito!»⁵⁹⁸.

Mas não se pense, contudo, que é apenas sendo "juiz em causa própria" que, porque diretamente por ela afetado, Padre Américo se insurge contra a burocracia. Cremos que os textos que a seguir analisaremos são, a este nível, esclarecedores:

«Ora eu tenho aqui uma estatística de Fevereiro do ano de 1946 a falar das crianças sem abrigo e de outras abrigadas, sim, mas órfãs de pais. Contam-se por milhões, as da primeira categoria! Alemanha: oito milhões. Itália: três milhões... – e tudo assim. A estatística diz algarismos. Que diga o resto o teu coração, se és capaz de amar. Crianças que não brincam! Crianças à procura do sorriso da mãe! Eis a amargura. Crianças a pedir e a roubar. Eis a desgraça! Eu antes as queria chorar num caixão branco, mortas, do que sabê-las a morrer aos poucos e aos milhões pelas estradas fora»⁵⁹⁹.

«O problema da repressão da Miséria e seus múltiplos derivados não se resolve com estatísticas nem orçamentos; não. Há-de ser obra de todos, dirigida por devotos e apaixonados. A burocracia é o fungo das Obras de assistência social. Onde quer que ela se instale, derranca valores e iniciativas, troca nomes, inverte termos, afasta generosidades. Quem é que dá esmolas às Obras chamadas do Governo? De tal sorte se compreendem as coisas que, desde que cheire a Obra do Estado, tudo cuida da melhor forma de roubar: preços, qualidades, pesos, contratos, dinheiros, tempo... 'Deixa lá, que isto é do Governo!' O Governo passa, assim, na mente do povinho, por um senhor desconhecido que mora lá muito longe, que tem muito dinheiro e que deixa correr o marfim»⁶⁰⁰.

Não obstante, uma das características que ressalta dos textos de Padre Américo é a da sua "liberalidade", fortemente patente na transversalidade dos

⁵⁹⁸ Américo Monteiro de AGUIAR, «De como nasceu a Casa do Gaiato do Porto», *O Gaiato*, Ano I, n. 1 (3 de maio de 1944): 1.

⁵⁹⁹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 163.

⁶⁰⁰ E, "em contraponto" com esta forma de fazer e "perceber" o trabalho assistencial, o texto continua: «Quanto mais não rende a Assistência Particular! Obras de coração, elas atraem os corações. São pederneiras de fogo onde todos querem fazer lume. O segredo delas está na divisa que as distingue: "Procurar acima de tudo o bem dos assistidos"». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:135.

destinatários das suas críticas. Assim, e reconhecendo que também no seio das instituições assistenciais este mesmo «fungo» pode encontrar “habitat” favorável ao seu crescimento, é nestes termos (duros) que denuncia:

«Topei na Arcada duas religiosas que também andam por lá na mesma vida. Somos do mesmo ofício mas não rivais. Porquê? Por amor dos nossos trabalhos. A cruz não faz inimigos. Conversámos e elas quiseram saber quais os documentos que eu exijo aos nossos rapazes. – A miséria. – Pois sim, mas eu falo em documentos. Que é preciso para o órfão ser admitido? – Ser miserável. Depois de bem instruídas sobre a essência da nossa Obra, todas elas eram um riso de assentimento! Não perguntei nada, mas compreendi estar em frente de religiosas que administram casas de assistência por conta d’outrem, aonde o regulamento é que tem a palavra e não a criança»⁶⁰¹.

«Relatórios e panos quentes, tem sido o remédio preguiçoso para um mal que alastra a cada momento, em vertigem. O problema devia ter sido posto por cada um de nós. A libertação da miséria dos nossos irmãos devia ter sido feita pelos próprios irmãos, amorosamente, voluntariamente, sem a força da lei nem o medo das cadeias. Devia, mas não tem sido feita. O delírio das riquezas acarretou o delírio da miséria. O arranha-céus produziu o tugúrio. A caça ao dinheiro, por amor do dinheiro, tem feito a legião dos pedintes. Partiu-se o fiel da balança. Está tudo desorganizado. Já estamos a sofrer. O engano dos cofres está aí; está cá em casa. Outro dia, em Lisboa, deitei-me sem ceia. O comboio chegou atrasado. Não havia onde, nem que comer. São as restrições, são as tabelas, são os protestos, são as leis; o comércio negro, as listas negras, a desconfiança, o medo – partiu-se o fiel da balança; está tudo desorganizado»⁶⁰².

No entanto, a sua crítica não se reveste nem aponta apenas às “questões teóricas” em torno das consequências da burocracia: fazendo sua a voz e o desespero

⁶⁰¹ AGUIAR, *De como eu fui*, 84-85. Acerca desta referência ao trabalho assistencial desenvolvido principalmente por congregações religiosas femininas, parece-me pertinente a observação de Augusta Xavier Guimarães, acerca da realidade bracarense na segunda metade do séc. XIX: «Foram quatro as congregações religiosas que no último quartel do século passado vieram para Braga e desenvolveram uma acção assistencial digna de registo. Eram elas as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, as Irmãs Dominicanas Portuguesas, as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e as Irmãs de S. José de Cluny ou Irmãs da Congregação da Missão de S. José» sendo este precisamente «(...) um dos aspectos que imediatamente chamou a nossa atenção [...] (...) o de todas elas serem femininas (...) facto [que] levou-nos a considerar a relação que se poderá estabelecer entre a prática da assistência e essas congregações, até porque ao longo da nossa investigação não registámos qualquer referência à acção desenvolvida, em termos assistenciais, por congregações masculinas». – Augusta Xavier GUIMARÃES, «A Caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX» (Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1998), 54.

⁶⁰² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:261.

daqueles que, estando a jusante das peias burocráticas, faz igualmente seu este “lamento” diante de uma situação com a qual não se pode estar, de facto, de acordo⁶⁰³. Contudo, parece-nos que a importância deste tipo de textos não se resume à percepção da capacidade e do nível de empatia (em sentido estrito do termo) que Padre Américo tem pelos “seus pobres”: igualmente relevante e digno de registo é o retrato social sobre as práticas assistenciais, a sua percepção por parte das populações, as conceções culturais em torno das mesmas e as consequências de todas elas que, através deste (e de outros) texto(s) se pode aqui perceber. A crítica de Padre Américo aos “orçamentos e estatísticas” é, como agora se percebe, tripla: após criticar tais práticas a um nível “pessoal”, alarga agora o espectro da sua visão, pondo em questão a sua utilização como “estratégia de análise” (e, por consequência, como base de avaliação e decisão) em matéria social-assistencial. Assim, à “frieza” dos seus números e tabelas (que nada dizem da história/vida concreta que os enformam e apenas desvirtuam o sentido da missão que lhes cumpre realizar: «*Sempre que nas obras de assistência entra o cálculo comercial, essa obra passa a ser um negócio e negócio desonesto*»⁶⁰⁴), contrapõe o “calor” («*lume*») que preenche os «*corações*» imbuídos da Caridade, a tal que, segundo ele, «*(...) não se apaixonava; compadece-se. Segue de muito pertinho os golpes que o nosso bom Deus lança, por vezes, no regaço de certas famílias e associa-se a elas, padecendo até ao fim*»⁶⁰⁵. Finalmente, porque o quadro “burocrático” resultante da postura/estratégia estatal, de forte controlo das instituições de Assistência, lhe parece totalmente desfasado da realidade (organizacional e estrutural, quer ao nível do “património” quer dos “recursos humanos”) das mesmas, muitas vezes exigindo destas a aplicação de um esquema de “prestação de contas” que, na realidade, se manifesta inviável/inaplicável. A ilustrar e concretizar de forma ainda mais completa esta sua visão, atente-se neste texto, cuja extensão será certamente justificada pela relevância do que nele é descrito:

«De há uns meses a esta parte, vimos sendo severamente prevenidos da obrigação de prestar contas segundo as normas da lei, “por causa da magnitude da Obra e do montante das suas receitas e despesas”. Temos recebido e aceitado estes recados em boa consciência e dado passos para uma conciliação razoável, porém nada. Os despachos vêm na volta, gelados e inflexíveis: “a Obra está sujeita à alçada do Tribunal de Contas”. Ora eu também digo que sim. As Obras detentoras de fortunas, têm necessariamente de prestar contas conforme as leis do tempo. O que seria sem elas se, mesmo prestando-as, há tanto que falar... Sim. Perfeitamente de acordo. Nós, porém, somos uma coisa diferente. Nós somos

⁶⁰³ Veja-se o já citado texto de AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:264-65.

⁶⁰⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:157.

⁶⁰⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:126.

outra loiça. A natureza desta Obra foge às alçadas. Eu peço licença para informar a Nação, porquê:» [continua em nota] ⁶⁰⁶.

Uma vez mais, emerge aqui a citada liberalidade de Padre Américo, que se outrora o impelia a denunciar certas “práticas injustas” levadas a cabo por algumas instituições suas companheiras “do mesmo ofício”, agora é diante dos poderes estatais/governamentais (nas suas concretizações fiscalizadora e financeira) que se insurge. E, precisamente neste contexto, merece ainda registo uma outra vertente desta crítica do fundador da Obra da Rua à burocracia: a que se relaciona com as estratégias adotadas, quer pelo Governo, quer pelas demais instituições particulares de Assistência, para classificar os “níveis de necessidade” dos pobres e das respetivas situações de carência.

Referimo-nos, mais especificamente, à questão dos “inqueritos” e “atestados de pobreza”⁶⁰⁷ (e demais documentação similar) que, à data serviam, simultanea-

⁶⁰⁶ [continuação] «Começou-se no ano de 1940 por um acto de renúncia a tudo quanto então possuíamos, com autorização do meu Superior; e a seguir, um voto de pobreza jurado nas mãos do Mesmo, aonde me obriguei sob pena de pecado mortal a gastar só o preciso e nunca ter nada de meu. Com este capital na mão, começamos a servir os Pobres, mendigando nas ruas de Coimbra e distribuindo por eles, à noite, o que durante o dia recebíamos. Volvidos anos, a Obra chega a esta “magnitude”. Cresce o “montante das receitas”, mas a sua essência não mudou. O seu fundamente continua a ser divino. Não arrecadamos. Distribuímos como dantes; só que agora mais, porque mais. Eis. Esta mesma doutrina expusemos; que tomassem por esmola quaisquer subsídios e mandassem verificar pelos Inspectores da Assistência se e como as estimamos; por resposta tivemos a letra: “veja-se e cumpra-se o artigo 428 do Código Administrativo aprovado pelo Decreto 31095 de 31 de Dezembro de 1940”. A letra contra o espírito! Sabemos que a ignorância da lei não excusa. Porém, se naquele tempo, ao mendigar por Coimbra, eu tivesse sonhado ou alguém me dissesse dela, tomaria imediatamente outro caminho. Assim como também hoje, se as coisas fossem a cabo, eu entregaria; e faço-o com humildade firme, dor inerente e vou-me embora sem nada e sem medo. Depois da renúncia a morte. É preciso impregnar o mundo do Sobrenatural. Não. Enquanto a Obra não tiver o rapaz que possa dedicar-se às chamadas contas legais, é inútil esperar outras que não sejam as caseiras que vamos prestando, as quais, não tendo aquela “exactidão” que a lei requer, são moralmente certas. É por um simples estado de alma; não é por mais nada, que experimentamos uma relutância invencível em dar ouvidos e executar o ‘momentoso problema da prestação de contas’. É tal a força da minha sinceridade, tal a experiência dos meus sacrifícios, tal a doação do meu sangue em gotas, que quase perco os sentidos a cada ofício que chega, rude e deshumano, a obrigar, a ameaçar!! Tenho de informar a Nação. Receio de desvios? Ninguém acredita. É impossível. Não há ai ninguém que não ponha as mãos no fogo. Porquê? Por via da natural transparência da verdade. Ela não pede forças. Não exige raciocínios, impõe-se. Burocracia? Mas esta admite critérios. Existem no país Obras de Assistência isentas daquelas contas, por pobres. Nós podemos muito bem entrar aqui. Mas há mais. Temos mais este diálogo e despacho Ministerial: – Trezentos contos, senhor Ministro. – Sim. Quer levar já o dinheiro? – Senhor Ministro; eu não posso prestar contas. – Nem deve, Isto é uma esmola do Governo. Vá. Trabalhe e continue. Isto me disse o Ministro, e isto escreveu: “O alto interesse social da obra justifica, de sobejo, a ajuda do Estado. Por isso a concedo à obra e ao homem dispensando formalidades que embarquem uma acção inspirada apenas em ideais de bondosa e pura solidariedade humana”. Isto é um facho. Duarte Pacheco vive. A sua Obra continua. Os seus decretos valem». – Américo Monteiro de AGUIAR, «Contas», *O Gaiato*, Ano IX, n. 212 (14 de abril de 1952): 1. Ver o comentário “alargado” a este episódio feito por NEVES, *O Padre Américo*, 39.

⁶⁰⁷ Refere-se aqui Padre Américo a uma prática burocrática recorrente, nomeadamente no processo de admissão de menores aos asilos (públicos ou mesmo privados). Cf. PEREIRA, «Assistência social caritativa

mente, como instrumento de “caracterização, catalogação e seleção” das diversas situações de carência e do respetivo (não)enquadramento nas respostas sociais e assistenciais a aplicar pela instituição que os exigia. De forma taxativa, e igualmente paradigmática, eis o que, a título de exemplo, Padre Américo dizia acerca dos hospitais e dos seus “critérios” à hora de selecionar os que haveriam ou não de cuidar: «*Dá pena ver que os nossos hospitais sejam postos de observação em vez de Casas de Assistência onde se amparasse o doente até à cura final ou morte!*»⁶⁰⁸. E, comentando o problema da (falsa) mendicidade (outro problema a que quer Padre Américo quer as instâncias governativas dedicaram, naquela época, particular atenção⁶⁰⁹), relata ele que:

«Todos os dias. Dos concelhos de Valongo, Paredes, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Marco de Canaveses. Sexos. Idades. Doenças. Tudo. Trazem cartas de recomendação, atestados das Juntas; mas muito mais do que isso, dizem as suas lágrimas, seus queixumes, dolorosas situações. A pobreza transformada em miséria!»⁶¹⁰.

De facto, talvez não seja nem abusivo nem redutor considerar que toda a proposta social e assistencial de Padre Américo visou, precisamente, enquadrar, “integrar no sistema” aqueles que, por qualquer razão, “escapavam” às respetivas “redes”. Dito em linguagem burocrática, é dos “não enquadráveis” de que ele se ocupa; dito no seu estilo próprio, é aos “abandonados, esquecidos, “lixo das ruas” que ele entrega a sua vida e forças. E é precisamente porque tal situação lhe parece demonstrar, acima de tudo e antes de mais, uma enorme e incompreensível injustiça (já que deveria ser precisamente e primeiramente às situações vividas por esses “elos mais fracos” da cadeia/estrutura social que a Assistência deveria dar uma resposta concreta e integrada) que a sua perceção e crítica não poderiam ter forma nem tom muito diferentes daquele com que se nos é apresentada. Eis, de seguida, alguns trechos ilustrativos (de entre outros que se poderiam aqui citar) desta questão. Os dois primeiros referem-se explicitamente às “leis e critérios da Assistência”; os restantes expõem esta mesma crítica, mas partindo de casos concretos e da forma como estes se conjugam com as ditas “leis”.

«As leis e o critério da Assistência são tão apertados, que reduzem o Pobre em vez de o auxiliar. As autoridades locais não abrem os olhos. Não raciocinam. Não abrem, sobretudo, o coração. É a lei. Não sei por que lei aparece às vezes

(III. Na Idade Contemporânea)», 700; SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 44-46.

⁶⁰⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:104.

⁶⁰⁹ Como exemplo paradigmático da visão de Padre Américo sobre este tema ver AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:35-38., um texto que, dada a sua relevância, aparece transcrito em anexo (n.º 7).

⁶¹⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:212.

um homem de teres, que obtém favores e é tido por pobre, com o respectivo atestado⁶¹¹ na mão! O que é impossível àqueles, torna-se fácil a estes!»⁶¹².

«Quem ler as nossas leis e decretos, fica sabendo que tudo se encontra devidamente arrumado. Em cada freguesia existe na verdade uma Comissão de Assistência... Este não, mas grande parte dos nossos Pobres que vêm diariamente ter à nossa Casa, de muitas freguesias e até desta em que estamos, apresentam-se munidos de um atestado em papel de vinte e cinco linhas, aonde os três membros da Comissão declaram que o portador necessita! Ora isto é uma perversão»⁶¹³.

«Hoje foi o dia em que se apresentaram aqui dois homens, tristes, desalentados, munidos de atestados de pobreza passados pela Junta das suas freguesias. Um deles ia dar entrada no hospital. Outro era caso pior: – “Doi-me o peito...!” O atestado do primeiro era impresso e feito dentro dos novos moldes assistenciais. O segundo, era o clássico papel de vinte e cinco linhas e ambos assinados por três homens da Comissão. Eu despachei assim: No rosto do papel escrevi “Volte” e, no verso, escrevi “Protesto”. (...) Trata-se de dois documentos públicos. O que se escreveu ficou. Vamos a ver. (...) Ora eu muito desejaria saber o que fariam os pobres homens que assinaram estes pobres documentos, se os mandassem caminhar quinze quilómetros, não tendo eles meios nem forças para fazer quinze metros! “Eu não posso do meu peito!” Guardo as palavras; trago nos olhos a figura deste pedreiro (...)»⁶¹⁴.

«Trazia na mão um papel azul de vinte e cinco linhas aonde a comissão local de Assistência declarava por “sua honra” que a mãe da pequenita é “económicamente incapaz de prover às necessidades de sua filha”, a qual vai dar baixa num hospital e sofrer uma operação. Todas aquelas palavras são perdidas. O sentido delas também não se aproveita. “Económicamente débil” é a cortina que hoje encobre tremendas responsabilidades»⁶¹⁵.

⁶¹¹ Esta era uma prática que, de acordo com Augusta Xavier Guimarães, já seria habitual pelo menos desde a segunda metade do século XIX. Quando esta autora descreve as dificuldades (também terminológico-conceituais) verificadas na identificação dos beneficiários de uma instituição de assistência surgida naquele período – o Asilo de Mendicidade, fundado em 1884, em Braga – refere, não só a «situação dúbia» da terminologia utilizada mas igualmente que «Os designados como indigentes eram certamente pobres, isto porque, segundo a mesma fonte, quando solicitassem entrada no Asilo, tinham que apresentar atestados de pobreza passados pelos párcos, regedores e juntas de paróquia e visados pelo Administrador do Concelho». – GUIMARÃES, «A Caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX», 15. Deveras interessante (também no quadro da crítica feita por Padre Américo a este *modus operandi*) é a dúvida levantada pela mesma autora: «(...) se esta exigência não constituiria um obstáculo difícil de contornar para muitos dos necessitados. Ficámos também sem saber porque é que tal requisito só se aplicava aos indivíduos que por sua própria iniciativa pediam auxílio ao Asilo, tanto mais que os mendigos, encaminhados pelas autoridades para essa instituição, poderiam não ser necessariamente pobres».

⁶¹² AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 68.

⁶¹³ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:31.

⁶¹⁴ AGUIAR, 3.

⁶¹⁵ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 341.

A vertente pragmática e realista da sua personalidade permanentemente recorda a Padre Américo que esta “luta” é sem tréguas: que há-de perdurar enquanto as instâncias estatais não forem capazes de agilizar os seus processos de vigilância (que ele não questiona) de tal forma a respeitar sempre e integralmente a “essência” e a “circunstância” de cada organismo dedicado à prática da Assistência; mas que igualmente não terá o sucesso desejado enquanto, como o próprio diz, esta “ferida social” que é a pobreza-miséria imerecida não fizer “sangrar os corações” daqueles que, independentemente do maior ou menor poder/responsabilidade de que sejam detentores, poderão sempre fazer “alguma coisa”. Com relação aos primeiros, é através de contactos diretos, nomeadamente nas suas “idas e vindas” a Lisboa (Ministérios), que vai dando nota das fragilidades da sua ação; aos segundos, de tudo se “confessa”, desfiando, no seu jornal *O Gaiato*, as linhas e entrelinhas desta “trama” infundável. Intuindo que aqueles que seriam, no futuro, os responsáveis por dirigir os destinos da sua “Obra”, iriam igualmente padecer das mesmas dificuldades, é com palavras assertivas que lhes recomenda e exorta a este respeito:

«Nunca mandar ninguém embora por falta de dinheiro. Nunca deixar de receber quem quer que seja, com medo do dinheiro. Aqui há tempos, senti este medo e disseram-me que não, quando pedia um leito em uma casa religiosa aonde a burocracia entrou. Os fundadores destas, não ganharam as esporas nem foram canonizados por terem falado assim. E quando eu protestei, disseram-me: os tempos agora são outros. Meus padres: não acrediteis nestas frases cómodas e ligeiras. Não são os tempos que fazem o santo; é antes este que faz os tempos»⁶¹⁶.

Em suma, novamente Padre Américo faz subordinar toda e qualquer estratégia assistencial aos valores do Evangelho, neles assentando integralmente quer os princípios de orientação, quer os critérios de avaliação-decisão, mesmo no que respeita ao julgamento a fazer das “questões burocráticas” com que a sua Obra tem que lidar. Também por isso, e como tivemos já oportunidade de referir, igualmente a questão do “financiamento” das obras/instituições de Beneficência/Assistência é, para Padre Américo, uma questão-chave: não porque essa seja a sua primordial preocupação, mas precisamente por, na sua ótica, ser esta questão – a monetária – a que mais energias canaliza (e “desgasta”) dentro de tais instituições, ao ponto de as desvirtuar: «*As chamadas Casas de Caridade vivem das suas rendas, por isso mesmo dizem que não pode ser – e o Mundo está em chamas!*»⁶¹⁷.

⁶¹⁶ Américo Monteiro de AGUIAR, «Cantinho dos Padres da Rua», *O Gaiato*, Ano XII, n. 293 (21 de maio de 1955): 1.

⁶¹⁷ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:321.

Para terminar, e como que a comprovar que esta sua “intuição” estava correta (e igualmente que estas suas recomendações foram escutadas), recolhem-se aqui as palavras de Padre Adriano, um dos seus “Padres da Rua”, que refletem fielmente o “pensamento” do seu “fundador”⁶¹⁸. Assim, relatando três casos concretos por ele assistidos, fala Padre Adriando da existência de

«(...) três reinos (se é que – nos dias de hoje se pode falar em reinos) que se entrecrocavam mutuamente: o da ganância egoísta, grosseiro e materialista, o da burocracia indiferente, autômato, papeloso que diz à própria morte que espere se quiser, e o da caridade compassiva, diligente, carinhosa. Só ela merece a coroa de rainha e contudo é a mais desprezada [sic]. Passa a opulência no seu carro de luxo e cortejo de lacaios e todos tiram o chapéu; passa a burocracia com sua pasta de decretos e, ai de quem não acatar. Só a caridade não passa porque se esconde; sofre com os que sofrem, espera, acaricia, suaviza [sic], ama até para além da morte. Como a piedosa mãe que reúne e beija e rega de lágrimas os membros decepados do filho esmagado pela engrenagem dum blindado carro de assalto, assim a caridade»⁶¹⁹.

2.3. A “Assistência Particular”: Confrarias e Irmandades, Associações e Misericórdias, grémios e tantas outras “casas” – *«tudo se perdeu!»*

«Quanto mais particular for uma obra de assistência, mais geral se torna. Mais de todos. É um alvo. Ela cria a mística do dar»⁶²⁰. Será, grosso modo, sob este “princípio centrípeto” que Padre Américo assentará grande parte (senão mesmo de forma total) a sua visão acerca da “Assistência Particular” em Portugal. Por um lado, e bem ao seu estilo, evoca a responsabilidade pessoal dos agentes nela implicados, fazendo apelo (particularmente quando tal se aplica) à sua consciência e identidade cristã-caritativa; por outro, parece igualmente fazer eco do princípio da “subsidiariedade”, *«princípio de organização social e política, pois é um princípio normativo que indica qual é a função da autoridade, bem como quais são os limites para seu exercício»*⁶²¹, e que *«(...) está entre as mais constantes e*

⁶¹⁸ «O maior legado deixado pelo fundador é o facto de serem os próprios gaiatos e padres da rua os seguidores da Obra, de modo a estendê-la à sociedade e a criar novos horizontes culturais, com o intuito de apelar à verdade, à paz, à justiça social, à solidariedade, remediando muitas situações de pobreza e miséria e amparando a criança abandonada, tendo no jornal O Gaiato o seu veículo difusor». – MARTINS, «Intervenção e acção social em prol dos necessitados. A experiência do Padre Américo e da Obra da Rua», 120.

⁶¹⁹ Padre ADRIANO, «Aqui, Lisboa!», *O Gaiato*, Ano XI, n. 263 (27 de março de 1954): 2.

⁶²⁰ AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 31.

⁶²¹ Francisco Carlos DUARTE e Isabella Cristina Costa NACLE, «Subsidiariedade: a evolução do princípio constitucional limitador da interferência estatal», *Seqüência (Florianópolis)*, n. 68 (2014): 91-107.

características diretrizes da doutrina social da Igreja (...)»⁶²². Neste contexto, e apesar de prosseguirmos a nossa análise adotando como ponto de partida uma visão “institucional” do fenómeno da Assistência em Portugal, devemos ter sempre presente que é ao nível das “práticas (pessoais)” dos respetivos membros que o discurso de Padre Américo se situa e focaliza.

Homem atento à realidade do seu tempo, Américo Monteiro de Aguiar não poderia de modo nenhum ignorar ou deixar de se relacionar com aquelas que eram, à data, as estruturas assistenciais cujo papel na sociedade portuguesa se revelavam ser de maior relevância: quer porque a vertente social do seu legado igualmente se inseria no mesmo plano de resposta aos mesmos problemas, quer porque esta surgia, precisamente, como proposta de resposta às limitações que ele identificava existir nas ditas estruturas já existentes⁶²³. Assim, e sabendo ele muito bem que «*muitos dos problemas sociais nos começos do século XX encontram “remédio” provisório na caridade e na beneficência de instituições privadas (religiosas)*»⁶²⁴, também sobre elas os seus escritos teriam necessariamente que versar. De que forma e com que conteúdos são questões a que aqui nos propomos apresentar uma hipótese de resposta. Assim, e tal como sucede com outros temas que aqui temos vindo a analisar, também no que concerne às considerações de Padre Américo relativas à chamada “Assistência Particular” nos parece ser possí-

⁶²² IGREJA CATÓLICA: Pontifício Conselho Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2004, n.º 185. Um primeiro esboço deste princípio tinha já sido apresentado pelo Papa Leão XIII na *Encíclica Rerum Novarum*, tendo posteriormente sido alvo de particular atenção de Pio XI, na *Encíclica Quadragesimo Anno* (1931), que o formula nestes termos: «Deve contudo manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem, é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social, e não destruí-los e absorvê-los». – IGREJA CATÓLICA: Pio XI, Papa (1922-1939), *Carta Encíclica «Quadragesimo Anno – Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em Conformidade com a Lei Evangélica no XL Aniversário da Encíclica de Leão XIII Rerum Novarum»*, 1931, [em linha: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>]. Por sua vez, o Papa João XXIII retoma a reflexão e concretização teológico-doutrinal o mesmo princípio na sua *Encíclica Mater et Magistra* (ver os n.ºs 53, 116 e 151 do citado documento).

⁶²³ «Nas vésperas da criação das organizações femininas estatais, existiam inúmeras outras associações de caridade e de beneficência geridas por senhoras da aristocracia e das classes altas da sociedade. Embora muitas dessas associações, públicas ou privadas, já existissem anteriormente – caso da Liga de Profilaxia Social do Porto –, muitas surgiram a partir dos anos trinta, da iniciativa da Igreja e dirigidas por mulheres católicas e por familiares de governantes do Estado Novo. Muitas outras associações tinham porém um carácter educativo e laico (...); também outras, como as organizadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), apoiavam a acção assistencial e filantrópica». – Irene Flunser PIMENTEL, «Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina», *Campus Social*, n. 3-4 (2007 de 2006): 26.

⁶²⁴ MARTINS, «A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)», 152.

vel identificar algumas linhas essenciais do seu discurso e análise, exercício que passamos a concretizar.

Num primeiro plano, que diríamos “de enquadramento”, encontramos algumas referências ao ambiente jurídico-legal em que as Instituições deste tipo se inserem⁶²⁵. Mais concretamente e fundamentalmente, «*Segundo o Código Administrativo de 1936, como já se dispusera em 1928, as misericórdias eram consideradas os organismos primordiais e coordenadores da assistência em cada concelho*»⁶²⁶. Da análise, suportada igualmente na leitura dos textos que aqui citamos e citaremos, cremos ser válido afirmar que a Padre Américo não seduzem os debates jurídico-organizativos das estruturas da Assistência: a sua preocupação (e crítica) incide, sobretudo, nos “princípios” que as orientam, e com ainda mais relevância, nas “práticas” que deles decorrem. Uma vez mais, e respeitando o paradigma hermenêutico aqui eleito, as suas intervenções e comentários sobre tais estruturas e práticas são consequência direta do “juízo” que o fundador da Obra da Rua sobre elas emite, quando compara tais formas de organização, seus princípios, lógicas e estratégias de ação com os valores e *modus operandi* emanados do Evangelho. Por isso, é desta forma que comenta, precisamente, quer as consequências das alterações legislativas relativas a estas “obras de assistência” quer as práticas que delas então emergiram:

«Confrarias, Irmandades, Associações, Misericórdias – Obras eminentemente sociais. Obras da Igreja. Código do verdadeiro amor do Próximo, nascido e criado n’Ela – tudo se perdeu! Agora é o Código Administrativo a riscar. Culpa de quem? É muito mais fácil imputar do que admitir!»⁶²⁷.

«A doutrina social não devia ser tanto obra de códigos como da consciência de cada cidadão. Todo o homem que não se obriga a si mesmo em matéria social, pouco vale o que ele pratica, obrigado. Falta-lhe a boa vontade. Falta-lhe o conhecimento da sua missão neste Mundo. Falta-lhe a noção da responsabilidade. Com

⁶²⁵ A Obra da Rua – Casa do Gaiato, é atualmente uma Instituição Particular de Solidariedade Social reconhecida oficialmente sob a designação Obra da Rua ou Obra do Padre Américo (registada na Direção Geral da Segurança Social, no Livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o N.º 53/85 a fls. 158 e verso em 14 de junho de 1985. 6/85. Já no que concerne às casas do “Património dos Pobres”, ver AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 94-95; Américo Monteiro de AGUIAR, «Casas para Pobres», *O Gaiato*, Ano VIII, n. 185 (31 de março de 1951): 1; Américo Monteiro de AGUIAR, «Regulamento do Património dos Pobres», *O Gaiato*, Ano VIII, n. 201 (11 de outubro de 1951): 1; AGUIAR, «Património dos Pobres», 27 de Fevereiro de 1955; Américo Monteiro de AGUIAR, *Património dos Pobres. Regulamento e Instruções* [Folheto], 1.ª ed. (Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1952). Este tema seria posteriormente (após a morte de Padre Américo) alvo de referência e discussão nas páginas d’*O Gaiato*: Padre Carlos GALAMBA, «Património dos Pobres», *O Gaiato*, Ano XXVII (21 de março de 1970): 1.4.

⁶²⁶ SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 104.

⁶²⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:102. [Publicado n’*O Gaiato* n.º 40 (08.09.1945), p. 1, sob o título (e com algumas alterações) “Ainda o amor do próximo”].

a ignorância destes princípios, começa a construir uma vida falsa e acaba por cegar. Tenho topado muitos “cegos” destes no meu ofício de mendigo; e “cegas” também. São os piores, porque não querem ver. Faz pena escutar esta classe de gente. Pena pelo que sofrem. Pena pelo que fazem sofrer. São legião. Legionários da fome»⁶²⁸.

No fundo, o que Padre Américo está aqui a fazer é, simultaneamente, a defesa da responsabilidade individual de cada cristão (não esquecer que, à data, Portugal era visto e apresentado, também pelos seus responsáveis e “ideólogos” políticos⁶²⁹, como um “país católico”, algo que, na sua perspetiva, deveria ter outro tipo de consequências no que respeita ao “testemunho” desse catolicismo, nomeadamente em matéria das respostas concretas a dar – aos níveis pessoal e institucional – às graves questões da sociedade do seu tempo) e da radicalidade da Caridade cristã como a “grande orientação” capaz de resolver, com a eficácia desejada, os problemas da (verdadeira) Assistência e, igualmente uma crítica à incoerência vital/existencial de que grande parte dos membros destas instituições demonstra padecer (algo que lhe parece tanto mais grave quanto muitas destas se autoproclamam – e são reconhecidas – como religiosa e/ou cristãmente inspiradas). Eis, a este respeito, um outro texto onde tal observação crítica é ainda mais evidente:

«Quando eu andava pelos hospitais, gostava de ir pela enfermaria dos amputados, só para ver a dor dos membros sobreviventes! Braços a chorar mãos! Mãos a chorar dedos! Ora a Humanidade redimida forma um todo com o seu Redentor. Daqui a nossa coesão moral. Somos membros de um mesmo Corpo. Esta doutrina não é dos códigos sociais; vem, sim, de uma revelação divina. Mas nós temos feito um ‘cristianismozinho’ muito à nossa moda. Há por aí muitos olhos ufanos a proclamar que não precisam dos pés para coisa nenhuma. Estas distâncias são as que trazem as doenças ao Corpo – e que doenças! Apesar do muito que se faz e do muito que se diz, ainda há neste dia muita gente que se afasta dos ‘bastardos’. São ainda poucos os que compreendem. Infelizmente observa-se que muitos senhores e muitas senhoras de sociedade, pela falta de respeito e de humildade com que se aproximam, afastam. Irritam. Revoltam. O que tenho ouvido da boca dos ‘indesejáveis’ não é para dizer a ninguém, muito menos escrever n’ “O Gaiato”!! Mas é por mal que o fazem? Não senhor. Mas são

⁶²⁸ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:309.

⁶²⁹ Na opinião e síntese de Manuel Braga da Cruz: «Mas se o salazarismo é ideologicamente incompreensível sem o catolicismo, ao ser ele próprio a expressão de uma simbiose do conservadorismo nacionalista com a tradição do catolicismo social do século passado, no entanto, do ponto de vista institucional, não é possível classifica-lo como um regime confessional, já que o estado continuou a afirmar-se separado da Igreja e a funcionar com plena autonomia em relação a ela». – Fernando ROSAS (Coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. 12, 1.ª ed. (Lisboa: Editorial Presença, 1992), 201.

más as pessoas que o fazem? Não. São óptimas. Então?! É o *nosso* cristianismo posto em prática»⁶³⁰.

Depois, num plano distinto mas “por princípio” interligado com o anterior, julgamos poder agrupar as suas críticas (agora mais diretas e incisivas) às Misericórdias, instituições que «*Em questão de assistência social, (...) foram ao longo dos anos as principais instituições de assistência particular e pública que assistiam os mais necessitados*»⁶³¹ uma vez que, após a publicação do “Estatuto da Assistência Social” (1944), elas passam a ser reconhecidas «*como um órgão coordenador e supletivo, a nível concelhio, da assistência a prestar à maternidade e à primeira infância e “à vida ameaçada e diminuída”*»⁶³². Embora reconhecendo o seu papel social, também a problemática da sua “permeabilidade institucional” face aos “jogos de poder e de interesses” (já aqui aludida) encontra eco nos seus escritos:

«Era de uma vez eu numa terra. Fui convidado para irmão da Misericórdia. Cuidava que a minha fama de visitador de Pobres tinha subido à Mesa da Santa Casa e que queriam aproveitar os meus serviços como tal. Mas não. Enganei-me. Não era isso que se pretendia, como me foi dito. Era pra engrossar o número da votação em uma determinada pessoa. “Você há-de votar em fulano, que é da nossa cor.” Não me fiz irmão. Que importa cores? Eu já era irmão e quero ser irmão mas é da Caridade. Eis aqui um retrato das heranças. Heranças de muitos. Riquezas acumuladas. Lugares cobiçados. Política. Não foi este certamente o pensamento dos fundadores da Confraria. Não foi assim, de princípio, o compromisso dos irmãos. Eles iam pelas cadeias e hospitais e casas de gente pobre, exercer pessoalmente e pobremente as obras de misericórdia. Este era o espírito, mas as heranças deram outra feição»⁶³³.

De facto, um dos elementos que mais ressalta dos escritos de Padre Américo em que as Misericórdias são citadas é este seu repúdio desabrido quer das suas prioridades quanto às “questões da governança” das mesmas, quer dos meios e estratégias de financiamento adotados por aquelas instituições. Uma vez que «*muitas delas não sabiam que fazer de todas as heranças legadas pelos benfeitores*»⁶³⁴, Padre Américo rejeita liminarmente que na sua “Obra” se promovam iguais ou semelhantes estratégias. E fá-lo não por motivos económicos (que certamente o

⁶³⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:75-76.

⁶³¹ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 49.

⁶³² TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 149.

⁶³³ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:189.

⁶³⁴ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 48.

poderiam aconselhar a fazer exatamente o oposto), mas estritamente por fidelidade ao Evangelho:

«Nós desafinamos. Não entramos nas harmonias do século. Basta dizer que nas Constituições dos Padres da Rua⁶³⁵ se lê: “O Padre da Rua não aceita, não persuade, nem sequer insinua a outros deixas de mão morta. Também não deve guardar valores de outros, nem aconselhar, nem dirimir questões entre parentes por amor das heranças. Deus não nos chama por este caminho”. Não é esta, afinal, a Doutrina de Jesus, ainda que as palavras sejam nossas?»⁶³⁶.

É em virtude desta visão coerente e assertiva que Padre Américo considera ter havido um total desvirtuamento dos princípios (cristãos) que inspiraram a fundação das Misericórdias⁶³⁷, uma situação que, na época que lhe foi dado viver, o faz refletir nestes termos:

«Anda agora uma notícia nos jornais por questões da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Eu leio e medito. É tudo à volta de heranças e testamentos e testamenteiros! Não é do Evangelho. Procurai o Reino de Deus e a sua Justiça. Isto é o Testamento. O Novo Testamento. O resto transborda»⁶³⁸.

Quanto às outras “Irmandades e Confrarias”, os problemas identificados (e as críticas que os justificam) são de ordem diversa: perda de identidade, desmazelo dos “irmãos”, “esvaziamento” de “sentido”, tudo sinais da sua “morte”. Comentando a má sorte de um membro da «*Irmandade do Senhor de Barroselas*» a quem «*uns vizinhos, por malícia, roubaram a sua casa*» e, tendo feito 25 quilómetros a pé, tinha vindo pedir auxílio («*não vinha por esmola; pedia justiça, mas como esta custa dinheiro, o esbulhado pede-nos a mão*»), o fundador da Obra da Rua traça-nos a origem de tais estruturas e apresenta a sua leitura da respetiva evolução:

⁶³⁵ AGUIAR, *Normas de Vida dos Padres da Rua*, 24.

⁶³⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:VII-VIII.

⁶³⁷ «As Misericórdias surgiram como Irmandades de caridade, vocacionadas para todas as obras de misericórdia. Elas caracterizam, em grau de excelitude, o genuíno carisma das Associações de Fiéis em Portugal, mesmo quando as transformaram em organismos que, dos carismas fundacionais, já nada sabem». – J. Pinharanda GOMES, «Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras Associações de Fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: Bibliografia Institucional (Contributo)», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 8-9 (1996-1997): 615.

⁶³⁸ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:210. De facto, e acerca desta “não conformidade” entre a questão das heranças (em matéria assistencial) e o essencial da mensagem do Evangelho cristão, a mesma ideia é sublinhada pelo teólogo e biblista espanhol Xavier Picaza: «Jesús no entró en cuestiones técnicas de herencia (Cf. Lc 12,13-15). Su respuesta no consiste en redistribuir lo mal distribuido. No ha venido a “juzgar” (cf. Mt 7,1) en ese plano ni en ninguno». – Xavier O. PICAZA, «Evangelio de Jesús: pobreza y solidaridad interhumana», *Selecciones de Teología*, 29, n. 116 (1990).

«Irmandades e Confrarias vêm dos nossos tempos de ouro. (...) Eram obras de Igreja para o bem do corpo e da alma dos fiéis. Não se faltava aos compromissos; e juizes e mordomos eram severos. O povo aceitava e cumpria e fazia gosto da sua comunidade. (...) Não seria possível regressar àqueles tempos, agora que, por excesso de população, vai faltando mais o pão, por mal repartido – não seria?! (...) Ora se nós todos nos juntássemos para um mesmo fim e iguais sentimentos, tínhamos resolvido nessa hora o problema social, que aflige governantes e governados. Os quadros estão. O povo está e quer e precisa»⁶³⁹.

Neste quadro interpretativo, a sua proposta (igualmente radicada na sua visão cristã da realidade) não poderia, certamente, ser formulada de outro modo:

«Preguemos a Desgraça nacional e vamos por aí abaixo até Lisboa: juntas de Freguesia, câmaras municipais e governos civis a um lado, Irmandades e confrarias a outro. Atrás os capitalistas com seus cheques em branco, assinados, para as justas participações. Levantar Corujeiras, demolir Barredos. Todas as forças. Todos os corações. Todas as inteligências. Uma só comissão. Uma só voz»⁶⁴⁰.

Finalmente, e porque se tratam de estruturas cuja história e ação são características (e, em certa medida, definidoras) do período político e social em análise⁶⁴¹, julgamos ser útil mencionar brevemente (em consonância com o relevo que lhes é dado nas fontes primárias do presente estudo) as referências aos «*Grémios, Comissões e Institutos*», Grémios cuja doutrina «*tem a sua parte de assistência social*»⁶⁴² e que são definidos por Padre Américo, em artigo publicado no seu Jornal *O Gaiato* (edição nº 10, de 9 de julho de 1944, p. 1) como aqueles «*(...) dentes da engrenagem corporativa com que ora nos governamos. Eles realizam o dito que anda na boca do nosso povo, aplicado todos*

⁶³⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:192-94. Em virtude da relevância deste texto, apresenta-se versão completa em anexo.

⁶⁴⁰ AGUIAR, *O Barredo*, 80-81.

⁶⁴¹ «O sistema corporativo, que começou a ser construído nos primeiros anos da década de 30, constituiu-se como uma rede de organizações paraestatais fortemente hierarquizadas e controladas pelo Estado. O sistema estava ligado ao âmago da decisão política através de vários órgãos. Os organismos com acção na economia (organismos de coordenação económica, diversos grémios, federações e uniões), conforme as atribuições que tinham, estavam dependentes de Ministérios específicos (Comércio e Indústria, Economia, etc.). O Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (...) coordenava sobretudo as instituições ligadas ao trabalho e à previdência (sindicatos, casas do povo e respectivas federações). Na sua dependência directa, funcionava um conjunto de organismos classificados como para-corporativos, que facilitavam as conexões entre os factores trabalho e capital com os serviços da Administração Pública». – Dulce FREIRE, Nuno Estevão FERREIRA, e Ana Margarida RODRIGUES, *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)* (Lisboa: ICS Working Papers, 2014), 11.

⁶⁴² AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 13.

os dias na vida de cada um: “onde todos pagam nada é caro”⁶⁴³. Esta menção (ainda que breve), aliada ao relato das “visitas” em busca de financiamento/ auxílio que Padre Américo e seus companheiros faziam a tais entidades⁶⁴⁴, justifica-se pelo carácter estruturante desta «*complexa rede de instituições*» que chegaram a atingir as 2700 existências e que desempenharam uma função preponderante no quadro da ação controladora do Estado Novo e do seu intuito de «*enquadrar todos os grupos sociais e todas as actividades económicas, sociais e culturais*»⁶⁴⁵ da sociedade portuguesa de então. De um modo geral, era bastante positiva a visão que o fundador da Obra da Rua demonstra ter relativamente a estes organismos, especialmente porque, estando estes mais próximos (e, na sua ótica, *a fortiori* mais conscientes) das reais necessidades das populações em que estavam inseridos, poderiam, seriam capazes de protagonizar um apoio mais efetivo e uma resposta mais consentânea com as mesmas. Eis porque, referindo-se ao “I Congresso da União Nacional”, celebrado entre 26 e 28 de maio de 1934, na Sociedade de Geografia, Congresso em que «*ficou claramente definido o papel “supletivo” do Estado relativamente às iniciativas particulares, nomeadamente da Igreja católica*»⁶⁴⁶, ele se exprimiu nestes termos: «*(...) quão avisadas não foram as conclusões do último Congresso da União Nacional*⁶⁴⁷, em matéria de Assistência: “Encorajar e auxiliar as Obras de assistência particular”⁶⁴⁸.

2.4. A assistência eclesial: entre a herança e a exemplaridade

«Nós estamos num período de gestação, relativo a muitos problemas da hora que passa. Andamos todos a tactear sobretudo no que diz respeito à assistência. Refiro-me dum modo especial à Igreja. Depois do colapso da separação, os bispos, esbulhados de tudo, viram-se obrigados a voltar quase aos tempos apostólicos. Primeiro a perseguição; depois o rescaldo. Reconstruir seminários, sustentá-los; restaurar igrejas; atalhar a impiedade, o materialismo; recristianizar, fomentar a piedade, etc, etc. E nisto se foram duas gerações... A Beneficência tem ficado para trás. Não está nada feito. Melhor: não há nada organizado num

⁶⁴³ AGUIAR, 13.

⁶⁴⁴ Ver, a título de exemplo: AGUIAR, *De como eu fui*, 158ss.

⁶⁴⁵ FREIRE, FERREIRA, e RODRIGUES, *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, 5.

⁶⁴⁶ PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 479; SÁ e ARAÚJO, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, 103-4.

⁶⁴⁷ Sobre esta organização, ver Arlindo Manuel CALDEIRA, «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)», *Análise Social* XXII, n. 94 (1986): 943-77.

⁶⁴⁸ AGUIAR, *De como eu fui*, 213.

plano de conjunto. Contudo a Igreja tem na mão o Evangelho; tem a Caridade que é alma de toda a actuação; tem a experiência adquirida em centenas de obras e dois mil anos de labor; e tem finalmente a glória exclusiva de toda a beneficência, através dos tempos. Vai sendo tempo de retomar o lugar que lhe pertence, ganhar consciência das suas responsabilidades, senão na actuação, pelo menos na doutrina. O Estado tem andado à frente, dados os recursos de que dispõe. Estabeleceu bases de assistência em normas seguras. Na aplicação, nós e quantos trabalham na assistência particular, os voluntários, os que sangram com os males dos que sofrem, e se gastam em busca de recursos para acudir às misérias dos que nos rodeiam, sentimos que nos tomam por importunos. Daí ao desprezo e à opressão vai um passo. Por vezes a culpa é nossa. É a nossa ignorância. “O Clero”, dizia-nos há pouco um deputado, “tem andado com os olhos fechados. Alguns padres começaram agora a abri-los”»⁶⁴⁹.

⁶⁴⁹ [continuação] «Temos encontrado, no nosso caminho, vários deles que, entusiasmados com o progresso da Obra da Rua nos perguntam o como e o porquê destas largas passadas. Muitos querem fazer, pelo seu povo, algo mais do que limpar as teias de aranha da sacristia. Querem trabalhar, mas não sabem por onde começar: por um asilo? uma creche? um hospital? casa de trabalho? um salão paroquial? uma conferência? Não admira esta incerteza pois as cátedras, eximeas em especulações filosóficas, humanísticas e teológicas, nada nos dizem da ciência e da inteligência da pobreza e do remédio para as chagas sociais. E ficamos diminuídos. A Escritura garante que é feliz quem atinge esta sabedoria: “beatus qui intelligit super egenum et pauperem”. A meu ver, vem daqui a situação inferior em que nos encontramos. Sobre a cura de almas, nada há que tirar ou acrescentar: são quatro anos de estudos porfiados; quanto aos assuntos de ordem social, já não se vai muito longe; de assistência propriamente dita – pouco mais que nada. E admiramo-nos do anticlericalismo que vai por aí; e de a mocidade correr para os desportos deixando vazias as igrejas e dos operários esperarem a salvação doutras fontes e até dos Pobres descrerem da Religião e da vida futura?! Os que abriam os olhos lutam com mil e uma dificuldades. São os que abrem caminho, os que se gastam; por vezes os que se queimam. As suas obras vão para a frente porque são de Deus. Ele é a única força que ampara. “O samaritano vence sempre”. Se a Igreja quisesse reunir para o serviço da indigência todos os seus recursos, a certeza da Providência, a força da Verdade, a pujança do Evangelho, o mundo dos crentes, etc. – não haveria lágrima que se não enxugasse, estômago que ficasse vazio, nu que não se vestisse, dor que não fosse suavizada; órfão, leproso ou mendigo sem uma telha para se abrigar e tudo o mais que a dignidade humana requiere. Até o Estado veria simplificada a sua acção. A Comunidade de Jerusalém foi um facto; a Divina Providência de Turim, é uma realidade; e a Obra da Rua, na sua modéstia, é também uma prova provada. Já em tempos o Padre Américo dizia: – quando chegarmos aos trinta mil, adeus Arcada! Sim, temos a esperança de podermos algum dia comunicar que teremos muita honra em receber a sua colaboração. Todos teríamos a lucrar com isso. A simpatia que envolve a Obra, envolverá igualmente todos os seus Benfeitores. Mas voltemos ao ponto de partida. Quero ser sempre concreto e construtivo. Gostaria de ver um dia satisfeitas estas aspirações. Que fosse criada uma Entidade que, colaborando com o Estado, representasse todas as obras de Assistência Particular, mormente das da Igreja, disseminadas pelo País. Que nos Estabelecimentos de Ensino, eclesiásticos e civis, se fornecessem aos jovens noções fundamentais e normas práticas sobre a solução dos problemas assistenciais. Não bastam as Escolas Sociais apesar dos bons serviços já prestados. Enquanto isto não for possível, demo-nos as mãos para criarmos ambiente aos futuros operários da reabilitação dos humildes e párias da sociedade moderna». – Padre ADRIANO, «Problemas de hoje», *O Gaiato*, Ano IX, n. 221 (16 de agosto de 1952): 1-2.

«Obras de Assistência! Elas são um primado da Igreja. O clássico mendigo que pede às suas portas é um documento universal; por toda a parte os vemos. Eles chegam-se à sua Mãe. E nós não temos um abrigo adequado! A Igreja é, sim, chamada a colaborar em todas as obras, mas não as tem verdadeiramente suas»⁶⁵⁰.

O primeiro texto, embora sendo da autoria de Padre Adriano [Antunes] (um dos Padres da Rua que sucederam a Padre Américo na direção da “Casa do Gaiato” de Setúbal), é nele bem expressivo quer o “espírito” da análise e da postura assumida pelo Fundador daquela Obra, quer igualmente o “tom” que o mesmo costumava adotar diante da realidade do seu tempo: lendo os seus “sinais” à luz do Evangelho, julgava os sucessos e insucessos da História humana; sublinhando positivamente o que neles encontrava de conforme à fé e doutrina cristãs, criticando o que neles se revelava de contrário a tais princípios (sobretudo por incoerência ou incúria) ou que não correspondia com as reais necessidades por ele reconhecidas e defendidas. O segundo texto citado exprime, por sua vez, o “núcleo essencial” da visão de Américo Monteiro de Aguiar quanto ao que é (e deve ser) o melhor enquadramento da ação social-assistencial em âmbito eclesial, bem como das “razões” para tal defesa: sinal e expressão da sua própria identidade e missão, como atestam a sua História e Tradição.

Assim, e à imagem do que atrás se referiu acerca dos organismos de Assistência Particular, Padre Américo não deixa de tecer algumas considerações acerca do *modus operandi* dos organismos assistenciais que, à data, estavam sob alçada eclesial, considerações que se revelam muito pertinentes para o presente estudo e para a análise que aqui pretendemos empreender. Neste contexto, a profundidade da sua reflexão e os conteúdos que nela se vislumbram impõem que esta questão da “Assistência eclesial” seja abordada em apartado próprio, e sob uma dúplice perspetiva, deste modo enunciada: em primeiro lugar, o tema surge, para Padre Américo, como uma questão de “herança” (tradição) eclesial, o que exige, *a fortiori*, uma breve concretização do panorama assistencial eclesial por ele evocado; depois, e em virtude dos inúmeros contactos estabelecidos com tantas instituições e estruturas eclesiais igualmente preocupadas em responder cristãmente aos problemas com que ele se debate, não deixa igualmente de reconhecer e frisar a “exemplaridade” de alguns deles, salientando o seu trabalho, pela coerência com a radicalidade dos princípios evangélicos em que este se inspira. Eis, portanto, o que nos propomos fazer neste apartado.

Assim, em primeiro lugar, e recordando o texto com que iniciámos quer este capítulo («*Tudo isto vem para dizer que só a Igreja. Só a Ela cabe a verdadeira assistência de irmão para irmão. A Mãe. A eterna enfermeira. Só Ela cura. O mais é*

⁶⁵⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:172. [Publicado n’O *Gaiato* n.º 178 (23.12.1950) p. 2, sob o título “Nota da quinzena”].

mentira»⁶⁵¹) quer o presente apartado («*Obras de Assistência! Elas são um primado da Igreja*»), convirá registar que, naquela época, «*À igreja e às suas instituições privadas incumbia cada vez mais a função de desenvolver as obras de assistência em benefício dos que precisavam de protecção social*»⁶⁵². Por um lado, as Ordens Religiosas, entre as quais se evidenciam «*a Ordem Hospitaleira de São João de Deus (ordem masculina) e as Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus (...)* as Franciscanas Missionárias de Maria, as Irmãzinhas dos Pobres e as Irmãs de Santa Doroteia», e, por outro, o Clero regular, ambos promotores de uma «*importante acção assistencial (...) através de numerosas obras privadas como creches, lactários, asilos, hospitais, casas de saúde, dispensários, etc., que continuavam a seu cargo*»⁶⁵³. Dignos de menção são ainda aqueles «*organismos laicos, com uma acentuada ligação à Igreja, que desenvolveram obras de caridade*»⁶⁵⁴, entre os quais se destacam claramente as Conferências de São Vicente de Paulo que tendo chegado a Portugal «*em 1859, por iniciativa dos padres Sena Freitas e Emilio Miel, da Congregação da Missão, e do conde de Aljezur (...)*»⁶⁵⁵, «*(...) ganharam nova projecção durante o salazarismo, continuando a dedicar-se ao exercício da caridade distribuindo agasalhos e alimentos, assistindo enfermos e presos, entre outras formas de assistência*»⁶⁵⁶ e a Cáritas Internacional, nascida em 1927 mas que só chegou a Portugal após a II Guerra Mundial (1945) «*tendo no início da sua acção promovido o acolhimento no nosso país de crianças vítimas daquele conflito*»⁶⁵⁷. Neste breve elenco, não se poderá ignorar igualmente o papel social da Acção Católica Portuguesa, «*uma das principais formas de presença da Igreja Católica na sociedade portuguesa (...) com significativo impacte em vários campos da vida cívica, social e cultural*»⁶⁵⁸, nas suas múltiplas concretizações e estruturas, com especial relevo, no contexto deste estudo, para a «*assistência aos operários, não só no que se refere aos interesses espirituais (...) mas também da vida presente*», tal como se pode ler nos seus Estatutos⁶⁵⁹.

⁶⁵¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:175.

⁶⁵² TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151.

⁶⁵³ TEIXEIRA, 151.

⁶⁵⁴ TEIXEIRA, 151.

⁶⁵⁵ Paulo F. de Oliveira FONTES, «Conferências Vicentinas», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol 1, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 442-43.

⁶⁵⁶ TEIXEIRA, «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo», 151.

⁶⁵⁷ TEIXEIRA, 151-52.

⁶⁵⁸ António Matos FERREIRA e Paulo Fernando de Oliveira FONTES, «Acção Católica Portuguesa», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 1, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 9; Paulo Fernando de Oliveira FONTES, *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011).

⁶⁵⁹ Cf. § 12 e 13, citados por Paulo Fernando de Oliveira FONTES, «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade», *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 6 (1994): 77.

Com efeito, e como já tivemos oportunidade de realçar num outro momento da presente investigação, é no quadro da Igreja (Católica) que Padre Américo entende “acontecer” a “verdadeira Caridade” que o mesmo preconiza. Por isso, ao estabelecermos esta ponte hermenêutica entre o que ele afirma e defende ao nível dos “princípios” e o juízo crítico que emite sobre as concretizações históricas dos mesmos, parece-nos ser perfeitamente natural que (quase) todos estes universos assistenciais atrás citados encontrem alguma espécie de eco nos seus escritos: porque na sua ótica, todos eles, a seu modo e na peculiaridade da sua missão, enformam essa “tradição caritativa” da Igreja, que, sendo “Mãe”, não pode fazer outra coisa senão “manifestar activamente e eficazmente o seu grande amor”.

Assim, é com a Acção Católica (ACP), definida liminarmente como «*Apostolado de Leigos entre os Leigos*»⁶⁶⁰, que compara a sua Obra da Rua, distinguindo-as quer pelo fator “(des)organizacional”⁶⁶¹ quer pela “linha” / atitude de ação empreendida por cada uma destas estruturas:

«(...) a Obra do Padre Américo. É Obra da Igreja. É Acção Católica. Quando ela, a Acção Católica, chegou à Diocese de Coimbra, organizada em linha de combate, já eu por cá andava na minha organização “americana” (isto é, que vem do Padre Américo) um tudo-nadinha fora de ordem, não há dúvida, mas talvez por isso mesmo tenha mais graça e mais rendimento»⁶⁶².

Ora, cremos que foi precisamente devido à adoção, por parte da hierarquia (a nível nacional como universal⁶⁶³), e demais responsáveis e dirigentes da ACP, desta citada “linha de combate”, de “militância”⁶⁶⁴, sobretudo de pendor político-ideológico, como “postura”/atitude fundamental diante da restante sociedade portuguesa (e particularmente diante daqueles que estavam “do outro lado da barricada” anticlerical, v. g. os “comunistas” ou a “*esquerda “ateia”*»⁶⁶⁵) que Padre

⁶⁶⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:78.

⁶⁶¹ Entendem-se melhor agora, neste contexto específico, algumas das suas afirmações, defensoras de uma certa “desorganização” que caracteriza a “verdadeira Caridade”: «A Caridade é solícita e foi sempre um bocadinho desorganizada. Temos de começar como S. João de Deus. Tudo mal feito. Tudo sem lógica nem sistemas. O mundo foi sempre pequeno para esta sorte de realizações». AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3: 200.

⁶⁶² AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:24-25.

⁶⁶³ «(...) o projecto de “reconquista cristã da sociedade”, é o enfoque do pontificado de Pio XI (1922-1938) e parcialmente do de Pio XII (1939-1958)». – FONTES, «Catolicismo Social», 311.

⁶⁶⁴ Paulo Fontes situa a sua criação precisamente no quadro de um «projecto de restauração cristã da sociedade (...) na perspectiva da chamada “reconquista cristã” da mesma, considerada pelos principais responsáveis hierárquicos como a cruzada dos tempos modernos». – FONTES, *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*, 319. Por sua vez, José Barreto designa os «filiados em organismos da Acção Católica» de «activistas católicos» ou mesmo «cristãos/católicos progressistas». – Cf. JOSÉ BARRETO, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social* XXIX, n. 125-126 (1994): 295-96. Na mesma linha, ver também SIMPSON, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, 38-40.

⁶⁶⁵ BARRETO, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», 296.

Américo acabou por nunca “aderir” a este “movimento” de «*cristianização do corporativismo português*»⁶⁶⁶. E podemos mesmo invocar como provas “ideológicas” deste “distanciamento” as várias referências de Américo Monteiro de Aguiar ao “comunismo” e aos “comunistas” que, supostamente, seriam os “adversários” a combater. A título de exemplo (porque são em elevado número), vejamos as seguintes afirmações a este respeito: «*Dizes mal do comunismo? Tens medo dos comunistas? Eu cá nem uma coisa nem outra. Tenho medo e digo mal mas é dos falsos cristãos. Dos instalados*»⁶⁶⁷. E, de forma mais “extensiva”:

«Acusam-me de comunista. Sim. Sou comunista... cristão. É justamente por isso que, além dos haveres de cada um, respeito, também e muitíssimo, os seus dons espirituais. A liberdade é o maior. Deus cria o homem livre e respeita-lhe a liberdade. Chama feliz àquele que pode fazer o mal e não o faz; ao que pode transgredir e não transgredir. Isto é, livre e libertino são palavras antagónicas. Uma merece prémio, outra castigo, – o fruto natural da nossa liberdade. Sim. Sou. O verdadeiro, o autêntico, o único comunismo é este Evangelho, por ser o de Cristo Jesus. Amo. Respeito a pessoa humana, com todos os seus atributos. Detesto a série. A tutela. A Escravidão»⁶⁶⁸.

«Disse há dias um Ministro Britânico que nos seus tempos de estudante tivera ocasião de observar a verdade em certos bairros miseráveis de Londres, e que se sentia contente por ter a oportunidade, ministro que era, de fazer alguma coisa em favor dos seus irmãos. Londres também tem os seus bairros de penúria (...). Seja cá seja lá; quer peçam quer não; todos os que precisam são da comunidade e por isso mesmo nossos irmãos. Gosto de ouvir falar assim os Ministros das Nações. Tudo indica que se começa a regressar ao verdadeiro comunismo cristão, que por ser tarde é melhor do que nunca. Quando se tem caminhado muito depressa e desvairadamente, regressar é progredir. Nota-se hoje por toda a parte uma vontade muito firme de dar a mão. Há desejos de regressar; saudades da vida dos primeiros cristãos. Os bairros imundos, teem desaparecido e em seu

⁶⁶⁶ BARRETO, 298. Esta foi, pelo menos, a sua «orientação dominante até à instalação de um espírito de decepção entre sectores dos católicos sociais, provocado pelo que foi considerado como atrasos e desvios na implementação do corporativismo por parte do Estado Novo, que subalternizava a justiça social e a participação operária, nomeadamente no respeitante à legislação laboral e à vida sindical». – Manuel CLEMENTE, «Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 189. Curiosamente, Duncan Simpson prefere falar de “recristianização” para definir este movimento (ACP). Cf. Duncan SIMPSON, «A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar», *Locus: Revista de História*, 18, n. 1 (2012): 91; SIMPSON, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, 60.

⁶⁶⁷ Américo Monteiro de AGUIAR, «Do que nós necessitamos», *O Gaiato*, Ano IV, n. 88 (7 de Dezembro de 1947): 3.

⁶⁶⁸ Américo Monteiro de AGUIAR, «Nota da Quinzena», *O Gaiato*, Ano IV, n. 81 (4 de maio de 1947): 2.

lugar levantam-se casas pequeninas e airosas que faz cobiça lá viver. Começam os pobres a ter esperança»⁶⁶⁹.

Do mesmo modo e paralelamente, não é de subtrair a hipótese que testemunhos como o que a seguir se cita, chegados ao seu conhecimento e compaginados com a percepção que ia recolhendo dos seus contactos pessoais com outros membros da ACP⁶⁷⁰, terão tido um papel não despreciando para um tal “distanciamento” (ou, pelo menos, para a sua “não adesão”) face a esta linha e estratégia de ação do apostolado laical português tão característico do séc. XX.

«Sou pároco, há sete anos. Neste tempo aprendi que há só uma maneira de salvar os homens: Fazer-lhes bem. Pregar, sacramentos, catequese, ação católica... sem acção social não rendem. O homem é alma e corpo ao mesmo tempo. Acção religiosa e acção social ao mesmo tempo, também. Se não, não. Se não, nada. Se não, comunismo»⁶⁷¹.

Como resposta, foram estas as palavras de Padre Américo:

«Meu caro Padre, meu caro amigo e colega, deixe cá ver um abraço! Assim, sim! Aí estão as linhas mestras; as bases da construção. Sem elas ninguém faz nada. O que é o comunismo? Sede e fome destas linhas mestras! A Igreja ensina, pelo Seu ministério. Denuncia. Põe os princípios. Mas se não faz...! A lei do mínimo esforço anda muito por aí. Pior! Chamam tolos aos que procuram fazer qualquer coisinha!»⁶⁷².

⁶⁶⁹ Américo Monteiro de AGUIAR, «Sol que desponta», *O Gaiato*, Ano II, n. 47 (15 de Dezembro de 1945): 1.

⁶⁷⁰ De recordar que, (pelo menos) entre 1932 (em que é encarregado da “Sopa dos Pobres” em Coimbra) e 1950 (data em que transfere para a alçada dos Serviços Jurisdicionais de Menores o “Lar do ex-Pupilo dos Reformatórios”, criado naquela cidade em 1941 por sua própria iniciativa – ver AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 56 (nota).), Américo Monteiro de Aguiar privou, e de forma muito próxima, com algumas figuras ligadas ao associativismo católico coimbrão (e nacional), o que certamente lhe permitiu ir construindo uma percepção deveras realista das reais e profundas motivações e “ideologia” subjacente às respetivas “movimentações”. Entre estes, merecem destaque os nomes do Pe. Abel Varzim, do Pe. Luís Lopes de Melo e de Carolina Sousa Gomes. Ver, a este respeito: MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 61-65.

⁶⁷¹ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 115. Este texto-testemunho, publicado originalmente n’ “O Gaiato” n.º 92 (6 de setembro de 1947) sob o título “Uma carta”, enquadra-se num conjunto de missivas de semelhante teor e origem, a que igualmente Padre Américo não se coíbe de dar eco e resposta no seu jornal, sempre com o intuito de deixar bem clara a sua posição (e distanciamento) por certas interpretações “excessivamente politizadas” – e objetivamente malsãs – da sua ação e discurso (que, como aqui vemos, era partilhado por outros companheiros de ministério, igualmente “perseguidos”).

⁶⁷² AGUIAR, 115-16.

Contudo, e porque este não é caso único:

«Nós recebemos dezenas de cartas de senhores de todas as categorias, filiados na Acção Católica, aonde se queixam amargamente da ausência de acção social. “Ai como tantos párocos de freguesias de grande rendimento podiam fazer grande apostolado com obras sociais!” Queixam-se com pena. Queixam-se por serem de casa. São filhos da Santa Madre Igreja. Eles desejariam ver a Mãe ocupada a dar de comer. A dar de vestir. A olhar pelos doentes. A manifestar activamente e eficazmente o seu grande amor. Amor de Mãe!»⁶⁷³.

Não obstante, devemos registar que estes padres (entre os quais sobressaem Joaquim Alves Correia⁶⁷⁴ e o já citado Abel Varzim) e leigos, postumamente denominados de «*católicos sociais*» nunca representaram mais do que um movimento marginal no seio do catolicismo português⁶⁷⁵. Este último, descrito por Américo de Aguiar como um «*um mártir dos nossos tempos, ignorado*» e autor de uma «*Obra [que] tem tanto de difícil como de delicada*»⁶⁷⁶, assume aqui um lugar tão preponderante quanto paradigmático destas vozes que muitas vezes e de muitas formas denunciaram e criticaram a «*falta de ativismo social demonstrada pelo grosso do clero português*»⁶⁷⁷. Não obstante, mesmo que não seja este o “horizonte específico” da sua ação, não hesitamos em partilhar da convicção de Jorge Revez que coloca Padre Américo nesta mesma “linha”, particularmente devido aos «*seus artigos (...) [que] denunciam desde a década de 30 as contradições de um regime que se dizia cristão*»⁶⁷⁸.

Por isso, parece-nos que este último comentário de Padre Américo à insatisfação vivida (e com ele partilhada) de alguns elementos da Acção Católica se torna (ainda) mais compreensível quando enquadrado naquela que é a sua “perceção geral” da “Assistência eclesial” então praticada “oficialmente”, e que o próprio formula conforme se segue:

«(...) A Igreja é, sim, chamada a colaborar em todas as obras, mas não as tem verdadeiramente suas. As Misericórdias são laicas. As Ordens Terceiras têm os seus mordomos. As Confrarias estão mortas. A Assistência vive no Terreiro do

⁶⁷³ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:210.

⁶⁷⁴ «(...) é um exemplo marcante das atitudes críticas de membros da Igreja na primeira metade do século xx. Conhecido como o ‘Padre Larguezas’, pela sua obra de 1931, ‘A largueza do Reino de Deus’, apresenta uma linha de pensamento em defesa da consciência cristã face às injustiças sociais e aos direitos políticos vigentes no Salazarismo». – REVEZ, *Os «Vencidos do Catolicismo». Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, 35. Ver igualmente: REZOLA, «Correia, Joaquim Alves (1886-1951)».

⁶⁷⁵ SIMPSON, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, 89.

⁶⁷⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:202.

⁶⁷⁷ SIMPSON, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, 89.

⁶⁷⁸ REVEZ, *Os «Vencidos do Catolicismo». Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, 34 (nota 22).

Paço. É somente por cortesia que os seus representantes são chamados a presidir, mas não estão de maneira nenhuma no que é seu. Não riscam. São uma figura de realce. Não temos um sanatório. Não temos um hospital. Não temos uma estância. Nada aonde se dê pão. É tudo de outros poderes. Deixamos-lhe o melhor argumento! Como nos havemos nós de defender amanhã da invasão crescente, como? Com a nossa doutrina? Mas é ela precisamente que nos condena! Com a nossa força? A deles é maior. Coragem? Eles vão até à morte. Só temos um remédio: obras sociais a andar. Elas são a única arma que desarma. Abrir as portas das nossas instituições, aonde eles possam ver o seu semelhante de cara lavada e barriga cheia. E nós não temos nada disto! Fátima não supre»⁶⁷⁹.

Sobre o mesmo tema, e com tónica semelhante, leiam-se igualmente as palavras de Padre Adriano⁶⁸⁰. Por outro lado, e referindo-se em particular às iniciativas assistenciais-caritativas desenvolvidas ao nível local/paroquial, o retrato que Américo Monteiro de Aguiar nos deixa parece mais positivo:

«É admirável e muito consolador o conhecimento que temos das actividades sociais de grande número de párocos espalhados de norte a sul. Não é verdadeiramente um plano geral. Não há voz de comando. São isolados, epopeias de amor do Próximo. Nota-se o desejo de fazerem da sua paróquia uma família de Deus. Eles querem pôr a sua igreja ao serviço dos paroquianos e, coisa singular, todos quantos nos escrevem, batem infalivelmente a mesma tecla: a falta de habitação é fonte de miséria»⁶⁸¹.

Um caso dessas “actividades sociais” por ele aludido é o da criação de um refeitório na paróquia de Alcanena, em finais de 1947, de acordo com notícia lida por Padre Américo no jornal *Alviela*, boletim paroquial daquela freguesia. Porque esta simples notícia foi ponto de partida para uma reflexão sobre a ação (e estratégia) da assistência eclesial em Portugal, permita-se-nos citar aqui alguns excertos (mais) significativos a este respeito:

⁶⁷⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:172. [Publicado n’O *Gaiato* n.º 178 (23.12.1950) p. 2, sob o título “Nota da quinzena”]

⁶⁸⁰ «Todos os que lêem a história das nossas confrarias, são unânimes em dizer que a principal missão delas era a prática das obras de misericórdia. Assim dizia a letra e o espírito estava conforme. Mas não sei que voltas o mundo deu, que, nos nossos dias, em muitas terras pelo menos, sabemos que existem confrarias porque aparecem uns homens de opa nas procissões. O que os ‘montepios’ fazem por essas aldeias fora, com os seus gados, não o fazem as confrarias com os próprios confrades. Como nos hão de reconhecer como discípulos de Cristo, se em tão pouca conta temos a caridade? — Ela, a marca dos verdadeiros discípulos». – Padre ADRIANO, «Aqui Lisboa», *O Gaiato*, Ano V, n. 117 (21 de agosto de 1948): 3.

⁶⁸¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:256-57.

«O jornal [Alviela] fala do entusiasmo pela sua inauguração. Eu, aqui de longe, também; e acrescento que, se êle há gente que não tenha caldo em sua casa, por pobre, que o tenha sempre à porta das igrejas. (...) Sendo este quinzenal, como é, o boletim paroquial da freguesia, certo é que o pároco é indubitavelmente a alma do refeitório. É uma obra paroquial. Se no concelho houver gente que não conhece a Igreja, vê necessariamente a obra e por meio dela, a seu tempo, entrará na Igreja. Hoje, como sempre, a Igreja conquista dando de comer a quem tem fome. Patronatos, Asilos, Creches, Hospitais, Orfanatos, Gafarias – tudo isto teve a sua origem no seio da Igreja. São obras d’Ela» [continua em nota]⁶⁸².

Como facilmente se contata, desta reflexão se poderá abstrair não só a percepção de Padre Américo quanto à problemática dos métodos, âmbitos e prioridades assistenciais da Igreja do seu tempo mas igualmente (e sobretudo) os princípios em que, na sua perspetiva, tal ação se deve fundar: entrecruzando Bíblia, Teologia e História (Tradição), parece a Padre Américo ser possível encontrar a “coerência do testemunho” necessária a que a Igreja veja, novamente, reconhecida a autoridade da sua voz e a significatividade da sua missão no mundo. Não é, igualmente, questão de secundária relevância que, a terminar o texto, ele se dirija expressamente aos membros do Clero seus contemporâneos⁶⁸³, sublinhando os contornos

⁶⁸² [continuação] «Assim o exige o composto misterioso do ser humano – corpo e alma. Quando, de uma vez, o Mestre houve de dar a definição do primeiro Mandamento, foi buscar o Espoleado [sic] que alguém encontrou na estrada, ergueu do chão com muita dor, pôs remédio, deu de comer. É o Mestre a falar. O próprio Fundador da Sua Igreja a dar directrizes. De sorte que, as obras sociais são o complemento directo da Doutrina de Jesus. São a aplicação do Evangelho. De nós se pode dizer, se as não realizarmos, o que outrora dizia o Mestre, ao falar dos grandes: – ‘Dizem mas não fazem’. Sabemos que nem todas as freguesias estão em condições de ter o seu refeitório à porta da matriz. Outras existem aonde essa necessidade se não verifica. Mas a verdade é que a multidão dos indiferentes e descrentes olha para estas obras de qualquer distância, fecha os olhos, medita e começa a ter dúvidas se sim ou não Deus existe. É por meio delas que damos testemunho de Cristo. Elas são maravilhosamente revolucionárias. Tomemos o caso de Alcanena (...) isto tudo é consequência do Evangelho. O prolongamento da homília do pároco, à estação da Missa. No altar diz. No refeitório faz. Resultado? O Povo acredita. Toda a gente sabe que esta não é a principal missão da Igreja. Jesus Cristo é o Redentor das almas. Fez dos Seus discípulos pescadores de almas. (...) Eis a missão. Mas a ponte por onde se chega às almas é o corpo. São as obras de misericórdia corporais. Por muito pregar e inculcar somente as espirituais, podemos comprometer o pensamento de Jesus e impedir a expansão do Evangelho. Este clamor vem das próprias alas dos nossos melhores e mais sinceros colaboradores. (...) onde as receitas para alimentar as nossas obras sociais – aonde? Encontram-se na experiência e na Promessa. A receita das nossas obras é a despesa que se faz com elas. Quanto mais gastarmos bem, maior rendimento temos. O pároco de Alcanena já deu segredo. Como ele, muitos outros. Pois é necessário que sejam todos». AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:208-11.

⁶⁸³ No quadro de um Projeto de Investigação recentemente levado a cabo no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, apresentámos como nosso propósito destacar o papel e exemplaridade do pensamento (teológico) de Padre Américo no processo de renovação do clero seu coetâneo, recorrendo para tal a dois padrões hermenêuticos: por um lado, e após identificados os conteúdos essenciais do seu “pensamento teológico”, foram estes posteriormente analisados no seu respetivo contexto, de modo a perceber da respetiva (“não) inscrição” com as “grandes linhas” à época vigentes e nas quais

essenciais da sua proposta-resposta, nomeadamente a questão “problemática” das “receitas” (financiamento) necessário à sua prossecução. Bem ciente de que esse será, porventura, um dos maiores “entraves” à aceitação das suas ideias, novamente os exorta àquela “radicalidade do Evangelho”, fonte e garante de toda a esperança.

No que concerne à “exemplaridade” reconhecida e apontada por Padre Américo em relação a algumas estruturas e grupos eclesiais profundamente envolvidos e implicados na dinâmica assistencial, devemos registar dois grupos fundamentais: a assistência levada a cabo por certas Ordens ou Congregações Religiosas (com especial destaque para as “Criaditas dos Pobres”⁶⁸⁴ de Coimbra e a “Congregação das Irmãs das Pobres”, no Porto), e a que é assumida por Associações Laicais (como as muitas vezes citadas “Conferências Vicentinas”⁶⁸⁵).

se inscreviam igualmente os seus companheiros de sacerdócio; por outro, tentámos identificar, quantitativamente, o “grau de influência” desse seu pensamento no Clero seu contemporâneo, adotando como “fonte” os dados existentes sobre quem foram os membros do Clero assinantes do seu Jornal. Remetemos, portanto, para esse estudo e para os resultados nele obtidos mais informações sobre este aspeto particular mas que nos parece merecedor de algum destaque. Ver Luís LEAL, *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2016). Na página *web* do Projeto poder-se-á encontrar igualmente mais informações sobre os resultados obtidos [em linha: <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/PadreAmerico/index.html>>].

⁶⁸⁴ Congregação que «Começou em Coimbra em 1924 por iniciativa de Maria Carolina Bressane Leite Perry de Sousa Gomes, apoiada pelo padre Luís Lopes de Melo, pároco da Sé Velha. (...) Em 1927 junta-se a ela Maria Clementina Pinto Basto Couceiro da Costa, natural de Aveiro. Ambas, porém, consideravam o asilo como lugar de passagem; uma instituição religiosa vocacionada para esse trabalho deveria assumir a direcção. Isso aconteceu em 1929, quando o entregaram à Obra das Senhoras de Santarém (...). Após um retiro com as Irmãs de São José de Cluny, optam por seguir o próprio caminho. Estava formada a primeira comunidade das Criaditas dos Pobres, cujo número logo aumentou. Em 1932 foram aprovadas por D. Manuel Luís Coelho da Silva, bispo de Coimbra as primeiras constituições; eram reconhecidas como associação de fiéis; em 1951 D. Ernesto Sena de Oliveira eleva a associação a pia união e, em 1966, as Criaditas passam a congregação religiosa de direito diocesano. Em 1977 inicia-se uma revisão às constituições, aprovadas pelo bispo diocesano em 1981. (...) A expansão aconteceu; em 1940 chegam a Aveiro; 1945 – Oliveira do Hospital; 1956 – Miragaia (diocese do Porto); 1965 – Portalegre; 1974 – Amadora (Lisboa); 1983 – Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel. “Pobres ao serviço dos Pobres”, as Criaditas têm como carisma a cristianização das famílias, sobretudo as mais carenciadas. (...) Em 1995 eram 46 religiosas a trabalhar em 10 comunidades». – Maria do Pilar S. A. VIEIRA, «Criaditas dos Pobres (Congregação das)», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 2 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 27

⁶⁸⁵ «Nome pelo qual é vulgarmente conhecida a obra da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), considerada, nos termos do actual Código de Direito Canónico (1983), uma associação privada de fiéis (...) [que] tinham por objectivo a santificação dos seus membros através da prática da caridade cristã e do seu envolvimento na tarefa de reconciliação social, atendendo “às muitas necessidades e poucos direitos do povo” (Ozanam, 22.2.1848). A sua organização correspondia a um novo tipo de organização confraternal, agora direccionada para uma situação concreta: o apoio às famílias atingidas socialmente pela pobreza, considerada já não como virtude evangélica mas expressão da marginalização que apela à regeneração social. Da convicção de que era necessário agir como o próprio Cristo, nasceu a ideia da “visita aos pobres

Assim, e em primeiro lugar, é notória a proximidade manifestada por Padre Américo diante da ação e testemunho dado pelas “Criaditas dos Pobres” de Coimbra, estrutura cujo nascimento e evolução ele acompanhou de perto⁶⁸⁶. Esta foi uma proximidade assente e sustentada, primeiramente, nas fortes relações de amizade que manteve com os seus principais impulsionadores (Maria Carolina Sousa Gomes e Maria Clementina Pinto Basto Couceiro da Costa, orientadas espiritualmente pelo Padre Luís Lopes de Melo⁶⁸⁷). Comentando, no seu Jornal, uma visita destas “Fundadoras” à sua Aldeia de Paço de Sousa, Padre Américo escreveu:

«Elas viram. Elas ouviram. Elas tomaram conta de tudo com olhos e inteligência. Não houve nota; não houve parcela – nada de que as duas Criaditas se não tivessem inteirado. Foi uma sindicância amorosa... Pois muito bem. A franca apreciação das duas Mestras é o selo branco do saber. Elas sabem. Elas falaram. Estou contente. A Obra da Rua está canonizada»⁶⁸⁸.

Mas, porventura ainda mais profunda do que esta amizade, era a coerência do seu testemunho, a consonância com os mesmos princípios, métodos e atitudes/ações concretas encetadas pelos membros desta Congregação à hora de dar resposta aos apelos e necessidades dos pobres. Como quem deixa uma espécie de “testemunho” da evolução histórica e ação concreta da dita Congregação, atente-se no conteúdo (e na forma) da descrição por ele traçada nestes termos:

«Houve duas Senhoras, naquele tempo, que por inspiração do Alto cortaram a direito os laços da escravidão. Voltaram costas ao Efêmero. Encararam o Eterno. Deram-se o nome para serem na verdade criadas dos Pobres. Mas por acharem grande a designação de criada, desceram mais um degrau e chamam-se Criaditas.

nos seus domicílios”, novidade e protótipo das actividades vicentinas, através das quais se procurava aliar a caridade individual ao sentido da justiça social». – FONTES, «Conferências Vicentinas», 442-43.

⁶⁸⁶ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 111.

⁶⁸⁷ Cf. AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 304-6; RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 35ss; SANTOS, *O Padre Américo e a Obra da Rua*, 43. Foi desta figura que Américo Monteiro de Aguiar “bebeu” muitas das suas principais ideias sociais: vendo nele um «exemplo vivo de um verdadeiro apostolado social», apreciou as suas «reflexões sobre a constituição e vida da família», o seu «espírito vicentino» – assente e concretizado na «ideia de dar melhores condições habitacionais às famílias pobres»-, «o papel da formação moral na função social de auxílio aos pobres e necessitados» e a sua «advertência e a cautela com as festas ou “bailes” de caridade...». Reconheceu nele grandes capacidades organizativas, nomeadamente no quadro da criação (juntamente com Carolina de Sousa Gomes) das “Criaditas dos Pobres” de Coimbra, bem como o apoiou na sua “crítica aos asilos”. (ver o texto da sua autoria, citado por D. Manuel Almeida Trindade no seu estudo Manuel de Almeida TRINDADE, *O padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)* (Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1958), 302, em que o P. Luis Lopes de Melo tece uma dura crítica à ação dos asilos, denominando-os como «obra de desagregação da família».

⁶⁸⁸ AGUIAR, *De como eu fui*, 285.

Elas aí estão. Isto foi há mais de vinte anos. Uma é [Maria Carolina Bressane Leite Perry de] Sousa Gomes. Outra é [Maria Clementina Pinto Basto] Couceiro da Costa. Ambas são as fundadoras. Hoje, contam-se por muitas as que se têm vindo juntar. Estão em Oliveira do Hospital. Estão em Aveiro. Estão em Coimbra. O trabalho delas todas é humilde e apagado; quem não abrir bem os olhos, não dá fé (...)»⁶⁸⁹.

Padre Américo, reconhecendo a validade do seu trabalho⁶⁹⁰, chegou a confiar-lhes a orientação de algumas Colónias de Férias (no caso, especialmente para raparigas⁶⁹¹). E é desta forma que resume o que acerca delas pensa:

«(...) Criaditas dos Pobres, essas ignoradas “cananeias de Coimbra” que se alimentam dos restos e vivem da Fé. Sem recursos nem receitas, elas conduzem durante o ano uma creche de setenta bebés, uma casa de costura e um patronato. Dirigem a Cozinha do Paço do Conde⁶⁹², visitam famílias no tugúrio, onde remendam roupas, ajeitam camas, esfregam sobrados, levam de comer – e, com um tacto delicado e um saber que é dom de Deus, aconselham o Pobre. Seguem duas a duas, como o Mestre mandou os discípulos; e nos becos e vielas da Baixa exercem entre si a mesma caridade que as leva ao Pobre. Desconhecidas do mundo, somente nomeadas por aqueles a quem fazem bem, para que nada falte ao seu evangelho, têm muitas vezes de suportar críticas e reparos das gentes a quem faltam asas como as delas e gostam de ver tudo de rastos. Fazem o Bem bem feito, infinitamente mais e melhor do que o Padre Américo; e só este (não sei bem porque sinal) está condenado a andar na boca de toda a gente, como o pão branco das feiras mas mãos de todo o feirante. Dá pena!»⁶⁹³.

⁶⁸⁹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 304-6. O texto (demasiado longo para ser aqui citado na íntegra), prossegue com a descrição “pormenorizada” da situação das Criaditas atual em 1953 (data da sua publicação original no jornal *O Gaiato* – edição n.º 254, de 21 de novembro desse ano). Registe-se também a alusão feita à (falta de) memória das gentes de Coimbra pela figura do Padre Luís Lopes de Melo (entretanto falecido, a 25 de outubro de 1951). Dada a sua relevância no quadro da compreensão não só do pensamento do autor aqui estudado mas também da relação (de proximidade) por ele vivida em relação a esta instituição (e personagens), apresentamos, em anexo, a transcrição integral do mesmo.

⁶⁹⁰ «*Queres aprender dos mestres? Não erres o número da porta. Vai às Criaditas dos Pobres, em Coimbra*». – AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:33.

⁶⁹¹ Cf. AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:86; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:59. 80-81.

⁶⁹² Como prova de uma habitual cooperação entre Padre Américo e esta Instituição, veja-se a referência que este faz à posse de «algumas senhas» daquelas “Cozinhas Económicas”, que distribui aos «farrapõezi-nhos» daquela cidade de Coimbra. – Cf. AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:286-87.

⁶⁹³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:80-81. Num outro texto, e sobre a mesma questão, dirá: «Elas são quem, em matéria de assistência, dá cartas em Coimbra, mas o povo baralha tudo e só vê o Padre Américo». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:100.

Mas igualmente no Porto Padre Américo encontra testemunhos de fé e de caridade. Atente-se nas “palavras definitórias” que utiliza para nos apresentar as “Irmãzinhas dos Pobres”, instaladas na Rua do Pinheiro Manso, num texto em que nos descreve a sua primeira ida àquela casa, e que no 1.º volume de *Doutrina*, aparece com o sugestivo título «*Mudam os tempos, mas algo permanece – a Caridade*»:

«Estive na Casa das Irmãzinhas dos Pobres ao Pinheiro Manso, no Porto (...). Sentámo-nos e começo a fazer perguntas. (...) A simplicidade daquelas quatro senhoras que tinha ali à minha frente, é intraduzível. (...) Cada palavra é um jacto de plenitude. Elas estão cheias. Vida plena. A vida de Jesus escondida no seio do Pai Celeste. É a Caridade. Isto é a Caridade. (...) Falam as servas dos Pobres. (...) Já sabia, sim, que na Regra delas não há criadas. Não há serviçais. (...) São todas Irmãs. Irmãzinhas dos Pobres, como hoje se lhes chama, a servirem os seus Irmãos pobres. (...) Não há serviços que elas não possam fazer. Não há nada imundo nem indecoroso. Não há olhos. Não há ouvidos. Não há olfato. Nada daquilo por onde se peca. Os cinco sentidos cedem. A Caridade vence. É a vitória total (...)»⁶⁹⁴.

Ainda no quadro das Congregações Religiosas a que Padre Américo faz referência (positiva), devemos citar as suas palavras acerca das «*Irmãs Assuncionistas*» de Lisboa:

«Estas assistentes sociais vão servir o Pobre onde ele estiver. Não trazem nada para casa, nem pessoas nem trabalhos; levam, sim, o que lhes é possível, segundo os seus recursos e necessidades dos seus “senhores”. (...) São assistentes sociais no sentido actual da palavra e missão»⁶⁹⁵.

Lidas em contraste com as que ele dedica às “outras” assistentes sociais (e que atrás citámos, melhor se percebe a verdadeira orientação e objetivo da sua crítica à “Assistência pública”, uma crítica que não é “destrutiva” mas antes, diríamos (correndo o risco do abuso do conceito), uma crítica “*maiêutica*”: desconstruindo os alicerces em que aquela assenta (e que, na sua ótica, se revelam de parcos efeitos positivos), propõe-se reconstruir, conceptual e pragmaticamente, o “ser” e o “fazer” da Assistência, apelando à sua inspiração cristã.

⁶⁹⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:239-45. Para mais pormenores sobre esta (e outras) “visitas”, bem como sobre a “proximidade” de Padre Américo para com esta Instituição, seus princípios, membros, ver os Anexos n.º 8 e 9.

⁶⁹⁵ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 360.

Finalmente, e focando agora a nossa atenção naqueles grupos e associações que, num enquadramento estritamente laical, são igualmente objeto da sua apreciação, sobrelevar-se o exemplo das “Conferências Vicentinas” (ou “Sociedade São Vicente de Paulo”). De forma semelhante com o que atrás dissemos quanto às “Criaditas” e “Irmãzinhas dos Pobres”, também aqui é a vivência corajosa da Caridade do Evangelho que fazem Padre Américo ver, em cada “vicentino”⁶⁹⁶, um «amigo», um «oficial do mesmo ofício»⁶⁹⁷, um «amador do Bem»⁶⁹⁸ em suma, um «irmão»:

«Ele é o irmão doutro irmão; é o realizador do pensamento do Divino Mestre; é o que se dá a confortar as mágoas que Deus permite e cujo porquê não nos pertence conhecer; é o soldado, não da filantropia ou da benemerência, mas da Caridade, virtude composta de virtudes, que se define com a palavra Amor»⁶⁹⁹.

Comparando a sua própria missão com a deles, Padre Américo não poderia ser mais claro a demonstrar o seu apreço e admiração: «*Eu visito, na Alta e na Baixa, uma data de doentes sem cura; alguns casos são corpos tão fétidos que ninguém no mundo é capaz de suportar o cheiro, a não ser família por obrigação e vicentinos por amor*»⁷⁰⁰. Na mesma linha, reconhece na missão destes seus «irmãos», as mesmas dificuldades, as mesmas dores, os mesmos sofrimentos de que ele padece: «(...) o vicentino, quase sempre pobre de recursos e de influência,

⁶⁹⁶ Não confundir este termo aqui usado por Américo Monteiro de Aguiar para designar os membros das Conferências Vicentinas com os membros da “Congregação da Missão” / “Padres Lazaristas” / “Padres de São Lázaro”, Instituto Religioso fundado em 1625 por São Vicente de Paulo, e que em Portugal são responsáveis pela dinamização espiritual das “Conferências de São Vicente de Paulo”. – Cf. José Eduardo FRANCO, «Vicentinos», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001), 340-41. A única exceção a esta “regra” que aqui identificámos acontece no texto que se segue, cujo teor (aliado ao pormenor de termo “vicentino” estar grafado com maiúscula), nos permitem concluir que Américo Monteiro de Aguiar est(ar)á, neste caso, a referir-se aos padres-membros da “Congregação da Missão”: «Na Ilha de Moçambique, que também é Portugal, os Vicentinos retiraram os Pobres das ruas à maneira dos cristãos. Aquela cidade, quase museu, é hoje muito frequentada por turistas. Os pedintes assaltavam. Não era decente. Que fazer? O que os Vicentinos fizeram. Eu vi. Assistência total, cada um segundo a sua condição. “A Ilha de Moçambique cuida dos seus Pobres”». – AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:130. Esta interpretação é igualmente comprovada pelo artigo de José Eduardo Franco atrás citado: «(...) é em Moçambique que os Padres Vicentinos desenvolvem a sua mais intensa actividade missionária desde o ano de 1940. Ali foram-lhes confiados vastos territórios de missão, em extensão superiores ao território de Portugal (...)». – FRANCO, «Vicentinos», 341.

⁶⁹⁷ «Não sei quem são os vicentinos da Murtoza; sei que fizeram o que ninguém faz ou poucos fazem. Sendo eles oficiais do mesmo ofício, são amigos! São meus amigos». – AGUIAR, *De como eu fui*, 180.

⁶⁹⁸ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 204.

⁶⁹⁹ AGUIAR, *O Barredo*, 114.

⁷⁰⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:108.

*está destinado a sofrer os males que vê e não tem na sua mão curar*⁷⁰¹. Tudo isto porque, grande parte deles (tal como ele próprio, aliás), oriundos de uma classe social (mais) elevada⁷⁰², mostram que «a caridade funda o vínculo social em Deus, educa o confrade e o pobre, “abre os confrades para a alteridade e sacode o conforto de um individualismo burguês”⁷⁰³. Se anexarmos a esta conclusão o facto de que «Aquando da instituição da Acção Católica Portuguesa em 1933, a S[ociedade de] S[ão]V[icente de] P[aulo] é das poucas organizações que subsistem mantendo a sua autonomia», cremos ter identificados, em suma, os principais “pontos de contacto” / confluência entre a ação assistencial desempenhada por esta associação de fiéis e a proposta social-assistencial de Padre Américo: radicalidade na fidelidade aos princípios do Evangelho; (e, em consequência) independência, liberdade e liberalidade na ação-relação concreta junto do pobre, sempre para lá e mais além de toda e qualquer espécie de ideologia (política ou outra).

Para terminar, e ainda sobre o relevo atribuído a este grupo, é necessário referir o papel que Padre Américo lhe atribui no quadro de um dos seus projetos-resposta à questão da pobreza: o de promotor das “Casas do Património dos Pobres”. Sendo este (apenas) um exemplo das «centenas de obras sociais»⁷⁰⁴ em que esta associação é protagonista – entre as quais se contam «(...) infantários, creches, jardins de infância, patronatos, centros de convívio, lares para idosos, roupeiros (...)»⁷⁰⁵ – Padre Américo coloca-a na linha da frente da implementação do seu projeto do “Património dos Pobres” (sobre o qual incidiremos a nossa atenção mais adiante no presente estudo), exatamente como concretização daquele axioma

⁷⁰¹ AGUIAR, *O Barredo*, 113. O mesmo Padre Américo, ainda sobre este sofrimento inerente à missão do vicentino (que é também a sua), num texto verdadeiramente inspirado e sentido: «O vicentino é um sofredor. Tem de ser um sofredor! Ou então... não passa de mero recoveiro de esmolas! Ele sofre a importância de dar remédio total ao mal do Pobre que lhe foi confiado. Sofre por ver o Pobre tão mergulhado na miséria que, às vezes, já nem tem aspiração de melhorar. Sofre por saber vítima de especuladores sem escrúpulos que embora à custa de sangue, são a única porta que se lhe abre no momento das maiores aflições. Sofre, porque sendo cristão e vendo no Pobre um irmão diante do Pai Celeste, não encontra nele, tantas vezes, mais do que um triste animal. Porque sabe que em tais condições físicas ele não pode elevar-se à dignidade própria duma alma que não morre. E o discípulo de S. Vicente de Paulo, dando o que possui e lhe dão; realizando o que o seu engenho, fecundado pelo amor de Deus, lhe inspira; ao contemplar a fraqueza das suas soluções – ele, que foi despertado pela dor alheia, continua sofrendo e não se vê poder mais ou melhor do que sofrer». – AGUIAR, 111-12.

⁷⁰² Na análise de Matthieu Bréjon à prosopografia de «809 dirigeants parisienses e nationaux» das “Conferências Vicentinas” francesas [Matthieu Bréjon de la LAVERGNÉE, *La Société de Saint-Vincent-de-Paul au XIXe siècle: Un fleuron du catholicisme social* (Paris: Éditions du Cerf, 2008).], o autor regista «(...) 60% de burgueses, 20% de nobres, 20% de pequenos burgueses e de gentes modestas». O estudo e as conclusões aqui citadas são referidas por Yves-Marie HILAIRE, «A caridade à prova dos factos. Secs. XIX-XX», *Communio – Revista Internacional Católica*, XXVI, n. 2 (2009): 173-74.

⁷⁰³ HILAIRE, «A caridade à prova dos factos. Secs. XIX-XX», 173-74.

⁷⁰⁴ FONTES, «Conferências Vicentinas», 444.

⁷⁰⁵ FONTES, 444.

muitas vezes evocado: «*Cada freguesia cuide dos seus pobres*»⁷⁰⁶. Retenham-se, para já, e neste contexto particular, os seguintes trechos exemplificativos do seu pensamento sobre esta questão:

«Arraiolos também nos fez parar. Das casas do Património dos Pobres que até hoje se têm erguido por aí além, nunca vi nenhuma como estas e há delas tão formosas. Nunca assim vi! O sítio. As proporções. A construção. Tudo. São os vicentinos da vila, pároco à frente. As casas chamam-se mesmo “Moradias Vicentinas”. A vila fica num alto. As casas são de branco. Que as mais vilas e cidades e povoações as vejam e façam na mesma para um Alentejo melhor»⁷⁰⁷.

Com efeito, e não obstante o facto de «(...) o “*Anuário Católico de Portugal*” de 1931 e de 1932 assinala a sua presença em praticamente todas as dioceses»⁷⁰⁸, e que, em 1952, é igualmente considerável o número de Conferências nas 17 dioceses de então⁷⁰⁹, é ainda recorrente, em textos coevos, este apelo de Padre Américo à necessidade de se prosseguir neste trabalho de disseminação destas estruturas em todas as freguesias/paróquias do país, se se quiser ser eficaz na resolução quer do problema da pobreza, quer do da habitação e da mendicidade, a ele intimamente (diríamos mesmo correlativamente) ligados: «*Pergunto outra vez se não há uma Conferência de S. Vicente de Paulo. O jornaleiro não sabia o que isso era. Pergunto de novo quem é que lhe acode. “O povo dá alguma coisinha consante pode”, respondeu*»⁷¹⁰. Comentando a ineficácia de outras estruturas assistenciais (e propondo as “Conferências Vicentinas” como hipótese de solução:

«Há-de haver tempo em que os senhores nos oiçam e tenham na Caixa os precisos para atender casos que racionalmente se lhes apresentem. Esta é mesmo a razão de ser das chamadas Comissões Paroquiais de Assistência⁷¹¹. Fontes sem água servem de ornamento e mais nada. Mas há pior. Ele há muito pior e é o Pobre; sempre o Pobre a suportar o duro fardo. Quero-me referir à ausência de Conferências Vicentinas nas paróquias de Portugal. Fossem elas, que já não era

⁷⁰⁶ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 309; AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:121.

⁷⁰⁷ AGUIAR, *De como eu fui*, 237.

⁷⁰⁸ FONTES, «Conferências Vicentinas», 444.

⁷⁰⁹ PEREIRA, «Assistência social caritativa (III. Na Idade Contemporânea)», 700.

⁷¹⁰ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:30. Veja-se igualmente AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:265-66. (texto integral disponível em anexo – n.º 9).

⁷¹¹ Defendidas, em 1936, pelo médico higienista Fernando da Silva Correia, (que dois anos antes fora nomeado Inspetor da 3.ª Área da Saúde Escolar para os distritos de Castelo Branco, Guarda, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro), estas “Comissões Paroquiais de Assistência” enquadravam-se na especial atenção que o Estado Novo dedicou, a partir de meados desta década, às populações rurais e em particular às suas crianças. – Cf. TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 230-31.

preciso dar tão largas caminhadas o Mendigo que a Comissão despede. Não era preciso. O Vicentino pode não falar em caridade, mas tem-na; tem-na dentro de si. Sem ela, ele não seria. Por ela jamais se atreveria a dar um papel e fazer que o Indigente vá recorrer a outros. Eu não conheço nada mais eficaz nem mais pronto do que estes exércitos desconhecidos a pôr a mão nas feridas do Desconhecido»⁷¹².

Concluindo, será justo reconhecer na apreciação que Padre Américo faz da “assistência eclesial” uma espécie de “contrapeso positivo” aos “falhanços”/limitações anteriormente apontadas à ação desempenhada pela “assistência pública”. À Igreja, entendida quer como “instituição” quer como “assembleia dos crentes” (embora o realce seja notoriamente dado a esta segunda aceção), o fundador da Obra da Rua atribui um papel “supletivo” no quadro da gestão das dinâmicas de resposta aos problemas sociais vividos no país: porque a sua missão não se esgota no “social”, mas porque igualmente sem este “social” é a sua própria “identidade” que é colocada em causa (por ineficácia do “testemunho” que a exige), cabe à Igreja – leia-se: a cada cristão – a assumpção livre mas determinada, consciente e esperançosa de uma nova atitude diante do “irmão que sofre”. Porque essa é, afinal, a “herança” (Tradição) que lhe cumpre transmitir; e porque sem essa “exemplaridade” (da Caridade) se esvaziará, aos olhos do mundo – e aos olhos de Deus – de conteúdo prático a fé que diz professar. E, se disso ainda tiver dúvidas, bastará que se recorde das palavras do apóstolo Tiago (Tg 2, 14-17):

«De que aproveita, irmãos, que alguém diga que tem fé, se não tiver obras de fé? Acaso essa fé poderá salvá-lo? Se um irmão ou uma irmã estiverem nus e precisarem de alimento quotidiano, e um de vós lhes disser: “Ide em paz, tratai de vos aquecer e de matar a fome”, mas não lhes dais o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se ela não tiver obras, está completamente morta».

2.5. As crianças das ruas: o cerne do problema

«Na minha ida e regresso das Caldas do Gerês, viram os meus olhos cansados e o meu coração dorido, real e triste progresso na fauna mendicante e nova modalidade que dantes se não conhecia: a Criança a mendigar! São garotos de tenra idade, vestidos com roupas de homem, melenas sobre as orelhas, cara cheia de esterco, com luvas e botas altas do mesmo material. Roçam pelos nossos vestidos num suplicante ‘eu tenho fome, meu senhor’. Caminham aos bandos para longe

⁷¹² AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:185.

das suas moradias onde sabem que há fidalgos: ‘Ande, meu senhor, dê lá um tostão!’ Aqueles trapos repugnantes e desconsolados abrigam tendências, instintos, vícios, pensamentos – o rapaz inteiro à solta, ao qual, agora, se poderia dar facilmente a mão e, mais tarde, ninguém pode segurar» [ver a restante citação do texto em nota]⁷¹³.

É com base neste compungido “retrato social” que justificamos a afirmação em epígrafe, justificação para a qual concorrem igualmente os “argumentos” apresentados pelo próprio Padre Américo quando nos descreve, *a posteriori*, o que foi a sua vida, os “princípios” que imperaram na orientação que deu à sua “Obra”, como quem dela (e de si mesmo) apresenta o respetivo “relatório” (testemunho, história, ou “*conta corrente*”, parafraseando o título dos *Diários* de Vergílio Ferreira...):

«(...) uma vida inteiramente devotada ao Pequenino de palhas infelizes, herdeiro forçado da miséria social com suas muitas e variadas constelações. É a voz de um coração que vive e que sente a vida e a sorte das chusmas infantis, a vender jornais nas ruas, a tirar lixo das latas, a guiar cegos nas feiras, a ir pela sopa aos quartéis; e, sobretudo, os dados à moínice, viciados, pervertidos pela família e pela sociedade, a chupar pontas de cigarros – o prólogo dos grandes crimes. Eles, património da Nação, os predilectos de Jesus, que se morressem naquela idade, iriam vestidos de branco com sinos a repicar. (...) Não peço dignidades à Igreja nem comendas ao Estado nem ao Mundo opinião; maldito seja quem procura agradar. Não peço, que a promessa divina me basta: “Ego ero merces tua nimis”»⁷¹⁴.

⁷¹³ [continuação] «O tostão que se lhes dá, atrai mas não os modifica. Repelente e repellido, o nosso rapaz convence-se de que não presta para nada, não conhece nem acredita nos seus recursos espirituais, perde o respeito à sua pessoa e a consciência do seu valor. Se isto é verdade do rapaz, que dizer da rapariga ocupada na mesma vida? E eu vi tantas! Falei de muito pertinho com alguns destes inocentes; senti-lhes o coração a bater no peito e vi-lhes no olhar a fome de carinhos e de amor. Não lhes dei tostões. Nunca o fiz; jamais o farei. Enquanto tiver coração para amar a Criança e lágrimas para chorar o abandono que ela não merece, não puxo nunca pela saca dos tostões; nunca! Têm aparecido várias tentativas de solução ao magno e perigoso problema deste panorama social. Um deles, o mais fácil, é assentar em que o nível de vida em Portugal é muito baixo — e deixá-lo baixo; ou então, como agora é uso em algumas terras, levantar a Criança pobre em jardins suspensos; e depois deixá-la cair para ficar mais magoada. Oh que grande mentira social! A segunda solução, que além de ser fácil é muitíssimo divertida, consiste em as senhoras, formadas em comissões, organizarem festas onde se come e bebe piedosamente a favor dos Párias (o cartaz diz pobres). A terceira, a mais prudente e a mais solene de todas, está em que certos senhores muito considerados, seriamente atrapalhados com a abundância de cabedais e com medo do Céu pardo, desatam a comprar à toa tudo quanto lhes aparece, por todo o preço, para salvar a vida aos seus ricos dinheiros. Insensato Mundo! Naufragar na abundância, em vez de nela, com ela e por ela, salvar os que perecem à minguá de pão!» – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:157-59.

⁷¹⁴ «Eu sou o teu escudo, a tua recompensa será muito grande». A expressão é uma citação bíblica de Gn 15, 1, tratando-se em concreto da promessa feita por Deus a Abraão, numa visão, com quem firma uma

Por conseguinte, é em virtude de afirmações como esta (e da análise feita toda a ação – educativa e social – desenvolvida no quadro da sua “Obra”) que Ernesto Candeias Martins define Padre Américo como

«(...) um pedagogo social dos inadaptados (crianças deficitárias e com anomalias de adaptação social, familiar e escolar) e dos marginados, devido à terminologia da época e pela sua acção como autêntico ‘educador de rua’ (“apóstolo social”): actividade e acção social e educativa em prol da criança desfavorecida ou desprotegida»⁷¹⁵.

Dizer isto não significa, contudo, diminuir o alcance daquela que constituiu, para o mesmo Ernesto Candeias Martins, a «*maior iniciativa privada de política social realizada na época salazarista, dando ou ajudando a construir uma casa digna para milhares de famílias pobres ou “sem abrigo”*»⁷¹⁶, a saber, as “Casas do Património dos Pobres” (tema que trataremos adiante neste estudo); pelo contrário, antes implica reconhecer e afirmar que, se o “Património dos Pobres” poderá ter sido a iniciativa da sua autoria cujo “impacto social” mais facilmente se pode(rá) medir e avaliar, a “questão social” em torno da criança pobre foi “o problema” que mais profundamente o “tocou” e ao qual dedicou a maior parte da sua vida. No dizer de José da Rocha Ramos:

«Embora tentasse remediar o problema dos famintos e andrajosos sem pão, nem casa nem o mínimo de condições sanitárias, vê-se bem cedo a braços com um problema de difícil resolução: as crianças abandonadas, os órfãos e os marginalizados das classes juvenis»⁷¹⁷.

Refere-se este autor, mais explicitamente, ao encontro entre Padre Américo e o «*tipógrafo doente na trapeira de uma casa*»⁷¹⁸, episódio que «*foi a chispa que provocou o grande incêndio! Não muito tempo depois, imensas labaredas se*

Aliança e a quem promete uma descendência mais numerosa que as estrelas do céu (cf. Gn 15, 5). O texto da citação é retirado de AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, VIII.

⁷¹⁵ Ernesto Candeias MARTINS, «A existência de uma Pedagogia Social ou Educação Social em Portugal (Séc. XIX – XX)», em *2º encontro de História da Educação Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Braga, 8-9 de Novembro – Fazer e ensinar história da educação: atas* (Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 1996), 264, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.11/1340>>].

⁷¹⁶ Ernesto Candeias MARTINS, «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal», *Caderno de Pedagogia – Centro Universitário Moura Lacerda* 10, n. 10 (2005): 28.

⁷¹⁷ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*.

⁷¹⁸ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 9-12. Dada a relevância (e extensão) deste texto, remetemos a sua consulta para os anexos (ver texto n.º 11).

ateariam no seu coração. Aqui nascerá propriamente a *Obra da Rua*⁷¹⁹. Partilhando nós desta opinião, igualmente interpretamos a própria evolução da sua “Obra” como demonstrativa desta “opção preferencial” de Padre Américo pela criança abandonada.

Neste horizonte interpretativo, desde os seus “primórdios”, nas «*Colónias de Férias do Garoto da Baixa de Coimbra, em S. Pedro de Alva [e] Depois, em Vila Nova do Ceira*»⁷²⁰ e Miranda do Corvo – Coimbra, realizadas entre 1935 e 1939 e sobretudo, a partir de 7 de janeiro de 1940, data de abertura “institucional” da “Casa do Gaiato de Coimbra”⁷²¹, a que se seguiram (e apenas referindo-nos ao território português), em maio de 1943, a abertura da “Casa do Gaiato” de Paço de Sousa⁷²², a de Santo Antão do Tojal – Loures, Lisboa (4 de janeiro de 1948⁷²³), a de Ponta Delgada – Açores (em 1952)⁷²⁴, Alcácer do Sal, casa conhecida como «*Casa dos “Rapazes Resineiros”*»⁷²⁵ (fundada em 1953/4), Beire – Paredes (12 de julho de 1954) e, finalmente, a de Algeruz – Setúbal (1 de julho de 1955)⁷²⁶. Em

⁷¹⁹ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 34.

⁷²⁰ Manuel MENDES, «Determinar-se», *O Gaiato*, Ano LXVI, n. 1711 (10 de outubro de 2009): 4. Sobre a “fonte de inspiração” para a realização destas Colónias de Férias, e a par do que o próprio nos relata nos textos que a elas se refere (ver AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 13-16; MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 122-30.), parece-nos necessário referir aqui a experiência vivida ainda em tempos de “noviço” em Coimbra, no verão de 1927, quando ele próprio participou, pela primeira vez, numa “Colónias de Férias” em Buarcos. Remetemos, pois, para esse relato, chegado a nós na forma de um artigo por si escrito na Revista dos Alunos do Seminário *Lume Novo*, assinado sob o seu pseudónimo – “Frei Junípero” –, e intitulado “A Catequese na Colónia de Férias” – Frei JUNÍPERO, «Facetas de uma vida – A Catequese na Colónia de Férias», *O Gaiato*, Ano XV, n. 366 (22 de março de 1958): 1.3; PEREIRA, *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*, 109-13. Dada a relevância atribuída a este texto, apresentamos transcrição integral do mesmo em anexo.

⁷²¹ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 137; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:286-88; AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:173-76; *Estatutos da Obra da Rua* (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1962); MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 131-33.

⁷²² AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 71-80. 99-103; MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 142-43.

⁷²³ MARTINS, *Padre Américo. O destino...*, 143-144. 147. Em 2006, esta Casa seria entregue ao Patriarcado de Lisboa. – Cf. Padre ACÍLIO, «Casa do Gaiato de Lisboa», *O Gaiato*, Ano LXIII, n. 1618 (18 de março de 2006): 1.4.

⁷²⁴ Inicialmente dirigida pelo Padre Elias, à morte deste, esta Casa deixou de ser pertença da “Obra da Rua”. – MARTINS, *Padre Américo. O destino...*, 148. Assim, em 1965, os Serviços Jurisdicionais de Menores assinaram um acordo com «Instituto dos Apóstolos da Rua, com sede em S. Miguel, nos Açores, para o acolhimento de rapazes entre os 9 e os 16 anos com medida de internamento». Este acordo surgia no contexto do espírito de cooperação entre Estado Novo e a Igreja Católica (emanado e firmado pela Concordata de 1940). – TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 261-262 (ver também a nota n.º 39).

⁷²⁵ MARTINS, *Padre Américo. O destino...*, 148.

⁷²⁶ E poderíamos acrescentar igualmente o Lar do ex-Pupilo dos Reformatórios de Coimbra, em 1941 (até 1950, data em que passou a sua jurisdição foi transferida para o Serviço de Menores do Ministério da Justiça); e os Lares (extensões da Casa do Gaiato, que serviam de suporte aos jovens que, sendo gaiatos, já tinham idade para estudar ou trabalhar fora da sua “Casa”): o do Porto (em 1945), o de Coimbra (1947), S. João da Madeira (1950, entretanto encerrado, em 1952), Setúbal (1952). Ver as respetivas “Constituições”

todos estes momentos, dizíamos, nas suas estruturas e nos objetivos (educativos e assistenciais) que através delas Américo Monteiro de Aguiar se propôs perseguir, encontramos veraz manifestação de que fora a questão da «Assistência à criança» (abandonada) – nas suas palavras, «*um dos grandes problemas nacionais, não apenas sob o aspecto da educação e cultura, mas também sob o ponto de vista da saúde da raça*»⁷²⁷ – a “questão fundamental” a que pretendeu dar (uma) resposta. E a verdade é que esse problema, se não era o mais grave com que a sociedade portuguesa nas décadas de 30 e 40 tinha que se debater, era certamente um dos mais prementes. Com efeito, de acordo com Ernesto Candeias Martins, autor que tentou compreender o contexto em que surge a *Obra da Rua*⁷²⁸,

«A problemática da criança abandonada, delincente e inadaptada tem sido uma epidemia da sociedade moderna e contemporânea. É por volta dos finais do século XIX que essa infância se transforma num problema de ordem pública nos centros urbanos, começando a surgir os movimentos filantrópicos e as medidas jurídico-penais, médicas e sociais. A preocupação por aqueles infelizes coincide com outras formas de patologia social (degenerescência) na sociedade, devido aos flagelos sociais (analfabetismo, pobreza, miséria, alcoolismo, etc.) e criminalidade existente»⁷²⁹.

De facto, desde a Idade Média⁷³⁰ – com particular relevo no séc. XVI, e mais tarde, nos séculos XVIII, XIX e inícios do século XX que se regista a existência e a respetiva ação (mais ou menos concertada) de instituições que, num crescente grau de especialização, encararam este mesmo problema e encetaram não diminutos esforços na sua resolução. Ora enquadradas por uma intervenção estatal mais ou menos acentuada (patente quer na respetiva criação quer na criação e ou reforma dos enquadramentos jurídico-legais novos ou já existentes) ora com um maior ou menor envolvimento das autoridades locais (fossem elas de carácter privado, como as apensas às Misericórdias, ou estatal, como as “casas de expostos” e as “casas de correção”, entre outras), cremos poder afirmar que um dos principais elementos transversais à historiografia que incide sobre este tipo de

em Américo Monteiro de AGUIAR, *Lares da Obra da Rua* [Opúsculo], (1.ª ed. 1951) (Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1980).

⁷²⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:172.

⁷²⁸ MARTINS, «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal».

⁷²⁹ MARTINS, 16.

⁷³⁰ Isabel dos Guimarães SÁ, «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas», em *Expostos e Ilegítimos na realidade ibérica: do século XVI ao presente. Actas do Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH)*, coord. Vicente Pérez Moreda, vol. 3 (Lisboa: Edições Afrontamento, 1996), 38-39, [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/12083>>].

questões é a permanência quer do problema⁷³¹ quer das tentativas de resposta, o que é demonstrativo da dificuldade e carácter não imediato da(s) respetiva(s) solução(ões).

Assim, e se focalizarmos esta nossa contextualização no período e horizonte geográfico mais próximo ao das fontes e pensamento aqui analisados, caber-nos-á registar, com especial relevo, que apesar da «*criação de uma rede de casas de expostos, principal objectivo do decreto de Pina Manique de [24 de maio de] 1783*»⁷³², tal iniciativa não conseguiu diminuir «*o afluxo de crianças aos “grandes” hospitais dos centros urbanos [pois este] continuou a registar-se em todo o território (...)*»⁷³³. Mais tarde, e no decurso do século XIX, «*pelo decreto de 21 [de] Novembro 1867, aboliu-se, em Portugal, o abandono anónimo infantil e, com ele, as rodas*»⁷³⁴, o que significou o «*fim do sistema institucionalizado de abandono (...)* [entretanto] *substituído por um sistema de financiamento público da maternidade (as lactações)*»⁷³⁵. A maior prova da persistência do problema reside no facto de que, como refere Isabel dos Guimarães Sá, «*existem vários casos em que o abandono institucionalizado de crianças se verifica até ao século XX*»⁷³⁶, apesar de, ao mesmo tempo que, no dizer de Ernesto Candeias Martins, «*No final da 1ª*

⁷³¹ Em 2006, contabilizavam-se «2.2 mil milhões de crianças no mundo, 86% das quais vivem em países em desenvolvimento. Um terço de todas estas crianças sofre de falta de um regime alimentar adequado e desenvolve, em graus diversos, um problema de má nutrição durante os primeiros cinco anos de vida [o que] afecta não só a sua saúde e as suas oportunidades de sobrevivência, como também a sua capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento. Para além de uma nutrição inadequada, muitas crianças vivem em situações deploráveis (...) não dispoño também de acesso à prevenção e aos cuidados médicos necessários. Assim, mais de dez milhões de crianças com menos de cinco anos de idade morrem todos os anos de doenças que são fáceis de prevenir ou tratar e mil milhões sofrem de um deficiente desenvolvimento físico, intelectual e/ou psicológico. (...) Um sexto de todas estas crianças (...) não frequenta o ensino primário. (...) A nível mundial, (...) mais de 5,7 milhões de crianças trabalham em condições especialmente más, com práticas de escravatura labora. (...) 130 milhões de mulheres e raparigas sofreram mutilações genitais. Mais de um milhão de adolescentes foram infectados no ano de 2005 com HIV. Cerca de 300 000 crianças combatem, em qualquer momento, em mais de 30 conflitos armados em todo o mundo. Não esquecer também a situação (...) das vítimas de conflitos (...), o desenvolvimento de redes pedófilas (...) [e o] chamado turismo sexual (...); o tráfico de crianças. Este panorama deixa-nos um sentimento de perplexidade, porque face a tantas conquistas efectuadas ao longo dos séculos nos vários domínios da vida social, económica, cultural, científica e tecnológica, continuamos muito atrasados relativamente a conquistas em favor do bem-estar das crianças». – Manuel Joaquim SARMENTO e Fátima VEIGA (Orgs.), *Pobreza infantil. Realidades, desafios, propostas* (V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2010), 9-10.

⁷³² Sá, «Abandono de crianças, ilegitimidade...», 39.

⁷³³ Sá, 39.

⁷³⁴ Joana Catarina Vieira PAULINO, «Os Expostos em Números. Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)», em *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História* (Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Biblioteca Digital, 2014), 188, [em linha: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12132.pdf>>].

⁷³⁵ Sá, «Abandono de crianças, ilegitimidade...», 40.

⁷³⁶ «(...) em Portugal há expostos no verdadeiro sentido do termo até ao final dos anos trinta do nosso século, agora abandonados não nas rodas mas novamente em locais públicos. Teses de mestrado recentes que abarcam a primeira metade do século XX, têm encontrado estas crianças, num máximo de 10 por ano,

*República (1928), havia no Continente e Ilhas 105 estabelecimentos de internato de assistência e beneficência para crianças naquelas circunstâncias [crianças desvalidas], além dos estabelecimentos especiais de correção*⁷³⁷. Com efeito,

«Se bem que o séc. XIX tenha sido marcado por importantes reflexões em torno da situação dos menores em perigo moral e dos pequenos delinquentes, problema complexo que envolveu na sua discussão uma elite internacional multidisciplinar, foi sobretudo a partir do último quartel do século até à 1ª Guerra Mundial que se teceram as mais importantes considerações sobre o tema»⁷³⁸.

Ora, é no contexto desta problemática que se inscrevem, desde logo, as referências feitas por Américo Monteiro de Aguiar à questão do abandono anónimo de crianças⁷³⁹, relativas à situação vivida nas décadas de 30 e 40, problema que lhe merece particular atenção, dada a profundidade de reflexão acerca dele empreendida. Num primeiro nível, e na linha moralista do século anterior⁷⁴⁰, as suas alusões são de forte pendor crítico (e de responsabilização) das respetivas famílias, em particular dos pais: para ele, a criança abandonada é manifestação daquela «desgraça dos homens que pretendem cobrir suas responsabilidades com a capa de pai incógnito»⁷⁴¹; depois, insurge-se contra os «funcionários da Igreja e do Estado [que] escrevem com incrível facilidade nos documentos públicos» esta

nos registos das câmaras municipais do Alto e Baixo Minho. Trata-se portanto de uma realidade que tinha forçosamente de deixar marcas profundas na sociedade portuguesa». – SÁ, 40.

⁷³⁷ Ernesto Candeias MARTINS, «A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República», *Educação Unisinos* 6, n. 10 (2002): 190. Três anos depois, de acordo com o levantamento feito por Augusto d'Oliveira, este número subiria para 113 «estabelecimentos de educação, beneficência e assistência, públicos e privados (...) para os órfãos, abandonados e em perigo moral». Uma síntese do mesmo, a que aqui recorremos, está disponível em anexo ao trabalho de TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 489-91.

⁷³⁸ SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 37.

⁷³⁹ «O anonimato é a regra do abandono de crianças em Portugal, propiciado pela instalação de rodas (cilindros giratórios com uma só abertura) em todo o reino. Os quantitativos do abandono em Portugal tem-se revelado muito altos (...)». – SÁ, «Abandono de crianças, ilegitimidade...», 39.

⁷⁴⁰ «Os moralistas do século XIX, adoptando a forma de filantropos, de médicos, higienistas, juristas, sociólogos e pedagogos com responsabilidade governativa, consideravam que o aumento de filhos ilegítimos, de 'expostos', de abandonados e marginalizados revelavam a ausência de uma moral familiar, a irresponsabilidade no cuidado educativo dos filhos e a desordem na vida quotidiana nas classes populares e operárias». – Ernesto Candeias MARTINS, «O retrato histórico-educativo da criança abandonada: Monarquia Constitucional e 1.ª República», em *Infantia et pueritia: introdução à história da infância em Portugal*, por Rogério FERNANDES (Coord.) e Luís VIDIGAL (Coord.) (Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 2005), 151, [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.11/1253>>]. Ernesto Candeias MARTINS, «As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX», *Infância e Juventude*, 2002, 56.

⁷⁴¹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 107.

palavra «horrenda» e que é, na sua opinião, «uma condenação viva da sociedade e produz necessariamente os seus frutos»⁷⁴²; finalmente, dirige-se aos agentes da justiça⁷⁴³, em termos igualmente ásperos:

«Esta classe social com quem eu lido (...) não é fraca; é enfraquecida. (...) Muito mais fracos são os fortes da classe social que lançam ao mundo a população dos Reformatórios. Tenho infinita pena que a justiça dos ministros dela, não saiba correr a cortina do pai incógnito e ir buscá-lo onde ele se encontra para ser pai conhecido; e mais pena tenho ainda de que os conhecidos não sejam chamados à barra, a tomar conta dos filhos»⁷⁴⁴.

Mas, como sempre, à sua análise e crítica Américo Monteiro de Aguiar anexa sempre a sua proposta de solução: «Pai incógnito, mãe feirante, sem escola, sem doutrina, sem amigos e com doze anos de idade! A Casa do Gaiato é para estes»⁷⁴⁵. Tal afirmação, feita neste contexto, pode até ser interpretada como o “resumo” de toda a sua proposta social: ser resposta (de acolhimento) àqueles casos que, por algum motivo, “escapam” à “rede assistencial” (e correcional/judicial) sua contemporânea. Neste sentido, Américo Monteiro de Aguiar não se limita a apontar as fragilidades do sistema, sejam elas de teor teórico e axiológico ou de carácter pragmático (sempre tendo como pano de fundo a sua experiência e radicalidade

⁷⁴² AGUIAR, *De como eu fui*, 207.

⁷⁴³ Foi no quadro da “Lei de Protecção à Infância” (27 de maio de 1911), «enquadrada num contexto de intensa secularização e dessacralização [e] onde se expressa o “sonho patriótico de regeneração da família portuguesa”, traduzido num objectivo de amplo alcance que é erguer “uma nacionalidade nova, solidamente organizada”. Subjaz à Lei a problemática das crianças abandonadas ou desprotegidas que de acordo com o legislador, em Portugal, nunca mereceram a devida ‘atenção das leis’ sendo (apesar da dificuldade em mesurar o número de crianças miseráveis) uma realidade chocante, indigna e humilhante que visivelmente povoa as cidades». – José António AFONSO, «O nascimento de uma instituição educativa republicana: a Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos», *História. Revista da FLUP – Porto*, IV Série, 1 (2011): 184. Foi no quadro desta lei que se deu a criação dos tribunais de menores, então designados por “Tutorias de Infância” que, no Art.º 2.º da referida Lei, são definidos nos seguintes termos: «tribunal colectivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: “Educação e Trabalho”» (AFONSO, 186). Ainda sobre a crítica de Padre Américo a estas instâncias, e agrupando os principais intervenientes na questão, atente-se neste texto-síntese: «A chamada lei de investigação de paternidade não dá nada nestes casos. Pretende-se uma lei sumária, com aplicação imediata e da alçada do regedor. Não há pais incógnitos nem filhos ilegítimos. Os pais é que o são. Estes é que devem legitimar. Eles são conhecidos. Se não se obrigam em consciência, que a lei os obrigue. Uma lei severa, castigos pesados que sirvam de emenda ao próprio e seja espelho dos vizinhos. Desta sorte, não vamos acabar, desde já nem totalmente, com o escândalo dos filhos de ninguém, mas vamos, sim, diminuí-los. É um passo em frente para um profundo bem social. Está a Justiça em causa. Todos lucram. Menos asilos, menos manicómios, menos prisões e menos Casas do Gaiato». – AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:39.

⁷⁴⁴ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:283. Sobre o mesmo tema, ver ainda AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:33-36; AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:237-39.

⁷⁴⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:268.

cristã): ele aponta soluções concretas, muitas delas caracterizadas por um forte espírito inovador⁷⁴⁶, e sempre adaptadas às circunstâncias reais dos problemas que visam resolver.

Por outro lado, haveria igualmente que contar com uma mudança de mentalidade que estava igualmente ainda em curso, no que à percepção/ideia de crianças diz respeito, fator que em nada facilitava o trabalho de quem se propunha ter uma «palavra nova»⁷⁴⁷:

«Nas últimas décadas do século XIX a criminologia altera a sua abordagem da criança delincente, passando da noção de culpa à de risco, mas fá-lo por duas vias distintas. Para uns, a criança é vítima do meio social onde cresce, nomeadamente da família, cada vez mais culpabilizada à medida que se desculpa o menor. Para outros – e no seguimento da antropologia criminal que a partir da publicação de “L’Uomo delinquente” de Lombroso, em 1876, se divulga e faz escola –, é decisiva a hereditariedade e a criança pode ser um criminoso nato»⁷⁴⁸.

Assim, a «criança abandonada era [vista como] um perigo para a sociedade»⁷⁴⁹, o que tornava ainda mais difícil a resolução do problema aqui em análise:

«A resolução destas questões era tão mais complexa quanto se iria cruzar de forma notória com a ambivalência dos sentimentos da sociedade face aos menores desvalidos, encarados ora como “mártires” ora, numa curiosíssima antinomia, como perigosos porque, potencialmente, degenerados. Esta posição colocava-se dentro da perspectiva lombrosiana que caracterizava as crianças como naturalmente mentirosas, ladras, gluttonas, cruéis, vaidosas, vingativas, sendo a influência da educação limitada para corrigir as “naturezas viciadas e corrompidas”»⁷⁵⁰.

⁷⁴⁶ Ver, a este respeito, os estudos de Ernesto Candeias Martins que aqui temos seguido (e outros que indicamos na Bibliografia), bem como os de outros autores que igualmente se dedicaram a analisar esse mesmo legado sob semelhante perspetiva: LOUREIRO, *Subsídios para o estudo do pensamento pedagógico do Padre Américo*; LOUREIRO, *Um grande educador português do século XX: o Padre Américo e a sua obra pedagógica*; BARBOSA, *Padre Américo – Educação e Sentido da Responsabilidade*; DUARTE, «Somos a porta aberta». *Pedagogia do Padre Américo: métodos e vida*; Maria Manuela LOPES-CARDOSO, *Américo Monteiro de Aguiar. Dimensões antropológicas, axiológicas e proféticas de um projecto pedagógico* (Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações, S.A., 2007).

⁷⁴⁷ AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:74.

⁷⁴⁸ Maria Antónia LOPES, «Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002): 161. Ver também, sobre os efeitos desta ideologia na legislação coeva relacionada com este problema, o estudo de AFONSO, «O nascimento de uma instituição educativa republicana: a Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos», 189-93.

⁷⁴⁹ SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 38.

⁷⁵⁰ SANTOS, 38.

Em suma, e continuando a reflexão proposta por Maria José Moutinho Santos,

«Por detrás dos discursos emergiam naturalmente as preocupações normalizadoras das elites atentas à necessidade de prevenir a delinquência dos menores e proteger os que se encontravam em perigo moral, num quadro complexo onde frequentemente se constatava que a pretexto da protecção/reeducação/correcção o menor era, por vezes, colocado num meio pior do que aquele de onde era proveniente, como seja na prisão comum ou em certas instituições de internato educativo. Isto pressupunha um imenso abuso do Estado que, para “proteger”, “condenava”»⁷⁵¹.

Como adiante poderemos constatar, este é, precisamente, um dos principais *leitmotivs* veiculados (quer explícita quer implicitamente) pelos textos de Américo Monteiro de Aguiar sobre esta temática, fator que nos parece demonstrativo de uma certa faceta “contracorrente” que caracteriza o seu pensamento e ação⁷⁵². Para ele, a expressão “criança abandonada” nunca tem o mesmo significado atribuído por muitos dos seus contemporâneos. Para ele, essas crianças são os «pequeninos sem lar»⁷⁵³ (invocando, certamente, Mt 19, 13-14⁷⁵⁴), a «legião dos incognoscíveis»⁷⁵⁵, as «infinitas legiões da mocidade portuguesa»⁷⁵⁶, o «garoto de

⁷⁵¹ SANTOS, 37.

⁷⁵² As expressões que utiliza no texto que a seguir transcrevemos são disto mesmo evidência: «Eu sou a voz que clama no meio do povo e o dedo que aponta o maior mal dos nossos tempos: a criança abandonada. A criança sem família entregue nas ruas a si mesma. A criança que furta nas lojas, com autos de crime nos tribunais de Menores. A criança delinquente, à espera de ordens dentro dos calaboiços. Eu denuncio à sociedade presente este mal que é de todos nós. Eu trago dentro de mim um programa onde se encontra o recurso para atenuar a doença. Tenho necessidade de falar. Trago no meu peito fome e sede de justiça. Há quem duvide dos remédios para este mal. Eu posso remediar o mal. Eu quero remediar o mal. Eu sirvo-me do próprio garoto da rua com toda a sua hediondez e suposta maldade, para assim, com eles e por eles, remediar a sorte da imensa legião dos pequeninos filhos de ninguém, postos à margem da lei, estrangeiros na sua pátria, – carne da nossa carne, sangue do nosso sangue, com participantes numa única Redenção. Eu posso remediar». – Américo Monteiro de AGUIAR, «Doutrina Social», *O Gaiato*, Ano I, n. 23 (7 de janeiro de 1945): 4. Em anexo, apresentamos o texto completo de onde extraímos este trecho, uma vez que, além deste tema, Padre Américo faz nele uma espécie de “apresentação geral” da sua Obra, dos seus objetivos, quotidiano e modo de funcionamento, descrevendo igualmente as estruturas existentes à data da sua publicação, elementos que, a nosso ver, justificam a sua transcrição integral.

⁷⁵³ AGUIAR, *O Barredo*, 153.

⁷⁵⁴ [Depois de um grupo de fariseus o terem “experimentado” com questões acerca do divórcio (Mt 19, 1-9) e de os seus discípulos O terem questionado sobre o matrimónio e o celibato (Mt 19, 10-12).] «Apresentaram-lhe, então, umas crianças, para que lhes impusesse as mãos e orasse por elas, mas os discípulos repreenderam-nos. Jesus disse-lhes: “Deixai as crianças e não as impeçais de vir ter comigo, pois delas é o Reino do Céu» (Mt 19, 13-14). A exegese bíblica interpreta esta perícopa em paralelo com Mt 18, 3-5, indicando que estas crianças são aqui sinónimo de todos os “pequeninos”, ou seja, os “marginalizados”.

⁷⁵⁵ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:54.

⁷⁵⁶ AGUIAR, 1:71.

*terras de ninguém*⁷⁵⁷, porque está plenamente convencido de que «quando as ditas obras de assistência olham para cada criança com o olhar de Jesus, de humanas que são, passam logo a divinas. É aqui o nervo»⁷⁵⁸.

Para concluir esta breve introdução-contextualização do tema da “criança abandonada”, tome-se em atenção a descrição de Maria José Moutinho Santos sobre a realidade portuense de finais do século XIX. Permita-se-nos, portanto, este paralelo, que assentamos na veracidade do testemunho de Padre Américo. Lido sob esse prisma, o texto que de seguida transcrevemos parece-nos deveras ilustrativo do que igualmente se poderia registar, quer no que respeita ao horizonte cronológico em que este se situa, quer no que concerne, em perspetiva geográfica, a outros aglomerados populacionais de idêntico calibre (como Lisboa, Coimbra ou mesmo Setúbal⁷⁵⁹), também retratados nos escritos de Américo Monteiro de Aguiar:

«Quem cruzasse a cidade do Porto no último quartel do séc. XIX não podia ignorar a presença, um pouco por todo o lado, de menores oriundos das classes pobres, num vai e vem constante pelas ruas. Eles representavam, de facto, uma mão-de-obra de assinalável importância no quotidiano laboral da cidade, nos têxteis, na ourivesaria, nas fundições, na cerâmica, no comércio, nos trabalhos domésticos, etc. mas a rua funcionava também como o lugar onde exerciam muitas outras actividades ‘informais’. Eram ardinias, cauteleiros, comparsas nas

⁷⁵⁷ Américo Monteiro de AGUIAR, «Um pequenino e respeitoso clamor», *O Gaiato*, Ano II, n. 27 (3 de março de 1945): 3.

⁷⁵⁸ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 93.

⁷⁵⁹ «Os espectros dos rostos das crianças e das mulheres nos centros urbanos (Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal, etc) são adjectivados de magros, pálidos e macilentos, expressões famélicas do rosto, além de sujos e ranhosos, apresentando uma grande falta de higiene, desnutrição, andrajosas, franzinas, raquíticas e os corpos maculados e cheios de feridas e chagas (maus tratos). O vestuário dessa infância não passava, muitas vezes, de um monte de andrajos. Os adultos vagabundos e mendicantes, que com ela convivia nas ruas, nos albergues e nas prisões, levavam peças como o gibão ou o velho capote militar que alguns envergavam dia e de noite, calças rotas, remendadas e sujas; a boina proletária, os chapéus deformados e sovados pelo uso; os buracos e os remendos da roupa e abrigos, devido ao estropeio a que estavam sujeitos os indivíduos que os exibiam; o espectro da tuberculose. As mulheres, algumas tísicas, com as suas saias sujas de tons escuros, cobrindo-se com xailes, que serviam, simultaneamente, de cobertor aos filhos que se aninhavam junto ao peito, protegendo-os do frio. As crianças, seminuas, numa promiscuidade com a terra e a lama, que ladeava as suas casas (nos becos, pátios, tugúrios, barracas, ‘ilhas’, choças, subterrâneos, etc.) acompanhavam as mães ou pais, ajudando-os a reforçar as lamúrias e a segurarem no casaco dos transeuntes para obrigá-los a reparar no seu aspecto e obter a esmola pretendida. O calçado era frequentemente inexistente nas crianças e nos adultos apresentava-se muito gasto e esburacado. Em geral estas crianças sem família, pertencentes a famílias não normais ou famílias pobres e/ou numerosas alimentavam-se mal, ‘chafurdando’ nos lixos das ruas: “há casas de gente pela Alfama e por Alcântara, onde vivem seis e sete crianças em promiscuidade com parentes enfermos, sem agasalhos, sem roupa e sem ter que comer” (O Século, de 11/02/1922, p. 2). Outras comiam caldo sem tempero, sardinha, batata e broa, apresentando-se famintas, desnutridas e enfezadas. (...)». – MARTINS, «A outra educação da infância sem voz expressa na literatura (Séc. XIX-XX)», 112-13.

funções do realejo, grooms de seges de aluguer ou, simplesmente exerciam pequenos ofícios de ocasião...» [continua na nota]⁷⁶⁰.

Reconhecendo aqui, *grosso modo*, os “contornos” do problema, que dizer das tentativas que, à época, procuravam encontrar para ele solução?

2.5.1. A assistência à criança de/em Coimbra: um breve retrato

«No princípio do século XX, em Coimbra, era o problema da pobreza infantil e suas consequências que mais suscitava medidas de política social e afetação de meios e recursos para enfrentar a questão da infância»⁷⁶¹. Sem ser nossa intenção sermos exaustivos na descrição do panorama coimbrão de assistência à criança no período em que a presente investigação se focaliza, consideramos útil elencar, ainda que sumariamente, as principais instituições/estruturas existentes naquela cidade envolvidas nesse âmbito de resposta social. Tal utilidade justifica-se, a nosso ver, num duplo sentido: porque algumas delas são expressamente referidas por Padre Américo nos seus textos e porque, mesmo que por ele não citadas, não se poderia ignorar a sua existência, uma vez que elas integram a “rede” das múltiplas dinâmicas de respostas assistenciais cujas fragilidades e limitações a Obra da Rua se propõe colmatar. Assim, não sendo este o espaço indicado para apresentar toda a história e evolução (orgânica, estrutural ou mesmo médico-assistencial) das ditas estruturas, sirva este retrato “minimalista” para situar, no espaço, no tempo e no dinamismo a eles subjacente, o que concomitantemente se citará e comentará dos textos de Américo Monteiro de Aguiar apresentados a análise.

⁷⁶⁰ [continuação] «De uma forma geral, muitos deles eram afastados bem cedo do seio das famílias para trabalharem. (...) Outros seguiam o aprendizado de ofícios, ou eram colocados como marçanos ou serviçais. Esses menores eram alvo frequente das maiores privações no exercício das suas tarefas – fome, frio, trabalho duríssimo para as suas forças, num contexto social que aceitava com razoável indiferença esses percursos de vida trilhados pelos mais pequenos. Era também significativo o número de crianças que deambulava pela cidade, pernoitando nos bancos dos jardins, à porta das igrejas, nas escadas do Príncipe Real, algumas muito pequenas. Sobre essas testemunhava o Jornal de Notícias: “é doloroso ver o aluvião de crianças que invade os cafés, mormente na praça de D. Pedro, exercendo a mendicidade num completo abandono, de uma desumanidade incrível, porquanto muitos desses pequenitos têm menos de cinco anos!”. Estes menores residiam maioritariamente no Porto – em zonas reconhecidamente pobres, como as ilhas mas também provinham dos arredores, ou de outros distritos, por vezes, mesmo a grandes distâncias. Muitos eram crianças abandonadas, outros estavam fugidos de casa de seus pais, amos ou patrões que, frequentemente, os reclamavam à autoridade policial. As razões dessas fugas, assinaladas quase diariamente, prendiam-se, seguramente, com a miséria». – SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 38-39.

⁷⁶¹ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 337.

Assim, da estrutura assistencial existente naquela época (estamos, *grosso modo*, entre o final da década de 20 e a década de 50 do século passado), emerge a «*Obra de Protecção à Grávida e de Defesa da Criança [que] nasceu no seio da Obra Antituberculosa de Coimbra, criada pela Junta Geral do Distrito de Coimbra e presidida por Bissaya Barreto*» em 1928. Nessa data, foram inaugurados «*o dispensário e os Sanatórios de Celas e dos Covões, para internamento dos doentes*». Posteriormente (entre 1931 e 1954), e com o objetivo de

«(...) enfrentar os problemas só da cidade de Coimbra, criou sete instituições, a maioria das quais localizadas na zona de Santa Clara: Maternidade do Ninho, Roupas do Pequenito; Ninho dos Pequenitos e a Casa da Criança Rainha Santa Isabel. Para além destas há ainda a registar a Casa da Criança D.^a Joana de Avelar, no Loreto e D.^a Filipa de Vilhena, nos Olivais, bem como o Parque Infantil Dr. Oliveira Salazar, também nos Olivais»⁷⁶².

A atestar da importância desta Instituição na resposta ao problema aqui em análise, tenham-se em atenção os seguintes gráficos-síntese alusivos à caracterização sócio demográfica das crianças por ela assistidas/acolhidas entre os anos de 1931 e 1954 no que respeita à sua idade, género e situação familiar (bem como a análise mais aprofundada dos mesmos, que remetemos igualmente para as páginas 248-250 do mesmo estudo). Assim, os dados recolhidos pela autora permitiram-lhe apresentar o seguinte Gráfico 1, relativo ao género das crianças admitidas naquela Instituição⁷⁶³:

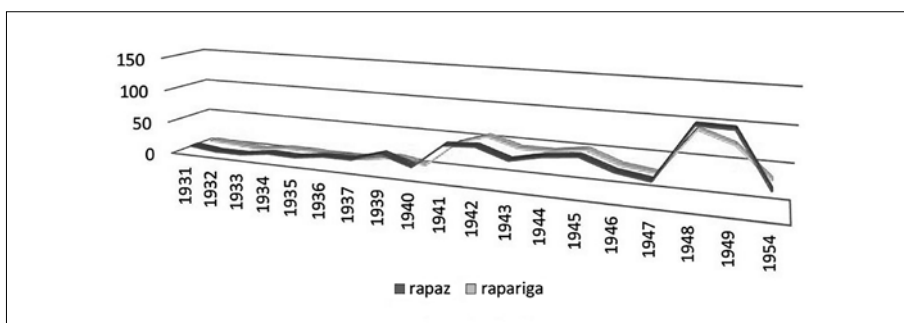


Gráfico 1. «Sexo das crianças/jovens entradas na Obra de Protecção à Grávida e defesa da Criança de Coimbra entre 1931 e 1954»

⁷⁶² As expressões citadas em itálico são de TOMÉ, 241, estudo que seguiremos de perto nesta caracterização.

⁷⁶³ Apud *Ibid.*, 248.

Do mesmo modo, e no que concerne às idades (Gráfico 2⁷⁶⁴):

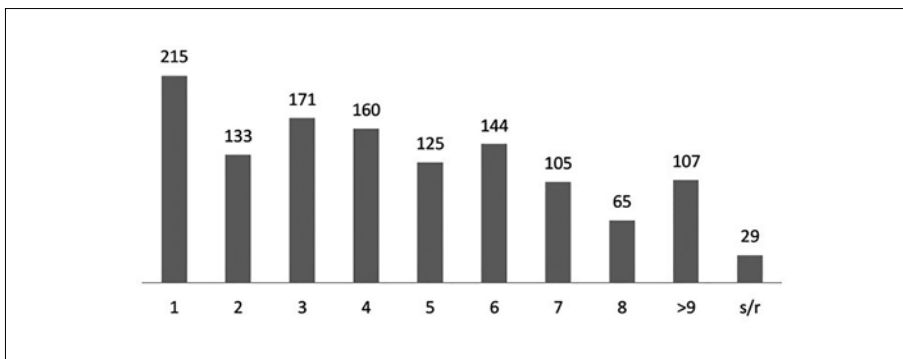


Gráfico 2. «Idade das crianças/jovens entradas na Obra de Protecção à Grávida e defesa da Criança de Coimbra entre 1931 e 1954»

Finalmente, e no que respeita à situação familiar da mesma amostra estudada (Gráfico 3⁷⁶⁵):

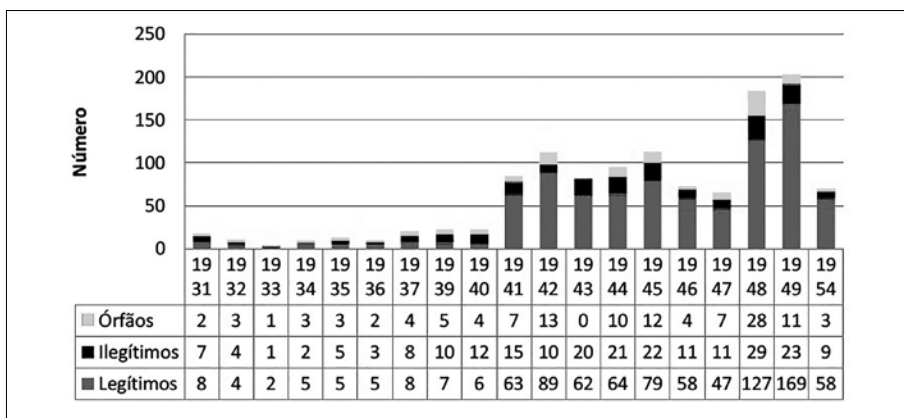


Gráfico 3. «Situação familiar das crianças/jovens entradas na Obra de Protecção à Grávida e defesa da Criança de Coimbra entre 1931 e 1954»

Além desta Instituição, que notoriamente se destacava quer pela envergadura e multiplicidade das respostas assistenciais a ela associadas quer pelo número de crianças assistidas, registam-se ainda os “Refúgios” e “Internatos femininos”

⁷⁶⁴ Apud TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 249.

⁷⁶⁵ Apud TOMÉ, 250.

anexos à “Tutoria Central da Infância de Coimbra”⁷⁶⁶. Foi no “Refúgio de Coimbra” que Padre Américo teve um especial contacto com as questões da pobreza (infantil) daquela cidade, tendo sido nela «Assistente espiritual»⁷⁶⁷ (entre 1938 e 1941), uma experiência que o haveria de marcar indelevelmente o resto do seu percurso vital (como homem dedicado a esta questão)⁷⁶⁸, uma vez que, «Com esta experiência, que desenvolveu em simultâneo com o trabalho na “Sopa dos Pobres” e com os rapazes na rua, percebeu que “o direito que acolhia os rapazes era o mesmo que os lançava à rua”»⁷⁶⁹. Falando em nome próprio acerca de qual entendia ser a missão do “Refúgio de Coimbra”, é Padre Américo quem afirma que

«O Refúgio de Coimbra é o ponto de passagem para os Reformatórios e Colónias do Estado e os refugiados, sendo em grande parte meus conhecidos da rua, (...) sucedendo por isso, que uma vez despedidos das Casas por limite de idade, alguns dos rapazes vêm ter comigo a pedir trabalho e pão!»⁷⁷⁰.

Não obstante, também logo aí Padre Américo se inteirou dos “mal entendidos” que, tantas vezes, minam o trabalho de quem, como ele, elegeu como primordial preocupação o apoio e resposta concreta aos problemas das populações (juvenis). Atente-se neste texto:

⁷⁶⁶ «O sistema de internatos para os menores infratores, esboçado a partir segunda metade do século XIX, ficou concluído apenas em 1932. (...) No período republicano foram criados apenas dois estabelecimentos correccionais (a Colónia Correccional de Izeda e o Reformatório de São Fiel), em 1920 e, no Estado Novo, concluiu-se a rede institucional, com a criação da Tutoria Central da Infância de Coimbra, dos Refúgios e internatos femininos, bem como do Reformatório Masculino da Guarda e o Instituto Navarro de Paiva». – TOMÉ, 257. «O desenvolvimento do sistema de internatos fez-se sobretudo através da adaptação das casas religiosas, tarefa muito facilitada na República com a publicação da Lei da Separação e sem ruturas com a matriz fundadora. A rede esteve ativa até 1996, tanto em número (15), como na localização dos estabelecimentos. Controlar, vigiar e separar os contingentes de menores em grupos, a sua instalação em alas ou zonas autónomas, a salubridade e higiene dos ambientes, a durabilidade e resistência da construção foram as preocupações subjacentes às reformas e adaptação dos espaços. Apenas a Escola Agrícola de Vila Fernando (em 1911 chamada colónia correccional), o Refúgio de Coimbra e o Instituto Navarro de Paiva foram construídos de raiz». – TOMÉ, 259.

⁷⁶⁷ «Assumi as funções, passando a desenvolver uma ação junto dos jovens, pautada igualmente pelos princípios da Escola Nova. Influenciado por Rousseau e também por Froebel e Pestalozzi, ministrava ensinamentos de ordem moral, educativa e religiosa e acompanhava os que cumpriam a reclusão. Considerava que os serviços não davam a devida liberdade de ação para o desenvolvimento das tarefas de assistente religioso, para aprofundar o trabalho de recuperação moral dos jovens, de modo a ajudá-los a reinserir-se na sociedade, daí ter abandonado as funções para se dedicar ao acolhimento dos rapazes saídos dos reformatórios». – TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 373-74. Ver também, sobre este tema: MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 133-34.

⁷⁶⁸ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 133.

⁷⁶⁹ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 373-74.

⁷⁷⁰ Américo Monteiro de AGUIAR, «Obra da Rua», *Correio de Coimbra*, Ano XIX, n. 950 (16 de novembro de 1940): 3. MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 134.

«Vai para uns quinze anos que me quiseram nomear Assistente Religioso da Tutoria de Coimbra. Tempos depois e numa visita oficial do senhor Director-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, fomos ao seu encontro. Duas palavras marcaram duas ideias opostas. Eu disse-lhe: – “O meu serviço não rende”. Ele responde: – “A questão dos vencimentos dos Assistentes Religiosos está a ser estudada”. Sim. Os meus trabalhos não rendiam. Era assim então; é assim hoje. O Assistente Religioso nos Reformatórios e outras Casas do género é uma presença importante, devido à própria natureza da sua missão; ele é mandado pelo seu Bispo. Vai em nome da Igreja. Está tudo dito. Mas não tem liberdade de acção. Não se pode entregar. Não faz seu nenhum dos rapazes. Eu mesmo fui de uma vez superiormente repreendido por ter dado um beijo e rebuçados a um pequenino de 9 anos!»⁷⁷¹.

Uma outra instituição que nos merece destaque é a “Obra de Protecção às Raparigas”, fundada em 1918 pela Condessa do Ameal, «*D. Maria Amélia de Sande Mexia Aires dos Campos (...) grande benemérita que visitava e ajudava famílias pobres e necessitadas (...). Fundou [também] a “Cozinha Económica da Rainha Santa Isabel”, na freguesia de S. Bartolomeu em Coimbra*»⁷⁷². Porque se trata de uma estrutura dedicada ao problema da assistência infantil feminina de quem Padre Américo foi especialmente próximo, a julgar pelas múltiplas referências feitas (nomeadamente à sua Fundadora⁷⁷³), cremos ser o momento apropriado para relevar um elemento – porventura esquecido ou desconhecido – do seu pensamento social. Apesar da constatação, quase “imediata”, de que a sua ação assistencial-caritativa se tenha preferencialmente dirigido ao problema do “rapaz da rua”, tal não nos deve levar a concluir, contudo, que o da “rapariga” lhe tenha “escapado”. A prova disto mesmo encontramos-la no relato de uma conversa havida entre ele e uma senhora de Lisboa que justamente lhe pedia recomendações para concretizar uma iniciativa assistencial em prol destas crianças. Eis a sua resposta:

»Sim, minha senhora; o panorama da rapariga das ruas é muito mais degradante do que no caso dos rapazes. A mulher portuguesa devia fazer seu e sentir todo o mal que daqui nasce. Tem coragem? Lance as redes em nome do Senhor. Não

⁷⁷¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:247.

⁷⁷² MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 112 (nota 118). «A colaboração das Irmãs Doroteias, a partir de 1919 alargou a sua ação. Foi criado o Patronato para criadas, costureiras e empregadas, criou-se uma associação das Filhas de Maria e organizaram-se Círculos de Estudos». – TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 252.

⁷⁷³ «Passei por ela algumas vezes em Coimbra e reparei como todos se apuravam reverentes à sua passagem. A estima e admiração em que era tida, não lhe vinha do condado, mas sim do “reino das tocas” por onde passava fazendo o bem». – AGUIAR, *O Barredo*, 172. Após a morte desta, são várias as alusões feitas por Padre Américo à exemplaridade do seu testemunho cristão e caritativo, v. g.: AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1986, 1:305.322; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:26.

diga a ninguém, ou diga a muito pouca gente, aquilo que se propõe realizar; o calado é o melhor. Se V.Ex.a pertence à comissão das senhoras de Lisboa que já publicaram na alta Imprensa o programa da futura “Casa da Gaiata”, é de esperar que tudo ficará como dantes, a saber: as senhoras em suas casas e as garotas nas ruas! Espero que não pertença! Não tenha medo da falta de recursos. Comece consoante o que tiver. Abrigue-se em qualquer toca. Ame infinitamente a criança e meça a profundidade do bem que lhe faz, livrando-a do mal da rua. Considere a estupenda irradiação do facto. Multiplique o amor que se chama Caridade – e basta»⁷⁷⁴.

Por conseguinte, parece-nos válido concluir que esta sua vivência (social e espiritual) foi, de facto, o “habitat” propício para a sua crescente preocupação sobre a reinserção social destes jovens, objetivo que o levou a criar o “Lar do Ex-Pupilo das Tutorias e Reformatórios” em 1941⁷⁷⁵, estrutura onde, por sua vez, se haveriam de ensaiar algumas das notas filosóficas, organizacionais e educativas/pedagógicas igualmente patentes quer nas “Casas” e nos “Lares” da sua “Obra” quer nos semi-internatos criados pelo Estado, a partir de 1950 (data em que Padre Américo entrega a jurisdição e tutela deste “Lar” à Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores⁷⁷⁶).

Por outro lado, será necessário registar uma instituição de Coimbra com cujos responsáveis Américo Monteiro de Aguiar manteve uma particular relação de proximidade, sempre com o intuito de “mais saber para melhor servir” as crianças pobres daquela cidade. Referimo-nos à “Casa/Asilo da Criança/Infância Desvalida”⁷⁷⁷, fundada em 10 de abril de 1836, onde Padre Américo conheceu

⁷⁷⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:30. Sobre a existência destas (outras) Casas: «Houve, em Fátima, uma Casa da Gaiata, como também nos Açores e Madeira se instituíram casas do gaiato que, não pertencendo à Obra do Padre Américo, nunca se atreveram a pôr em prática o auto-governo, a vida familiar e o viver na sujeição contínua e permanente da Providência Divina — características essenciais de uma verdadeira Casa do Gaiato». – Padre ACÍLIO, «Casa do Gaiato de Lisboa». *O Gaiato*, Ano LXIII, n. 1618 (18 de março de 2006): 1.4. Note-se que este texto termina com a comparação entre este “caso” e a história de Joana Jugan, fundadora das “Irmãzinhas dos Pobres”, que tento tido a mesma “inspiração”, adoptou diferente atitude...

⁷⁷⁵ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 373-74. Com efeito, os “Lares do Ex-Pupilo das Tutorias e Reformatórios” eram uma «instituição pioneira no País no apoio supletivo à inserção social dos jovens que saíam dos estabelecimentos de reeducação (reformatórios, colónias correccionais e asilos públicos), dos Serviços Jurisdicionais e Tutelares de Menores do Ministério da Justiça». – MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 135. A sua organização interna, em regime de «auto-governo, tipo familiar, orientado e administrado pelos próprios menores que nele viviam e trabalhavam e estudavam na cidade de Coimbra» proporcionava uma “forma de vida” muito particular, constituindo esta numa «demonstração do muito que se podia realizar nas cidades com este tipo de estabelecimentos assistenciais e educativos em regime de (semi)liberdade, anexo a cada reformatório e colónia correccional». – MARTINS, 135-36.

⁷⁷⁶ MARTINS, *Padre Américo. O destino*, 138.

⁷⁷⁷ Esta era, no dizer de Maria Antónia Lopes, uma «típica instituição da beneficência liberal oitocentista (...). Deve ser ressaltado na dinamização desta Casa o papel das mulheres da burguesia coimbrã, no que

dois dos seus diretores: o Dr. Elísio de Moura, diretor da Instituição entre 1922 e 1929, professor universitário de quem Padre Américo se fez amigo⁷⁷⁸ depois de um “breve episódio” de “urgência social” em que ambos se veem envolvidos⁷⁷⁹; e, mais tarde, D. Luíza Maria Andaluz, diretora a partir de 1929, «filha dos Viscondes de Andaluz, nascida em 1877», conhecida pela sua dedicação às causas da pobreza, e a quem se atribui a fundação da «Congregação das Servas de N. Senhora de Fátima (...) conhecendo, a partir dessa época, o P.e Américo»⁷⁸⁰. Foi ainda neste Asilo que Padre Américo se inteirou do trabalho das já anteriormente citadas “Criaditas dos Pobres”⁷⁸¹ de Coimbra, bem como bebeu dos ensinamentos do Pe. Luís Lopes Melo, à data Diretor Espiritual da Instituição⁷⁸².

Completando o elenco das instituições existentes (de acordo com o estudo de Augusto d’Oliveira, para o ano de 1931), registamos ainda o «Colégio dos Órfãos e órfãs de S. Caetano (Misericórdia de Coimbra); [e o] Ninho dos Pequenininhos»⁷⁸³.

Como facilmente se constata e poderá concluir, era muito profunda a relação e proximidade que, já naqueles primeiros anos da década de 30, Américo Monteiro de Aguiar ia construindo em relação àquelas estruturas assistenciais que constituíam, efetivamente, a “linha da frente” da luta contra a pobreza e abandono juvenil. Foi, sem dúvida, dessa proximidade e do conhecimento profundo das respetivas dinâmicas internas, princípios orientadores e práticas quotidianas, lidas e julgadas à luz do Evangelho e analisadas com a sensibilidade do seu olhar, que haveriam de começar a desenvolver-se na sua mente as bases do “programa” (educativo, organizativo e assistencial) sobre o qual haveria de ser erigida a sua “Obra”. Estes foram, certamente, anos-chave para este padre recém-ordenado⁷⁸⁴ que, embora já não sendo propriamente um “jovem” (tinha 42 anos à data da sua ordenação presbiteral) ainda sentia latejar os batidos daquelas “marteladas” que o tinham feito mudar tão radicalmente de rumo, anos antes. E, tal como já se começa a verificar, foi precisamente do confronto entre o ideal cristão (da Caridade) e as fragilidades históricas, sociais e culturais em que a Assistência à data se inscrevia que a sua proposta começava a “ganhar forma”.

é pioneira entre as instituições beneficentes de Coimbra». – Maria Antónia da Silva Figueiredo LOPES, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. 1 (Viseu: Palimage, 2000), 416.

⁷⁷⁸ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 111 (nota 116).

⁷⁷⁹ Cf. AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:258-59.

⁷⁸⁰ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 113 (nota 122).

⁷⁸¹ VIEIRA, «Criaditas dos Pobres (Congregação das)»; VV. AA., «A nossa pobreza de criaditas», *Communio – Revista Internacional Católica*, III, n. 5 (1986): 476-77.

⁷⁸² MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 111-12.

⁷⁸³ Ver o “Anexo 1” do estudo TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 490.

⁷⁸⁴ Tinha sido ordenado presbítero em 7 de abril de 1929.

2.5.2. A assistência à criança de/em Lisboa: «*Ai!, que se em vez de Coimbra eu tivesse ido parar a Lisboa...*»⁷⁸⁵

No que concerne à assistência infantil na cidade de Lisboa, poderemos começar por apontar que esta aparece já no Alvará Liberal de outubro de 1806, ao incumbir a administração geral e local dessa assistência, a par do contributo da Casa Pia de Lisboa⁷⁸⁶, do Colégio dos Meninos Órfãos da Mouraria⁷⁸⁷, da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida (criada em 1834⁷⁸⁸) e outros estabelecimentos da Misericórdia de Lisboa⁷⁸⁹. Recorrendo uma vez mais à síntese de Maria Rosa Tomé, temos a registar o funcionamento, em 1930, das seguintes estruturas de assistência infantil:

- o “Asilo de S. João” de Lisboa⁷⁹⁰, «*instituição laica de assistência privada, criada pelo famoso tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães. Inaugurado a 2 de julho de 1862, destinava-se a acolher e educar jovens órfãs e desvalidas do sexo feminino*»⁷⁹¹;
- o “Albergue das Crianças Abandonadas”, «*instituição privada de beneficência, inaugurada em 15 de maio de 1897, (...) para acolher crianças dos 3 aos 12 anos, abandonadas, doentes ou cujos pais estivessem presos*». Saliente-se que a iniciativa da sua criação partiu de «*funcionários da polícia e apoiada*

⁷⁸⁵ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:86.

⁷⁸⁶ «(...) criada pelo Intendente da Polícia Pina Manique, instalada nas edificações do Castelo de S. Jorge e inaugurada a 3 de julho de 1780, apesar de estar em funcionamento há algum tempo. Em 1808 foi extinta, aquando da invasão francesa, mas em 1813 reabriu em instalações do antigo convento do Desterro e em 1833 transferiu-se para o convento dos Jerónimos. Geralmente identificada como uma instituição que pretendia marcar um novo ciclo de modernidade do ensino e da assistência estatal à infância, a Casa Pia da Correção da Corte começou por ser uma casa de reclusão e de trabalho forçado, que manteve a sua natureza carcerária até às invasões francesas». – TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 126-29.

⁷⁸⁷ A fundação primitiva deste Colégio remonta a 1273, pela Rainha D. Brites, mulher de D. Afonso III. É nele que, em 1814, é instalado o “Recolhimento do Paraíso” para mulheres, sendo o “Colégio dos Meninos Órfãos” anexado à “Casa Pia da Correção da Corte”, instalada desde 1812 no Desterro – ver mais informações na página *web*: <http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6477>.

⁷⁸⁸ Atual Fundação D. Pedro IV, nasceu com o objetivo de «proteger, educar e instruir as crianças pobres de ambos os sexos, desde que deixavam a alimentação láctea materna até aos 7 anos, permitindo, portanto, aos seus pais, poderem entregar-se livremente às suas ocupações diárias, indispensáveis para ganharem os meios pecuniários com que tinham de fazer face às despesas a que os obrigavam as suas necessidades quotidianas, convictos de que os seus filhos ficavam ao abrigo de uma Instituição que substituíam, vantajosamente, os seus cuidados» – FUNDAÇÃO D. PEDRO IV, «História», Página Institucional, Fundação D. Pedro IV, 2017, [em linha: <<http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=6>>].

⁷⁸⁹ MARTINS, «A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República», 192.

⁷⁹⁰ Fazemos este “inciso” de modo a não confundir com a instituição homónima da cidade do Porto, que adiante descreveremos.

⁷⁹¹ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 129.

por *jornalistas e homens das letras*» e criada num prazo (recorde) de três meses⁷⁹².

Já aqui foi referida a especial proximidade (que cremos diretamente proporcional à preocupação e urgência que a justifica) de Padre Américo por todas aquelas estruturas que, de uma forma ou de outra, fazem da "criança da rua" o principal destinatário da sua ação. Por conseguinte, e tendo citado este "Albergue", cremos ser útil transcrever aqui um breve trecho da sua autoria onde, em sentido crítico (revelador, também ele, do profundo conhecimento que possuía em relação a essas mesmas estruturas) nos torna mais clara a percepção que detinha de grande parte destas estruturas assistenciais:

«[O rapaz da rua] É apanhado para o Albergue ou para o Reformatório. Vai e sujeita-se, por medo, mas não se adapta. Espera o regresso à vida da rua. Não há no rapaz uma transformação séria. Nos grandes aglomerados das obras de Assistência pública não se exerce, em regra, a acção individual, interior, redentora. São obras sem alma. Não vivem em família; o pequenino não pode ir à cozinha pedir pão, por não haver quem lho parta»⁷⁹³.

Continuando o nosso elenco das instituições assistenciais contemporâneas da Obra da Rua, registamos ainda a

«Casa de Detenção e Correção de Lisboa (...) fundada pelos conselheiros Faria de Azevedo e Henrique O'Neill, à imagem das escolas de reforma inglesas. Criada em 15 de junho de 1871, (...) funcionou no antigo convento das Mónicas até 1903. Nos primeiros anos destinava-se a acolher jovens dos 14 aos 18 anos com responsabilidade criminal e dos 7 aos 14 anos, com responsabilidade condicionada ao discernimento, preventivos e incorrigíveis à autoridade materna»⁷⁹⁴.

Tal como no caso anteriormente citado, também (e de forma expressa) contra este tipo de opções/metodologias de (re)educação/correção e reinserção Américo Monteiro de Aguiar se insurge: «*Isto é nada mais nada menos do que o fruto dos erros da assistência que manda embora o assistido aos tantos anos de idade; (...) Mas nós somos uma palavra nova. Nós não marcamos idades nem horas de saída*»⁷⁹⁵.

⁷⁹² TOMÉ, 130.

⁷⁹³ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:47. Dada a relevância do restante texto para a análise aqui empreendida, apresenta-se transcrição integral do mesmo em anexo ao presente trabalho.

⁷⁹⁴ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 138. 238.

⁷⁹⁵ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 79. AGUIAR, *Isto é a Casa do Gaiato*, 1985, 1:74.

Além destas, registam-se ainda a “Associação Protectora das Escolas para Crianças Pobres”, fundada em 1859 por Teresa Saldanha e que «*Em 1931 era presidida pela condessa de Sabugosa e de Murça, D.^a Mariana das Dores de Melo para ajudar as raparigas pobres que não podiam estudar o curso dos liceus, organizando catorze casas de trabalho (...)*»⁷⁹⁶; e ainda o “Dispensário dos Amigos do Tribunal da Infância”⁷⁹⁷, fundado pela “Associação dos Amigos do Tribunal da Infância”, «*inaugurado a 6 de novembro de 1930 e instalado no Refúgio para o sexo feminino*», com o propósito de «*desenvolver acção social junto das famílias das crianças do Tribunal e dos Refúgios*». A criação desta instituição deve ter certamente causado alguma satisfação em Padre Américo, atendendo à visão deveras negativa que ele demonstra ter destas estruturas e seus funcionários. A título de exemplo, vejam-se estes textos:

«[Nós, os portugueses] Regeitamos [sic] o Sermão da Montanha e eis que aceitamos os decretos do Terreiro do Paço, feitos e aprovados por mortais. Marcar idades. Dizer profissões. Ajustar salários. Nomear juizes. Fundar tribunais, – e o mais que lá vem. E no entanto, com todas estas cautelas, passa o pequenino na via publica com uma barra de ferro às costas, a tremer e a gemer! Para que presta a lei, se falta a consciência!?»⁷⁹⁸.

E, comparando o *modus operandi* das Casas da sua Obra com o dos “Dispensários”:

«Há-de estar em serviço permanente com sua cama feita e sua mesa posta para receber qualquer gaiato suspeito do mal dos tempos, que as injecções de cama e mesa fazem muito melhor do que as dos dispensários, sem ofensa à Medicina nem desprimor para ninguém»⁷⁹⁹.

Finalmente, uma referência para a “Associação Protectora das ‘Florinhas da Rua’”, criada em 1917, pelo Arcebispo D. João Evangelista de Lima Vidal, apresentando como objetivo da sua existência «*proteger as crianças em perigo e apoiar as famílias carenciadas e incapazes de educarem devidamente os seus filhos*». É devido um sublinhado especial em relação a esta instituição uma vez que, «*Em*

⁷⁹⁶ «Ao todo, entre 1926 e 1931, teve 790 alunas com aulas de ensino primário e de moral e que aprenderam trabalhos domésticos e trabalhos manuais. O seu trabalho era remunerado. Quando saíam e já adultas ou com família, eram ajudadas pela Associação, se assim solicitassem». – TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 254-55.

⁷⁹⁷ TOMÉ, 255-56.

⁷⁹⁸ Américo Monteiro de AGUIAR, «Nota da quinzena», *O Gaiato*, Ano IV, n. 85 (31 de maio de 1947): 2. O restante texto encontra-se em anexo a este trabalho.

⁷⁹⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:88.

outubro de 1925, por acordo com a Sociedade Protectora do Hospital de Nossa Senhora da Saúde, ao Rego (...) assumiu a direção do estabelecimento e instalou o Instituto Médico-Pedagógico, cabendo-lhe portanto o pioneirismo, em Portugal, da proteção das crianças anormais do sexo feminino»⁸⁰⁰, problema a que Padre Américo haveria igualmente de focar uma atenção particular, com a criação do “Calvário” de Beire (inaugurado em 1954), dedicado ao acolhimento de adultos com limitações físicas ou mentais).

No entanto, se alargarmos ligeiramente quer o horizonte temporal prévio (situando-nos agora em 1925), quer o tipo de assistência, poder-se-ão acrescentar, para além dos «7 lactários, públicos e privados»⁸⁰¹ (...) 5 creches, (...) 2 escolas maternais, (...) as cantinas e os recreatórios [sic] (...). Para as crianças indigentes havia em Lisboa 44 asilos e internatos (...)»⁸⁰². A estes, poderemos ainda acrescentar os «15 semi-internatos e externatos (...) [que] prestavam diariamente, para além da instrução, alimentação, vestuário, calçado ou outra assistência a cerca de 3936 crianças pobres e suas famílias»⁸⁰³. Iguais menções merecem as «23 cantinas de Lisboa divulgadas pela Direcção Geral de Assistência» («Em 1932 tinha crescido para 30, o número de cantinas em Lisboa»⁸⁰⁴) bem como outras

«instituições criadas para incentivar a frequência às escolas, e assim, proteger determinados grupos da população infantil, fornecendo-lhes livros, alimentação, assistência médica e medicamentosa, cuidados de higiene, vestuário e calçado. Muitas davam simultaneamente assistência à maternidade e a familiares das crianças da escola»⁸⁰⁵.

Para terminar, e adotando como “fonte” direta os escritos de Padre Américo, devemos registar ainda duas instituições que são expressão também da constante preocupação deste em conhecer, a fundo, a realidade da pobreza (infantil) e as respetivas (tentativas de) resposta social, assistencial ou caritativa, independentemente de quem fossem os seus promotores. Em primeiro lugar, cite-se a “Casa dos Rapazes” em Albarraque (Rio de Mouro – Sintra), uma obra destinada a «alojar rapazes vadios das ruas da capital, ministrando-lhes educação moral, ensino primário, aprendizagem profissional (agrícola e oficial), educação higiénica e doutrina

⁸⁰⁰ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 253.

⁸⁰¹ Em 1931 este número diminuirá para quatro. Ver Quadro n.º 5 – “Lactários de Lisboa em 1931” – TOMÉ, 234.

⁸⁰² TOMÉ, 233.

⁸⁰³ «De uma forma geral, as instituições de educação tiveram um papel central na assistência à criança e à família, para suprir o frio, a fome e, por vezes, a higiene dos seus alunos». – TOMÉ, 234.

⁸⁰⁴ TOMÉ, 238.

⁸⁰⁵ TOMÉ, 235.238.

cristã, além da prática de actividades recreativas»⁸⁰⁶. Foi iniciativa do “Padre Geada” (Pe. Agostinho da Mota), personagem de quem Padre Américo “ouve falar” e por cuja obra imediatamente se interessou⁸⁰⁷. Comentando a relação entre estas duas personagens (e Obras), José da Rocha Ramos defende que

«O Padre Geada, da Diocese de Lisboa, que no seu tempo caminhou neste mundo como um gesto profético, foi para Padre Américo conforto e estímulo. Nele encontrou a confirmação de que estava a trilhar caminhos seguros. Este sacerdote alfacinha, pároco de S. Miguel e Santo Estêvão, dedicou a actividade pastoral ao serviço dos mais pobres: criou escolas, creches, dispensário, etc. E, durante muitos anos, viveu numa casa pobre – pobre entre os pobres – à Lapa»⁸⁰⁸.

E a admiração nutrida por Padre Américo por esta figura de destaque do clero de Lisboa torna-se evidente na forma como termina um longo texto que lhe dedica: «Lisboa deve olhar para o Padre Geada com os mesmos olhos com que vê o Padre Américo; e dar. Dar mais. Dar com alegria. Dar sem medida»⁸⁰⁹.

Em segundo lugar, refira-se a “Obra do Ardina”, criada em 1944 (três anos depois, inaugurar-se-ia igualmente a “Casa do Ardina” em Coimbra), «pela assistente social, noelista, Maria Luísa Ressano Garcia [1912-1972]»⁸¹⁰, uma «instituição “dirigida ao garoto da rua, isto é, meninos que levam uma vida de vagabundagem ou se dedicam a profissões ambulantes e que são considerados em situação de pré-delinquência”»⁸¹¹, a quem Padre Américo dedica um longo e elogioso artigo no seu jornal⁸¹² (além de por várias vezes a ela se referir, sempre de forma muito positiva⁸¹³), demonstrando sempre ter com os responsáveis e estruturas daquela

⁸⁰⁶ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 113 (nota 124).

⁸⁰⁷ «Tínhamos ouvido falar na “Cidade dos Rapazes” de Albarraque e fomos ver. O nome é sugestivo. — Vamos, disse-lhe eu em Lisboa, há sempre algo que aprender. Quem nos dera fazer melhor! Fomos ver os rapazes do Padre Geada, em Alfama; e os ardinias da Maria Luísa, à Calçada da Glória. As Obras, como as pessoas, são susceptíveis de perfeição. Nós temos fome e sede de perfeição; por isso mesmo gastamos tempo e dinheiro a procurar, a observar aonde nos parece que haja matéria de estudo. Às vezes um pormenor é luz». — AGUIAR, *De como eu fui*, 38. Ver, sobre esta “proximidade” (institucional e pessoal): MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 113.

⁸⁰⁸ RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 69.

⁸⁰⁹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:151.

⁸¹⁰ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 256.

⁸¹¹ CLEMENTE, «Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX», 191.

⁸¹² Américo Monteiro de AGUIAR, «A Casa do Ardina», *O Gaiato*, Ano I, n. 18 (29 de outubro de 1944): 1. Crendo justificada a relevância do texto (também) para a caracterização da Instituição em causa, apresentamos transcrição integral do mesmo em anexo.

⁸¹³ AGUIAR, *De como eu fui*, 38; AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1999, 3:171.

instituição uma muito especial relação de proximidade e confiança⁸¹⁴. Apresenta como objetivos fundamentais

«(...) promover a readaptação profissional, a formação moral e religiosa dos menores em perigo moral, mendigos e com instabilidade profissional; reeducar menores pré-delinquentes, vadios e inadaptados, em colaboração com os tribunais de menores; interessar com acções sociais as famílias dos educandos valorizando a sua situação moral e social em que vivem»⁸¹⁵.

2.5.3. A assistência à criança do/no Porto: «(...) *ai Porto, Porto! Quão tarde te conheci!*»⁸¹⁶

«É também muito frequente aparecerem na Tutoria menores desamparados que devem ser entregues à Assistencia mas isso é uma solução que só pode ser usada com muita moderação e cuidado, porque, infelizmente, com a Assistencia particular não há que contar, visto que raríssimas vezes aparece alguém que queira tomar conta dos menores idos da Tutoria e com os estabelecimentos de caridade da cidade não se pode contar também, pois que preferem admitir creanças que não tenham estado na Tutoria, e em geral só são admitidas creanças com especiaes recomendações. (...) Mas, alem dos menores que como delinquentes e contraventores são enviados à Tutoria, muitos dos quais deviam ser entregues à Assistencia, há na cidade certamente muitas dezenas, e talvez centenas de menores, que a Assistencia deviam ser entregues também, por estarem em perigo moral e que o art. 71.º do decreto 6117 expressamente prohiibe que sejam instalados nos Refugios, tendo de mandar-se para a rua creanças que a lei protege e que podendo salvar-se se vão perder»⁸¹⁷.

⁸¹⁴ Ver, a título de exemplo, a resposta por ele dada a uma carta de um dos seus leitores, que o questionava sobre a melhor forma de lhe fazer chegar um donativo «do ouro para ajuda do cálice da capela»: «Não tem necessidade de ir ao Banco. Achava mais discreto ir ao 39 da Calçada da Glória e entregar à Maria Luisa, da Casa do Ardina. Ela comunica». – AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 15-16. Ainda sobre o mesmo (ou semelhante) episódio: «No cofre do Alexandre de Almeida havia oiro par mim e na Casa do Ardina da mesma sorte — de “Ninguém”! Topei na rua o “Zé Ninguém” de Lisboa. Fui à Redacção de “A Voz” buscar umas lascas que lá estavam para mim. Tive nas ruas alguns “tome lá” e “aqui tem”». – AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:288. Ver igualmente p. 163-164.

⁸¹⁵ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 116. O autor sublinha ainda as múltiplas semelhanças (pedagógicas, assistenciais e organizativas) existentes entre esta instituição e as “Casas do Gaiato”, entre as quais se inclui inclusive a criação, em 1946, de um jornal mensal – *O Ardina*, um projeto editorial em tudo semelhante ao d’*O Gaiato*” (1944) (cf. MARTINS, 116-17).

⁸¹⁶ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:140.

⁸¹⁷ Excerto do *Relatório sobre o movimento da Tutoria Central da Infancia do Porto*, recolhido em FERREIRA, «Representações sobre a delinquência dos menores e o universo da criança a proteger na

Sem repetirmos – mas aplicando – o que atrás se referiu sobre a “não exaustividade” do retrato que aqui nos propomos apresentar, julgamos poder começar por reconhecer que, no Porto dos finais do século XIX, já é possível identificar a existência de uma “rede assistencial” à criança abandonada (e/ou delinquente), empenhada, em traços gerais (e comuns à grande maioria destas instituições estatais existentes) a «proporcionar aos menores “desvalidos ou abandonados”, (...) “uma instrução necessária à compreensão dos seus direitos e consciência dos seus deveres”, assim como a aprendizagem de um ofício que os preparasse para a vida activa»⁸¹⁸. Para esta rede assistencial concorriam os esforços dos poderes públicos, de que são exemplos o “Asilo dos Rapazes Adidos à Calçetaria”, criado em 1837 pela Câmara do Porto, «onde os jovens viviam sujeitos a um regime disciplinar severo e trabalhavam nas obras públicas da cidade para aprenderem o ofício de pedreiro»⁸¹⁹; a “Casa de Correção do Porto” (também da responsabilidade da Câmara Municipal, criada em 1880⁸²⁰); e o “Asilo-Escola Municipal” (criado pela Junta Geral do Distrito do Porto a 3 de setembro de 1891)⁸²¹, instituições onde as crianças, em regime de internato, «enquadrados por uma instrução elementar e uma sólida educação moral, seriam encaminhados para um ensino profissional de artes e ofícios»⁸²². Mas, enquadradas por uma longa tradição de coexistência entre os diversos “poderes e instituições” civis e religiosos, também na dinâmica assistencial desta cidade se nota essa mesma coexistência. Assim, e em paralelo a estas estruturas atrás elencadas, são dignas de registo as iniciativas assistenciais protagonizadas por «alguns particulares, (...) Ordens Religiosas, Confrarias, Ordem Terceira e das Misericórdias, que criaram algumas (poucas) instituições», através das quais se pretendia, grosso modo, «que o regime educativo e regenerador a aplicar aos menores acolhidos assentasse em três pilares: educação moral, intelectual e profissional»⁸²³. Entre estas, incluem-se:

1.ª República: entre os campos da Justiça e da Assistência», 55-56.

⁸¹⁸ SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 42.

⁸¹⁹ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 131.

⁸²⁰ Esta instituição propunha-se «defender os menores de acções perniciosas – como o de ingressarem nas cadeias adultos, ou o de terem como seus únicos “protectores” vadios, devassos ou “pais depravados e crapulosos”». – SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 40-41. Era igualmente para esta Instituição que, no quadro das disposições do Código Penal de 1886, eram enviados os menores «vadios e mendigos (...) apanhados pelas malhas da justiça». Cf. Paula Guilhermina de Carvalho FERNANDES, «Os vadios no Porto de início do século (1901-1906)», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II, 11 (1994): 333-38.

⁸²¹ «Em 1897 o asilo recebeu a denominação de Asilo-Escola D. Maria Amélia e em 1914, pelas alterações ao Regulamento, de 7 de Maio, de Internato Municipal – Escola de Artes e Ofícios». – SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 43 (nota).

⁸²² SANTOS, 41.

⁸²³ SANTOS, 42.

«Confraria do S. Sacramento do Bonfim, Associação Protectora do Instituto para Surdos-Mudos, Irmandade da Senhora da Lapa, Asilo de Vilar para a Infância, Confraria da Senhora da Conceição, Asilo de Surdos-Mudos Recolhimento de Órfãs de N. Senhora da Esperança, Associação Humanitária Barão de Nova Sintra – Asilo de Menores, Irmandade da Senhora do Terço e Caridade, Recolhimento da Senhora das Dores e S. José, Seminário dos Meninos Desamparados, Asilo da Infância Desvalida, Asilo das Raparigas Abandonadas Sociedade de Instrução da Praça Marquês de Pombal, as Oficinas de São José, o Asilo de São João, o Colégio dos Meninos Órfãos, o Seminário dos Meninos Desamparados»⁸²⁴.

Deste elenco, revelador da apertada e multifacetada rede assistencial portuense, cabe destacar aquelas que tiveram «*maior alcance pela sua ação benemérita*»: as Oficinas de São José, o Asilo Profissional do Terço e o Asilo de São João:

«As Oficinas de São José foram criadas pelo padre Sebastião Leite de Vasconcelos [sob inspiração de D. Bosco⁸²⁵] e abriram portas em 1883 na Rua de Trás da Sé. Até 1889 ficaram prontas novas instalações na Rua Alexandre Herculano e para lá se mudaram em 1890. Com cerca de 40 alunos funcionava como uma escola-oficina onde se formavam carpinteiros, alfaiates, sapateiros, encadernadores e serralheiros»⁸²⁶.

No que toca ao “Asilo Profissional do Terço”⁸²⁷,

«foi criado em 1891 pelo Provedor Delfim de Lima e Augusto Francisco da Silva Leal, juiz dos tribunais auxiliares do Porto, em 24 de novembro e funcionou sob dependência da Venerável Irmandade Nossa Senhora do Terço e Caridade. (...). Em finais do século XIX instalou-se na Casa Hospício da Rua Antero de Quental e em 1910 passou para o antigo palácio da Torre da Marca, onde permaneceu até 1919. (...) Em 1930-31, havia 150 rapazes educandos em formação escolar,

⁸²⁴ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 121-22.

⁸²⁵ Nesta instituição, ao «ensino profissional de artes e ofícios» somava-se «uma educação moral e religiosa de expostos e menores abandonados (...) e de filhos de pessoas miseráveis. (...) Acrescente-se que o Regulamento interno expressava a preferência na admissão aos ‘pervertidos’ aos ‘de mau proceder’ e aos que tivessem estado na cadeia, na linha do pensamento pedagógico de D. Bosco, que via numa sólida educação dessa juventude marginal a forma de escapar à delinquência e ao crime. A acção preventiva era essencial no seu programa pedagógico. Ora essas premissas e os resultados da obra no terreno eram olhados por muitos como um importante modelo a seguir». – SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 41-42. Padre Américo alude a ela e ao seu trabalho (e invocando igualmente a inspiração de D. Bosco) em AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:138.

⁸²⁶ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 132.

⁸²⁷ SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 43.

profissional e artística, indústria e comércio. Alguns frequentavam o ensino secundário e superior, seguindo carreiras de professor, advogado, médicos e oficiais do exército. O Asilo tinha uma banda de música que atuava sempre que contratada e constituía uma importante fonte de receita para a casa»⁸²⁸.

Finalmente, o “Asilo de S. João” do Porto (atualmente designado como “Internato de S. João”, situado na Rua da Alegria, n.º 342),

«surgiu fruto das vontades de várias agremiações maçónicas da cidade – Grémios “Honra e Dever”, “Independência Lusitana”, “Independência” e “Liberdade” – na linha da defesa de valores cívicos herdados das Luzes e da Rev. Francesa. Destinava-se à “infância desvalida”, isto é, a menores do sexo masculino órfãos, filhos de pais incógnitos e de pessoas manifestamente pobres, admitidos entre os cinco e os sete anos, que podiam permanecer na instituição até aos quinze anos»⁸²⁹.

A este elenco, haverá ainda que somar a ação caritativa-assistencial das já anteriormente referidas “Irmãzinhas dos Pobres”⁸³⁰.

Tal como sucedeu em Coimbra, também no Porto (e seus “arredores”) Padre Américo se abeirou de personagens cuja ação benfeitora junto das crianças pobres, patente quer nas iniciativas particulares (e “isoladas”) em que surgem como protagonistas, quer nas instituições por eles criadas, lhe suscitou especial interesse. Neste quadro, duas obras merecem especial destaque:

– a “Obra do Padre Grilo”,

«circunscrita a Matosinhos e Valongo, foi fundada em 1942 pelo P.e Manuel Grilo (1888-1967), destinada a recolher e educar as crianças necessitadas, pobres e abandonadas, tendo seu início na própria casa do seu fundador, com 28 rapazes. (...) foi o P.e Grilo quem apresentou o P.e Américo, na altura a pensar numa casa na região do Porto, aos amigos e benfeitores da cidade do Porto. Ambos, desde o início das suas obras, mantiveram contactos assíduos, trocando impressões sobre o modo de minorar a pobreza, tratar, educar ou ‘conduzir’ as crianças que recolhiam»⁸³¹;

⁸²⁸ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 132.

⁸²⁹ SANTOS, «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal», 42.

⁸³⁰ MENDES, *Padre Américo. Itinerário Vocacional*, 28.

⁸³¹ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 114.

– e a “Obra do Frei Gil ou Obra da Criança Abandonada”, fundada em Outubro de 1942 por Frei Gil Nunes Alferes (1905-1978),

«na Casa de Cervães (Vila Verde, Braga, considerada “Casa-Mãe”, uma obra em regime familiar com fins educativos para promover e educar crianças abandonadas, órfãs e pobres, formando-as socioprofissionalmente, para depois as enviar para as “colónias” de África. Daí que, inicialmente, a obra se chamasse Sociedade de Colonização Missionária, a qual foi aprovada em 1952 pelo Bispo D. Ernesto Sena de Oliveira»⁸³².

Poderemos ainda referir o caso da “Associação Protectora da Criança contra a Crueldade e o Abandono”,

«(...) actualmente localizada em Valadares, Vila Nova de Gaia, foi fundada pelo Dr. Leonardo Coimbra em 1953, que, com um grande espírito de solidariedade, e deparando-se com situações de orfandade, abandono, negligência e carência económica das crianças e famílias da altura, criou uma casa onde acolhia essas crianças, dando-lhes as condições de sobrevivência que não tinham»⁸³³.

E o mesmo se diga também do Dr. António Lopes Rodrigues (1892-1970), professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e homem profundamente empenhado na luta contra a Tuberculose⁸³⁴. Padre Américo refere-se-lhe

⁸³² MARTINS, 114-15. Ver igualmente os elementos em: OBRA DO FREI GIL, «Obra do Frei Gil – História e Actualidade», Página Institucional, *Obra do Frei Gil* (blog), 2017, [em linha: <<http://www.obradofreigil.pt/sobrenos/>>].

⁸³³ «Após o seu falecimento, a família continuou o trabalho do seu fundador, primeiramente pela sua esposa D. Odete Coimbra e posteriormente pela sua filha D. Helena Coimbra Maia. Actualmente, um dos filhos do fundador, o Dr. Sérgio Coimbra, encontra-se a presidir à instituição, dando-lhe continuidade e cumprindo a missão e os valores para as quais foi fundada». – «Associação Protectora da Criança – A nossa História», Página Institucional, *Associação Protectora da Criança* (blog), 2015, <<http://www.apcrianca.pt/a-nossa-historia/>>; Maria Isolina Pinto BORGES, «Associação protectora da criança contra a crueldade e o abandono» (Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, 1961); MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 112. Padre Américo usa o seu jornal *O Gaiato* para apelar, a este e a outros «Senhores e senhoras de Portugal, [que] não mandem vândiositos nem façam pedidos. É impossível atender. Não há espaço para eles,– nem para as cartas que chegam!» – Américo Monteiro de AGUIAR, «Atenção», *O Gaiato*, Ano I, n. 11 (23 de julho de 1944): 2.

⁸³⁴ MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 113. «Este médico, dotado de um magnânimo coração, era natural de Válega (Ovar) e foi o primeiro leigo que, na Diocese do Porto, se preocupou com a assistência hospitalar ao clero pobre (...).» – RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 38. Foi o Dr. (António Elísio) Lopes Rodrigues quem ajudou a fundar o Hospital de Santa Maria, «fundou os preventórios (masculino e feminino) de Monte Pedral e de Rio Tinto, nos quais era ministrado o ensino oficial, com o objectivo de receber os filhos dos doentes pulmonares que corriam o risco de contrair a doença dos pais. Nasce depois o sanatório de Montalto. Esta obra, que chegou a acolher cerca de 300 tuberculosos, era inteiramente sustentada por um numeroso grupo de amigos e benfeitores.

diretamente num dos seus textos, comentando uma notícia de jornal onde se relata um “pedido urgente” feito por este médico à Assistência Nacional de modo a poder avançar com o funcionamento do dito Sanatório⁸³⁵.

Ainda na região do Porto mas agora em localidades mais próximas da localização daquela que haveria de ser a “Casa-Mãe” da Obra da Rua (“Aldeia dos Rapazes”, em Paço de Sousa), merecem destaque:

– a “Obra das Gaiatas”, «obra assistencial e educativa impulsionada pela penafidense M^a. de Oliveira (nascida a 3/03/1930), destina-se a reverter moralmente e a educar crianças do sexo feminino abandonadas, vadias e pobres»⁸³⁶;

– a ação assistencial-caritativa desenvolvida por D. Sílvia Cardoso (1882-1950),

«natural de Paços de Ferreira, organizou uma campanha em prol das crianças na região de Penafiel com a ajuda das famílias Amorim (esta comprou edifícios em Penafiel destinados à “Sopa dos Pobres”, e para um internato de recolhimento de crianças do sexo feminino, pobres, vadias e órfãs) e Vasconcelos (esta administrava a “Obra do Resgate de Menores Extraviados”), impulsionando a criação da “Casa de Trabalho da Sagrada Família” ou “Patronato da Sagrada Família (3/05/1943)»⁸³⁷.

Feito este breve (e limitado) elenco, e a um primeiro nível de leitura, se concentrarmos a nossa atenção na referida multiplicidade e riqueza desta “rede”, poderíamos ser tentados a concluir que, não obstante estarmos diante de um dos maiores núcleos de concentração populacional do país, a cidade, nas suas gentes e instituições, mostrava-se capaz e dotada das estruturas necessárias à resolução (ou, pelo menos, ao controlo) desta “epidemia” que era, ao tempo, a “criança da rua”. Contudo, e como bem no-lo demonstram os escritos de Américo Monteiro

Tudo isto se passou na década de 50, poucos anos antes da morte de Padre Américo». – RAMOS, 39. Ver igualmente José Manuel Lopes CORDEIRO, «O flagelo da tuberculose», *Público [online]*, 9 de Dezembro de 2001, [em linha: <<http://www.publico.pt/local-porto/jornal/o-flagelo-da-tuberculose-165169>>].

⁸³⁵ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 322-23.

⁸³⁶ «Esta benemérita, conhecedora da Obra do Padre Américo, fundou em Fátima a ‘Casa do Coração de Maria (1963), instalada inicialmente em Valpaços. A legalização da obra foi feita por escritura pública (9/03/1979), com a designação de “Associação Cívica Casa do Coração de Maria – Obra das Gaiatas”». – MARTINS, *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*, 113 (nota 125).

⁸³⁷ MARTINS, 112 (nota 119). Não obstante, «será certamente interessante estabelecer o paralelo entre Padre Américo e D. Sílvia Cardoso sua contemporânea [uma vez que] (...) enquanto que D. Sílvia, por exemplo, coloca a tónica na reparação expiadora – de acordo com o comum sentir do tempo – procurando compensar o amor de Deus ofendido, por uma imolação espiritual (que vai até ao voto de vítima), e pela acção apostólica dirigida à conversão dos «pobres pecadores» e à salvação das almas, o Padre Américo liberta-se de todo e qualquer espiritualismo vazio e estéril e coloca a tónica no amor aos irmãos». – RAMOS, *Padre Américo: místico do nosso tempo*, 55. 57-58.

de Aguiar, a realidade era, de facto, bem outra. Num texto datado de 1946⁸³⁸, e precisamente em contraponto à afirmação anteriormente aludida da especial relevância e papel desempenhado pelos Asilos do Porto, atente-se no que acerca deles afirma Padre Américo:

«Vêm de muito longe os erros da assistência que se faz à criança. (...) Este asilo da vila é semelhante aos asilos das cidades e de outras terras do País. A única evolução que tem havido nestas obras de assistência, é na maneira de escrever. Dantes, "escrevia-se asylo". "Agora" não. Os estatutos, esses são antigos e copiados. Há os meninos ou meninas. Há a Direcção. Há a Mesa. E há a regra que manda embora o internado aos tantos de idade, como (...) toda a gente sabe. De sorte que, depois de uns tantos anos de cama e mesa, e precisamente na hora em que a criança necessita verdadeiramente de ser orientada, o asilo, melhor, os mesários dão a sua missão por terminada e entregam o menino aos cuidados de uma professora que ganha muito pouquinho e tem os seus quatro filhos para educar e sustentar. Quando não é uma professora do Ensino Primário, é uma família remediada. E em ocasiões de aperto, até a rua serve!»⁸³⁹.

Como facilmente se conclui, também aqui a "rede" assistencial portuense apresenta falhas: não só porque, como refere noutros textos, não dá resposta à totalidade das realidades e histórias/percursos vitais dos "pequenos moicanos" que deambulam pela cidade, como no seu próprio interior (de acordo com o seu juízo evangélicamente inspirado) aparecem corrompidas ora pela "frieza da burocracia" ora pela insensibilidade (social e cristã) que, mais do que números ou "fichas"/"processos", vê em cada rapaz o "rosto de Cristo, pobre e abandonado". Julgamos, portanto, que com estes elementos, trazidos agora a lume, se poderá compreender ainda mais profundamente o alcance do pensamento e da obra aqui analisados.

Concluindo este apartado, e porque, como já referimos, nunca foi nosso desígnio ser exaustivos na apresentação de todas estas estruturas (sirvam, para tal, os dados suplementares existentes na bibliografia seleta aqui utilizada), cremos poder dizer que, nas três cidades aqui analisadas (a que correspondem, sensivelmente, os horizontes geográficos da intervenção assistencial proposta e protagonizada por Padre Américo), a "rede assistencial" existente não parece, a um primeiro nível de análise, deficitária: da multiplicidade de estruturas, agentes, motivações e "públicos alvo" (resultado direto da crescente e já referida especialização, característica daquele período), não nos parece resultar uma avaliação

⁸³⁸ Ver Américo Monteiro de AGUIAR, «A preguiça de reagir», *O Gaiato*, Ano III, n. 56 (20 de abril de 1946): 1.

⁸³⁹ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 57-58.

negativa das suas capacidades efetivas de resposta aos múltiplos problemas relacionados com a “criança abandonada”. Não obstante, e lamentavelmente, tal como muitas vezes igualmente vemos Padre Américo denunciar,

«(...) são variados e extensos os relatos sobre a indignidade da situação de um elevado número de crianças e jovens nas prisões, abandonadas nas ruas a uma sorte terrível de fome e várias sevícias ou maltratadas nas fábricas, exploradas em longas jornadas de trabalho mal pagas»⁸⁴⁰.

Com efeito, nas palavras do próprio Padre Américo, descrevendo o que ele considera ser o “falhanço” das estruturas assistenciais coetâneas à sua Obra, quer estatais quer particulares:

«Se a cama estivesse feita e aberta à espera da criança abandonada, tínhamos ali uma verdadeira ‘Casa de Caridade’; assim, temos a Caridade pintada na tabuleta da casa e não temos mais coisa nenhuma! São **organismos vegetarianos**. Não querem alimentar-se das realidades divinas. Não as compreendem. Não procuram vivê-las. Vegetam. Verba...? pois a verba é justamente a criança que tem o direito de ocupar a cama e sentar-se à mesa. Ela, a riqueza»⁸⁴¹.

E, conseqüentemente,

«Provou-se o êrro nos sistemas de amparar o pequenino moínante: “Nós éramos dum asilo”, ouviu-se ali dizer a um grupo dos hoje nossos. “Ós tantos anos saímos. Andavamos por lá e fomos ter à Casa do Gaiato. À nossa casa, à casa de todos os rapazes que não teem casa”. Chorava-se de alegria. A verdade! Tudo quanto se faz está errado. Errar em matéria importante, assuntos vitais! Decretar erros a bem da nação. Aos tantos de idade vai prá rua quem somente tem de seu a Rua! Isto no que toca a estabelecimentos do Estado. Nos particulares é na mesma, por força dos estatutos. Como se isto não bastasse, junta-se a peste das heranças, os fundos de reserva, os jurinhos [sic] dos papeis, – tudo desgraças (...)»⁸⁴².

Foi precisamente a constatação diária desta situação que o impeliu a tentar chegar onde esta “rede”, efetivamente, não chegava; foi o “grito mudo” das crianças da rua, particularmente das que “escapavam” às malhas da assistência⁸⁴³, fossem estas estendidas pelos poderes estatais, locais, públicos ou particulares, ligados

⁸⁴⁰ TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 233.

⁸⁴¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:135-36.

⁸⁴² Américo Monteiro de AGUIAR, «Venda do 86», *O Gaiato*, Ano IV, n. 87 (28 de junho de 1947): 3.

⁸⁴³ «Em 1860, no distrito de Viana do Castelo, havia 158 adolescentes que viviam da caridade e que não recebiam qualquer ajuda institucional, nem estavam inseridos em organizações de apoio, embora pudessem

ou não à Igreja, que fez Padre Américo estremecer e empenhar-se em encontrar uma solução para o seu problema. E é assim que, na nossa perspetiva, devemos interpretar a própria génese, evolução e enquadramento da sua proposta social.

2.6. «(...) a falta de habitação é fonte de miséria»⁸⁴⁴: as casas do “Património dos Pobres”, dimensão habitacional do projeto assistencial de Padre Américo

Se, até ao ponto em que nos encontramos nesta nossa investigação, temos analisado e registado uma certa confluência entre o pensar-agir de Padre Américo e (algum)as estruturas e dinâmismos assistenciais seus coevos, cremos chegado o momento de focarmos a atenção numa outra vertente do seu projeto social que, não só igualmente significa uma tentativa de resposta a um outro problema concreto da sociedade portuguesa do seu tempo – o das muito precárias condições de habitação de grande parte das suas populações, sobretudo as rurais – mas também é sinal paradigmático e expressão inequívoca da vitalidade e sageza de um pensamento que não se deixa prender pelas condicionantes histórico-sociais (económicas, políticas, culturais) em que se vê imerso. Referimo-nos, mais concretamente, à proposta social de Padre Américo lançada em 1951, denominada “Património dos Pobres”, um «*movimento social e habitacional na ajuda à (auto) construção de moradias e bairros destinados às famílias pobres ou com dificuldades económicas, radicando-as nos seus lugares de residência*»⁸⁴⁵. Ou, nos termos do próprio Padre Américo, seu inspirador, o “Património dos Pobres” define-se como uma:

«“Obra urgente e inédita” que aloja os sem-abrigo – e sacode o País da inércia quanto ao problema habitacional dos Indigentes... (...) [É] propriedade das Comissões Fabriqueiras, visto que o Património dos Pobres é uma Obra essencialmente paroquial e, actualmente, envereda pelos chamados ‘pequenos auxílios’ a famílias de trabalhadores que se dispõem, heroicamente, a erguer suas próprias moradias em regime de Autoconstrução»⁸⁴⁶.

beneficiar do auxílio, ainda que esporádico, de instituições de assistência». – ESTEVES, «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos», 127.

⁸⁴⁴ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:256-57.

⁸⁴⁵ MARTINS, «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal», 28.

⁸⁴⁶ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 248.

Possui este projeto um Regulamento próprio⁸⁴⁷, aprovado em 3 de outubro de 1951 pelo Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e amplamente divulgado através de um pequeno folheto⁸⁴⁸, no qual se apresentam:

- os princípios arquitetónicos a respeitar na construção das habitações (onde imperam um rigoroso sentido de simplicidade das formas e pragmatismo dos espaços⁸⁴⁹, bem como a exigência de uma escolha parcimoniosa dos materiais de construção, de modo a reduzir ao mínimo os respetivos custos, sem contudo comprometer um nível básico de conforto⁸⁵⁰);
- as “regras de utilização/usufruto”⁸⁵¹ a serem cumpridas por aqueles que delas se poderão servir, nunca as possuindo como suas⁸⁵², pois estas são propriedade da Fábrica da Igreja Paroquial (através de uma “Comissão Administrativa” constituída pelo Pároco, pelo presidente da Conferência Vicentina local e por um Professor da freguesia⁸⁵³, responsáveis pela sua construção e gestão);
- esquemas (“plantas”, alçados e fotografias) orientadores para a construção e implementação urbanística das casas;
- alguns “recortes” (textos e fotografias) do jornal *O Gaiato*⁸⁵⁴ alusivos à (urgência e motivações da) construção deste “Património dos Pobres”.

No dizer de Ernesto Candeias Martins, a par das “Casas”, “Colónias” e “Lares” dos Gaiatos («*dimensão socioeducativa e/ou sociopedagógica*»), e do “Calvário” de

⁸⁴⁷ Américo Monteiro de AGUIAR, *Regulamento do Património dos Pobres* [Opúsculo], 1.^a ed. (Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1951). Ver texto integral do documento em anexo.

⁸⁴⁸ AGUIAR, *Património dos Pobres. Regulamento e Instruções* [Folheto]. Em anexo, apresentamos uma digitalização do referido folheto.

⁸⁴⁹ «Há a cozinha com lareira, trasfogueiro, chaminé e cantareiras. Há um forno de meio alqueire. Um armário embutido. Há uma sala pequena para receber a cruz na Páscoa. Há um (ou mais) quartos de família. Também um recinto para a corte do bacorinho, a capoeira das galinhas, o vaso das sardinheiras e outras plantas e flores». – AGUIAR.

⁸⁵⁰ «(...) a construção pode ser de pedra à vista (rústico) alvenaria revestida de cal ou uma coisa e outra. Depende da qualidade de da região e do bom gosto do construtor. Nalguns locais onde não é fácil obter pedra usa-se tejo, a uma vez. Fica mais em conta a mão d’obra, mas é necessário revestir bem as paredes para evitar a infiltração da humidade». – AGUIAR.

⁸⁵¹ AGUIAR, *Regulamento do Património dos Pobres* [Opúsculo], cap. III, Art.º 8.º, 9.º e 10.º.

⁸⁵² «Os prédios que forem entregues à Comissão Administrativa pela Fábrica da Igreja serão por sua vez entregues a título gratuito e precário aos pobres necessitados e indigentes da freguesia, não podendo a Comissão cobrar a título de renda qualquer importância dos ocupantes, que assim se não considerarão arrendatários». – AGUIAR, cap. III, Art.º 6.º.

⁸⁵³ AGUIAR, cap. II.

⁸⁵⁴ Nomeadamente, é destacado, em “caixa” intitulada “*Para a história*”, o texto AGUIAR, «Casas para Pobres», 1. Ver, em anexo, a transcrição integral do mesmo.

Beire («*dimensão terapêutica e assistencial aos jovens deficientes e idosos abandonados*»), a que dedicaremos apartado específico), este Projeto dá forma à «*dimensão social e habitacional*» da Obra de Padre Américo, tendo sido igualmente (de acordo com a opinião do mesmo autor já aqui citada) «*a maior iniciativa privada de política social realizada na época salazarista, dando ou ajudando a construir uma casa digna para milhares de famílias pobres ou “sem abrigo”*»⁸⁵⁵, adjetivos que justificam, a nosso ver, uma análise e enquadramento mais pormenorizado, tarefa que de seguida encetaremos.

Não obstante, convirá salientar ainda, antes mesmo de entrarmos mais a fundo na análise da sua origem e evolução, que tal como as “Casas do Gaiato”, também este “movimento” continua, ainda hoje, ativo, não tanto num plano de “construção” de novas habitações mas mais concretamente no de suporte material e financeiro (na sua manutenção e gestão), bem como de apoio social às famílias nelas residentes. Atualmente, faz também parte do “Património dos Pobres” a “Cooperativa de Habitação Económica dos Gaiatos”, empenhada no apoio à aquisição ou construção de habitações para “ex-Gaiatos” que, constituindo família, deixam a instituição mas que não dispõem das condições económico-financeiras para tal.

Analisemos, portanto, e sumariamente, o enquadramento histórico em que surge este Projeto de Padre Américo, de modo a melhor percebermos o seu verdadeiro alcance (social), e, deste modo, concretizarmos mais uma faceta da estreita relação entre “Teologia” (pensamento) e “História” (ação) demonstrada pelo ser e agir desta figura.

2.6.1. A habitação social: horizontes legais e estratégias de resposta coevas

Começamos por registar que, durante todo este (segundo) período da sua “vida pública/ativa” (ou seja: desde 1928 até 1956, data da sua morte) Padre Américo conheceu de perto os efeitos nefastos do elevado crescimento populacional⁸⁵⁶, quando aliado a fortes movimentos migratórios campo-cidade, motivados por uma relativa industrialização e terciarização económicas⁸⁵⁷. Tais movimentos

⁸⁵⁵ MARTINS, «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal», 28.

⁸⁵⁶ «De 1920 a 1930 a população do Porto aumentou de 27500 habitantes, aumentando novamente de 28800 habitantes entre 1930 e 1940, enquanto que o crescimento populacional entre 1911 e 1920 tinha sido de apenas 10400 habitantes. (...) Em Lisboa verificaram-se idênticas taxas de crescimento. A sua população aumentou de 107300 habitantes entre 1920 e 1930 e de 102500 habitantes entre 1930 e 1940, enquanto que de 1911 a 1920 tinha crescido de apenas 52900 habitantes». – Manuel C. TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», *Análise Social*, XXVII, n. 115 (1992): 78-79. No que respeita a Coimbra, em 1920 eram 20833 os seus habitantes, passando para 27333 em 1930 e 35437 em 1940. Cf. “Quadro n.º 2” – TEIXEIRA, 84.

⁸⁵⁷ «Nos anos 30 Lisboa e o Porto entraram numa nova fase de desenvolvimento económico e de crescimento demográfico, baseados fundamentalmente em actividades especulativas e na expansão do comércio

deram lugar e espaço a que a geografia (também humana) das cidades se alterasse profundamente, fazendo baixar drasticamente os níveis e condições da habitação, da higiene, da saúde e da assistência (como vimos anteriormente), sobretudo nas periferias das ditas, a tal ponto que «*A degradação das condições de habitação tornara-se, assim, um problema crucial da vida urbana, especialmente para as classes mais pobres*»⁸⁵⁸. Testemunhos ainda hoje evidentes desta transformação nalgumas cidades e regiões do nosso país são os “ghettos”, as “ilhas”⁸⁵⁹, os “bairros de lata”, então descritos (também por Padre Américo) como «*tugúrios*»⁸⁶⁰ ou «*tocas*»⁸⁶¹ onde, hoje como ontem, não poucas famílias tentavam sobreviver, com níveis de salubridade muitos furos abaixo do que seria, ontem como hoje, minimamente aceitável. Mas, se registamos uma certa “constância” dos problemas, esta também se verifica no âmbito das respostas: igualmente são testemunhos desse tempo os chamados “bairros sociais” (mais antigos) das nossas principais cidades, prelúdios das respostas, mais ou menos concertadas («*Antes de 1974, era patente uma reduzida participação do sector público na promoção habitacional...*»⁸⁶²), que diversos poderes (estatais, principalmente a partir do Estado Novo⁸⁶³ e particularmente na ação do Ministro Duarte Pacheco⁸⁶⁴, mas igualmente de outros quadrantes

externo, mais do que no desenvolvimento industrial». – TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 78.

⁸⁵⁸ ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:90.

⁸⁵⁹ Vem já (pelo menos) dos finais do século XIX, «num momento em que a cidade [do Porto] conhece um período de industrialização e, simultaneamente, de grande dinamismo demográfico e de renovação urbana», a utilização deste termo para denominar os «aglomerados residenciais populares», caracterizados como espaços de concentração das «camadas trabalhadoras, como suporte de “comunidades urbanas” mais ou menos coesas (...) [nas quais] Os laços de vicinalidade entre parentes, normalmente no sentido horizontal (irmãos ou colaterais), terão permitido (...) a criação, manutenção e difusão de hábitos específicos que moldaram a nossa cultura urbana, bem como estratégias diversificadas de gestão do espaço e da mão-de-obra familiar, num momento em que as camadas trabalhadoras já não dispõem praticamente de meios de controlo sobre os espaços urbanos e sobre o mercado de trabalho». – Gaspar Martins PEREIRA, «Casa e família. As “Ilhas” no Porto em finais do século XIX», *Revista População e Sociedade*, n. 2 (1996): 159-60.

⁸⁶⁰ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:310; AGUIAR, *O Barredo*, 266; AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 5ss, 8ss; AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:33...

⁸⁶¹ AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 6. 13. 14.

⁸⁶² RODRIGUES et al., «A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal», 84.

⁸⁶³ «(...) o Estado Novo promoveu a proliferação de programas e regimes destinados a promoção de bairros de renda limitada e de renda económica, principalmente nas cidades de Lisboa e Porto: as “Casas Económicas”, os “bairros camarários” do Porto, as “casas para famílias pobres”, as “casas para pescadores” e as “casas para funcionários públicos”, entre outros». – RODRIGUES et al., 84. Sobre as políticas de habitação levadas a cabo no período imediatamente anterior, ver Maria da Conceição TIAGO, «Bairros Sociais da I República: projectos e realizações», *Ler História*, n. 59 (2010): 249-72; PEREIRA, «Casa e família. As “Ilhas” no Porto em finais do século XIX»; TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 65-78.

⁸⁶⁴ Foi ele quem «a uma escala nacional iniciou o processo de urbanização do país através do Decreto-Lei 24.802 de 21 de Dezembro de 1934». – Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de ALMEIDA, «O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco» (Dissertação de Doutoramento em História, variante Arte, Património e Restauro), Universidade de Lisboa

da sociedade⁸⁶⁵) até aos dias hoje, têm vindo a dar a estes problemas. Neste contexto, e situando-nos novamente, em perspetiva geográfica, nos espaços onde é mais direta e notória a intervenção de Américo Monteiro de Aguiar, citamos (a título de exemplo e sem pretensões de exaustividade) alguns casos de iniciativas (cronologicamente anteriores ao “Património dos Pobres”) que, assim julgamos, constituem o horizonte mais próximo de compreensão da proposta de Padre Américo aqui em análise.

Assim, em Coimbra, saliente-se o caso do bairro de Santa Cruz, iniciativa particular do Bispo diocesano, D. Manuel Correia de Bastos Pina, «*por ocasião das suas bodas de prata episcopais*», e que constitui, de acordo com o historiador Vítor Ribeiro, «*a mais antiga notícia que se nos deparou de participação católica no combate ao problema habitacional*»⁸⁶⁶. Dada a proximidade (pessoal, afetiva e “de princípios”), consideramos como certa a grande influência que esta realização terá significado para a “idealização” do projeto que posteriormente Padre Américo haveria de apresentar.

Por sua vez, no que respeita a Lisboa⁸⁶⁷, cidade cujos primeiros bairros sociais surgiram em 1918⁸⁶⁸ – embora propagandisticamente inaugurados apenas nos alvares da década de 30 –, são de salientar quer os resultados do programa estatal de habitação das “Casas Económicas”⁸⁶⁹, instaurado pelo Decreto-Lei n.º 23052,

– Faculdade de Letras, 2009), 61. Para «Margarida Acciaiuoli de Brito (...) Duarte Pacheco é “o grande disciplinador das cidades e vilas do país” (...). Após a morte do ministro, considera a autora que não houve um só projecto que aglutinasse ou consubstancializasse os interesses do Estado Novo». – ALMEIDA, 62. Quanto à relação pessoal deste ministro de Salazar com Padre Américo, registre-se que ela nasce, precisamente, no contexto da génese da *Casa do Gaiato do Porto*, sendo evidente, a partir de então, a grande admiração que este último nutre por aquela figura do Estado Novo. Ver AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:179-182, 256-257.

⁸⁶⁵ Refira-se, desde já, e embora também respeitantes a um período mais alargado (posterior) ao aqui analisado, a ação quer da “Fundação Cardeal Cerejeira” (particularmente nas suas intervenções em bairros lisboetas) e a «União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho (UCIDT), nomeadamente através da MONAC (1956), centrada em Coimbra e com concretizações t[am]b[ém]. em Aguiar da Beira e no Porto, e da PRODAC (1969), que em Lx. [Lisboa] ergueu e pôs em funcionamento, com apoios oficiais, 584 fogos e diverso equipamento social pertinente (projecto “Quinta Marquês de Abrantes”)». – PEREIRA, «Assistência social caritativa (III. Na Idade Contemporânea)», 701.

⁸⁶⁶ PEREIRA, 701.

⁸⁶⁷ Para uma breve descrição das condições habitacionais da cidade, ver ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:90.

⁸⁶⁸ «Foi durante o consulado Sidonista (...) que se deu início ao projecto de edificação dos primeiros Bairros de iniciativa estatal, o da Ajuda/Boa Hora em Lisboa e o da Arrábida, no Porto». – TIAGO, «Bairros Sociais da I República: projectos e realizações», 250. Poder-se-á igualmente acrescentar, para o caso de Lisboa, os da Ajuda, Alcântara, Braço de Prata o Arco do Cego, começados todos em 1919 e este último inaugurado «*com muita pompa e cerimónia*» em 1935 (Maria Júlia FERREIRA, «O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa», *Análise Social* XXIX, n. 127 (1994): 701-702).

⁸⁶⁹ «Os bairros de casas económicas eram compostos de habitações unifamiliares, de um ou dois andares, independentes ou geminadas, cada uma com o seu próprio jardim. Estes bairros eram construídos directamente pelo Estado e destinados a funcionários públicos ou a trabalhadores filiados nos sindicatos nacionais

de setembro de 1933, no quadro do qual se construíram «622 casas entre 1933 e 1940 em três novos bairros: Alto da Ajuda, Alto da Serafina e Belém»⁸⁷⁰ quer os projetos de “requalificação urbana” de grande envergadura, como foi o caso do “Plano de Urbanização” de 1938, implementado por Duarte Pacheco, também marcado por uma “ideologia” muito própria⁸⁷¹ e característica de todo este período (Estado Novo).

No Porto, aonde igualmente se estendiam as condições e circunstâncias habitacionais e sociais registadas na capital, era já considerável o elenco das respostas que, desde os finais do século XIX, vinham a ser dadas aos problemas entretanto verificados. De acordo com o levantamento feito por Paulo Almeida⁸⁷², são 28 os «*empreendimentos de habitação social, excluídas as casas económicas, de iniciativa privada, pública e cooperativa*» surgidos entre 1900 e 1956, e muito particularmente neste período que aqui mais nos significa, «*do corporativismo e autoritarismo, em que o Estado toma conta, directa ou indirectamente, de todas as iniciativas habitacionais colectivas em Portugal*». Entre estas, o autor sublinha que «*a inclusão do Bairro da Mojafe [de 1956, iniciativa do “Movimento de Jovens pela Fé”, depois entregue à Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta] surge como iniciativa única, inicialmente privada e católica, que não teve continuidade, mas merecedora de referência*». No âmbito do programa das “Casas Económicas” atrás citado, «*foram construídas 836 casas em seis bairros: Ilhéu, Condominhas,*

patrocinados pelo regime. As casas eram pagas em prestações mensais ao longo de um período de 25 anos, findos os quais se tornavam propriedade da família. Este modelo formal, e o regime de propriedade que lhe estava associado, adequava-se à política oficial de tornar cada família portuguesa a proprietária da sua própria casa e, ao mesmo tempo, prevenia o que o regime considerava as «perigosas» concentrações de trabalhadores em blocos de habitação colectiva. Ideologicamente, a família era um dos pilares do Estado Novo, e isso traduzia-se na política de habitação do regime. (...)s casas económicas construídas pelo Estado Novo pretendiam ser baseadas nos supostos valores e modos de vida tradicionais da população portuguesa. Elas representariam um certo modelo de viver rural transplantado para a cidade. Contudo, é inegável que elas adquiriram um valor cultural a posteriori e são hoje uma referência importante para a compreensão do clima político e ideológico dos anos 30 e 40. Quer a forma das habitações, quer o seu regime de propriedade, eram justificados fundamentalmente por razões ideológicas. A promoção da casa própria tornou-se a política oficial do governo. A família e a posse de propriedade tornaram-se temas básicos do discurso ideológico do regime». – TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 79-80.

⁸⁷⁰ TEIXEIRA, 81.

⁸⁷¹ Na opinião de José Augusto França, Duarte Pacheco utilizou «um estilo definidor da mentalidade ideológica epocal, dentro dum totalitarismo que era da política nacional e também muito do temperamento do ministro e do seu gosto – que tantos arquitectos haviam de satisfazer, com pressurosa sinceridade» – Apud ALMEIDA, «O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco», 61. Sobre este mesmo tema, mas alargando a análise a toda a dinâmica “identitária” da arquitetura do Estado Novo, ver: Rui Jorge Garcia RAMOS, «Identidade e arquitetura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português» (Provas de Agregação em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura – Universidade do Porto, 2013).

⁸⁷² Ver o “Anexo 1” do trabalho de: Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de ALMEIDA, «Favor, recompensa e controlo social: bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)» (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010), [em linha: <<http://hdl.handle.net/10216/55754>>].

Ameal, Azenha, Paranhos e Ramalde»⁸⁷³. No entanto, são de sublinhar as iniciativas levadas a cabo pela própria Câmara Municipal neste período, que tornam evidente a adoção de uma política habitacional muito diversa da que era imposta pelo Poder Central, algo que se tornou especialmente notório nos processos (polémicos) da construção do Bloco Saldanha (1938)⁸⁷⁴ e do Bairro de Rebordões (1942)⁸⁷⁵. Sublinhe-se ainda o esforço desta edilidade em conhecer a fundo a realidade habitacional da sua cidade (em particular nas suas expressões económica e socialmente menos favorecidas) mediante, nomeadamente, o inquérito realizado às “ilhas” (em 1939).

Mas este era, muito sucintamente, o “panorama habitacional” citadino. E que dizer da situação vivida pelos camponeses? Recorremos a Fernando Rosas para responder, de forma muito sintética:

«A situação geral da habitação dos camponeses assalariados (...) era o espelho de tudo o mais. Regressando ao “Inquérito à Habitação Rural” e ao Norte do País, verificava-se que na região do Barroso as casas dos camponeses menos pobres (...) eram cobertas de colmo, sem chaminé (...), janelas quase que as não há, com um andar térreo para a “corte dos porcos” e um primeiro andar só com uma cozinha e um “sobrado”. O mobiliário da primeira resumia-se a “uma mesa e dois ou três bancos” (...) e os utensílios eram “tão-só os precisos e bem primitivos”. “O sobrado é o dormitório colectivo da família. Ai estão as camas, as mais das vezes tarimbas de madeira, onde dormem pai e mãe, filhos, genros, noras e avós.

⁸⁷³ TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 81. Não obstante, num estudo mais recente (2010), Paulo de Almeida defende, na sua Dissertação de Mestrado em História Contemporânea sobre, precisamente, o universo dos «Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)», que «foram edificados 12 bairros de Casas Económicas, entre 1935 e 1965, num total de 2378 habitações». – ALMEIDA, «Favor, recompensa e controlo social: bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)», 26ss.

⁸⁷⁴ «A Câmara Municipal defendia a construção de blocos de habitação social em zonas centrais, o mais perto possível das «ilhas» a serem demolidas, e o Bloco Saldanha era apontado como o modelo para este tipo de habitação. Contudo, o Bloco Saldanha chocava frontalmente com a ideologia do Estado Novo em matéria de habitação. Por um lado, a sua tipologia, um bloco de apartamentos com vários andares, em forma de U e com um pátio interior, era exactamente o oposto dos modelos de habitação favorecidos pelo regime; por outro lado, a sua localização numa zona central do Porto, dentro do tecido urbano oitocentista, e perto dos locais de residência das pessoas que ia realojar, contrariava a política de construir os novos bairros em zonas periféricas». – TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 82.

⁸⁷⁵ Uma vez que «O financiamento para as habitações a construir pelas câmaras municipais era canalizado através do Ministério das Obras Públicas, que [por sua vez] forçava os municípios a obedecer às directivas governamentais no que respeitava à forma e à localização dos bairros camarários», após a polémica em torno do Bloco Saldanha, «o Ministério das Obras Públicas recusou qualquer tipo de assistência financeira à construção de outros bairros camarários [na cidade do Porto], a menos que o modelo de habitação do regime fosse adoptado. Inevitavelmente, a municipalidade teve de ceder». Consequentemente, «o Bairro de Rebordões, em 1942, foi construído nos limites da cidade, perto da estrada da circunvalação, e consistia em 145 habitações geminadas, de dois pisos (...) [ou seja,] uma negação deliberada de todo o conjunto de ideias que haviam enformado o Bloco Saldanha. A casa tradicional, independente, favorecida pelo regime, havia triunfado sobre as soluções modernas, colectivas, representadas pelo Bloco Saldanha». – TEIXEIRA, 82-83.

Não se vá supor que quaisquer tabiques existam a separar as camas ou tarimbas. (...) Obviamente, não há electricidade, nem água canalizada, nem sistema de esgotos. As “necessidades” dentro de casa eram feitas para um buraco que ligava a cozinha à pocilga. Passavam-se as coisas desta forma na camada mais elevada. No caso das famílias mais pobres, os ‘cabaneiros’, as casas só tinham rés-do-chão, e as duas divisões (cozinha e “sobrado”) davam lugar “a um compartimento que ocupa toda a extensão da habitação, a qual é de pavimento térreo”⁸⁷⁶.

E o mesmo se passava no resto do país (referem-se, na continuação do texto atrás citado, as regiões do Alto Minho, Beira Baixa e Baixo Alentejo), onde igualmente se registavam «índices impressionantes de miséria, insalubridade, promiscuidade e desconforto», um retrato que contrastava profundamente com o «vivaz mito bucólico-propagandístico oficial acerca da “casa portuguesa”». Em conclusão: «a dura realidade era que “só fustigado pelo frio, pela neve ou pela chuva o nosso rural prefere a casa à rua, dado que nela não encontrava o que há de mais elementar para que a vida do homem se não identifique à do animal”»⁸⁷⁷.

Finalmente, e regressando ao contexto jurídico da resposta à questão habitacional, terminamos a sublinhar um outro diploma legal, ainda mais interessante para o tema aqui em discussão. Trata-se do Decreto-Lei n.º 28912, de agosto de 1938 que, tentando colmatar algumas deficiências na aplicação do Decreto de 1933 (nomeadamente quanto ao valor das respetivas rendas – que «variavam entre 80\$00 e 200\$00 por mês (valores de 1935), o que as colocava fora do alcance da maior parte dos habitantes das «ilhas» do Porto, onde 64% das rendas eram menores do que 50\$00 por mês, ou dos habitantes dos bairros de barracas de Lisboa, onde a renda média era de 40\$00 por mês»⁸⁷⁸ – veio permitir a construção de “casas desmontáveis”:

«Construídas de materiais pobres, era suposto que estas habitações fossem o alojamento provisório de famílias desalojadas de bairros de barracas e em breve substituídas por outras habitações de carácter permanente. O tamanho, a qualidade e as rendas destas casas eram bastante inferiores às das casas económicas»⁸⁷⁹.

Relevamos este Diploma e a estratégia de resposta habitacional respetiva pois nela se entrevê *grosso modo* não só alguns dos “princípios arquitetónicos” por Padre Américo igualmente propugnados como a mesma preocupação fundamental manifestada aquando do lançamento/apresentação do seu “Património dos

⁸⁷⁶ ROSAS, *História de Portugal. O Estado Novo*, 7:57.

⁸⁷⁷ Cf. os trechos citados em ROSAS, 7:57.

⁸⁷⁸ TEIXEIRA, «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940», 81.

⁸⁷⁹ TEIXEIRA, 81.

Pobres”: criar condições para que aqueles que estão “fora do sistema” das rendas que o Estado Novo impunha e praticava, pudessem, não obstante essa sua especialmente precária condição económica e social, dispor das mínimas condições de habitabilidade necessárias, pelo menos, à estabilização da sua situação física, moral, laboral e, conseqüentemente, económico-financeira. Atente-se, a este respeito, e em jeito igualmente de “avaliação pessoal” do “panorama” da habitação social seu coetâneo no seguinte excerto:

«Não há que falar nem discutir a construção de bairros e outras formas de casas económicas; não há. Elas estão aí em grandes e vistosos aglomerados por toda a terra portuguesa. É o Governo. São as Câmaras. As Misericórdias. Uma puxam as outras. As inaugurações sucedem-se. Existe, porém, um facto do qual ainda se não tinha dado conta; acomodar os Pobres. Dar uma casa ao Pobre para ele viver até ao resto da sua vida sem pagar renda. Mas este não tem capacidade para ser senhor de um tamanho bem, por via do seu valor real. Não se trata de uma qualquer barraca, armada em qualquer sítio, de qualquer maneira. Não senhor. É uma casa. É uma fortuna. Por muitas maneiras o Pobre, indefeso, poderia ser tentado e vir a ficar sem ela. De sorte que, mesmo que houvesse homens aptos e desejosos, não sabiam como dar uma casa a um Pobre; e não davam» [o texto continua, em nota]⁸⁸⁰.

Identificado o problema, elencadas as necessidades concretas, reconhecidas as “regras do jogo”, conciliadas as vontades, reunidos os recursos “mínimos”, chegara a hora de, por fim, avançar.

2.6.2. No início, um princípio (simples): «Cada freguesia cuide dos seus pobres»

«Eu queria que essa ideia do Património dos Pobres germinasse como qualquer coisa que chega a todas as terras do nosso país vinda pelo ar, numa chuva benéfica

⁸⁸⁰ [continuação] «Ora acontece que nós não temos casa, aonde não haja uma equipa de vicentinos; Paço de Sousa, Porto, Miranda, Coimbra, Lisboa e Tojal. Precisamos dos seus trabalhos como do pão para a boca. Mais. O pão que nós comemos aqui em casa e nas outras, vem todo por intermédio daquele que os vicentinos distribuem. Ninguém duvide. Foi o Júlio Mendes, que foi o fundador e é o presidente da Conferência do Santíssimo Nome de Jesus da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, tinha por costume falar-me com dor da corte aonde o seu Pobre habitava. Acontece, também, que naquele tempo, o mestre de obras que ergueu todos os edifícios da nossa aldeia, estes terminados, pede-me para inventar qualquer coisa; acrescentando que, alguns dos seus homens, tinham medo de entrar em casa por amor dos filhos, e iam fugir!... Acontece, ainda, que há muito guardava no peito o desejo de um testamento. Não queria morrer sem deixar algo aos Pobres. Tinha, até, pensado num grupo de três moradias. Tinha-as localizado. Tinha escolhido as três famílias contempladas, Tod0 isto era um segredo. Só faltava a ocasião. Esta veio com a falta de trabalho, segundo o mestre de obras, mai-lo zelo do Júlio Mendes, dois elementos precipitantes. As casas começaram-se. Deu-se-lhes jurisdição. O impossível torna -se praticável. Os que nunca tinham visto nem sabiam como descobrir a América, agora sabem. É o Ovo de Colombo!». – AGUIAR, *Ovo de Colombo!*, 18-20.

que fizesse surgir aqui a casa, ali duas ou três, além um pequeno bairro, que em cada sector fosse necessário para resolver o problema»⁸⁸¹.

«Cada freguesia cuide dos seus Pobres»⁸⁸²: assim definiu Padre Américo o “princípio fundamental” orientador da sua proposta de resolução de dois problemas muito concretos (e, no seu entender, profundamente interligados) da sociedade do seu tempo: o da (falsa) mendicidade⁸⁸³ e o da falta de habitações condignas e acessíveis para os pobres. Fazendo jus, por um lado, às raízes bíblico-teológicas em que a sua mundividência se baseia e, por outro, ao conhecimento que demonstra ter das principais linhas de ação e resposta assistencial (ou mesmo judicial) à (falsa) pobreza praticadas por toda a Europa ao longo dos tempos⁸⁸⁴, Américo Monteiro de Aguiar aponta o “caminho da proximidade” como o único capaz de resolver este sério (e transversal) problema: «Chegou o tempo de pregar a necessidade de uma assistência de irmão para irmão, por freguesia. A secular instituição destas, ajuda. Os quadros estão feitos. Será mais doçura do que peso. Mais alívio do que encargo. Cada freguesia terá o seu nome de glória»⁸⁸⁵. Na sua perspetiva, e em contraponto com os (já anteriormente citados e analisados) sistemas e metodologias assistenciais – quer estatais quer privados – «As freguesias são os núcleos indicados para a forma ordenada de bem servir o pobre»⁸⁸⁶, pois cabe aos responsáveis locais – em particular aqueles que têm por obrigação conhecer melhor as respetivas populações – os Presidentes das Juntas de Freguesia e os

⁸⁸¹ Desabafo-confidência de Padre Américo, ao seu amigo H. Martins de Carvalho (de acordo com o testemunho do próprio). – H. Martins de CARVALHO, «Como eu vejo o Padre Américo», *O Gaiato*, Ano XXI, n. 545 (31 de janeiro de 1965): 2.

⁸⁸² AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:121; AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 309.

⁸⁸³ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:35-38.

⁸⁸⁴ «A obra *De Subventionem Pauperum* de Juan Luis Vives, publicada nos inícios do século XVI, ao insistir na ética do trabalho como forma de reforçar a distinção entre os pobres autênticos e os mendigos preguiçosos e desonestos que exploravam a caridade cristã para não trabalharem, forneceu argumentos intelectuais e morais para um controle municipal estrito da assistência externa. O missionário jesuíta Padre Guévarre, em finais do século XVII, sintetizou nos seus sermões o desejo de construção de uma sociedade bem ordenada, preconizando a reclusão dos pobres, quer ‘verdadeiros’ ou não, nos hospitais gerais; escritores e políticos, como Lodovico Rici e Frederick Eden, desde o fim do Iluminismo mais tardio às monarquias constitucionais, racionalizaram a virtual abolição da caridade externa ainda de forma mais intransigente, até que a nova *Poor Law* inglesa de 1834 forneceu um modelo que polarizou os debates e as políticas sociais de toda a Europa ocidental pelo menos durante uma geração. Comum a todos estes três períodos foi a insistência no trabalho, a pressão no sentido de encorajar, e até de forçar, pelo menos os fisicamente capazes a integrarem-se no mercado de trabalho. A regulamentação da caridade desde os inícios do período moderno até ao século XIX constituiu, portanto, de igual modo (embora não exclusivamente), uma resposta ao desenvolvimento do capitalismo». – A síntese é de Stuart Wolf, no seu prefácio à obra de SÁ, *Quando o rico de faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, 9.

⁸⁸⁵ AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 100.

⁸⁸⁶ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:98-102. A relevância deste texto para a compreensão desta afirmação aqui citada justifica que apresentemos a respetiva transcrição integral em anexo ao presente trabalho.

Párcos – tomar as medidas necessárias para, localmente, identificar, analisar e resolver, caso a caso e conforme as respetivas circunstâncias e necessidades, as múltiplas manifestações deste problema. Este é, portanto, o seu “programa/projeto”: um projeto que conjuga, integra, obriga à cooperação dos vários “agentes” (sociais) implicados no terreno; um projeto que é radicalmente social na mesma medida em que é profundamente cristão, pois é nos fundamentos basilares da dita “Doutrina Social da Igreja” aceite no seu tempo nos respetivos ambientes eclesiais e que convém aqui sumariar para compreendermos o exato enquadramento temporal, ou seja, histórico e teórico que baliza o pensamento e ação de Padre Américo:

- “Incarnação”, no “novo olhar” sobre a pobreza e da figura da pessoa pobre, que mais do que um “indivíduo à margem” é uma “pessoa marginalizada”, detentora de direitos e sujeito de deveres;
- “subsidiariedade”, porque não fica à espera que outros poderes (estatal/governamental ou outros), em “esferas de responsabilidade superior” resolvam as situações a que é possível (e urgente) dar resposta imediata;
- “bem comum”, pois entende que a garantia das condições mínimas de bem-estar, de saúde, de habitação, de alimentação, de salubridade, etc., oferecidas àqueles que delas não podem dispor, é serviço prestado não apenas aos diretamente nelas implicados mas a toda a comunidade/sociedade a que pertencem;
- “coresponsabilidade”, pois é de todos (na medida em que é de cada um) a responsabilidade e a missão de fazer o que estiver ao seu alcance para a resolução de tão prementes problemas;
- “solidariedade”, pois estreita os laços de sociabilidade e, com eles, da confiança mútua entre os membros da sociedade, ponto de partida necessário a uma feliz convivência;
- “justiça”, porque não se limita a “distribuir”: a dádiva (e a luta pela garantia – também jurídica – da possibilidade do seu usufruto) é retribuição, é restituição à pessoa daqueles “mínimos essenciais” à sua subsistência, não é “mera caridadezinha”;
- “trabalho”, pois é para ele e através dele que a pessoa/família ajudada se deve esforçar por dar o seu contributo real, concreto e pró-ativo em favor dos demais membros da comunidade;
- “família”, porque esse é, mais do que uma “estrutura”, um “ambiente” verdadeiramente propício ao crescimento integral de todos os seus “membros”. Em suma, e citando (ainda que longamente) as palavras de Padre Américo, é nestes termos que ele concretiza o seu projeto:

«Cada freguesia cuide dos seus Pobres», tem de ser o programa de uma Acção Católica, actual e verdadeira. Corpo e alma. Só o dom da Fortaleza é capaz de nos dar coragem para dizer que não a todos quantos racionalmente nos vêm procurar (...). Trazem cartas de recomendação, atestados das Juntas; mas muito mais do que isso, dizem as suas lágrimas, seus queixumes, dolorosas situações. A pobreza transformada em miséria! É preciso muita coragem para os despedir sem nada. E nós fazemo-lo. Temos assim feito. Havemos de continuar, tomando por remédio esta dura actuação. Remédio social. Com isto, com este deliberado procedimento, os Pobres passam recado, não voltam, fazem violência nas suas freguesias e assim se prepara o caminho de uma Organização: «Cada freguesia cuide dos seus Pobres». A acção isolada de um pároco não resulta e até lhe pode trazer dificuldades. Há os inevitáveis reparos. Pode ser até escândalo...! Temos por isso de ir para uma ofensiva geral com instruções dos Superiores. Não pode ser uma só Diocese; uma acção combinada e estendida a todas, sim. Não podem as instruções ser aplicadas da mesma sorte. A fórmula cada freguesia cuide dos seus Pobres, de maneira nenhuma implica que todas aonde ela se exerça, o façam da mesma maneira. Pode até muito bem acontecer que nenhuma o faça igualmente, tal a diversidade de costumes, de gente e de meios. Isto quanto aos orientadores. Da parte dos orientadores, nada temos a temer. Desde que os Pobres de tal freguesia sintam o benefício de uma acção organizada, eles aceitam conselhos e, até, sendo preciso, imposições. Juntam-se no mesmo ponto, o desejo de servir e a vontade de ser servido. Apagam-se as divergências. A justiça abre caminho e vence. Até os mendigos profissionais hão-de achar dentro de si a razão para deixar tal modo de vida. Sabemos que a prática tem de ser, a princípio, um bocadinho mais difícil do que traçar as linhas aqui; há-de ser, sim. Mas gostaria que na volta me dissessem aonde os novos e são empreendimentos sem o sacrifício dos empreendedores? As sementeiras são sempre mais duras do que as colheitas. Nós vamos agora semear o que outros hão-de vir mais tarde a colher, «para que assim os que semeiam e os que colhem juntamente se regozijem», como ensina o Santo Evangelho»⁸⁸⁷.

Contudo, não é só no Evangelho e na sua experiência vital que esta ideia de Padre Américo assenta: também numa antiga legislação (e jurisprudência) portuguesa ela encontra fundamentação:

«O primeiro Código Administrativo, datado de 1836, conferia à junta de paróquia e ao regedor competência para organizar o rol “das pessoas que tem direito a ser sustentados pela beneficência pública” e diligenciar o seu ingresso em hospitais e casas de asilo. Entre essas pessoas contar-se-iam as crianças, os idosos e os

⁸⁸⁷ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:121.

doentes que não estavam em condições de granjear o seu sustento. Cabia ainda à junta de paróquia e ao regedor a aplicação de medidas legais contra a mendicância, devendo participar aos magistrados os indivíduos que, não padecendo de qualquer mazela, se escusavam a trabalhar e se faziam passar por pobres»⁸⁸⁸.

Fazendo igualmente eco destas disposições, Padre Américo traduz, para o seu tempo e a seu modo, os mesmos “princípios” que aqui subjazem, alargando o espectro (das responsabilidades a invocar) à hora de assumir este “movimento” como solução para o problema em causa:

»As Freguesias são os núcleos indicados para a forma ordenada de bem servir o Pobre. Paulo de Tarso começou. Quando por lá andava, fazia peditórios para as Cristandades que deixava atrás de si. Ora as Paróquias são as Cristandades do nosso tempo. São organismos formados: Confrarias, Irmandades, Associações – eis o corpo. A alma é o Pároco. Este é o primeiro servo. O Povo das nossas aldeias não faz contas ao que dá, quando sabe e vê para o que é. Por meio das Confrarias já organizadas, devia cada uma e todas as Paróquias da nossa terra atender às necessidades materiais dos Indigentes; dos Indigentes da sua freguesia. Está tudo feito. Muitas Irmandades são seculares. Não há aldeia que as não tenha. Na letra dos estatutos pode muito bem subentender-se a cláusula de “dar de comer a quem tem fome”, se ali não vier explícita – pois se ela é a chave do Céu...! Para que servem as Confrarias, se não trazem na primeira linha o bem eterno dos seus confrades? Opas são opas!»⁸⁸⁹.

2.6.3. Depois, uma “inércia” que é “sacudida”: «o vento soprou em Fátima»

«[Henrique Manuel Pereira] *Padre Américo como pregador era empolgante, arrebatador... Subia ao Coliseu e...*

[Padre António Baptista] *Em Fátima ele foi particularmente empolgante, ali anunciou o Património dos Pobres, em maio de 1956! Isso está gravado»*⁸⁹⁰.

Refere-se P. Baptista ao “sermão” de Padre Américo, no Santuário de Fátima, «à missa dos Doentes» de 13 de maio de 1953), um sermão que aparece transcrito, a partir precisamente da gravação referida por P. Baptista (na qual «*Há algumas*

⁸⁸⁸ ESTEVES, «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos», 116.

⁸⁸⁹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:100-101.

⁸⁹⁰ Breve excerto da entrevista de Henrique Manuel Pereira ao Pe. António Baptista (dos Santos), “Padre da Obra da Rua” e Diretor do “Calvário” de Beire, em maio de 2013. O texto da dita está publicado em PEREIRA, *Raízes do Tempo. À volta de Padre Américo*, 79-129. O trecho aqui citado encontra-se na p. 95.

falhas, que nem retocamos para não profanar»), na edição nº 334 (de 22 de dezembro de 1956) d' *O Gaiato*⁸⁹¹. Aqui trazemos à análise um excerto desse texto (cuja versão integral se disponibiliza igualmente em anexo – nº 12):

«(...) E peçamos como vou hoje aqui pedir a todos, uma coisa do tempo, necessária. Abrigar os nossos irmãos, libertá-los das moradias imundas e impróprias em que vivem. Vamos construir casas pequeninas para as vidas pequeninas dos nossos irmãos que com tão pouco se contentam. (...) Assim, àqueles que vivem nas tocas vamos buscá-los para casas próprias. Eu sei que desde Abril do ano passado a Abril deste ano se construíram 26 casas que estão já subidas e ocupadas por Pobres. Não importa saber onde, nem importa saber como. É inspiração de Deus. É fazer justiça. E também sei que muitos sacerdotes à frente das suas aldeias em vários distritos de Portugal comunicam-me a dizer como é que se começa. E eu digo: AMAR, AMANDO!!! E como se arranja dinheiro? AMANDO! E a quem se vai pedir? A ninguém. AMA-SE. (...) O dinheiro para as casas? Não perguntes; essa pergunta é profana; isso fazem os publicanos e os pecadores. Então quê? AMA e AFLIGE-TE (...) Para terminar esta oração: A semana passada contaram-me e eu não quis acreditar e fui ver, irmãos, fui ver com estes olhos. Eu fui ver e num curral, juntamente com os animais que lá estavam, vivia uma família de seis e uma criança no berço. E quando eu entrava diziam: 'olhe que cheira aí muito mal, não entre'. Mas eu ia justamente para tirar o mau cheiro, e já está uma casa quase em meio ao pé daquele curral. Aquela família de sete já vê pôr vidros nas janelas, já vê outras casas semelhantes onde têm outros a mesma sorte contentes com a certeza. Quem operou o milagre? A Justiça. Onde está o dinheiro para pagar essa casa? Não é da minha conta. Da minha conta é sim colocar lá aquela família. Irmãos queridos vou-me embora. Perdoai-me o atrevimento mas eu termino como comecei. Eu não sei viver mais nada, eu não sei dizer mais nada, eu não sei sentir mais nada, senão somente o Pobre e este crucificado. Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo»⁸⁹².

Se tomarmos este texto de Padre Américo como “fundacional” para a sua proposta do “Património dos Pobres”, então teremos que reconhecer aqui uma prova (mais) evidente do que atrás referíamos acerca da correlação entre este dinamismo/movimento e as notas essenciais da “Doutrina Social da Igreja” e do íntimo (e inquebrável) nexos causal existente entre o “ser” (cristão e padre) e o

⁸⁹¹ Advirá, certamente, daqui a confusão de Padre Baptista acerca da data correta em que Padre Américo esteve em Fátima: tendo efetivamente sido a 13 de maio de 1953 que marcou presença naquele Santuário, só em dezembro de 1956 é que o texto da sua “homília” (“Oração... de dez minutos...”) foi publicado n' *O Gaiato*. Ver nota n.º 893.

⁸⁹² Américo Monteiro de AGUIAR, «Património dos Pobres», *O Gaiato*, Ano XII, n. 334 (22 de dezembro de 1956): 1.

“pensar-agir” (ação social) deste autor aqui em estudo. E, a comprovar precisamente os “efeitos” que estas suas palavras surtiram (no quadro da evolução da aceitação e dispersão do raio de ação do “Património”), são do mesmo Padre Américo estas palavras de “avaliação” deste “momento-chave” desse processo histórico-evolutivo:

«Sim senhor. O vento soprou em Fátima no dia 13 de Maio, à missa dos Doentes. Eu tinha sido superiormente convidado e disse que não até ao último momento. Não sei como nem porquê e estando já outro sacerdote pronto para subir, eu apareço e subo ao púlpito! O vento suprou [sic] em Fátima... Foi uma bomba, e o meu espanto é que o tenha sido, quando a verdade é que eu falei somente das minhas experiencias do Pobre, tendo ido buscar ao Evangelho a parábola do bom Samaritano. Tudo tão chão, tudo tão conhecido; diria mesmo tão vulgar, se o Evangelho tivesse vulgaridades. E foi uma bomba! (...) É a Verdade»⁸⁹³.

Sustentando-se de esmolas anónimas e da boa vontade de muitos que nela colaboravam diretamente e pelas mais diversas formas, o “Património”, nascido “do nada”, vai crescendo; começado em Paço de Sousa, alarga-se a todo o país, atendendo aos apelos dos lugares e suas circunstâncias, como repetidas vezes nos é dada nota nos artigos d’ *O Gaiato* assim mesmo intitulados: “Património dos Pobres”. Apresentado o projeto e proposta a divisa, «dois anos depois (...) já havia 42 famílias abrigadas, nos distritos do Porto, Coimbra e Lisboa. Isto “sem verbas oficiais, nem esboços nem projetos”»⁸⁹⁴. De facto, nem esta sua “ideia” escapou às “dores de crescimento” próprias dos projetos inovadores e “arriscados”. Nunca tendo sido homem de (se limitar a) gizar «projetos de secretária»⁸⁹⁵, sendo antes um «teólogo da ação»⁸⁹⁶ concreta e pró-ativa, sempre lhe causaram revolta as peias burocráticas que, de um modo ou de outro, lhe “atavam os pés” no caminho que sentia ser sua missão trilhar. Eis dois textos da sua pena, paradigmáticos também desta sua assumida atitude de “radical liberdade” (não submissão) a qualquer tipo de poder, sobretudo quando a este vinha anexo alguma espécie de injustiça. Como que mostrando o “não enquadramento” legal da sua proposta (justificado pela “novidade” que a caracteriza):

⁸⁹³ Américo Monteiro de AGUIAR, «O vento soprou em Fátima», *O Gaiato*, Ano IX, n. 216 (7 de junho de 1952): 2. A importância deste texto impõe-nos que o transcrevamos na íntegra, o que fazemos e apresentamos em anexo (nº 13), para onde remetemos a restante leitura.

⁸⁹⁴ FERREIRA, *Padre Américo: vida e obra*, 89.

⁸⁹⁵ De acordo com a certa expressão de Padre Baptista, na sua entrevista a Henrique Manuel Pereira. Cf. PEREIRA, *Raízes do Tempo. À volta de Padre Américo*, 101.

⁸⁹⁶ Ver, a respeito deste epíteto que ousamos atribuir à sua figura, o nosso estudo LEAL, *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX*.

«Não surgiu inesperadamente, a questão das casas dos Pobres. Nós contávamos com a tempestade. Tinha de dar-se. E deu-se. Nunca passou pela mente do legislador que alguém viria um dia construir casas para tal fim. Que os bafejados da sorte construam prédios de rendimento, é muito natural; que construam chalés ou mesmo palácios, também o é; que os remediados se aventurem a uma construçãozinha modesta, também é das coisas mais naturais do mundo. Que o Estado, Caixas Sindicais, ou outras entidades levantem bairros económicos de renda acessível, até aí ainda se vai. Construir para quem não pode compensar é loucura perante o mundo, que a lei não prevê»⁸⁹⁷.

E, num segundo momento, questionando a validade de certas “imposições” das “Finanças”:

«Agora vai uma palavrinha respeitosa à Direcção-Geral da Assistência. Eu já recebi, em tempos, certamente por engano, a circular do estilo, aonde se pede contas do Património dos Pobres desta freguesia; de onde presumo que muitas e muitas não-de ter recebido idêntica participação. Ora eu li, algures, aí por mil novecentos e quarenta e sete, um despacho superior por meio do qual podem ser dispensadas de prestar contas as obras de assistência que são de sua natureza pobres. Este é o caso. Um benzinho da freguesia. Uma coisa pequenina que não mete medo e até seria ignorada se não fosse o vírus da Caridade. As obras de Deus não se podem esconder; são como o firmamento! De sorte que, em virtude daquela disposição superior e por amor dos vicentinos e vicentinas que dão tudo para a Obra, eu peço aqui à dita Direcção que também dê alguma coisa e não mande circulares. Não é uma violência ao código e seria uma elegância para com os vicentinos. Eles tudo merecem. Vicentinos e pároco. Pároco e paroquianos. A gente humilde das nossas aldeias! Vamos a ver...!»⁸⁹⁸.

Contudo, o tempo haveria de confirmar a validade da sua proposta: «*O movimento espalhou-se. São os párocos do Ribatejo, de Tomar, Alcanena, Azambuja, Torres Vedras, Almeirim, etc, é de Amarante, Guimarães, Braga, Coimbra, Vila Real, Viseu, Leiria, etc., etc. e até dos Açores e da Madeira*»⁸⁹⁹ que pedem: «*Venha cá! Diga-nos como!*». Em 1952, prosseguem os trabalhos de construção, sempre adjuvados pela constante “clarificação das ideias” que lhe subjaz⁹⁰⁰.

⁸⁹⁷ AGUIAR, «Aqui, Lisboa!»

⁸⁹⁸ AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 238.

⁸⁹⁹ FERREIRA, *Padre Américo: vida e obra*, 89.

⁹⁰⁰ «Começa o ano da graça de 1952. Nós, por nossa conta e risco, prosseguimos na construção de mais casas, para assim irmos ao encontro dos nossos vicentinos. Porém nenhuma delas nos pertence. Segundo a força do estatuto que as regula, terreno e casa ficam sendo pertença da paróquia e é destinada ao uso dos seus Pobres. Damos as casas à Igreja em memória do seu Fundador. A amizade de Cristo é uma fonte de bem. Com

Na visão (cristã) de Padre Américo, estava aqui a “marca” e a “bênção” de Deus ao seu projeto; em perspectiva mais “laica” (e atendendo unicamente ao mais facilmente verificável empenho humano), é de facto notório o avanço gradual da dispersão territorial das Casas do Património, diretamente proporcional à melhoria das condições de vida das famílias nelas albergadas: «No fim de 1953, havia duzentas moradias ao serviço dos pobres. Nesse ano assinalava o padre Nunes Rolo, que o movimento das Casas do Gaiato tinha excedido 3.000 contos. Padre Américo explica: “o dinheiro vem do céu!”»⁹⁰¹.

Mas não era apenas “no terreno” que esta “obra” dava passos firmes: também ao nível do Governo e das suas estruturas (de debate e de decisão) ela começava a “ser notícia” e “motivo de atenção”. Eis, a este respeito, dois excertos de duas sessões (de 12 de dezembro de 1951 e de 23 de janeiro de 1952) da Assembleia Nacional onde esta ideia de Padre Américo é (elogiosamente) referida⁹⁰². Na sessão de 12 de dezembro de 1951, no quadro da discussão do “artigo 22º da proposta de Lei de Meios para 1952”, o orador, Sr. [António] Magalhães Ramalho⁹⁰³, apoiando-se precisamente no artigo de Padre Américo atrás citado⁹⁰⁴, questiona nestes termos os seus colegas parlamentares:

«Sr. Presidente, quando há dias fiz a leitura comovida, como me costuma suceder sempre, dessa brasa viva de justiça, de amor e de caridade que é a palavra do padre Américo, no seu jornal “O Gaiato”, (...) fiquei varado de assombro e de indignação ao verificar que uma ideia sublime, digna do coração de um grande santo – como é a da obra do ‘Património dos pobres’, para a construção de casas para desprotegidos da sorte –, não tivesse ainda encontrado entre nós, já não digo o aplauso unânime de todos os portugueses, mas ao menos o apoio benévolo e carinhoso do Estado e das autoridades administrativas! (...) Lê-se, com efeito, nesse Gaiato do dia 24 de Novembro passado que uma casa para famílias na miséria custa à roda de 30 contos (...) mas que desses 30 contos cerca de 5 contos – isto é, 16,5 por cento! – vão para o Estado, ou para as câmaras municipais respectivas, em imposto de sisa do terreno, em licenças, vistorias, multas, etc.! Lê-se e não se acredita (...). Se assim é e a minha razão me não atraiçoa, faço então daqui um veemente apelo ao Sr. Presidente do Conselho para que (...) o caso de consciência que apontei tenha a solução legal condigna que merece e que todos os corações bem formados ardentemente desejam. (...) Como representantes da

ela podemos ir muito longe. Por amor d’Ele toda a obra se valoriza. Só Ele é a luz. Nós fazemos sombra; e, quando nos colocamos à frente das obras, como nossas, tudo são trevas!». – AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 25.

⁹⁰¹ FERREIRA, *Padre Américo: vida e obra*, 89-90.

⁹⁰² Poder-se-ão consultar os textos integrais das mesmas em anexo a este trabalho (nºs 14 e 15).

⁹⁰³ Margarida de Magalhães RAMALHO, *António de Magalhães Ramalho. Fundador do INII e pioneiro da investigação industrial* (Lisboa: By the Book – Edições Especiais, 2014).

⁹⁰⁴ AGUIAR, «Aqui, Lisboa!»

Nação (...) é nossa estrita obrigação moral ajudá-las [estas obras/iniciativas] e acarinhá-las, (...) Tenho dito»⁹⁰⁵.

E, na sessão de 22 de janeiro seguinte, o mesmo deputado haveria de voltar a insistir nesta questão, embora, desta vez, para declarar que o apelo feito na sessão de 12 de dezembro «*foi ouvido por quem de direito*» (em virtude de informações recentes recebidas pelo próprio da parte do Ministro das Finanças, à data, Artur Águedo de Oliveira) e «*esclarecer mais completamente o assunto e rectificar as ideias com que, por equívoco, fiquei ao ler o artigo a que me referi*», nomeadamente quanto aos valores então referidos, que «*representavam uma estimativa de encargos totais com a construção e recheio de uma pequena casa para pobres, feita por qualquer particular, e não pela obra de que me tenho estado a ocupar*»⁹⁰⁶. Registe-se ainda o sublinhado feito pelo deputado quanto à “organização urbanística” dos aglomerados do “Património” – «*As habitações são erguidas individualmente – não em bairros –, em nesgas de terreno oferecidas*»⁹⁰⁷ (...)»⁹⁰⁸, como que a estabelecer (indiretamente) o contraponto com aquela que era a proposta governamental, bem como a breve “resenha histórica” do “Património dos Pobres” e da (nova) relação desta iniciativa com os poderes autárquicos e do Ministério das Finanças, mais favoráveis do que anteriormente descritas.

“Pacíficas” as relações entre os promotores do “Património” e as estruturas governamentais, o maior problema, para Padre Américo, residia na relutância e dificuldade de muitos em compreender os seus propósitos:

«Apesar dos nossos esforços e de dizer frequentemente aos que nos procuram que cuide cada freguesia dos seus Pobres, eles são quase multidão. Distâncias. Urgências. Casos à vista. Se perguntamos, a resposta é sempre a mesma: ‘Lá ninguém se importa de nós!’ Lá, e cá, e por toda a parte. Em boa hora se fazem os esquemas. Os planos de assistência descem ao mais escondido lugarejo. Em vão. Tudo em vão. Falta-lhes a alma. O bafo da caridade. Estamos no século de

⁹⁰⁵ PORTUGAL – República Portuguesa, «Sessão n.º 112, em 12 de Dezembro», *Assembleia Nacional – Diário das Sessões* – V Legislatura (1951): 39-50.

⁹⁰⁶ PORTUGAL – República Portuguesa, «Sessão n.º 124, em 22 de Janeiro», *Assembleia Nacional – Diário das Sessões* – V Legislatura (1952): 239.

⁹⁰⁷ Mais do que “estratégia”, esta era antes quase uma “exigência” advinda dos princípios norteadores de todo o Projeto: «Não me consta que tenha sido adquirido por compra, o terreno aonde as casas do Património se encontram. Não me consta. E se por infelicidade de tempo e de lugar tal haja acontecido, a Obra está por isso mesmo diminuída. Não tem vistas. Não é o Sim total do povo. Daquelas que temos construído e estamos construindo, não há palmo de terra que não seja oferta voluntária. São as câmaras. São as juntas de freguesia. São os particulares. Esses são a maioria e é muito para desejar que seja obra das mãos de cada um, a pequenina horta e quintal, ornamento da casa do Pobre». – AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 46.

⁹⁰⁸ PORTUGAL – República Portuguesa, «Sessão n.º 124, em 22 de Janeiro», 239.

Cristo morto e sepultado. Não se prega nem se acredita em Cristo ressuscitado e na conseqüente doutrina que daí, necessariamente, promana»⁹⁰⁹.

Não obstante, não desiste desta sua luta: continua a percorrer Portugal de lés-a-lés, registando, à imagem do mesmo Apóstolo S. Paulo que tanto admirava, alguns dos "frutos" da sua "sementeira": «Ao *passarmos por Albergaria-a-Velha, estrada Porto-Lisboa, lê-se à entrada: "É proibida a mendicância". A seguir, enuncia-se o decreto que a proíbe; e, por último, a declaração: "Albergaria cuida dos seus Pobres"*⁹¹⁰. *Gosto de ler e saborear, pois tenho que os seus habitantes são incapazes de pôr ramo sem ter vinho...*»⁹¹¹

Numa «*nota descritiva da posição e número de casas ao serviço dos que, vivendo nelas, ainda não acreditam!*», Padre Américo apresenta o seguinte quadro-resumo das que, à data (1952), tinham sido construídas por iniciativa direta da Comissão Administrativa (Quadro 1⁹¹²):

<i>Freguesia</i>		<i>Concelho</i>	<i>Diocese</i>
Paço de Sousa	13	Penafiel	Porto
Galegos	12	"	"
S. Mig. de Paredes	1	"	"
Cabeça Santa	6	"	"
Lagares	4	"	"
Parada	4	"	"
Rans	5	"	"
Miranda do Corvo	7	Miranda do Corvo	Coimbra
Lavos	1	Figueira da Foz	"
S. João da Madeira	2	S. João da Madeira	Porto
Canelas	1	Gaia	"
Paredes	1	Paredes	"
Tojal	5	Loures	Lisboa
S. Mart. do Campo	1	Valongo	Porto
TOTAL . . . 63 casas			

Quadro 1. «Resumo das existências de "Casas do Património dos Pobres" construídas de raiz pela "Obra da Rua" e respetiva localização geográfica (por freguesia) – dados de 1952»

Contudo, a estas ter-se-ão que acrescentar aquelas que, erigidas por iniciativa de estruturas (paroquiais), receberam da Comissão alguma percentagem e/ou espécie de comparticipação/colaboração (Quadro 2⁹¹³):

⁹⁰⁹ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 309.

⁹¹⁰ Porventura inspirada neste exemplo, também a Freguesia (Vila) de Cesar (Oliveira de Azeméis) tem à sua entrada igual placa/sinalética.

⁹¹¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:130.

⁹¹² AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 81.

⁹¹³ AGUIAR, 82. Em nota, o autor clarifica que «*Estes números referem-se a 1952. Actualmente [1954], porém, passam de 3.000*».

Melres	construiu	6	comparticipámos	31	contos
Fontelo		3	>	12	>
Fontelas		4	>	12	>
Tomar		5	>	21	>
Marinha Grande		2	>	12	>
Cinfães		5	>	12	>
Urgeses		4	>	12	>
Alcanena		2	>	12	>
Águeda		3	>	12	>
Amarante		6	>	15	>
Penafiel	2 grandes blocos		>	13	>
Braga		9	>	24	>
Esporões		2	>	12	>
Eixo		2	>	12	>
Coimbra		4	>	60	>
Barcelos		1	>	12	>
Carvalhido (Porto)		4	>	50	>
Recarei		2	>	12	>
Barbacena		2	>	12	>
Mirandela		4	>	12	>
Torres Vedras		4	>	10	>
TOTAL . . . 74 casas participadas					

Quadro 2. «Resumo das existências de “Casas do Património dos Pobres” participadas pela “Obra da Rua”, montantes da participação e respetiva localização geográfica (por freguesia) – dados de 1952»

Após a publicação destes números, teremos que recorrer a *O Gaiato* e à coluna/rubrica respetiva para, a partir de 1953, ir “respigando” as existências e localizações... Porque tal tarefa se nos afigurou impossível de concretizar (e porque não era nosso objetivo primordial, visto que o fito aqui eleito e assumido foi o de perceber o enquadramento e evolução das propostas sociais de Padre Américo apenas no arco temporal da sua existência), remetemos para os dados existentes no dito Jornal⁹¹⁴ a consolidação da compreensão desta evolução.

Não obstante, e tal como salientara o deputado Magalhães Ramalho, ao contrário das iniciativas estatais, que transformavam os pobres (acolhidos nas respetivas “Casas Económicas”) em “inquilinos”/“arrendatários”, o carácter inovador da proposta de Padre Américo residia, precisamente, neste apelo à coresponsabilidade e envolvimento de todos para os quais este seu Projeto impelia. E a forma como nos explica esse “dinamismo de mútua cooperação-responsabilização” é, a todos os títulos, eloquente⁹¹⁵.

⁹¹⁴ Refira-se que, um dos resultados do nosso Projeto já aqui citado foi precisamente a disponibilização *online* integral do jornal *O Gaiato*, ainda em publicação (quinzenal) desde 5 de março de 1944. Mais informações sobre este acervo (em formato PDF pesquisável) estão disponíveis através do seguinte endereço eletrónico [em linha: <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/PadreAmerico/OGaiato/OGaiato.php>>].

⁹¹⁵ «Damos hoje a imagem da barraca e da casa de quem se ocupa o vicentino que nos mandou a carta. Vejamos em primeiro lugar o pardieiro. Quando chove tudo é lama. Havia ali apenas dois arremedos de leito para o casal e sete filhos. Alguns era no chão que dormiam e quando chovia era na lama! O chefe de família, segundo a carta, não queria trabalhar. Andava pelas feiras. Os vicentinos prestavam à família assistência material, sim, e mais nada. Mas eis que chega a hora. Dá-se a transferência para uma casa decente. O visitante pode agora falar e fala: ‘você tem de merecer a casa’. Chama-se a isto um acto inteligente e eficaz.

Eis, para concluir, e tal como poderia dizer o próprio Padre Américo, a “transformação” (“*metanoia*”, conversão) completa: o Pobre, de Miserável (mendigo, vagabundo e ocioso) faz-se “chefe de família” (honrado, respeitador e respeitado). Sente-se no que sabe não ser seu mas que mesmo assim acolhe, agradece, estima e valoriza como se fosse... porque é dom de que sabe não poder dispor a seu bel-prazer mas legado que deve preservar enquanto dele tiver estrita necessidade. Aqui não há posse: apenas gratidão: «*Uso sim. Posse não. Nem sempre é avisado dar uma casa a um Pobre. Mesmo aqueles que legitimamente a venham a herdar, experimentam com isso, em vez de ajuda, um grande estorvo*»⁹¹⁶. Cura-se a Mendicidade através da Habitação, a Ociosidade através do Trabalho⁹¹⁷. Nas palavras de Padre Adriano, “sucessor” de Padre Américo na coordenação do “Património dos Pobres”,

«Se o Património conseguiu triunfar, deve-o a ter conseguido forçar três portas: a da burocracia pela força da Justiça, a da Caridade pelo estancamento do caudal da generosidade do coração humano, e a da inércia pela inconformidade com a situação milenária dos abandonados»⁹¹⁸.

Hoje mesmo, e apesar de todas as vicissitudes e “retrocessos” na compreensão do “espírito” (e aplicação da “letra”) do “Regulamento” que as “orienta”, permanece vivo este inegável legado (patrimonial, social, arquitetónico, relacional, urbanístico, etc) deixado por Padre Américo. E é aqui que somos, de facto, forçados a concordar com Ernesto Candeias Martins, quando defende ser esta «*a maior iniciativa privada de política social realizada na época salazarista*»⁹¹⁹.

Não se lhe fez uma promessa enquanto na barraca. O homem não acreditaria. Foi dentro da casa. No uso da sua casa. A barraca já estava longe. Por preço nenhum o chefe de família regressaria. A doutrina pôs-se: ‘Você tem de merecer a casa’. O homem compreende, aceita. Faz-se luz. É o laboratório. Laboratório dos vicentinos. No dia seguinte foi visto a trabalhar no campo. Graças a Deus!» – AGUIAR, *Correspondência dos Leitores*, 236-37.

⁹¹⁶ AGUIAR, *Ovo de Colombo*, 67-68.

⁹¹⁷ É curioso notar que, de acordo com Padre Adriano, animados pelo enorme sucesso desta iniciativa, haveria, naquele tempo, a ideia (partilhada por muitos agentes ligados ao Património dos Pobres) de prestar igualmente uma especial atenção à situação dos trabalhadores que, não podendo ser considerados pobres (as “Comissões Paroquiais de Assistência” recusavam-se a emitir o respetivo “atestado” em virtude precisamente de serem assalariados), não se mostravam capazes, apesar disso, e por meio dos rendimentos auferidos, de suportar os custos mínimos de uma habitação própria e condigna. Esta iniciativa, denominada “Casas dos Trabalhadores”, seria, portanto, a “fase II” do “Património dos Pobres”. Contudo, e à exceção de um artigo n’*O Gaiato* em que Padre Adriano refere tal intenção (Cf. Padre ADRIANO, «Aqui, Lisboa!», *O Gaiato*, Ano XI, n. 277 (10 de setembro de 1954): 1.), não temos notícia acerca dos desenvolvimentos desta iniciativa.

⁹¹⁸ ADRIANO, 1.

⁹¹⁹ MARTINS, «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal», 28.

2.7. «Vamos enfrentar o Repugnante. Realizar o dogma. Ver no monstro o belo»⁹²⁰; o “Calvário” de Beire, “síntese” da “Obra” de Padre Américo

«Não há o criado. Não há verdadeiramente o enfermeiro. Procura-se tornar válido o Inválido, para que esqueça e seja alegre. É uma Obra de Doentes, para Doentes, pelos Doentes. (...) Mas ele existe também uma outra modalidade de assistência que o Calvário deseja e se propõe servir. São os convalescentes... O Doente tem alta; não permanece. A razão é sempre a mesma. Tornamos a perguntar: Para onde vai? O Calvário espera-o»⁹²¹.

Talvez não encontremos melhor “resumo programático-conceptual” do que é e pretende ser esta última “valência” do “*corpus social*” de Padre Américo do que o texto supra citado. Com efeito, a “Casa do Calvário”⁹²², fundada a 16 de julho de 1957, na Quinta da Torre⁹²³, em Beire (concelho de Paredes, distrito do Porto), destinada a albergar os «*Doentes pobres incuráveis e abandonados*»⁹²⁴, apresenta-se-nos como uma “valência” da Obra da Rua que, não sendo (nem pretendendo ser) uma instituição de carácter hospitalar, tem como principal característica o de ser um espaço onde ainda atualmente convivem, em registo “familiar” e de “entrejuda”, doentes (físicos e/ou mentais), voluntários, enfermeiros, convalescentes e incuráveis. Não se apresentando com o objetivo de “curar” (tarefa destinada à rede hospitalar), tem em relação a esta uma função supletiva, pois presta-se a um serviço assistencial que, muitas vezes, os hospitais se vêm impedidos (por vários fatores) de assumir: o de dar o apoio necessários aos (seus) doentes incuráveis e/ou convalescentes, com especial atenção para os que, fruto das respetivas circunstâncias e contextos vitais, se vêm incapacitados na busca de outras soluções.

Conjugando, deste modo, os fundamentos estruturais (a estrutura e organização de espaços é inspirada quer nas “Casas do Gaiato” quer nas do “Património dos Pobres”), os princípios educativos mais elementares (e simultaneamente mais característicos e mais eficazes) das demais estruturas assistenciais da Obra da Rua (a saber⁹²⁵: “autogoverno”, “responsabilidade”, “factor natureza”, “vida familiar”,

⁹²⁰ AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 368.

⁹²¹ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 133-34.

⁹²² AGUIAR, 131-36.

⁹²³ Ver a história e contornos do processo de “aquisição” desta Quinta em FERREIRA, *Padre Américo: vida e obra*, 93.

⁹²⁴ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 248. Ver, a este respeito, a “formulação teórica” do seu Fundador quanto à necessidade e missão na criação desta Casa: AGUIAR, *Notas da Quinzena*, 367-69; AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:199-200.

⁹²⁵ Seguimos aqui de perto as sínteses de LOUREIRO, *Subsídios para o estudo do pensamento pedagógico do Padre Américo*, 33-47; LOUREIRO, *Um grande educador português do século XX : o Padre Américo e a sua obra pedagógica*, 77-121.

“cultivo de valores humanos”, “aspecto sobrenatural”), e até o próprio “lema” da Obra, afirmando-se como “Obra de Doentes, para Doentes, pelos Doentes”, o Calvário é «*verdadeiro corolário e síntese de todo o seu pensamento e labor assistencial e educativo*»⁹²⁶. No dizer do próprio Padre Américo: «*Este nosso Calvário vai ser, por isso, abrigo de doentes e obra de cristãos. Casas pequeninas, sistema Património dos Pobres; calafetadas, aquecidas, alpendre, flores, tudo*» [continua em nota]⁹²⁷.

E é precisamente aqui que subsiste o seu caráter inovador e, *a fortiori*, justificação (que cremos) mais do que suficiente para uma breve abordagem no quadro do presente estudo. Encetando uma breve incursão pela história e evolução, ao longo dos últimos dois séculos, em Portugal, das respostas sociais a este tipo de problemáticas, consideramos não ser abusivo estender ao resto país as conclusões que Alexandra Esteves elenca para o distrito de Viana do Castelo, ainda no século XIX:

«(...) não havia instituições adequadas para acolher e tratar doentes mentais. Por isso, muitos ficavam entregues aos cuidados da família, que geralmente não dispunha de condições nem de meios para lhes dar o apoio conveniente, outros vagueavam pelos espaços públicos sem qualquer vigilância, ou eram remetidos para as prisões, onde permaneciam até serem enviados para o Hospital de São José e, a partir 1848, para o Hospital de Rilhafoles, ambos em Lisboa. As Misericórdias, devido às dificuldades financeiras por que passaram ao longo de oitocentos, nem sempre estavam dispostas a receber alienados nos seus hospitais. A relutância de algumas famílias em albergar indivíduos com este tipo de limitações fazia com que muitos fossem despejados na rua, transformada, por vezes, na sua nova morada, passando a esmola a constituir a única hipótese de assegurar a subsistência»⁹²⁸.

E, se a situação dos “doentes mentais” (não sendo aqui especificada a sua idade, que se imagina transversal a todas as faixas e grupos) era assim descrita, dever-se-á ter em conta que, no que concerne às respostas sociais ao problema das crianças doentes mentais, também estas padeceram *grosso modo* do mesmo

⁹²⁶ AMARAL, «O Padre Américo e a Obra da Rua: a santidade como atitude social pedagógica», 68.

⁹²⁷ [continuação] «Ao meio a casa-mãe aonde será o hospital para os que não possam viver por si. Até aqui temos naturalmente uma organização. Não vamos dispersar. (...) O Calvário é uma extensão do Património dos Pobres, pois que a eles e só a eles se dedica. (...) Ninguém nos pergunte onde havemos de ir buscar o sustento e mais encargos dos doentes. Ninguém nos pergunte, pois a verdade é cada um traz na mão o seu sustento. Isto não pode falhar, ou então rasgue-se o Evangelho! Sendo, como é, uma extensão do Património dos Pobres e existindo já um grande número de casas em muitos sítios de Portugal, haja também a devoção do Calvário na paróquia (...). Cada paróquia tenha o seu pequenino Calvário». – AGUIAR, *Doutrina*, 1980, 3:199-200.

⁹²⁸ ESTEVES, «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos», 128.

tipo de problemas atrás registados acerca da situação e resposta aos problemas da “criança abandonada/delinquente”. Era, uma vez mais, entre os polos da «*repressão*» / «*controlo*» e da «*experimentação pedagógica*» que gravitavam as respostas a esta questão, todas surgidas após a I República: é «*O final de 1912 [que] marca o início (...) do ensino das crianças ‘anormais’ em Portugal*»⁹²⁹. É neste período que, ao nível das estruturas, se começa a desenhar uma rede especializada na resposta a estas situações, registando-se, neste quadro, a criação da “Colónia Agrícola de S. Bernardino”, em Peniche (fundada em 1912), o “Instituto Médico-Pedagógico”, em Santa Isabel (1915), bem como, já no pós-I Guerra Mundial, a “Secção de Mutilados da Guerra”, a funcionar no recém-criado “Instituto Médico-Pedagógico” (finais de novembro de 1917). Registe-se ainda as iniciativas levadas a cabo por António Aurélio da Costa Ferreira, médico, pedagogo e então Diretor da Casa Pia de Lisboa, demonstrativas da sua especial sensibilidade para as problemáticas relacionadas com os «*anormais*». Em todas estas Instituições se faz jus ao ambiente e mentalidade republicanos: nota-se nelas um profundo e constante esforço de atualização (diante das “ideias europeias” emergentes) e, simultaneamente, uma grande apetência para a experimentação pedagógica-social.

Mais tarde, e já num contexto e ambiente mais próximo ao *habitat* socio-cultural em que Padre Américo se movimentava, foi, certamente, a influência/acção da Condessa de Rilvas⁹³⁰, «*que, além de propor a criação de uma Escola de Serviço Social, considerou ser a assistência prestada aos “anormais físicos, psíquicos e sociais” uma “obrigação da sociedade como meio de legítima defesa contra a degenerescência da raça”*»⁹³¹ a fazer despertar em Padre Américo a sensibilidade para este problema. No contexto da resposta e tratamento a dar aos «*jovens com deficiência colocados sob a alçada da justiça*», a história em torno do “Instituto Médico-Psicológico Navarro de Paiva (em S. Domingos de Benfica, Lisboa) é sintomática da situação (de não-investimento) sentido por este tipo de instituições (facto que permite sublinhar ainda mais a urgência e pertinência de iniciativas como o “Calvário”): «*apresentado internacionalmente à Associação Internacional de Proteção à Infância em 1931, apesar de construído em 1930, só em 1957 foi*

⁹²⁹ Cláudia Pinto RIBEIRO, «Viver na diferença... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão», *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, 3.ª série, n. 11 (2010): 220.

⁹³⁰ «Isabel (Elizabeth) d’Albignac Bandeira de Melo (França, 1871, Lisboa, 23 de Maio de 1945) casou-se com Simão Bandeira de Melo (conde de Rilvas, 1865-1931), então secretário da Legação de Portugal na capital francesa. Em Portugal, a condessa de Rilvas dedicou-se a obras de assistência infantil, criando, nomeadamente, a Associação Protectora Florinhas da Rua (1917) e o Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas (1937). Foi ainda presidente do Instituto de Serviço Social (ISS) e do seu suporte material e jurídico, a Associação do Serviço Social. Em 1936 foi nomeada dirigente executiva da Obra das Mães, cargo que exerceu até à sua morte, em 1945». – PIMENTEL, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», 480 (nota 3).

⁹³¹ PIMENTEL, 480.

inaugurado para abrigar crianças e jovens infratores, portadores de patologias mentais e sujeitas à jurisdição dos tribunais de menores»⁹³².

Poder-se-á, portanto, concluir que era quase desértico o panorama das respostas existentes em Portugal para o tipo de problemas a que Padre Américo pretendia dar resposta através do seu “Calvário”:

«O Calvário, onde trabalham equipas de operários, vai ser enriquecido com o pavilhão para grandes anormais – o monstro. Para este género de Doente, nem no norte nem no sul. Dispôs Deus, na Sua Infinita Misericórdia, que fôssemos nós. Voltamos aos tempos de outros descobrimentos. Vamos enfrentar o Repugnante. Realizar o dogma. Ver no monstro o belo. Na hora de receber os primeiros, nessa mesma vem também o “especialista”. Precisamos de regressar aos séculos primitivos da Igreja; buscar homens “cheios do Espírito Santo”. Técnicos da Caridade, como hoje lhes chamariam»⁹³³.

E, a seu modo muito peculiar, é igualmente expressão concreta, atualizada e pró-ativa da mesma e única sensibilidade, mundividência e atitude denotada por Américo Monteiro de Aguiar ao longo de toda a sua vida.

⁹³² TOMÉ, «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra», 258.

⁹³³ AGUIAR, *Notas Da Quinzena*, 378.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

«Foi pelo amor, pela verdade, pelo desejo de justiça social, pela solidariedade humana e de fazer bem ao próximo (caridade social), que essas dimensões se expandem na altura como uma “bola de neve” e desde um “grão de mostarda”. É do conjunto dessas acções e intervenções sociais e educativas, que destacamos a figura de “privilegiado que incarna o sonho da comunidade do seu tempo” (...), principalmente o das famílias mais pobres. Pe Américo tornou-se o foco de atracção do seu tempo, admirado por crentes e não crentes, por nacionalistas e comunistas, pelos governantes e religiosos, magnetizando vontades e esforços de todos os sectores da sociedade que canalizam entusiasmos e dádivas, dando sentido às próprias aspirações e ao sentir da voz popular»⁹³⁴.

Partimos para a presente análise à relação que considerámos existir entre o “Pensamento (Teológico)” e a “Acção (Social)” de Américo Monteiro de Aguiar profundamente convencidos de que a “a-sistematicidade” que caracteriza o primeiro não significaria nem implicaria, em primeiro lugar, uma total impossibilidade de identificação e análise sistemáticas daqueles que são os seus conteúdos “teológicos” fundamentais nem, em segundo lugar, um impedimento para a compreensão objetiva e devidamente enquadrada da sua proposta (e legado) de “Acção (Social)”; semelhante era a nossa convicção relativamente à existência de um profundo e “radicalmente forçoso” nexa (de “causalidade histórico-cristãmente justificada”, diríamos) entre dito “Pensamento (Teológico)” e a “Acção (Social)” dele decorrente; o mesmo se afirme e registre quanto ao ensejo de, através desta investigação, podermos potenciar o aprofundamento da percepção e respetiva compreensão, quer do dito “Pensamento”, quer da “Acção” que dele “brota” e no qual se “concretiza”; finalmente, era também nossa certeza a ideia segundo a qual ao

⁹³⁴ MARTINS, «Intervenção e acção social em prol dos necessitados. A experiência do Padre Américo e da Obra da Rua», 113-14.

conhecimento destes (“Pensamento Teológico” e “Ação Social” de Padre Américo) corresponderia, por sua vez, um espaço de mais completa e ajustada compreensão dos próprios contextos e dinamismos históricos nos quais um e outro nascem, se desenvolvem e permanecem “vivos”. Ora, ao terminarmos este périplo sobre tal “Pensamento” e tal “Ação”, enquadrados na mesma e única “História”, apraz-nos registrar que, à medida que nele progredíamos, iam sendo confirmadas aquelas “intuições primeiras e fundamentais” que *ab initio* nos impeliram, *in medio* nos fortaleceram e *ad finem* nos revelaram estar corretas, e que, de seguida e sumariamente passamos a elencar.

Em primeiro lugar, e atendendo que a referida e sublinhada “a-sistematicidade” com que as “fontes” eleitas se revestiam exigia um especial cuidado no “tratamento” dos textos a analisar, manifestou-se deveras essencial a identificação dos *leitmotivs* transversais, explícita ou implicitamente presentes nos diversos enunciados e propostas pragmáticas assumidas, sem os quais, em nosso entender, grande parte da análise das ditas “fontes” resultaria deficitária. Mais concretamente, diríamos que a metodologicamente necessária “fidelidade às fontes” que caracteriza toda a investigação (histórica) foi, no caso presente, acompanhada de igual exigência de “fidelidade ao autor”, à sua mundividência (cristã) e ao seu “estilo” próprio. Foi, aliás, na assunção deste princípio que entendemos justificável o recurso àquela bibliografia essencial que nos permitisse o mais próximo enquadramento histórico das questões analisadas. Ora, é no esforço de conjugação entre estes fatores que, por sua vez, cremos estar justificadas as páginas dedicadas à clarificação conceptual dos termos aqui empregues como “horizontes hermenêuticos” da presente investigação.

Em segundo lugar, registre-se igualmente que foi também em virtude dessa “a-sistematicidade” e “estilo” peculiares que se utilizaram, com grande abundância, as citações dos seus escritos, aqui oferecidas à leitura e compreensão direta do leitor. Isto significa dizer que, embora seja possível, numa primeira abordagem e em certos momentos da presente investigação, sermos induzidos a considerar que estamos diante de uma espécie de “antologia” de textos de Padre Américo relativos aos temas-conceitos aqui analisados, devemos clarificar que o que efetivamente se pretendeu fazer foi (também) apresentar uma proposta de leitura de um pensamento cuja marca característica é a referida “não-sistematicidade”. Assim sendo, e impondo-se-nos a necessidade de identificação de um “fio condutor” de dito pensamento (que ajudasse a colmatar as dificuldades criadas pela sua “desarticulação” interna), julgámos metodologicamente acertado e coerente que esse mesmo “fio condutor” fosse respeitado e transparecesse naturalmente através da leitura dos referidos textos, assumidos estes como base primordial da elaboração da exposição aqui empreendida. A opção em transcrever essa grande quantidade e variedade de textos de Padre Américo sobre cada uma das questões aqui levantadas permitiu ainda, por sua vez, ilustrar não só os termos mas igualmente os

modos com que as múltiplas “conceptualizações” de Padre Américo se revestem, o que releva quer a clareza da sua linguagem quer as peculiaridades do seu estilo. Neste sentido, vê-se cumprido um desígnio transversal à reflexão aqui encetada: a apresentação (e concretização) de um “itinerário de leitura” do pensamento-ação de Américo Monteiro de Aguiar, balizado, a montante, pela Fé Cristã e pelos princípios fundamentais da “Doutrina Social da Igreja” (assumidos à época a que se remetem) e, a jusante, pela prática assistencial (do autor, do Estado Novo e das demais estruturas e protagonistas – privados ou públicos – da “assistência”) em que o seu projeto se inscreve e se desenrola.

Com efeito, através da leitura e análise historicamente contextualizada dos conteúdos quer “teórico-conceptuais” quer “pragmático-assistenciais” que brotam das fontes aqui abordadas, julgamos ter deixado demonstrada a relação de constante “tensão dinâmica” entre os “princípios” (da “Doutrina” e da “Fé” cristã) adotados, assumidos e professados por Américo Monteiro de Aguiar, e aquela que era a realidade da ação social-assistencial coeva. Uma vez profundamente contrastante, a espaços confluyente, outras vezes (aparentemente) indiferente, esta relação que Padre Américo estabeleceu com as estruturas e protagonistas da História (Assistencial, Política, Eclesial, Social...) da sua época encaixa perfeitamente naquela imagem segundo a qual pautou a sua própria vida: a de um “deslocado” em relação às “modas” do seu tempo (a que resistia por profunda convicção); a de um “livre-pensador” que livremente falou, agiu e fez acontecer o que entendeu necessário e urgente, por missão, dar a acontecer; a de um «*descobridor audacioso*»⁹³⁵ que, não se deixando encarcerar pelas limitações (humanas, estruturais, económico-financeiras, político-sociais ou culturais), se mostrou capaz de apresentar e defender uma «*palavra nova*»⁹³⁶, “rasgando horizontes” de inovação e argúcia mas simultaneamente de realismo e parcimónia na gestão dos recursos (humanos, financeiros, estruturais...) de que dispunha. Por isso mesmo foi Padre Américo por muitos rejeitado, tal a aspereza (e crueza da verdade) das suas palavras denunciadoras das injustiças e incoerências de que acusava os seus contemporâneos; mas por muitos mais (certamente) foi (e é) admirado, pela inovação, desassombro e significatividade das propostas/respostas/desafios sociais que apresentou.

Elencando, em consequência, as principais conclusões do presente estudo, diríamos que:

1. Padre Américo demonstra, através dos seus escritos, ser possuidor de uma profunda compreensão da realidade social do seu tempo (mormente a respeitante à pobreza, nas suas pluriformes manifestações): conhece a fundo os discursos em voga (e as bases teóricas dos mesmos) bem como as

⁹³⁵ NEVES, *O Padre Américo*, 55.

⁹³⁶ AGUIAR, *De como eu fui*, 44.

- estratégias assistenciais praticadas em ordem à sua erradicação, embora a sua atenção recaia principalmente sobre as circunstâncias reais dos sujeitos que dela são vítimas;
2. da leitura e análise dos seus textos, se conclui que é não só evidente como indissociável o nexos existente entre “Teologia” e “História” (ou, se preferirmos, entre “Fé” e “Ação”), a tal ponto que nos parece ser possível afirmar que, no quadro geral do seu pensamento, nenhum destes âmbitos poderá alguma vez ser invocado ou analisado isoladamente, quer dizer, sem uma abordagem e compreensão em paralelo do âmbito que lhe está correlativamente ligado;
 3. tal nexos, embora num primeiro horizonte hermenêutico nos pareça ser de pendor estritamente “nocional”, imediatamente se nos revela ser igualmente uma espécie de “paradigma ético-prático” assumido pelo autor. Tal paradigma (que chegámos a identificar como uma “coerência radical”) parece-nos revelador, por sua vez, de uma declarada defesa da necessidade do empenho de cada sujeito (crente) nos processos de transformação social. Significa isto dizer que a correlação entre “Teologia” e “História” se dá, no pensamento-ação de Américo Monteiro de Aguiar, não apenas na confluência dos “conteúdos conceptuais” em que o seu discurso se desenvolve, mas também (e de forma fundamental, ou seja, não iludível) na dimensão prática de tal pensamento. Aqui radica, em suma, a fundamentação da afirmação de que, nele, estamos diante de um verdadeiro (e importante) “teólogo da ação” do Portugal contemporâneo;
 4. a conceptualização por ele proposta a respeito daqueles que foram os “temas-conceitos” centrais da presente investigação (“Pobres-Pobreza”, “Caridade-Assistência”) não só se inscreve e compreende nos quadros de reflexão filosófica-doutrinal e jurídico-política que lhe estão subjacentes, como poderá (deverá) ser mesmo considerada como complemento muito válido para a discussão de tais temas e dos problemas e circunstâncias concretas a que tal discussão diz respeito;
 5. tal como tivemos já oportunidade de constatar e sublinhar, o seu “pensar-agir” é, de facto, *sui generis*: no estilo, certamente, mas também (e principalmente) na articulação (não sistemática) dos conceitos, mas sem que tal circunstância seja motivo para um qualquer hermetismo (linguístico ou outro). Foram também a transparência e simplicidade (porque diretamente proporcionais à profundidade e radicalidade) dos seus textos que justificaram, não poucas vezes, as longas citações apresentadas (e os anexos para onde grande número das notas de rodapé remetem);

6. é profunda e radical a «*inscrição*» (retomamos aqui a citação de José Gil⁹³⁷) da proposta social (teo-logicamente inspirada e fundamentada) de Américo Monteiro de Aguiar naquele que foi o período histórico em que lhe foi dado viver. E parece-nos que uma das principais “provas” que sustentam esta afirmação reside, precisamente, no dinamismo evolutivo da sua “Obra” social (a Obra da Rua – Casa do Gaiato), um movimento que caracterizá-mos de “centrífugo” para dizer, por um lado, a sua “profunda historicidade” e, por outro, o seu crescimento paulatino e não previamente programado.

Dito isto, melhor se compreenderá ainda quer a metodologia da investigação e análise aqui aplicadas, quer igualmente da própria “Obra” cujo enquadramento “Histórico-Teológico” se pretendeu mostrar: foi sempre dos “princípios teológico-doutrinários” em que assenta a Fé cristã que Padre Américo partiu para a análise e elaboração da resposta a dar aos problemas do seu tempo; por conseguinte, foi da enunciação e clarificação desses princípios (em particular na sua articulação com os “conceitos fundamentais” aqui em debate) que partimos nós também, para depois percebermos os processos e momentos da sua inscrição e concretização histórica. E, neste processo de inscrição e concretização, vimos como, paulatinamente (e não por obediência a quaisquer tipos de “projetos previamente determinados”) a sua “Obra” foi evoluindo: a cada problema novo que se lhe deparava, respondia com nova inspiração, alicerçada na leitura (crente) da realidade (social); a Fé, esse «*grão de mostarda*» capaz de mover montanhas (cf. Mt 17, 20) foi sendo concretizada socialmente nas diversas iniciativas assistenciais propostas. E parece-nos ser este, com efeito, o “centro nevrálgico” da relação que aqui se pretendeu expor.

Considerando todas estas afirmações no seu conjunto, julgamos poder concluir que, do esforço de reconstrução desta «*micro-história*» (Carlo Ginzburg⁹³⁸) de Américo Monteiro de Aguiar, resulta, efetivamente, uma nova hipótese de leitura e compreensão não só da sua “Obra” (literária e social) bem como dos conteúdos e dinamismos histórico-sociais inerentes a tal quadro conceptual e ação social. Com efeito, parece-nos agora ser ainda maior a evidência dos múltiplos contextos em que o pensamento e a obra de Padre Américo se movem e com os quais se articulam dinamicamente. Cremos, por isso, residir no seu pensamento uma muito válida “ponte hermenêutica” entre “História” e “Teologia” que aqui, a dado momento, se começou igualmente a (ver) erguer. Invocando a conjugação

⁹³⁷ GIL, *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*.

⁹³⁸ Carlo GINZBURG, «O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico», em *A micro-história e outros ensaios*, por Carlo GINZBURG, Enrico CASTELNUOVO, e Carlo PONTI (Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1989), 72ss.

de todos estes fatores (conteúdos, método e análise/enquadramento histórico aqui encetado), pensamos ter apresentado um válido contributo a uma mais completa percepção da “ideia de fundo” aqui apresentada e defendida: que Padre Américo é autor e promotor, *de facto*, de uma proposta de “revisão”/releitura (teórica... mas sobretudo “pragmática”) da História da Pobreza e da Assistência em Portugal na primeira metade do séc. XX e que a análise mais pormenorizada dos seus escritos é exercício sobremaneira útil para a uma compreensão mais alargada (porque mais profunda) de tais problemas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONTES

1.1. Monografias

- AGUIAR, Américo Monteiro de. *Cantinho dos Rapazes*. 2ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1997.
- . *Correspondência dos Leitores*. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1988.
- . *De como eu fui... Crônicas de viagem*. 4ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1987.
- . *Do fundamento da Obra da Rua e do teor dos seus obreiros* [Opúsculo]. Paço de Sousa: Imp. Oficinas e Gráficas da Casa do Gaiato, 1950.
- . *Doutrina*. Vol. 1. 2ª ed. aumentada. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1974.
- . *Doutrina*. Vol. 2. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1977.
- . *Doutrina*. Vol. 3. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1980.
- . *Isto é a Casa do Gaiato*. Vol. 1. 3ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1985.
- . *Isto é a Casa do Gaiato*. Vol. 2. 3ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2004.
- . *Lares da Obra da Rua* [Opúsculo]. (1ª ed. 1951). Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1980.
- . *Normas de Vida dos Padres da Rua*. Paço de Sousa: Casa do Gaiato/Obra da Rua, 2006.
- . *Notas da Quinzena*. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1986.
- . *O Barredo. Lugar de mártires, de heróis, de santos*. 3ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1974.
- . *Obra da Rua*. 5ª ed. actualizada. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 2012.
- . *Ovo de Colombo*. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1954.
- . *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*. Vol. 1. 5ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1986.
- . *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*. Vol. 2. 5ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1990.

- . *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*. Vol. 3. 4ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1999.
- . *Pão dos Pobres. Do que eu vi em casa deles e de como tratei seus filhos*. Vol. 4. 1ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1984.
- . *Patrimônio dos Pobres. Regulamento e Instruções* [Folheto]. 1ª ed. Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1952.
- . *Regulamento do Patrimônio dos Pobres* [Opúsculo]. 1ª ed. Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1951.
- . *Viagens*. 2ª ed. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1973.
- Estatutos da Obra da Rua*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1962.

1.2. Artigos em publicações periódicas

- ACÍLIO, Padre. «Casa do Gaiato de Lisboa». *O Gaiato*, Ano LXIII, n. 1618 (18 de março de 2006): 1.4.
- ADRIANO, Padre. «Aqui Lisboa». *O Gaiato*, Ano V, n. 117 (21 de agosto de 1948): 3.
- . «Aqui, Lisboa!» *O Gaiato*, Ano XI, n. 263 (27 de março de 1954): 2.
- . «Aqui, Lisboa!» *O Gaiato*, Ano XI, n. 277 (9 de outubro de 1954): 1.
- . «Mirante de Coimbra». *O Gaiato*, Ano IV, n. 94 (4 de outubro de 1947): 3.
- . «Problemas de hoje». *O Gaiato*, Ano IX, n. 221 (16 de agosto de 1952): 1-2.
- AGUIAR, Américo Monteiro de. «A bem da Nação». *O Gaiato*, Ano I, n. 17 (15 de outubro de 1944): 1.
- . «A Casa do Ardina». *O Gaiato*, Ano I, n. 18 (29 de outubro de 1944): 1.
- . «A preguiça de reagir». *O Gaiato*, Ano III, n. 56 (20 de abril de 1946): 1.
- . «Aqui, Lisboa!» *O Gaiato*, Ano VIII, n. 202 (24 de novembro de 1951): 1.
- . «Aqui Lisboa». *O Gaiato*, Ano IX, n. 216 (7 de junho de 1952): 2.
- . «Atenção». *O Gaiato*, Ano I, n. 11 (23 de julho de 1944): 2.
- . «Cantinho dos Padres da Rua». *O Gaiato*, Ano XII, n. 293 (21 de maio de 1955): 1.
- . «Carta do Brasil». *O Gaiato*, Ano VI, n. 143 (20 de agosto de 1949): 1-2.
- . «Carta do Brasil». *O Gaiato*, Ano VI, n. 150 (20 de novembro de 1949): 1-2.
- . «Casas para Pobres». *O Gaiato*, Ano VIII, n. 185 (31 de março de 1951): 1.
- . «Contas». *O Gaiato*, Ano IX, n. 212 (14 de abril de 1952): 1.
- . «Crianças e Hospitais». *O Gaiato*, Ano XIV, n. 360 (28 de dezembro de 1957): 3.
- . «De como nasceu a Casa do Gaiato do Porto». *O Gaiato*, Ano I, n. 1 (5 de março de 1944): 1.
- . «Do que nós necessitamos». *O Gaiato*, Ano IV, n. 88 (12 de julho de 1947): 3.
- . «Do que nós necessitamos». *O Gaiato*, Ano V, n. 118 (17 de setembro de 1948): 3.
- . «Do que nós necessitamos». *O Gaiato*, Ano VII, n. 167 (22 de julho de 1950): 2.
- . «Doutrina Social». *O Gaiato*, Ano I, n. 23 (1 de julho de 1945): 4.

- . «Mais notícias do Brasil». *O Gaiato*, Ano VI, n. 143 (20 de agosto de 1949): 3.
- . «Mansões de Paz». *Lume Novo*, n. 2 (fevereiro de 1927).
- . «Nota da Quinzena». *O Gaiato*, Ano IV, n. 81 (5 de abril de 1947): 2.
- . «Nota da quinzena». *O Gaiato*, Ano IV, n. 85 (31 de maio de 1947): 1-2.
- . «O vento soprou em Fátima». *O Gaiato*, Ano IX, n. 216 (6 de julho de 1952): 2.
- . «Obra da Rua». *Correio de Coimbra*, Ano XIX, n. 950 (16 de novembro de 1940): 3.
- . «Pão dos Pobres». *O Gaiato*, Ano I, n. 4 (16 de abril de 1944): 1.
- . «Património dos Pobres». *O Gaiato*, Ano XI, n. 287 (27 de fevereiro de 1955): 1.3.
- . «Património dos Pobres». *O Gaiato*, Ano XII, n. 334 (22 de dezembro de 1956): 1.
- . «Regulamento do Património dos Pobres». *O Gaiato*, Ano VIII, n. 201 (10 de novembro de 1951): 1.
- . «Sol que desponta». *O Gaiato*, Ano II, n. 47 (15 de dezembro de 1945): 1.
- . «Um pequenino e respeitoso clamor». *O Gaiato*, Ano II, n. 27 (3 de março de 1945): 3.
- . «Venda do 86». *O Gaiato*, Ano IV, n. 87 (28 de junho de 1947): 3.
- ALVES, Paulo Alexandre. «Caridade como experiência na Patrística». *Semanário Ecclesia*, n. 1447 (25 de setembro de 2014): 20-24.
- AMARAL, Luís Carlos. «O Padre Américo e a Obra da Rua: a santidade como atitude social pedagógica». *Semanário Ecclesia*, n. 1447 (25 de setembro de 2014): 62-68.
- CARVALHO, H. Martins de. «Como eu vejo o Padre Américo». *O Gaiato*, Ano XXI, n. 545 (31 de janeiro de 1965): 1-2.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. «O flagelo da tuberculose». *Jornal Público*. 12 de setembro de 2001. [em linha: <<http://www.publico.pt/local-porto/jornal/o-flagelo-da-tuberculose-165169>>].
- GALAMBA, Padre Carlos. «Facetas de uma vida». *O Gaiato*, Ano XIII, n. 357 (16 de novembro de 1957): 1.
- . «Património dos Pobres». *O Gaiato*, Ano XXVII (21 de março de 1970): 1.4.
- JUNÍPERO, Frei. «Facetas de uma vida – A Catequese na Colónia de Férias». *O Gaiato*, Ano XV, n. 366 (22 de março de 1958): 1.3.
- MARUJO, António. «Padre Américo, o homem que acolhia os rapazes “lixo das ruas”». *Jornal Público*. Acedido a 13 de março de 2015. [em linha: <<https://www.publico.pt/sociedade/jornal/padre-americ-o-homem-que-acolhia-os-rapazes-lixo-das-ruas-89233>>].
- MENDES, Júlio. «Facetas de uma vida». *O Gaiato* Ano XLV, n. 1055 (18 de agosto de 1984): 3.4.
- MENDES, Manuel. «Determinar-se». *O Gaiato*, Ano LXVI, n. 1711 (10 de outubro de 2009): 1.4.
- PEREIRA, Henrique Manuel. «Como se da estátua brotassem flores». *Jornal Público*. 3 de setembro de 2014. [em linha: <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/como-se-da-estatu-a-brotassem-flores-1668558>>].
- REBIMBAS, D. Júlio Tavares. «Acto final do Processo em ordem à glorificação canónica de Pai Américo – Alocução». *O Gaiato*, Ano XIV, n. 1341 (8 de maio de 1995): 1.3.
- SOARES, Pe. Avelino. «Facetas de uma vida». *O Gaiato*, n. 340 (16 de março de 1957): 1.4.

TELO, António. «Sidónio Pais e os sete pilares do futuro». *Jornal Público [online]*. 9 de setembro de 2010. [em linha: <<https://www.publico.pt/temas/jornal/sidonio-pais-e-os-sete-pilares--do-futuro-20160446>>].

1.3. Dicionários e Enciclopédias

Christos – Enciclopédia do Cristianismo. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2004.

Dicionário de história da Igreja em Portugal. Dir. António Alberto Banha de Andrade. 2 vols. Lisboa: Resistência, 1980.

Dicionário de História de Portugal. Dir. Joel Serrão. 6 vols. Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979].

Dicionário de História Religiosa de Portugal. Dir. Carlos Moreira Azevedo. 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001.

Dicionário de Sociologia. Dir. Jean Azeneuve e David Victoroff. Lisboa – São Paulo: Verbo, 1982.

ROSAS, Fernando; BRANDÃO, J. M. *Dicionário de História do Estado Novo*. 2 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

1.4. Documentos do Magistério da Igreja Católica

IGREJA CATÓLICA. *Concílio Ecuménico Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações e Documentos Pontifícios*. 9ª ed. Braga: Editorial A. O., 1983.

IGREJA CATÓLICA: Conferência Episcopal Portuguesa. «Nota do Episcopado sobre o Centenário do Padre Américo». *Lumen*, n. 48 (1987): 4-6.

IGREJA CATÓLICA: Bento XVI, Papa (2005-2013). *Carta Encíclica «Caritas in Veritate – Sobre o Desenvolvimento Humano Integral»*, 2009. [em linha: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html>].

———. *Carta Encíclica «Deus Caritas Est – Sobre o Amor Cristão»*, 2005. [em linha: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html>].

———. *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, 2005. [em linha: <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>].

IGREJA CATÓLICA: João Paulo II, Papa (1978-2005). *Catecismo da Igreja Católica*, 1992. [em linha: <http://www.vatican.va/archive/compendium_ccc/documents/archive_2005_compendium-ccc_po.html>].

IGREJA CATÓLICA: João XXIII, Papa (1958-1963). *Carta Encíclica «Mater et Magistra – Sobre a recente evolução da questão social à luz da doutrina cristã»*, 1961. [em linha: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html>].

IGREJA CATÓLICA: Leão XIII, Papa (1878-1903). *Carta Encíclica «Aeterni Patris – Sobre a restauração da filosofia cristã conforme à doutrina de S. Tomás de Aquino»*, 1879.

[em linha: <https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris.html>].

———. *Carta Encíclica «Rerum Novarum – Sobre a condição dos operários»*, 1891. [em linha: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html>].

———. *Carta Encíclica «Satis Cognitum – Sobre a unidade da Igreja»*, 1896. [em linha: <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/it/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061896_satis-cognitum.html>].

IGREJA CATÓLICA: Pio XI, Papa (1922-1939). *Carta Encíclica «Quadragesimo Anno – Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em Conformidade com a Lei Evangélica no XL Aniversário da Encíclica de Leão XIII Rerum Novarum»*, 1931. [em linha: <https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html>].

IGREJA CATÓLICA: Pontifício Conselho Justiça e Paz. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2004. [em linha: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html>].

1.5. Documentos do Estado Português

PORTUGAL – República Portuguesa. «Sessão n.º 112, em 12 de Dezembro». *Assembleia Nacional – Diário das Sessões – V Legislatura* (1951): 39-50.

———. «Sessão n.º 124, em 22 de Janeiro». *Assembleia Nacional – Diário das Sessões – V Legislatura* (1952): 237-54.

2. ESTUDOS

ABREU, Adélio Fernando. «O Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899): igreja e sociedade no Porto no fim do século XIX». *Igreja Portucalense – Boletim da Diocese do Porto*, n. 17 (2008): 127-47.

ABREU, Laurinda. «Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII. Continuidades e alteridades». *VARIA HISTÓRIA (Belo Horizonte)* 26, n. 44 (2010): 347-71.

———. «O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime». Em *A Misericórdia de Montemor-o-Novo. História e Património*, 25-43. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, 2008.

———. *O Poder e os Pobres. As dinâmicas políticas e sociais da Pobreza e da Assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva Edições, 2014.

ADORNO, Theodor W., e Max HORKHEIMER. *La sociedad. Lecciones de sociología*. Col. «Biblioteca Persona y Sociedad» 14. Buenos Aires: Editorial Proteo S. C. A., 1969.

AFONSO, José António. «O nascimento de uma instituição educativa republicana: a Tutoria. Argumentos científicos e pedagógicos». *História. Revista da FLUP – Porto*, IV Série, 1 (2011): 183-207.

- ALMEIDA, Paulo Rogério de Sá Pinto Marques de. «Favor, recompensa e controlo social: bairros de casas económicas do Porto (1935-1965)». Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10216/55754>>].
- ALMEIDA, Sandra Cristina de Jesus Vaz Costa Marques de. «O País a Régua e Esquadro. Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco». Dissertação de Doutoramento em História, variante Arte, Património e Restauro, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2009.
- ARIAS, Gonzalo Tejerina. «Dinamismo de la caridad. Teología y espiritualidad de la caridad eclesial». *Corintios XIII: Revista de teología y pastoral de la caridad*, n. 123 (2007): 247-72.
- ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano*. Versão Digital da Edição de 1943 das «Edições Gama». Acedido a 28 de janeiro de 2016. <http://www.causanacional.net/INTEGRALISMO.pdf>.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira. «Antoine-Frédéric Ozanam (1813-1853): o leigo cristão». *Humanística e Teologia* 19, n. 1-2 (1998): 117-30.
- . «L'insegnamento nella facultà di teologia di Coimbra nel contesto europeo del secolo XIX». Em *A Igreja e o Clero Português no contexto europeu*, 295-306. Estudos de História Contemporânea. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2005.
- BARBOSA, Manuel Durães. *Padre Américo – Educação e Sentido da Responsabilidade*. Porto: Edições Salesianas, 1988.
- BARRETO, José. «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar». *Análise Social* XXIX, n. 125-126 (1994): 287-317.
- BORGES, Maria Isolina Pinto. «Associação protectora da criança contra a crueldade e o abandono». Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, 1961. <https://alpha.sib.uc.pt/?q=node/274492/cit>.
- BOURGY, Paul. *Teologia e Espiritualidade do Mistério da Encarnação*. Traduzido por José Correia da Cunha. Lisboa: Tip. União Gráfica, 1963.
- BRAMBILLA, Franco Giulio. «Encarnação». Em *Christus – Enciclopédia do Cristianismo*, 315-16. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2004.
- BRITO, José Maria Brandão. «Corporativismo». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:216-24, 1996.
- BROWN, Raymond E., Joseph A. FITZMYER, e Roland E. MURPHY, eds. *Comentario Bíblico «San Jeronimo»*. *Nuevo Testamento II*. Vol. IV. 1.ª ed. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1972.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. «O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)». *Análise Social* XXII, n. 94 (1986): 943-77.
- CAMPENHAUSEN, Hans von. *Los Padres de La Iglesia I. Padres Griegos*. Traduzido por Serafin Fernandez. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1974.
- CAMPINA, Ana Cláudia Carvalho. «António de Oliveira Salazar. Discurso político e “retórica” dos Direitos Humanos». Dissertação de Doutoramento, Universidad de Salamanca, 2012.
- CARDOSO, Júlia. «Assistência, acção social e municípios: apontamentos históricos e desafios actuais». *Lusiada. Intervenção Social*, n. 41 (2013): 121-40.

- CASTILLO, José María. *El seguimiento de Jesús*. 8ª ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005.
- CASTRO, Helena Ribeiro de. «Caridade e filantropia: duas visões de justiça». *Semanário Ecclesia*, (25 de setembro de 2014).
- . «Teresa de Saldanha: um projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI». Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências, 2007. [em linha: <<http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1/342059.PDF>>].
- CASTRO, Helena Ribeiro de. *Teresa de Saldanha – A obra sócio-educativa*. Editorial Cáritas, 2012.
- CASTRO, Zília Osório de. «Jansenismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 3:51-58. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- CATROGA, Fernando. «Pátria, Nação, Nacionalismo». Em *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*, por Luis Reis TORRALBA, Fernando Tavares PIMENTA, e Julião Soares SOUSA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- CEREJO, António. «O padre Abel Varzim e o seu tempo». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 12 (2000): 461-91.
- CESTER MARTINEZ, Armando. «Cáritas, testimonio del amor de Dios, signo de credibilidad eclesial y ámbito de evangelización». Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Teologia de Catalunya – Institut de Teologia Fonamental, 2014.
- CLEMENTE, Manuel. «Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 3:65-127. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- COLZANI, Gianni. «Caridade». Em *CHRISTOS – Enciclopédia do Cristianismo*. 157-60. Lisboa – São Paulo: Editorial Verbo, 2004.
- CORDEIRO, José Manuel. «Nação Portuguesa (1914-1916) – Que Integralismo Lusitano?» *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, n. Vol. 26 (1 de junho de 2009): 139-54.
- COSTA, A. Bruto da. «Quem são os pobres hoje?». *Communio – Revista Internacional Católica*, XXVI, n. 2 (2009): 135-44.
- COSTA, Roberta [et. al.]. «O legado de Florence Nightingale: uma viagem no tempo». *Texto & Contexto – Enfermagem (Florianópolis – Brasil)* 18, n. 4 (2009): 661-69.
- CRUZ, Manuel Braga da. «O integralismo lusitano nas origens do salazarismo». *Análise Social* XVIII, n. 70 (1982): 137-82.
- DEUSDADO, Manuel António Ferreira. *A Filosofia tomista em Portugal: documento estabelecido sobre um ensaio de M. A. Ferreira Deusdado*. Porto: Lello & Irmão, 1978. [em linha: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/006754515>>].
- . «La philosophie thomiste en Portugal . Notes pour servir à l’histoire de la philosophie en Portugal». *Revue néo-scholastique*, n. 20 (1898): 429-50.
- DIAS, D. Antonino. «Acção social nas comunidades cristãs». *Theologica*, 2ª série, 39, n. 1 (2004): 107-22.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Gente Pobre*. Traduzido por Nina Guerra e Filipe Guerra. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2006.
- . *O Idiota*. Traduzido por Nina Guerra e Filipe Guerra. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

- DUARTE, Francisco Carlos, e Isabella Cristina Costa NACLE. «Subsidiariedade: a evolução do princípio constitucional limitador da interferência estatal». *Seqüência (Florianópolis)*, n. 68 (2014): 91-107. [em linha: <<http://www.scielo.br/pdf/seq/n68/05.pdf>>].
- DUARTE, Maria Palmira de Moraes. «*Somos a porta aberta*». *Pedagogia do Padre Américo: métodos e vida*. 2ª ed. Paço de Sousa: Editorial Casa do Gaiato, 1985.
- DUARTE, Pedro. «Da caridade à solidariedade. As controvérsias públicas na construção do espaço comum – Configurações da mobilização política.» Em *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Universidade do Minho – Braga, 2011. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.19/972>>].
- ELIAS, Padre. *O pai Américo era assim*. 1ª ed. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1958.
- EMANUEL, Victor. «Cristianismo, Patriotismo e Nacionalismo: António Sardinha [e o Integralismo Lusitano]». Acedido a 28 de janeiro de 2016. [em linha: <<http://cristianismo-patriotismoenacionalismo.blogspot.pt/2006/05/antnio-sardinha-e-o-integralismo.html>>].
- ESTEVÃO, Nuno. «A restauração do tomismo em Portugal no século XIX: as Instituições Christãs e a Academia de S. Tomás de Aquino em Coimbra (1880-1893)». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 16 (2004): 43-86.
- ESTEVES, Alexandra. «Entre a pobreza e a marginalidade: mendigos e vagabundos no Alto Minho de oitocentos». *Interconexões – Revista de Ciências Sociais* I, n. 1 (2013): 115-33.
- FARIAS, José Jacinto Ferreira de. «O kairos sacramental: o lugar do cruzamento do tempo e a eternidade, da justiça e da misericórdia». *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia-Lisboa*, XLI (2011): 173-89.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho. «Os vadios no Porto de início do século (1901-1906)». *Revista da Faculdade de Letras. História*, II, 11 (1994): 333-52.
- FERREIRA, António Matos. «Anticlericalismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I:79-82. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- . *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaías Abúndio da Silva: 1874-1914*. Col. "Estudos de História Religiosa" 4. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2007.
- FERREIRA, António Matos; FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. «Acção Católica Portuguesa». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I: 9-19. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- FERREIRA, Fátima Moura. «Representações sobre a delinquência dos menores e o universo da criança a proteger na 1ª República: entre os campos da Justiça e da Assistência». Em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES, 49-68. [Braga]: CITCEM, 2010. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22934/1/pobreza%20e%20assistencia.pdf>.
- FERREIRA, José F. Coelho. *Padre Américo: vida e obra*. 2ª ed. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 1989.
- FERREIRA, Maria Júlia. «O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa». *Análise Social*, XXIX, n. 127 (1994): 697-709.

- FITZMYER, Joseph A. *El Evangelio segun Lucas. III – Traducción y comentario: Capítulos 8,22-18,14*. 1ª ed. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1987.
- FONSECA, Teresa. «Marginalidade e banditismo no Alentejo (1760-1833). A resposta dos poderes periféricos». Em *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, 127-44. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira. «A propósito de um testemunho sobre o Padre Abel Varzim (1902-1964)». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 12 (2000): 457-60.
- . «Catolicismo Social». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 1:310-24. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- . «Conferências Vicentinas». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 1:442-45. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- FONTES, Paulo Fernando de Oliveira. «A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na sociedade». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 6 (1994): 61-100.
- . *Elites católicas em Portugal: o papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.
- FÓRUM ABEL VARZIM. *Abel Varzim: entre o ideal e o possível*. Lisboa: Multinova, 2000.
- FRANCO, José Eduardo. «Vicentinos». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4:340-41. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- FREIRE, Dulce, Nuno Estevão FERREIRA, e Ana Margarida RODRIGUES. *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*. Lisboa: ICS Working Papers, 2014.
- FREIRE, José Galdes. *Resistência Católica ao Salazarismo-Marcelismo*. Porto: Telos, 1976.
- FREITAS, José Joaquim Rodrigues de. *Novas páginas avulsas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1996.
- GIL, José. *Portugal, Hoje: o Medo de Existir*. 5ª ed. Lisboa: Relógio D'Água, 2005.
- GINZBURG, Carlo. «O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico». Em *A micro-história e outros ensaios*, por Carlo GINZBURG, Enrico CASTELNUOVO, e Carlo PONTI, 169-78. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Editora Bertrand Brasil, 1989.
- GNILKA, Joachim. *Teología del Nuevo Testamento*. Traduzido por Juan M. Díaz Rodelas. 1ª. Madrid: Editorial Trotta, 1998.
- GOMES, Delfim Jorge Esteves. *Pobreza e Relações Humanas. Contributos para superar a pobreza, a partir da mudança de relações*. Lisboa: Editorial Cáritas, 2015.
- GOMES, J. Pinharanda. «Aspectos da filosofia católica em Portugal na segunda metade do século XX». *Lusitania Sacra*, 2ª série, 12 (2000): 315-54.
- . «Confrarias, Misericórdias, Ordens Terceiras, Obras Pias e outras Associações de Fiéis em Portugal nos séculos XIX e XX: Bibliografia Institucional (Contributo)». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 8-9 (1996-1997): 611-48.
- . «Neotomismo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 3:304-6. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

- GOMES, Joaquim Ferreira. «O Padre António de Oliveira (1867-1923), Grande Educador». *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades (Instituto Superior Miguel Torga – Coimbra)*, n. 1 (2001): 108-23.
- GÓMEZ, Jesús Álvarez. *Historia de la Iglesia I. Edad Antigua*. Madrid: BAC, 2001.
- GONÇALVES, Eduardo Cordeiro. «Luís Maria da Silva Ramos e a Crítica dum Socialista. A Propósito da Rerum Novarum». Em *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, 561-68. Porto: Universidade do Porto: Faculdade de Letras, 2004.
- GONZÁLEZ FAUS, José Ignacio. *Vicarios de Cristo. Los pobres en la teología y la espiritualidad cristianas. Antología comentada*. Madrid: Editorial Trotta, 1991.
- GRAHAM, Lawrence S. «Administração Pública central e local: continuidade e mudança». *Análise Social*, XXI, n. 87-88-89 (1985): 903-24.
- GUIMARÃES, Augusta Xavier. «A Caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX». Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1998.
- HARNISCH, Wolfgang. *Las parábolas de Jesús. Una introducción hermenéutica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1989.
- HILAIRE, Yves-Marie. «A caridade à prova dos factos. Secs. XIX-XX». *Communio – Revista Internacional Católica*, XXVI, n. 2 (2009): 171-76.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. Traduzido por Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 4ª ed. revista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- . *Naciones y Nacionalismo desde 1780*. Traduzido por Jordi Beltran. 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1998.
- ILLANES, José Luis, e Josep Ignasi SARANYANA. *Historia de la Teología*. Madrid: BAC, 1995.
- JEDIN, Hubert, ed. *Manual de Historia de la Iglesia*. Vol. I. Barcelona: Editorial Herder, 1966.
- , ed. *Manual de Historia de la Iglesia*. Vol. VIII. Barcelona: Editorial Herder, 1978.
- , ed. *Manual de Historia de la Iglesia*. Vol. IX. Barcelona: Editorial Herder, 1984.
- JEREMIAS, Joachim. *Las parábolas de Jesús*. 3.ª ed. Estella: Editorial Verbo Divino, 1974.
- . *Teología del Nuevo Testamento. I: La predicación de Jesús*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1974.
- JUNQUEIRO, Guerra. «Nota à 4ª edição da “Pátria”». Em *Pátria*, Edição especial., 172-73. Porto: Livraria Chardron, 1925. [em linha: <<http://purl.pt/229>>].
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Traduzido por Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LABOA, Juan María. *Por sus frutos los conoceréis. Historia de la caridad en la Iglesia*. Madrid: San Pablo, 2011.
- LARCHET, Jean-Claude. *Variations sur la charité*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2007.
- LAVERGNÉE, Matthieu Bréjon de la. *La Société de Saint-Vincent-de-Paul au XIXe siècle: Un fleuron du catholicisme social*. Paris: Éditions du Cerf, 2008.
- LE CLERC, Pierre. *Uma Introdução à história dos Filhos da Caridade*. Paris: Filhos da Caridade, 1994.

- LEAL, Luís. *Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2016.
- LÉON-DUFOUR, Xavier, ed. *Vocabulario de Teología Bíblica*. Barcelona: Editorial Herder, 1965.
- LOPES, Lúcia Marlene Macário; SANTOS, Sandra Maria Pereira dos. «Florence Nightingale – Apontamentos sobre a fundadora da Enfermagem Moderna». *Revista de Enfermagem Referência (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra)*, 3ª Série, n. 2 (dezembro de 2010): 181-89.
- LOPES, Maria Antónia. «As Misericórdias Portuguesas de D. José ao final do século XX». Em *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 1: Fazer a história das misericórdias*, 1ª ed., 79-117. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.14/8630>>].
- . «Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2 (2002): 155-84.
- . «Pobreza, assistência e política social em Portugal nos sécs. XIX e XX- Perspectivas Historiográficas». Em *Separata de: A cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Edições Magno, 2000. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10316/25049>>].
- . *Protecção social em Portugal na Idade Moderna. Guia de estudo e de investigação*. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra, 2010.
- LOPES, Maria Antónia da Silva Figueiredo. *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*. Vol. 1. Viseu: Palimage, 2000.
- LOPES, Maria Antónia; REIS, Bernardo (Coord.). «As misericórdias como palcos de luta partidária e instrumentos de domínio político (1834-1945)». Em *Congresso Internacional – 500 Anos de História das Misericórdias*. ATAS, 293-258. Amares: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.
- LOPES-CARDOSO, Maria Manuela. *Américo Monteiro de Aguiar. Dimensões antropológicas, axiológicas e proféticas de um projecto pedagógico*. Lisboa: Chaves Ferreira – Publicações, S.A., 2007.
- LOUREIRO, João Evangelista. *Subsídios para o estudo do pensamento pedagógico do Padre Américo*. Paço de Sousa: [Editorial Casa do Gaiato], 1963.
- . *Um grande educador português do século XX : o Padre Américo e a sua obra pedagógica*. Paço de Sousa: Editorial da Casa do Gaiato, 1996.
- MACEDO, Jorge Borges de. «Povo (Na época moderna)». Em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V:156-57. Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979].
- MACHADO, Maria do Rosário. «Bento Carqueja e o movimento de beneficência e filantropia de finais do século XIX». Em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES, 223-56. [Braga]: CITCEM, 2010. [em linha: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22934/1/pobreza%20e%20assistencia.pdf>>].
- MADRIGAL, Santiago. *Iglesia es Caritas. La eclesiología teológica de Joseph Ratzinger-Benedicto XVI*. Presencia Teológica 169. Santander: Editorial Sal Terrae, 2008.

- MAGALHÃES, Arlindo de. «Pobreza (Século XX)». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 6:461-62. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001.
- MAIA, José Martins. «Caridade e solidariedade social». *Communio – Revista Internacional Católica*, XI, n. 5 (1995 de 1994): 430-39.
- MANSO, Artur. «Manuel António Ferreira-Deusdado (1858-1918). Ensaio biobibliográfico». Em *A Terra de Duas Línguas. Antologia de Autores Transmontanos*, por Ernesto RODRIGUES e Amadeu FERREIRA, 317-26. Valongo: Lema d'Origem, 2013.
- MARCELINO, António Baltasar. *PADRE AMÉRICO. Precursor do II Concílio do Vaticano. A sua leitura dos sinais dos tempos*. Coimbra: Alforria-Tenacitas, 2016.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. «Povo (Na Idade Média)». Em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V:155-56. Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979].
- MARTINS, Ernesto Candeias. «A criança abandonada. Estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República». *Educação Unisinos* 6, n. 10 (2002): 175-98.
- . «A existência de uma Pedagogia Social ou Educação Social em Portugal (Séc. XIX – XX)». Em *2º encontro de História da Educação Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Braga, 8-9 de Novembro – Fazer e ensinar história da educação: atas*, 251-70. Braga: Instituto de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Educação e Psicologia – Universidade do Minho, 1996. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.11/1340>>].
- . «A Obra da Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal». *Caderno de Pedagogia – Centro Universitário Moura Lacerda* 10, n. 10 (2005): 15-35.
- . «A outra educação da infância sem voz expressa na literatura (Séc. XIX-XX)». *Educare Educere* Ano XIV (2010): 99-119.
- . «A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974)». *Série-Estudos*, n. 27 (2009): 151-76.
- . *Amor, Meditação e Acção. Pedagogia Social do Padre Américo Monteiro de Aguiar*. 1ª ed. Coimbra: Palimage, 2009.
- . «As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX». *Infância e Juventude*, 2002.
- . «Intervenção e acção social em prol dos necessitados. A experiência do Padre Américo e da Obra da Rua». *Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras*, n. 7 (2005): 111-41.
- . *O Projecto Educativo do Padre Américo – O Ambiente na Educação do Rapaz*. Lisboa: Temas e Debates, 2004.
- . «O retrato histórico-educativo da criança abandonada: Monarquia Constitucional e 1.ª República». Em *Infantia et pueritia: introdução à história da infância em Portugal*, por Rogério FERNANDES (Coord.) e Luís VIDIGAL (Coord.), 151-67. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 2005. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.11/1253>>].
- . *Padre Américo. O destino de uma vida (Biografia, obra e acção social)*. 2ª ed. Coimbra: Alma Azul, 2012.
- . «Padre Américo. Uma vida cheia de espiritualidade». *Estudos N. S.*, n. 6 (2006): 257-91.

- MARTINS, Maria João. *História da criança em Portugal. Desde D. Afonso Henriques até aos nossos dias, um olhar inédito sobre a infância*. 1ª ed. Lisboa: Parsifal, 2014.
- MARTINS, Maria Manuela Brito. «A recepção do neo-tomismo em Portugal na segunda metade de Oitocentos: em torno do Bispo Bastos Pina, Tiago Sinibaldi, Martins Capela e Silva Ramos». Em *Actas do Congresso Internacional «O Pensamento Luso-Galaico-Brasileiro entre 1850 e 2000»*, 161-90. Porto: Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto; INCM, 2007. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.14/14000>>].
- MATE, Reyes. *La razón de los vencidos*. 2ª ed. Pensamiento crítico / Pensamiento utópico 61. Barcelona: Anthropos Editorial, 2008.
- MATOS, Sérgio Campos. «História e identidade nacional. A formação de Portugal na historiografia contemporânea». Em *Lusotopie*, 123-39, 2002. [em linha: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/matos.pdf>>].
- MENDES, Manuel. *Padre Américo. Itinerário Vocacional*. Paço de Sousa: Editorial Casa do Gaiato, 2014.
- MENESES, Avelino de Freitas de. «Sobre História da Solidariedade». *Arquipélago – História*, 2ª série, VII (2003): 305-12.
- MERCIER, Cardeal. *Curso de Philosophia – Ontologia ou Metaphisica Geral*. Editado por Pedro Maria Dantas PEREIRA. 6 vols., 1904.
- MÖHLER, Johann Adam. *La unidad en la Iglesia*. Pamplona: Eunote, 1996.
- . *Simbólica o exposición de las diferencias dogmáticas de católicos y protestantes según sus públicas profesiones de fe*. Editado por Pedro RODRIGUEZ e José R. VILLAR. Madrid: Ediciones Cristiandad, 2000.
- MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século vinte*. Traduzido por José FERNANDES. São Paulo: Editora Teológica, 2003.
- MONIZ, Jorge Botelho. «A crise em Portugal e a indispensabilidade social da Igreja Católica». Em *Anais do XIV Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*, 14:1836-51. Juiz de Fora – Minas Gerais (Brasil), 2015. [em linha: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/view/889>>].
- . «Igreja Católica e Caridade em Portugal. Do múnus bíblico de ajudar o outro à sua indispensabilidade no século XXI». *Revista Brasileira de História das Religiões* 7, n. 19. Acedido a 27 de agosto de 2016. [em linha: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>>].
- . «Uma proposta de renovação social: A caridade cristã como nova matriz civilizacional». *PLURA – Revista de Estudos de Religião (Brasil)* 6, n. 1 (2015): 41-73.
- MONTES PERAL, Luís Ángel. *Trás las huellas de Jesús. Seguimiento y discipulado en Jesús, los Evangelios y el Evangelio de Dichos Q*. Madrid: BAC, 2006.
- MOREIRA, Paulo Jorge Neves. «Padre Américo: uma proposta de educação moral». Dissertação de Mestrado em Ciências Religiosas, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia, 2007. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10400.14/9820>>].
- MORGADO, Fátima Cristina. «As irmandades: sociabilidades, redes sociais e poder». Em *Religião e Cidadania Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*,

- 517-21. Estudos de História Religiosa 10. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- NETO, Maria Lourdes Akola Meira do Carmo. «Assistência Pública». Em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, I:234-36. Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979].
- NEVES, Moreira das. *O Padre Américo*. Lisboa: Edições Paulistas, 1987.
- NICOLAU, Rita Maria do nascimento L. *Teresa de Saldanha. Uma vivência cristã no feminino*. [s.l.]: Universidade Católica Portuguesa, 1996.
- OLIVEIRA, Pedro Aires. «[Recensão a] Valentim ALEXANDRE, O Roubo das Almas. Salazar, a Igreja e os Totalitarismos (1930-1939), Lisboa, Dom Quixote, 2006» *Análise Social*, XLII (4º), n. 185 (2007): 1135-40.
- OLIVEIRA, Zacarias de. «O Cantador». *Penafiel (Boletim de Cultura da Câmara Municipal)*, n. 1 (1972): 32-36.
- OLIVEROS, Roberto. «Historia de la teología de la liberación». Em *MYSTERIUM LIBERATIONIS. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación*, 1:17-50. Madrid: Editorial Trotta, 1990.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Obras Completas. Tomo IV. (1929-1933)*. Vol. IV. 6.ª ed. Madrid: Revista de Occidente, 1966.
- PAIVA, José Pedro; FONTES, Paulo F. de Oliveira. *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo I): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000*. União das Misericórdias Portuguesas, 2010. [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].
- . *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo II): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000*. União das Misericórdias Portuguesas, 2010. [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].
- . «Relatos coevos sobre a ação das Misericórdias». Em *Portugaliae monumenta misericordiarum – Vol. 9 (Tomo II): Misericórdias e secularização num século turbulento: 1910-2000*, 401-64. União das Misericórdias Portuguesas, 2010. [em linha: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8631>>].
- PAULINO, Joana Catarina Vieira. «Os Expostos em Números. Uma Análise Quantitativa do Abandono Infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)». Em *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, 185-215. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras – Biblioteca Digital, 2014. [em linha: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12132.pdf>>].
- PEREIRA, David Teles. «Breve síntese histórica da tutela dos acidentes de trabalho no ordenamento jurídico português: o seguro de acidentes de trabalho em especial (1913-2000)». *FÓRUM – Revista Semestral do Instituto de Seguros de Portugal*, XVIII, n. 34 (2014): 7-23.
- PEREIRA, Fernando Jasmins. «Assistência social caritativa (III. Na Idade Contemporânea)». Em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. António Alberto Banha de Andrade, 686-717. Lisboa: Editorial Resistência, 1980.
- PEREIRA, Gaspar Martins. «Casa e família. As “Ilhas” no Porto em finais do século XIX». *Revista População e Sociedade*, n. 2 (1996): 159-86.

- PEREIRA, Henrique Manuel. «Américo Monteiro de Aguiar: para uma bibliografia». *Lusitania Sacra*, 2ª série, n. 8-9 (1997 de 1996): 649-80.
- . *Padre Américo. Notas sobre o Artista da Palavra. Das mortes e da Vida*. 1ª ed. Coimbra: Alforria-Tenacitas, 2016.
- . *Raízes do Tempo. À volta de Padre Américo*. Coimbra: Tenacitas-Alforria, 2015.
- PEREIRA, Henrique Manuel, org. *Padre Américo: Frei Junípero no Lume Novo*. Coimbra: Tenacitas-Alforria, 2015.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. «Caridade versus filantropia – sentimento e ideologia: a propósito dos Terramotos da Andaluzia (1885)». Em *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, 3:829-41, 2014. [em linha: <<http://hdl.handle.net/10216/8966>>].
- PERISTA, Pedro; BAPTISTA, Isabel. «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a ação». *Forum Sociológico*, n. 201 (2010): 39-46.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934.
- PICAZA, Xavier O. «Evangélio de Jesús: pobreza y solidaridad interhumana». *Selecciones de Teología*, 29, n. 116 (1990).
- PIMENTEL, Irene Flunser. «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40». *Análise Social*, XXXIV, n. 151-152 (1999): 477-508.
- . «Influências internas e externas na Obra das Mães e na Mocidade Portuguesa Feminina». *Campus Social*, n. 3-4 (2007 de 2006): 19-43.
- PINTO, António Costa. «Pacheco, Duarte (1899-1943)». *Dicionário de História do Estado Novo*, II: 710-11, 1996.
- POLANAH, Paulo S. «“The Zenith of our National History!“. National identity, colonial empire, and the promotion of the Portuguese Discoveries: Portugal 1930s». *e-JPH* 9, n. 1 (2011): 39-62.
- POLICARPO, João Francisco de Almeida. «O “bom operário”. Estudo de uma mentalidade». *Revista História das Ideias*, 2 (1978-1979): 53-117.
- . *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*. Vol. 1. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977.
- RAMALHO, Margarida de Magalhães. *António de Magalhães Ramalho. Fundador do INII e pioneiro da investigação industrial*. Lisboa: By the Book – Edições Especiais, 2014.
- RAMOS, António de Jesus. *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.
- RAMOS, José da Rocha. *Padre Américo: místico do nosso tempo*. Paço de Sousa: Editorial Casa do Gaiato, 1997.
- RAMOS, Rui. *História de Portugal. A segunda Fundação*. Dir. José Mattoso. Vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- RAMOS, Rui Jorge Garcia. «Identidade e arquitetura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português». *Provas de Agregação em Arquitectura*, Faculdade de Arquitectura – Universidade do Porto, 2013.

- REIS, Bruno Cardoso. «O Catolicismo e o Estado na história religiosa contemporânea». *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n. 21 (2009): 263-82.
- REVEZ, Jorge. *Os «Vencidos do Catolicismo». Militância e atitudes críticas (1958-1974)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2009.
- REZOLA, Maria Inácia. «Abel Varzim: Um Testemunho Para Hoje». *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n. 7 (1995): 457-58.
- . «Correia, Joaquim Alves (1886-1951)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:224, 1996.
- RIBEIRO, Cláudia Pinto. «Viver na diferença... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão». *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, 3.^a série, 11 (2010): 219-36.
- RIBEIRO, Jorge Martins Reis. «A Doutrina Social da Igreja e o seu enquadramento histórico». *Communio – Revista Internacional Católica*, IV, n. 3 (1987): 197-210.
- RIGA, Peter. «The ecclesiology of Johann Adam Möhler». *Theological Studies (New York – E. U. A.)*, n. 22 (1961): 563-87.
- RODRIGUES, Carlos Farinha. «Assistência Social». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, I:70-73, 1996.
- . «Pobreza». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, II:742-44, 1996.
- . «Previdência Social». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, II: 796-98, 1996.
- RODRIGUES, Eduardo Vitor, Florbela Maria da Silva SAMAGAI, Helder FERREIRA, Maria Manuela Ferreira MENDES, e Susana Paula Carvalho JANUÁRIO. «A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal». *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 9 (1999): 63-111.
- ROLLO, Nunes. *Padre Américo, o altruísta*. Coimbra: Coimbra Editora, 1958.
- ROSAS (Coord.), Fernando. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Vol. 12. 1.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- ROSAS, Fernando. *História de Portugal. O Estado Novo*. Vol. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- ROVIRA BELLOSO, Jose Maria. *Introducción a la Teología*. Madrid: BAC, 1996.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspectivas». Em *Expostos e Ilegítimos na realidade ibérica: do século XVI ao presente. Actas do Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH)*, Coord. Vicente Pérez Moreda, 37-58. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996. [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/12083>>].
- . «Abandono de Crianças, Infanticídio e Aborto na Sociedade Portuguesa Tradicional através das Fontes Jurídicas». *Penélope. Fazer e desfazer a História*, n. 8 (1992): 75-89.
- . «As idades da Misericórdia de Lisboa: velhos e novos pobres». Em *Visitação. O arquivo: memória e promessa*, 148-60. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2014. [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/38075>>].
- . «Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas Colónias (séculos XVI-XVIII)». Em *Congresso Internacional: «O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa»*, 329-37. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/38898>>].

- . «Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias Portuguesas ao longo do antigo regime». Em *Actas do Colóquio Internacional «Saúde e Discriminação Social»*, 303-34. Braga: Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, 2002. [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/3848>>].
- . «Pobreza». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 3:456-61. [Lisboa: Circulo de Leitores, 2001 [em linha: <<http://hdl.handle.net/1822/12115>>].
- . *Quando o rico de faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, e Maria Antónia ARAÚJO. *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- SAMUEL, Paulo. «Pensamento Social Católico. A Vanguarda Portuense e O Grito do Povo». Em *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, II:301-44. Porto/Arouca: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão – Universidade Católica Portuguesa; Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras do Porto, 2002.
- SANTABÁRBARA, Luís González-Carvajal. *El clamor de los excluidos. Reflexiones cristianas ineludibles sobre los ricos y los pobres*. Santander: Editorial Sal Terrae, 2009.
- SANTOS, Cândido dos. *Jansenismo e antijansenismo em Portugal*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2014.
- . *Jansenismo e Antijansenismo nos Finais do Antigo Regime*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.
- . *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- SANTOS, Gil Moreira dos. *Padre Américo e a Obra de Rua*. [Porto:] Modo de Ler, 2008.
- SANTOS, José da Cruz. *O Padre Américo e a Obra da Rua*. Alêtheia Editores, 2006.
- SANTOS, Maria Isabel Rodrigues dos. «Caridade enquanto geradora de sociabilidades: o caso da Associação de Serviço Social». Em *Religião e Cidadania. Protagonistas, Motivações e Dinâmicas Sociais no Contexto Ibérico*, 661-76. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- SANTOS, Maria José Moutinho. «A assistência aos menores no Porto na viragem do século XIX para o século XX: o Asilo-Escola/Internato Municipal». Em *Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, por Maria Marta Lobo de ARAÚJO, Fátima Moura FERREIRA, e Alexandra ESTEVES, 37-47. [Braga]: CITCEM, 2010. [em linha: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22934/1/pobreza%20e%20assistencia.pdf>>].
- SARDICA, José Miguel. «A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal». *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n. 16 (2004): 367-83.
- SARMENTO, Manuel Joaquim, e Fátima VEIGA (Orgs.). *Pobreza infantil. Realidades, desafios, propostas*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2010.
- SAURAS, Emílio. «El misterio de la Iglesia y la figura del cuerpo místico». Em *Concilio Vaticano II. Comentarios a la Constitución sobre la Iglesia*, dir. Casimiro Morcillo González, 178-263. Madrid: BAC, 1966.

- SERRÃO, Joel. *Antero de Quental. Prosas Sócio-Políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- . «Povo (Na época contemporânea)». Em *Dicionário de História de Portugal*, Dir. Joel Serrão, V:157-66. Porto: Livraria Figueirinhas / Iniciativas Editoriais, [1979].
- SESBOÛÉ, Bernard; THEOBALD, Christoph. *A Palavra da Salvação (séculos XVIII-XX)*. «História dos Dogmas» 4. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- SESBOÛÉ, Bernard; BOURGEOIS, Henri; TIHON, Paul. *Os sinais da Salvação (séculos XII-XX)*. «História dos Dogmas» 3. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SILVA, Amaro Carvalho da. «Martins Capela, um divulgador do Neotomismo». *Revista Portuguesa de Filosofia*, 48, n. 2 (1992): 321-347.
- SILVA, Armando B. Malheiro da. *Sidónio e Sidonismo. Vol. 2: História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da. «A epidemia de febre amarela de 1857 e “O Português”». *Cultura: revista de história e teoria das ideias*, 2ª série, XIII (2000-2001): 55-81.
- SILVA, Manuela. «Crescimento económico e pobreza em Portugal (1950-74)». *Análise Social*, XVII, n. 72-73-74 (1982): 1077-86.
- SILVA, Susana Serpa. «Dar de comer aos famintos – subsídios para a história da cozinha económica de Ponta Delgada (S. Miguel – Açores)». Em *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, 217-31. Braga: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.
- SIMÕES, Manuel. «O Padre Américo, evangelista dos pobres». *Brotéria*, 126, n. 2 (1988): 201-4.
- SIMPSON, Duncan. «A Igreja Católica e o Estado Novo de Salazar». *Locus: Revista de História*, 18, n. 1 (2012): 89-110.
- . *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- SINIBALDI, Thiago. *Elementos de philosophia*. 2.ª ed. 2 vols. Coimbra: Typographia do Seminário, 1894.
- SÖHNGEN, G. «Analogía». Em *Conceptos Fundamentales de la Teología*, por Heinrich FRÍES, 1:76-88. Barcelona: Ediciones Cristiandad, 1966.
- SUHARD, Cardeal. «Triunfo ou declínio da Igreja». Em *Deus, igreja, sacerdócio*, por Cardeal SUHARD, 87-90. Lisboa: Editorial Aster, 1956.
- TEIXEIRA, Manuel C. «As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940». *Análise Social*, XXVII, n. 115 (1992): 65-89.
- TEIXEIRA, Maria Elvira. «Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, I:149-52. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- TERTULIANO, Quinto Septimio Florente. *Apologético*. Edição Bilingue. Lisboa: Livraria Alcala, 2002.
- TIAGO, Maria da Conceição. «Bairros Sociais da I República: projectos e realizações». *Ler História*, n. 59 (2010): 249-72.
- TOMÉ, Maria Rosa Ferreira Clemente de Moraes. «Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra». Tese de Mestrado em História Contemporânea,

- Universidade de Coimbra, 2010. [em linha: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese_RosaTom%C3%A9.pdf>].
- TRAUTMANN, Frédéric. *La notion de charité au Concilie Vatican II*. Perpignan: Éditions Artège, 2012.
- TRINDADE, Manuel da Silva, e Gabriel de SOUSA. *Figuras notáveis da Igreja de Coimbra: Dr. Francisco José de Sousa Gomes, Pe. Luís Lopes de Melo, Pe. Américo, Ir. M. a Carolina de Sousa Gomes, Fr. Bernardo de Vasconcelos*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1991.
- TRINDADE, Manuel de Almeida. *O padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*. Coimbra: Casa do Castelo Editora, 1958.
- VALENTE, José Carlos. «Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, II:319-20, 1996.
- . «Sindicatos Nacionais». *Dicionário de História do Estado Novo*, II: 916-22, 1996.
- VARZIM, Abel. *Procissão dos Passos: uma vivência no Bairro Alto*. Editorial Cáritas, 2014.
- VIEIRA, Maria do Pilar S. A. «Criaditas dos Pobres (Congregação das)». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 2:27. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- VILANOVA, Evangelista. *Historia de la Teologia Cristiana*. Vol. III. Barcelona: Editorial Herder, 1992.
- VILLARES, Artur. «As ordens religiosas em Portugal nos princípios do séc. XX». *Revista Brasileira de História*, XIII (1995): 195-223.
- VOSS, S. J., Gustav. «Johann Adam Möhler and the development of dogma». *Theological Studies*, n. 4 (1943): 420-44.
- VV. AA. «A nossa pobreza de criaditas». *Communio – Revista Internacional Católica*, III, n. 5 (1986): 476-77.
- . *A pobreza na Igreja*. Lisboa: Livraria Morais Editora, 1964.
- . *Comentario al Nuevo Testamento*. Estella: La Casa de La Biblia, 1995.
- . *Los milagros del evangelio*. Estella: Editorial Verbo Divino, 1982.

3. PÁGINAS WEB

- ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CRIANÇA – Página Institucional. «Associação Protectora da Criança – A nossa História». 2015. [em linha: <http://www.apcrianca.pt/a-nossa-historia/>].
- CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA – «Projeto Padre Américo Monteiro de Aguiar e a renovação do Clero português na primeira metade do séc. XX». 2014-2016 [em linha: <<http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/PadreAmerico/index.html>>].
- MANICARDI, Luciano. «A Caridade, essência do ser Igreja». [em linha: <http://www.caritas.pt/site/coimbra/index.php?option=com_content&view=article&id=3851:acaridadeesseniciadoserigreja&catid=40:materiais&Itemid=48>].
- OBRA DO FREI GIL. «Obra do Frei Gil – História e Actualidade». Página Institucional. *Obra do Frei Gil*, 2017. [em linha: <<http://www.obradofreigil.pt/sobrenos/>>].
- TAUROG, Norman. «Boys Town», 1938. [em linha: <<http://www.imdb.com/title/tt0029942/fullcredits/>>].

ANEXOS

ANEXO 1.
“AS FREGUESIAS SÃO OS NÚCLEOS MAIS INDICADOS PARA A
FORMA ORDENADA DE BEM SERVIR O POBRE”¹

«Era uma quinta-feira. Talvez por ser este o dia em que os Pobres ali pedem, é que eu topei um ror deles caminho em fora. Todos traziam no semblante o “atestado de pobreza”. Ninguém se enganava dando-lhes esmola, mesmo que o seu intento fosse enganar.

É um espectáculo de todos os tempos, a bicha do pedinte. Feiras, romarias, estradas – ‘Olha, tão aleijadinho!’ Fátima, em dias de grande movimento, redobra. A gente senta-se para comer o farnel e eles também! Isto é o que nós observamos. Mas serão, de facto, caminhos e arraiais os lugares adequados para socorrer pedintes?

Por muito se facilitar este estado de coisas é que tantos se entregam à vida fácil do pedinchar, a pontos de deixarem grandes pecúlios escondidos nos farrapos. E assim é que pela nossa incúria fomentamos estes males, com a agravante de os tomar à conta de um bem: – ‘Tome lá, coitadinho!’

Se me fosse permitido dar uma opinião a este respeito, eu diria que não. Nunca dei nada nos caminhos sem saber a quem; e da mesma sorte à porta das nossas Casas. “Quantas pragas não tenho ouvido? Que de vezes malsinado? Não importa. O conhecimento da verdade levamos a repudiar a mentira.

A indigência dos nossos Irmãos é coisa tão santa que não deve andar pelas praças nem ser nas praças atendida. Eles mesmo, os Pobres, seriam mais amigos de a esconder se nós tivéssemos o zelo de a procurar. Sairiam menos vezes, se nós entrássemos com frequência em suas casas. É o aparato do nosso dar que necessariamente cria a mesma coisa no pedir.

Mas ele há uma terrível verdade acerca dos Pobres: é que os havemos de ter sempre à nossa beira. Eles são um bem necessário; eles, os que fornecem a matéria no Supremo Tribunal, quando o Justo Juiz vier pedir contas a cada um. Não podemos passar sem Pobres; tão pouco passar sem olhar para os Pobres.

Da compreensão desta verdade eterna depende a nossa atitude perante os Irmãos indigentes, mai-la forma de os remediar. Ora vamos aqui um bocadinho à pedra, com licença dos alunos.

Primeiramente, há que formar no nosso espírito a noção da verdadeira igualdade perante o esfarrapado que se nos apresenta. Ele é um nosso. Tem o mesmo direito de viver. Este

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:98-102.

sentimento é uma continência que se faz ao Pobre. Dá-nos uma grande humilhação interior, vergonha de termos tudo e ele, o nosso Irmão, nada. Não há mão que tenha coragem de ir ao fundo do bolso pelo mísero tostão. Eu cá tenho pudor. Fujo dos Pobres nas ruas por muito os amar! Remediá-los, pois, em suas moradas — e esta é a primeira parte da nossa lição.

A segunda parte está na organização. As Freguesias são os núcleos indicados para a forma ordenada de bem servir o Pobre. Paulo de Tarso começou. Quando por lá andava, fazia peditórios para as Cristandades que deixava atrás de si. Ora as Paróquias são as Cristandades do nosso tempo. São organismos formados: Confrarias, Irmandades, Associações — eis o corpo. A alma é o Pároco. Este é o primeiro servo. O Povo das nossas aldeias não faz contas ao que dá, quando sabe e vê para o que é. Por meio das Confrarias já organizadas, devia cada uma e todas as Paróquias da nossa terra atender às necessidades materiais dos Indigentes; dos Indigentes da sua freguesia. Está tudo feito. Muitas Irmandades são seculares. Não há aldeia que as não tenha. Na letra dos estatutos pode muito bem subentender-se a cláusula de “dar de comer a quem tem fome”, se ali não vier explícita pois se ela é a chave do Céu...! Para que servem as Confrarias, se não trazem na primeira linha o bem eterno dos seus confrades? Opas são opas!

As coisas postas com esta simplicidade iriam resolver o problema. Dentro de pouco tempo, o Pobre da freguesia perdia a autoridade de estender a mão fora dela. Educava-se pela justiça que se lhe fazia dentro da sua própria casa. A humilhação, até aqui nossa, por ver o esfarrapado, passaria para ele, se ateuasse em pedir nos caminhos aos que se propuseram socorrê-lo dentro de suas casas.

No caso do moicante da pedincha, do teimoso vagabundo, esse num instante se liquidava com a «esmola» que merece: “Vá prá sua freguesia”! Os que podem dar teriam autoridade de falar assim. A organização reclamava estas atitudes. Mas quê?, não se faz assim. Nós gostamos de ver as bichas dos Pobres para fazermos paradas deles nas grandes festas.

Ora a Igreja é uma sociedade de fiéis. Evangelizar os Pobres foi missão do Seu Fundador; logo missão da Igreja. Mas o Pobre, para ser convenientemente evangelizado, precisa de comer. É, até, pelo estômago, que a doutrina penetra nas almas. Daqui nasce que os chamados inimigos da Igreja nunca o são das Suas Obras. Gostam de ver e só depois é que começam a gostar de ouvir.

Confrarias, Irmandades, Associações, Misericórdias — Obras eminentemente sociais. Obras da Igreja. Código do verdadeiro amor do Próximo, nascido e criado n'Ela — tudo se perdeu! Agora é o Código Administrativo a riscar.

Culpa de quem?

É muito mais fácil imputar do que admitir!».

ANEXO 2. “PARADAS DE CARIDADE”¹

«Era de uma vez num hotel de categoria, em certo lugar da nossa Pátria muito amada. Corria o verão. Na terra havia mais hotéis; muitos hotéis, todos povoados – muito que falar e pouco que fazer. Nestes sítios a que chamam termas, o que mais custa é matar o tempo. Já assim era com os romanos. Lança-se mão de tudo. Cada dia vem com seu programa e todos com infinitos números. Eis um. Naquele hotel e naquele dia foi assim:

Um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade, como a Imprensa costume pôr, levanta-se e vai em roda colher donativos, para um almoço aos farrapõesitos da localidade. Contaram o dinheiro, hilariantes, e entregaram à Gerencia, com instruções do almoço. No dia seguinte aparece o aviso pregado no lugar dêles, a comunicar que as Ex.mas Senhoras Donas Fulana, Sicrana e Beltrana, não se pouparam a trabalhos e que vão oferecer hoje, às tantas, um almoço a doze creanças pobresinhas “Tudo está à espera. Imediatamente após o serviço dos hospedes, a Gerencia manda armar a mēsa em uma sala do dito hotel com quatro janelas para a rua, escancaradas, para que se veja bem. A mesa apresenta-se com tudo; absolutamente tudo quanto diz respeito a um almoço de circunstância. Estão doze talheres. Um terceto coloca-se em posição. Os creados aprumam-se. As pequeninas victimas entram na sala. Vai começar o sacrifício. A seguir à sopa vem o primeiro prato, vem o segundo, vem a sobremesa; – tormentos que as creanças não merecem a ninguém. Elas não saboreiam. Não sabem estar. Nada lhes aproveita. É um triste suplicio, como os pequeninos semblantes dizem.

A sinfonia toca. Os criados rodopiam. As senhoras da comissão, miram-se, estasiadas; e dezenas de outros farrapõesitos do lugar, que não foram convidados, espreitam pelas janelas, em bicos-de-pé, esfaimados!

Terminou. Os pequeninos torturados estão amarrados às cadeiras, cada um à sua, até passar a hora dos discursos. Em regra, as senhoras destas comissões levam muito a mal que não se lhes diga nada, e um senhor da assistência exaltou o acto.

¹ Este é o título do texto que a seguir se cita, na sua versão publicada em AGUIAR, 1:9-13. Contudo, na versão original, primeiramente publicada no jornal *O Gaiato* (edição nº 3, de 2 de abril de 1944, página 1), o mesmo texto recebe a expressão “*Consciência falsa*” como título. Nota-se igualmente, entre a versão originalmente publicada n’*O Gaiato* e aqui transcrita algumas “nuances”, embora nada significativas para a sua compreensão. Este mesmo texto foi novamente publicado no referido jornal, na sua edição nº 1571 (de 29 de maio de 2004), página 3, onde retoma o título usado em *Doutrina*.

Novo aviso elucidou os hóspedes de quanto se houvera gasto e assim acabou o dia ao qual, no meu entender, não se pode chamar perfeito.

Ora muito bem. Estamos em frente de uma das inúmeras paradas de caridade que os olhos dos nossos tempos andam afeitos a vêr, e ninguém dá fé do mal que se pratica no mundo, com esta espécie de bem-fazer.

Nenhum de entre a assistência era analfabeto; tudo gente de certa responsabilidade. Mais. O senhor do discurso foi, até, buscar à doutrina de S. Paulo dois pontos que tratam da esmola e com eles, enalteceu a cerimónia! Ninguém viu o mal. Tudo fez coro, acharam muito certo.

Eu estava. Assisti a tudo quanto se fez e quanto se disse, dum cantinho da sala, muito triste por me encontrar só;—tão perto e tão distante.

Se me tivessem dado o dinheiro e a liberdade de agir, havia de chamar tôdas as crianças pobres do povoado — todas, porque todas necessitavam, e dar-lhes uma refeição quente, à maneira do Povo, só que um nadinha mais abundante e melhor adubada. Era dia de festa.

Havia de as colocar em sítio onde estivessem absolutamente livres; comentassem a seu modo o sabor do caldo e do pão; falassem uns para os outros; rissem a bandeiras despregadas, pois seria verdadeiramente uma festa deles e não festança dos mais. Havia de mandar os criados mai-la sinfonia para os seus respectivos lugares, que ele não há no mundo música mais bela do que a feita com as notas alegres da criança pobre, diante dum prato de sopa quente, servido com muito amor.

Assim havia de fazer. Mais. Enquanto perguntasse cada um o nome que tem, havia de perguntar ao mundo do nosso tempo quando é que chega a hora em que cada criança tenha dentro da sua casa e em cima da sua lareira uma tigela de caldo e um bocado de pão. Então, sim, poderíamos fazer festas, que a Caridade folga com a Justiça, como ensina a Verdade eterna.

Salvo melhor opinião dos mestres, afigura-se-me que não se devia jamais mostrar à criança pobre um mundo a que não poderá honestamente chegar, nem possuir. As orgias desmoralizam; são fontes de revolta e fazem revoltados. Fica-nos bem ser pobres e ensinar a criança a amar e a respeitar o seu estado de pobreza, não venha ela amanhã cair na miséria e a fazer um mundo de miseráveis».

ANEXO 3. “SEMEADORES DO EVANGELHO”¹

«Estive na cidade de Vila Real, tendo falado às 9 da noite a uma casa cheia. Muitos aplausos; muito vivório; e, no final, aparece uma senhora da terra a dar 50S00, a qual não era de maneira nenhuma a Viúva do Evangelho porque só no rosto, em drogas, trazia ela muito mais!

Aquela gatinha não compreende. Julgam que a ciência da vida está no muito acumular, sendo certo que o grande problema consiste no bem distribuir. E os ventos da Régua não foram mais favoráveis. Os semeadores do Evangelho vão. Os terrenos das sementeiras não são deles nem da conta deles; o que importa é semear.

No Teatro S. João, do Porto, outro clima; foi uma hora de presença, de vontade, de muita compreensão. Eu apenas batia a tecla e todas as almas presentes, cordas vivas de carne e de sangue, disseram por entre lágrimas e sorrisos que queriam amar mais e melhor.

Os jornais publicaram a soma de dinheiro contado na salva de prata, mas não dizem, nem eu tão pouco, o que tem sido depositado no Banco Espírito Santo, em c/c da Casa do Gaiato do Porto, depois daquela hora deliciosamente humana. Trouxeram-me dois pequeninos abandonados que dormiam à beira-mar nos barcos dos pescadores, vivos, galantes. ‘Desde que a minha mãe morreu nunca mais dormi em camas’ – declarou um deles, já debaixo dos lençóis na Casa que agora é dele.

Oh! hora bendita do Teatro S. João! Por muito que se haja representado naquele palco, nunca ninguém ali apresentou a vida com tintas tão verdadeiras. Se o Evangelho o não revelasse, bastaria aquela hora para mostrar que o bem servir o Pobre está unicamente no chorar com ele. Se depois de tudo quanto se viu e ouviu, houver ainda alguém no Porto que se lembre de levantar a mão para organizar as chamadas festas de caridade a bem dos que sofrem – quem quer que seja perdeu o tino.

O ‘Depósito’ do 54, aos Clérigos, tem sido o locutório onde tu vais dizer que amas os homens por amor de Deus. Nem de outra forma se compreende, visto as distâncias que vences, o sacrifício que fazes, a pobreza de onde tiras estas ofertas de amor.

Há dedicatórias sublimes: ‘20S00 para o perdão dos meus pecados’. Há roupas dentro dos pacotes que são monumentos de compaixão. Oh! senhoras da ‘nossa melhor sociedade’ – como os jornais vos chamam e vós gostais de o ser – amai os Pobres pelo que eles são e não as festas que nada valem!

¹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:137-39.

Aqui há tempos, em Coimbra, um grupo das tais senhoras muito desejou dar um[a] festa no Teatro Avenida, a favor da Casa do Gaiato:

– Ande, são oito contos certos.

– Oh! minhas senhoras, vão lavar a cara e depois apareçam!

Nunca mais vieram».

ANEXO 4.
“A LUZ VERDADEIRA VEM DE DEUS. /
AS OBRAS DO MUNDO SÃO TREVAS.”¹

«Na igreja dos Clérigos todos escutaram o recado e responderam com oitenta notas de vinte, oito de cinquenta e oito de cem, uma de quinhentos, um anel de ouro, um cordão, idem, um vale de cinco quilos de café e uma pancadaria de moedas de todos os quilates, como é uso lançar-se nos fundamentos. Não ficou a dever nada às mais igrejas — cinco contos e quê. No final das Missas acode um mundo de gente à sacristia, contar histórias da criança sem pais, trazendo algumas pela mão. Que tragédias! Que grande desmoronar!

Mais 400\$00 da igreja de Cedofeita; mais 250\$00 de um visitante; mais 20\$00; e mais 20\$00. São carreteiros de pedras. Venham mais. Estiveram há dias uns senhores a ver e deixaram cartões com nomes extensos e galantes. De que servem? As casas não são de papelão!

No ‘Depósito’ dos Clérigos 20\$00; e mais idem; e mais um pacote; e mais um dito; e mais leitura infantil. Os garotos fazem clube do nosso refeitório, à noite, interessados. Mais um envelope. Abri. Dentro vinha assim: ‘Dinheiro de um mês de uma criada de servir da Foz do Douro’. Era uma nota de cem! Isto é simples e formidável.

Outro caso: Eu vinha de companhia. Em frente aos Congregados aproxima-se alguém. É um homem novo. Muito nervoso, sem me fitar, dá-me uma nota do Banco e com ela um ‘Sim, padre. Trabalhe muito a favor dos Humildes. As crianças da rua são nossos filhos’. Este ‘são nossos filhos’ é uma confissão estupenda!

O senhor que me acompanhava, conhecia o homem. Trata-se de um industrial, dos muitos que não toleram o padre e isso explica a atitude com que me falou. Que importa que deteste o padre, se ama o apostolado dele?! Quantos, no mundo, dão glória a Deus pelas obras que outros praticam por amor, quantos!

De uma vez, um senhor deu-me 500\$00 na rua. Vinha comigo um ex-condenado a pena maior. Observa e exclama: ‘Se há gente tão boa no mundo porque tenho eu sido tão mau!?’

E aquele viajante que entra num templo por mera curiosidade e sai de lá transformado, por observar a maneira piedosa como fizera genuflexão ao altar o único homem que ali se encontrava! A Luz verdadeira vem de Deus. As obras do mundo são trevas. O Evangelho amaldiçoa o mundo. Cristo Jesus não manda orar pelo mundo, mas sim somente pelos que nele vivem.

¹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1984, 4:1319-51.

E uma vez que chegou a maré de firmar estas doutrinas, deixa-me dar um recado ao Porto e como gostaria eu que as Emissoras o microfonassem três vezes, para ser bem compreendido! É que eu não posso aceitar as chamadas festas de caridade a favor da Obra das Casas do Gaiato. Não posso. Tenho sido solicitado para esse fim, amavelmente; continuo a ser; sê-lo-ei de futuro. Não posso. Só se eu perder o juízo. A Caridade não depende; não se sujeita. Vive por si mesma – e vive de amor! Não precisa de festas».

ANEXO 5.
“AS IDEIAS NOVAS COSTUMAM SER TRATADAS
COMO OS BARCOS SUSPEITOS DE PESTE”¹

«Há-de haver uns tantos meses, que recebemos da Repartição de Estatística de Lisboa um grande questionário para ser preenchido. As perguntas eram de tal sorte que não tiveram resposta; feitas, como eram, nos moldes da clássica Assistência. A ‘Obra da Rua’ assenta noutros.

Há dias, da Intendência dos Abastecimentos aparece segundo questionário, onde se deseja saber quantos criados existem no Asilo. Riscou-se a palavra ‘criado’ e a palavra ‘Asilo’ e ao mais deu-se resposta, pois que não era matéria de Assistência, mas sim de subsistências.

Tanto no primeiro como no segundo documento, temos a voz da Nação a falar pelos seus organismos a respeito de questões de Assistência; como ela é tida e havida, oficialmente.

Se é verdade que a nada se pode responder, por diferença de estruturas, facilmente se infere qual a distância que separa os dois métodos de assistir: o oficial e o particular.

A opinião de muitos homens é que realmente a Assistência ao nosso semelhante tem de ser organizada e mantida totalmente pelo Estado, o que necessariamente implica muitas fórmulas, muitos regulamentos, muitos relatórios, muito pessoal, a costumada engrenagem do papel de 35 linhas. A Assistência particular é uma assistenciuzinha de apetites e de devaneio e não poderia jamais resolver o problema da falta de imponência, dizem os mesmos homens.

‘O Gaiato’ não tem categoria para dar opiniões, mas a experiência ensina que, sempre que o Estado chama a si a administração directa de empresas, temos desastre à vista. Ainda vivem hoje muitas testemunhas e muitas vítimas dos Transportes Marítimos do Estado, a que chamavam naquele tempo a ‘Trapalhada Marítima’.

Foi uma das grandes calamidades da guerra de então, o termos ficado com setenta barcos abrigados nos nossos portos. É muito provável que este erro se não repita, ainda que outros se venham a cometer, que uma das muitas propriedades que o homem tem é a de errar.

Ora isto vem para dizer, não como opinião, mas tão somente como fruto de experiências, que o Estado bem faz em assistir, vigiar, orientar, prestar auxílio aos que dão provas e garantias de saberem o que querem e para onde caminham. Se isto é verdade de toda e qualquer empresa, que dizer das Obras de Assistência, fontes de riqueza espiritual e do verdadeiro bem das nações?

De tal sorte se entranhou o conceito da necessidade de Maiores nas Casas de Educação de Menores, que logo na fundação da nossa Casa de Paço de Sousa choviam as cartas a pedir nicho. Eram de toda a parte, com os documentos do estilo. Até bacharéis! Algumas começavam assim:

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:44-48.

‘Como sei que você precisa de gente para essa Obr agrandiosa...’ Sim; grandiosa, justamente, por ter tido a rara habilidade de libertar os educandos das mãos e do zelo dos ‘educadores’. É por isso que ela é grande. Por isso ela é uma palavra nova. Mas nem por isso se desiste dos pedidos. Como se sabe que nas Casas do Gaiato não há vagas e, por outro lado, cuida-se que nós temos lâmpada acesa em Lisboa, agora que o Povo fala de reformas dos hospitais, já nos vieram bater à porta: – ‘ande lá; peça!’

– Oh! homem; as reformas que vierem são para o bem dos Doentes!

Não devemos criticar o que os outros fazem, tão pouco gabarmo-nos da descoberta que fizemos; mas dá-me muita pena ver como se deita fora justamente aquilo que há de melhor para o máximo rendimento social destas Obras – o trabalho do rapaz.

Um camponês foi à feira comprar couves de plantar e trouxe, por engano, couve-flor. A planta cresce, forma-se a flor e ele, por ignorância, deita-a fora e come as folhas. Ora é o que se faz por aí além. O campónio fê-lo por ignorância. Nunca vira ninguém comer tal coisa, afeito como estava, a comer as folhas. Não assim no nosso caso. Vai para quatro anos que o nosso método é conhecido e muita gente tem passado dias e horas nas nossas Casas a observar. É ignorância afectada, a mais culpada de quantas há. São cegos a conduzir cegos. Não sei se é bem assim com a mocidade de outras classes; esta que nós temos, a que nos chega de terras de ninguém, só pelo trabalho imediato, trabalho caseiro, racional e alegre, ela é capaz de se valorizar. Quantos não temos já salvado com este remédio; que de casos não poderíamos aqui relatar! O último é o António da Granja. Já não quer ir embora. Foi salvo pelas nossas ovelhas, no trabalho de pastor. E se houvesse na Casa um criado para as ovelhas? Tínhamos um vadio a mais em Portugal – obra das nossas mãos!

A acção dos nossos pequeninos chefes na vida de relação é já uma clareira de certeza, por causa da notável eficiência que dia a dia se manifesta. Um caso: Há um magusto. Dezenas de garotos mexem e remexem as castanhas; envolvem-se no fumo; cruzam a fogueira. A certa altura, ouve-se o chefe: ‘Alto!’ Tudo pára. Ele designa três para debulhar. Obedecem e todos esperam o seu quinhão, ordenadamente. Isto deu-se na Casa do Gaiato de Miranda do Corvo. Eu estava.

Outro caso: Em Paço de Sousa somos setenta. Toca para a refeição. Entram delirantes e palreiros; a sala de jantar é o ponto mais alegre que as Casa têm. Sentam-se. Se o chefe não está, é certo que temos grosso alarido.

Estão os professores. Estou eu. Está a governante e a enfermeira. Está o regente da quinta – os adultos da Casa. Não importa. Continua o falatório. O chefe entra, descuidadamente. Tanto basta para que todos guardem silêncio! O chefe fez 15 anos no dia 15 de Setembro! Não seria fastidioso, mas falta espaço para relatar outros casos, que provam o nenhum acerto do critério da aglomeração do funcionalismo dentro destas Casas. Famílias pobres e numerosas não têm criados e delas costumam sair os melhores elementos da Nação. Os nossos pequenos, por não terem família, entram nela, uma vez instalados em nossas Casas. Somos uma Família pobre e numerosa. Não podemos ter criados. Também não admitimos vigilantes. Queremos autonomia. As ideias novas costumam ser tratadas como os barcos suspeitos de peste: ficam de quarentena. Assim foi com a Obra da Rua, quando ela começou a trabalhar nas ruas. ‘Coitadinho; podia ter-lhe dado para muito pior!’, dizia-se então. Hoje, porém, com ‘O Gaiato’ e pel’O Gaiato’ ela já levantou ferro e começa a içar a bandeira. O Governo interessa-se. O Povo sente e pensa como ‘O Gaiato’. A vida das nossas Casas é activa, alegre, espumante. E guardo no meu peito um estuante desejo que outras Casas se levantem e que as congêneres existentes saibam arrear a bandeira antiga, sacudir a poeira e içar a nossa, a das coisas novas.

Amen».

ANEXO 6.

“... EM LUGAR DE VIDA, É ÓPIO DAS ALMAS.”¹

«O mundo não pensa bem no que diz quando, às vezes, me despede com maneiras de quem não deseja ser importunado; e devia, principalmente o mundo de Coimbra, considerar mais e melhor as razões e as palavras do meu pedir antes de me mandar embora.

Se eu pudesse conduzir-te pela minha mão à evidência das coisas, nos próprios locais de delitos; se tu observasses mais eu o doente pneumónico coberto e vestido de jornais com medo do frio – tudo quanto se aproveita dos discursos publicados naqueles mesmos jornais; se entrasses mais eu na toca da família onde o comer de hoje é a sopa de ontem, fria e azeda; se ouvisses ao pé de mim o clamor da mãe instalada com os seus em curral de animais, ‘que a nossa barraca alagou-se’; se visitasses comigo a ceguinha no Bairro das Latas, filhos a pedir nas ruas, marido com tenda ambulante e ela a cuidar da casa, sem olhos, sem luz, sem conforto, sem pão; se ao menos me acreditasses – não serias tão cruel, despedindo-me.

Ai!, quem me fora génio que pudesse, no momento de pedir, revelar tudo isto aos a quem peço, vencendo!

Além e acima deste panorama assustador em que meus olhos diariamente se dilatam, outras regiões e outros climas aparece, de exploração infinitamente mais dolorosa porque mais difícil, arriscada e doentia: são os casos da miséria moral, onde a gente a cada hora tropeça. Aqueles mesmíssimos males de que muitos ‘grandes’ enfermam, tomando por s qualidade o que no Pobre reputam defeito. E não é assim; quem se sentir sem culpas arremesse calhaus aos Pobres!

Sim, por amor de tantas amarguras alheias que eu faço próprias, tu devias escutar melhor como quem ouve um recado que merece ponderação e nunca despedir-me, enfadado. Mais enfadado ando eu.

Devias, outrossim, considerar que as fortunas pessoais têm no mundo sua função e responsabilidade sociais e que as cartas e os diplomas com que muita gente se instala na vida têm igualmente sua função de bem servir, sem o pronome pessoal reflexo.

Oh, sim, este verbo ‘dever’ tem força moral e obriga-te em consciência. Se não acreditas nem esperas no ‘dá-me contas’ da hora derradeira, hás-de ver e sentir após ela, com espanto, quão insensata e quão inútil não foi a tua vida. Se o avarento da parábola pudesse ter vindo ao mundo avisar os seus irmãos, havia de saber ensinar o que não soube cumprir! Devias, sim, olhar-me e ouvir-me antes de me mandar embora.

¹ AGUIAR, *Pão dos Pobres*, 1990, 2:130-32.

Por amor dos Pobres e para mais rendosamente os servirmos, dobra a gente os joelhos na poeira dos caminhos, suportando, com fortaleza, insultos, ameaças, injúrias, opiniões, nomes — fruto e recompensa na terra de quem serve por amor de Deus. Porém, à porta de certos senhores 'grandes' passamos de frente alevantada. São senhores importantes e supremos, fabricantes de miséria e de penúria, amaldiçoados do Evangelho. Vida sem préstimo, cova sem glória.

Tu não; nem estes meus dolorosos 'tus' são da tua conta. Tu estás sempre do meu partido, segues as minhas passadas, engraças com a minha vida, conheces o meu Senhor.

Ainda há bem poucos dias um envelope madrugador e silencioso, com uma pancadaria de notas de quinhentos, veio trazer a prova, tantas vezes colhida, de que o verbo dar não sai dos haveres mas sim dos corações. São árvores frondosas, raízes escondidas no seio da terra, frutos abundantes, oportunos; e quando caem no chão, arrastam na queda lágrimas, saudades, corações. Fazem falta. Vida sacrificada, sepultura gloriosa».

ANEXO 7. “FALSOS MENDIGOS”¹

«Os jornais d’hoje faziam larga reportagem de um caso de falsa mendicidade, no Porto, tendo a Polícia encontrado na casa do falso mendigo dinheiros e oiro e uma caderneta do Banco, tudo a passar de quarenta contos. Casos assim são muito falados; mas ele há muitos mais em franca existência, desconhecidos e alimentados por nós outros. Sim, por nós. Aquele oiro, aqueles dinheiros, aquela avareza, tudo aquilo é obra nossa.

Aqui, nas redondezas, há cinco concelhos de pouca superfície e intensa população, com suas feiras mensais. Eu digo os nomes deles: Penafiel, Paredes, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Lousada. E dentro de alguns deles, há também freguesias aonde se realizam outras feiras.

De sorte que, a bem dizer, temos por aqui em cada dia sua feira. À entrada delas e nas bermas das estradas, vêem-se os mendigos com seus aleijões, suas feridas, suas lamúrias. São magotes. São caravanas. Como são muitas as feiras e curtas as distâncias, eu fiz uma ‘exploraçãozinha’ no ‘Morris’ e descobri que são os mesmos pobres a fazer as mesmas feiras; e é igualmente o mesmo povo a concorrer para o alimento e aumento da miséria. Nenhum ‘pobre’ dos que eu topei, precisa. As pústulas são falsas ou exageradas. As cantilenas, mentirosas. As crianças não lhes pertencem. A maior parte é gente nova e válida. São feirantes. Simplesmente feirantes. De muitas maneiras e por muitos títulos se vai aos mercados destas vilas e lugares; porém, a mira é cada um em seu negócio. Pois eles também. Estes chamados pobres, vão às feiras negociar. Muitos deles conversam, escolhem terrados, fazem sociedades, dividem os lucros. São feirantes. Se falam, mentem. Se rezam, muito mais. Se exibem chagas, oh! mentira! É uma praga. Praga consentida, procurada; o povo chama por ela. O nosso povo gosta, anima, encoraja esta praga social: ‘Tome lá. Aqui tem’. E isto é tão multiplicado e sordidamente guardado, que ocasiona agora e logo a interferência da Polícia.

Ora a esmola é um dom de Deus. Faz bem a quem a dá e faz bem a quem a recebe. Nunca a força pode ser chamada para dirimir o Bem – nunca. Logo, temos que estes feirantes são falsos e falsificam as chamadas esmolas que o povo lhes dá.

Como proceder? Educar o povo. Educar os senhores mai-las senhoras. Plantar-lhes no ânimo uma santa repugnância e a fortaleza de resistir a esta classe de pobres, sem respeito por ninguém. Esteja quem estiver, digam o que disserem; seja como for. Não se dá e acabou.

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1977, 2:35-38.

Resultado? Esta classe de 'pobres' desapareceria dentro de pouco tempo. Tinha naturalmente de desaparecer por falta de clima. Tomariam outras iniciativas, pelos seus próprios meios e forças.

Era a limpeza. Era o decoro social.

Nem chagas postiças, nem crianças alugadas, nem aleijões explorados.

Não continuaríamos nós outros a ser participantes neste Mal e ficaríamos com espaço aberto para tratar do Pobre. O Pobre envergonhado e verdadeiramente necessitado. A esmola vicentina. A riqueza inenarrável da visita ao domicílio, aonde tudo fala verdade. Nunca nos hão-de faltar Pobres. Não é preciso fazer Miseráveis».

ANEXO 8.
“MUDAM OS TEMPOS, MAS ALGO PERMANECE
– A CARIDADE”¹

«Estive na Casa das Irmãzinhas dos Pobres ao Pinheiro Manso, no Porto, para ter o prazer espiritual de conversar por uns minutos, como de facto conversei, com a Superiora Geral daquela Congregação Religiosa. Apenas soube pelos jornais da sua presença entre nós, fui impellido a ir vê-la de perto, por uma necessidade interior. Eu era ali um romeiro, levado por devoção.

Mandaram-me entrar para uma sala muito pequenina; os aposentos largos e airosos, esses são destinados às suas visitas permanentes, os Velinhos mai-las Velinhas que, por pobres, enriquecem a Obra e alegam a alma de todos quantos a conhecem.

Pequenina sala, sim, aonde não faltava nada do que é dado à Pobreza do Evangelho. Devia ter sido assim a Casa de Nazaré. Mal me sento, entram quatro Religiosas, que me informaram ser a Boa Mãe Geral, a sua secretária, a Mãe provincial de Espanha e a Superiora local do Pinheiro Manso. Nada que as distinga exteriormente. Não há divisas. Não há galões. São todas rasas. Anónimas.

Sentámo-nos. Começo a fazer perguntas. Eu ia para saber. Tenho fome e sede de saber; e só os mestres é que ensinam. Mestres segundo o espírito do Mestre. Todos os mais são ‘mestricos com seus livricos’. A simplicidade daquelas quatro senhoras que tinha ali à minha frente, é intraduzível. Via-se-lhes a alma através do corpo. Cada palavra é um jacto de plenitude. Elas estão cheias. Vida plena. A vida de Jesus escondida no seio do Pai Celeste. É a Caridade. Isto é a Caridade.

Todo o mundo se julga apto a mexer nesta palavra e assim se tornou vulgar o que á de mais precioso. A Caridade anda por aí de braço-dado com as coisas e com as pessoas mais requintadas. Pretende-se que seja uma palavra da moda; um rótulo chique. Entra nos salões. Come e bebe do melhor, para em seguida morrer nos lábios de quem a profere, porquanto palavras... são palavras. O que não teria em si grande mal, se não fora os estragos causados nas almas, por estas fórmulas grosseiras de arremedar o Amor. Sim, digo bem. Arremedar o Amor. Pretende-se amar os que gemem e sofrem por meio de bodos e de festas chamadas de caridade. Assim se profana o divino!

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:239-45.

Mas continuemos na pequenina sala, a escutar lições. Falam as servas dos Pobres. Já o sabia, mas quis ouvir da Boa Mãe Geral. Se não é ungida, foi escolhida para as vezes da Fundadora; tem o penhor da continuidade. Pode dar informações. Já sabia, sim, que na Regra delas não há criadas. Não há serviçais. Por ter sido criada de servir a Mulher que fundou a Obra, não quis criadas na Obra. São todas Irmãs. Irmãzinhas dos Pobres, como hoje se lhes chama, a servirem os seus Irmãos pobres. Elas têm 312 casas nas cinco partes do mundo, com uma população de 47.000 almas. Pois bem. São elas, as Irmãzinhas e são eles, os seus Irmãos pobres. Não há serviços que elas não possam fazer. Não há nada imundo nem indecoroso. Não há olhos. Não há ouvidos. Não há olfato. Nada daquilo por onde se peca. Os cinco sentidos cedem. A Caridade vence. É a vitória total.

Elas não são, mas vivem da Caridade; quero dizer, vivem do amor que as consome; de sorte que, as suas numerosas Casa não são depósitos de Inválidos. Não são. São vida. Vivem todos ali dentro da Vida que as devora. Caridade! Oh mundo ignorante e infeliz!, oh mundozinho dos salões e das festas!, diverte-te a teu modo, sim, mas não conspirques.

As Irmãzinhas têm um nome muito seu quando querem falar de Deus; é a Providência. Ouvi-lhes estas palavras muitas vezes, no curso da nossa pequenina entrevista. É o tacto. É o contacto. É a experiência. 'Diz-me com quem vives e eu digo-te quem tu és', ensina o adágio. Elas vivem com a Providência. Têm de ser o que são.

'Por muito que lhe digamos, padre, não lhe dizemos nada do que a Providência nos dfaz dia a dia' – exclamou uma delas.

Um dia não havia batatas em Casa e estavam duzentas e onze bocas à espera delas para o jantar. Nisto, aparece à porta um homem a perguntar aonde havia de descarregar uns tantos sacos que tinha lá fora, numa camioneta. O porteiro foi indicar a cozinha. Comeu-se. No dia seguinte, o dono dos sacos vem anunciar que por engano ali os viera trazer e ali estava para de novo os levar. 'Mas nós já as comemos', disseram. Ficou o homem sem batatas e sem dinheiro e foi-se embora a resmungar. Tudo tão direitinho...por linhas tão tortas, que esta é a maneira como Deus escreve. Sim. A Providência é caudal. Caudal misterioso. É preciso sabermos procurasr nas causas segundas o sentido eterno da Causa Incausada!

A Casa-Mãe destas Religiosas é em França, na cidade de Rennes. A Colmeia. Ali vão buscar profissão milhares de almas de todas as nacionalidades, para serem ao depois de uma só língua e de uma só nação. 'Omnia in omnibus.' A doutrina de S. Paulo faz aqui sentido. No reino da Caridade imperar sempre um e o mesmo espírito.

Cada Casa vive sobre si. Cada Casa tem de prover às necessidades dos seus habitantes, mas as aflições das Irmãzinhas não são as mesmas que as nossas. Elas nem sequer conheceram as leis apertadas do racionamento nos tempos em que havia racionamento. E, se amanhã, por nosso mal, voltarmos à mesma ordem, elas ficam aonde estavam e sempre estiveram. Deus é imutável. Continuarão a receber todos os Velinhos que possam, sabendo que terão para o seu sustento, tudo quanto precisarem. Não recebem heranças que lhes tragam compromissos. Não querem nem podem comprometer-se são Pobres. Os Pobres não têm por onde responder.

Estes são os traços gerais do que escutei durante a entrevista e agora venho aqui transmitir para erudição de todos os meus ouvintes. Sim. Seremos tanto mais felizes, quanto melhor penetrarmos nas Obras [i]nformadas pelo Espírito do Senhor.

Há precisamente um século que esta Obra de Assistência apareceu em França. Deve ter dado muito que falar naquele tempo, pela sua novidade: Uma simples Mulher do povo toma à sua conta um Velinho e mais outro Velinho e mais outro, aos quais outros se seguiram. E tudo isto sem recursos, sem instalações, sem ajudantes, sem conhecimentos! Como poderia

assim vingar tal Obra? O Evangelho foi sempre pedra de escândalo! Um outro problema que se deve ter posto no ânimo da gente de então, é o medo de quem há-de continuar. O continuador da Obra. Quem? Como? De onde? Ora eu muito gostaria que vissem hoje os medrosos daquele tempo, só para que vissem como Deus é admirável em todas as Suas Obras; gostaria, sim.

Sejamos inteligentes. Nós não somos bons eleitores para escolher a pessoa que há-de continuar. O próprio Deus é quem elege. Se a Boa Mãe das Irmãzinhas tivesse falado comigo a este respeito afirmaria justamente a mesma coisa, só que, em vez de Deus, diria que a Providência é quem elege, o que tudo vem dar na mesma. É Ele quem escolhe, a seu tempo. Os continuadores identificam-se com os fundadores, guardando cada um a sua personalidade. Nenhum Papa é igual a Pedro e todos são da Igreja. Mais confiança em Deus e menos canseiras de quem há-de continuar.

À humilde Fundadora daquele tempo, juntaram-se outras mulheres a ajudar. Não sei quantas eram à hora da sua morte. Hoje, contam-se por milhares, filhas espirituais. Estirpes. Títulos. Nomes. Posições. Grandezas. Tudo se tem feito pequenino e humilde, para bem servir.

O selo branco das Obras de Deus é esta correspondência perene e silenciosa das almas, tocadas por algo misterioso a uma missão tão difícil que, se por cálculo a procurassem, logo seria abandonada. É impossível que não tenha alma, uma Obra que assim atrai as almas.

Estas humildes servas de Deus, afeitas a todo o trabalho, tomaram o avião na viagem de França e da mesma sorte regressaram; e dentro do avião, no esplendor das alturas, elas nunca deixaram de ser as humildes servas de Deus, afeitas a todo o trabalho. Noutros tempos, teria sido o jumentinho, a mala-posta, as tiradas a pé, todos os meios de caminhar a fazer o Bem. Hoje, é o avião. Mudam os tempos, mas algo permanece – a Caridade. A Ciência das ciências. A Ciência inenarrável do Coração de Jesus, contra a qual tudo se esbarra e confunde a tal ponto que todo o sábio do mundo, sem esta Ciência, nada é e nada vale».

ANEXO 9. “ACTO DE FÉ”¹

«Aqui há tempos fui entregar aos cuidados das Irmãzinhas dos Pobres, do Pinheiro Manso, um homem trôpego, a quem a devassidão envelhecera. Entrámos. A irmã porteira quis mostrar a casa. Primeiramente a despensa:

– Dizem que falta tudo, aqui há tudo. Se temos 5 vèlinhos chega para 5. Se temos cem, chega para cem. Hoje temos 211 e nada nos falta.

A irmãzinha porteira segue mais eu pelas dependências da casa. Por toda a parte se respira pobreza imaculada.

Nos dormitórios, a apr de mantas de retalhos, há enormes almofadas de penas onde os seus hóspedes reclinam fadigas. A irmãzinha porteira, já muito adiantada nos anos, na hora da despedida disse-me assim:

– Olhe, meu Padre, nós aqui procuramos em tudo ser justas, e o resto vem-nos por esmola.

– Aonde aprendeu essa doutrina, perguntei?

– No Evangelho.

– E a minha irmã acredita no Evangelho?

– Dava a vida por Ele, disse, em tom deliciosamente afirmativo.

Bem pudera ter dito, dei a vida. Porquanto há 50 anos que fizera um voto a Deus de servir os Pobres por Seu amor, e um acto destes implica sentença de morte gloriosa. Sim, bem pudera tê-lo dito. Mas disse dava a vida. Disse no imperfeito, que a perfeição dos heróis do Evangelho, consiste precisamente em chamar e considerar imperfeito, o tempo que gastam e as passadas que dão.

Estamos na presença de um instituto de Caridade, fundado há um século por uma humilde Criada de servir, e hoje espalhado pelas cinco partes do mundo.

Esta Mulher, que não sabia letras, tinha dentro de si a eminente ciência do amor, e esta basta, para realizar no mundo aquelas obras que pela sua grandeza, não cabem dentro dele.

Segundo a Regra deste Instituto, não se podem aceitar heranças, nem legados, nem doações. Vive-se ali dentro do pão de cada dia e reparte-se consoante; por isso mesmo ‘não nos falta aqui nada’.

A maior parte das obras de beneficência costuma viver da desmarcada solicitude do que se há-de comer e do que se há-de vestir amanhã, medindo o limite da sua acção benfazeja pelos rendimentos em cofre. Erro. O capital tem sua missão determinada; dentro das obras pias, ele

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:12-15.

é uma absoluta anomalia. As obras que vivem dos seus rendimentos, à maneira de qualquer burguês, estão naturalmente sujeitas às mesmas vicissitudes que eles passam: 'vem a traça, vêm os ladrões'!

A riqueza das Fundações tem ainda um outro mal, fruto da própria riqueza: atrai necessariamente a cobiça dos homens, não faltando quem se proponha servi-las e governá-las 'zelosamente'. Ou quem ainda, por zelo, converta e transforme os seus fundos. Para não irmos mais longe, falemos somente da Fundação onde hoje estamos instalados. Ela tinha um fundo de sete mil libras esterlinas. O ouro reluz e tenta, pelo que foi julgado medida muito acertada convertê-lo em papel. Tomei conta deste papel ao tomar conta da Fundação. Apresentei-me com ele, legalmente endossado.

- Que não. Se quiser receber os juros, tem que pôr o selo branco.
- Não tenho selo branco.
- Então tem de assinar o tesoureiro.
- Não tenho tesoureiro.
- Temos muita pena, mas não podemos pagar.
- Olhe meu senhor, 'quem comeu a carne que roa os ossos'.

E andei. E desandei.

A Pobreza é coisa tão santa, que ninguém lhe mexe! Hei-de fazer testamento: deixar uma Obra pobre, para servir as Classes Pobres; ligar a minha derradeira vontade aos meus continuadores que, por isso mesmo, têm de ser herdeiros da renúncia ao ouro e à prata, para bem merecerem este posto de sacrifício.

Irmã porteira do Pinheiro Manso, Deus lhe pague o bem que me fez com o seu estupendo acto de fé e com tamanho desejo de dar-se, que nem dá fé do que já deu!».

ANEXO 10.
“NÓS TEMOS TUDO EM CASA / E VAMOS BUSCAR FORA
O QUE NÃO PRESTA. DÁ PENA!”¹

«Aqui há um ano, fui a uma casa pobre destas redondezas, aonde acabara de falecer a mãe, deixando nove órfãos que já o eram de pai; e, a título de emergência, trouxe um dos mais pequenos e o mais doente. Digo emergência, porquanto a nossa Obra é para os vadios.

Andou o tempo. A criança está hoje um amor perfeito. Quisera que todos quantos lá ficaram tivessem a mesma sorte; mas não.

Aqui há um mês, vi subir avenida acima uma rapariga nova, de luto, com algumas crianças pela mão. A cara delas era espelho. Via-se tudo. Nada mais triste no mundo do que uma criança triste! A moça, 21 anos feitos, desfia: Além do mais, tem à sua conta uma irmã de dezanove, anormal. ‘Eu tenho de lhe fazer tudo.’ Ela queria que eu lhe ficasse com mais alguns irmãos. Trazia por onde escolher: ‘Ó menos estes dois pra me aliviar.’ E eu disse que não!! Disse que não, mas não fiquei quieto. Comuniquei imediatamente com a Comissão de Assistência do concelho, que me respondeu na volta, dizendo ter enviado o caso para Lisboa, visto não haver nada em cofre. Dias depois, novo ofício. O caso está agora na Defesa da Família. Primeiramente troca de ofícios. A seguir, troca de inquéritos. Depois, o subsídio. Trâmites dolorosos, para quem tem de curtir a fome.

Até aqui o facto e a Assistência Oficial. As coisas são assim mesmo. Ninguém pode tomar a mal, tão pouco esperar outras normas. Os Sacramentos são canais por onde corre o sangue de Jesus, sim. Pelos canais da Assistência, tinta!

Ora vamos que naquela freguesia houvesse instalada uma Conferência de S. Vicente de Paulo; ou que as Confrarias, ali erectas, emergissem da poeira e tomassem o seu lugar: Confrades. Irmãos com irmãos para o bem dos irmãos. Que beleza! Que riqueza! Estava tudo remediado, se assim fosse. Dentro dos confins daquela aldeia e pela acção cristã dos confrades, aquela família de órfãos seria cristãmente servida. Nós temos tudo. Temos a Mãe – a Santa Madre Igreja; o único berço da Caridade. O Povo das freguesias, calejado e laborioso, em redor da Mãe, a cuidar dos seus Irmãos postos em necessidade. Quem mais dá do que ele?! Nós temos tudo em casa e vamos buscar fora o que não presta. Dá pena!».

¹ AGUIAR, *Doutrina*, 1974, 1:265-66.

ANEXO 11.

“DE COMO EU VI UM TIPÓGRAFO / DOENTE NA TRAPEIRA DE UMA CASA; / E OUTROS, NOUTROS LUGARES.”¹

«Foi no Beco do Moreno, em Maio de trinta e cinco, que o miúdo me apareceu. Enquanto que as grandes artérias das grandes cidades mudam frequentemente de nome consoante as paixões mai-los acontecimentos do tempo, os becos e vielas das mesmas tomam a sorte de quem lá mora — nem nome nem condição. Ninguém faz caso.

Passava eu por ali, naquele mês e ano, quando um garoto da rua embarga o meu caminho num angustioso e imperativo ‘venha ver o meu pai que está de cama e a gente passamos fome’.

O casebre era ali mesmo. Subi a escada apoiado ao corrimão e aos ombros do rapaz, sempre a dizer-me baixinho: ‘Não caia, meu senhor’; que se os perigos dos Alpes são grandes pela altura, aqui não são menores pela escuridão. Entrei no cubículo. Coisas e formas emergiam da sombra, lentamente. Reconheci o homem com quem falava. Tratava-se de um tipógrafo da Imprensa da Universidade de Coimbra, mandada fechar, ao tempo, por ordem superior e hoje abrigo de pombas nos buracos das paredes.

Quantas vezes não fui eu assobiado às portas daquela casa, só porque uso batina e digo Missa no altar — quantas! Nós éramos conhecidos.

O padre é o grande mal do mundo, assim diziam os companheiros mai-los livros que ele compunha; corrê-lo da sociedade é um grande benefício. ‘Muitos, por causa do Meu Nome, hão-de julgar fazer bem ao mundo, perse guindo-vos até à morte», ensinara Aquele que vê tudo no presente. Tinha chegado a este homem o feliz momento de ouvir estas verdades e a mim o de me vingar dele à maneira do Evangelho!

Este foi o terceiro tipógrafo encontrado no meu giro que teve a sorte de compreender antes de morrer. Antes dele, um seu colega recebera-me na trapeira com uma pedra na mão: ‘Enganou-se, padre; aqui não há dinheiro’. Morava numa rua antiga da Alta, casa de degraus até ao céu, íngremes, carunchosos, sem luz. O homem era de idade em flor e tinha saído das oficinas para a casa onde morreu, com sangue pela boca. Os colegas visitaram-no, fizeram uma subscrição e, por fim, esqueceram-no. O tempo tudo gasta, até as maiores simpatias. Começa ele agora a viver do que é seu. Primeiramente o relógio, a seguir os trastes, depois as roupas — tudo. Só tinha os olhos da cara quando na mansarda entrei.

¹ AGUIAR, *Obra da Rua*, 2012, 9-12.

O padre, corrido ontem, volta no dia seguinte com mimos e tabaco; arrisca duas palavras e some-se nos degraus – para vencer. Muitas vezes convém recuar para atacar com mais força. Com estas armas na mão, nestes campos de batalha, contra inimigos assim, ‘nunca’ ninguém naufragou. Este caiu varado, dentro de pouco tempo; e sobre o leito da morte, na maré dos sacramentos, fez o seu testamento deixando-me herdeiro universal de tudo quanto possuía: um filho mai-la viúva.

Os tipógrafos são, geralmente, homens de grandes adjectivos e de ciência barata. Duma vez topei um, moço e simpático, a cumprir pena na cadeia, ao tempo instalada na Torre de Santa Cruz. Costumava eu entrar dentro das prisões e conversar com os reclusos. A Caridade jamais se rebaixa, por muito que se humilhe; e possui tal poder que em qualquer parte desponta. Lidamos com almas; os Magistrados com crimes.

O tipógrafo galhofava imensamente comigo. ‘O padre é um grande troixa’ – dizia, nas minhas costas, aos companheiros. Na visita seguinte pedi-me calçado e vendeu num instante, para vinho, os sapatos que lhe dera. Eu sabia, dava fé de tudo, sem nunca me dar por achado. Saiu da prisão o nosso rapaz e dormia no Choupal debaixo do arvoredor. Fui dar com ele uma tarde, embrulhado num cobertor, sangue às golfadas.

– Como deu aqui comigo, padre?

– Não te tenho visto nas ruas de Coimbra; sabia que dormias por aqui; vim saber do que precisas.

O moço tinha uns olhos brilhantes, indício do mal adiantado e da morte próxima. Pô-los no chão para me falar. Contou, arrependido, tudo quanto me fizera e dissera na prisão:

– Você não me pode perdoar; deixe-me morrer aqui.

– Para haver perdão – disse – é necessário haver ofensas e tu nunca me fizeste mal; não sabias o que dizias.

Tempos depois o nosso bom Deus cerrou os olhos de um moribundo numa cama de hospital, para nunca mais sofrer!

Ainda um outro tipógrafo deu-me uma tremenda lição sobre a vilania da esmola e mandou-me pentear macacos diante de toda a gente, numa enfermaria dos Lázarus. Não fui. Voltei à enfermaria. Os mais doentes não querem que eu vá à beira do celerado, tais coisas ele dizia: ‘Não lhe dê mais nada que o homem é mau e diz mal dos padres’.

Os tempos rodaram. O homem escapou. Pregava eu uma Missão em certa vila. Há tropel na igreja; é gente que acaba de chegar. O tipógrafo arrastava o povo à Missão e não faltou um dia, enquanto ela durou. Já não diz mal de ninguém!».

ANEXO 12.
“ORAÇÃO DE PAI AMÉRICO FÁTIMA,
EM 13 DE MAIO DE 1953”¹

«Será uma oração de dez minutos. Neste monte sagrado pela presença da Virgem Mãe de Deus, e consagrado pela /...../.

É por obediência que venho aqui.

Será uma oração de dez minutos.

De mãos postas eu digo diante de todos: nós acreditamos na presença de Jesus Cristo vivo no mundo. E de duas maneiras acreditamos na Sua presença porque ambas são objecto da nossa fé.

A primeira presença que afirmamos e acreditamos é o Santíssimo Sacramento da Eucaristia. Escondido!! Escondido sim, mas vivo!

E a segunda presença que nós afirmamos e acreditamos é no Pobre abandonado. Escondido sim, mas vivo! E assim como S. Paulo no seu tempo dizia a quem o escutava que não sabia dizer mais nada, nem sentir mais nada, nem viver mais nada senão somente Cristo, assim eu também hoje pela missão que Deus me confiou entre os mortais, eu digo que não sei viver mais nada, nem sentir mais nada, nem falar de mais coisa nenhuma senão do Pobre e este crucificado.

Perdoai a minha insipiência, irmãos.

Perdoai.

Vamos curar as feridas dos Pobres e assim damos testemunho de Cristo. O samaritano é o único que ganha todas as partidas. O samaritano, irmãos, vive. Dele falou o Mestre. Naquele tempo passaram os grandes, os grandes daquele mundo. Passaram os ocupados com a grande vida sua. Passaram os bem instalados. Os comerciantes de todos os artigos daquele tempo que se compravam e se vendiam, e esses ficaram na História como quem passa. Passou o Samaritano.

Este era estrangeiro, mas curva-se, cura a ferida daquele estropeado. Tinham passado também sacerdotes, passou um e passou outro, não juntos, foi um de cada vez. E pensavam da

¹ O texto, inserido na coluna/rubrica “Património dos Pobres”, é resultado da transcrição da respetiva gravação, feita pela Redação d’ *O Gaiato*, e por ela dada à estampa, em jeito de “*lembrança de Natal*”. Como título, usa-se aqui a expressão que a mesma Redação apresentou para o “definir”, respeitando-se igualmente as “*falhas*” que a mesma edição assume e decide “*não retocar para não profanar*”. – Cf. AGUIAR, «Património Dos Pobres.» *O Gaiato*, Ano XII, n. 334 (22 dezembro 1956): 1.

mesma maneira: errada. Eram da antiga Lei. Jesus Cristo é severo nos seus ensinamentos, e o samaritano, irmãos meus, e o samaritano foi pregado. Foi anunciado. É hoje anunciado aqui a esta multidão. Só ele vive, tudo o mais vegeta.

Queridos irmãos, desculpai a minha insipiência.

Talvez seja bárbara esta doutrina, mas eu não sei outra. É o meu alimento, é a minha vida.

Faz assim e vives.

E dilatando mais um bocadinho a nossa oração em conjunto, vamos a ver, o que é que vos trouxe aqui?

Oh, certamente pedir cada um para si. O mundo pede assim. É uma maneira subtil de justificar o nosso pedido: Senhor eu quero, Senhor eu preciso, Senhor eu desejo. Não basta, nem o Mestre ensinou assim. Venha a nós o Vosso Reino. Irmãos, peçamos para os outros e assim fazemos justiça no (...) do mundo como se não as usássemos. E assim fazemos todos justiça. E peçamos como vou hoje aqui pedir a todos, uma coisa do tempo, necessária. Abrigar os nossos irmãos, libertá-los das moradias imundas e impróprias em que vivem. Vamos construir casas pequeninas para as vidas pequeninas dos nossos irmãos que com tão pouco se contentam. Há dias procurei-me uma viúva de seis filhos e disse-me: 'Se Você me der 50\$ por mês, se me garantir, eu crio, eu crio com o meu bafo estes filhinhos que tenho'. Não é preciso mais nada, a mãe faz milagres. O amor da mãe santifica os filhos e opera milagres. Assim, àqueles que vivem nas tocas vamos buscá-los para casas próprias. Eu sei que desde Abril do ano passado a Abril deste ano se construíram 26 casas que estão já subidas e ocupadas por Pobres. Não importa saber onde, nem importa saber como. É inspiração de Deus. É fazer justiça. E também sei que muitos sacerdotes à frente das suas aldeias em vários distritos de Portugal comunicam-me a dizer como é que se começa. E eu digo: AMAR, AMANDO!!! E como se arranja dinheiro? AMANDO! E a quem se vai pedir? A ninguém. AMA-SE. O Pobre, as chagas do Pobre, beijam-se as chagas do Pobre como fazia Francisco de Assis no seu tempo e não foi preciso mais nada, para ainda hoje ele ser o mesmo que foi há dez séculos, o Homem revolucionário.

É uma oração que eu faço aqui diante de todos e é tal a minha veemência que eu estou convencido, mais do que isso, eu sei de certeza que alguns hão-de ir para as suas paróquias e para as suas terras por um caminho diferente daquele que vieram para aqui; quero dizer, pensando doutra maneira, talvez arrependidos de se encontrarem só consigo mesmo nos pedidos que fazem e não saberem dizer a oração do Mestre: 'Venha a nós o Vosso Reino'.

O Reino da Justiça e isso basa. Sem justiça não há paz; sem justiça não há amor; e o amor e a paz que se proponha sem justiça pode ser um nome bonito, apresentado lindamente, mas é um nome e não passa daqui.

O dinheiro para as casas? Não perguntes; essa pergunta é profana; isso fazem os publicanos e os pecadores. Então quê? AMA e AFLIGE-TE. E a justiça sendo uma força imanente e viva produz o milagre.

Para terminar esta oração: A semana passada contaram-me e eu não quis acreditar e fui ver, irmãos, fui ver com estes olhos. Eu fui ver e num curral, juntamente com os animais que lá estavam, vivia uma família de seis e uma criança no berço. E quando eu entrava diziam: 'olhe que cheira aí muito mal, não entre'. Mas eu ia justamente para tirar o mau cheiro, e já está uma casa quase em meio ao pé daquele curral. Aquela família de sete já vê pôr vidros nas janelas, já vê outras casas semelhantes onde têm outros a mesma sorte contentes com a certeza.

Quem operou o milagre? A Justiça.

Onde está o dinheiro para pagar essa casa? Não é da minha conta. Da minha conta é sim colocar lá aquela família.

Irmãos queridos vou-me embora.

Perdoai-me o atrevimento mas eu termino como comecei. Eu não sei viver mais nada, eu não sei dizer mais nada, eu não sei sentir mais nada, senão somente o Pobre e este crucificado.

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo».

ANEXO 13. “O VENTO SOPROU EM FÁTIMA”¹

«Sim senhor. O vento soprou em Fátima no dia 13 de Maio, à missa dos Doentes.

Eu tinha sido superiormente convidado e disse que não até ao último momento. Não sei como nem porquê e estando já outro sacerdote pronto para subir, eu apareço e subo ao púlpito! O vento soprou em Fátima...

Foi uma bomba, e o meu espanto é que o tenha sido, quando a verdade é que eu falei somente das minhas experiências do Pobre, tendo ido buscar ao Evangelho a parábola do bom Samaritano. Tudo tão chão, tudo tão conhecido; diria mesmo tão vulgar, se o Evangelho tivesse vulgaridades. E foi uma bomba!

Os nossos rapazes, depois disso e na primeira venda, despacharam num ápice 3.500 jornais, cuidando os seus leitores que vinha lá o sermão! E querem o sermão no jornal. Oferecem altas somas!

Mas há mais. São as cartas. Estas que estamos recebendo, pela sua qualidade e quantidade, são uma revelação. Temos tido delas com oito folhas de papel e mais!

É a Verdade. Cristo Jesus é a Verdade. Anda-se tão afeito à caricatura que quando alguém mostra o Original, causa por isso nas almas uma autêntica revolução! Foi assim naquela hora. E aquela hora não foi minha. Eu não me atrevia. Eu disse que não até à última, mas o vento sopra aonde quer...

Uma das notas para mim mais consoladora, foi a imensa alegria dos pobres, ao terem conhecimento da minha oração; uns porque tiveram a ocasião de escutar, outros porque outros lha disseram. Nas minhas frequentes visitas aos barredos, os meus visitados não tinham outra palavra: ‘nós fomos falados por si em Fátima. Nós fomos defendidos por si em Fátima’. Alguns dos rapazes visitantes dos outros pontos da cidade e de outros pobres, trazem-me deles notícias semelhantes. De um pobre de S. João da Madeira, soube que ficou tão comovido ao ouvir a oração, que pediu para fechar o rádio: ‘eu não posso mais!’ Quando iremos nós deixar a caricatura e dar às almas o Cristo Vivo que se fez sangue – quando?!

Mas há mais. Como eu tivesse pregado as tocas e dito que tendo visto numa, de animais, uma família com os animais, eu afirmei que ao pé se estava erguendo uma casa e esta já com vidraças. Lembro-me de ter pregado a luz. Eu quero que a luz do sol chegue e aqueça todos os homens. Pois bem; uma vez em casa, fui propositadamente ver se as janelas já estavam postas. Gosto de me encher da verdade que prego. Estavam sim senhor. Estavam as janelas e estava

¹ CITAÇÃO COMPLETA.

mais isto que eu vou dizer: um aglomerado de gente pobre, mal eu chego, vêm todos ter comigo e com os seus olhos, mais do que a boca, dizem-me o que e como eu tinha pregado. 'Foi das nossas casinhas novas. Foi das vidraças. Nós ouvimos falar em vidraças. V. falou dos pobres. Falou de todos nós. Louvado seja o Senhor'.

Preguemos o Cristo Vivo. Impregnemos o mundo de Verdade e já ela, a Verdade, não causará espanto. Façamos que os coxos andem, que os cegos vejam, que os ricos se compadeçam, que os surdos ouçam. Como? Pregando os pobres sem medo nem reticências. Pregar para melhorar a situação de cada um. Ampará-los para que não venham a cair na miséria. Aquela oração de dez minutos foi dos pobres aos pobres. Milhares e milhares deles escutaram. Quanto alívio! Quanta esperança! Nunca Fátima foi tão Fátima. E sê-lo-á ainda mais, quando, ao lado do Santuário de hoje, se vier a erguer o Preventório e o Sanatório e outras modalidades de assistência conduzidas e mantidas pela Igreja. Ela não se pode demitir destas suas responsabilidades; o homem total é objecto da Redenção. Quem sabe se e quando eu ali tornar com outros dez minutos, haja mais este milagre – quem o pode dizer?».

ANEXO 14.
INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MAGALHÃES RAMALHO
NA ASSEMBLEIA NACIONAL
(SESSÃO Nº 112, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1951)
EM DEFESA DO “PATRIMÓNIO DOS POBRES”¹

«(...) **O Sr. Magalhães Ramalho:** – Sr. Presidente: ao estudar-se há dias, na nossa Comissão de Economia, o artigo 22.º da proposta da Lei de Meios para 1952, foi chamada a atenção por alguém para uma omissão que se verifica na sua alínea a) e com a qual não estiveram também de acordo vários outros Deputados e que nesse sentido já tiveram ocasião de dizer ontem aqui de sua justiça.

Nesse artigo 22.º – em que se estabelece a ordem de precedência dos auxílios financeiros para a melhoria das condições de vida dos aglomerados rurais – omitiu-se, com efeito – e a meu ver foi pena –, o problema da habitação rural, que tem, indiscutivelmente, importância de relevo mais do que suficiente para dever figurar sempre nessa lei à cabeça da escala de precedências, em paralelo com o problema do abastecimento de águas, da electrificação e do saneamento.

Não discutirei, no entanto, por agora, as razões de ordem financeira que podem ter levado, a essa omissão.

Não irei reeditar também as razões de ordem moral, social e até económica que deviam contrariar tal orientação, embora limitando a horizontes mais modestos aquela política vigorosa que se impõe sobre a habitação das classes economicamente mais desprotegidas.

Vozes: – Muito bem!

O Orador: – Sem discutir a obra grandiosa e bela que já se acha realizada nessa matéria, não irei tão pouco criticar certas soluções e orientações que têm tornado as tarefas demasiadamente lentas e caras por, inclusivamente, não se haver previsto – sobretudo para a solução do caso da habitação rural- a contribuição do trabalho e das iniciativas dos próprios beneficiados e suas famílias, ajudando a erguer ou reconstruir, amorosamente e por suas próprias mãos, os tectos sob que hão-de viver as suas horas de felicidade e de amargura.

¹ PORTUGAL – República Portuguesa. «Sessão n.º 112, em 12 de Dezembro». Assembleia Nacional – Diário das Sessões – V Legislatura (1951): 41-42.

Eu pretendo apenas hoje, Sr. Presidente, com esta intervenção, chamar a atenção superior para um aspecto que me parece andar um pouco arredio dos nossos espíritos, na obsessão de se realizarem obras tecnicamente perfeitas, grandiosas, que todos vejam e sintam imediatamente.

Ora a verdade nua e crua é esta, Sr. Presidente: o problema de uma habitação condigna para todos os portugueses é, de facto, uma tarefa gigantesca e excessivamente onerosa para dever assustar os espíritos menos caldeados ao calor de uma verdadeira fé. Tal circunstância, porém, longe de nos desanimar, deve abrir-nos os olhos, ofuscados pela preocupação do grandioso e do perfeito, e levar-nos a ver que só numa mobilização total de todas as boas vontades e iniciativas felizes, por mais humildes que elas sejam, podemos encontrar à força que nos ajude a remover essa montanha!

Desprezar, criminosamente, essas boas vontades e iniciativas, deixá-las morrer ou asfixiar só porque se conta com a intervenção do Estado para resolver tudo, parece-me não só estulta orientação, mas criminosa atitude, de que nos hão-de ser pedidas contas um dia – se tiver estado em nossas mãos evitá-la – por Aquele a quem tudo devemos e para Quem tantas vezes apelamos para que nos não falte com aquilo que afinal, com a nossa indiferença, tantas mais vezes negamos ao nosso próprio semelhante: um pouco de amor, de compaixão, de carinhosa compreensão pelas nossas mais instantes necessidades!

Vozes: – Muito bem, muito bem!

O Orador: – Ora, Sr. Presidente, quando há dias fiz a leitura comovida, como me costuma suceder sempre, dessa brasa viva de justiça, de amor e de caridade que é a palavra do padre Américo, no seu jornal O Gaiato, da «Obra dos rapazes, para rapazes e pelos rapazes», fiquei varado de assombro e de indignação ao verificar que uma ideia sublime, digna do coração de um grande santo – como é a da obra do «Património dos pobres», para a construção de casas para desprotegidos da sorte –, não tivesse ainda encontrado entre nós, já não digo o aplauso unânime de todos os portugueses, mas ao menos o apoio benévolo e carinhoso do Estado e das autoridades administrativas!

Vozes: – Muito bem, muito bem!

O Orador: – Lê-se, com efeito, nesse Gaiato do dia 24 de Novembro passado que uma casa para famílias na miséria custa à roda de 30 contos – alcançados por esmolas, sabe Deus à custa de que sacrifícios! –, mas que desses 30 contos cerca de 5 contos – isto é, 16,5 por cento! – vão para o Estado, ou para as câmaras municipais respectivas, em imposto de sisa do terreno, em licenças, vistorias, multas, etc.!

Lê-se e não se acredita, e, não sei por que associação cruel, vem sem querer à ideia aquela parábola do homem ambicioso e de Jesus, em que o ambicioso pede, como único bem que deseja, a concessão de todas as riquezas que a sua vista puder abranger na caminhada de um dia. Concedido o que pedia, põe-se o homem a caminho, ávido de tudo o que pudesse valer e a sua vista abrangesse: o palácio, a cidade, a quinta, a própria montanha onde pacientemente pastava humilde rebanho!...

Cego na sua paixão, não vê que o fim do dia se aproxima, e quando dá, finalmente, conta de que o Sol já se vai a esconder, só numa corrida frenética de regresso poderá cumprir a cláusula, a que se obrigara, de vir dar notícia do que escolhera antes da noite desse mesmo dia. E corre, corre, corre angustiadamente, até conseguir chegar a tempo de morrer exausto aos pés de Jesus e ouvir ainda da sua boca uma lição que o Mundo parece não ter aprendido:

Oh homem! Pobre homem! Tanta terra ambicionaste e por ela tanto sofreste, quando afinal sete palmos apenas te chegavam!...

Sr. Presidente: diz o povo, na pureza do seu sentir, que quem dá aos pobres empresta a Deus, o que implicitamente deve querer significar que quem tira aos pobres tira a Deus.

Se assim é e a minha razão me não atraiçoa, faço então daqui um veemente apelo ao Sr. Presidente do Conselho para que, através dos vários Ministérios – o das Finanças, o do Interior, o das Obras Públicas e não sei também se o da Justiça –, o caso de consciência que apontei tenha a solução legal condigna que merece e que todos os corações bem formados ardentemente desejam.

Como humildemente se confessa no jornal que citei, a obra 'Património dos pobres' não pede que as câmaras a ajudem. Já se contenta com que não a estorvem!...

Como representantes da Nação, eu creio que devemos, porém, ser mais exigentes: não basta não estorvar obras dessa natureza; é nossa estrita obrigação moral ajudá-las e acarinhá-las, e uma primeira ajuda é, pelo menos, não lhe tirar, em pagamento de encargos oficiais, bens que são sagrados, porque são património dos pobres, porque são património de Deus!...

Tenho dito.

Vozes: – Muito bem, muito bem!

O orador foi muito cumprimentado (...).

ANEXO 15.
INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MAGALHÃES RAMALHO
NA ASSEMBLEIA NACIONAL
(SESSÃO N.º 124, DE 12 DE JANEIRO DE 1952)
EM DEFESA DO “PATRIMÓNIO DOS POBRES”¹

«(...) Tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Ramalho.

O Sr. Magalhães Ramalho: – Sr. Presidente: apenas algumas palavras para um muito sincero agradecimento e uma rectificação.

Com base num artigo publicado no jornal O Gaiato de 24 de Novembro passado, que começava assim:

‘Não surgiu inesperadamente a questão das casas dos pobres. Nós contávamos com a tempestade. Tinha de dar-se. E deu-se.’

e terminava:

‘Já não peço à Câmara que ajude; já me contento que não estorve.’

fiz daqui um muito sentido apelo com vista a removerem-se quaisquer dificuldades de ordem legal que enfraquecessem ou obstassem a uma rápida expansão por todo o País dessa maravilhosa obra de caridade que tem por norte a divisa de ‘um lar para cada pobre’, que é a ‘obra das Casas para Pobres’.

O meu apelo foi ouvido por quem de direito. Só há poucos dias, porém, tive conhecimento desse facto por intermédio de uma muito amável e completa informação de S. Ex.^ª o Ministro das Finanças, nosso ilustre e prestigioso companheiro de trabalho nesta Assembleia.

Eu desejo, por isso, e antes de mais nada, apresentar os meus mais sinceros agradecimentos por todo o interesse e boa vontade tão devotadamente postos ao serviço do esclarecimento rápido da questão que aqui pus em 12 de Dezembro passado.

Com base, porém, nesses elementos oficiais, julgo também de meu elementar dever esclarecer mais completamente o assunto e rectificar as ideias com que, por equívoco, fiquei ao ler o artigo a que me referi.

O movimento da ‘Obra das Casas para Pobres’, hoje mais conhecida por ‘Património dos Pobres’, teve o seu início em Janeiro de 1951 e viu o seu regulamento aprovado por provisão de S. Ex.^ª Rev.^{ma} o Sr. Bispo do Porto de 3 de Outubro do mesmo ano.

¹ República Portuguesa. «Sessão n.º 124, em 12 de Janeiro». Assembleia Nacional -- Diário das Sessões – V Legislatura (1952): 239-40.

Segundo o artigo 11.º desse regulamento, essa obra iniciar-se-ia na freguesia de Paço de Sousa, sendo porém pensamento do seu inspirador e fundador – o também bem conhecido e bondoso padre Américo – que ela se propagasse e estendesse às outras freguesias do País, logo que tal se tornasse possível.

Começada a obra sem dinheiro, ela já hoje conta no seu activo com onze famílias instaladas em casinhas próprias e mais oito a instalar dentro de dois meses, em casas já construídas, ou em construção, em quatro freguesias junto a Paço de Sousa, em Miranda do Corvo e no Tojal (Loures)!

As habitações são erguidas individualmente – não em bairros –, em nesgas de terreno oferecidas nos sítios onde os pobres, vivam em más condições, são providas de uma cozinha e de um a três sobrados, conforme os casos, custando como média, entre todas, qualquer coisa como 12 contos, obtidos por meio de donativos – a maior parte anónimos! – do continente, do ultramar e do estrangeiro.

Embora nada se ache expressamente legislado nesse sentido – e era essa precisamente uma das intenções do meu apelo –, as câmaras municipais e as secções de finanças têm dado, no entanto, no geral, todas as facilidades a essa obra e suponho que também a outras congêneres existentes em Vila Franca de Xira, Aveleda e não sei se em mais algum outro ponto do País.

Apenas uma câmara municipal, com um embargo de uma obra por motivo de certas formalidades, deu origem à reclamação de que aqui me fiz porta-voz em 12 de Dezembro passado. Esse mesmo incidente, porém, foi rapidamente solucionado, e em termos de os respectivos trabalhos poderem prosseguir sem mais dificuldades.

É-me muito agradável, por isso, poder prestar estas informações a VV. Ex.^{as} e, aproveitando a oportunidade, esclarecer como VV. Ex.^{as} também decerto já o compreenderam que aqueles valores a que aqui me referi em 12 de Dezembro representavam uma estimativa de encargos totais com a construção e recheio de uma pequena casa para pobres, feita por qualquer particular, e não pela obra de que me tenho estado a ocupar.

Tal, porém, como estava redigido o artigo em que me baseei, parecia que assim não era, e daí a razão do meu equívoco, de que peço as maiores desculpas.

Eu continuo a aplaudir, no entanto, calorosamente, esse palpitante anseio de caridade sem limites do padre Américo, quando, olhando para além dos interesses da sua própria obra, nos diz:

‘Nós não temos queixa. Porém, na qualidade de procurador dos pobres, eu muito desejaria que as câmaras de todo o País prestassem facilidades a todo o homem pobre que se aventure a construir pelos seus meios ou com esmolas a sua casinha.

O problema é tecnicamente mais difícil que o do simples apoio ou auxílio a uma instituição de assistência. Não é, porém, impossível de ser encarado através de qualquer diploma legal especial, em que se contemple mais esse aspecto – que não é dos menos relevantes – do problema da habitação e da protecção aos desprotegidos da sorte ou economicamente mais débeis.

O interesse e carinho com que as questões desta natureza costumam ser superiormente olhadas entre nós – sirva como exemplo o caso que originou esta minha intervenção – dão-me quase a certeza de que a sugestão a que me refiro não deixará de ser também devidamente ponderada por quem de direito e, se o pedido for deferido, será caso para pensar que, com o meu engano involuntário, se verificou mais uma vez aquela verdade luminosa do Evangelho:

Há mais alegria no Céu por cada, pecador que faça penitência do que por noventa e nove justos que a não necessitem de fazer.

Vozes: – Muito bem!

‘O orador foi cumprimentado’ (...).

PARA A HISTÓRIA

Em três ou quatro dias de trabalho intenso e de grandes dificuldades, o trabalho de campo foi desenvolvido. Foram levantados os pontos principais e secundários. O trabalho foi desenvolvido em três dias de trabalho intenso e de grandes dificuldades. Foram levantados os pontos principais e secundários. O trabalho foi desenvolvido em três dias de trabalho intenso e de grandes dificuldades. Foram levantados os pontos principais e secundários.

Arquitetura de edifício. Planta geral. Escala: 1:50. Construção: 1952.

Plano de planta geral. Escala: 1:50. Construção: 1952.

Comentários e notas de campo. Trabalho realizado em Portugal e Espanha. Trabalho realizado em Portugal e Espanha. Trabalho realizado em Portugal e Espanha. Trabalho realizado em Portugal e Espanha.

Foto: Lisboa. Trabalho realizado em Portugal.

OBRA DA SUA PATRIMÔNIO DOS POBRES

REGULAMENTO E INSTRUÇÕES 1952

Uma das casas construídas em Portugal.

Uma das casas construídas em Portugal.

Uma das casas construídas em Portugal.

ANEXO 17.
“REGULAMENTO DO PATRIMÓNIO DOS POBRES”

	REGULAMENTO DO PATRIMÓNIO DOS POBRES
--	---

<p>Composto e Impresso na Tipografia da Casa do Galvão PAÇO DE SOUSA</p>	<p style="text-align: center;">CAPITULO I</p> <p style="text-align: center;">DISPOSIÇÕES GERAIS</p> <p>Art.º 1.º — É erigido pela Fábrica da Igreja de.....do concelho de..... o «Património dos Pobres» da mesma freguesia, que se destina primariamente à construção e administração de moradias para Pobres e subsidiariamente a todos os fins de caridade, educação, profilaxia e assistência conexos com o seu fim primário, como catequese e leitura, consulta médica e enfermagem, cozinha económica, etc..</p> <p>Art.º 2.º — O «Património dos Pobres» é em Direito Canónico, um Instituto Eclesiástico não colegial, erecto e regido em conformidade com o canon 1489 e seguintes do Código do Direito Canónico, e, em Direito Civil, um Instituto de Assistência e Beneficência de utilidade local de harmonia com o Código Administrativo vigente, particularmente com o Título IX da Parte I e seu artigo 454; e obterá personalidade canónica e civil, com os competentes direitos e obrigações, pela forma estabelecida nos artigos III e IV da Concordata entre a Santa Sé</p>
--	--

<p>e o Governo Português o legislada pelo respectivo Decreto-Lei executório 30.615 e artigo 450.º do Código Administrativo.</p> <p>Art.º 3.º — As moradias e respectivas dependências do «Património dos Pobres» obtidas por construção, oferta, doação, legado ou por outro meio legítimo, bem como quaisquer bens ou valores, serão propriedade da Fábrica da Igreja da referida freguesia, para o fim exclusivo de beneficiar os Pobres da mesma freguesia absolutamente carecidos de habitação e auxílio, não podendo ser cedidos ou utilizados para fins diferentes dos do Património, nem onerados com quaisquer encargos estranhos aos mesmos fins. Inversamente não poderá a Fábrica da Igreja destinar, afectar ou obrigar quaisquer bens ou rendimentos seus próprios aos fins do Património, sem expressa licença do Ordinário.</p>	<p style="text-align: center;">CAPITULO II</p> <p style="text-align: center;">DA ADMINISTRAÇÃO</p> <p>Art.º 4.º — A administração do «Património dos Pobres» da Freguesia de.....será exercida pela Comissão da Fábrica da Igreja da mesma freguesia legitimamente constituída, mas em conta à parte e com os próprios livros de escrituração. No exercício desta administração, o presidente da Comissão da Fábrica, além dos vogais desta, poderá agregar outras pessoas idóneas de qualquer sexo, preferentemente membros das Conferências Vicentinas ou de outras Obras de Caridade, distribuindo pelas mesmas os cargos de administração e os cuidados de visita, educação, profilaxia moral e sanitária dos usuários das moradias.</p> <p>Art.º 5.º — A Comissão Administrativa, constituída de harmonia com o artigo anterior, compete:</p> <p>1.º — Obter por todos os meios legítimos, terrenos para construção ou casas construídas, construir de novo e adaptar casas para os fins do Património.</p>
--	--

- 2.º — Codê-los a título precário e gratuito aos Pobres necessitados e indigentes que não tenham habitação própria.
- 3.º — Proceder a quaisquer reparações necessárias e indispensáveis ao fim a que se destinam.
- 4.º — Ordenar a desocupação desses prédios, quando se torne indesejável ou inconveniente por motivo de ordem moral, social, ou de boa vizinhança, a sua ocupação pelos beneficiários.
- 5.º — Tomar todas as providências que ela julgue necessárias, especialmente em questões de moral pública e higiene dos seus moradores.
- Art.º 6.º — Todas as deliberações da Comissão serão tomadas à pluralidade de votos, competindo ao presidente tomar qualquer deliberação, no caso de urgência.

CAPITULO III

DOS BENEFICIÁRIOS

- Art.º 7.º — As moradias do «Património dos Pobres» e suas dependências serão entregues a título gratuito e precário aos Pobres necessitados e indigentes da freguesia, não podendo a Comissão cobrar a título de renda qualquer importância dos ocupantes, que assim se não consideram arrendatários, sem embargo de qualquer depósito, se for possível e justo, para fins de reparação.
- Art.º 8.º — A escolha dos ocupantes e beneficiários dos prédios deverá ser feita dentro do espírito da mais rigorosa justiça cristã, devendo dar-se a preferência em primeiro lugar aos mais indigentes, e dentro destes aos de família mais numerosa, devendo uns e outros dar a maior garantia do seu procedimento moral irrepreensível.
- Art.º 9.º — Os beneficiários contemplados ficam obrigados a conservar os prédios com o maior zelo e cuidado, assim como com todo o asseio, considerando-os como verdadeiro património dos Pobres da Freguesia, devendo participar, sem demora, à Comissão Administrativa quaisquer estragos que careçam de reparação, o que eles não possam efectuar.

Art.º 10.º — Esta ocupação a título precário e gratuito poderá cessar nos seguintes casos:

- 1.º — No caso de qualquer dos ocupantes vir a ter quaisquer recursos, que torne dispensável o benefício.
- 2.º — No caso do mau comportamento moral ou civil do qualquer dos ocupantes, ou no caso de criar mesmo má vizinhança aos outros beneficiários.
- 3.º — No caso de deteriorações graves feitas de caso pensado no prédio, ou de recusa de as reparar sendo isso julgada possível pela Comissão Administrativa.
- 4.º — No caso de falecimento do chefe do agregado familiar ocupante.

§ ÚNICO — No caso de o beneficiário ser casado, ou ter filhos menores, se estes ou o cônjuge sobrevivo o merecerem, poderá o benefício da habitação ser prolongado pela Comissão Administrativa.

Art.º 11.º — O mobiliário das casas será fornecido pelos beneficiários. Se, porém, algum lhes for fornecido pela Comissão Administrativa, serão os beneficiários obrigados a conservá-lo em bom estado para utilidade dos seus sucessores, lembrando-se que ele constitui com o prédio «Património dos Pobres».

ÍNDICE

PREFÁCIO.....	7
INTRODUÇÃO.....	11
1. Entre a “Teologia” e a “teo-lógica” de Padre Américo: um “primeiro salto” interpretativo.....	11
2. Do texto ao seu contexto ou a (necessária) inversão de perspetiva....	13
3. Do “estado da arte”.....	15
4. Das fontes e da sua utilização.....	16
5. (Padre) Américo Monteiro de Aguiar: breve resumo biográfico e memória testemunhal.....	16
6. Do contexto histórico do presente estudo.....	25
CAPÍTULO 1. O(S) POBRE(S) E A POBREZA: “RAIZ, NERVO E CUME” DO “PENSAR ATUANTE” DE PADRE AMÉRICO.....	31
1.1. No princípio... a (in)definição: entre a a-sistematicidade do pensar e o pragmatismo do fazer.....	33
1.2. No entretanto... os termos: da forma ao conteúdo.....	35
1.3. Uma primeira tentativa: breve hipótese de definição “histórico-sociológica”.....	39
1.3.1. Os pobres como « <i>massa anónima</i> ».....	41
1.3.2. «... <i>desorganizada pela miséria</i> ...».....	49
1.3.3. «(...) <i>à margem do sindicado, da associação, do seguro</i> ...».....	50
1.3.4. O pobre, « <i>estrangeiro na sua pátria</i> ...».....	51
1.4. Uma segunda tentativa: hipótese de definição bíblico-teológica....	53
1.5. Concretizando: a Encarnação como programa.....	62

1.6. ...e a Pobreza (de Cristo) como paradigma (hermenêutico-existencial)	66
CAPÍTULO 2. DA (FALTA DE) CARIDADE COMO ORIGEM DO PROBLEMA À (CRÍTICA DA) ASSISTÊNCIA COMO GÉRMEN DA SOLUÇÃO: PILARES “HISTÓRICO-SOCIAIS” DE UM PENSAMENTO “TEOLOGICAMENTE FUNDAMENTADO”	73
2.1. A Caridade: da extensão do conceito à radicalidade da prática	74
2.1.1. «A Caridade não acaba. Deus é Caridade. Não acaba»	74
2.1.2. «A Caridade é viva; ela é a Vida»	85
2.1.3. A Caridade não se confunde com as suas “caricaturas”	95
2.1.4. «O alicerce da Caridade é a Justiça»	110
2.1.5. «(...) caridade dos salões – rabos de papel!»	117
2.1.6. A Caridade é desafio: «Multiplique o amor que se chama Caridade – e basta»	121
2.2. A Assistência na primeira metade do séc. XX: o “olhar eclético” de Padre Américo.	122
2.2.1. A assistência pública: ponto de partida crítico e contexto jurídico-legal.	131
2.2.2. Orçamentos, tabelas, inquéritos e atestados: a burocracia, verdadeiro “fungo” da Assistência pública.	140
2.3. A “Assistência Particular”: Confrarias e Irmandades, Associações e Misericórdias, grêmios e tantas outras “casas” – «tudo se perdeu!» ..	149
2.4. A assistência eclesial: entre a herança e a exemplaridade.	156
2.5. As crianças das ruas: o cerne do problema.	173
2.5.1. A assistência à criança de/em Coimbra: um breve retrato	184
2.5.2. A assistência à criança de/em Lisboa: «Ai!, que se em vez de Coimbra eu tivesse ido parar a Lisboa...»	191
2.5.3. A assistência à criança do/no Porto: «(...) ai Porto, Porto! Quão tarde te conheci!»	196
2.6. «(...) a falta de habitação é fonte de miséria»: as casas do “Património dos Pobres”, dimensão habitacional do projeto assistencial de Padre Américo.	204

2.6.1. A habitação social: horizontes legais e estratégias de resposta coevas.....	206
2.6.2. No início, um princípio (simples): « <i>Cada freguesia cuide dos seus pobres</i> ».....	212
2.6.3. Depois, uma “inércia” que é “sacudida”: « <i>o vento soprou em Fátima</i> ».....	216
2.7. « <i>Vamos enfrentar o Repugnante. Realizar o dogma. Ver no monstro o belo</i> »: o “Calvário” de Beire, “síntese” da “Obra” de Padre Américo..	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	235
Fontes.....	235
Monografias.....	235
Artigos em publicações periódicas.....	236
Dicionários e Enciclopédias.....	238
Documentos do Magistério da Igreja Católica.....	238
Documentos do Estado Português.....	239
Estudos.....	239
Páginas web.....	253
ANEXOS	
Anexo 1. “As freguesias são os núcleos mais indicados para a forma ordenada de bem servir o pobre”.....	257
Anexo 2. “Paradas de ‘Caridade’”.....	259
Anexo 3. “Semeadores do Evangelho”.....	261
Anexo 4. “A Luz verdadeira vem de Deus. / As obras do mundo são trevas.”.....	263
Anexo 5. “As ideias novas costumam ser tratadas como os barcos suspeitos de peste”.....	265
Anexo 6. “... em lugar de vida, é ópio das almas.”.....	267
Anexo 7. “Falsos mendigos”.....	269
Anexo 8. “Mudam os tempos, mas algo permanece – a Caridade”.....	271

Anexo 9. “Acto de fé”	275
Anexo 10. “Nós temos tudo em casa / e vamos buscar fora o que não presta. Dá pena!”	277
Anexo 11. “De como eu vi um tipógrafo / doente na trapeira de uma casa; / e outros, noutros lugares.”	279
Anexo 12. “Oração de Pai Américo Fátima, em 13 de maio de 1953”	281
Anexo 13. “O vento soprou em Fátima”	285
Anexo 14. Intervenção do Deputado Magalhães Ramalho na Assembleia Nacional (Sessão n.º 112, de 12 de dezembro de 1951) em defesa do “Património dos Pobres”	287
Anexo 15. Intervenção do Deputado Magalhães Ramalho na Assembleia Nacional (Sessão n.º 124, de 12 de Janeiro de 1952) em defesa do “Património dos Pobres”	291
Anexo 16. “Património dos Pobres. Regulamento e instruções [Folheto]” .	293
Anexo 17. “Regulamento do Património dos Pobres”	295

